



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2907

Terça-feira - 20 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrolândia	3	Dionísio Cerqueira	219	Maracajá	527
Agronômica	5	Dona Emma	223	Maravilha	528
Água Doce	9	Doutor Pedrinho	224	Massaranduba	530
Águas de Chapecó	12	Entre Rios	228	Meleiro	553
Águas Frias	15	Faxinal dos Guedes	231	Modelo	561
Águas Mornas	17	Formosa do Sul	232	Mondaí	563
Alfredo Wagner	23	Forquilha	233	Monte Carlo	565
Alto Bela Vista	24	Fraiburgo	242	Morro da Fumaça	567
Anchieta	25	Garopaba	251	Navegantes	574
Angelina	32	Garuva	253	Nova Erechim	593
Antônio Carlos	34	Gaspar	259	Nova Itaberaba	596
Apiuna	36	Governador Celso Ramos	260	Nova Trento	600
Ascurra	50	Grão Pará	262	Nova Veneza	608
Atalanta	51	Guaraciaba	264	Novo Horizonte	609
Balneário Arroio do Silva	52	Guaramirim	266	Orleans	610
Balneário Piçarras	54	Guarujá do Sul	278	Ouro	612
Balneário Rincão	56	Herval d'Oeste	283	Palhoça	613
Barra Bonita	58	Ibiam	297	Palma Sola	622
Barra Velha	63	Ibicaré	303	Palmeira	626
Bela Vista do Toldo	64	Ibirama	305	Papanduva	627
Belmonte	68	Ilhota	306	Passos Maia	628
Benedito Novo	69	Imbituba	307	Penha	632
Biguaçu	82	Indaial	314	Peritiba	640
Blumenau	83	Ipira	325	Petrolândia	649
Bom Jesus do Oeste	97	Iporã do Oeste	326	Pinheiro Preto	651
Bom Retiro	98	Ipumirim	328	Pomerode	657
Braço do Trombudo	99	Iraceminha	366	Ponte Serrada	661
Brusque	101	Irani	369	Porto Belo	662
Caçador	104	Irineópolis	370	Porto União	669
Caibi	113	Itá	371	Pouso Redondo	688
Camboriú	116	Itaiópolis	372	Praia Grande	695
Campo Alegre	117	Itapema	373	Presidente Castello Branco	696
Campo Erê	123	Itapiranga	380	Presidente Getúlio	699
Campos Novos	124	Itapoá	382	Presidente Nereu	702
Canoinhas	132	Ituporanga	405	Princesa	704
Capão Alto	142	Jaborá	407	Quilombo	705
Capinzal	143	Jacinto Machado	408	Rio das Antas	713
Catanduvas	150	Jaraguá do Sul	409	Rio do Campo	714
Caxambu do Sul	151	Joaçaba	444	Rio do Oeste	735
Chapadão do Lageado	153	Lacerdópolis	453	Rio dos Cedros	771
Cocal do Sul	154	Lages	454	Rio do Sul	738
Concórdia	157	Laguna	490	Rio Rufino	774
Cordilheira Alta	187	Lauro Muller	504	Romelândia	775
Coronel Martins	191	Lebon Regis	507	Saltinho	776
Correia Pinto	202	Leoberto Leal	508	Santa Rosa de Lima	779
Cunha Porã	206	Lontras	514	Santa Terezinha do Progresso	780
Cunhataí	208	Luiz Alves	516	Santiago do Sul	785
Curitibanos	209	Luzerna	524	Santo Amaro da Imperatriz	794
Descanso	218	Mafra	526	São Bento do Sul	796





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2907

Terça-feira - 20 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

São Bernardino	813	Saudades.....	894	Treze Tílias	934
São Bonifácio	833	Schroeder	895	Tunápolis	935
São Carlos	836	Seara	904	Turvo	939
São Domingos.....	839	Serra Alta	907	Urubici	941
São João Batista.....	850	Sombrio.....	916	Vidal Ramos.....	942
São João do Oeste	854	Sul Brasil	918	Videira.....	943
São João do Sul	855	Tangará	919	Vitor Meireles.....	970
São Joaquim	857	Tigrinhos	921	Witmarsum	971
São José.....	860	Tijucas	922	Xanxerê.....	975
São José do Cedro.....	877	Timbé do Sul	927	Xaxim	977
São Lourenço do Oeste.....	880	Timbó	931	Zortéa	978
São Miguel do Oeste.....	890	Três Barras	933		

Consórcios

CIGA	979
CIMCATARINA.....	981
CIMVI.....	1004
CIS/AMAUC.....	1005
CIS/AMVI	1007
CISAMREC	1012
Quiriri.....	1013
CIGAMVALI.....	1018



Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE 24º REUNIÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2128805

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO 3º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA, EM 05 DE AGOSTO DE 2019.

Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de 2019 (dois mil e dezenove), na Avenida 25 de Julho, nº 850, Centro, a Câmara de Vereadores de Agrolândia esteve reunida em sua 24ª Reunião Ordinária, na qual o Presidente Solicitou a 1ª Secretária para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 Vereadores: Rodrigo Biancati, Adelândio Galvani, Rejane Ana Schaade Sasse, Valdonei Eger, Ingo Piske, Claércio Figueredo, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Isac Ramos e Hélio Miranda de Oliveira. Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Reunião Ordinária, solicitando ao Vereador Ingo que fizesse uma pequena reflexão. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No Grande Expediente, a 1ª Secretária fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida o Presidente declarou aberta a Palavra Livre, e solicitou ao 2º Secretário que verificasse se havia alguém inscrito, na qual havia o Sargento BM Vanderlei Nunes Ferreira, que teve como assunto a "Cessão de Uso de Imóvel Público para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina". O Presidente deu início a Ordem do Dia, e colocou em 1ª votação o PROJETO DE LEI Nº 026/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019. Desafeta área destinada à parte de uma rua para fins de reforma/ampliação do Centro DE Educação Infantil Pequeno Príncipe e dá outras providências e o PROJETO DE LEI Nº 027/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019. Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a Cessão de Uso de imóvel público para o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Aprovados por unanimidade. Em única votação, a MOÇÃO Nº 003/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019. A designação, junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, para o Alto Vale do Itajaí, ou seja, para o Município de Agrolândia, novos policiais militares com o objetivo de atender a necessidade do setor de segurança pública da cidade. Aprovada por unanimidade. E por fim deu entrada o PROJETO DE LEI Nº 028/2019, DE 24 DE JULHO DE 2019. Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Agrolândia, cria o Conselho Municipal do Patrimônio e institui o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e dá outras providências; o PROJETO DE LEI Nº 029/2019, DE 29 DE JULHO DE 2019. Denomina de "Unidade Básica de Saúde August Bauer" e dá outras providências e o PROJETO DE LEI CV Nº 001/2019, DE 01 DE AGOSTO DE 2019. Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial da Câmara Municipal de Agrolândia/SC. Os Projetos foram encaminhados para as comissões competentes emitirem os pareceres. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a Palavra para as Explicações Pessoais na qual os Vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais às tramitações. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Reunião Ordinária, para o dia 12 de agosto, no horário e local de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Reunião. E assim declarou encerrada a presente Reunião Ordinária.

Plenário Vereador Emil Jansen, 05 de agosto de 2019.

Rodrigo Biancati Presidente da Mesa	Valdonei Eger Vice-Presidente
Rejane Ana Schaade Sasse 1ª Secretária	Ingo Piske 2º Secretário

PORTARIA 043

Publicação Nº 2128807

PORTARIA Nº 043/2019, de 30 de julho de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais, que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO – considerando o disposto na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02;

CONSIDERANDO – os Princípios Constitucionais da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Pública, da Eficiência e da Publicidade que regem a Administração Pública;

CONSIDERANDO – a necessidade de executar de maneira eficiente e eficaz os procedimentos licitatórios realizados pela Câmara Municipal de Agrolândia – SC;

CONSIDERANDO - o que dispõe a Lei Federal Nº 10.520/02, no que preconiza o inciso IV do seu Art. 3º, que a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio;

CONSIDERANDO - a necessidade de reformulação da Equipe de Apoio de Pregão Presencial;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Apoio de Pregão Presencial da Câmara Municipal de

Agrolândia – SC:

Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Agrolândia:

Arthur Metzger – Servidor da Prefeitura Municipal ocupante do cargo de Auxiliar administrativo, matrícula nº 110795

Equipe de Apoio

Monica Maria dos Santos Pereira; Servidora da Câmara Municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 011;

Eugênio Carlos de Jesus – Servidor da Prefeitura Municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 554057

Art. 2º. Compete a Equipe de Apoio de Pregão Presencial, em conformidade com a Constituição Federal e a Lei Federal 10.520/02, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º. O período de vigência da Equipe de Apoio de Pregão Presencial é de 01 (um) ano, a contar da data da publicação da presente Portaria.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31/07/2020, revogando quaisquer disposição em contrário.

Plenário Vereador Emil Jansen

Agrolândia, em 30 de julho de 2019.

Rodrigo Biancati

Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

PORTARIA 044

Publicação Nº 2128810

PORTARIA Nº 044/2019, de 13 de agosto de 2019.

“Dispõe sobre horário de expediente da Câmara Municipal de Agrolândia e dá outras providências.”.

O Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que o turno único não traz prejuízos ao bom atendimento e funcionamento da Câmara Municipal, bem como gera uma economia considerável no tocante a gastos com energia, telefone, material de expediente, entre outros;

CONSIDERANDO, que em dia de reuniões alguns servidores exercem suas funções além do horário regulamentar;

CONSIDERANDO, que a Administração Pública tem que pautar pelo princípio da isonomia, e do princípio da economicidade;

CONSIDERANDO, ainda que as reuniões plenárias iniciam-se às 19 horas, mas sua preparação para a mesma ocorre durante toda a semana de trabalho.

CONSIDERANDO, a Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho - TST e o Art. 71 da Consolidação do Trabalho - CLT;

RESOLVE:

Art. 1º Fica fixado o horário de expediente dos servidores do Poder Legislativo de Agrolândia que será das 13:00 horas às 19:00 horas.

Parágrafo Único - Havendo necessidade e com autorização do Presidente da Câmara de Vereadores, os servidores poderão realizar suas atividades no período matutino.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Vereador Emil Jansen

Agrolândia, em 13 de agosto de 2019.

Rodrigo Biancati

Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

Agronômica

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2018 FMS

Publicação Nº 2128226

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2018 - FMS.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONOMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC, representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. OSMAR FREDERICO KORB, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa CENTRO DE UROLOGIA DO ALTO VALE DO ITAJAI LTDA, inscrita no CNPJ com o nº 19.534.821/0001-36, doravante designada CONTRATADA, representada, neste ato, por LUIS FERNANDO BATISTA DA SILVA, RG nº 3.869.666 e CPF nº 988.535.119-15, considerando o constante no Edital de credenciamento nº 03/2018 - Inexigibilidade nº 03/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, a seguir denominada CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso I, letra "b", e inciso II, letra "d" parágrafo 1º.

Fica prorrogado o prazo do contrato 7/2018 por mais 12 (doze) meses, mantido o mesmo valor do contrato original, sem reajuste.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência de 21/08/2019 até 21 de Agosto de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 16 de Julho de 2019.

..... FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONOMICA Osmar Frederico Korb DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE CENTRO DE UROLOGIA DO ALTO VALE DO ITAJAI LTDA Luis Fernando Batista da Silva SÓCIO ADMINISTRADOR CONTRATADA
---	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

JULIA FLOR SILVA TONON
CPF: 071.059.899-80

Visto: _____

Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

Nº 328/2019

Publicação Nº 2129051

PORTARIA Nº 328/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando os termos do paragrafo primeiro item IV e alíneas, todos do art. 24 da lei Federal nº 11.494/2007 de 20/06/2007, ainda, art. 3º da lei nº 742/2007 de 08/05/2007, e que determina "modus" da composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e controle social de Fundo de manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB

Considerando que investe membros junto ao conselho municipal de acompanhamento e controle social do Fundo de manutenção e

Desenvolvimento da educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB.

RESOLVE:

1) Nos termos do art. 3º da lei nº 742/2007 de 08/05/2007 e art. 1ª da lei 852/2010 de 27/04/2010, ficam investidos membros junto o conselho municipal de acompanhamento e Controle Social de Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB/ Agrônômica – SC, o conselho é pelo período de 2 (dois) anos conforme abaixo:

a) Dois representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1(um) da secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto ou órgão equivalente.

MEMBRO TITULAR: FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

MEMBRO SUPLENTE: JAQUELINE TEREZINHA JETHE

MEMBRO TITULAR: FABIO HILLESHEIM

MEMBRO SUPLENTE: CLEIZI DIANA RECH

b) Um representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:

MEMBRO TITULAR: CATIA SCHLATTER ALVES VIEIRA

MEMBRO SUPLENTE: MIRTES SCHLUP

c) Um representante das Direções dos Núcleos Escolares da Rede Municipal de Ensino

MEMBRO TITULAR: MARIZE ZULMIRA STUHLERT ALBERTON

MEMBRO SUPLENTE: LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA

d) Um representante dos Servidores Técnico – Administrativo da Rede Municipal de Ensino

MEMBRO TITULAR: MARIA REGINA MEDEIROS

MEMBRO SUPLENTE: VOLNICE REGINA FLAUSINO

e) Dois representantes das Associações de Pais de Alunos da Educação Básica, da Rede

MEMBRO TITULAR: SEBASTIANA IRACI LEITE

MEMBRO SUPLENTE: RODRIGO FRANCO VANELLI

MEMBRO TITULAR: JAQUELINE SESTREN

MEMBRO SUPLENTE: NIVIA ESPINDOLA PEREIRA

f) Um representante do Conselho Municipal de Educação

MEMBRO TITULAR: JUREMA TESTONI ESPINDOLA

MEMBRO SUPLENTE: VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK

g) Dois representantes dos estudantes de educação básica pública, sendo 1(um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas

MEMBRO TITULAR: ALMERI ANDREATTA

MEMBRO SUPLENTE: ADRIANA LEICHT PRUST

MEMBRO TITULAR: SUELI MARIA BONOMINI PIAZZA

MEMBRO SUPLENTE: CATIA ALINE SEBOLD

h) um representante do conselho tutelar da criança e do Adolescente

MEMBRO TITULAR: MARCIA REGINA PONTICELLI

MEMBRO SUPLENTE: PAULO CESAR MOMM

2-) Revoga-se a portaria Nº 304/2019 de 12 de agosto de 2019 e demais disposições contrárias.

3-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 20 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 54/2019

Publicação Nº 2128189

DECRETO Nº. 054/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

O Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

-Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

-O disposto na Lei Municipal n.º. 1.136/2018 de 06 de dezembro de 2018, que autoriza suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior,

- Que o artigo 27 combinado com o § 3º da Lei Municipal n.º. 1.133 /2018 de 19 de outubro de 2018, autoriza a criação de créditos adicionais suplementares utilizando o superávit financeiro do exercício anterior,

- Que o superávit financeiro do exercício de 2018 na fonte de recursos 0.2.35 (52) – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS foi na ordem de R\$ 187.330,86, não houve reabertura de créditos no exercício de 2019 na Unidade Orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social de Agronômica, não houve créditos adicionais tramitados e em tramitação até esta data e o saldo do superávit financeiro é de R\$ 187.330,86, na fonte de recursos 0.2.35 (52) – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Que a dotação nº. 134 do Fundo Municipal de Assistência Social, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 40.000 (Quarenta mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (134)

Programa – 81– Assistência Social

Ação – 2.47 – Apoio a Família Carente

Unidade – 10002 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função – 8 – Assistência Social

Subfunção – 244 – Assistência Comunitária

Valor R\$ 40.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º e por conta do superávit financeiro do exercício de 2018, no valor de R\$ 40.000,00 - fonte de recursos 0.6.35 – Superávit Financeiro – SUAS/União (244).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de agosto de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

Nº 55/2019

Publicação Nº 2128190

DECRETO N.º 055/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

O Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

--Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.136/2018 de 06 de dezembro de 2018, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,
- Que o Inciso II do Artigo 10º da Lei nº. 1.136/2018, autoriza a utilizar anulação de saldos de dotações orçamentárias;
-Que a dotação nº. 104 do Fundo Municipal de Assistência Social de Agrônômica, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (104)
Programa – 81– Assistência Social
Ação – 2.47 – Apoio a Família Carente
Unidade – 10002 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função – 8 – Assistência Social
Subfunção – 244 – Assistência Comunitária
Valor R\$ 15.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Despesa – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (101)
Programa – 81– Assistência Social
Ação – 2.47 – Apoio a Família Carente
Unidade – 10002 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função – 8 – Assistência Social
Subfunção – 244 – Assistência Comunitária
Valor R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 20 de agosto de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

225/2019

Publicação N° 2128056

PORTARIA N° 225/2019 – DE 19 DE AGOSTO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora LUCIARA VIERA DE ANHAIA, inscrita no CPF nº 025.683.119-08, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, no período de 19/08/2019 até 02/09/2019, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

226/2019

Publicação N° 2128057

PORTARIA N° 226/2019 – DE 19 DE AGOSTO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora ROSANE PEREIRA GRISA, inscrita no CPF nº 767.699.769-00, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 19/08/2019 até 02/09/2019, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

227/2019

Publicação N° 2128532

PORTARIA N° 227/2019 – DE 19 DE AGOSTO DE 2019

“NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 015/99 e Lei Complementar nº 058/09

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de Conselheira Tutelar Suplente, a servidora LEOCÁTIA BRANDALISE, inscrita no CPF sob o nº 006.395.269-69, de 19/08/2019 a 17/10/2019, conforme eleição realizada no dia 13 de agosto e conforme Edital nº 005/2017 de 17 de agosto de 2017, para atuar como Conselheira Tutelar durante as férias das conselheiras tutelares titulares Sandra Maria Celso Zanini e Sarah Pinto de Aquino Grohser Ferretti.

Art. 2º. A servidora nomeada exercera as atribuições e prerrogativas inerentes ao cargo e perceberá seus vencimentos na forma da Lei nº 094/2014 de 09 de dezembro de 2014.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 099/2019

Publicação Nº 2128864

DECRETO Nº 099/2019 – DE 16 DE AGOSTO DE 2019

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.623, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.623 de 11 de dezembro de 2018, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do PASEP.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.20.00.00.0679/28 Transferências a União, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.20.00.00.0679/28 Transferências a União R\$ 15.000,00

TOTALR\$ 15.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Impostos – Próprios

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 100/2019

Publicação Nº 2128866

DECRETO Nº 100/2019 – DE 19 DE AGOSTO DE 2019

DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

PREFEITO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONFORME O ARTIGO 72, XXXIII E O ARTIGO 5º “i” do Decreto-Lei 3.365/1941, DECRETA:

Considerando que é dever do administrador público promover a construção de obras públicas e sua manutenção, que beneficiem a população do município de Água Doce;

Considerando que compete ao Município, legislar sobre assuntos de interesse local, a teor do art. 30, inciso I, da Constituição Federal; Considerando que o art. 5º inciso XXIV, da Constituição Federal, prevê a "desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro"; Considerando que o Decreto Lei 3.365 de 21/06/41 que "dispõe sobre desapropriação por utilidade pública", considera que "mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios"; Considerando que é de competência do Chefe do Poder Executivo decretar a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, nos termos do art. 72, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal; Considerando que a área desapropriada permitirá a ligação da Rua Basílio Cavalet com a Servidão de Acesso à Avenida Independência;

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, parte do imóvel Matriculado sob o n. 12.559 do CRI do 2º. Ofício de Joaçaba-SC, com área de 1.205,17 (um mil, duzentos e cinco metros e dezessete centímetros quadrados), de propriedade de GIOVANI LUIZ BRANDALISE e ELENICE APARECIDA DE LARA RIBAS BRANDALISE, conforme descrição constante em memorial descritivo e levantamento planimétrico que ficam fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º. A desapropriação prevista no artigo anterior é declarada de natureza urgente, para os fins e efeitos do artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Água Doce-SC, 19 de Agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 101/2019

Publicação Nº 2128869

DECRETO Nº 101/2019 – DE 19 DE AGOSTO DE 2019

DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

PREFEITO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONFORME O ARTIGO 72, XXXIII E O ARTIGO 5º "i" do Decreto-Lei 3.365/1941, DECRETA:

Considerando que é dever do administrador público promover a construção de obras públicas e sua manutenção, que beneficiem a população do município de Água Doce;

Considerando que compete ao Município, legislar sobre assuntos de interesse local, a teor do art. 30, inciso I, da Constituição Federal; Considerando que o art. 5º inciso XXIV, da Constituição Federal, prevê a "desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro";

Considerando que o Decreto Lei 3.365 de 21/06/41 que "dispõe sobre desapropriação por utilidade pública", considera que "mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios"; Considerando que é de competência do Chefe do Poder Executivo decretar a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, nos termos do art. 72, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a área desapropriada permitirá a ligação da Rua Basílio Cavalet com a Servidão de Acesso à Avenida Independência;

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, parte do imóvel Matriculado sob o n. 11.683 do CRI do 2º. Ofício de Joaçaba-SC, com área de 521,78 (quinhentos e vinte e um metros e setenta e oito centímetros quadrados), de propriedade de COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA, conforme descrição constante em memorial descritivo e levantamento planimétrico que ficam fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º. A desapropriação prevista no artigo anterior é declarada de natureza urgente, para os fins e efeitos do artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Água Doce-SC, 19 de Agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº16/2019- PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2019-AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO NOVO COMPLETO

Publicação Nº 2128024

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº16 /2019 – FMS
Pregão Presencial nº10/2019 – FMS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO NOVO COMPLETO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 14h00min do dia 02 de setembro de 2019.
Abertura dos Envelopes: a partir das 14h15min – dia 02 de setembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. www.aguasdechapeco.sc.gov.br, e-mail compras@aguasdechapeco.sc.gov.br ou INFORMAÇÕES pelo fone (0**49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 16 de setembro de 2019.
LEONIR ANTONIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 088 - 2019 - SUPLEMENTAÇÃO FISCAL PM - SUPERAVIT

Publicação Nº 2128483

DECRETO Nº 088/2019 De 19 de agosto de 2019	DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 1957/2018, Artigo 5º, § 1º Inciso II e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Especial no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, no valor de R\$- 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	4
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Públicos - DOSU	1
Função	Segurança Pública	6
Sub-função	Policimento	181
Programa	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS COM COMPROMISSO	8
Atividade	Manutenção do FUNREBOM	2.029
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(131)	Aplicação Direta – 3.3.90.00.00	03.000 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		15.000,00

Art. 2º Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2018, conforme Decreto n.º 003/2018, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro 03.000 – Recursos Ordinários, no valor total de R\$- 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 19 de agosto de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

GABARITO PRELIMINAR - CP 001-2019

Publicação Nº 2128704

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

GABARITO PRELIMINAR

O Presidente da Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense - HIDROESTE, Sr. Jatir Raul Pilatti, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Gabarito Preliminar referente ao Concurso Público n.º 001/2019, destinado ao preenchimento de vaga no Quadro de Pessoal da Companhia.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva do Concurso Público n.º 001/2019, da Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense - HIDROESTE, conforme segue:

ENSINO SUPERIOR

Língua Portuguesa

01 – B	02 – E	03 – D	04 – A	05 – C	06 – E	07 – C	08 – E	09 – B	10 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Matemática

11 – B	12 – E	13 – A	14 – D	15 – E
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

16 – A	17 – B	18 – C	19 – D	20 – E
--------	--------	--------	--------	--------

Contador

21 – A	22 – E	23 – D	24 – C	25 – A	26 – E	27 – A	28 – D	29 – B	30 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. É facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo Concurso Público, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 20 e 21 de agosto de 2019, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo IV, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do Edital, em especial ao item 8.2.

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó (SC), 19 de agosto de 2019.
JATIR RAUL PILATTI
Diretor Presidente

JÉSSICA SIMÕES PIRES GUIDONI
Presidente da Comissão de Acompanhamento

PORTARIA Nº 290/2019

Publicação Nº 2128880

PORTARIA Nº 290/2019 De 19 de Agosto de 2019	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido da própria servidora, em 19 de agosto de 2019, o contrato de trabalho da Servidora ANA LAURA GAI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, exercendo suas funções na CME.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 19 de Agosto de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº71/2019

Publicação Nº 2128444

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	71/2019
Contratante	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada	COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI
Objeto	Aquisição de Sementes de Pastagens, Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019, Decreto Municipal nº226/2019 e Edital de Credenciamento nº2/2019
Valor	R\$ 44.723,40(quarenta e quatro mil setecentos e vinte e três reais e quarenta centavos)
Vigência	Início :19/08/2019 Término : 31/12/19
Licitação	Inexigibilidade Nº.: 13/2019
Processo	66/2019

AGUAS FRIAS, 19 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

EXTRATO CONTRATUAL Nº72/2019

Publicação Nº 2128447

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	72/2019
Contratante	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA
Objeto	Aquisição de Sementes de Pastagens, Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019, Decreto Municipal nº226/2019 e Edital de Credenciamento nº2/2019
Valor	R\$ 10.729,82(dez mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos)
Vigência	Início :19/08/2019 Término : 31/12/19
Licitação	Inexigibilidade Nº.: 13/2019
Processo	66/2019

AGUAS FRIAS, 19 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ADITIVO Nº73/2019

Publicação Nº 2128452

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº :	63/2.019
Contrato de Aditivo:	73/2019
Termo Aditivo:	Primeiro termo Aditivo ao Contrato nº63/2019
Contratante :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada :	MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
--------------------	---------------------------

Motivo do Aditivo .:	Cláusula Primeira: Em conformidade com os itens e valores constantes na cláusula primeira item 1.1.1 do Contrato Administrativo nº63/2019 fica RETIFICADO o valor constante na cláusula quarta do contrato nº63/2019 de R\$ 7.694,00 (sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais) para R\$7.964,00 (sete mil novecentos e sessenta e quatro reais). Cláusula Segunda: Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo nº63/2.019 , não alteradas pelo presente instrumento.
----------------------	--

Vigência :	Início :19/08/2019 Término :15/08/2019
------------------	--

Licitação :	Pregão nº27/2019
-------------------	------------------

Processo :	60/2.019
------------------	----------

Aguas Frias-SC, 19 de agosto de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO 044/2019 NOMEAÇÃO

Publicação N° 2129060

DECRETO N°. 044/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista ter sido aprovado em concurso público n°. 003/2018, homologado o resultado final em 12.02.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR o abaixo relacionado, no cargo e padrão identificado, a partir de 20 de agosto de 2019, nos termos da Lei Complementar n°. 020/2016, de 23.06.2016:

CARGO PADRÃO CARGA HORÁRIA

FISCAL DE TRIBUTOS 7-A 40 horas semanais
. JANETE VIEIRA

Art. 2º. – O nomeado deverá tomar posse, lavrando-se o termo em livro próprio no prazo de 30 (trinta) dias, e ficar ciente das disposições da Lei Complementar n°. 017/2015, de 21.12.2015.

Águas Mornas-SC, 20 de agosto de 2019

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA 136/2019 CONTRATO

Publicação N° 2127748

PORTARIA N°. 136/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei n°. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa n°. 021/2019, de 30.07.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR o abaixo relacionado no cargo e padrão identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PADRÃO 1-A

. Luciane Hillesheim Rassweiler - Escola Municipal Santa Isabel - período de 01.08.2019 à 25.10.2019, 40 (quarenta) horas semanais..

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 30 de julho de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO
RESPONSÁVEL

PORTARIA 137/2019 LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2127751

PORTARIA Nº. 137/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em dinheiro, a Servidor Público Municipal aposentado, Senhor Mário Degering, matrícula nº. 030, referente ao quinquênio de 02.05.2009 à 01.05.2014, ficando 02 (dois) meses pendentes referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 31 de julho de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA 139/2019 LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2127755

PORTARIA Nº. 139/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 05.08.2019, a Servidora Pública Municipal, Senhora Nivia Cristina Garcia Vieira, matrícula nº. 1061, referente ao quinquênio de 02.06.2014 à 01.06.2019, ficando 02 (dois) meses pendentes referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 31 de julho de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA 140/2019 CONTRATOS

Publicação Nº 2127758

PORTARIA Nº. 140/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 022/2019, de 01.08.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR os abaixo relacionados nos cargos e padrões identificados, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

BIBLIOTECÁRIO – PADRÃO 8-A

. Angela Schmidt da Rosa - Secretaria Municipal de Educação, 40 horas semanais, período de 01.08.2019 à 31.12.2019.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PADRÃO 1-A

. Juçara Aparecida Laia - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 40 horas semanais, período de 01.08.2019 à 31.12.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 01 de agosto de 2019
OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO
RESPONSÁVEL

PORTARIA 141/2019 NOMEAÇÃO

Publicação Nº 2127766

PORTARIA Nº. 141/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 8º. da Lei Complementar nº. 018/2015, de 21.12.2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a Senhora Zeli Meurer Schurhaus, para o Cargo Comissionado de Assessor de Departamento, a partir do dia 01.08.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Águas Mornas-SC, 01 de agosto de 2019
OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO
RESPONSÁVEL

PORTARIA 142/2019 CONCEDE ESTABILIDADE

Publicação Nº 2127770

PORTARIA Nº. 142/2019

Concede estabilidade a Servidora Pública do Município de Águas Mornas.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no artigo 41, § 4º. da Constituição Federal, Lei Complementar nº 017/2015 e Decreto Municipal nº. 094/2003,

Considerando, que o servidor se submeteu a avaliação de desempenho funcional durante o estágio probatório;

Considerando, que a comissão especialmente designada pela Portaria nº. 154/2011 procedeu as avaliações de desempenho funcional e o concedeu conceito "SD-Supera Desempenho Esperado" ou "AD-Atinge o Desempenho Esperado" pelo menos em duas avaliações, conforme processo,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER ESTABILIDADE no serviço público municipal de Águas Mornas, a servidor abaixo relacionado nos termos do artigo 41, da Constituição Federal.

NOME DO SERVIDOR	MATRÍ-CULA	CARGO	CONCEITOS
Graziela Hinckel Schurhaus Silva	1170	Enfermeira	SD, SD, SD

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 01 de agosto de 2019.
OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA 143/2019 LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2127771

PORTARIA N°. 143/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 05.08.2019, a Servidor Público Municipal, Senhor Araldo Dias da Cruz, matrícula n°. 1001, referente ao quinquênio de 18.02.2013 à 17.02.2018, ficando 01 (um) mês pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar n° 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 02 de agosto de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA 144/2019 EXONERAÇÃO

Publicação N° 2127776

PORTARIA N°. 144/2019

Concede Exoneração, a pedido, a Servidor Público Municipal.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, o Senhor Renato de Campos Vasconcellos, ocupante do cargo temporário de Farmacêutico, matrícula n°. 1265, a partir do dia 06.08.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 07 de agosto de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO
RESPONSÁVEL

PORTARIA 145/2019 PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Publicação N° 2127783

PORTARIA N°. 145/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei n°. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa n°. 023/2019, de 09.08.2019,

RESOLVE:

Art. 1º. – PRORROGAR o contrato de trabalho do abaixo relacionado no cargo e padrão identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – PADRÃO 6-A

. Luisa Augusta Sperber Antunes – Unidade de Saúde de Santa Cruz da Figueira – período de 10.08.2019 à 13.10.2019 – 40 horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 09 de agosto de 2019.
OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO
RESPONSÁVEL

PORTARIA 146/2019 LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2127790

PORTARIA N°. 146/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 14.09.2019, a Servidor Público Municipal, Senhor Tarcísio Hillesheim, matrícula n°. 980, referente ao quinquênio de 01.02.2013 à 31.01.2018, ficando 02 (dois) meses pendentes referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar n° 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 09 de agosto de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA 147/2019 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação N° 2127792

PORTARIA N°. 147/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora Pública Municipal, Senhora Izabel Esmeraldina da Cunha Kirchner, matrícula 524, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 22.08.2019, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar n° 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 13 de agosto de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho
Responsável

PORTARIA N.º 149/2019 NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Publicação N° 2129056

PORTARIA N.º 149/2019

Nomeia os Membros da Comissão Permanente de Licitação para o Exercício de 2019.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 51, § 4º da Lei Federal 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Permanente de Licitação, destinada a elaborar, receber, analisar e julgar os processos licitatórios do exercício de 2019:

- 01. Liliane Hoinaski
- 02. Patrícia Lehmkuhl
- 03. Denise Diniz Cordeiro

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2019, revogando as disposições contrárias.

Águas Mornas, 20 de agosto de 2019.

Omero Prim

Prefeito Municipal

Registrada e publicada aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem

Secretário Municipal de Administração
e Finanças

Alfredo Wagner

PREFEITURA

4369/2019

Publicação Nº 2127907

DECRETO Nº 4369/2019

DENOMINA NOME DE RUA JÁ EXISTENTE NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 93, item VIII da Lei Orgânica do Município, nº. 170/90, de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica por este ato decretado o nome da seguinte via pública na área urbana, já consolidada, do Município de Alfredo Wagner: Rua Osny Werlich, no Bairro Saltinho, tendo início na Rua Padre Cristovão Arnald, ponto inicial (S 27º 40. 874' - O 049º 13. 187') até ponto final (S 27º 41. 417 - O 049º 21. 110').

Art. 2º. A denominação atribuída à esta Rua atende ao desejo dos habitantes daquele logradouro, sendo à citada Rua em área habitacional já consolidada.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 16 de agosto de 2019.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2019

Publicação Nº 2128566

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PREGÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 29 de Agosto de 2019.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Onde lê-se Pregão Presencial nº06/2019. Leia-se Pregão Presencial nº05/2019. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Referente aquisição de Equipamentos Médicos e Odontológicos para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município. Conforme Termo de Referência constante no anexo I do edital.

Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 19 de Agosto de 2019.

Wanderley da Silva

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2019

Publicação Nº 2128846

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 02 de Setembro de 2019.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Referente aquisição estimada de Materiais de Procedimentos Odontológicos para manutenção dos consultórios das Unidades Básicas de Saúde do município, cujas especificações detalhadas encontram-se no anexo I, parte integrante do edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 19 de Agosto de 2019.

Wanderley da Silva

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO N° 2.851, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação N° 2127894

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, Sr. GUSTAVO HOHMANN CAMIÑA do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20 HORAS, matrícula 907, conforme pedido protocolado sob o nº 0346/2019 de 07/08/2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto de nº 2.833 de 17 de julho de 2018.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 16 de agosto de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 064/2019

Publicação N° 2128009

Processo Administrativo Licitatório nº 064/2019
Dispensa de Licitação nº 06/2019

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa de Licitação para contratação de serviços e componentes necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, para o veículo Iveco Tector IVECO, modelo 260E30C, renavam 350686, placas QJY-3763/SC.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XVII, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, ratifico o ato do Senhor Gustavo Elias Lohmann, que declara dispensável a licitação nos termos da lei supracitada.

Esta é a decisão.

Emita-se a Autorização para fornecimento do serviço bem como dos materiais necessários.

Alto Bela Vista - SC, 16 de agosto de 2019.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CHAMADA PUBLICA

Publicação N° 2127744

Anchieta (SC), 16 de Agosto de 2019.

Ilma Senhora
Lúcia Claci Wildner

Assunto: CONVOCAÇÃO – Chamada Pública nº 001/2019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes bem como no setor de Recursos Humanos, para contratação através da Chamada Pública nº 001/2019 para o cargo de Professora de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em substituição a titular que passou por procedimento cirúrgico. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a Chamada Pública nº 001/2019 Vossa Senhoria foi classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - Fotocópia do RG;
 - Fotocópia do CPF;
 - Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - Fotocópia do Título de Eleitor;
 - Comprovante de residência;
 - Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - Uma fotografia 3x4 atual;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Declaração de bens;
 - Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>
 - Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Lúcia Claci Wildner

CONVOCAÇÃO CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 2127933

Anchieta (SC), 19 de Agosto de 2019.

Ilma Senhora
Margarete Lourdes Garlet Bertolin

Assunto: CONVOCAÇÃO – Chamada Pública nº 001/2019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes bem como no setor de Recursos Humanos, para contratação através da Chamada Pública nº 001/2019 para o cargo de Professora de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em substituição a titular que passou por procedimento cirúrgico. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a Chamada Pública nº 001/2019 Vossa Senhoria foi classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>
 - x) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Margarete Lourdes Garlet Bertolin

DECRETO Nº 146/2019

Publicação Nº 2128858

DECRETO Nº. 146/2019, DE 16 AGOSTO DE 2019

Revoga o Processo de Licitação nº 069/2019, na modalidade de Concorrência Pública nº 002/2019, referente a alienação de bem imóvel municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, e posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 069/2019, na modalidade de Concorrência Pública nº 002/2019, destinado a alienação de bem imóvel municipal, sendo parte de uma área de terras localizada na Linha vargem Bonita, interior do Município de Anchieta, Santa Catarina, com área superficial de 200 m² (duzentos metros quadrados), sobre a qual encontra-se edificado prédio escolar desativado com área de 98,00 m² (noventa e oito metros quadrados).

Art. 2º Determina-se ao setor de licitação a publicação de comunicado de revogação do Processo Licitatório na modalidade de Concorrência Pública nº 002/2019.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 16 de Agosto de 2019.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 147/2019

Publicação Nº 2128124

DECRETO Nº. 147/2019, de 19 de Agosto de 2019

Altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.403, de 26 de novembro de 2018 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :**TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.403, de 26 de novembro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), destinado a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte conta, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(101) 4.4.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicação Diretas R\$
1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicação Direta R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.402 de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.401 de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e Redução introduzidas neste texto legal.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 19 de Agosto de 2019.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DESISTENCIA DE VAGA CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 2127930

Ilmo. Senhor
Ivan José Canci
DD. Prefeito Municipal
Anchieta – Sc.

Eu Lucia Claci Wildner, classificada na Chamada Pública nº 001/2019 para o cargo de Professora de Séries Iniciais- Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano ACT, ao qual fui convocada para assumir a vaga, venho por meio deste DECLARAR minha desistência da vaga referente ao cargo a qual fui convocada na data de 16/08/2019.

Anchieta (SC), 16 Agosto de 2019.

Lucia Claci Wildner

,

EDITAL 007/2019/CMDCA - RESULTADO FINAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2127703

EDITAL 007/2019/CMDCA

Divulga resultado final relativo às provas objetivas realizadas ao processo de escolha de membros do Conselho Tutelar de Anchieta/SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anchieta/SC, no uso de suas atribuições legais e considerando a decisão da Comissão Especial Eleitoral, designada pela Resolução 002/2019/CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1 Divulgar o Resultado Final relativo às provas objetivas realizadas ao processo de escolha de membros do Conselho Tutelar de Anchieta/SC, conforme segue:

CONSELHEIRO TUTELAR					
Nº	Nome candidato	CT	IB	Total	Resultado
1	Marta De Pellegrin Antunes De Oliveira	6,50	0,50	7,00	Classificado
2	Cristiane Provin	5,50	1,00	6,50	Classificado
3	Cassiano José Dos Santos	4,50	1,50	6,00	Classificado
4	Nanci Maria Guth Vidori	5,00	1,00	6,00	Classificado
5	Edinara Da Costa Mittmann	4,50	1,00	5,50	Desclassificado

6	Juliana De Souza Machado Mantovani	3,00	0,00	3,00	Desclassificado
7	Taciane Dos Anjos	2,00	1,00	3,00	Desclassificado
8	Alberto Klauck	Faltante			Desclassificado
9	Fabiane Lago	Faltante			Desclassificado
10	Jackline Appio	Faltante			Desclassificado

Art. 2 São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 6,00 (seis pontos), no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das questões sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica), conforme dispõe o edital.

PUBLIQUE-SE.

Anchieta – SC, 19 de agosto de 2019.

Ione Teresinha Presotto

Presidente do CMDCA

PORTARIA Nº365/2019

Publicação Nº 2127743

PORTARIA n. 365/2019
De, 16 de Agosto de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Atestado Médico da Servidora que passou por procedimento cirúrgico,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde para a Servidora Pública senhora Elisangela Contini, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais – ensino Fundamental, Efetiva, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no período de 30 (trinta) dias a partir de 15/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 16 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº366/2019

Publicação Nº 2128857

PORTARIA nº. 366/2019
De, 19 de Agosto de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor Bruno de Lai, ocupante do cargo de Farmacêutico ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula 2601, lotado na Secretaria Municipal da Saúde Pública, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 19 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº367/2019

Publicação Nº 2128861

PORTARIA nº. 367/2019
De, 19 de Agosto de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando a Chamada Pública nº 001/2019;
Considerando o afastamento da servidora Elisangela Contini por procedimento cirúrgico;

RESOLVE:

Nomear Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Margarete Lourdes Garlet Bertolin, para exercer o cargo de Professora de Séries Iniciais – 1º ao 5º Ano, Ensino Fundamental ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período 19/08/2019 à 13/09/2019.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 19 de Agosto de 2019.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantu – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº368/2019

Publicação Nº 2128878

PORTARIA n. 368/2019
De, 19 de Agosto de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Atestado Médico da Conselheira Tutelar que passou por procedimento cirúrgico,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde para a Conselheira Tutelar, senhora Marta de Pelegrin Antunes de Oliveira, no período de 30 (trinta) dias a partir de 16/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 19 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº369/2019

Publicação Nº 2128882

PORTARIA nº 369/2019
De 19 de Junho de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 1988/2013,

Considerando a eleição realizada em 04/10/2015, para mandato de Conselheiro Tutelar referente ao período de 10/01/2016 à 10/01/2020;
Considerando o afastamento por procedimento cirúrgico da titular Marta de Pelegrin Antunes de Oliveira;

Resolve:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeada para compor o Conselho Tutelar do Município de Anchieta (SC) a Senhora Cristiane Provin, Conselheira Tutelar Eleita, lotada nos Encargos Gerais do Município, no período de 19/08/2019 à 14/09/019.

Art. 2º. – As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 19 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

Angelina

PREFEITURA

DECRETO N° 065/2019

Publicação N° 2128121

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO N° 065/19
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:	
10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
10.14 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
08244152.065 – Serviço de Acolhimento Institucional		
(23) 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Transf a Instit Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	3.000,00
Total Suplementação	R\$	3.000,00
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.	
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 14 de agosto de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

DECRETO N° 066/2019

Publicação N° 2128228

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO N° 066/19
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária através da verificação de Superávit Financeiro.	
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
0412232.003 - Manutenção e Func. da Sec. de Adm. e Finanças		
(168) 3.3.90.00.00.00.00.0.3.34 - Aplicação Direta	R\$	20.302,66
Total Suplementação	R\$	20.302,66
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro por fonte de recurso.	

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Angelina, 16 de agosto de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

EDITAL CMDCA Nº 001/2019 - HOMOLOGAÇÃO DAS NOTAS DA PROVA ESCRITA/APTIDÃO E LANÇAMENTO DO NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

Publicação Nº 2129023

Edital CMDCA Nº 001/2019

“EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ANGELINA – ELEIÇÕES UNIFICADAS - 2019”.

Dispõe sobre a homologação do resultado final da prova escrita, análise de aptidão e lançamento do número de identificação dos candidatos, inerente ao processo eleitoral de escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Angelina.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ANGELINA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no Item 7, subitens 7.16, 7.17 e 7.18, do Edital de referência, homologa o resultado/notas finais da prova escrita, nos termos abaixo elencados, juntamente com a aptidão pertinente, considerando a nota mínima da prova escrita:

Número da Inscrição Nome do Candidato/Resultado/Nota na Prova/Aptidão

01 Silvania Schmitt – 6,27 – Apta
02 Krystine Maccarini – 7,92 – Apta
03 Zita Terezinha Coelho – 3,30 – Inapta
04 Cleucéia Tomazoni – 6,27 – Apta
05 Priscila Silvino Ferreira – 8,58 – Apta

Ademais, nos termos do item 7, subitem 7.19, do Edital referenciado, os candidatos habilitados/aptos, considerando o resultando da prova e documentação instrutiva pertinente, serão identificados, no processo eleitoral em curso, pelos números/identificação abaixo exposta:

Número da Identificação Nome do Candidato

01 Priscila Silvino Ferreira
02 Krystine Maccarini
03 Silvania Schmitt
04 Cleucéia Tomazoni

Angelina, 19 de Julho de 2019
José Valmir Schmitt
Presidente do CMDCA

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 111/2019**

Publicação Nº 2128567

DECRETO Nº 000111/19 de 16 de Agosto de 2019

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 194.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0007.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 150.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0010.2.024-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0007.2.013-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 150.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0010.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Agosto de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112/2019

Publicação Nº 2128570

DECRETO Nº 000112/19 de 16 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 300.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 300.000,00

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 300.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Agosto de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 113/2019

Publicação Nº 2128571

DECRETO Nº 000113/19 de 19 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 101.724,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0012.2.035-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	4.000,00
11.01.10.301.0012.2.031-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	62.000,00
11.01.10.301.0012.2.032-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	22.000,00
11.01.10.305.0012.2.036-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	3.500,00
11.01.10.304.0012.2.035-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	4.000,00
11.01.10.304.0012.2.035-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
11.01.10.301.0012.2.031-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	224,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 101.724,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Agosto de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 06/2019FMS - PP 11/2019FMS

Publicação Nº 2128049



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO.

Pelo presente instrumento o **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na AVENIDA FLORIANOPOLIS, CENTRO, Apiuna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.195.905/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 11/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO**, conforme quantitativos e condições a seguir:

16918 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	AGUA OXIGENADA 10V. SOLUCAO DE PEROXIDO DE HIDROGENIO 3%. INDICAÇÃO ANTISSEPTICA DE FERIMENTOS. APRESENTACAO EM FRASCOS DE 1 LITRO.	Farmax-Amaral	10	R\$4,0200	R\$ 40,20
3	AGULHA GENGIVAL ODONTOLOGICA CURTA DESCARTAVEL, ESTERILIZADA, COM PONTA TRIFACETADA QUE REDUZ AO MÍNIMO A DOR E O INCÔMODO ELIMINANDO A ANECESSIDADE DE UMA PRÉ-ANESTESIA ANTES DA APLICAÇÃO DA INJEÇÃO. AGULHA DE METAL EM ALTA FLEXIBILIDADE, IMPEDINDO A QUEBRA MESMO COM MOVIMENTOS BRUCOS. AS PAREDES DA AGULHA SÃO ULTRAFINAS E SILICONIZADAS, PROPORCIONANDO UMA INSERÇÃO MAIS SUAVE E MENOS TRAUMÁTICA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. DEVE CONTER DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E LOTE NO LACRE DE SEGURANCA DA CAIXA. TAMANHO 21MM	Grupo Labor Import	40	R\$27,4500	R\$ 1.098,00
53	CABO DE ESPELHO BUCAL Nº 05 DE AÇO INOXIDÁVEL, ESPELHO PLANO	Cassiflex	100	R\$2,2800	R\$ 228,00
70	FILME INFANTIL PERIAPICAL. INDICADO PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRAORAIS (FILME 22X35MM) , PROCESSAMENTO MANUAL OU RADIOGRÁFICO. ALTA VELOCIDADE F. VALIDADE 2 ANOS APÓS SUA FABRICAÇÃO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PROGRAD	10	R\$153,9700	R\$ 1.539,70
75	FIXADOR PARA RADIOGRAFIAS ODONTOLOGICAS, CONTEM: AGUA (80-85%), TIOSSULFATO DE AMONIO (5-10%), TIOCIANATO DE AMONIO (5-10%), FRASCO COM 475ML	CAITHEC-DENTALTEC	70	R\$7,7000	R\$ 539,00
101	PINÇA CLINICA ODONTOLOGICA PARA ALGODAO AÇO INOXIDÁVEL	Cassiflex	50	R\$6,6700	R\$ 333,50
109	REVELADOR DE RADIOGRAFIAS ODONTOLOGICAS, COMPOSICAO: AGUA (85-90%), SULFITO DE SODIO (1-5%), DIETILENOGLICOL (1-5%), HIDROQUINONA (1-5%), FRASCO CONTENDO 475ML	CAITHEC-DENTALTEC	50	R\$8,7000	R\$ 435,00
140	SOLUCAO DE CLORHEXIDINA 2%, COM 100ML	VIC PHARMA	100	R\$2,1400	R\$ 214,00
163	ALAVANCA SELDIN RETA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL.	Cassiflex	30	R\$18,5000	R\$ 555,00
164	ALAVANCA SELDIN DIREITA E ESQUERDA (BANDEIRINHAS) AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL. INDICADA PARA AUXILIAR EM CIRURGIAS DE EXTRAÇÃO DENTÁRIA.	Cassiflex	30	R\$18,5000	R\$ 555,00
165	ALAVANCA RETA 301 AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL.	Cassiflex	30	R\$18,5000	R\$ 555,00
166	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY 14 CM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL.	ABC	30	R\$20,3900	R\$ 611,70
167	PINÇA DIETRICH 15 CM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL.	Cassiflex	30	R\$26,7500	R\$ 802,50
183	LIMA PARA OSSO NÚMEROS 1 e 2 UTILIZADA PARA REMODELAR O OSSO EM CIRURGIA ORAL EM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL	Cassiflex	20	R\$28,9200	R\$ 578,40
184	DESCOLADOR DE MOLT 18 CM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL	Cassiflex	20	R\$10,3100	R\$ 206,20
189	VASELINA SOLIDA, EMBALAGEM COM 15GR	Farmax-Amaral	30	R\$1,7400	R\$ 52,20
194	CURETAS DE PERIODONTIA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL TAMANHO 7/8	Cassiflex	30	R\$7,5000	R\$ 225,00
196	CURETAS DE PERIODONTIA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO 13/14	Cassiflex	30	R\$7,5000	R\$ 225,00
197	CURETAS DE PERIODONTIA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO 17/18	Cassiflex	30	R\$7,5000	R\$ 225,00
Total Fornecedor:					R\$ 9.018,40
32735 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
89	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA COM ELASTICO, EMBALAGEMCOM 50 UNIDADES	OLIMED	70	R\$4,5000	R\$ 315,00
126	TOUCA DESCARTAVEL COM ELÁSTICO, EMBALAGEM CONTENDO100 UNIDADES	OLIMED	60	R\$4,7700	R\$ 286,20
Total Fornecedor:					R\$ 601,20



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

52469 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
6	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% (P/P) FRASCO CONTENDO 1 LITRO	SUL MAR	200	R\$4,0900	R\$ 818,00
61	DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA E REMOCAO DA MATERIA ORGANICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS. BASTERIOSTÁTICOS, DIMINUI A CARGA MICROBIANADE AÇAO INSTANTANEA, CONTEM NA SUA FORMNULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE, AMILASE, CARBOHIDRASE, ALCOOLISOPROPILICO E TENSOATIVOS NAO IONICOS COM PH NEUTRO. EMBALAGEM COM 01 LITRO	KELDRIN	150	R\$15,5000	R\$ 2.325,00
84	LÂMINA DE BISTURI Nº 12. EM AÇO CARBONO. ESTÉRIL, ATRAVÉS DA RADIAÇÃO GAMA. USO ÚNICO.UTILIZADO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	20	R\$21,4900	R\$ 429,80
86	LAMINA DE BISTURI Nº 15 COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	20	R\$21,9900	R\$ 439,80
Total Fornecedor:					R\$ 4.012,60

80713 - TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
10	AMALGAMADOR PARA CAPSULAS	KONDENTECH	1	R\$520,5500	R\$ 520,55
15	APLICADOR DE AMALGAMA ADULTO	FGM	5	R\$6,7600	R\$ 33,80
62	ENVELOPE PARA ESTERILIZACAO AUTOCLAVE, AUTOSSELANTE 230X300MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	hospflex	350	R\$48,5300	R\$ 16.985,50
68	ESPELHO CLINICO Nº 5 PLANO, ESPELHO BUCAL SEM CABO. APLICACAO: USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL: AÇO INOXIDAVEL + ESPELHO, TAMANHO/CAPACIDADE Nº 5, FORMA DEAPRESENTACAO: REDONDO FRONTAL DE PRECISAO E LUMINOSIDADES TOTAL SEM MANCHAS, AUTO CLAVAVEL	BARASCH	300	R\$1,9800	R\$ 594,00
69	EXTIRPA NERVOS 21MM, 1ª SERIE, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	VDW	20	R\$21,3300	R\$ 426,60
72	FIO RETRATOR GENGIVAL Nº3 . FRASCO COM 244 CM.	BIODINAMICA	15	R\$12,6900	R\$ 190,35
73	FITA MATRIZ METÁLICA 5MM	PREVEN	50	R\$1,0700	R\$ 53,50
74	FITA MATRIZ METALICA 7MM	PREVEN	50	R\$1,0700	R\$ 53,50
83	KIT MATRIZ DE POLIESTER PRE-MOLAR E MOLAR, COM MATRIZES PRÉ-CONTORNADAS E POSSUEM UM SISTEMA DE FIXAÇÃO INCORPORADO QUE PERMITE A REGULAGEM DA MATRIZ AO TAMANHO DO DENTE, FIXANDO-A FIRMEMENTE E DISPENSANDO DO USO DO PORTA-MATRIZ, CAIXA COM 20 UNIDADES	ADVANTIVE	15	R\$22,0300	R\$ 330,45
85	LÂMINA DE BISTURI Nº 15C. EM AÇO CARBONO. ESTÉRIL, ATRAVÉS DA RADIAÇÃO GAMA. USO ÚNICO.UTILIZADO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. CAIXA COM 100 UNIDADES	ADVANTIVE	20	R\$22,0300	R\$ 440,60
94	OCULOS DE PROTECAO INCOLOR EM ACRILICO. PARA USO EM PROCEDIMENTOS INVASIVOS, NAO ESTERIL, ATOXICO. RESISTENTE A HIGIENIZACAO EM SOLUÇÃO QUIMICA. EMBALADO UNITARIAMENTE	DANNY	10	R\$3,4300	R\$ 34,30
98	PASTA PROFILATICA, COM FLUOR PARA PROFILAXIA DENTAL, USO PROFISSIONAL, 90GR, COM A SEGUINTE COMPOSICAO: AGUA, ESPESSANTE, LAURIL SULFATO, CARBONATO DECALCIO, PEDRAS POMES E AROMA ARTIFICIAL TUTI FRUTI QUE GARANTA A EFICACIA E SEGURANCA DO PRODUTO JUNTO A NORMA ANSI-ADA Nº 37 DENTAL ABRASIVE POWDERS2001. COM 02 EMBALAGENS DE PROTECAO, A EXTERNA CAIXA DE PAPEL E INTERNA EM ALUMINIO COM TAMPA PLASTICA, ROSQUEAVEL	MAQUIRA	30	R\$4,7600	R\$ 142,80
99	PEDRA POMES. PÓ FINO. UTILIZADO PARA O ACABAMENTO E POLIMENTO EM PRÓTESES E RESINAS ACRÍLICAS, CONFERINDO ÀS PARTES METÁLICAS PLÁSTICAS À UMA SUPERFÍCIE MAIS LISA. EMBALAGEM COM 100G	AAF	5	R\$2,9300	R\$ 14,65
102	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULACAO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO	PREVEN	20	R\$4,5900	R\$ 91,80
122	TIRA DE LIXA COM ABRASIVO A BASE DE OXIDO DE ALUMINIO DISPERSO EM RESINA E DORSO DE POLIESTER COM 04MM DE LARGURA E 170MM DE COMPRIMENTO, GRANULACAO GROSSA MEDIA, COM CENTRO NEUTRO. CAIXA COM 50 TIRAS	PREVEN	30	R\$5,8700	R\$ 176,10
128	VERNIZ FLUORETADO COM CONCENTRAÇÃO DE 5% DE FLUORETO DE SÓDIO (EQUIVALENTE HÁ 2,26% DE FLÚOR) EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS, , DE APLICAÇÃO TÓPICA PERMITINDO O CONTATO PROLONGADO DO FLÚOR COM O ESMALTE, PROPORCIONANDO EFEITO PREVENTIVO E REMINERALIZADOR.	FGM	20	R\$15,0700	R\$ 301,40
133	FIO RETRATOR EXTRAFINO 000, FRASCO COM 244CM	BIODINAMICA	5	R\$12,6900	R\$ 63,45
134	FIO RETRATOR EXTRAFINO 00, FRASCO COM 244CM	BIODINAMICA	5	R\$12,6900	R\$ 63,45
147	BROCA DIAMANTADA Nº 2118, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$3,4000	R\$ 340,00
151	MOLDEIRAS PARA FLÚOR: MOLDEIRAS DE POLIESTIRENO (PLÁSTICO) COM REVESTIMENTO INTERNO DE ESPUMA DE POLIURETANO, INDICADO PARA APLICAÇÃO TÓPICA DE FLÚOR. TAMANHOS SORTIDOS (PEQUENO, MÉDIO E GRANDE).	AAF	10	R\$10,4000	R\$ 104,00
152	PASTA DE POLIMENTO RESINA COMPOSTA: PASTA DE POLIMENTO COM DIAMANTE MICRONIZADO DE GRANULAÇÃO EXTRA FINA E ALTÍSSIMA DUREZA PARA DAR POLIMENTO E BRILHO EM ESMALTE, RESINAS, PORCELANA E OUTROS MATERIAIS RESTAURADORES. POSSUI INGREDIENTES ATÓXICOS, SOLÚVEIS EM ÁGUA, ESPECIALMENTE SELECIONADOS PARA AUXILIAR NA LUBRIFICAÇÃO DO POLIMENTO E FACILITA SUA REMOÇÃO NO FINAL DO TRATAMENTO	FGM	30	R\$12,9000	R\$ 387,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

157	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM	ABC	30	R\$34,4800	R\$ 1.034,40
158	ADESIVO UNIVERSAL COM SOLVENTE A BASE DE ETANOL; PODE SER APLICADO TANTO EM DENTINA ÚMIDA QUANTO SECA, A SUA EXCLUSIVA QUÍMICA POSSIBILITA A REIDRATAÇÃO DAS FIBRAS COLÁGENAS E A FORMAÇÃO DE UMA CAMADA HÍBRIDA MESMO COM A DENTINA RESSECADA, PODE SER USADO COMO SILANO NAS CERÂMICAS VÍTREAS (FELDSPÁTICAS E DISSILICATO DE LÍTIU), CERÂMICAS INFILTRADAS POR VIDRO (ALUMINAS) E LAVA ZIRCÔNIA, PERMITE MAIOR ADESÃO AO ESMALTE, UTILIZADO COMO PRIMER METÁLICO, AUMENTA A ADESÃO NA TÉCNICA AUTOCONDICIONANTE, CONFERE MAIOR LONGEVIDADE AO ADESIVO (NÃO NECESSITA DE REFRIGERAÇÃO), BAIXÍSSIMA SENSIBILIDADE PÓS OPERATÓRIA. RENDIMENTO DE ATÉ 200 RESTAURAÇÕES. EMBALAGEM CONTENDO 5 ML.	FGM	10	R\$51,4800	R\$ 514,80
162	ALVEOLÓTOMO LUER CURVO 16CM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL.	ABC	30	R\$64,8000	R\$ 1.944,00
174	FORCEPS ADULTO Nº 23 INDICADO PARA EXTRAÇÃO DE MOLARES INFERIORES AMBOS OS LADOS.	ABC	10	R\$59,8700	R\$ 598,70
177	FORCEPS ADULTO Nº 53R PARA EXTRAÇÃO DE MOLARES SUPERIORES, LADO DIREITO.	ABC	10	R\$59,8700	R\$ 598,70
178	FORCEPS ADULTO Nº 53L INDICADO PARA EXTRAÇÃO DE MOLARES SUPERIORES, LADO ESQUERDO.	ABC	10	R\$59,7500	R\$ 597,50
190	PONTA DE ULTRASSOM INSERTO G1 COMPATIVEL COM O APARELHO ORIGINAL ORTUS	ODONTOPRO	20	R\$46,6700	R\$ 933,40
191	PONTA DE ULTRASSOM INSERTO G2 COMPATIVEL COM O APARELHO ORIGINAL ORTUS	ODONTOPRO	40	R\$46,6700	R\$ 1.866,80
192	PONTA DE ULTRASSOM INSERTO G4 COMPATIVEL COM O APARELHO ORIGINAL ORTUS	ODONTOPRO	40	R\$46,6700	R\$ 1.866,80
193	CURETAS DE PERIODONTIA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO 5/6	COOPERFLEX	30	R\$7,8400	R\$ 235,20
195	CURETAS DE PERIODONTIA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO 11/12	COOPERFLEX	30	R\$7,5500	R\$ 226,50
Total Fornecedor:				R\$ 31.764,60	
136816 - JEFFERSON DUWE - ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
4	AGULHA GENGIVAL ODONTOLOGICA LONGA DESCARTAVEL, ESTERILIZADA, COM PONTA TRIFACETADA QUE REDUZ AO MÍNIMO A DOR E O INCÔMODO ELIMINANDO A ANECESSIDADE DE UMA PRÉ-ANESTESIA ANTES DA APLICAÇÃO DA INJEÇÃO. AGULHA DE METAL EM ALTA FLEXIBILIDADE, IMPEDINDO A QUEBRA MESMO COM MOVIMENTOS BRUCOS. AS PAREDES DA AGULHA SÃO ULTRAFINAS E SILICONIZADAS, PROPORCIONANDO UMA INSERÇÃO MAIS SUAVE E MENOS TRAUMÁTICA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. DEVE CONTER DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E LOTE NO LACRE DE SEGURANCA DA CAIXA. TAMANHO 35MM	INJECTA	10	R\$27,3000	R\$ 273,00
7	ALTA ROTAÇÃO PUSH BUTTON EQUIPAMENTO SILENCIOSO COM PEÇAS LEVES FABRICADAS COM ALUMINIO ANODIZADO,POSSUIR SPRAY TRIPO, AUTOCLAVÁVEL EM UMA TEMPERATURA DE ATÉ 135°C,VELOCIDADE: 400.000 RPM +/- 15%,PRESSÃO TRABALHO (1) 30 PSI +/- 2, CONSUMO DE AR 42 l/min +/- 2, PUSH BUTTON, CONEXÃO 2 E 4 FUROS - NORMA ISO 9168	KAVO	3	R\$379,0000	R\$ 1.137,00
57	CONE DE PAPEL PRIMEIRA SERIE, Nº 15-40 (SORTIDO), EMBALAGEM COM 120 UNIDADES	injecta (meta)	10	R\$13,6700	R\$ 136,70
63	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE, AUTOSSELANTE 50X100MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	packgc	550	R\$6,9700	R\$ 3.833,50
110	ROLETE DE ALGODAO Nº 2, PARA USO ODONTOLOGICO, EMBALAGEM COM 100 ROLETES	CREMER	200	R\$2,3900	R\$ 478,00
111	ROLO DE EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE 10CM X100M	HOSPLEX	56	R\$34,4000	R\$ 1.926,40
113	SERINGA APLICADORA / DISPENSADOR. IDEAL PARA INJETAR QUALQUER TIPO DE MATERIAL DENTARIO SEM-IFLUIDO, SEJA GEL, RESINAS, CIMENTOS, PASTAS. INJETA COM RAPIDEZ E FACILITA O MANUSEIO.	MAQUIRA	10	R\$23,5800	R\$ 235,80
131	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE, AUTOSSELANTE 90X160MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	packgc	550	R\$13,1700	R\$ 7.243,50
Total Fornecedor:				R\$ 15.263,90	
148261 - DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	ADESIVO DE ESMALTE E DENTINA COM A SEGUINTE COMPOSICAO: COMEXCEÇÃO DA NANOPARTÍCULA DE SÍLICA O SISTEMA ADESIVO CONTÉM OS COMPONENTES BISGMA, HEMA, DIMETACRILATOS, ETANOL, ÁGUA, UM INOVADOR SISTEMA FOTOINICIADOR E UM INOVADOR SISTEMA DE FOTOINICIADOR E COPOLÍMERO FUNCIONAL DE METACRILATO DE ÁCIDOS POLIACRÍLICO E POLIALCENÓICO. PRIMER A ADESIVO EM UM SÓ FRASCO.SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL: NÃO EVAPORA COM A ACETONA, O QUE FAZ COM QUE O ADESIVO APRESENTE A MESMA PERFORMANCE DA PRIMEIRA ATÉ A ÚLTIMA GOTA DO FRASCO. CONTÉM PARTÍCULA DE CARGA DE 5NANÔMETROS QUE PRPORCIONA UMA EXCELENTE ADESAO À DENTINA E AO ESMALTE. EXCLUSIVA TAMPA FLIP TOP: EVITA DESPERDÍCIO E PODE SER MANUSEADA APENAS COM UMA MÃO. FRASCO COM 6 G: RENDIMENTO DE ATÉ 280 GOTAS, O QUE POSSIBILITA A REALIZAÇÃO DE ATÉ 280 RESTAURAÇÕES (EM MÉDIA 1 GOTA POR RESTAURAÇÃO).	SINGLE BOND 3M	20	R\$79,4500	R\$ 1.589,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

5	AGULHA PARA SUTURA COM FIO DE SEDA 4.0 COM PONTA TRIÂNGULAR. PRODUTO ESTERELIZADO POR IRRADIAÇÃO GAMA E ÓXIDO DE ETILENO.	TECHNEW	30	R\$27,0000	R\$ 810,00
11	ANESTESICO INJETAVEL (ODONTOLOGICO) A BASE DE MEPIVACAINA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 COM 50 TUBETES DE VIDRO DE 1,8ML. ISENTOS DE METILPARABENO	DFL	60	R\$96,1500	R\$ 5.769,00
12	ANESTESICO INJETAVEL (ODONTOLOGICO) A BASE DE MEPIVACAINA 3% SEM VASO CONSTRITOR, CAIXA COM 50 TUBETES DE VIDRO DE 1,8ML CADA, ISENTOS DE METILPARABENO	DFL	20	R\$107,6300	R\$ 2.152,60
13	ANESTESICO TOPICO GEL COM 20% DE BENZOCAINA. POTECOM 12GR NO SABOR TUTI FRUTI	DFL	45	R\$6,2000	R\$ 279,00
16	BABADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL, IMPERMEAVEL. PRODUZIDO DE 100% CELULOSE VIRGEM COM FILME DE POLIETILENO ATOXICO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	BIODONT / SSPLUS	150	R\$8,9000	R\$ 1.335,00
46	BROCA ESFERICA Nº 4 PARA BAIXA ROTACAO	DENTSPLY	750	R\$2,6400	R\$ 1.980,00
47	BROCA ESFERICA Nº 6 PARA BAIXA ROTACAO	DENTSPLY	750	R\$2,6400	R\$ 1.980,00
48	BROCA ESFERICA Nº 8 PARA BAIXA ROTACAO	DENTSPLY	750	R\$2,6400	R\$ 1.980,00
50	BROCA Nº 701L PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO	50	R\$3,6500	R\$ 182,50
54	CARTAO DE RAO X, COM 02 FUROS, PACOTE COM 100 UNIDADES	DMS	24	R\$5,8600	R\$ 140,64
56	CONDICIONADOR DENTAL GEL COM A SEGUINTE COMPOSICAO: ESPESSADO COM SILICA COLOIDAL, SURFACTANTE E CORTANTE, ACIDO FOSFORICO NA CONCENTRACAO DE 37%, APRESENTANDO EM FORMA DE GEL NA COR AZUL. CADA SERINGA DE 3ML. PACOTE CONTENDO 03 SERINGAS	BIODINAMICA	60	R\$2,8800	R\$ 172,80
58	CONTRA-ÂNGULO: GIRO LIVRE DE 360°, SPRAY INTERNO E ACOPLAMENTO INTRAMATICO, USO COM MICROMOTOR, ROTAÇÃO DE 5000 A 20000RPM.	KAVO	5	R\$310,0000	R\$ 1.550,00
59	CUNHA DE MADEIRA SORTIDA. PRODUZIDA EM MADEIRA ESPECIAL. POSSUEM FORMATO ANATÔMICO DE AMEIA, SEM FARPAS, TINGIDAS COM PIGMENTOS ATÓXICOS. ABSORVE BEM A UMIDADE DA BOCA. NÃO SOLTA TINTA. COMPOSIÇÃO: MADEIRA E CORANTES REATIVOS ATÓXICOS. NÃO NECESSITAM DE RECORTES OU AJUSTES E GARANTEM A FIXAÇÃO DE MATRIZES, PROPORCIONANDO RESTAURAÇÕES LIVRES DE EXCESSO SUBGENGIVAL E COM PERFEITO CONTOURNO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	IODONTOSUL	10	R\$7,1200	R\$ 71,20
65	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 4 FILEIRAS DE TUFO, CONTENDO 28 TUFO DE CERDA APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS NA MESMA ALTURA, CABO RETO, MEDINDO 15 CM DE COMPRIMENTO ANATÔMICO	MEDFIO	15000	R\$0,3700	R\$ 5.550,00
66	ESCOVA ROBSON PARA PROFILAXIA PLANA E SEM ORIFICIONO MEIO, NA COR BRANCA	MICRODONT	300	R\$0,9600	R\$ 288,00
67	ESPÁTULA PLÁSTICA FLEXÍVEL PARA IÔNOMERO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	MAQUIRA	15	R\$4,1000	R\$ 61,50
71	FIO DENTAL, CONFECCIONADO EM NYLON RESISTENTE, LUBRIFICADO COM CERA NATURAL, LIVRE DE IMPUREZAS, EMBALAGEM COM CORTADOR METALICO EM ACO INOXIDAVEL, QUE CORTE O FIO SEM DESFIA-LO, EMBALADO EM ESTOJO INDIVIDUAL DE POLIPROPILENO, COM 50 METROS	MEDFIO	100	R\$0,7500	R\$ 75,00
78	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. FRASCO COM 10G	MAQUIRA	20	R\$3,2700	R\$ 65,40
79	HIDROXIDO DE CALCIO PARA FORRAMENTO, COMPOSICAO: HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO E AUTO-ENDURECIVEIS ERIGIDA. COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: BIOCOMPATIVAS, ALTA RESISTENCIA A DISSOLUCAO, NAO INIBE A PRESA DE RESINAS AUTO POLIMERIZAVEIS, POSSUI A COR SEMELHANTE A DENTINA. CADA KIT DEVE CONTER: COMPOSICAO BASE: ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS. COMPOSICAO CATALIZADOR: ETILTOLUENOSULFONAMIDA, HIDROXIDO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO, DIOXIDO DE TITANIO, ESTEARATO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS. KIT CONTENDO: 01 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 01 TUBO PASTA CATALIZADORA 11GR, 01 BLOCO D E MISTURA	DENTSPLY	20	R\$15,4700	R\$ 309,40
81	IONOMERO DE VIDRO R LIQUIDO + PO. IONOMERO DE VIDRO QUE APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: COMPOSICAO: VIDRO DE ALUMINIO FLUORSILICATO, ACIDO POLICARBOXILICO, ACIDO TATARICO, FLUORETO DE CALCIO E AGUA. SEJA MULTIUSO: FORRAMENTO E RESTAURADOR. RESTAURADOR DE ALTA RESISTENCIA, LIBERA IONS DE FLUOR, NAO SOLUVEL, ADESAO QUIMICA A ESTRUTURA DENTAL, CADA KIT DEVE CONTER: 01 FRASCO DE PO COM 10GR, 01 FRASCO DE LIQUIDO COM 08GR, 01 COLHER DOSADORA, 01 BLOCO DE ESPATULAMENTO. COR A2	FGM	55	R\$13,7000	R\$ 753,50
82	KIT COM 60 DISCOS DE LIXA SORTIDOS + MANDRIL (POSSUI CENTRO METÁLICO PARA FACILITAR O ENCAIXE SOB PRESSÃO NO MANDRIL; INVERSÃO E SUBSTITUIÇÃO DO DISCO COM MAIS RAPIDEZ; COSTADO EM POLIÉSTER QUE PROPORCIONA MAIOR FLEXIBILIDADE E ACESSO INTERPROXIMAL; GRANULAÇÕES: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRAFINA. TAMANHOS: 3/8 E 1/2; INVERSÃO E SUBSTITUIÇÃO DO DISCO COM MAIOR RAPIDEZ. PROPORCIONA MAIOR FLEXIBILIDADE E ACESSO INTERPROXIMAL. SISTEMA DE ENCAIXE SOB PRESSÃO FACILITANDO A MONTAGEM DO DISCO NO MANDRIL; REGISTRO NA ANVISA.	TDV	85	R\$114,0000	R\$ 9.690,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

90	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIARIO COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: A CAIXA QUE CONTEM O KIT DEVE VIR COM LACRE DE VIOLACAO INTACTO, CONFORME EXIGENCIA DA ANVISA. DEVE ACOMPANHAR UM CONTA GOTAS DE VIDRO COM PEGADOR DE BORRACHA E UM DOSADOR DE PO EMPLASTICO, COM SUPORTE DE APOIO PARA O FRASCO DE PO, O FRASCO DE LIQUIDO, O CONTA GOTAS E O DOSADOR DE PO. COMPOSICAO DO PO: OXIDO DE ZINCO, POLI METACRILATO DE METILA. COMPOSICAO LIQUIDO: EUGENOL 99,5%, ACIDO ACETICO 0,5%. APRESENTACAO DO PO: EMBALAG EM CONTENDO VIDRO COM 38GR NA COR MARFIM LIQUIDO; EMBALAGEM CONTENDO VIDRO COM 15ML. INDICADO PARA R ESTAUACOES PROVISORIAS DE LONGA ESPERA (ATE 02 AN OS) E FORRAMENTO DE CAVIDADES. PRESA RAPIDA	DENTSPLY	45	R\$55,1800	R\$ 2.483,10
93	MICROMOTOR ODONTOLÓGICO: SPRAY INTERNO, ROTAÇÃO DE 5000A 20000RPM, ENCAIXE INTRAMATICUNIVERSAL, PERMITE GIRO LIVRE DE360C°, ESTERELIZÁVEL EM AUTOCLAVE	KAVO	5	R\$340,0000	R\$ 1.700,00
95	OLEO LUBRIFICANTE PARA BROCAS DE ALTA E BAIXA ROTACAO, EMBALAGEM CONTENDO 200ML COM BICO	MAQUIRA	20	R\$12,1900	R\$ 243,80
100	PELICULA RADIOGRAFICA ADULTO PARA USO ODONTOLOGICO COM AS SEGUINTE ESPECIFICACOES: DEVE ESPECIFICAR DATA DE FABRICACAO E DE VENCIMENTO. A TEMPERATURA MAXIMA QUE ELE SUPORTA É DE 23 GRAUS CELSIUS OU 23.4 GRAUS F. CADA CAIXA DEVE CONTER 150 UNIDADES DE PELICULAS. DEVE CONTER DADOS TECNICOS NA FACE INTERNA DA EMBALAGEM, A EMBALAGEM DEVE SER DE PAPEL E DENTRO DESTA EMBALAGEM AS PELICULAS DEVEM ESTAR REVESTIDAS POR UMA EMBALAGEM DE PLASTICO. AS PELICULAS DEVEM TER A COR BRANCA E PRETA (BRANCA A EMBALAGEM INDIVIDUAL DA PELICULA E PRETA A ALETA DA PROPRIA EMBALAGEM INDIVIDUAL QUA ABRE A PELICULA). TAMANHO 3X4CM CADA PELICULA	agfa kulzer	20	R\$118,0000	R\$ 2.360,00
103	RESINA FLOW A2, EMBALAGEM COM 02 SERINGAS, COM 1,2GRAMAS CADA	DFL	40	R\$21,5100	R\$ 860,40
104	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, NA COR A1 - COMPOSITO POLIMERIZAVEL POR LUZ, RADIOPACO, COM LISURA BRILHOS TRANSLUCIDOS IDENTICOS AOS TECIDOS DENTARIOS, RESISTENTES AOS FLUIDOS BUCAIS. SUA CARGA INORGANICA REPRESENTA 60% EM VOLUME (SEM SILANO) COM TAMANHO MEDIO DE PARTICULAS DE UM (NA FAIXA ENTRE 0,01 A 3,50 MICRONS). CONTEM AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. EM SERINGA DE 04GR	3 M	30	R\$48,8400	R\$ 1.465,20
106	RESINA POLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO COR A3, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, SENDO QUE SUA COMPOSICAO DEVE SER DE ZIRCONIA SILICA COM 82% EM PESO DE CARGA INORGANICA 60% EM VOLUME SEM SILANO. MATRIZ ORGANICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. BISNAGA COM 04GR	3 M	30	R\$48,8400	R\$ 1.465,20
107	RESINA POLIMERIZAVEL POR LUZ RADIOPACO COR A2, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, SENDO QUE SUA COMPOSICAO DEVE SER DE ZIRCONIA SILICA COM 82% EM PESO E CARGA INORGANICA 60% EM VOLUME SEM SILANO. MATRIZ ORGANICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. BISNAGA COM 04GR	3 M	30	R\$48,8400	R\$ 1.465,20
112	SELANTE IONOMERICO, COM 05 PONTEIRAS DE APLICACAO, SERINGA COM 02GR	FGM	40	R\$12,4400	R\$ 497,60
117	SONDA EXPLORADORA Nº 05 DE ACO INOXIDAVEL	GG GOLGRAN	50	R\$4,6700	R\$ 233,50
120	SUGADOR ODONTOLÓGICO COLORIDO, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES	BIODONT / SSPLUS	200	R\$3,8400	R\$ 768,00
121	TESOURA IRIS ODONTOLÓGICA EM AÇO INOX	GG GOLGRAN	100	R\$11,1600	R\$ 1.116,00
127	TRICRESOL FORMALINA 10ML	BIODINAMICA	10	R\$3,5500	R\$ 35,50
129	ANESTESICO INJETAVEL (ODONTOLÓGICO) A BASE DE CLORIDRATO DE PRILOCAINA 3% COM FELIPRESSINA (VASO CONSTRITOR), CAIXA COM 50 TUBETES DE VIDRO DE 1,8ML CADA	DFL	60	R\$96,1000	R\$ 5.766,00
130	EXTIRPA NERVOS 25MM, 1ª SERIE, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	MICHEL E KLYMUS	20	R\$23,0100	R\$ 460,20
135	PASTA DE DENTE INFANTIL, COM FLUOR, SEM CORANTES, BAIXA ABRASIVIDADE, EMBALAGEM COM 50 GRAMAS ACIMA DE 1.000 PPM/FLUOR	ice fresh	5000	R\$1,9900	R\$ 9.950,00
137	POTE DAPPEN VIDRO INCOLOR	ART VIDRO	30	R\$1,7100	R\$ 51,30
149	REVELADOR DE PLACA BACTERIANA: SOLUÇÃO PARA BOCHECHO INDICADO PARA EVIDENCIAR A PLACA BACTERIANA, CORA A PLACA AUXILIANDO NA INSTRUÇÃO DE HIGIENE BUCAL.	MAQUIRA	20	R\$3,9900	R\$ 79,80
153	FORMOCRESOL: SOLUÇÃO COMPOSTA POR UMA MISTURA DE CRESÓIS E FORMOL, OBEDECENDO AOS PADRÕES ORIENTADOS PELAS PESQUISAS ATUAIS, SENDO MAIS DILUÍDO QUE A COMPOSIÇÃO PADRÃO DE BUCKLEY, MAS TENDO A MESMA OU SUPERIOR EFICÁCIA E UMA MAIOR COMPATIBILIDADE BIOLÓGICA. INDICADO PARA TERAPIA PULPAR DE DENTES DECÍDUOS E ALGUNS CASOS ESPECÍFICOS DE DENTES PERMANENTES. É UM FIXADOR DE POLPA VIVA, MANTENDO-AS INERTES E POSSIBILITANDO A CONSERVAÇÃO DO DENTE DECÍDUO (PULPOTOMIA). É UM POTENTE AGENTE ANTIMICROBIANO QUE POSSUI AINDA A CAPACIDADE DE NEUTRALIZAR TOXINAS PRESENTES NO CANAL RADICULAR.	MAQUIRA	10	R\$3,2900	R\$ 32,90



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

154	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL: SUGADOR DESCARTÁVEL INDICADO PARA SUÇÃO DE LÍQUIDOS DURANTE OS PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS, EM ESPECIAL ENDODÔNTICOS. POSSUI PONTAS DE PLÁSTICO MALEÁVEL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO E ATÓXICO.	BIODONT / SSPLUS	50	R\$8,2200	R\$ 411,00
155	DISCO DE FELTRO: FELTROS EM FORMATO DE DISCO, FLEXÍVEIS, UTILIZADOS PARA SUPORTAR PASTAS E ABRASIVOS PARA POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES E DO ESMALTE DENTAL, UTILIZADO EM BAIXA ROTAÇÃO COM SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO QUE FACILITA SEU ACOPLAMENTO AO MANDRIL, SEM PARTES METÁLICAS NA SUPERFÍCIE DO DISCO.	FGM	100	R\$23,3300	R\$ 2.333,00
156	KIT DE POSICIONADORES RADIOGRÁFICOS INFANTIL CONE INDICADOR AUTOCLAVAVEL	MAQUIRA	50	R\$31,3700	R\$ 1.568,50
168	ABAIXADOR DE LÍNGUA METÁLICO,NÃO CORTANTE, EM AÇO INOX., 19CM, AUTOCLAVÁVEL	GOLGRAN	20	R\$13,0000	R\$ 260,00
169	AFASTADOR MINESSOTA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL	GOLGRAN	20	R\$7,4600	R\$ 149,20
170	FORCEPS ADULTO Nº 18R PARA MOLARES SUPERIORES, LADO DIREITO	GOLGRAN	10	R\$44,5000	R\$ 445,00
171	FORCEPS ADULTO Nº 18L: PARA MOLARES SUPERIORES, LADO ESQUERDO.	GOLGRAN	10	R\$44,5000	R\$ 445,00
172	FÓRCEPS ADULTOS Nº 16 TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL, PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, GARANTIA DE 2 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.PARA PRÉ MOLARES INFERIORES AMBOS OS LADOS.	GOLGRAN	10	R\$44,5000	R\$ 445,00
173	FÓRCEPS ADULTOS Nº 17 TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL, PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, GARANTIA DE 2 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.PARA PRÉ MOLARES INFERIORES AMBOS OS LADOS.	GOLGRAN	10	R\$57,8500	R\$ 578,50
175	FÓRCEPS ADULTOS Nº 150TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL, PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, GARANTIA DE 2 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.PARA PRÉ MOLARES INCISIVOS E RAÍZES SUPERIORES.	GOLGRAN	10	R\$44,5000	R\$ 445,00
179	FORCEPS ADULTO Nº 203 INDICADO PARA PRÉ-MOLARES INCISIVOS E RAÍZES INFERIORES AMBOS OS LADOS	GOLGRAN	10	R\$57,8500	R\$ 578,50
180	FÓRCEPS INFANTIL Nº 151 INDICADO PARA EXTRAÇÃO DE DENTES E RAÍZES INFERIORES EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	GOLGRAN	10	R\$44,5000	R\$ 445,00
181	FÓRCEPS INFANTIL Nº18R INDICADO PARA PRIMEIROS E SEGUNDOS MOLARES SUPERIORES DIREITO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	GOLGRAN	10	R\$57,8500	R\$ 578,50
182	FÓRCEPS INFANTIL Nº 17: INDICADO PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES. EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	GOLGRAN	10	R\$44,5000	R\$ 445,00
185	CURETA LUCAS Nº85, DE AÇO.	TRINKS	10	R\$4,1100	R\$ 41,10
187	BROCAS ENDO Z BROCA TRONCO CÔNICA DE AÇO CARBIDE, EXTREMIDADE INATIVA, PONTA SEGURA, SEM RISCO DE ACIDENTES, 23MM, LÂMINAS DE CORTE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDAS PARA DIMINUIR O TEMPO OPERATÓRIO, INDICADA PARA ABERTURA DA CÂMARA PULPAR, FACILITANDO O ACESSO AOS CANAIS RADICULARES.	ANGELUS	100	R\$15,3400	R\$ 1.534,00
199	COLHER DE DENTINA AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL NÚMERO 17/18	GG GOLGRAN	30	R\$4,5400	R\$ 136,20
200	ESPÁTULA PARA RESINA SILICATO Nº1 AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL	GOLGRAN	20	R\$7,3100	R\$ 146,20
201	CABO DE BISTURI Nº 04, DE AÇO, PARA LAMINA DE Nº 10 A 17	GOLGRAN	30	R\$3,8900	R\$ 116,70
Total Fornecedor:			R\$ 78.919,64		
160024 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - EPP					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
97	PAPEL CARBONO PARA ARTICULACAO, COMPOSICAO: PAPEISESPECIAIS, CERAS VEGETAIS, PIGMENTOS, OLEOS VEGETAIS, PARAFINA E VASELINA. CONTEM 12 FOLHAS FINO COM ESPESSURA 0,02MM E 10CM DE COMPRIMENTO	IODONTOSUL	40	R\$2,1000	R\$ 84,00
Total Fornecedor:			R\$ 84,00		
190462 - DENTAL SUL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
20	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO FG PONTA CÔNICA TOPO ARREDONDADO 1,6MM GRANULAÇÃO EXTRA FINA	Champion	200	R\$1,4600	R\$ 292,00
21	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO FG PONTA CÔNICA TOPO 1MM GRANULAÇÃO FINA	FAVA	200	R\$2,3500	R\$ 470,00
64	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE, AUTOSSELANTE 90X260MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	LBmed	550	R\$14,2200	R\$ 7.821,00
87	LIMA ENDODONTICA TIPO K, Nº 15, COM 21MM, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	tdk	10	R\$12,2800	R\$ 122,80
108	RESTAURADOR PROVISÓRIO (MATERIAL DE PREENCHIMENTO E ENDURECIMENTO QUÍMICO, RADIOPACO PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO DAS CAVIDADES DENTÁRIAS. É UM CIMENTO DE ÓXIDO DE ZINCO NÃO CONTÉM EUGENOL, POSSUI GRANDE ADERÊNCIA GARANTINDO BOM ISOLAMENTO MARGINAL E RÁPIDO ENDURECIMENTO NA BOCA AO CONTATO COM A SALIVA. EMBALAGEM COM 20GR.	Fill Temp Biodinâmica	50	R\$8,8200	R\$ 441,00
115	SOLUCAO A 0,12% DE CLORHEXIDINA, FRASCO COM 500ML	Clorex Iodontosul	50	R\$9,8600	R\$ 493,00
138	KIT COM 07 PONTAS DIAMANTADAS FINA E ULTRAFINA EM AÇO INOXIDÁVEL , MAIS BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL	FAVA	10	R\$31,9600	R\$ 319,60
Total Fornecedor:			R\$ 9.959,40		



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

190616 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
8	AMALGAMA EM CAPSULA COM TEOR DE PRATA MAIOR QUE 70% EM LINHALHA (PARTICULAS IRREGULARES) OU LIMALHA+ ESFEROIDAIS. PRESA LENTA, CAPSULA COM 02 PORCOES	SDI	200	R\$2,1300	R\$ 426,00
9	AMALGAMA EM CAPSULA COM ALTO TEOR DE PRATA, MAIORQUE 70%, EM LIMALHA (PARTICULAS IRREGULARES) OU LIMALHA + ESFEROIDAIS. PRESA LENTA, CAPSULA COM UMAPORCAO	SDI	200	R\$1,4000	R\$ 280,00
14	APLICADOR CABIBRUSH FINO AZUL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	FGM	50	R\$6,7000	R\$ 335,00
17	BROCA DIAMANTADA Nº 1016, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	300	R\$2,9900	R\$ 897,00
18	BROCA DE ALTA ROTACAO, NUMERO 1015, ESTERIL	OPTION	150	R\$2,9900	R\$ 448,50
19	BROCA DIAMANTADA 1014 COM HASTE LONGA, ESTÉRIL, PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
22	BROCA DIAMANTADA Nº 1190FF, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
23	BROCA DIAMANTADA Nº 3168FF, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	150	R\$2,9900	R\$ 448,50
24	BROCA DIAMANTADA Nº 1011, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
25	BROCA DIAMANTADA Nº 1012, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
26	BROCA DIAMANTADA Nº 1013, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
27	BROCA DIAMANTADA Nº 1014, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
28	BROCA DIAMANTADA Nº 1016HL, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	900	R\$2,9900	R\$ 2.691,00
29	BROCA DIAMANTADA Nº 1034, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	20	R\$2,9900	R\$ 59,80
30	BROCA DIAMANTADA Nº 1035, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	20	R\$2,9900	R\$ 59,80
31	BROCA DIAMANTADA Nº 1090, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
32	BROCA DIAMANTADA Nº 1091, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
33	BROCA DIAMANTADA Nº 1190F, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
34	BROCA DIAMANTADA Nº 2082, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
35	BROCA DIAMANTADA Nº 2135F, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
36	BROCA DIAMANTADA Nº 2200, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
37	BROCA DIAMANTADA Nº 3083-EXTREMIDADE INATIVA, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
38	BROCA DIAMANTADA Nº 3118, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
39	BROCA DIAMANTADA Nº 3118F, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
40	BROCA DIAMANTADA Nº 3195F, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
41	BROCA DIAMANTADA Nº 3195FF, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	OPTION	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
42	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 2 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO KERR	10	R\$3,6500	R\$ 36,50
43	BROCA ESFÉRICA CARBIDE Nº 06 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO KERR	10	R\$3,6500	R\$ 36,50
44	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 1/2 PARA ALTA ROTACAO	KAVO KERR	10	R\$3,6500	R\$ 36,50
45	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 4 PARA ALTA ROTACAO	KAVO KERR	10	R\$3,6500	R\$ 36,50
49	BROCA Nº 701 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO KERR	50	R\$3,6500	R\$ 182,50
51	BROCA Nº 702 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO KERR	50	R\$3,6500	R\$ 182,50
52	BROQUEIRO MISTO 21 PONTAS PARA BAIXA E ALTA ROTAÇÃO EM ALUMÍNIO AUTO CLAVAVEL	MAQUIRA	20	R\$19,5000	R\$ 390,00
55	CLORHEXIDINA GEL 2% EMBALAGEM COM 2 SERGINGAS COM 3G CADA	BIODINAMICA	50	R\$9,4600	R\$ 473,00
60	DEDAL DE BORRACHA PARA AMALGAMADOR MANUAL	JON	10	R\$1,6900	R\$ 16,90
76	FLUOR PARA APLICACAO TOPICA, SENSO ACIDULADO PH (36-9), CONTEM 1,23% EM DESO DE ION FLUORETO (F-) PROVENIENTE DE FLUORETO DE SODIO EM VEICULO AQUOSODE ACIDO FOSFORICO A 01 MOLAR. SABOR TUTI FRUTI, FRASCO CONTENDO 208GR OU 200ML	IODONTOSUL	50	R\$3,8300	R\$ 191,50
91	MICRO BRUSH, COMPOSICAO: POLIPROPILENO E FIBRAS DEPOLIAMIDA, EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES	FGM	25	R\$6,7000	R\$ 167,50
92	MICRO BRUSH EXTRA FINO, COMPOSICAO: POLIPROPILENO E FIBRAS DEPOLIAMIDA, EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES	FGM	25	R\$6,7000	R\$ 167,50
96	OTOSPORIN GOTAS, FRASCO 10ML	FQM	10	R\$11,4000	R\$ 114,00
114	SISTEMA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DE COMPOSITOS. COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: CADA PONTA DEVE TER MANDRIL COM SISTEMA VERSALHES. O MANDRIL E AS PONTAS SAO AUTOCLAVAVEIS. CADA CAIXA DEVE CONTER 08UNIDADES SORTIDAS (CHAMA DE VELA, TACA, DISCO + MANDRIL). O PRODUTO DEVE TER CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO CONCEDIDO PELA ANVISA	TDV	50	R\$48,6500	R\$ 2.432,50
116	SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO A 0,2% SEMANAL SABOR TUTI FRUTI COMPOSIÇÃO FLUORETO DE SÓDIO ESSÊNCIA CORANTE METILPARABENO E ÁGUA BURIFICADA 500ML.	IODONTOSUL	350	R\$7,8000	R\$ 2.730,00
119	SUGADOR CIRURGICO EMBALAGEM COM 20 UNIDADES	MAQUIRA	45	R\$17,1000	R\$ 769,50
123	TIRA DE LIXA DE ACO 3MM, EMBALAGEM COM 12 TIRAS	INJECTA	40	R\$4,6000	R\$ 184,00
124	TIRA DE LIXA DE ACO DE 5MM, EMBALAGEM COM 12 TIRAS	INJECTA	40	R\$5,5300	R\$ 221,20
125	TIRA TRANSPARENTE DE POLIESTER, DE 10MMX120MM, 0,05MM DE ESPESSURA COM 50 UNIDADES	K-DENT	20	R\$1,1300	R\$ 22,60



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

141	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 5 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO KERR	100	R\$3,6500	R\$ 365,00
142	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 1 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO KERR	100	R\$3,6500	R\$ 365,00
143	BROCA DIAMANTADA Nº 1045, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
144	BROCA DIAMANTADA Nº 1046, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
145	BROCA DIAMANTADA Nº 1047, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
146	BROCA DIAMANTADA Nº 1111f, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
148	BROCA DIAMANTADA Nº 1111, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	OPTION	100	R\$2,9900	R\$ 299,00
150	MACRO MODELO + ESCOVA: MACRO MODELO COM ARCADEA SUPERIOR E INFERIOR, LÍNGUA E ARTICULADOR METÁLICO FLEXÍVEL, IDEAL PARA TREINAMENTO DE ESCOVAÇÃO DOS DENTES, LÍNGUA E USO DE FIO DENTAL. MEDINDO 15 X 13 X 13 CM E MACRO ESCOVA DE DENTE COM 36 CM.	D' EXPRESS	10	R\$216,0000	R\$ 2.160,00
159	KIT COM 01 SERINGA APLICADOR (AUTOCALIVÁVEL ATÉ 121°C);10 PONTEIRA AÇO INOX Nº2 FLUIDEZ ALTA COM ÊMBOLLO;10 PONTEIRA PLASTICA Nº3 RETA:COMPOSTA DE POLIPROPILENO, MUITO UTILIZADA PARA MATERIAIS DE ALTA VISCOSIDADE COM COMPÓSITOS MAIS DENSOS, MATERIAIS PAR CONSTRUÇÃO DE NÚCLEOS E DEMAIS CIMENTOS PESADOS COM ÊMBOLLO;10 PONTEIRA PLASTICA Nº4 CURVA COMPOSTA DE POLIPROPILENO, COM ABERTURA DE 1,0MM.AS PONTEIRAS SÃO DESCARTÁVEIS	MAQUIRA	6	R\$145,0000	R\$ 870,00
202	ESPONJA HEMOSTATICA DE COLAGENO HIDROLISADO (GELATINA) CONTENDO 5% DE PRATA COLOIDAL. CAIXA COM 10 UNIDADES.	MAQUIRA	100	R\$29,2600	R\$ 2.926,00
Total Fornecedor:				R\$ 29.991,80	
Total Geral:				R\$ 179.615,54	

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 11/2019 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 19/08/2020.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a um ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, com prazo de trinta dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

4.1.1 Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de compra da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ficam limitados os pedidos a uma entrega por mês a cada fornecedor registrado na ata.

4.1.2 O endereço para entrega é:

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Apiúna
Avenida Florianópolis, 107 – Centro
89135-000 – Apiúna/SC

4.1.2.1 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em **30 (TRINTA) DIAS APÓS ENTREGA DA MERCADORIA**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.2 O pagamento será feito por depósito na conta de titularidade da licitante cadastrada no banco de dados deste município.

5.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 a 2020.

Dotação
282.5.1.2050.3339030100000000000.1020000
283.5.1.2054.3339030100000000000.1380300
285.5.1.2054.3339030100000000000.1020000
295.5.1.2050.3339030100000000000.1380100

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.13.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos **itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.**

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 19 de agosto de 2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
JOSE CARLOS MALKOWSKI
Contratada

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
ROBSON EMANOEL ALBANO HASCKEL
Contratada

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CARLOS EDUARDO HORT
Contratada

TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA
VANIO KNOTH
Contratada

JEFFERSON DUWE - ME
JEFFERSON DUWE
Contratada

DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME
SERGIO MIGUEL SKRZYPIEC
Contratada



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - EPP
MARCIO FREITAS DE ALMEIDA
Contratada

DENTAL SUL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI
TEREZA CRISTINA BRANDT
Contratada

ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA
GEISSON LUIS DE PAULA GONÇALVES GUIMARÃES
Contratada

AVISO DE EDITAL - PREGÃO Nº103/2019

Publicação Nº 2128818

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 103/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO. Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000. Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 03/09/2019 – Das 09horas às 09h20 minutos.

Data/Hora da Abertura: 03/09/2019 – Após 09h20 minutos.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

DECRETO Nº 3291

Publicação Nº 2128329

DECRETO Nº3291/2019

De 15/08/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSE GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 54.000,00(Cinquenta e quatro mil Reais) da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde
001	Fundo Municipal de Saúde
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde
30000000000000	Despesas Corrente

33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
16.701	Transf Sus/estado - Cofinanciamento	54.000,00
	Total	54.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 54.000,00(Cinquenta e quatro mil Reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Corrente	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades OFSS com Consórcio Público do Qual o Ente Participe	
16.701	Transf Sus/estado - Cofinanciamento	54.000,00
	Total	54.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 15 de Agosto de 2019.

JOSE GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO 3349/2019

Publicação Nº 2128324

DECRETO Nº 3349, DE 24 DE JUNHO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, UMA FAIXA DE TERRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, com fundamento no que dispõe o art. 3º, VIII, "a" e IX "e" da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e de acordo com os artigos 1º e 2º, inciso I alínea b) da Resolução CONAMA nº 369/06, e demais legislação aplicável, e nos artigos 2º, 5º, alínea "d"; "g" e "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

CONSIDERANDO que a servidão administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel privada para permitir a execução das obras e serviços de interesse coletivo;

CONSIDERANDO que a servidão administrativa encerra apenas o uso da propriedade alheia para possibilitar a execução de serviços públicos;

CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, no § 2º do art. 182 a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

CONSIDERANDO que através da vistoria in loco realizada pelo órgão municipal de vigilância sanitária foi atestada a necessidade da feitura da referida faixa sanitária;

CONSIDERANDO o teor do Parecer Técnico da defesa civil onde mencionam a necessidade da feitura da faixa sanitária;

CONSIDERANDO a urgência e emergência em implementar a faixa sanitária através da servidão administrativa;

CONSIDERANDO o elevado índice de contaminação decorrente de efluentes provenientes de esgotos cloacais, Os riscos eminentes do surgimento de doenças decorrentes do esgoto a céu aberto além da poluição ambiental e visual, e a necessidade da tubulação da vala por questões de saúde pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e instituição de faixa sanitária o trecho compreendido ao longo da Rua Tibúrcio Mori com os seguintes pontos de coordenadas fixados, iniciando em: (S=26°57'44,16" W=59°22'53,12"); (S=26°57'45,61" W=59°22'53,45"); "(S=26°57'46,97 W=59°22'53,65") e (S=26°57'49,26" W=59°22'53,93") com extensão aproximada de 159 (cento e cinquenta e nove) metros.

Art. 2º Fica declarada, com base nos pareceres citados nos considerandos do presente decreto, descaracterizada a APP na faixa a que se refere o Art. 1º, ante a perda das funções ambientais.

Art. 3º A servidão administrativa (faixa sanitária) será averbada junto ao Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ascurra.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC, 24 de junho de 2019.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito

Atalanta

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2019 - FMS

Publicação Nº 2128002

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA
EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 02/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL FMS 02/2019
PARA REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Atalanta (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 2/2019, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Forma de julgamento: Menor preço por item. Entrega dos envelopes dia 02 de setembro de 2019, até às 08:30 horas e abertura às 08:45 horas no mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento Licitações, no horário normal de expediente, à Avenida XV de novembro, nº 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3535-0015. Atalanta, 19 de agosto de 2019. CLAUDIO VOLNEI SENS – Prefeito Municipal em Exercício.

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

LEI Nº 988/2019

Publicação Nº 2128669

LEI Nº 988, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DA RUA: DONA AMÉLIA.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no exercício das atribuições de seu cargo, faz saber a todos os habitantes do Município de Balneário Arroio do Silva, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua D. Amélia a atual Rua B localizada no Loteamento Zona Norte do Balneário Lagoinha, deste município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 19 de agosto de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de agosto de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 989/2019

Publicação Nº 2128676

LEI Nº 989, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DA RUA: PROFESSORA ELISETTE MADEIRA CUSTÓDIO.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no exercício das atribuições de seu cargo, faz saber a todos os habitantes do Município de Balneário Arroio do Silva, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua: Professora Elisete Madeira Custódio a atual Rua: Projeta I do loteamento Jardim Atlântico, do Balneário Arroio do Silva, deste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 19 de agosto de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de agosto de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO FINAL DOS ELEGÍVEIS - EDITAL 001/2019

Publicação Nº 2128432

CMDCA/CEE

Balneário Arroio do Silva 19 de Agosto de 2019.

Publicação Oficial dos Elegíveis após prazo recursal

CEE (Comissão Eleitoral Especial) do edital n. 001/2019/CMDCA embasada nas leis: 872/2015 e a lei 974/2019 deste município. Vem através desta publicação, após avaliação recursal, oficializar a lista dos elegíveis ao pleito eleitoral do edital n. 001/2019/CMDCA conforme Ata nº003/2019 – CMDCA/CEE, que segue abaixo:

Nomes dos candidatos

Adelar Bueno Abel

Alba Valéria Cardoso

Alice Teresinha de Matos Ribeiro

Cristiane Aparecida Anselmo

Dulcinéia de Lima

Fabiano Alex da Silva

Francine Dal Castel Ferreira

Kiria Finger Martins

Lindromaria Amaral de Lima

Milcair José Alessio

Sander Triches

Tatiana Angélica Rodrigues

Neste Ato esta Comissão (C.E.E), alterou data de inicio da campanha para após da data 21 de Agosto, onde será feita reunião repassando as regras da eleição e o sorteio de numeração. O motivo do adiamento do inicio da campanha, se da devido à organização da forma de votação, que interfere diretamente na campanha eleitoral.

Balneário Piçarras**PREFEITURA****CONTRATO 010/2019 FMS**

Publicação Nº 2128033

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 010/2019 FMS DE 19/08/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 012/2019 FMS

INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO 002/2019 FMS

O presente contrato tem por objeto a inexigibilidade/credenciamento para credenciamento de profissionais médicos, pessoas físicas ou jurídicas, para fornecimento de serviços de exames e consultas médicas especializadas de média complexidade, de forma complementar ao sistema único de saúde (SUS), destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou não, de urgência ou não e por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal da Saúde não possua em seu quadro de profissionais da saúde, nos termos do Edital de Inexigibilidade/ Credenciamento nº 002/2019 - FMS, a serem prestados pela CONTRATADA aos usuários do SUS Município de BALNEÁRIO PIÇARRAS, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UN. /MED.	VALOR	VALOR TOTAL	LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
20	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA COM TONOMETRIA E DOIS MAPEAMENTOS	500	UNIDADE	R\$ 77.61	R\$ 38.805,00	CLINICA
TOTAL GERAL R\$ 38.805,00						

MARCELO FERNANDEZ HEXSEL ME

Balneário Piçarras(SC), 10 de agosto de 2019.

Bruna Emanuela de Araújo Machado – Secretária Municipal de Saúde

CONTRATO 016/2019 FME

Publicação Nº 2128318

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

CONTRATO Nº 016/2019 FME DE 06/08/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019 FME

MODALIDADE DISPENSA Nº 006/2019 FME

HOMOLOGADA EM 06/08/2019

Constitui objeto do presente Contrato o assessoramento técnico, em desenvolvimento institucional, por parte do IBAM, na elaboração e execução de Processo Seletivo visando selecionar candidatas para as vagas do quadro permanente da CONTRATANTE. O custo para execução deste Contrato, será coberto com o valor arrecadado com as inscrições pagas pelos candidatos. Este contrato vigorará até o dia 31/12/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Balneário Piçarras, 06 de agosto de 2019

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

TERMO ADITIVO 001/2019 REF. CONTRATO 009/2019

Publicação Nº 2128064

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 001/2019 DE 16/07/2019

CONTRATO Nº 009/2019 – PMBP DE 18/03/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018 –PMBP

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 006/2018

HOMOLOGADO EM 18/03/2019

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 053/2018 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2018-PMBP, e tem por objeto a contratação de empresa para execução de ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CADASTRAL, DIENSONAMENTO E PROJETOS DE DRENAGEM URBANA, PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA, URBANIZAÇÃO COMPREENDEDO A PAGINAÇÃO E OS PROJETOS EXECUTIVOS DE CICLOVIA, PASSEIOS E DECKS ESTRUTURADOS EM MADEIRA, PAISAGISMO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E TURISTICA, DESENHO E PROJETO DE EQUIPAMENTOS URBANOS PARA A AVENIDA JOSÉ TEMISTOCLES DE MACEDO E, ELABORAÇÃO DO EAS - ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO PARA O LICENCIAMENTO DA EXTENSÃO DOS ESPIGÕES DA PRAIA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, conforme documentos anexos ao Processo. Conforme solicitado e justificado através do Memorando nº

26/7/2019 – Planejamento, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a vigência do referido contrato, conforme previsto na Clausula Quinta do Termo e de acordo com o Art. 57 da lei 8.666/93 e alterações, tendo sua vigência atualizada até o dia 14/10/2019.

ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP

Balneário Piçarras, 16 de julho de 2019.

Leonel José Martins

TERMO ADITIVO 006/2019 PMBP REF. CONTRATO 023/2017

Publicação N° 2128082

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO N° 006/2019 DE 16/08/2019

CONTRATO N° 23/2017 /PMBP DE 18/08/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N° 050/2017-PMBP

HOMOLOGADO EM 18/08/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 050/2017 - PMBP, Pregão Presencial nº 034/2017- PMBP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer SEGURO PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL E CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, conforme especificações do Termo de Referência e planilha, parte integrante do Processo. - Conforme pesquisa de preços e solicitação através do Memorando 023/2019 do Departamento de Frotas do Município de Balneário Piçarras, fica prorrogada a vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses a partir da última vigência, passando a vigorar até o dia 18 de agosto de 2020, no valor total de R\$51.463,69 (cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e nove centavos).

Gente Seguradora S/A.

Balneário Piçarras, 16 de agosto de 2019.

Leonel José Martins

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/PMBR/2019**

Publicação Nº 2128539

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/PMBR/2019

O Município de Balneário Rincão torna público aos licitantes e interessados, que cancelou com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93, o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/PMBR/2019, que tem como objeto a "contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Monitoramento Eletrônico (Alarme Monitorado e Atendente de Alarme 24 (vinte e quatro) horas, através de Botão de Pânico), Visita/ Vistoria aos chamados de disparo/detecção de alarmes, compreendendo Monitoramento de alarmes, instalação e manutenção com fornecimento de equipamentos em comodato para atender as Unidades e Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Samae e Prefeitura do Município de Balneario Rincão/SC", em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Ata de Cancelamento, anexo ao Processo Licitatório.

Balneário Rincão/SC., 19 de Agosto de 2019.

JAIRO CELOY CUSTODIO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 073/2019

Publicação Nº 2128939

Decreto nº 073, de 07 de Agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO RECURSO ALIENAÇÃO DE BENS APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 147.250,00 (cento e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.06	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	05	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	6089	Superávit Alienações de Bens destinados a Outros Programas
PROJETO/ATIVIDADE	1.007	Investimentos em Ações e Estrutura no Desenvolvimento Humano e Social
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	162	

Valor: R\$ 147.250,00 (cento e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o Superávit Alienações de Bens destinados a Outros Programas apurado no exercício de 2018 no valor de R\$ 147.250,00 (cento e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei Municipal nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 07 de Agosto de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de Agosto de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

Barra Bonita**PREFEITURA****DECRETO 1134 2019 CONVOCAÇÃO X CONF ASS SOCIAL**

Publicação Nº 2127828

DECRETO Nº 1134/2019

CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 30 de Agosto de 2019, com horário estabelecido para início as 13:00 hrs e, término as 17:00hrs, no tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita - SC, 06 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Gesi Zanotti

Presidente do CMAS

DECRETO Nº1131/2019

Publicação Nº 2127993

DECRETO Nº 1131/2019

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 906/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e em conformidade com a Lei Municipal Nº 845/2019, de 01 de julho de 2019 e ainda, em conformidade ao inciso VI do art.73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997. Decreta e nomeia os novos membros do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social):

Art.1º- O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, será constituído de oito (8) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 50% (cinquenta por cento) representantes da sociedade civil e 50% (cinquenta por cento) representantes do Poder Público.

§ - 04 (quatro) Representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes:

I – um (01) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

TITULAR: GESI ZANOTTI

SUPLENTE: JOSIANE DE FÁTIMA KORNOWSKI

II- um (01) representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo:

TITULAR: JEAN CHRISTOFOLI

SUPLENTE: ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA

III- um (01) representante da Secretaria Municipal de Saúde:

TITULAR: SIMONE WINGERT

SUPLENTE: CÉLIA MARIA MEZZOMO

IV- um (01) representante da Secretaria Municipal de Administração;

TITULAR: DENISE DE FÁTIMA COSNTANTINI

SUPLENTE: ROBERTO FRANCISCO GIONGO

§ - 04 (quatro) Representantes da sociedade civil e respectivos suplentes:

I – dois (02) representantes dos usuários ou organizações de usuários da assistência social:

TITULAR: LUCIANA ANTUNES DE ANDRADE BISESKI

SUPLENTE: NEIVA DO PRADO FERREIRA

TITULAR: IVANIR DA SILVA SPOHR

SUPLENTE: JUCÉLI FORTES SILVA

II- dois (02) representantes de entidades de trabalhador do setor:

TITULAR: GABRIELA GUARAGNI

SUPLENTE: VIVIANE ROST

TITULAR: CRISIANE BALDIN

SUPLENTE: JÉSSICA BERGMANN

--	--	--	--	--	--

Art. 2º. O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita - SC, 02 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO Nº06/2019 FMAS

Publicação Nº 2128772

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº06/2019
EDITAL DE PREGÃO Nº06/2019

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando Contratação de Serviços para oficina de Dança promovida pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, nos termos do anexo I. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 02 de setembro de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 19 de agosto de 2019.

JOSIANE DE FÁTIMA KORNOWSKI

Gestora FMAS

EDITAL PREGÃO RP Nº14/2019 FMDR

Publicação Nº 2128488

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTORURAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019
EDITAL DE PREGÃO Registro de Preço Nº 014/2019

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO ORIGINAL E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 30 de agosto de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 19 de agosto de 2019.

CLAUDIMIR LUIS DASSI

Gestor FMDR

PORTARIA N.º289, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2128093

PORTARIA N.º286, de 23 de julho de 2019.
Concede Férias aos Servidores e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Período aquisitivo	Período de gozo
Alexandre Seger	421901	02.01.2018 a 01.01.2019	23.07.19 a 11.08.19

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.
Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de julho de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 276, DE 11 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2128088

PORTARIA Nº 276, de 11 de julho de 2019.
Convoca servidora em férias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; e conforme consta no paragrafo 4º do Art.87, da Lei Complementar 037/2011.

Resolve.

Art.1º. Fica convocada a voltar as suas atividades, a servidora Rejane Sotilli, que se encontra em férias nos dias 11 e 15 de julho de 2019, sendo que o período interrompido será usufruído em data a ser definida posteriormente.

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrario.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA 11 de julho de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 323, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128492

PORTARIA Nº 323, de 19 de agosto de 2019

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Luiz Antonio Zaccaron, Matricula nº 15402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº138/2019 e Roteiro de Viagem nº094/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº0137//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 324, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128498

PORTARIA Nº 324, de 19 de agosto de 2019

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Davi Zacaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº140/2019 e Roteiro de Viagem nº095/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº0139//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 325, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128514

PORTARIA Nº 325, de 19 de agosto de 2019

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (uma e meia) diária a servidora Cristiane Alves de Oliveira, matrícula nº426802, ocupante do cargo de Secretaria Municipal, no valor de R\$ 104,00 (cento e quatro reais), para participar de curso de aperfeiçoamento na cidade de Chapecó/SC conforme Memorando Nº141/2019 e Roteiro de Viagem nº096/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº326, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128535

PORTARIA Nº326, de 19 de agosto de 2019.
Concede Progressão e da Outras Providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com inciso II do Art.29º, da Lei Complementar nº038/2011 de 01 de dezembro de 2011.

Resolve,

Art.1º. Fica concedida Progressão Por Nova Titulação e Habilitação, a Servidora Nadia Maria Ferronato Bernardi matricula nº11410, ocupante do cargo de Professor, Grupo I, nível III, do quadro do Pessoal do Magistério, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, por ter concluído o curso de Mestrado

Art.2º. A servidora acima citada passa a integrar o nível IV, do Grupo I, do Quadro de pessoal do Magistério Publico Municipal.

Art.3º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art.4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2019 FMS

Publicação N° 2128188

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2019 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2019 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2019

Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto Registro de Preços para aquisição de Fraldas Geriátricas destinado a atender as necessidades de pessoas portadoras de algum grau de deficiência, idosos, famílias em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica, indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, e sexual, cumprimento de medidas socioeducativas e etc.), conforme especificações no Anexo I - Termo de Referência.

Valor total: R\$ 90.225,00 (noventa mil, duzentos e vinte e cinco reais)

Data de Assinatura: 09/08/2019

Data de Vencimento: 09/08/2020

SANDRO FABIO GIRARDI

Pela Empresa Contratada

Barra Velha, 09 de agosto de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 056/2019 PMBV

Publicação N° 2128836

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 056/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2019-PMBV

Contratada: STAGE MUSIC COM. IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA

Objeto: Aquisição de instrumentos de fanfarra, destinados aos alunos da Escola B. M. Manoel A. de Freitas e Escola B. M. Professora Antonia Gasino de Freitas - Extensão, conforme especificações no Anexo I - Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$99.690,00 (noventa e nove mil, seiscentos e noventa reais)

Data de Assinatura: 12/08/2019

Data de Vencimento: 12/08/2020

Barra Velha, 12 de agosto de 2019

JHONATAN MIRANDA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETOS Nº 704 E 705

Publicação Nº 2127716

DECRETO N.º 704/2019, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1314/2018, de 21 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 305.840,80 (Trezentos e cinco mil e oitocentos e quarenta reais e oitenta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	05.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
51-12.361.0005-2.009	2.009	Manutenção e Desen. Do Ensino Fundamental	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	60.000,00
53-12.361.0005-2.009	2.009	Manutenção e Desen. Do Ensino Fundamental	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	40.000,00
79-12.361.0005-2.013	2.013	Manutenção e Desen. da Educação Infantil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	77.050,00
80-12.361.0005-2.013	2.013	Manutenção e Desen. da Educação Infantil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
125-15.452.0007-2.026	2.026	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	78.790,80
TOTAL GERAL	305.840,80		

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 305.840,80 (Trezentos e cinco mil e oitocentos e quarenta reais e oitenta centavos), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	05.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
48-12.361.0005-2.009	2.009	Manutenção e Desen. Do Ensino Fundamental	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	100.000,00
76-12.361.0005-2.013	2.013	Manutenção e Desen. da Educação Infantil	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	100.000,00
82-12.361.0005-2.013	2.013	Manutenção e Desen. da Educação Infantil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0741	Aplicações Diretas	11.000,00
87-12.361.0005-2.013	2.013	Manutenção e Desen. da Educação Infantil	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0741	Aplicações Diretas	5.025,00
88-12.361.0005-2.013	2.013	Manutenção e Desen. da Educação Infantil	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	11.025,00

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
126-15.452.0007-2.026	2.026	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	1.540,80
127-15.452.0007-2.026	2.026	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	24.750,00
128-15.452.0007-2.026	2.026	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	52.500,00
TOTAL GERAL	305.840,80		

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de agosto de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

ALFREDO CEZAR DREHER

Secretario de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 705/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal Nº 1.339/2019, de 12 de Agosto de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$126.500,00 (Cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	07.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
020-10.301.0009-2.029	2.029	Manutenção do Fundo e Ações da Atenção Básica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0823	Aplicações Diretas	46.500,00
027-10.301.0009-2.029	2.029	Manutenção do Fundo e Ações da Atenção Básica	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0826	Aplicações Diretas	15.000,00
039-10.303.0009-2.030	2.030	Ações de Assistência Farmacêutica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0824	Aplicações Diretas	35.000,00
038-10.303.0009-2.030	2.030	Ações de Assistência Farmacêutica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0820	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL	126.500,00		

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 126.500,00 (Cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	07.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
003-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	27.000,00
004-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	22.000,00
005-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	15.000,00
006-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	25.000,00
007-10.301.0009-1.025	1.025	Aquisição de veículo	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0815	Aplicações Diretas	20.000,00
008-10.301.0009-1.025	1.025	Aquisição de veículo	

Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	2.500,00
030-10.301.0009-2.034	2.034	Implantação do SAMU e CAPS	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	5.000,00
031-10.301.0009-2.034	2.034	Implantação do SAMU e CAPS	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL GERAL	126.500,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de Agosto de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

ALFREDO CÉZAR DREHER

Secretario de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS N° 008/2019

Publicação N° 2128252

EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA

CONTRATO N° 094/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI ME, CNPJ 25.526.024/0001-00, Rua Almirante Barros, nº 1342, sala 07, Vila Nova, Blumenau, SC.

OBJETO: RECUPERAÇÃO DE MALHA VIÁRIA MUNICIPAL REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE REPASSE OGU N° 846793/2017 – OPERAÇÃO 1.044.282-46 - PRONAT – RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 184.728,30 (Cento e Oitenta e Quatro Mil Setecentos e Vinte e Oito Reais e Trinta Centavos)

DATA DA ASSINATURA: 13.08.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1339

Publicação N° 2127715

LEI N° 1.339/2019 DE 12 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 67, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$126.500,00 (Cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	07.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
020-10.301.0009-2.029	2.029	Manutenção do Fundo e Ações da Atenção Básica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0823	Aplicações Diretas	46.500,00
027-10.301.0009-2.029	2.029	Manutenção do Fundo e Ações da Atenção Básica	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0826	Aplicações Diretas	15.000,00
039-10.303.0009-2.030	2.030	Ações de Assistência Farmacêutica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0824	Aplicações Diretas	35.000,00
038-10.303.0009-2.030	2.030	Ações de Assistência Farmacêutica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0820	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL	126.500,00		

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 126.500,00 (Cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	07.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
003-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	27.000,00
004-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	22.000,00
005-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	15.000,00
006-10.301.0009-1.024	1.024	Construção, ampliação e reformas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	25.000,00
007-10.301.0009-1.025	1.025	Aquisição de veículo	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0815	Aplicações Diretas	20.000,00
008-10.301.0009-1.025	1.025	Aquisição de veículo	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	2.500,00
030-10.301.0009-2.034	2.034	Implantação do SAMU e CAPS	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	5.000,00
031-10.301.0009-2.034	2.034	Implantação do SAMU e CAPS	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL GERAL	126.500,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de Agosto de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

Publicação Nº 2129024

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

Objeto: contratação da empresa: TRANSPORTE RODOVIARIO NOVA MICHELIN LTDA - ME, para transporte diurno para estudantes do ensino médio, educação infantil e ensino fundamental do município de Belmonte ate as comunidades linha Lajinha, linha timbuava, linha tabajara e linha Peperi, no ano segundo semestre de 2019, sendo que que é a única empresa concessionária para efetuar o transporte rodoviário, fundamentada no art. 25, caput, da lei n.º 8.666/93 alterações . informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 16 de agosto de 2019.

GENÉSIO BRESSIANI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019

Publicação Nº 2129025

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019
Registro de Preços

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de licenças de uso, não exclusiva para locação de sistema de gestão de controle interno, bem como sua conversão, instalação, implantação, treinamento e suporte técnico, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 16:00 horas do dia 29/08/2019, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 16:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 16 de agosto de 2019.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2019 - CANCELAMENTO

Publicação Nº 2129026

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2019

O Município de Belmonte avisa aos interessados o CANCELAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2019, para execução de colocação de canaletas e tubos de concreto ao lado do calçamento na estrada geral que liga a sede do município as localidades de linha Lajinha e linha Timbuava -trecho estaca 0 a 9 +9m lado direito e estaca 0 a 12+15m do lado esquerdo-sentido Lajinha, no município tudo conforme projeto de engenharia parte integrante do presente processo licitatório, e especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 21/08/2019, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a abertura dos envelopes às 14:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 16 de agosto de 2019.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 118/2019

Publicação Nº 2127962

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 19/08/2019 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 118/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL SEMENTES DO AMANHÃ.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, todos nomeados através da Portaria nº 002/2019. Aberta a sessão, verificou-se que protocolou e entregou os envelopes até o horário estipulado somente a empresa KRUGER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo a empresa apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando o representante presente credenciado e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
KRUGER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	RAFAEL RAIMUNDO BUZZI

A empresa apresentou comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A empresa apresentou a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Procedida à abertura do envelope identificado como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou o seu conteúdo e em seguida disponibilizou a proposta para que o representante presente fizesse o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. A proposta foi considerada aceita e classificada. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo a licitante efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de Habilitação da licitante participante. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica do representante presente. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. Não houve questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU o item do certame a empresa vencedora. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTE PRESENTE:

KRUGER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 122/2019

Publicação Nº 2128384

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 122/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que estará realizando o CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE ACOHIMENTO/ATENDIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS DE AMBOS OS SEXOS QUE POSSAM OU NÃO PORTAR DEFICIÊNCIA DE ORDEM PSICOLÓGICA OU FÍSICA QUE SE ENCONTRAM EM RISCO SOCIAL OU AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E SOCIAL, COM COMPROMETIDA OU NULA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO

FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL E NECESSITAM DE CUIDADOS E ACOLHIMENTO/ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE AMBOS OS SEXOS QUE SE ENCONTRAM EM RISCO SOCIAL OU AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E SOCIAL, COM COMPROMETIDA OU NULA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL E NECESSITAM DE TRATAMENTO. O período para o credenciamento será a partir do dia 21 de agosto de 2019 e permanecerá aberto por tempo indeterminado ou por ato que venha a revogá-lo. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo ou no Setor de Licitações da Prefeitura. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, situado na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou por e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 123/2019

Publicação N° 2128386

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 123/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO MOTOR DO VEÍCULO TRANSIT PLACA MJR-5829. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 02 de setembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 9:05h do dia 02 de setembro de 2019, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 124/2019

Publicação N° 2128479

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 124/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E AGRICULTURA. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14h do dia 02 de setembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 14:05h do dia 02 de setembro de 2019, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DECRETO N° 079/2019 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO, MODALIDADE EMPREGO PÚBLICO 003/2019

Publicação N° 2128250

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ N° 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

DECRETO N° 079/2019, de 13 de agosto de 2019.

Homologa Resultado Final do
Concurso Público, Modalidade
Emprego Público 003/2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei

Orgânica do Município, no seu art. 70, inciso I, alínea "n", e Parágrafo Único do Art. 3º da Lei Complementar nº 57/2007;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada, nesta data, a Classificação Final dos candidatos aprovados no Concurso Público, Modalidade Emprego Público – Edital nº 003/2019, considerados os critérios de desempate e o julgamento dos recursos contra a Classificação Preliminar, para os cargos de: Cirurgião Dentista ESF, Enfermeiro ESF, Técnico de Enfermagem ESF e Técnico em Saúde Bucal ESF, conforme ATO 06, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 079/2019 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

DECRETO Nº 080/2019 - HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 04/2019, QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 149/2017 - PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA - AB/NASF

Publicação Nº 2128253

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

DECRETO Nº 080/2019, de 15 de agosto de 2019.

Homologa a Resolução nº 04/2019, que Altera a Lei Complementar nº 149/2017 – PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – AB/NASF.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde;

Considerando o Protocolo nº 1.014/2019, de 14 de agosto de 2019, que encaminha a Resolução nº 04/2019 do Conselho Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 04/2019, de 29 de maio de 2019, que Altera o inciso VII, §2º, Art. 4º da Lei Complementar nº 149, de 14 de junho de 2017, de: "não estar em gozo de qualquer tipo de licença por mais de 180 (cento e oitenta) dias alternados ou consecutivos durante o ano base de cálculo" para: " não estar em gozo de qualquer tipo de licença, afastamento, faltas justificadas ou não por mais de 7 (sete) dias alternados ou consecutivos durante o ano de base de cálculo".

Parágrafo Único – Ficam excluídas das faltas justificadas ou não mencionadas no Art. 1º deste Decreto a licença maternidade, paternidade, luto e casamento.

Art. 2º - Excluir o inciso V, do §2º, do Art. 4º da Lei Complementar nº 149, de 14 de junho de 2017, onde diz: "não ter mais que 3 (três) dias de faltas injustificadas ao trabalho durante o ano base, conforme definido em regulamento".

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 15 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 080/2019 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 15 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE EMPREGO PÚBLICO 002/2019

Publicação Nº 2128359

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019**ATO 008 – EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Ato -001, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A homologação do resultado final do **CONCURSO PÚBLICO**, sob o regime estatutário, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal.

2º - Nos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais II, Instrutor de Esportes II e Professor de Inglês não houveram candidatos classificados.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO I								
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
014611	RAFAELA KRIESER DOS SANTOS	05/03/1993	16,00	8,00	10,00	36,00	70,00	1º
026356	AMANDA LUANA GIRARDI	26/03/1999	18,00	16,00	6,00	28,00	68,00	2º
028459	JESSICA MAIOCHI	12/04/1991	18,00	12,00	10,00	28,00	68,00	3º
015520	VALNICE MOTTA	14/08/1989	14,00	16,00	10,00	28,00	68,00	4º
024650	ERIKE ALLAN HENNICH	31/05/1998	10,00	18,00	10,00	24,00	62,00	5º
026240	TANIA MARA CAPESTRANO NIEHUES	28/03/1961	12,00	6,00	8,00	32,00	58,00	6º
015538	RAQUEL ROCHA DOS SANTOS	28/03/1998	18,00	4,00	12,00	24,00	58,00	7º
024190	ROBSON WILLIAM STEINHEUSER	01/11/1990	14,00	10,00	4,00	28,00	56,00	8º
015664	CARLOS EDUARDO BITENCOURT	31/01/2001	6,00	12,00	10,00	28,00	56,00	9º
013964	JHENIFFER BUZZI CLAUDINO DOS SANTOS	16/05/1999	14,00	12,00	6,00	24,00	56,00	10º
028602	VIVIANE DOS ANJOS DE FARIA	02/08/1994	10,00	4,00	12,00	28,00	54,00	11º
026736	EDSON MAAS	06/06/1989	8,00	16,00	6,00	24,00	54,00	12º
028269	ALINE REGINA LINZ	17/03/1997	10,00	16,00	8,00	20,00	54,00	13º
013834	ROZELENE BUBLITZ GURSKE	09/04/1996	10,00	8,00	6,00	28,00	52,00	14º
027109	SUELI BECKER ROEDER	14/08/1966	6,00	6,00	10,00	28,00	50,00	15º
025533	JOELSON G MORAES	27/05/2000	10,00	12,00	4,00	24,00	50,00	16º
019666	ADILSON LUIZ MORATELLI	29/10/1968	14,00	12,00	4,00	20,00	50,00	17º
014084	NAIARA CARDOSO	04/05/2001	8,00	12,00	10,00	20,00	50,00	18º
026935	ULIANA HELENA MENGARDA	04/08/1999	12,00	10,00	12,00	16,00	50,00	19º

AUXILIAR DE CRECHE								
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
014867	ELANA THAINES VIANA DA SILVA SOUSA	15/04/1998	14,00	6,00	12,00	32,00	64,00	1º
014336	SCHEILA BIARZI	28/10/1998	6,00	12,00	8,00	32,00	58,00	2º
027520	ALESSANDRA SAMP	10/03/1989	12,00	12,00	2,00	28,00	54,00	3º
028786	JULIANA SANTOS DA SILVA	10/06/1986	6,00	8,00	16,00	24,00	54,00	4º
015178	CRISTIANE BORGES DA CRUZ SCHVABE	02/11/1983	10,00	8,00	10,00	24,00	52,00	5º
015772	SUELEN LUIZA ZICKUHR	24/02/2000	14,00	8,00	4,00	24,00	50,00	6º
028361	CLAUDIA COLLA MAZO	17/03/1979	12,00	6,00	8,00	24,00	50,00	7º
028380	VANESSA RIBEIRO DA PAZ FERREIRA	26/02/1992	10,00	10,00	6,00	24,00	50,00	8º

AUXILIAR DE SALA								
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
028939	FLAVIA ELEN FERREIRA LONGO	04/04/1991	8,00	6,00	6,00	32,00	52,00	1º
014337	PAMELA PRICILA KLOSOWSKI	12/01/1999	14,00	14,00	6,00	16,00	50,00	2º

AUXILIAR DE VETERINÁRIO								
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
021550	MIGUEL PATRICIO ROHVER	08/07/1999	12,00	14,00	4,00	24,00	54,00	1º

TÉCNICO EM ENFERMAGEM										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.		
020533	MARCIA HENNICH	28/01/1962	8,00	4,00	10,00	36,00	58,00	1º		
014547	BRUNA RAFAELA HOCHSPRUNG BUZZI	11/08/1999	8,00	10,00	12,00	28,00	58,00	2º		
014958	ESTHER BRETZKE NEUMANN	15/11/1969	4,00	6,00	6,00	40,00	56,00	3º		
014205	VALMIR MOURA GONCALVES	25/05/1971	4,00	10,00	6,00	32,00	52,00	4º		
013688	GRACIELE KONEILL CRISTOFOLINI	04/04/1990	10,00	6,00	8,00	28,00	52,00	5º		
027610	LIGIA SILVA DOS ANJOS PEREIRA	31/01/1987	6,00	8,00	4,00	32,00	50,00	6º		
027537	CLAUDETE PERSUHN	08/04/1988	8,00	10,00	4,00	28,00	50,00	7º		

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	AP. FÍS.	NF	CLASSIF.
029052	HELICIO JULIO MATIAS JUNIOR	16/03/1985	18,00	20,00	16,00	28,00	82,00	APTO	82,00	1º
028258	CARLA CAROL VENTURI	26/03/1997	10,00	12,00	14,00	20,00	56,00	APTO	56,00	2º
014191	SUSAN ADRIANO HELFENSTELLER	01/08/1974	14,00	10,00	10,00	20,00	54,00	APTO	54,00	3º
014186	JANETE APARECIDA RAMOS	27/08/1970	6,00	12,00	8,00	24,00	50,00	APTO	50,00	4º

OPERÁRIO										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	AP. FÍS.	NF	CLASSIF.
014063	SAMUEL ANDRE DOMINGOS	14/10/1982	12,00	16,00	4,00	28,00	60,00	APTO	60,00	1º
013890	LEONARDO GENSKE TAMBOSI	31/05/1993	12,00	4,00	12,00	28,00	56,00	APTO	56,00	2º

SERVENTE										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	AP. FÍS.	NF	CLASSIF.
025813	HEBER DE OLIVEIRA	21/04/1982	16,00	14,00	10,00	24,00	64,00	APTO	64,00	1º

INSTRUTOR DE MODALIDADES II										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
027192	JOAO ROBERTO IDESIO	10/06/1986	14,00	16,00	12,00	32,00	74,00	90,00	83,60	1º
013720	NILO ANDREI FORMIGARI	10/03/1989	16,00	14,00	4,00	20,00	54,00	100,00	81,60	2º
027876	DANIEL FELIPE H L DA GAMA	10/12/1983	12,00	14,00	12,00	28,00	66,00	88,00	79,20	3º

MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
028092	JAISON CARDOSO DE AGUIAR	06/05/1981	14,00	18,00	14,00	28,00	74,00	90,00	83,60	1º
027882	MARCOS MARTINS	04/03/1972	16,00	14,00	6,00	20,00	56,00	100,00	82,40	2º
014811	DIEGO LOPES DOS SANTOS	24/09/1992	16,00	4,00	6,00	24,00	50,00	100,00	80,00	3º
013760	CLOVIS ODAIR SCHREIBER	15/04/1984	18,00	18,00	8,00	20,00	64,00	70,00	67,60	4º
028127	EDEMILTON RIBEIRO DE CAMPOS	09/01/1982	14,00	14,00	12,00	12,00	52,00	55,00	53,80	5º
014806	YALU ROBERTO PINOTTI	13/05/1977	14,00	14,00	8,00	16,00	52,00	50,00	50,80	6º

MOTORISTA										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
013850	LUIZ MATHEUS BAUER	25/12/1994	18,00	14,00	14,00	24,00	70,00	90,00	82,00	1º
027506	GILMAR CAPESTRANO	11/10/1963	18,00	20,00	14,00	16,00	68,00	80,00	75,20	2º
015433	CHARLES DE OLIVEIRA	28/03/1982	12,00	14,00	10,00	20,00	56,00	85,00	73,40	3º
028086	JAISON CARDOSO DE AGUIAR	06/05/1981	16,00	16,00	16,00	24,00	72,00	70,00	70,80	4º
021912	JULIANO IVAN RADDATZ	12/07/1987	14,00	12,00	6,00	20,00	52,00	60,00	56,80	5º

INSTRUTOR DE ESPORTES I										
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.	
013750	LEONIR VICENTE JUNIOR	05/12/1988	9,00	10,50	52,50	72,00	2,50	74,50	1º	
028200	VINICIUS CORREA DE NEGREDO	18/03/1992	12,00	7,50	38,50	58,00	0,00	58,00	2º	
013969	ANA CAROLINA MAZZI	12/10/1995	6,00	7,50	38,50	52,00	0,00	52,00	3º	
028008	JEAN PEDRO ROMINHUK	20/08/1992	6,00	9,00	35,00	50,00	0,00	50,00	4º	

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
014220	CARLA CRISTINE DA SILVA	02/11/1987	10,50	9,00	38,50	58,00	2,50	60,50	1º

MÉDICO III									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
027482	DIMAS KONKOL JUNIOR	23/09/1993	15,00	10,50	42,00	67,50	0,00	67,50	1º
015770	JAQUELINE FERRAREIS MENEGASSO	08/10/1986	10,50	10,50	38,50	59,50	0,00	59,50	2º

MÉDICO PEDIATRA									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
013671	MARCEU FLORES PINTO	19/06/1984	12,00	13,50	49,00	74,50	5,00	79,50	1º
025033	ALAN RODRIGUES DE ALMEIDA	21/06/1983	7,50	6,00	52,50	66,00	5,00	71,00	2º
015305	FERNANDA LUCIA CARDOSO SILVA	10/05/1984	12,00	9,00	45,50	66,50	2,50	69,00	3º
025595	CAMILA GIACHIM	19/07/1987	12,00	6,00	42,00	60,00	0,00	60,00	4º

NUTRICIONISTA									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
020558	GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA	01/06/1990	12,00	13,50	63,00	88,50	8,50	97,00	1º
025526	CAMILA CONZATTI	14/10/1992	13,50	7,50	59,50	80,50	2,50	83,00	2º
015557	ARIELE DOURADO ALVES	09/06/1992	13,50	6,00	63,00	82,50	0,00	82,50	3º
026179	CAROL MARINA MACHADO	03/07/1992	10,50	7,50	63,00	81,00	0,00	81,00	4º
013856	JAKELINE DUARTE DIETRICH	07/12/1991	9,00	9,00	59,50	77,50	2,50	80,00	5º
029130	RENATA JARDIM OURIQUE	19/10/1995	10,50	7,50	59,50	77,50	0,00	77,50	6º
025084	DANIELLE MORENO PARREIRA	07/05/1980	12,00	6,00	52,50	70,50	2,50	73,00	7º
028339	MAYARA KAROLINE DIAS TOMAZINI	27/02/1995	9,00	10,50	52,50	72,00	0,00	72,00	8º
028376	LAUDIANE BORTOLOTTI	09/08/1996	10,50	7,50	49,00	67,00	0,00	67,00	9º
015624	CARLA SCARATTI PORAZZI	06/09/1979	9,00	9,00	49,00	67,00	0,00	67,00	10º
029059	SHEILA SUELI LANGE	05/05/1989	9,00	9,00	49,00	67,00	0,00	67,00	11º
015042	WELTON ANDREI TOMAZINI	05/01/1992	9,00	7,50	49,00	65,50	0,00	65,50	12º
027598	LUANA CAROLINA CARVALHO	22/07/1996	10,50	9,00	45,50	65,00	0,00	65,00	13º
026650	DAIANE BOWENS	05/02/1998	7,50	7,50	49,00	64,00	0,00	64,00	14º
014357	FRANCIELLE LARISSA SCHWEDER	26/08/1989	7,50	7,50	45,50	60,50	0,00	60,50	15º
023586	CRISTIANE WESTPHAL	16/02/1993	10,50	3,00	45,50	59,00	0,00	59,00	16º
015678	ALANA CRISTINA VAVASSORI	04/08/1996	9,00	9,00	35,00	53,00	0,00	53,00	17º
014287	FERNANDA LUIZA BONA	03/01/1992	6,00	7,50	38,50	52,00	0,00	52,00	18º

ORIENTADOR PEDAGÓGICO I									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
025999	LUCIARA ANDREIA TEIXEIRA DA SILVA ABREU	09/03/1988	12,00	9,00	45,50	66,50	0,00	66,50	1º
014526	NILZA MARIA NONES	26/01/1966	13,50	7,50	31,50	52,50	5,00	57,50	2º

PROFESSOR DE ARTES									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
014569	LUIZ CARLOS GESSNER	30/03/1999	7,50	10,50	42,00	60,00	0,00	60,00	1º
026892	GIOVANA KAROLINE PERSUHN	01/12/1998	10,50	6,00	42,00	58,50	0,00	58,50	2º
015657	JESSICA MELISSA MARTINS	01/09/1995	9,00	7,50	42,00	58,50	0,00	58,50	3º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
013755	ALINE MITTANK	21/10/1988	9,00	6,00	49,00	64,00	2,50	66,50	1º
015452	CARLOS EDUARDO SCHURE	23/06/1979	7,50	10,50	45,50	63,50	0,00	63,50	2º
025182	BRUNO MOSER	10/04/1981	12,00	6,00	38,50	56,50	2,50	59,00	3º
014609	ANEIA DEMATTE VANELLI	29/05/1978	1,50	10,50	38,50	50,50	5,00	55,50	4º
027998	SAMARA THAYS ZERMIANI	19/03/1993	6,00	9,00	38,50	53,50	0,00	53,50	5º
018999	MARCIO ALEX CARDOSO BELARDONY	08/10/1977	10,50	6,00	35,00	51,50	0,00	51,50	6º
014254	HIGARO PAPION DA SILVA RAMOS	07/05/1992	9,00	7,50	35,00	51,50	0,00	51,50	7º

015397	GABRIEL VERKA	21/07/1996	9,00	7,50	35,00	51,50	0,00	51,50	8°
026126	GUSTAVO ADOLFO STANKE GONCALVES GOMES	10/04/1987	10,50	9,00	31,50	51,00	0,00	51,00	9°
022867	ANDREIA ENGEL	25/07/1996	9,00	10,50	31,50	51,00	0,00	51,00	10°
015391	RAFAEL SPIESS	02/04/1989	6,00	9,00	35,00	50,00	0,00	50,00	11°

PROFESSOR I-20										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
027806	BRENO GONCALVES VERCOSA	23/03/1979	16,00	16,00	14,00	40,00	86,00	0,00	86,00	1°
026765	ADRIANA DE SOUZA VIANA DANTAS	20/01/1975	14,00	12,00	10,00	32,00	68,00	2,50	70,50	2°
016658	BIBIANA KRIEGER FERNANDES	22/12/1980	14,00	12,00	4,00	36,00	66,00	2,50	68,50	3°
028451	NATACHA MILENA HINSCHING	28/12/1997	16,00	2,00	12,00	36,00	66,00	0,00	66,00	4°
026881	SILVIA SCHUSSLER PERSUHN	14/10/1981	12,00	6,00	4,00	36,00	58,00	5,00	63,00	5°
027743	JUCIMARA FRANCIELE VALCANIA	06/06/1990	12,00	14,00	6,00	28,00	60,00	2,50	62,50	6°
026708	SILVANA REGINA VARGAS ERDMANN	16/08/1986	14,00	8,00	4,00	36,00	62,00	0,00	62,00	7°
015049	MARIZE MULLER MAYER	17/11/1989	16,00	10,00	8,00	28,00	62,00	0,00	62,00	8°
015327	CRISLAINE LECTICIA DADA	19/01/1993	8,00	6,00	8,00	32,00	54,00	5,00	59,00	9°
025832	IDUVIRGEM DEVIGILI LANGA	19/05/1967	10,00	6,00	8,00	32,00	56,00	2,50	58,50	10°
026435	MARIA FRANCISCA PEREIRA	10/12/1980	8,00	10,00	4,00	32,00	54,00	2,50	56,50	11°
015279	CLAUDIA MARIA GOUVEA	30/07/1977	8,00	4,00	6,00	36,00	54,00	0,00	54,00	12°
027564	GABRIELA MACIENTE DIAS CAMPOS	27/01/1988	10,00	10,00	6,00	28,00	54,00	0,00	54,00	13°
015732	JURANICE APARECIDA BUZZI RODE	20/09/1968	4,00	8,00	6,00	32,00	50,00	2,50	52,50	14°
015251	ANGELA BORCHARDT	23/07/1990	10,00	6,00	4,00	32,00	52,00	0,00	52,00	15°
018380	ELIS REGINA FURLANETTO PEROZA	16/03/1987	8,00	6,00	4,00	32,00	50,00	0,00	50,00	16°

PROFESSOR I-40										
INSC.	NOME	NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
014289	BRENO GONCALVES VERCOSA	23/03/1979	20,00	20,00	14,00	32,00	86,00	0,00	86,00	1°
014864	ELANA THAINES VIANA DA SILVA SOUSA	15/04/1998	18,00	10,00	14,00	32,00	74,00	0,00	74,00	2°
026989	SUELI NOVAK	14/04/1986	16,00	16,00	8,00	32,00	72,00	0,00	72,00	3°
025933	MARIA FERNANDES BELEM	14/01/1978	18,00	16,00	12,00	24,00	70,00	0,00	70,00	4°
014384	CAMILA MILCHERT	12/01/1992	16,00	14,00	10,00	28,00	68,00	0,00	68,00	5°
026612	JERUSA KREUTZFELD PIVATTO	02/11/1981	14,00	16,00	8,00	24,00	62,00	5,00	67,00	6°
015506	MARILEIA TRENTO	30/10/1995	14,00	12,00	10,00	24,00	60,00	5,00	65,00	7°
014476	FABIANA FURLANI THOM	27/12/1982	14,00	14,00	8,00	28,00	64,00	0,00	64,00	8°
027898	JOYCE VIVIANY ANTUNES DE OLIVEIRA JANKE	19/06/1984	16,00	14,00	10,00	24,00	64,00	0,00	64,00	9°
026887	SILVIA SCHUSSLER PERSUHN	14/10/1981	6,00	18,00	10,00	24,00	58,00	5,00	63,00	10°
015328	CRISLAINE LECTICIA DADA	19/01/1993	6,00	14,00	14,00	24,00	58,00	5,00	63,00	11°
028833	TATIANE DIETRICH	13/02/1984	14,00	14,00	8,00	24,00	60,00	2,50	62,50	12°
013953	PAMELA MICAELE SCHOEN	01/06/1994	12,00	18,00	8,00	24,00	62,00	0,00	62,00	13°
014335	SCHEILA BIARZI	28/10/1998	16,00	16,00	8,00	20,00	60,00	0,00	60,00	14°
027510	LUCIANA SCHAEFER DE CAMPOS	19/09/1984	12,00	12,00	10,00	24,00	58,00	0,00	58,00	15°
015263	PAMELA PRICILA KLOSOWSKI	12/01/1999	10,00	16,00	8,00	24,00	58,00	0,00	58,00	16°
026398	JUREMA CILENE FERREIRA ROSA	03/07/1978	10,00	6,00	14,00	24,00	54,00	2,50	56,50	17°
014352	SIDNEY LEITZKE	03/02/1981	12,00	14,00	6,00	24,00	56,00	0,00	56,00	18°
013753	FABIANA CRISTINA MARTINS SCHUTZE	15/04/1994	10,00	16,00	10,00	20,00	56,00	0,00	56,00	19°
013757	SAMARA STEIN BEYER	16/05/1996	16,00	14,00	10,00	16,00	56,00	0,00	56,00	20°
014469	CARINA IMME	02/04/1998	12,00	16,00	12,00	16,00	56,00	0,00	56,00	21°
015585	SILVANA REGINA VARGAS ERDMANN	16/08/1986	16,00	18,00	10,00	12,00	56,00	0,00	56,00	22°
024106	SHIRLEY REGINA KROENKE NONES	10/09/1979	10,00	10,00	12,00	20,00	52,00	2,50	54,50	23°
027739	ROSANGELA WOLTER	20/12/1979	10,00	10,00	12,00	20,00	52,00	2,50	54,50	24°
014310	ADRIANA SIMONE KOEPEL	27/12/1978	12,00	14,00	8,00	16,00	50,00	2,50	52,50	25°
015630	ANGELICA TENORIO DOS SANTOS SILVA	06/02/1990	12,00	6,00	10,00	24,00	52,00	0,00	52,00	26°
027768	ANDRESSA CAROLINE ARENDT	13/03/1995	10,00	12,00	8,00	20,00	50,00	0,00	50,00	27°
028756	PATRICIA DE LIMA VEIGA	20/03/1984	10,00	10,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	28°
014630	ROSELEIA HOCHSPRUNG ADAM	31/05/1984	8,00	12,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	29°

PSICÓLOGO II									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
020888	LETICIA DA CUNHA	07/10/1993	13,50	10,50	59,50	83,50	0,00	83,50	1°

015035	MONICA SIMON VIECILI	16/10/1996	13,50	9,00	45,50	68,00	0,00	68,00	2º
015746	RAQUEL PEYERL	21/06/1995	10,50	7,50	42,00	60,00	0,00	60,00	3º
024829	BARBARA BALDO ZUANAZZI	28/12/1994	4,50	12,00	42,00	58,50	0,00	58,50	4º
015087	HUMBERTO DOUGLAS ALVES	20/08/1992	12,00	7,50	38,50	58,00	0,00	58,00	5º
017244	ARIEL HENRIQUE PEREIRA	15/07/1991	12,00	6,00	38,50	56,50	0,00	56,50	6º
028671	ALINE INES HENDGES	07/10/1988	7,50	9,00	38,50	55,00	0,00	55,00	7º
015643	NATALIA APARECIDA WODZINSKY GADOTTI	03/05/1996	12,00	10,50	31,50	54,00	0,00	54,00	8º
027792	BRUNA FRANIELE NASCIMENTO SOUZA	28/12/1993	9,00	6,00	38,50	53,50	0,00	53,50	9º
028870	HELENA MEDINA MENEZES	15/06/1992	12,00	4,50	35,00	51,50	0,00	51,50	10º
015750	NAGUILA LAINY OLIVEIRA SANTOS	15/04/1997	12,00	7,50	31,50	51,00	0,00	51,00	11º
013730	ANA HELENA KOPROWSKI	03/10/1996	10,50	9,00	31,50	51,00	0,00	51,00	12º

PSICOPEDAGOGO									
INSC.	NOME	NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
015715	PATRICIA PEREIRA NONES	20/01/1986	4,50	9,00	38,50	52,00	2,50	54,50	1º

Legenda:

- LP – Nota obtida em Língua Portuguesa
MAT – Nota obtida em Matemática
CG-LEG – Nota obtida em Conhecimentos Gerais e Legislação
CE – Nota obtida em Conhecimentos específicos
PE – Nota da Prova Escrita
PP – Nota da Prova Prática
PT – Nota da Prova de Títulos
AP. FÍS. – Aptidão Física
NF – Nota Final

Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).
b) obtiver maior pontuação em conhecimentos específicos;
c) obtiver maior pontuação em língua portuguesa;
d) obtiver maior pontuação em matemática;
e) obtiver maior pontuação em conhecimentos gerais;
f) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade (exceto os enquadrados na alínea “a” deste subitem).

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Benedito Novo/SC, 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo - SC

EXTRATO DE CONTRATO 108/2019

Publicação Nº 2127794

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 109/2019
EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2019
Contratada: MAGMA VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Valor do Contrato: R\$ 87.900,00
Vigência: 13/08/2019 a 31/12/2019
Data Assinatura: 13/08/2019
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal



EXTRATO DE CONTRATO 109/2019

Publicação Nº 2128377

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 101/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2019

Contratada: NILSON SCHEUNEMANN

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NARRAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO

Valor do Contrato: R\$ 14.600,00

Vigência: 14/08/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 14/08/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 218/2019 - CONTRATA VIGIA

Publicação Nº 2128161

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 218/2019, DE 06 DE AGOSTO DE 2019.
CONTRATA VIGIA

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, III e art. 3º, da Lei nº 642/89, com acréscimo feita pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, nesta data, ADOLAR BERTRAM, para ocupar o cargo de Vigia, Símbolo VI, Anexo I, Subanexo III, do Quadro de Servidores Municipais, pelo período de 06 de agosto de 2019 a 05 de fevereiro de 2020, em razão da aprovação no Processo Seletivo 004/2019, e no aguardo de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 219/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 245/2017

Publicação Nº 2128163

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 219/2019, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 245/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, o artigo 25 inciso I, da Lei Complementar nº 004 de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 07 de agosto de 2021, o prazo da Portaria 245/2017 de 09/08/2019, que concedeu licença para tratar de interesses particulares, a pedido, sem remuneração, a servidora CHARLINE SORAIA BEYER HOLDORF, ocupante do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento em Educação Infantil, Anexo XVI, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, pelo período de mais dois anos.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 220/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 182/2019, DE 18 DE JUNHO DE 2019

Publicação Nº 2128255

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 220/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 182/2019, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, art. 165 e seguintes da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995, e art. 149 da Lei Federal nº 8.112/1990; e
Considerando o que prescreve o Art. 177 da Lei Complementar nº 004/1995 sobre a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito;
Considerando a solicitação de prorrogação do prazo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo da Portaria nº 182/2019, de 18 de junho de 2019, para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar o fato sobre a Agente Comunitária Adenise Henschel Becker, não estar atendendo ao que menciona Art. 9º da Lei Complementar nº 57, de 24 de outubro de 2007, c/c a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, Art. 6º, I e suas alterações, ou seja: "residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público", conforme apurado em Processo de Sindicância.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

--	--

PORTARIA Nº 221/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 038/2019

Publicação Nº 2128450

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 221/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 038/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo do resultado de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de setembro de 2019, o prazo da Portaria nº 038/2019, de 13/02/2019, que contratou a Servidora GIOVANA MILENA KOSLOWSKI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, símbolo AUA, Anexo I, sub anexo II, do quadro de servidores do Município, através do Processo Seletivo 004/2017, e no aguardo do resultado de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 222/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 172/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Publicação Nº 2128456

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 222/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 172/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, art. 165 e seguintes da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995, e art. 149 da Lei Federal nº 8.112/1990; e

Considerando o que prescreve o Art. 177 da Lei Complementar nº 004/1995 sobre a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito;
Considerando a solicitação de prorrogação do prazo da Comissão de Processo de Sindicância;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo da Portaria nº 172/2019, de 11 de junho de 2019, para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo de Sindicância, destinada a apurar os fatos sobre o desempenho das atividades de Servidora no cargo de Psicóloga, em especial ao que estabelece o Art. 140 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 c/c a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 e suas alterações, consoante na solicitação de Abertura de Processo Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 223/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 253/2018

Publicação Nº 2128458

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 223/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 253/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 31 de agosto de 2020, o prazo da Portaria nº 253/2018, de 11-09-2018, que concedeu licença para tratamento de saúde ao servidor EUTON BERNARDO RUTZ, ocupante do cargo de Motorista, Símbolo MO, Anexo I, subanexo IV, do Quadro dos Servidores Público de Benedito Novo, conforme o Comunicado de Decisão, Requerimento nº 191149840, Benefício nº 6245618464, de 08-08-2019 do INSS.

Art.3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 224/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 040/2019

Publicação Nº 2128460

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 224/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 040/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo do resultado do Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de setembro de 2019, o prazo da Portaria nº 040/2019, de 14/02/2019, que contratou, a servidora SILVANA REGINA VARGAS ERDMANN, ocupante do cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2019, no aguardo do resultado do Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 225/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 176/2019

Publicação Nº 2128462

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 225/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 176/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 15 de outubro de 2019, o prazo da Portaria nº 176/2019 de 13/06/2019, que concedeu licença para tratamento de saúde a servidora SUELY ITTNER HERWEG, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, símbolo TE, do Quadro dos Servidores Público Municipal de Benedito Novo, conforme o Comunicado de Decisão, Requerimento nº 196873516, Benefício nº 6283145233, de 12-08-2019 do INSS.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 226/2019 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM JULHO DE 2019

Publicação Nº 2128469

PORTARIA Nº 226/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.
HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM JULHO DE 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em julho de 2019, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 013/2019, de 22 de janeiro de 2019, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Danilo Boanerges Souza	15/01/2018	07/18=88	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Marcos Roper	15/01/2018	07/18=88	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 227/2019 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM JULHO DE 2019

Publicação Nº 2128474

PORTARIA Nº 227/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.
HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM JULHO DE 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em julho de 2019, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 013/2019, de 22 de janeiro de 2019, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
TATIANE TONOLLI GOMES	15/01/2018	84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

REVOGAÇÃO CC/120-2019-PMB

Publicação Nº 2128371

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório CC Pública 120/2019-PMB, objetivando a "CONCESSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO DOS ESPAÇOS "BOX" DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL "FRANCISCO WOLLINGER", conforme zoneado nos Anexos I, II e VII integrantes deste instrumento", provocados por falta de interessadas em participar do certame.

Biguaçu, 16 de agosto de 2019.

Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.756/2019

Publicação Nº 2128744

LEI Nº 8.756, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

OFICIALIZA A LÍNGUA ALEMÃ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica oficializada a Língua Alemã como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Blumenau.

Parágrafo único. A Língua Alemã é uma das expressões culturais de Blumenau e, portanto, um patrimônio imaterial – herança cultural dos imigrantes alemães que povoaram o Município.

Art. 2º Fica determinada a inscrição do disposto no artigo 1º desta lei no Livro do Tombo do Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Blumenau.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, do Conselho Municipal da Língua Alemã e de outros órgãos da administração pública municipal, a criar grupos de estudos e de trabalhos, para viabilizar programação regular e continuada de ações e atividades sobre o objeto desta lei, a serem desenvolvidas junto às escolas das áreas urbana e rural do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.299/2019

Publicação Nº 2128747

DECRETO Nº 12.299, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante no Anexo I deste Decreto no valor de R\$67.684,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), realizada e não processada em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da seguinte dotação específica:

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

3202 – Diretoria Administrativa

Atividade 32.02.04.122.0042.2205 – Manut. Ativ. Adm. Samae

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 67.684,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.299/2019 - ANEXO I

Publicação Nº 2128749

ANEXO I

CREDOR:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
DOCUMENTO:	Memorando nº 117/1908/GGP
DATA:	13/08/2019
ORIGEM DA DESPESA:	FGTS – competências 1990 a 1997
DOTAÇÃO:	14
FONTE DE RECURSO:	0206.000000
VALOR:	R\$ 67.684,00
TOTAL A RECONHECER	R\$ 67.684,00 (Sessenta e sete mil seiscentos oitenta e quatro reais)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 13 de agosto de 2019.

André Espezim

Diretor Presidente – SAMAE

PORTARIA Nº 23.236/2019

Publicação Nº 2128750

PORTARIA Nº 23.236, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana, por meio do Memorando SEURB/DAF nº 273, de 14/08/2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31 de julho de 2019, os servidores públicos municipais abaixo, do exercício de função gratificada de confiança, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana – SEURB:

GELASIO RAISER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, da função gratificada de confiança de Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB - FGC de 40%, concedida pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019;

ALINE LURDES LANSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços Internos do DSU - FGC de 40%, concedida pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.237/2019

Publicação Nº 2128752

PORTARIA Nº 23.237, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana, por meio do Memorando SEURB/DAF nº 273, de 14/08/2019, resolve:

DESIGNAR, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, para o exercício de função gratificada de confiança, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19:

ALEXANDRE PROCÓPIO GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Fiscalização dos serviços realizados por empresas terceirizadas pela DMB - FGC de 40%, a contar de 01/08/2019;

ALEXANDRE TOMASI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atendimento à Central Funerária - FGC de 20%, a contar de 04/07/2019;

GELASIO RAISER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços Internos - DSU - FGC de 40%, a contar de 01/08/2019.

ALINE LURDES LANSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços de Relacionamento Institucional - FGC de 50%, a contar de 01/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 210/2015

Publicação Nº 2128754

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº. 210/2015

PARTES:
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE PASSEIO COMPARTILHADO NA RUA GUILHERME SCHARF, BAIRRO ITOU-PAVA CENTRAL.

PROCESSO: Concorrência nº. 016/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Rescisão Amigável, art. 79, inc. II da lei 9.666/93 e alterações.

DATA DA RESCISÃO: 06 de agosto de 2019.

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2014

Publicação Nº 2128758

EXTRATO – 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 027/2014

PARTES:
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: Implantação e pavimentação do prolongamento da Rua Humberto de Campos (VP07), com extensão de 2,04km.

PROCESSO: Concorrência nº 1002/2012.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência contratual por mais 07 (sete) meses, ou seja, do dia 06 de fevereiro de 2019 até o dia 05 de setembro de 2019.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 267.090,59, em decorrência do reajustamento do contrato; Acrescenta a quantia de R\$ 209.141,49, referente a adequação da nova alíquota do ISS do Município de Blumenau que passou de 3% para 5%; Suprime a quantia de R\$ 2.630.779,83, correspondente a 6,99% a menos do valor do contrato. Em decorrência dos acréscimos e supressões dispostos nos incisos anteriores, totaliza-se o valor do contrato em R\$ 40.382.348,23.

DATA: 01 de agosto de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2018

Publicação Nº 2128762

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 114/2018

PARTES:
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contatação de empresa para execução de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Saxônia, Bairro Vila Itoupava, no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Repasse nº 840665/2016 - Processo 2622.1036490-55/2016 - Ministério das Cidades/CEF/SEINFRA.

PROCESSO: Concorrência 03-005/2018.

PRAZO: Prorrogam-se os prazos: (a) DE EXECUÇÃO: em mais 09 meses, ou seja, de 29 de agosto de 2019 a 28 de maio de 2020; (b) DE VIGÊNCIA: em mais 10 (dez) meses, ou seja, de 06 de agosto de 2019 a 05 de junho de 2020.

VALOR: Acrescenta-se a quantia de R\$ 181.524,40 (17,98% a mais que o valor inicialmente previsto), totalizando o valor do contrato em R\$ 1.191.291,20.

DATA: 08 de agosto de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 162/2019

Publicação Nº 2128766

EXTRATO – CONTRATO Nº. 162/2019

PARTES:
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

JCN TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Fornecimento de 625 (seiscentos e vinte e cinco) licenças de solução integrada e gerenciada de software de proteção antivírus e antispymware de endpoints e datacenter, com garantia de 36 (trinta e seis) meses e suporte técnico, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no edital - SEGG.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520/2002.

PROCESSO: Pregão Presencial n. 029/2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 315.014,50 (trezentos e quinze mil, catorze reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINTURA: 18 de julho de 2019.

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2015

Publicação Nº 2128769

EXTRATO – 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 165/2015

PARTES:
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte (via terrestre) e destino final dos resíduos Sépticos do Serviço de Saúde conforme Projeto Básico e demais especificações constantes no edital - FMS/SEMUS.

PROCESSO: Concorrência nº 03-035/2014.

VALOR: Reajusta-se o valor pago por quilo coletado para R\$ 12,46, totalizando o valor estimado do contrato em R\$ 386.509,20 (trezentos e oitenta e seis mil, quinhentos e nove reais e vinte centavos) para os 31.020kg do contrato.

DATA: 02 de agosto de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 201/2017

Publicação Nº 2128771

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 201/2017

PARTES:
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BLUMENAU.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços compreendendo os procedimentos em consulta médica especializada, consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico), procedimentos em ginecologia, atendimentos em fisioterapia, terapia individual e em grupo, atividades educativas/orientações em grupo, prática corporal e avaliação antropométrica conforme códigos constantes na tabela SIA/SUS, aos usuários do sistema único de saúde, pelo período de 12 meses - FMS/SEMUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-097/2017.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2019 até 31 de agosto de 2020.

VALOR: Renova-se o valor dos serviços que se mantém em R\$ 10.412,45 mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 124.949,40.

DATA: 02 de agosto de 2019.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 276/2016

Publicação Nº 2128773

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 276/2016

PARTES:
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Martin Jensen (Bairro Itoupava Central) localizada no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa Pró-Transporte - CEF/SEMOB (LOTE 02).

PROCESSO: Concorrência nº 03-013/2016.

PRAZO: Prorrogam-se os prazos contratuais: (a) DE EXECUÇÃO: por mais 54 (cinquenta e quatro) dias, ou seja, de 24 de outubro de 2019 até 16 de dezembro de 2019; (b) DE VIGÊNCIA: Prorroga-se por mais 10 (dez) meses, ou seja, de 17 de abril de 2019 até 16 de fevereiro de 2020.

VALOR: Acrescenta-se a quantia de R\$109.999,25 (24,01% a mais que o valor inicialmente previsto); suprime a quantia de R\$ 55.657,14 (12,15% a menos que o valor originário do contrato), totalizando o valor do contrato em R\$ 512.416,34.

DATA: 09 de agosto de 2019.

PREGÃO PRESENCIAL N° 096/2019

Publicação N° 2128796

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 096/2019

Utilizamos deste para informar a prorrogação da data de abertura do pregão presencial acima cujo Objeto: Contratação de empresa e/ou entidade especializada para desenvolvimento dos trabalhos de organização dos desfiles da 36ª Oktoberfest a se realizar entre os dias 09 a 27 de outubro de 2019, compreendendo a confecção e ornamentação dos carros alegóricos e carroções, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 30 de agosto de 2019, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 30 de agosto de 2019, às 09:30 horas. Motivo: Necessidade de alteração do Edital. Blumenau, 20/08/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA N° 7520/2019 - SAMAE

Publicação N° 2128797

PORTARIA N° 7520/19

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR COMISSÃO ESPECIAL DE PENALIDADES (CEP).

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores para compor Comissão Especial de Penalidades (CEP) do SAMAE, instituída pelo Diretor Presidente da Autarquia, responsável pela instauração e condução dos Processos Administrativos para a apuração de eventual irregularidade praticada por empresas licitantes e contratadas, a contar de 14 de agosto de 2019:

FERNANDO DE MELLO, cadastro 1919-4, ocupante de cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como PRESIDENTE;

ANTONIO CARLOS TILLMANN, cadastro 2042-7, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como MEMBRO;

DEBORA LUIZA BERTOLDI, cadastro 2016-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Presidência, atuando como MEMBRO;

Fica revogada as Portarias 7345/19 e 7416/19.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 14 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

PORTARIA N° 7521/2019 - SAMAE

Publicação N° 2128798

PORTARIA N° 7521/19**NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO**

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

NOMEAR

Com base no artigo 9, inciso II, da Lei Complementar N°. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 20, inciso II, Lei Complementar nº 509, de 17 de março de 2005:

MATHEUS DE AMORIN PEREIRA, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Cadastro, no dia 15 de agosto de 2019.

Samae, 14 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7345/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128799

PORTARIA N.º 7345/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSMARIE SPERNAU NUNES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de ROSMARIE SPERNAU NUNES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021110.1.00020/19-5, totalizando 1310 (mil, trezentos e dez) dias, correspondente a 3 (três) anos, 7 (sete) meses, e 5 (cinco) dias, conforme Processo n.º 12232/8/2019.

Blumenau, 09 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7346/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128800

PORTARIA N.º 7346/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRACI TERESINHA MAÇANEIRO DE NOVAES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

de acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-F, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3.º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IRACI TERESINHA MAÇANEIRO DE NOVAES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 2.349,07 (Dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e sete centavos), a contar de 12 de agosto de 2019, conforme Processo n.º 12168/7/2019.

Blumenau, 09 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7347/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128802

PORTARIA N.º 7347/2019

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A NELSON WAGNER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

de acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº. 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, a

NELSON WAGNER, cônjuge de SALETE WAGNER, servidora pública municipal aposentada, ocupava o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, falecida em 28 de julho de 2019, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$

1.572,20 (Mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo nº 12241/8/2019. Blumenau, 09 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7348/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128804

-PORTARIA N.º 7348/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GIZELI COELHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de GIZELI COELHO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00206/16-8, totalizando 2521 (dois mil, quinhentos e vinte e um) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 11 (onze) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 12205/8/2019.

Blumenau, 12 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7349/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128808

PORTARIA N.º 7349/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRACI VIVIANI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-E, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IRACI VIVIANI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 8.952,20 (Oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), a partir de 19 de agosto de 2019, conforme Processo n.º 12221/8/2019.

Blumenau, 13 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7350/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128811

PORTARIA N.º 7350/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR TEIXEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, artigos 63, e 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

VALDIR TEIXEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.936,50 (Dois mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a partir de 13 de agosto de 2019, conforme Processo n.º 12136/7/2019.

Blumenau, 13 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7351/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128814

PORTARIA N.º 7351/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigos 1.º, e 2.º, da Lei Complementar N.º 118, de 31 de maio de 1996, artigo 29, parágrafo único, da Lei Complementar N.º 660, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

ROSELI DA SILVA (Matrícula 144657), servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.814,00 (Três mil, oitocentos e quatorze reais), a partir de 20 de agosto de 2019, conforme Processo n.º 12248/8/2019.

Blumenau, 14 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7352/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128819

PORTARIA N.º 7352/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERA BITTENCOURT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de VERA BITTENCOURT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021080.1.00096/19-2, totalizando 4026 (quatro mil, vinte e seis) dias, correspondente a 11 (onze) anos, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 12269/8/2019.

Blumenau, 14 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7353/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128821

PORTARIA N.º 7353/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REGINA SCHMITZ CARVALHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de REGINA SCHMITZ CARVALHO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 19021040.1.00250/19-6, totalizando 6144 (seis mil, cento e quarenta e quatro) dias, correspondente a 16 (dezesesseis) anos, 10 (dez) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 12283/8/2019.

Blumenau, 14 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7354/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128826

PORTARIA N.º 7354/2019

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 15 AGOSTO DE 2019 ÀS 15 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KAREN CRISTINA BOZKO, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KELLEN CHAVES DA SILVA DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 15 de agosto de 2019, às 15 horas.

Blumenau, 15 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7355/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2128830

PORTARIA N.º 7355/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARMEN APARECIDA FORMIGARI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 16, parágrafo único, e 23, da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010, artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, artigo 5.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CARMEN APARECIDA FORMIGARI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Médio,

lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.268,92 (Seis mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), a partir de 19 de agosto de 2019, conforme Processo n.º 11944/7/2019.

Blumenau, 15 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA N° 7356/2019 - ISSBLU

Publicação N° 2128831

PORTARIA N.º 7356/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA MARA UECKERT ROWEDER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Acidentes do Trabalho e Registro Público da Comarca de Blumenau, nos Autos da Ação Ordinária n. 0304886-38.2019.8.24.0008, que deferiu o pedido de tutela antecipada, determinando que o período que a beneficiária permaneceu no programa de Reabilitação Profissional por determinação da Junta Médica Municipal seja considerado para fins de concessão de aposentadoria especial de Professor, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SANDRA MARA UECKERT ROWEDER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.930,54 (Quatro mil, novecentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), a partir de 19 de agosto de 2019, conforme Processo n.º 09497/10/2018.

Blumenau, 15 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA N° 7357/2019 - ISSBLU

Publicação N° 2128832

PORTARIA N.º 7357/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AMANDO OTTERSBACK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de AMANDO OTTERSBACK, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00124/19-6, totalizando 5949 (cinco mil, novecentos e quarenta e nove) dias, correspondente a 16 (dezesseis) anos, 3 (três) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 12293/8/2019.

Blumenau, 15 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA N° 7358/2019 - ISSBLU

Publicação N° 2128833

PORTARIA N.º 7358/2019

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA À EDUARDA BORBA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA,

de acordo com os artigos 17, § 2º, e 18, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

EDUARDA BORBA, filha menor da servidora pública municipal aposentada MARA REGINA ROSSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 14 de agosto de 2019, devendo perceber mensalmente o valor de R\$ 5.363,58 (Cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos), a contar da data do óbito, até completar 21 (vinte e um) anos, conforme Processo nº 12299/8/2019.

Blumenau, 16 de agosto de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

EXTRATO N° 386/2019 - FURB

Publicação N° 2128837

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 386/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

SENIOR SISTEMAS S/A.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

TERMO ADITIVO N° 002 AO CONTRATO N°. 076/2017

OBJETO: prestação de Serviços de Suporte Técnico Mensal para Produtos de Gestão de Pessoas já em utilização na Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 074/2017 e Contrato nº. 076/2017, firmado em 1º de setembro de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.3 do Contrato nº 076/2017 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 01 de setembro de 2019 até 31 de agosto de 2020, totalizando 36 (trinta e seis) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Cláusula Primeira, Item 1.2 do Contrato nº. 076/2017 passa a ter a seguinte redação, a partir 01 de setembro de 2019:

1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço anual de R\$ 53.243,40 (cinquenta e três mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) para os itens mensais e de R\$ 90.452,44 (noventa mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) estimado para os itens sob demanda, constante nas seguintes tabelas:

· Itens mensais:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Qtde. Colaboradores	Descrição do Item	Preço Total do Item (em R\$)
01	38193	12	Meses	2.700	Suporte mensal para software Senior - Rubi Win	19.154,40
03	38195	12	Meses	2.700	Suporte mensal para software Senior - Módulo Benefícios Win	4.811,88

04	38196	12	Meses	2.500	Suporte mensal para software Senior - Módulo Treinamento Win	8.139,12
05	38545	12	Meses	200	Suporte mensal para software Senior – Módulo Treinamento Win – ampliação de nº de colaboradores	
07	38197	12	Meses	12	Suporte mensal para software Senior - Portal	12.721,80
10	38254	12	Meses	-	Suporte mensal para software Senior – Módulo de envio de informações ao TCE	2.197,56

· Itens sob demanda:

Item	Código FURB	Qtde. ESTIMADA por ano	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
11	38198	300	Horas	Hora Técnica de Customização para Consultor Senior – Consultor de implantação	221,91	66.573,00
12	38199	80	Horas	Hora Técnica de Customização para Consultor Senior – Analista de Ambiente de Tecnologia TI	234,83	18.786,40
13	38202	24	Horas	Hora Técnica para resolução de dúvidas em capacitações para Gestão de Pessoas Senior	212,21	5.093,04

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº 076/2017 e no Termo Aditivo nº01, que não colidirem com o presente documento.

DATA: 19 de agosto de 2019.

EXTRATO Nº 406/2019 - FURB

Publicação Nº 2128838

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 406/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ACAERT– ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº. 209/2018

OBJETO: pagamento de repasse (comissão) para a ACAERT relativo à veiculação pela FURB-TV e FURB-FM de mensagens institucionais da ALESC, conforme Termo de Adesão ao Convênio de Cooperação Técnica nº 004/2015, firmado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - ACAERT.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 008/2018 e Contrato nº. 209/2018, firmado em 07 de agosto de 2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 209/2018 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 09 de agosto de 2019 até 08 de agosto de 2020, o que totalizará 24 (vinte e quatro) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:



Mantem-se o valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), conforme Cláusula Primeira, item 1.1, para a vigência deste Aditivo:

Item	Código FURB	Qtde	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	38754	12	Mês	Valor mensal com despesa por pagamento de repasse (comissão) de 5% por veiculação na FURB-TV de mensagens de utilidade pública relacionadas a objetivos institucionais da ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina	750,00	9.000,00
2	38755	12	Mês	Valor mensal com despesa por pagamento de repasse (comissão) de 15% por veiculação na FURB-FM de mensagens de utilidade pública relacionadas a objetivos institucionais da ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina	300,00	3.600,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO GESTOR:

Altera-se parcialmente a Cláusula Terceira, que passa a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora Fernanda Schroeder Macha Ostetto a qual será denominada neste instrumento, respectivamente, como Gestora, sendo especialmente designadas para tanto na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93."

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 209/2018, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 08 de agosto de 2019.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 004/2019

Publicação Nº 2128357

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1807/2019

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 004/2019

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que estará recebendo até o dia 18 de setembro de 2019 as 16:00 horas, na sede da Municipalidade, documentação necessária para o credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços de consulta médica e exames especializados de média e alta complexidade com valores constantes na tabela SUS.

O Processo será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 20 de agosto de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128083

PORTARIA Nº 192/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Cesar Luis Majolo	02.01.18 a 01.01.19	20.08.19 a 08.09.19	744-7
Tarci Luis Gebert	17.08.17 a 16.08.18	21.08.19 a 30.08.19	79-5

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de agosto de 2019.

RONALDO LUIZ SENGER

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

946.08.19 - PORT. AVALIAÇÃO BENS INSERVÍVEIS

Publicação N° 2127774

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria N.º 946/19 de 16.08.19

Nomeia Membros da Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo artigo 16 da Lei Orgânica do Município, e da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os senhores: Carlos Renato Neckel – Mecânico; Alceu dos Santos – Zelador; Nilton Cesar dos Santos – Assistente Administrativo, para sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão para avaliação dos bens inservíveis abaixo descritos:

LOTE 01: 01 SUCATA DE CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ LK 1113, ano/modelo 1979, PLACAS LWS 9078, documento Baixado no Detran como sucata, destinado a retirada e reaproveitamento de peças, não pode voltar a circular em via pública diesel, cor verde. Motor e diferencial no lugar. Podendo haver defeitos, falta de peças e componentes inclusive itens de segurança. O bem vai à leilão no estado e condições em que se encontra.

Justificativa: Avaliação de preço mínimo inicial com base no valor médio de mercado deste tipo de veículo usado, levando em consideração, o estado físico, a falta de histórico de manutenção, desconhecimento das condições da parte mecânica e elevada Quilometragem. Este veículo será levado a Leilão sem garantias de vícios ocultos e quaisquer outros defeitos que possa ter, ficando todos os riscos por conta do arrematante.

LOTE 02: 01 SUCATA DE CAMINHÃO BASCULANTE VW 13.130, ano/modelo 1982, PLACAS LWS 5208, documento Baixado no Detran como sucata, destinado a retirada e reaproveitamento de peças, não pode voltar a circular em via pública diesel, cor verde. Motor e diferencial no lugar. Podendo haver defeitos, falta de peças e componentes inclusive itens de segurança. O bem vai à leilão no estado e condições em que se encontra.

Justificativa: Justificativa da Avaliação: Avaliação de preço mínimo inicial com base no valor médio de mercado deste tipo de veículo usado, levando em consideração, o estado físico, a falta de histórico de manutenção, desconhecimento das condições da parte mecânica e elevada Quilometragem. Este veículo será levado a Leilão sem garantias de vícios ocultos e quaisquer outros defeitos que possa ter, ficando todos os riscos por conta do arrematante.

Art.2º. O relatório da comissão será anexado ao Processo Licitatório.

Art. 3º. Os membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 16 de agosto de 2019.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. de Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 081/2019

Publicação Nº 2128373

DECRETO Nº. 081/2019.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte modalidade do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(156) – 3.3.90.00.00.00.00 0144 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2018 do recurso 0.3.0144 – Recursos Fundo do Petróleo - Superávit.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 16 de Agosto de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO FINAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2019

Publicação Nº 2128100

HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS PARA ELEIÇÃO DE
CONSELHEIRO TUTELAR - 2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes – CMDCA, de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com as determinações constantes no Edital nº 001/2019 e Lei Municipal nº 0916/2019 de 09/04/2019, e da aprovação em prova de conhecimentos:

TORNA PÚBLICO o seguinte:

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital para eleição de Conselheiro Tutelar ficam HOMOLOGADAS as inscrições dos candidatos abaixo relacionadas em ordem numérica de inscrição:

Nº Insc.	Candidato	Data Nascimento	Nota da prova
003	JANE SONIA GIESELER	01/03/1962	9,5
004	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA	02/04/1995	9,0
005	MARIZETE BESCHTOLD DO NASCIMENTO	25/04/1968	7,5
006	ADRIANO JOSÉ GUIMARAES DA SILVA	17/04/1980	7,0
007	MARCIANA DE ANDRADE DE LIZ	19/03/1995	8,5
009	MONICA AUGUSTA LEMOS DOS SANTOS	05/11/1986	9,5
010	MIRIÃ NATANI MACHADO PINHEIRO	30/12/1993	9,0
011	KÁTIA KARINA HOLLER	11/02/1989	10,0
012	JULIA LETICIA LOPES MENDES	09/10/1995	10,0

013	DAMARIS CRISTINA STUWER BAADE	02/02/1982	9,0
015	CAMILA BONETTI	25/03/1989	9,5
016	TANIA REGINA LARSEN	13/03/1972	9,0
017	CARLA BORGES	12/06/1997	8,0

Art. 2º. Esta homologação entra em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo/SC, 19 de agosto de 2019.

Joice Muniz da Costa Marangoni

Presidente do CMDCA/BT

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8425-2019

Publicação Nº 2128921

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

DECRETO Nº. 8425, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.186 de 19.12.2018, a Lei nº 4.153 de 04.09.18, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0122.0090.2276	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGEST)
4.4.90.00	Despesas de Capital – Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. imp-saúde
VALOR	R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0122.0090.2276	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGEST)
3.3.90.00	Despesas Correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. imp-saúde
VALOR	R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16 de agosto de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de agosto de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Dr. EDSON RISTOW
Procurador Geral do Município

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretária Municipal de Saúde

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078-2017

Publicação Nº 2128911

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 078-2017

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 078/2017 entre o Município de Brusque e ROLF KAESTNER Objeto: termo aditivo prorrogação e reajuste R\$ 23.451,24.Origem Dispensa de Licitação nº 019/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eliani Ap. Busnardo Buemo e Rolf Kaestner

EXTRATO 4º 5º E 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110-2018

Publicação Nº 2128917

EXTRATO 4º 5º E 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 110-2018

Espécie: 4º 5º E 6º Termo Aditivo, Contrato nº 110/2018 entre o Município de Brusque e FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA Objeto: quantitativo, qualitativo R\$42.616,47 e supressão R\$5.922,39 .Origem tomada de preço nº 012/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patrícia Volkmann, João Roberto Beuting e Luciano Thiesen

EXTRATO 5º E 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117-2017

Publicação Nº 2128918

EXTRATO 5º E 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117-2017

Espécie: 5º e 6º Termo Aditivo, Contrato nº 117/2017 entre o Município de Brusque e FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, Objeto: termo aditivo quantitativo R\$8.0583,80 e qualitativo R\$ 44.317,35.Origem concorrência nº 006/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Luciano Thiesen

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052-2019

Publicação Nº 2128909

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052-2019

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 052-2019 em 13/08/2019- OBJETO aquisição de tinta externa –Valor R\$90.000,00 ORIGEM: Pregão nº 077/2019 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113-2019

Publicação Nº 2128927

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 113/2019

TOMADA DE PREÇO nº 006/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOSÉ RUDOLF JUNIOR, NA CIDADE DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Nona (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela Habilitação das empresas, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA e TERRA-PLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA, FREEEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA em razão do pleno cumprimento das exigências contidas em edital.

Isto posto e, procedida a publicação do resultado desta sessão, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a ", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório.

19/08/2019 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 066-2019-SAMAE

Publicação Nº 2128929

PROCESSO LICITATÓRIO 066/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 066/2019, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de microcomputador. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 03 de setembro de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082-2019

Publicação Nº 2128924

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 082/2019 PREGÃO nº 060/2019 OBJETO: Aquisição e instalação de coberturas em toldo e reparos. RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observada a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública, declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura. Brusque/SC, 28/07/2019. CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Pregoeira da Administração Pública Municipal

PORTARIA Nº 1803-2019

Publicação Nº 2128932

PORTARIA Nº 1.803/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação de Remoção da servidora SOLANGE REGINA TEIXEIRA bem como anuência da Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº 833/2019.

RESOLVE:

Art. 1º – Remover por acordo o(a) servidor(a) SOLANGE REGINA TEIXEIRA, matrícula nº 314277, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde/UBS LIMEIRA 01 para Secretaria Municipal da Saúde/UBS SANTA RITA, com efeitos a contar de 01/08/2019.

Parágrafo único: A Remoção por acordo se dá por interesse do Servidor, bem como por anuência da Municipalidade, com fulcro no Art. 45 c/c com o Art. 49 e Art. 51 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 001-2019-CMI

Publicação Nº 2128933

RESOLUÇÃO 001/2019/CMI

Dispõe sobre a criação de comissão especial.

CONSIDERANDO o Art. 18 da Lei Municipal n.º 3.470 de 16 de abril de 2012;

CONSIDERANDO o Art. 46 do regimento interno deste conselho.

RESOLVE:

Art. 1º – Será constituída uma Comissão Eleitoral, formada por conselheiros titulares e suplentes, com o objetivo de coordenar o processo eleitoral do Conselho Municipal do Idoso de Brusque.

Art. 2º – A comissão fica criada com a seguinte composição:

- a) Simone B. M. Schlindwein, representante de grupos de idosos – Clube Vovó Brigida;
- b) Iassana Hoffmann, representante de instituição prestadora de serviços -SESC
- c) Nelson Frener, secretaria de Educação – SEME
- d) Anivaner Amorim, secretaria de Assistência Social e Habitação – SASH

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Simone B. M. Schlindwein

Vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMI

Caçador

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2019 – FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019 - DISPENSA Nº 02/2019

Publicação Nº 2129008

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2019 – FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019 - DISPENSA Nº 02/2019 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DO CAPS II. CONTRATADA: LUZIO WALTER GAST, pessoa física, brasileiro inscrito no CPF sob o nº 105.099.099-49, residente e domiciliado em Caçador, SC e MARLI CELESTINA ROSSETTI, pessoa física, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 923.414.629-87, residente e domiciliada em Caçador, SC. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil) para a totalidade do presente contrato pela locação do imóvel acima descrito, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais. O presente Contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, iniciando na data de 20/08/2019 e findando dia 20/08/2020, podendo ser renovado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20/08/2019	1	70075 - Locação de imóvel para acomodações do CAPS II, sendo que o imóvel deverá ser com área útil de aproximadamente 300m², com no mínimo 06 salas, cozinha, recepção, no mínimo 02 banheiros, sendo que um banheiro deverá ter chuveiro e ser adaptado para cadeirantes. O imóvel deve ter acessibilidade, corrimões, rampa de acesso, ter instalações elétricas em boas condições, ser no centro próximo a ponto de ônibus.	MES	12	6.000,00	72.000,00
Total						72.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2019 - DISPENSA Nº 28/2019

Publicação Nº 2129013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2019 - DISPENSA Nº 28/2019 - LOCAÇÃO DE TERRENO PARA ESTACIONAMENTO DO PARQUE CENTRAL JOSÉ ROSSI ADAMI. NEIDE MARIA DRIESSEN BAÚ, pessoa física, brasileira, viúva, empresária, inscrita no CPF sob o nº 831.489.499-00, residente e domiciliada em Caçador, SC; AURI MARCEL BAÚ, pessoa física, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 521.196.029-72, residente e domiciliado em Caçador, SC, e ARLINE BAÚ CARNEIRO, pessoa física, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 597.835.329-87, residente e domiciliada em Caçador, SC. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais) para a totalidade do presente contrato pela locação do imóvel acima descrito, sendo R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) mensais. O presente Contrato tem prazo de vigência de 12(doze) meses, iniciando na data de 20/08/2019 e findando dia 20/08/2020, podendo ser renovado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor Antônio Carlos do Nascimento Bittencourt.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20/08/2019	1	70076 - Locação de terreno urbano com 4.867,50 (Quatro mil, oitocentos e sessenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), destinado para uso de estacionamento de veículos, sito em anexo ao Parque Central José Rossi Adami à Rua Aristeu Porto Lopes nº 10, Fundos, Centro, nesta cidade de Caçador-SC	MES	12	4.800,00	57.600,00
Total						57.600,00

DECRETO Nº 8.310

Publicação Nº 2128238

DECRETO Nº 8.310, de 19 de agosto de 2019.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.541, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2001 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.2.2.2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação DiretaR\$ 300.000,00

2003 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.17.2.45 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação DiretaR\$ 1.000.000,00

2004 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.181.4.2.14 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Total R\$ 1.500.000,00 Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

1000 – PODER LEGISLATIVO

1001 – CAMARA MUNICIPAL

01.31.1.1.1 – Manutenção e Modernização Estrutura Patrimonial

3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação DiretaR\$ 250.000,00

4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação DiretaR\$ 600.000,00

01.31.1.2.1 – Manutenção das atividades Administrativas e Operacionais

3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação DiretaR\$ 100.000,00

01.31.1.2.7 – Atuação Legislativa

3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação DiretaR\$ 380.000,00

01.31.1.2.8 – Modernização de Gestão

3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicação Direta R\$ 170.000,00

Total R\$ 1.500.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.311

Publicação Nº 2128440

DECRETO Nº 8.311, de 19 de agosto de 2019.

Abre crédito especial na Lei nº 3.484/2018 (Lei Orçamentária Anual para 2019), altera as Leis nºs 3.399/2017 (PPA 2018/2021) e 3.473/2018 (LDO Exercício de 2019), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.538, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto crédito especial na Unidade Orçamentária Divisão de Segurança Pública - nas Leis nº 3.399/2017 - PPA, nº 3.473/2018 - LDO 2019 e nº 3.484/2018 – LOA 2019, para alocação da ação a ser criada a partir da presente Lei:

Unidade Gestora: 1 – Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2004 – Divisão de Segurança Pública

Ação: 2.115 – Manutenção do Convênio Polícia Civil

Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários R\$ 16.000,00

Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
Total R\$ 18.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

Unidade Gestora: 1 – Prefeitura Municipal de Caçador
Unidade Orçamentária: 2001 – Gabinete do Prefeito
Ação: 2.88 – Manutenção Intendência de Taquara Verde
Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários R\$ 18.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.312

Publicação Nº 2129012

DECRETO Nº 8.312, de 19 de agosto de 2019.

Prorroga prazo para recolhimento do ISSQN, para as instituições de que trata a Lei 3.539/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador;

CONSIDERANDO que a Lei nº 54/83 (Código Tributário Municipal) em seu art. 20, parágrafo único estabelece que o recolhimento do ISSQN será efetuado até o dia 20 do mês subsequente ao fato gerador;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3.539, de 16 de agosto de 2019 instituiu a Declaração Mensal de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF), que consiste em sistema eletrônico para registro e apuração de contas bancárias tributáveis, para fins de apuração do ISSQN devido pelas instituições financeiras;

CONSIDERANDO que o art. 3º da referida lei menciona que os prazos da DESIF serão objeto de regulamento; e

CONSIDERANDO ainda que o dispositivo acima referido prevê penalidade pecuniária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por não envio da DESIF no prazo previsto em regulamento;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para o recolhimento do ISSQN da competência JULHO/2019 para o dia 31/08/2019, para as instituições de que trata a Lei nº 3.539, de 19 de agosto de 2019, sem os acréscimos previstos em lei.

Art. 2º Permanece inalterado o prazo para recolhimento do ISSQN das demais competências.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

EDITAL 009/2019 CMDCA

Publicação Nº 2128995

EDITAL Nº 009/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma do Decreto nº 8.077, de 04 de abril de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador/SC, INFORMA a ampliação de locais de votação para escolha de novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC para o quadriênio 2020/2024.

1. A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 17hs nas dependências do Plenário Osvaldo José Gomez- Câmara Municipal – sito a Rua Fernando Machado, Bairro Centro, nº 139 e Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU, sito a Rua

Dinarte José Rodrigues S/N, Bairro Martello (fundos da escola Caic).

- 1.1 No local de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.
- 1.2 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- 1.3 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.
- 1.4 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.
- 1.5 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.
- 1.6 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.
- 1.7 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.
- 1.8 Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado.

2. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

- 1) Adriana Pegoraro Donatti - 851
- 2) Alexandre Piacentini - 852
- 3) Cristiane Tibes Evangelista - 853
- 4) Doraci Cracco Lopes - 854
- 5) Dorisete Iaczinski - 855
- 6) Eduardo Daniel Pereira dos Santos - 856
- 7) Eliane Aparecida França Zonta - 857
- 8) Eliane Balvedi Medeiros - 858
- 9) Francine de Matias - 859
- 10) Maria Augusta Nhoatto Moreira - 860
- 11) Maria Sirlei Terencio - 861
- 12) Marilaine Aparecida Chaves Witiuk - 862
- 13) Milene Rodrigues da Silva - 863
- 14) Neoli Aparecida Ribeiro de Andrade - 864
- 15) Raquel Castilho - 865
- 16) Rosangela da Costa e Souza Buczek - 866
- 17) Simone Casagrande - 867
- 18) Sirlei Heinemann Weber - 868
- 19) Susana Ribeiro - 869
- 20) Suzana Ribeiro dos Santos - 870
- 21) Taélis Tasca - 871
- 22) Valdecir Gainete Lopes Ramos dos Santos - 872

Caçador, 19 de agosto de 2019.

Membros da Comissão Especial Eleitoral

ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019

Publicação Nº 2128641

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Onde era:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta, documentação e os documentos de credenciamento, deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, no máximo até às 14h00min. do dia 27 (VINTE E SETE) de AGOSTO de 2019. Transcorrido o prazo de protocolo, o Pregoeiro e Equipe de Apoio darão início à pré-conferência dos documentos de credenciamento, ocasião em que às 14h15min. se dará início a sessão pública. A presente Licitação será do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO POR LOTES, COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

Passa a ser:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta, documentação e os documentos de credenciamento, deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, no máximo até às 14h00min. do dia 30 (TRINTA) de AGOSTO de 2019. Transcorrido o prazo de protocolo, o Pregoeiro e Equipe de Apoio darão início à pré-conferência dos documentos de credenciamento, ocasião em que às 14h15min. se dará início a sessão pública. A presente Licitação será do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO POR LOTES, COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

Onde era:

4 - DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO FINAL

4.1 - Para as peças, deverá ser empregado o índice de julgamento, resultante dos descontos propostos em sessão do respectivo lote, sobre o mesmo preço aplicado em balcão aos consumidores finais.

Passa a ser:

4 - DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO FINAL

4.1 - Para composição da oferta do maior desconto das propostas deverá ser utilizado como PARÂMETRO DE PREÇO MÁXIMO os valores constantes na tabela Audatex ou similares.

4.1.1 – A Contratara ficará vinculada ao disposto no subitem 6.6.8 deste termo de referência.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 19 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.255

Publicação Nº 2128574

PORTARIA Nº 31.255, de 23 de julho de 2019.

O DIRETOR DO PROGRAMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor a seguir relacionado, lotado no PROCON, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias previsto no Estatuto	Período
3354	Laudeny Fagundes	Fiscal do PROCON	08 dias	04/07/2019 a 11/07/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor do PROCON, em 23 de julho de 2019.

Cristiano Zanchi – DIRETOR DO PROGRAMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 31.381

Publicação Nº 2128991

PORTARIA Nº 31.381, de 08 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional ao Servidor abaixo relacionado, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
17795	Douglas de Lima	23/12/2017 a 22/12/2018	12/08/2019 a 26/08/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 08 de agosto de 2019.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

PORTARIA Nº 31.402

Publicação Nº 2128992

PORTARIA Nº 31.402, de 15 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1328	Valmir do Prado Geraldo	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	01/06/2013 a 01/06/2018	07/08/2019 a 05/10/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 15 de agosto de 2019.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 58, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2128661

PORTARIA Nº 58, de 16 de agosto de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 93 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo 01/08/2017 a 31/07/2018, ao Servidor DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo efetivo de Assistente Legislativo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 16 de agosto de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 2128702

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Data: 31-07-2019

Às dezessete horas do dia trinta e um de julho de dois mil e dezenove, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, tendo por local o Auditório da sede do Instituto e presentes os seguintes membros: Édina Carla Bressan, Eliete Catarina D'Agostini, Fernanda Fiorelli, Gilmar Martins, Ilvaita Faoro Baron, Lucimar Aparecida Appi, Maxsura França, Odete Maria Rosseto Xavier Corrêa, Simone Maria Foscarini, Thiago Augusto Duarte. Havendo quorum, atendendo ao parágrafo único do Art. 4º do regimento Interno do Conselho Administrativo, a Conselheira Odete Maria Rosseto Xavier Corrêa, passa a presidir os trabalhos tendo a seguinte ordem do dia:

1. Eleição do Presidente, Vice- Presidente e Secretário - A Presidente agradeceu a presença da Diretora Presidente do IPASC, Elizabeth Olsen, e deu início a eleição do Presidente do CA, sendo candidatas as conselheiras, Odete Maria Rosseto Xavier Corrêa e Eliete Catarina D'Agostini. Após votação aberta foi eleita para o cargo de Presidente do Conselho Administrativo do IPASC a Conselheira Eliete Catarina D'Agostini. A Presidente eleita passa a presidir a reunião abrindo a eleição para os cargos de Vice Presidente e Secretário, sendo eleitas por unanimidade as Conselheiras Odete Maria Rosseto Xavier Correa e Simone Maria Foscarini, respectivamente.

2. Indicação do representante do Conselho Administrativo no Comitê de Investimentos - Foi indicada entre os membros do Conselho Administrativo, que atende aos requisitos dispostos no Art. 3º da Lei 2.980 de 13 de março de 2013, Eliete Catarina D'Agostini.

3. Elaborar calendário anual das reuniões ordinárias - após elaboração e aprovação do calendário com ciclo de um ano iniciando em agosto de dois mil e dezenove e findando em julho de dois mil e vinte, fica definido que as reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas na última quinta feira de cada mês às dezesseis horas, com exceção do mês de dezembro que será dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove.

4. Outros assuntos - O Conselho solicita que a Diretoria Executiva do IPASC providencie a troca do computador para uso do Conselho. Dando continuidade a discussão foi designado um grupo de trabalho formado pelos Conselheiros: Fernanda Fiorelli, Ilvaita Faoro Baron, Odete Maria Rosseto Xavier Correa e Thiago Augusto Duarte, para estudo e elaboração de minuta do Plano de Ação e Plano Operacional a ser apresentado aos demais Conselheiros na próxima reunião.

5. Deliberações – Encaminhar solicitação formal à Diretora Presidente do IPASC solicitando um novo computador. Solicitar à Diretoria Executiva do IPASC o envio da documentação pertinente à elaboração do Plano de Ação e Operacional ao grupo de trabalho.

Fica registrada a presença da Diretora Presidente do IPASC Elizabeth Olsen, da advogada do IPASC Diala Marchi Gonçalves Bridi e do auditor da empresa ICQ Brasil, Uira Alcides Gomes Rosa. Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, que originou a presente ata, que, após lida pela Secretária foi aprovada e vai assinada pelos presentes.

Édina Carla Bressan

Eliete Catarina D'Agostini

Fernanda Fiorelli

Gilmar Martins

Ilvaita Faoro Baron

Lucimar Aparecida Appi

Odete Maria Rosseto Xavier Corrêa

Simone Maria Foscarini

Thiago Augusto Duarte

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2128706

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Data: 15-08-2019

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezenove, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, tendo por local o Auditório da sede do Instituto e presentes os seguintes membros: Édina Carla Bressan, Eliete Catarina D'Agostini, Gianni Lucio Parizotto, Fernanda Fiorelli, Ilvaita Faoro Baron, Lucimar Aparecida Appi, Odete Maria Rosseto Xavier Corrêa, Odila Damacena Ferlin, Simone Maria Foscarini, Thiago Augusto Duarte. Havendo quorum, a Presidente Eliete Catarina D'Agostini, cumprimenta a todos e destaca a importância do trabalho de cada conselheiro e passa a palavra para a Diretora Presidente do IPASC, Elizabeth Olsen, que explanou sobre a necessidade de autorização do Conselho para deflagrar o Processo Licitatório para contratação de consultoria técnica e financeira, nos termos do Art. 80, inciso XIV, da Lei Complementar nº 291/2015.

1. Deliberação do Conselho para deflagrar o Processo Licitatório para contratação de consultoria técnica e financeira. Os conselheiros votaram por unanimidade pela autorização do Processo Licitatório.

Fica registrada a presença da Diretora Presidente do IPASC, Elizabeth Olsen. Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, que originou a presente ata, que, após lida pela Secretária foi aprovada e vai assinada pelos presentes.

Édina Carla Bressan

Eliete Catarina D'Agostini

Fernanda Fiorelli

Gianni Lucio Parizotto

Ilvaita Faoro Baron

Lucimar Aparecida Appi

Odete Maria Rosseto Xavier Corrêa

Odila Damacena Ferlin

Simone Maria Foscarini

Thiago Augusto Duarte

Caibi**PREFEITURA****2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 124/2017**

Publicação Nº 2128895

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 124/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI resolve formalizar o presente apostilamento nos seguintes termos:

CONTRATADA: DUETO TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, manutenção, treinamento, consultoria e suporte técnico de softwares de gestão pública, para atender aos setores da administração municipal

PROCESSO LICITATORIO Nº 079/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

1- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE:

Para o contrato original nº 124/2017 o reajuste será concedido pelo índice do IGPM sendo que o valor mensal atual do contrato é de R\$ 11.968,14 (onze mil novecentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO: O reajuste tendo em vista a variação do IGPM dos últimos 12 (doze) meses será no percentual de 6,4113% (seis vírgula quarenta e um treze por cento), conforme cláusula terceira do contrato original nº 124/2017. Desta forma passará a vigorar o valor mensal de R\$ 12.703,14 (doze mil setecentos e três reais e quatorze centavos). O reajuste incide a partir do dia 01 de Agosto de 2019.

2- CLAUSULA SEGUNDA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do contrato originário e seus aditivos, não modificadas por este Termo de Apostilamento.

Caibi –SC 12 de Agosto de 2019.
ELOI JOSÉ LIBANO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 108/2019

Publicação Nº 2128890

DECRETO Nº 108/2019, de 19 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 260/2018 do objeto do Processo Licitatório de Nº 066/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 038/2019 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 260/2018, sobre o Processo Licitatório Nº 66/2019, na Modalidade Pregão Nº 38/2019 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER OS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAIBI/SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Und	Quant	Produto	VI Unit.	VI Total Item
FISIOCLIN CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	1	SES	1.800	Fisioterapia para atender os pacientes do Fundo Municipal de Saúde do Município de Caibi -SC.	25,00	45.000,00

Total do proponente vencedor:

Proponente	Valor Total
FISIOCLIN CLIN.DE FISIOT.E REAB.LTDA	45.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 19 de agosto de 2019.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 294/19

Publicação N° 2128001

PORTARIA N° 294/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

PRORROGAR CONTRATO DE TRABALHO da Senhora MARISETE SPÉZIA , matrícula n º 8402-1, para atuar no cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL , no período de 07/08/2019 À 11/10/2019 , em substituição a servidora BRUNA LAIS COSTA MERCHIORI , que encontra-se em Atestado, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação , com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria tem efeito retroativo da data 07/08/2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de Agosto de 2019 .

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de administração

PORTARIA 295/19

Publicação N° 2128791

PORTARIA N° 295/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER 12% (DOZE POR CENTO) DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO a Servidora Municipal Sra. DEISSY RIZZI SECCHI , matrícula 8494-8 , exercendo a função de Auxiliar de Classe , lotado na Secretaria Municipal de Educação ,com jornada semanal de 40 horas, conforme direito previsto no Artigo 62, da Lei Complementar 058/2019, do Estatuto dos Servidores Municipais.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de Agosto de 2019

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de Administração

PORTARIA 296/19

Publicação N° 2128793

PORTARIA N° 296/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER 12% (DOZE POR CENTO) DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO a Servidora Municipal Sra. SANDRA GRIZOTTI RAD-TKE , matrícula 8482-4, exercendo a função de Auxiliar de Classe , lotado na Secretaria Municipal de Educação ,com jornada semanal de 40 horas, conforme direito previsto no Artigo 62, da Lei Complementar 058/2019, do Estatuto dos Servidores Municipais.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de Agosto de 2019

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 297/19

Publicação N° 2128794

PORTARIA N° 297/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER 12% (DOZE POR CENTO) DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO a Servidora Municipal Sra. SANDRA GRIZOTTI RAD-TKE , matrícula 8474-3, exercendo a função de Auxiliar de Classe , lotado na Secretaria Municipal de Educação ,com jornada semanal de 40 horas, conforme direito previsto no Artigo 62, da Lei Complementar 058/2019, do Estatuto dos Servidores Municipais.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de Agosto de 2019

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

Camboriú

PREFEITURA

PR 84/19 - PMC

Publicação Nº 2129007

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/2019-PMC –EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE DAM - DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, SENDO OS CARNES DE IPTU E OS CARNES DE COSIP AMBOS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 02 (dois) de Setembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 19 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 85/19 - PMC

Publicação Nº 2129017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/2019-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS E MATÉRIA ORGÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 03 (três) de Setembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 19 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019 FMAS

Publicação Nº 2128648

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2019 FMAS- Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2019, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de lanches para oficinas do SCFV e oficinas do Bolsa Família, idosos e gestantes realizados pelo Serviço de Desenvolvimento Social do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa PANIFICADORA E CONFEITARIA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 78.218.930/0001-03, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 03/2019 FMAS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	150	Forma	Bolo Nega Maluca com cobertura de chocolate, tamanho aproximado de 40cm x 30cm e aproximadamente 46 pedaços.	33,77	5.065,50
02	150	Forma	Cuque diversos sabores, tamanho aproximado de 40cm x 30cm e aproximadamente 46 pedaços	33,77	5.065,50
03	150	Forma	Bolo de Cenoura com cobertura de chocolate, tamanho aproximado de 40cm x 30cm e aproximadamente 46 pedaços.	33,77	5.065,50
04	150	Unidade	Empadão de frango com aproximadamente 46 pedaços.	56,50	8.475,00
05	2000	Unidade	Minissinho recheado, sabores diversos.	0,78	1.560,00
06	2000	Unidade	Orelha de gato pequena	0,52	1.040,00
07	2000	Unidade	Rosca de Coco	0,52	1.040,00
08	2000	Unidade	Joelho	0,52	1.040,00
09	2000	Unidade	Minipão	0,30	600,00
10	2000	Unidade	Minicoxinha	0,49	980,00
11	2000	Unidade	Minipastel	0,49	980,00
12	2000	Unidade	Mini Risoles	0,49	980,00
13	2000	Unidade	Minifolhado salgado	0,91	1.820,00
14	2000	Unidade	Mini sanduiche natural	1,30	2.600,00
15	2000	Unidade	Miniesfirra	0,91	1.820,00
16	2000	Unidade	Miniempadinha	0,91	1.820,00
VALOR TOTAL				R\$ 39.952,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

PANIFICADORA E CONFEITARIA SÃO BENTO LTDA
Mara Lucia Weber Pachewsky
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019 FMAS
PÁGINA 1 de 1



ATA PREGÃO 4/2019 FMAS

Publicação N° 2128541

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 4/2019 FMAS)

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Ana Luiza Telma membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 4/2019 do Fundo Municipal de Assistência Social, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual locação de brinquedos, acompanhado de monitor, para as confraternizações dos alunos do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - PAIF e eventos realizados pelo Centro de Referência em Assistência Social - CRAS (CRAS no seu bairro) para o ano de 2018. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Anthony Kiem – MEI CNPJ: 23.196.646/0001-91 (microempreendedor individual). A licitante Anthony Kiem ME credenciou como representante na sessão o Sr. Anthony Kiem e apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial, O critério de julgamento é pelo requisito **MENOR PREÇO POR UNITÁRIO**. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela.

Item 01 (Locação tobogã médio de 5 metros de comprimento por 4,5 de altura).

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	350,00	270,00	1ª	HABILITADA

Item 02 (Locação de cama elástica grande com 4 metros de diâmetro).

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	160,00	130,00	1ª	HABILITADA

Item 03 (Locação de cama elástica pequena com 3 metros de diâmetro).

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	160,00	130,00	1ª	HABILITADA

Item 04 (Locação de piscina de bolinha com 2x2 metros).

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	150,00	120,00	1ª	HABILITADA

Item 05 (Locação de touro mecânico ´´modelo padrão´´).

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony	700,00	580,00	1ª	HABILITADA

Item 06 (Locação de tombo legal ´modelo padrão`).

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony	500,00	300,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante Anthony Kiem MEI primeira classificada em todos os itens, estando de acordo com o exigido no edital, a licitante Anthony Kiem MEI foi declarada vencedora de todos os itens da presente licitação. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 12.168 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128840

DECRETO Nº 12.168 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 12.167 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 12.167 de 15 de agosto de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 03 da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A alteração de que trata o caput deste artigo em virtude de engano da Unidade Gestora.

Art. 2º As demais disposições previstas no Decreto nº 12.167 de 15 de agosto de 2019, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2019.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

16 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2019.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito Interino

DECRETO Nº 12.169 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128806

DECRETO Nº 12.093 DE 26 DE JULHO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias públicas e Logradouros	
300000.00.0896 -	Despesas de Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 26 de julho de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/07/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.170 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128809

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.170 DE 19 DE AGOSTO DE 2019
DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme previsto no inciso II do art. 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA, registro no sistema sob nº 955864, do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, a partir de 19 de agosto de 2019.

Parágrafo único. A Rescisão de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento do pedido devidamente assinado pelo Servidor Público Contratado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 19 de agosto de 2019 sob nº 006653.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 19 de agosto de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.061 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128886

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.061 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente os dispostos nos art's 40 e 44 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012 e suas alterações; Resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAPE, no mês de agosto de 2019, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, matrícula funcional nº 000874, registro no sistema sob nº 955593, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A data de início do estágio probatório da Servidora Pública Municipal de que trata o caput deste artigo, a partir de 17 de fevereiro de 2016 e conclusão em data de 09 de março de 2019, fica por este ato declarado estável no Serviço Público, nos termos do § 4º do art. 41, da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Art. 2º A homologação de que trata o caput do artigo 1º desta Portaria, em atenção ao Ofício nº 019/CAPE/2019, expedido em data de 08 de agosto de 2019, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de agosto de 2019, sob nº 006172.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de março de 2019.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 17.052 de 08 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.062 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128889

PORTARIA Nº 17.062 DE 19 DE AGOSTO DE 2019
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal Contratada, TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, matrícula funcional nº 000860, registro no sistema sob nº 955559, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 12 de agosto de 2019 á 09 de dezembro de 2019, conforme Atestado Médico emitido e devidamente assinado pela Dr. Eroncleiton Carneiro Ribas, CRM/SC 15.833 – SC, emitido em data de 12 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 19 de agosto de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 042/2019

Publicação N° 2128301

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO n° 42/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ CNPJ n° 83.026.765/0001-28 CONTRATADA: RENAN DAL PIVA - ME OBJETO: O objeto do presente é a AQUISIÇÃO DE 03 (três) COMPUTADORES COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: DESKTOP CORE I7 9700K, PLACA MÃE ASROCK H310CM-HG4 DDR4, MEMORIA 8 GB DDR4 2666 MHZ, HD 1TB 7200 RPM, KIT GABINETE, MONITOR 21.5 LED FULL HD. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n° 1078/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 1035/2019. DOTAÇÃO: 03.01 11120 2008 44.9052.35.00. VALOR: R\$ 13.197,00 (Treze mil cento e noventa e sete reais) VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2019. Campo Erê/SC, em 19/08/2019. SIGNATÁRIOS: ODILSON VICENTE DE LIMA pela Contratante e RENAN DAL PIVA pela Contratada.

RESOLUÇÕES 03/2019 04/2019 05/2019

Publicação N° 2128110

O município de Campo Erê/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que foi assinado as seguintes resoluções do conselho Municipal de saúde: n° 003/2019, n° 004/2019 e n° 005/2019. Estes documentos na íntegra podem ser verificados na Sede do Fundo Municipal de saúde, situada na Rua Bandeirantes, n° 48, Centro de Campo Erê/SC, das 07h:30min às 11h30min e as 13h:15min às 17h:15min. E-mail saude@campoere.sc.gov.br Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2019. Elizandra da Silva, Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PP 57/2019

Publicação N° 2129015

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N° 100/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 57/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 30 de agosto de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ARTESANATO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida n° 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 19 de agosto de 2019.
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO N° 8.360/19 DE 19/08/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação N° 2128353

DECRETO N° 8.360/19 de 19/08/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei n° 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei n° 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei n° 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

17.512.0018.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto
4.4.9.0.00.00.00.00.00.0600–Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art.2º - Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, o SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de agosto de 2019.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

ATA DE RG 40/2019- MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO TREVOS

Publicação Nº 2128988

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 98/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40/2019

No dia 19 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 742.596.799-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2019, Processo Licitatório nº. 98/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DOS TREVOS, PRAÇAS E OUTRAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9110	CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	2
6187	JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	1, 3
8887	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	07.955.338/0001-46	AGHATA LUIZA FERREIRA DA SILVA	105.211.809-70
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	01.276.119/0001-54	LUCAS VICTOR KRUTZMANN	097.903.899-57
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	07.038.642/0001-29	REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DOS TREVOS, PRAÇAS E OUTRAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6187 - JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PADRAO BIFASICO COMPLETO	UN		8,000	1.150,0000	9.200,00
3	POSTE PADRAO CELESC TRIFASICO.COM CAIXA DE LIGAÇÃO PROVISORIA COM TOMADA TRIFASICA.CONCTOR UNHA,CONECTOR PARA HASTE,HASTE PARA ATERRAMENTO,CAIXA DE CONCRETO 30X30 COM TAMPA,SILICONE,ALÇA PRE FORMADA,CABO FLEXIVEL,ELETRODUTO E CONEXÕES E CABO MULTIPLEXADO.	UN		4,000	1.340,0000	5.360,00

Fornecedor: 8887 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	POSTE TELECONICO CURVO DUPLO 10MTS S/SAPATA	UN		30,000	1.240,0000	37.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 98/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019**Fornecedor: 9110 - CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PADRAO MONOFASICO COMPLETO	UN		8,000	910,0000	7.280,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 98/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 98/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 98/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 98/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo N°. 98/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 56/2019

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 19 de Agosto de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC CNPJ: 07.955.338/0001-46 _____
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L. CNPJ: 01.276.119/0001-54 _____
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC CNPJ: 07.038.642/0001-29 _____

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 102/2019

Publicação N° 2127905

PORTARIA SAMAE CNO 102/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

NOMEAR, por Concurso Público, na forma do art. 7º, do capítulo III, da Lei Complementar nº 12/2011 de 14 de dezembro de 2011, YURI MARCEL ANTÔNIO, para o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE E.T.A./E.T.E., Padrão 7, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO N° 185/2019

Publicação N° 2128588

DECRETO N°. 185/2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.328 de 19/12/2018 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 24: Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV
Unidade 24.01: Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV
Função 9: Previdência Social
Subfunção 272: Previdência do Regime Estatutário
Programa 109: Previdência de Servidores Estatutários
Proj./Ativ. 2.120: Manutenção do ICPREV
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00
Recursos 67500 – Rec. Ord. - Taxa de Adm. RPPS - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2018, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

60000	Rec. Ord. - Taxa de Adm. RPPS - Superávit	20.000,00
TOTAL		20.000,00

Fonte: SMAFO/2019

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 13 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO N° 187/2019

Publicação N° 2128589

DECRETO N° 187/2019

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE EXPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL ÁREAS DE TERRAS DE CONSTRUZA CONSTRUÇÃO CIVIL"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o Decreto lei 3.365/41, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública;

DECRETA

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de expropriação amigável, as seguintes áreas de terra: 7.809.686 metros quadrados, fazendo parte das matrículas 35.380 (área de 473,539 metros quadrados), 35.943 (825,055 metros quadrados) e 41.317 (área de 6.511,092 metros quadrados), localizadas na quadra 1.405, entre a Avenida Expedicionários e a Rua Nair Mafalda Bertão.

Art. 2º - O imóvel destina-se à abertura de rua.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 19 de Agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 1-55/2019

Publicação Nº 2128054

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-55/2019

Supressão

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP4/2019

Data de assinatura: 09/08/2019.

Contratada: J. LOPES CONSTRUÇOES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.912.255/0001-84

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO E REFORMA DO C.E.I SANTA BÁRBARA, SITUADO NA ESTRADA GERAL DE PINHEIROS, S/Nº, LOCALIDADE DE PINHEIROS, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 15.405,07

00A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 2-55/2019

Publicação Nº 2128063

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-55/2019

Acréscimo

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP4/2019

Data de assinatura: 09/08/2019.

Contratada: J. LOPES CONSTRUÇOES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.912.255/0001-84

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO E REFORMA DO C.E.I SANTA BÁRBARA, SITUADO NA ESTRADA GERAL DE PINHEIROS, S/Nº, LOCALIDADE DE PINHEIROS, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 37.413,87

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 4-17/2018

Publicação Nº 2128069

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-17/2018

Reajuste
Prefeitura Municipal de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Tomada de Preço N.º PMC TP1/2018
Data de assinatura: 12/08/2019.
Contratada: TIAGO FERREIRA DOS SANTOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 29.399.982/0001-18
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA LOCALIDADE DE BONETES, SÍTIO DOS CORREA ATÉ AS ANTENAS (LOCAL ONDE O ONIBUS RECOLHE OS ALUNOS) E FORQUILHA, EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL PARA ATENDER O PROGRMA MAIS EDUCAÇÃO
Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 5.819,00
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 8-21/2016

Publicação Nº 2128076

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 8-21/2016

Reajuste
Prefeitura Municipal de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Concorrência N.º PMC CC10/2015
Data de assinatura: 12/08/2019.
Contratada: MOACIR DIVINO FERREIRA DOS SANTOS 77789180991, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.228.439/0001-79
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL.
Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 345,00
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO CT 2626.0523.090-68/2019/CAIXA

Publicação Nº 2128379

Extrato do Contrato de Financiamento

CAIXA / CANOINHAS/SC; CNPJ 83.102.384/0001-80; CT 2626.0523.090-68/2019/CAIXA; Objeto: Pavimentação e Recapeamento de vias; Programa: FINISA; Valor do Investimento: R\$ 5.000.000,00; Valor do Empréstimo sob forma de financiamento com recursos CAIXA: R\$ 5.000.000,00; Desembolso: 08 parcelas trimestrais; Carência: 24 meses; Amortização: 96 meses; Data e Assinaturas: 14/08/2019, DORIVAL MACHADO JUNIOR, GILBERTO DOS PASSOS.

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO CT 2626.0529.082-93/2019/CAIXA

Publicação Nº 2128372

Extrato do Contrato de Financiamento

CAIXA / CANOINHAS/SC; CNPJ 83.102.384/0001-80; CT 2626.0529.082-93/2019/CAIXA; Objeto: Pavimentação e Recapeamento de vias e aquisição de equipamentos; Programa: FINISA; Valor do Investimento: R\$ 14.500.000,00; Valor do Empréstimo sob forma de financiamento com recursos CAIXA: R\$ 14.500.000,00; Desembolso: 08 parcelas trimestrais; Carência: 24 meses; Amortização: 96 meses; Data e Assinaturas: 14/08/2019, DORIVAL MACHADO JUNIOR, GILBERTO DOS PASSOS.

LEI Nº 6.393 DE 15/08/2019

Publicação Nº 2128603

LEI Nº 6.393 DE 15/08/2019

“DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Município de Canoinhas autorizado, por meio de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do “PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE”, no período de 13 a 15 de setembro de 2019, pelo CTG TROPEIROS DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 29.244.897/0001-80, para a realização do 2º Rodeio Interestadual.

Art. 2º. A permissão prevista na presente lei terá início às 00h00min do dia 13 de setembro de 2019, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal de Planejamento e acompanhada por pessoa indicada pela Entidade Permissionária, e encerramento às 23h59min do dia 15 de setembro de 2019, quando também deverá ocorrer a devida vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º. Ficará a cargo da empresa CTG TROPEIROS DE CANOINHAS realizar o pagamento de contrapartida na importância de R\$100,00 (cem) reais por dia de uso, além do pagamento prévio dos tributos referentes ao uso do espaço público, prestação de serviços e comércio ambulante, sendo, ainda, de responsabilidade da permissionária:

I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

IV - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

V – Obter as autorizações necessárias, junto às autoridades competentes, para a realização do evento.

VI – Promover a quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VII - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

IX – Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos;

X – Somente usar a energia do Parque para barracas de acampamento, banheiros e iluminação das vias internas e externas do Parque;

XI – A limpeza do Parque após o evento;

XII – Montar no local um ambulatório para prestação de primeiros socorros;

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º. Será de inteira responsabilidade da empresa CTG TROPEIROS DE CANOINHAS a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º. Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

LEI Nº 6.394 DE 15/08/2019

Publicação Nº 2128599

LEI Nº 6.394 DE 15/08/2019

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAREM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NO EVENTO TAÇA SANTA CATARINA BOLÃO 23 MASCULINO, AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS A CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas na Taça Santa Catarina Bolão 23 Masculino, que será realizada na cidade de Arroio Trinta/SC, de 22 a 25 de agosto de 2019, os atletas abaixo nominados:

- I - Alvacir José Wendt
- II - Douglas Leimar Wendt
- III - Felipe Eduardo Flenik
- IV – Gabriel Pereira Oribka
- V - Jackson Lúcio Wendt
- VI – Jacson Laércio Bechel
- VII - Jailson Alves Ribeiro
- VIII - José Roberto Krzesinski Filho
- IX – Edson Maciel Lanke
- X - Marcelo Erhardt
- XI – Márcio Urbanek
- XII – Moacir Scheuer
- XIII – Ricardo Erhardt
- XIV – Tiago Erhardt
- XV - Tiago Luis Paulo
- XVI - Walter Rolf Prust
- XVII – Julio Erhardt

Parágrafo Único. A delegação será chefiada pelo servidor Gestor de Esportes Jocimar Jubanski.

Art. 2º. Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer a custear as despesas dos representantes, de 22 a 25 de agosto de 2019, conforme os valores a seguir:

- I - Hospedagem: até o valor de R\$ 4.107,00 (quatro mil e cento e sete reais).
- II – Alimentação: até o valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
- III – Transporte: até o valor de R\$ 2.765,00 (dois mil e setecentos e sessenta e cinco reais).

Parágrafo único. O total das despesas com alimentação, hospedagem e transporte não poderá ultrapassar o valor global de R\$ 10.072,00 (dez mil e setenta e dois reais).

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes – Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

LEI Nº 6.395 DE 15/08/2019

Publicação Nº 2128595

LEI Nº 6.395 DE 15/08/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS DE TRANSPORTE PARA VIAGEM DE PRODUTORES RURAIS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA REGIONAL PLANORTE LEITE"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a contratar o serviço de

transporte para viagem de produtores rurais para participação no Programa Regional Planorte Leite, com destino à Santa Cruz do Timbó/SC, que será realizada no 18 de agosto de 2019, com saída prevista para as 8h30min e retorno para as 16h.

Parágrafo Único. As despesas da contratação referida no caput deste artigo ficam limitadas até o valor de R\$ 742,50 (setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias – Programa de Incentivo à Pecuária Leiteira – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1140/2019

Publicação Nº 2128145

PORTARIA Nº. 1140/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, GILMAR MARTINS DE SOUZA, que exerce o cargo comissionado de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 19/08/2019, conforme Memorando nº 8.029/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 05/2019

Publicação Nº 2128387

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 05/2019, QUE TEM POR OBJETO CONCESSÃO DE USO GRATUITO DE TERRENO PÚBLICO LOCALIZADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, COM ÁREA DE 1.225,307 M², DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS COMPOSTAS POR PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR, COFORME LEI MUNICIPAL 6.219/18.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2019, às 13h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa COOPERATIVA COPERCEASA OURO VERDE, representada pelo Sr. Eduardo Irineu Novak. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa COOPERATIVA COPERCEASA OURO VERDE habilitada no certame. Aberta a palavra ao participante o mesmo declinou de usá-la. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, a empresa COOPERATIVA COPERCEASA OURO VERDE. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, a comissão analisou todos os critérios estabelecidos de acordo com a Tabela 1 (Critérios, pesos e pontos de avaliação e classificação das propostas), conforme itens 7.10.1; 7.10.2, 7.10.3, 7.10.4,

7.10.5, 7.10.6 e 7.10.7, ficando a empresa CLASSIFICADA, tendo em vista ter atingido o mínimo de 30 pontos, conforme descrito no edital. Segue abaixo tabela demonstrando os critérios analisados:

Critérios	Pontos	Peso	Classificação
1. Numero de Associados	30	0,20	6
2. Movimentação Econômica Mensal Anual	100	0,20	20
3. Investimentos em reais	90	0,10	9
4. Área construída m2	90	0,20	18
5. Início das edificações	40	0,10	4
6. Início das atividades	70	0,10	7
7. Percentual de associados agricultura familiar	100	0,10	10
Total de peso e de pontos		1,00	54

A Comissão De Licitação declarou a empresa COOPERATIVA COPERCEASA OURO VERDE, VENCEDORA do certame com o total de 54 pontos. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representante.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andréia Fontana Kauwa
Presidente Secretário Membro Membro

COOPERATIVA COPERCEASA OURO VERDE
Eduardo Irineu Novak

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 12/2019

Publicação Nº 2128047

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 12/2019, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLICIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de agosto do ano de 2019, às 09h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauwa, nomeados pela Portaria nº 910/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas conforme lista de presença anexa. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. Todas as empresas apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, com exceção da empresa Agricol Materiais de Construção, e por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006,. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou todas as empresas HABILITADAS no certame, com exceção das empresas Elton Luiz Madeira e Infinity Importação e Comercio de Luminarias Eireli, por apresentar balanço patrimonial sem autenticação; empresa WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli, por apresentar atestado de capacidade técnica e balanço patrimonial sem autenticação; empresa Clercio Francisco Gemra, por não apresentar a certidão de confirmação Eproc, junto a falência e concordata. A falta de autenticação dos documentos vai contra o item 7.3 do edital. Aberta a palavra aos participantes, o representante da empresa WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli, manifestou interesse de interpor recurso contra sua Inabilitação, aberta a palavra aos demais participantes os mesmos declinaram de usá-la. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação. Caso não haja interposição de recurso no prazo estipulado fica marcada a data de 27/08/2019 às 09h00min para abertura das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauwa
Presidente Secretário Membro Membro

Agricol Materiais de Contrução Ceramica Ouro da Terra Eireli Roberto Rodrigues Vidraçaria

WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli Hidrolux Ind. e Com. De Materiais

JV Comercio de Materiais e decorações Ltda Eletrica Luz
LISTA DE EMPRESAS PARTICIPANTES

299 - AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) 75.796.706/0002-91
ROMALDO RUDNIK

11741 - LATINA ILUMINAÇÃO – EIRELLI 08.932.445/0001-11

2013 - CERAMICA OURO DA TERRA EIRELI 09.314.237/0001-11
EDINEI MARON

5243 - IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA 14.565.115/0001-38

11743 - ELTON LUIZ MADEIRA 27.666.061/0001-49

9175 - ROBERTO RODRIGUES VIDRAÇARIA ME 80.463.789/0001-56
ROBERTO RODRIGUES

10966 - WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS EIRELLI 30.150.827/0001-42
FELIPE DANIEL DE LIMA

7565 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA 16.982.129/0001-82
ALEXANDRE COSTA ODACHOWOSKI

11744 - HIDROLUX - IND. E COM. DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI 13.914.027/0001-31
SIMONE DE JESUS

2248 - CLERCIO FRANCISCO GEMRA 27.327.051/0001-89

11745 - JV COM. DE MAT. ELETRICOS E DECORAÇÃO LTDA 01.276.119/0001-54
LUCAS VICTOR KRUTZMANN

3482 - ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA 00.226.324/0001-42
ADRIANO ROCHA

PUBLICAÇÃO DE 2ª ALTERAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 19/2019

Publicação Nº 2128608

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 19/2019
2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 06/09/2019, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 16/2019

Publicação Nº 2128624

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 16/2019
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 25/09/2019, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h45min (entrega) e 09h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 17/2019

Publicação Nº 2128617

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 17/2019
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 23/09/2019, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h45min (entrega) e 09h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 18/2019

Publicação Nº 2128627

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 18/2019

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/09/2019, às 09h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO FINISA, DAS RUAS FREI MENANDRO KAMPS, JÚLIO BUDANT NETO TRECHO 1, JÚLIO BUDANT NETO TRECHO 2, FREDERICO KOHLER TRECHO 1, FREDERICO KOHLER TRECHO 2 E ANTÔNIO LILLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 08h45min do dia 27/09/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO Nº 03/2019/ICPREV - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019/ICPREV**

Publicação Nº 2128569

EXTRATO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Processo nº 03/2019/ICPREV

Tomada de Preços: 02/2019/ICPREV

O Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV -, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 03/2019/ICPREV, na modalidade Tomada de Preços de nº CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL COMERCIAL COM NO MÍNIMO 150 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV – tendo como vencedor o seguinte fornecedor:

Unidade de Medida: Mês Quantidade licitada: 5

Licitante	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
MAUREN MARI MUSSI DREVECK – EIRELI	2.430,00	12.150,00

VALOR TOTAL: R\$ 12.150,00 (DOZE MIL, CENTO E CINCOENTA REAIS)

II - ADJUDICAR o objeto do certame à MAUREN MARI MUSSI DREVECK – EIRELI pelo valor total de R\$ 12.150,00 (DOZE MIL, CENTO E CINCOENTA REAIS).

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Canoinhas-SC, 06/07/2019.

DIOGO CARLOS SEIDEL

DIRETOR EXECUTIVO ICPREV

Capão Alto

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL N.º PMCA022/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS NO USO DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação N° 2128038

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dará na forma dos termos da Lei Federal n.º 10.520/ 2002 e da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as exigências estabelecidas e nas condições do edital de número PMCA022/2019

Objeto:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS NO USO DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RELAÇÃO E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NESTE EDITAL.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09:30 horas de 03/09/2019, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:35 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br .

Município de CAPÃO ALTO – SC 20/08/2019

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º FMAS007/2019 - EXCLUSIVO PARA ME EPP - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO SOCIAL ROBSON CORREA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS POR CONTA DA EMPRESA VENCEDORA

Publicação N° 2128023

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS

O FUNDO MUNICIAPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor preço, julgamento Global, cujo processamento se dará na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do edital de numero FMAS007/2019

Objeto:
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO SOCIAL ROBSON CORREA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS POR CONTA DA EMPRESA VENCEDORA

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09:30 horas de 05/09/2019, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:35 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br .

Município de CAPÃO ALTO – SC 20/08/2019

RITA DE CÁSSIA DE CAMPOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0008/2019

Publicação N° 2128647

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato N°...: 0008/2019 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada...: AIRTON SILVA DA MOTTA - ME Valor : 12.111,00 (doze mil cento e onze reais) Vigência : Início: 19/08/2019 Término: 19/08/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 0005/2019 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o benefício eventual de cestas de alimentos destinados às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 19 de Agosto de 2019	

FMAS CONTRATO 0009/2019

Publicação N° 2128649

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato N°...: 0009/2019 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada...: ENIO DELAZERI EIRELI Valor : 22.967,50 (vinte e dois mil novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) Vigência : Início: 19/08/2019 Término: 19/08/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 0005/2019 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o benefício eventual de cestas de alimentos destinados às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 19 de Agosto de 2019	

FMAS CONTRATO 0010/2019

Publicação N° 2128651

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0010/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
Contratada.: MERCADO MUNARI LTDA - ME
Valor : 10.474,40 (dez mil quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 19/08/2019 Término: 19/08/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0005/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o benefício eventual de cestas de alimentos destinados às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Próprios

Capinzal, 19 de Agosto de 2019

PMC CONTRATO 0228/2019

Publicação Nº 2128338

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0228/2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: PROCAB INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA Valor : 146.650,00 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 19/08/2019 Término: 19/08/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0071/2019 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Cabinas Novas para trator John Deere, New Holland, Massey Ferguson e LS Plus 80, de uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 19 de Agosto de 2019	

RESOLUÇÃO Nº 001/2019/CMDCA

Publicação Nº 2128269

RESOLUÇÃO nº 01/2019

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Capinzal, no use de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.320, de 2 de maio de 2019, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º, da Resolução do CONANDA nº 170/14, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e, A considerar que o art. 7º, §1º, letra "c", da Resolução do CONANDA nº 170/14, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(às) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es); A considerar, ainda, que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução do CONANDA nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA analisar e decidir em primeira instância administrativa os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como os casos omissos,

RESOLVE:

Artigo 1º - A campanha dos(as) candidatos(as) a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos(as) candidatos(as) habilitados(as) no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

Artigo 2º - Serão consideradas condutas vedadas aos(às) candidatos(as) devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2019 e aos seus prepostos:

1) DA PROPAGANDA

- oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, standartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
- colocar propaganda de qualquer natureza em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
- fazer propaganda mediante outdoors, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retirada da propaganda irregular.

- e.) caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- f.) perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- g.) fazer propaganda por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- h.) prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

2) DA CAMPANHA PARA A ESCOLHA

- a.) confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(a) eleitor(a);
- b.) realizar showmício e evento assemelhado para promoção de candidatos(as), bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
- d.) usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- e.) efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita;
- f.) contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais;
- g.) vincular-se direta ou indiretamente a partido político ou efetuar qualquer ato que importe em abuso de poder político, econômico ou religioso.

3) NO DIA DO PROCESSO DE ESCOLHA

- a.) usar alto-falantes e/ou amplificadores de som ou promover comício ou carreata;
- b.) arregimentar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;
- c.) até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- d.) fornecer aos(as) eleitores(as) transporte ou refeições;
- e.) doar, oferecer, prometer ou entregar ao(a) eleitor(a), com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);
- f.) padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos(as) seus(suas) respectivos(as) fiscais;
- g.) transportar eleitores seja pelos/as candidatos/as ou qualquer pessoa ligada a eles/as.

4) DAS PENALIDADES

Artigo 3º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, devido à inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

5) DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DAS CONDUTAS VEDADAS

Artigo 4º - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

Parágrafo único - Cabe à Comissão Eleitoral do CMDCA registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

Artigo 5º - No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(a) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

Parágrafo único - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral do CMDCA, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Artigo 6º - A Comissão Eleitoral do CMDCA poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, § 3º, inciso II, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

§ 1º - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§ 2º - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§ 3º - Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

Artigo 7º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, semefeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art.

11, § 4º, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

§ 1º - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução do CONANDA nº 170/14);

§ 2º - No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 6º, §§ 1º a 3º da presente Resolução.

Artigo 8º - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado poderá ser excluído da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

Artigo 9º - O(A) representante do Ministério Público, tal qual determina o art. 11, § 7º, da Resolução do CONANDA nº 170/14, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Eleitoral do CMDCA e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Artigo 10 - Os prazos previstos no art. 3º seguirão a regra do art. 212 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/2015), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 06 (seis) às 20 (vinte) horas.

6) DA PUBLICIDADE DESTA RESOLUÇÃO

ARTIGO 11 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive pela internet.

Parágrafo único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha;

Artigo 12 - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA fará reunião com eles(as) em 02 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

- a.) antes do início da campanha, tão logo seja publicada a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) e considerados(as) habilitados(as) - art. 11, §§ 5º e 6º, da Resolução CONANDA nº 170/14;
- b.) na véspera do dia da votação.

Parágrafo único - Em cada uma dessas reuniões, será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) candidatos(as) e membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, §6º, inciso I, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

Capinzal, 19 de agosto de 2019.

MARINA DA SILVA HACHMANN

Presidente CMDCA

DEMAIS MEMBROS

Marisa Aparecida Bonato Zocoli Etiane Dias Bevilaqua

Pablo Vitorio Isganzella Gramazio Diana Regina Viganó

Elena Casagrande Rech Joziane Calegar

Camila Poliana SurdI Aracy Pessoa Silva Morossini

Juliano Kloss

CÂMARA MUNICIPAL**COMUNICAÇÃO DE REJEIÇÃO A VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 12/2019**

Publicação Nº 2127998

Ofício nº 271/2019/SCM

Capinzal, 14 de agosto de 2019.

Ao Senhor
Nilvo Dorini
Excelentíssimo Prefeito Municipal
89665-000 – Capinzal – SC

Assunto: Comunica Rejeição de Veto Total ao Projeto de Lei Legislativo nº 12/2019

Senhor Prefeito,

Cumprindo o disposto no art. 43, § 5º, da Lei Orgânica do Município de Capinzal, comunico a Vossa Excelência que o Veto Total ao Projeto de Lei Legislativo nº 12/2019 foi rejeitado em Plenário na Sessão Ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2019.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 12, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

Determina a aquisição de 10% de livros em formatos acessíveis pelas bibliotecas públicas e das escolas municipais de Capinzal, para benefício de pessoas com deficiência auditiva e visual.

Art. 1.º - A aquisição de livros por parte do Poder Executivo para o abastecimento das bibliotecas públicas e das escolas municipais deverá observar, obrigatoriamente, o montante de 10% de livros em formatos acessíveis e ou jogos pedagógicos, para benefício de pessoas com deficiência auditiva e ou visual.

Parágrafo único. Entende-se por formatos acessíveis aqueles previstos no § 2º do art. 68 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, ou em dispositivo que venha a substituí-lo.

Art. 2º - O percentual de 10% previsto no artigo 1º desta Lei deverá abranger o maior número de obras e autores possíveis, dos mais variados gêneros literários, bem como jogos e ou material didático pedagógico para as especificidades dos alunos e pessoas com deficiência de nosso município.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Atenciosamente,

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 13 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127995

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
13 DE AGOSTO DE 2019

- Aprovada a Ata nº 3.013, de 2019, referente à Sessão Plenária do dia 6/8/2019.
- Leitura dos ofícios recebidos e expedidos.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:

Ø Projeto de Lei nº 15, de 2019, autoriza a abertura Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), para cobertura de despesas com a manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e para manutenção do convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a manutenção das ações conjuntas, Estado Município.

Ø Emenda Modificativa nº 1, de 2019, de autoria da CJJ, ao Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2019, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal. Às Proposições foram encaminhadas as Comissões competentes para análise e Pareceres.

- Rejeitado:

Ø Veto Total ao Projeto de Lei Legislativo nº 12, de 2019, de autoria dos Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira, que determina a aquisição de 10% de livros em formatos acessíveis pelas bibliotecas públicas e das escolas municipais de Capinzal, para benefício de pessoas com deficiência e auditiva visual.

- Aprovado:

Ø Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2019, reinstalou o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP) na forma que especifica.

Ø Projeto de Lei nº 14, 2019, altera dispositivos da Lei no 3.320, de 2019, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, e o Conselho Tutelar.

- Expediente dos Vereadores: Indicações: os Vereadores Renato Marcelo Markus e Rafael Edgar Tonial solicitaram instalação de corrimão, melhorias na iluminação e limpeza na escadaria da Rua Nereu Ramos que liga com a Leonardo Spadini, próximo a agropecuária capinzal que, no centro de Capinzal. O Vereador Valmor de Vargas solicitou a recuperação da camada asfáltica (tapa buraco), também melhorias nos meios fios das Ruas João Oliveira Bronze e Silvio Zenere no Loteamento Santa Maria Capinzal. O Vereador Bruno Michel Fávero solicitou através da diretoria de tributação autorizar as empresas do município a emitirem documento fiscal pela prestação de serviços através do cupom fiscal, em substituição da nota fiscal de serviço eletrônica, quando o serviço for destinado a não contribuinte, verificando a possibilidade de alteração no decreto nº 088 de 17 de junho de 2014. O Vereador Carlos Adriano Zocoli solicitou para que sejam realizadas melhorias em geral no cemitério da comunidade de Ricardópolis, interior de Capinzal. Pedidos de Informações: os Vereadores Rafael Edgar Tonial e Kelvis Borges solicitaram quais são os cargos e pessoas que possuem Função Gratificada – FG, Função de Confiança – FC ou que recebam qualquer forma de gratificação congênere, especificando qual é a função desempenhada, que justifique o recebimento da gratificação. O Vereador Kelvis Borges solicitou informações referentes aos agentes de saúde do município de Capinzal. O Vereador Valmor de Vargas solicitou informação quanto às coletas de galhos e demais resíduos derivados de podas de arbustos e arvores no município de Capinzal. O Vereador Bruno Michel Fávero solicitou informações referentes à secretaria de saúde.

- Fez uso da Tribuna a Sra. Veranice Lovatel, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que prestou esclarecimentos sobre o fechamento da creche 24 horas.

- Palavra Livre.

- Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 20 de agosto de 2019, às 18h30min.

- O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas", pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts> e pelo Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCPckMKQPWEUVbP9QMOJ-dfw>.

Câmara de Vereadores, 19 de agosto de 2019.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/24/2019**

Publicação N° 2128254

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/24/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° CAO/0295/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços técnicos especializados para automação do módulo 01 da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) localizada na área de lazer, município de Capinzal/SC.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA/HORA DA ABERTURA: 30 de agosto de 2019, às 14:00 horas

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 20 de agosto de 2019.

Francieli A. da Rosa
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO N° CAO/33/2019

Publicação N° 2128115

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° CAO/33/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 02.089.950/0001-60

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° CAO/39/2016, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E ENVELOPAMENTO DE FATURAS DE ÁGUA.

VALOR: R\$ 0,21 (VINTE E UM CENTAVOS) POR FATURA CONFECCIONADA, IMPRESSA, ENVELOPADA E ENTREGUE AO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 19/08/2019

VIGÊNCIA: 01/09/2019 A 31/08/2020

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO

PELA CONTRATADA: WAGNER CORDENONSI TOMBI

Catanduvas

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO 2020

Publicação N° 2128936

EDITAL DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS e LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO 2020

O Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, por meio de seu Prefeito Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, CONVIDA a comunidade em geral para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de "Apresentar as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício 2020 bem como os Valores estimados para o Orçamento Anual para o Exercício de 2020", de acordo com o Art. 48 § I da Lei Complementar 101/2000 (LRF), a ser realizado no dia 29/08/2019, a partir das 14:00 horas, no Auditório do Colégio Escola Municipal Augustinho Marcon sito a Rua da Pátria, 2235 – Cidade Jardim, Catanduvas/SC.

A audiência, realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas por convidados e participantes, será conduzida Poder Executivo Municipal.

Catanduvas/SC 19/08/2019
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 065/2019 PCS

Publicação Nº 2127827

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: VANDRO GIACOMELLI ME.

Contrato nº: 065/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.

Data da Assinatura: 19/08/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do Quilômetro: R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) o quilometro.

CONTRATO Nº 066/2019 PCS

Publicação Nº 2128851

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Contrato nº: 066/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 19/08/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do Contrato: R\$ 390,67 (trezentos e noventa reais e sessenta e sete centavos).

Portaria nº 114/2019

Publicação Nº 2128264

PORTARIA Nº 114/2019

"Dispõe sobre Adicional de nova titulação ao servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da lei complementar nº 002/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Adicional de Titulação de 20% (vinte por cento), ao servidor público Municipal Senhor JANIO SADI KULBA JUNIOR, ocupante do cargo de Advogado, por ter concluído o Curso de Pós Graduação na Faculdade Instituto Damásio de Direito, título superior àquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 18 de Agosto de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito

TP N° 002/2019 FMS

Publicação N° 2128048

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019 FMS

Objeto: Execução de reforma da Unidade Básica de Saúde de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 04/09/2019.

Abertura: dia 04/09/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo Municipal de Caxambu do Sul, localizado na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 20 de agosto de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 86/2019

Publicação N° 2128192

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 86/2019
INEXIGIBILIDADE N° 07/2019

O Município de Chapadão do Lageado, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, no período de 21 de agosto de 2019 à 31 de dezembro de 2019, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. Objetos: Constitui objeto do presente Edital o credenciamento de profissionais fonoaudiólogo (pessoa física) para prestação de serviços na área de saúde, para fins de atendimento em consultas, procedimentos ambulatoriais e exames de diagnose, sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município ou fora dele. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 20 de agosto de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 131/PMCS/2019

Publicação Nº 2128118

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 131/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: URCC RECICLÁVEIS EIRELI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/PMCS/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/PMCS/2019

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de materiais para pavimentação e recuperação de ruas, para uso no município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 07/08/2019

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 134/PMCS/2019

Publicação Nº 2128119

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 134/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: BORRACHARIA NOVA ITÁLIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/PMCS/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/PMCS/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresas de forma parcelada para prestação de serviços de Borracharia para conserto, montagem, alinhamentos, geometria, cambagem, socorro, balanceamento, rodizio e troca de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 14/08/2019

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO CONTRATO 56/PMCS/2019

Publicação Nº 2128382

CONTRATO Nº: 56/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: ARTHUR GONÇALVES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 110/PMCS/2019.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 03/PMCS/2019

Objeto: Contratação de "ARTHUR VILLAR" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do município de Cocal do Sul/SC, chamada VII CocalFest.

Assinatura: 16/08/2019

Vigência: Início: 16/08/2019 Término: 31/12/2019

Valor: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Dotação Orçamentária: 07.003.13.392.2200.2051.3.3.90.00.00

EXTRATO CONTRATO 60/PMCS/2019

Publicação N° 2128536

CONTRATO N°: 60/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: GUILHERME HENRIQUE ROSSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 110/PMCS/2019.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 03/PMCS/2019

Objeto: Contratação de "BANDA CHERRY RAMONA" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do município de Cocal do Sul/SC, chamada VII CocalFest.

Assinatura: 16/08/2019
Vigência: Início: 16/08/2019 Término: 31/12/2019
Valor: R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais)
Dotação Orçamentária: 07.003.13.392.2200.2051.3.3.90.00.00

EXTRATO CONTRATO 61/PMCS/2019

Publicação N° 2128523

CONTRATO N°: 61/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: VILSON DA SILVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 110/PMCS/2019.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 03/PMCS/2019

Objeto: Contratação de "GRUPO BAILANTE" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do município de Cocal do Sul/SC, chamada VII CocalFest.

Assinatura: 16/08/2019
Vigência: Início: 16/08/2019 Término: 31/12/2019
Valor: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)
Dotação Orçamentária: 07.003.13.392.2200.2051.3.3.90.00.00

EXTRATO CONTRATO 65/PMCS/2019

Publicação N° 2128066

CONTRATO N°: 65/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: GISSELE NUNES LIMA LUCIANO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 110/PMCS/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 03/PMCS/2019

Objeto: Contratação de "HENRIQUE E HERON" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do Município de Cocal do Sul/SC, chamada VII CocalFest.

Assinatura: 16/08/2019
Vigência: Início: 16/08/2019 Término: 31/12/2019
Valor: R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)
Dotação Orçamentária: 07.003.13.392.2200.2051.3.3.90.00.00

EXTRATO CONTRATO 68/PMCS/2019

Publicação N° 2128435

CONTRATO N°: 68/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: DENIS NUNES BITTENCOURT
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 110/PMCS/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 03/PMCS/2019

Objeto: Contratação de "BANDA HARDENTE" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do município de Cocal do Sul/SC, chamada de VII CocalFest.

Assinatura: 16/08/2019
Vigência: Início: 16/08/2019 Término: 31/12/2019
Valor: R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais)
Dotação Orçamentária: 07.003.13.392.2200.2051.3.3.90.00.00

EXTRATO CONTRATO 69/PMCS/2019

Publicação N° 2128472

CONTRATO N°: 69/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: ANA PAULA GUGLIELMI HECKLER
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 110/PMCS/2019.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 03/PMCS/2019

Objeto: Contratação de "ANA PAULA MUSICAL" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do município de Cocal do Sul/SC, chamada VII CocalFest.

Assinatura: 16/08/2019

Vigência: Início: 16/08/2019 Término: 31/12/2019

Valor: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Dotação Orçamentária: 07.003.13.392.2200.2051.3.3.90.00.00

EXTRATO TERMO ADITIVO 23/PMCS/2019

Publicação N° 2128582

ADITIVO N°: 23/2019.
CONTRATO N°: 108/2018.
TIPO DE ADITIVO: TERCEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: CASA DO CONSTRUTOR & CONSTRUÇÕES EIRELI
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 297/PMCS/2018
TOMADA DE PREÇO: 04/PMCS/2018

Objeto do Contrato: Fornecimento de material e prestação de serviços para Reforma e Ampliação da Creche Municipal I.E.I. Octavia Burigo Gaidzinski no Município de Cocal do Sul/SC.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato firmado entre as partes em 20/12/2018.

Assinatura: 05/08/2019

Vigência: Início: 07/08/2019 Término: 06/10/2019

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 414/2019, DE 30 DE MAIO DE 2019.

Publicação Nº 2128605

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 414/2019, DE 30 DE MAIO DE 2019.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora JOSIANE ESPINOSA CABRAL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora JOSIANE ESPINOSA CABRAL, ocupante do cargo de Pedagogo, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com dedicação exclusiva, a partir de 3 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de maio de 2019.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.403, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128596

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.403, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.229, de 9 de agosto de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até maio de 2019, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0122.0037.2027	Manutenção Modernização e Organização Administrativa – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 301.000,00
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Obras, Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEMURB
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	01.080000	Contribuição COSIP R\$ 260.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$ 561.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ELIZA TEBALDI BORSATTI Secretária Municipal de Finanças, em exercício
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.404, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128600

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.404, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.235, de 12 de agosto de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000006	Recursos Ordinários – Rádio Patrulha R\$ 60.000,00
TOTAL ANULADO		
..... R\$ 60.000,00		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000006	Recursos Ordinários – Rádio Patrulha R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 60.000,00

Art. 3º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até maio de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências à União
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira Hídricos R\$ 25.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 25.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Secretária Municipal de Finanças, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.405, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128604

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.405, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.238, de 13 de agosto de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementa, com recursos do excesso e do provável excesso de arrecadação no exercício de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SEMUT
Unidade Orçamentária	11.01	Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT
Projeto/Atividade	26.0782.0055.2041	Ações do Transporte Rodoviário – SEMUT
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes Compensação Financeira Hídricos R\$ 600.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$ 600.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Secretária Municipal de Finanças, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 624/2019, DE 7 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128606

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 624/2019, DE 7 DE AGOSTO DE 2019.

Designa SANDRA GUGEL para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações, e considerando o Of. 101/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora SANDRA GUGEL, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, na qualidade de Conselheira Efetiva, no período de 7 de agosto a 14 de setembro de 2019, em face do afastamento da conselheira Priscila Grigol Silva, em licença médica, nomeada pelo Decreto nº 14/2016, de 8 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 625/2019, DE 7 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128612

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 625/2019, DE 7 DE AGOSTO DE 2019.

Concede abono de permanência à servidora MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ, ocupante do cargo de Professor, matrícula 41238-00, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de julho de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 626/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128615

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 626/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre o desligamento da servidora ELIANE BEATRIZ BALSAN CAMILLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora ELIANE BEATRIZ BALSAN CAMILLO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 40967-01, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 627/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128618

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 627/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre o desligamento do servidor JOSE LAERCIO GREGIANIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, o servidor JOSE LAERCIO GREGIANIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula 91529-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 628/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128620

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 628/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre o desligamento da servidora REJANE BASSEGGIO NESI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora REJANE BASSEGGIO NESI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 52450-05, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 634/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128629

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 634/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor IVONEI CAZAROTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, ao servidor IVONEI CAZAROTTO, ocupante do cargo de Motorista, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 9 de junho de 2014 a 8 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 635/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128631

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 635/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ORTEMIO LUIZ GRANA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, ao servidor ORTEMIO LUIZ GRANA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de novembro de 2013 a 2 de novembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 636/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128633

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 636/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Constitui e designa Comissão Eleitoral.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.149, de 31 de agosto de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Eleitoral com a finalidade de coordenar e conduzir todos os procedimentos necessários à execução da eleição dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I – CLARICE FABONATTO;

II – FABIELE MAIER DUARTE;

III – MARGARETE PECINI;

VI – VANESSA DAIANE RIFFEL;

V – ZILDA MARCIA ONETTA;

VI – WILLIAM AMPESE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 637/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128636

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 637/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Revoga o Decreto nº 486/2019, de 14 de junho de 2019, que suspendeu a prestação de serviços por parte da empresa D.L Transporte Rodoviário Ltda. – EPP no âmbito da Administração Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando a Decisão Administrativa emitida pelo Gestor de Contratos, de 7 de agosto de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 486/2019, de 14 de junho de 2019, que suspendeu a prestação de serviços por parte da empresa D.L Transporte Rodoviário Ltda. – EPP no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 7 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 638/2019, DE 8 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2128639

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 638/2019, DE 8 DE JULHO DE 2019.

Designa a servidora NAIR KOPPE VOGT para responder pelo cargo de Chefe do Departamento Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NAIR KOPPE VOGT, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, no período de 9 de agosto a 29 de setembro de 2019, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 639/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128642

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 639/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Designa a servidora EMANUELE LETICIA TEDESCO, para responder pelo cargo de Responsável de Setor de Apoio Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora EMANUELE LETICIA TEDESCO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, no período de 9 de agosto a 29 de setembro de 2019, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 640/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128644

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 640/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção, à servidora GRACIOSA GONÇALVES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora GRACIOSA GONÇALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Mundo da Criança, com dedicação exclusiva, no período de 23 de agosto a 1º de setembro de 2019, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 641/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128646

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 641/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção, à servidora RENATA DE OLIVEIRA SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora RENATA DE OLIVEIRA SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Natureza, com dedicação exclusiva, no período de 13 a 25 de agosto de 2019, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 642/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128650

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 642/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Exonera, a pedido, a servidora JUCILENE APARECIDA BISOGNIN BENELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JUCILENE APARECIDA BISOGNIN BENELLI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 26 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 644/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128652

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 644/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARGARIDA MORESCO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, à servidora MARGARIDA MORESCO DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, matrícula 104728-04, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2013 a 12 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 645/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128655

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 645/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora EUNICE DE FATIMA DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, à servidora EUNICE DE FATIMA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2013 a 11 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 646/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128657

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 646/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NAIR KOPPE VOGT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, à servidora NAIR KOPPE VOGT, ocupante do cargo de Secretário Escolar, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de março de 2014 a 11 de março de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 647/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128658

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 647/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor LAURI VICENTE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, ao servidor LAURI VICENTE, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 648/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128660

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 648/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor IRONI ANTONIO DALLAGNOL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, ao servidor IRONI ANTONIO DALLAGNOL, ocupante do cargo de Agente de Obras, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 649/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128663

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 649/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SUYANE CORREA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2019, à servidora SUYANE CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de agosto de 2014 a 2 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 650/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128665

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 650/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Designa a servidora DARLINE NEUMANN para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos, no período de 9 a 16 de agosto de 2019, em face do afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 651/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128670

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 651/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Designa a servidora ADRIANA SALETE ONETTA para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ADRIANA SALETE ONETTA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, no período de 9 a 16 de agosto de 2019, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo

Decreto nº 230/2017, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 652/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128672

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 652/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Designa a servidora DIANE DOS SANTOS para responder pelo cargo de Diretora-Presidente do IPRECON, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Procurador, para responder pelo cargo de Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, no período de 12 a 25 de agosto de 2019, enquanto perdurar o afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pela Portaria nº 26/2014, de 2 de maio de 2014, do IPRECON.

Art. 3º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, no período de 12 a 25 de agosto de 2019, para movimentar as contas bancárias do IPRECON, mediante assinatura, em conjunto, com a Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 654/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128675

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 654/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a movimentação das contas bancárias, de forma temporária, da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249,

de 25 de julho de 2000; no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012, e considerando a CI nº 090/2019, da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

DECRETA:

Art. 1º A movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, no período de 9 a 22 de agosto de 2019, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente da FUMDEMA, senhor ROBERTO MARINELLO, em conjunto com o servidor ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, membro do Conselho Deliberativo da FUMDEMA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 655/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128679

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 655/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora NELSI MARCHIORO, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações, e considerando o Parecer Jurídico emitido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 10 de julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica averbados 1.994 dias, ou seja: 5 (cinco) anos, 5 (cinco) meses e 19 (dezenove) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora NELSI MARCHIORO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 28 de janeiro de 1999.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 0076/99, de 19 de fevereiro de 1999

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 656/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128682

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 656/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.
Concede abono de permanência à servidora NELSI MARCHIORO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora NELSI MARCHIORO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 657/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128684

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 657/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Dá nova redação ao item 1 da alínea "b" do inciso V do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea "b" do inciso V do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 1º de setembro de 2019 :

"Art. 2º (...)

1. EMANUELE LETICIA TEDESCO;" (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora EMANUELE LETICIA TEDESCO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão. a partir de 1º de setembro de 2019.

Art. 3º Fica revogada a gratificação concedida ao servidor MARLON MAURICIO ANTUNES, pelo art. 2º do Decreto nº 487/2017, de 9 de maio de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 658/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128689

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 658/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Educação – CME.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 159, de 1º de junho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.201, de 3 de março de 2000 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, na forma do art. 12 do Anexo Único do Decreto nº 5.665, de 22 de dezembro de 2011, para integrar 1/3 do Conselho Municipal de Educação – CME, as pessoas abaixo relacionadas, pelo período de três anos, a partir de 31 de agosto de 2019:

I – representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: MARLEI SALETE RADIN;

b) suplentes:

1. ADRIANE RITA VITTO CHAVES;

2. DORIS MARCON;

II – representantes das escolas particulares de Educação Infantil:

a) titular: DANIELA MAGEDANS;

b) suplentes:

1. MARLI FATIMA SANTHIER;

2. VANESSA SILVA;

III – representantes dos professores que atuam no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino:

a) titular: CLEONICE BISON;

b) suplentes:

1. ELIZANGELA SALETE CARISSIMI;

2. INES LIAMAR WOLFF PEREIRA ROGOVSKI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 685/2016, de 31 de agosto de 2016 e 1.003/2017, de 7 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

EDITAL DE NOMEAÇÃO 048/2019

Publicação N° 2128391

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOMEAÇÃO 048/2019

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO N° 1/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, NOMEIA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Concurso Público para o provimento de vagas nos níveis iniciais de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionados:

Nº CPF	Nome	Cargo
032.460.759-80	MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS	AGENTE SOCIAL
020.283.189-29	FERNANDO SCHEREINER	AGENTE SOCIAL

Nº CPF	Nome	Cargo
063.979.519-60	CLOVIS SEFFRIN JUNIOR	DESENHISTA

Os candidatos acima relacionados deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munidos de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará na perda definitiva da vaga, em razão de já ter sido nomeada anteriormente, e este Edital se tratar da nomeação referente ao reposicionamento para o final de lista.

Concórdia, 19 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR N° 777, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2128700

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR N° 777, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza concessão de incentivos fiscais à empresa Irmãos Balbinot Ltda., e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder incentivos fiscais à empresa Irmãos Balbinot Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 85.387.447/0001-18, relativo ao imóvel construído na Rua Tancredo de Almeida Neves, 4.253, Bairro São Cristóvão, na forma abaixo:

I – isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, integral, pelo período de cinco anos, a partir do exercício de 2019;

II – isenção da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF, pelo período de dez anos, a partir do exercício de 2019.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei Complementar nº 767, de 29 de março de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Secretária Municipal de Finanças, em exercício

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.228, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128703

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.228, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Altera expressões constantes na Lei nº 5.185, de 19 de março de 2019, que autoriza o Município celebrar convênio.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 5.185, de 19 de março de 2019, que autoriza o Município celebrar convênio, terá dispositivos alterados, na forma desta Lei.

Art. 2º Ficam alteradas as seguintes expressões:

I – “Secretaria de Estado da Segurança Pública”, para: “Polícia Civil”, constante na Ementa;

II – “Secretaria de Estado da Segurança Pública, inscrita no CNPJ sob nº 82.951.294/0001-00”, para Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 15.211.786/0001-63”, constante no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Secretária Municipal de Finanças, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.229, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128709

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.229, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recurso do excesso de arrecadação verificado até maio de 2019, as dotações constantes dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0122.0037.2027	Manutenção Modernização e Organização Administrativa – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 301.000,00
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Obras, Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEMURB
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.080000	Contribuição COSIP R\$ 260.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$		
561.000,00		

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ELIZA TEBALDI BORSATTI Secretária Municipal de Finanças, em exercício
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.

LEI Nº 5.230, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128713

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.230, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre o Cadastro Habitacional para acesso aos benefícios e Programas Municipais de Habitação de Interesse Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Os interessados em participar dos processos seletivos de Programas Municipais de Habitação de Interesse Social e obter acesso aos benefícios habitacionais deverão realizar o Cadastro Habitacional, que será administrado pela Diretoria de Habitação da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

Art. 2º Cada núcleo familiar terá apenas uma única inscrição no Cadastro Habitacional.

§ 1º Considera-se núcleo familiar a unidade mononuclear vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes.

§ 2º No caso de núcleos familiares conviventes, compostos por duas ou mais unidades nucleares, parentes ou não, que residem em um mesmo domicílio, mas não compartilham rendas e despesas, será permitida a inscrição individual de cada família.

Art. 3º Para realizar o Cadastro Habitacional no Sistema de Gestão Habitacional e Controle Social, o responsável pelo núcleo familiar, deverá:

I – possuir a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II – residir de forma permanente e contínua no Município de Concórdia nos últimos cinco anos;

III – possuir renda familiar bruta de até três salários mínimos, observadas as disposições das leis específicas e compatíveis com a modalidade pretendida;

IV – ser brasileiro nato ou naturalizado;

V – não ter sido beneficiado anteriormente, com bens imóveis, em Programas de Habitação de Interesse Social promovidos pela União, Estado ou Município.

§ 1º Em caso de cadastro para uma nova unidade habitacional, o núcleo familiar não poderá ser proprietário de outro imóvel.

§ 2º Considera-se tempo de residência no Município de Concórdia, aquele comprovado através de atendimento em serviços públicos, tais como frequência em estabelecimento de ensino público municipal ou estadual, na rede municipal de saúde ou assistência social, entre outros.

§ 3º Em caso de programas subsidiados por outras esferas governamentais, entidades públicas privadas ou parceiros, o teto máximo para o critério de renda respeitará a legislação e regras específicas de cada programa.

§ 4º Para efeito do inciso V deste artigo, compreende-se que ambos os cônjuges/companheiros não poderão ter sido beneficiados com Programas de Habitação de Interesse Social em qualquer esfera governamental.

§ 5º Considera-se beneficiado com Programas de Habitação de Interesse Social aquele que celebrou contrato de concessão, financiamento habitacional ou firmou termo de adesão em qualquer tempo, inclusive aquele que após dissolução de união estável, separação ou divórcio, tenha desistido e/ou cedido o direito ao benefício e/ou do bem em favor do cônjuge/companheiro, filhos ou terceiros.

Art. 4º No ato do Cadastro Habitacional o interessado deverá apresentar a seguinte documentação, atualizada:

I – carteira de identidade e CPF;

II – certidão de registro civil;

III – carteira de trabalho;

IV – título de eleitor;

V – comprovante de endereço;

VI – comprovante de renda familiar, do responsável pelo núcleo familiar, seu cônjuge ou companheiro e dependentes economicamente ativos;

VII – documentação pessoal de todos os membros da família.

§ 1º A Diretoria de Habitação poderá solicitar outros documentos que considerar necessários.

§ 2º No caso de União Estável, o interessado deverá apresentar declaração de comprovação.

Art. 5º O Cadastro Habitacional será válido por dois anos, sendo de responsabilidade do interessado revalidá-lo, atualizando as informações prestadas, sempre que houver alterações.

§ 1º O responsável pelo núcleo familiar poderá revalidar e atualizar a inscrição no Cadastro Habitacional, presencialmente, munido de documentação pessoal, e no seu impedimento, curador ou procurador legalmente constituído para este fim.

§ 2º Em caso de separação ou dissolução da União Estável, o Cadastro Habitacional poderá ser revalidado por outro membro do núcleo familiar que atenda aos requisitos previstos no art. 4º.

Art. 6º Todos os benefícios e programas habitacionais seguirão as normas e estarão condicionados ao Cadastro Habitacional de que trata esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.232, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128717

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.232, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Institui a Campanha Permanente de Prevenção das Doenças Ocupacionais dos Profissionais da Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Campanha Permanente de Prevenção das Doenças Ocupacionais dos Profissionais da Educação, que terá por objetivos:

I – informar e esclarecer os profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino sobre o risco de manifestar doenças decorrentes do exercício profissional;

II – orientar a respeito de métodos e práticas preventivas de combate às enfermidades decorrentes do exercício profissional.

Art. 2º Para efeitos desta Lei são consideradas doenças ocupacionais dos profissionais da Educação:

I – lesões na coluna vertebral;

II – lesões nos membros superiores e inferiores;

III – Síndrome de Burnout;

IV – problemas vasculares;

V – lesões das cordas vocais;

VI – alteração nas estruturas osteomusculares, como tendões, articulações, músculos e nervos.

Art. 3º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.233, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128718

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**LEI Nº 5.233, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.**

Dispõe sobre a cobrança de Contribuição de Melhoria pela execução de obra.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra pública de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Victor Sopelsa e estrada municipal, que resulte em valorização imobiliária, observado o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; no Código Tributário Nacional; no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; na Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações – Código Tributário Municipal e na Lei nº 5.025 de 13 de dezembro de 2017, que institui a Cobrança da Contribuição de Melhoria sobre imóveis localizados no perímetro urbano do Município de Concórdia.

Parágrafo único. A obra de que trata o caput deste artigo tem a extensão de 756,327m, custo total estimado de R\$ 1.134.966,77 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), sendo recursos federais na ordem de R\$ 365.714,29 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos) e R\$ 769.252,48 (setecentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) com recursos próprios do Município.

Art. 2º O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário de imóvel do domínio privado, situado nas áreas beneficiadas pela obra, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.025/2017.

Art. 3º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel, calculada em conformidade com o disposto nos arts. 3º e 4º da Lei 5.025/2017.

Art. 4º O edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – objeto do edital e fundamentação legal envolvida;

II – memorial descritivo do projeto;

III – orçamento total ou parcial do custo da obra;

IV – subsídio envolvido, se for o caso;

V – parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

VI – delimitação das áreas direta ou indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

VII – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas;

VIII – forma de pagamento;

IX – informações previstas nos arts. 3º e 4º da Lei 5.025/2017.

Art. 5º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pela obra pública, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do Edital, para impugnar qualquer elemento nele constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Art. 6º Após a execução da obra, antes do respectivo lançamento, será realizada avaliação dos imóveis beneficiados, a fim de definir a valorização decorrente, sendo publicado o demonstrativo de custos e as valorizações de cada imóvel.

Art. 7º O edital de lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado após a execução das obras, contendo, entre outros, os elementos previstos no art. 9º da Lei 5.025/2017.

Art. 8º Os requerimentos de impugnação, reclamações ou quaisquer recursos administrativos apresentados em face do edital prévio e do edital de lançamento, não suspendem o início ou prosseguimento das obras, tampouco terão efeito de obstar o Município, dos procedimentos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 9º As impugnações de que tratam o art. 8º desta Lei deverão ser protocolizadas no Setor de Protocolo do Município, por meio de requerimento devidamente fundamentado, juntamente com documentos que se fizerem necessários para a instrução do processo.

§ 1º As impugnações deverão ser dirigidas ao Secretário Municipal de Urbanismo e Obras a quem cabe a decisão em primeira instância, ficando facultado recurso que, em segunda instância, deverá ser encaminhado ao superior hierárquico.

§ 2º A petição assinada por procurador somente produzirá efeito se acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.234, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128719

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.234, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Altera expressão constante no Anexo Único da Lei nº 5.018, de 12 de dezembro de 2017 e alteração, que autorizam doação de bens do Município, a entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado para: "01.563.890/0001-02", o número do CNPJ da Associação de Moradores de Frei Rogério, constante no Anexo Único da Lei nº 5.018, de 12 de dezembro de 2017 e alteração, que autorizam doação de bens do Município, a entidades.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MAURO MARTINI
Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.235, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128723

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.235, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000006	Recursos Ordinários – Rádio Patrulha R\$ 60.000,00
TOTAL ANULADO		
..... R\$ 60.000,00		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000006	Recursos Ordinários – Rádio Patrulha R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 60.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até maio de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências à União
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira Hídricos R\$ 25.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 25.000,00

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Secretária Municipal de Finanças, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.236, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128729

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.236, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Institui a Semana Municipal de Prevenção de Acidentes Domésticos com Idosos, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Prevenção de Acidentes Domésticos com Idosos, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de outubro, no Município de Concórdia.

Art. 2º Na Semana de que trata esta Lei poderão ser realizadas palestras, debates e painéis com especialistas, técnicos, bem como promover atividades educativas e voltadas a conscientização dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos com idosos.

Art. 3º O Executivo Municipal, para a execução desta Lei, poderá celebrar parcerias com entidades da sociedade civil e instituições de ensino, que desenvolvam ações de prevenção, proteção e defesa do idoso.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.237, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128733

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.237, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Município indenizar vegetação em área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica o Município autorizado a indenizar unidades da espécie *Ilex Paraguariensis* (erva mate nativa) existentes na área de terras de 500m², do imóvel registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 16.919, Livro nº 2 – "AAS", de propriedade de ANTONINHO CERUTTI, inscrito no CPF sob nº 418.719.289-15, na localidade de Engenho Velho, em face de danos causados pelo Município, quando da pavimentação da estrada que liga a referida comunidade à Terra Vermelha.

Art. 2º Pela indenização da vegetação de que trata o art. 1º desta Lei, o Município efetuará o pagamento de R\$ 6.560,75 (seis mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.238, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128740

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.238, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.
Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, com recursos do excesso e do provável excesso de arrecadação no exercício de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SEMUT
Unidade Orçamentária	11.01	Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT
Projeto/Atividade	26.0782.0055.2041	Ações do Transporte Rodoviário – SEMUT
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes Compensação Financeira Hídricos R\$ 600.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$ 600.000,00		

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Secretária Municipal de Finanças, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de agosto de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 156/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128778

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 156/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 28/2019, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;

- a CI DSMT 200/2019, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora BARBARA BERGAMO, ocupante do cargo de Enfermeiro, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 157/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128781

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 157/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada na CI Trânsito 63/2019, da Diretoria de Trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no dia 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 14/2013

Publicação Nº 2128783

Termo nº 1/2019
Processo nº 19128/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE
USO GRATUITO Nº 14/2013

Aos 7 dias do mês de agosto de 2019, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO, doravante denominado MUNICÍPIO e a senhora ILVA TERESINHA PESSATTO, inscrita no CPF sob nº 220.717.179-53, residente e domiciliada neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 14/2013, de 19 de novembro de 2013, em função do parecer social que recomenda este ato e do disposto no art. 2º, I, alínea "d", da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo, até 15 de agosto de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 7 de agosto de 2019.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

ILVA TERESINHA PESSATTO
Autorizada

Testemunhas:

1. 2.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

Cordilheira Alta

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 74/2018

Publicação Nº 2128607

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 74/2018

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33 D, Bairro Jardim Italia, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NEVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 310.840.959-04, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.198/0001-04, com sede na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor CARLOS ALBERTO TOZZO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 515.987.529-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Termo Aditivo, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA

O Município de Cordilheira Alta solicita a alteração da Cláusula Segunda do Contrato de Rateio nº 74/2018 referente a adituação do referido contrato de rateio a título de incremento financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e passa a vigorar com a seguinte redação: "CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICIPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor anual estimado de R\$ R\$ 530.000,00 (QUINHENTOS E TRINTA MIL REAIS)."

As demais Cláusulas do Contrato de Rateio nº 74/2018 permanecem inalteradas.

Chapeco SC, 15 de agosto de 2019

NEVIO MORTARI

Presidente do CIS-AMOSC

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito de CORDILHEIRA ALTA/SC

1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 30/2018

Publicação Nº 2127861

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2019****PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2018**

O Município de Cordilheira Alta/SC e o Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta tornam público aos interessados e em especial a Empresa detentora da Ata de Registro de Preços nº 30/2019 (Reunidas Turismo S.A), que conforme disposto no Artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993 e, ainda, de acordo com as justificativas e fundamentações anexadas nos autos do processo licitatório em epígrafe, foi efetuado **reequilíbrio econômico financeiro** dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Clausula Primeira do referido termo, conforme percentual e valores da planilha demonstrativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Valor Atual (R\$)	Percentual de Aumento	Valor Reequilibrado
01	PASSAGEM DE CHAPECÓ X FLORIANÓPOLIS	Un	Reunidas Turismo S.A	155,00	6,30%	164,76
02	PASSAGEM DE FLORIANÓPOLIS x CHAPECÓ	Un	Reunidas Turismo S.A	155,35	6,30%	165,13
03	PASSAGEM DE XAXIM X BLUMENAU	Un	Reunidas Turismo S.A	159,81	6,30%	169,87
04	PASSAGEM DE BLUMENAU x XAXIM	Un	Reunidas Turismo S.A	164,97	6,30%	175,36
05	PASSAGEM DE XAXIM x JOINVILLE	Un	Reunidas Turismo S.A	193,50	6,30%	205,69
06	PASSAGEM DE JOINVILLE x XAXIM	Un	Reunidas Turismo S.A	195,50	6,30%	207,81

Os demais termos da Ata de Registro de Preços nº 30/2018 continuam inalterados e em pleno vigor.

Cordilheira Alta/SC, 19 de agosto de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

ALMIR VALANDRO
Gestor do FMS

REUNIDAS TURISMO S.A
Pela Contratada: Vinicius Marins

TESTEMUNHAS:

Adriana de Cezaro Moresco
CPF: 004.723.779-14

Patricia Strada Machado
CPF: 083.745.419-03

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC
www.pmcordi.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 109/2019 CONCORRÊNCIA 03/2019

Publicação Nº 2128522

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 109/2019

Concorrência n. 03/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE EXTENSÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO NAS RODOVIAS EMCA-020 E EMCA-211, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 23/09/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 23/09/2019.

O Edital contendo as especificações e condições de participação poderá ser retirado no local onde será realizado a licitação, no Centro Administrativo Municipal, junto à Divisão de Licitações, e/ou pelo site: www.pmcordi.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone nº (49) 335891000.

Cordilheira Alta - SC, 19 de agosto de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADM 51/2019

Publicação Nº 2128609

Extrato DO CONTRATO ADM N. 51/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº 90/2019

PREGÃO PRESENCIAL 39/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: MAIKEL EDUARDO REDANTE SOM ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de iluminação, de palco, de linóleo, de cortinado, de cadeiras de pvc e de captação de imagens e fotos, para o espetáculo de dança de Cordilheira Alta que ocorrerá na data de 12/12/2019.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2019, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução do objeto, a CONTRATANTE pagará a CONTRADADA o valor total de R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão a cargo do Projeto/Atividade n. 2.066, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Marcio Jorge de Azevedo

Cordilheira Alta/SC, 19/08/2019.

EXTRATO CONTRATO ADM 52/2019

Publicação Nº 2128613

Extrato DO CONTRATO ADM N. 52/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº 90/2019

PREGÃO PRESENCIAL 39/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: CHAPECÓ TENDAS LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de iluminação, de palco, de linóleo, de cortinado, de cadeiras de pvc e de captação de imagens e fotos, para o espetáculo de dança de Cordilheira Alta que ocorrerá na data de 12/12/2019.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2019, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução do objeto, a CONTRATANTE pagará a CONTRADADA o valor total de R\$ 8.690,00 (oito mil seiscentos e noventa reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão a cargo do Projeto/Atividade n. 2.066, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e William Francisco Donzelli Ozecoski

Cordilheira Alta/SC, 19/08/2019.

EXTRATO CONTRATO ADM 53/2019

Publicação N° 2128614

Extrato DO CONTRATO ADM N. 53/2019

PROCESSO LICITATORIO N° 90/2019

PREGÃO PRESENCIAL 39/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: VALDECIR ANTONIO GASPARINI 65940784968

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de iluminação, de palco, de linóleo, de cortinado, de cadeiras de pvc e de captação de imagens e fotos, para o espetáculo de dança de Cordilheira Alta que ocorrerá na data de 12/12/2019.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2019, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução do objeto, a CONTRATANTE pagará a CONTRADADA o valor total de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão a cargo do Projeto/Atividade n. 2.066, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Valdecir Antonio Gasparini
Cordilheira Alta/SC, 19/08/2019.

Coronel Martins

PREFEITURA

ESCLARECIMENTO AS REGRAS DO EDITAL 001/2019/CMDCA

Publicação N° 2128490

ESCLARECIMENTO AS REGRAS DO EDITAL 001/2019/CMDCA

Quanto ao item 5 DOS IMPEDIMENTO PARA EXERCER O MANDATO:

1. Será considerado para exercício do mandato previsto no Edital 001/2019/CMDCA referente aos parentescos que são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, o candidato que obtiver maior número de votos.
2. Com relação aos impedimentos para exercício do mandato previsto no item 5.1 do Edital 001/2019/CMDCA, considerar-se-á para todos os fins legais, parentescos consanguíneos de linha reta (ascendentes e descendentes) e colaterais, bem como por afinidade até o terceiro grau.

Coronel Martins/SC, 19 de agosto de 2019.
Francisco Marcos Geremia
Presidente da Comissão Eleitoral

PORTARIA N° 109/2019

Publicação N° 2128381

PORTARIA N°. 109 DE 19 DE AGOSTO DE 2019
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:
01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 21 de Agosto de 2019 á 19 de Setembro de 2019.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Vinissius Belatto	Motorista	09/07/2018 á 08/07/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 19 de Agosto de 2019
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 46/2019

Publicação N° 2127769

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 046/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando eventuais e futuras AQUISIÇÕES DE UNIFORMES DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL), os quais deverão ser de ÓTIMA QUALIDADE, conforme especificações do edital. Os envelopes da documentação e da

proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 03 de setembro de 2019, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.coronelmartins.sc.gov.br, ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta-feira.

Coronel Martins - SC, 19 de agosto de 2019.

Kaue Paulo Schuster
Pregoeiro

TERMO ADITIVO N. 24/2019

Publicação Nº 2128078

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E CLINICA MÉDICA VIANA LTDA-ME.

MÊS/ANO: /2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 028/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/05/2019

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 028/2018, firmado em 22 de maio de 2018, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até por 60 (sessenta) dias o presente termo aditivo, até dia 22 de julho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 24.563.973.0001-05

CONTRATADA: CLINICA MÉDICA VIANA LTDA-ME

TERMO ADITIVO N. 25/2019

Publicação Nº 2128081

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 019/2018 AO CONTRATO 032/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E JORNAL DO POVO LTDA – ME.

MÊS/ANO: MAIO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 032/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/05/2019

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 032/2017, firmado em 03 de junho de 2020, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 03 de junho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE DE VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços fica reajustado em 4.78 % (quatro vírgula setenta e oito por cento), a partir do dia 30 de maio de 2019, o equivalente ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, passando de R\$ 712,32 (setecentos e doze reais e trinta e dois centavos) mensais, para R\$ 746.37 (setecentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 80.076.326/0001-31

CONTRATADA: JORNAL DO POVO LTDA – ME

TERMO ADITIVO N. 26/2019

Publicação Nº 2128084

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 033/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E FELIPE ALÍPIO E CIA LTDA – ME.

MÊS/ANO: MAIO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 033/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/05/2019

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 033/2017, firmado em 01 de Junho de 2017, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 03 de junho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE DE VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços fica reajustado em 4.78 % (quatro vírgula setenta e oito por cento), a partir do dia 30 de maio de 2019, o equivalente ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, passando de R\$ 712,32 (setecentos e doze reais e trinta e dois centavos) mensais, para R\$ 746.37 (setecentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 10.559.064/0001-27

CONTRATADA: FELIPE ALÍPIO E CIA LTDA – ME

TERMO ADITIVO N. 27/2019

Publicação Nº 2128087

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E VALGOI & KOFF ADVOGADOS ASSOCIADOS.

MÊS/ANO: JUNHO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 043/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2019

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 043/2017, firmado em 03 de Junho de 2017, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 03 de julho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 20.482.650/0001-28

CONTRATADA: VALGOI & KOFF ADVOGADOS ASSOCIADOS

TERMO ADITIVO N. 28/2019

Publicação Nº 2128091

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E THOMAS JEFFERSON A N DALLANORA - ME.

MÊS/ANO: JUNHO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 025/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2019

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 025/2018, firmado em 02 de Maio de 2018, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE DE VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços fica reajustado em 4.78 (quatro vírgula setenta e oito por cento), a partir do dia 03 de junho de 2019, o equivalente ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, passando R\$ 1.700,00 (um

mil e setecentos reais), mensais, para R\$ 1.781,26 (um mil setecentos e oitenta e um reais com vinte e seis centavos) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 27.821.076/0001-34

CONTRATADA: THOMAS JEFFERSON A N DALLANORA - ME

TERMO ADITIVO N. 29/2019

Publicação Nº 2128095

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E RENATO SIMÃO GONÇALVES.

MÊS/ANO: JUNHO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 021/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/06/2019

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 021/2019, firmado em 12 de abril de 2019, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 15 de julho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 1 CPF: 075.164.739-01

CONTRATADA: RENATO SIMÃO GONÇALVES

TERMO ADITIVO N. 30/2019

Publicação Nº 2128098

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E JOSEMAR GUIMARÃES-ME.

MÊS/ANO: JUNHO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 055/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/06/2019

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 055/2018, firmado em 27 de Dezembro de 2018, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de julho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 13.642.005/0001-60

CONTRATADA: JOSEMAR GUIMARÃES – ME

TERMO ADITIVO N. 31/2019

Publicação Nº 2128099

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E JOSEMAR GUIMARÃES-ME.

MÊS/ANO: JULHO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 003/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/07/2019

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 003/2019, firmado em 09 de Janeiro de 2019, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 07 de janeiro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 13.642.005/0001-60

CONTRATADA: JOSEMAR GUIMARÃES – ME

TERMO ADITIVO N. 32/2019

Publicação N° 2128102

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E CLÍNICA MÉDICA VIANA LTDA– ME.

MÊS/ANO: JULHO/2019. NÚMERO DO CONTRATO N° 028/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/07/2019

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 028/2018, firmado em 22 de Maio de 2018, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 22 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 24.563.973.0001-05

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA VIANA LTDA– ME

TERMO ADITIVO N. 33/2019

Publicação N° 2128104

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 036/2018 CELEBRADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E BETHA SISTEMAS
LTDA.**

MÊS/ANO: JULHO/2019. NÚMERO DO CONTRATO N° 036/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/07/2019

Celebram o **SEGUNDO TERMO ADITIVO** ao Contrato n° 036/2018, firmado em 31 de Julho de 2019, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O preço do Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, e demais serviços previstos no Processo Licitatório n° 062/2018, Pregão Presencial 035/2018, objeto do contrato 036/2018, firmado em 31 de julho de 2019, ficam reequilibrados de conformidade com o que segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR	REAJUSTE (%)	PREÇO ANTIGO	PREÇO REAJUSTADO
1	ALUG. SIST. ALMOXARIFADO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 187,00	R\$ 193,19
2	ALUG. SIST. CIDADÃO WEB TRIBUTOS	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 351,00	R\$ 362,62
3	ALUG. SIST. COMPRAS E LICITAÇÕES	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 680,00	R\$ 702,51
4	ALUG. SIST. CONTABILIDADE PÚBLICA	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 980,00	R\$ 1.012,44
5	ALUG. SIST. CONTROLE DE FROTAS	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 187,00	R\$ 193,19
6	ALUG. SIST. EDUCAÇÃO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 234,00	R\$ 241,75
7	ALUG. SIST. eSOCIAL	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 411,00	R\$ 424,60
	ALUG. SIST. FLY	BETHA	3,31% (três	R\$ 223,00	R\$ 230,38

8	TRANSPARÊNCIA	SISTEMAS LTDA	vírgula trinta e um por cento)		
9	ALUG SIST. FOLHA DE PAGAMENTO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 690,00	R\$ 712,84
10	ALUG. SIST. PATRIMÔNIO PÚBLICO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 280,00	R\$ 289,27
11	ALUG. SIST. PLANEJAMENTO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 300,00	R\$ 309,93
12	ALUG. SIST. PROFESSORES	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 150,00	R\$ 154,97
13	ALUG. SIST. RH	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 390,00	R\$ 402,91
14	ALUG. SIST. TRIBUTAÇÃO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 750,00	R\$ 774,83
15	HORAS TÉCNICAS IMPLANTAÇÃO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 11.806,23	R\$ 12.197,02
16	HORAS TÉCNICAS SUPORTE	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 80,00	R\$ 82,65
17	DESLOCAMENTO	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 0,80	R\$ 0,83
18	ESTADIA	BETHA SISTEMAS LTDA	3,31% (três vírgula trinta e um por cento)	R\$ 151,00	R\$ 156,00

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE DE VALOR

Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice INP-C acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecidos.

CLAÚSULA TERCEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de julho de 2020.

CLAÚSULA QUARTA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2

CNPJ: 00.456.865/0007-52

CONTRATADA: **BETHA SISTEMA LTDA**

TERMO ADITIVO N. 34/2019

Publicação Nº 2128105

PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E REUNIDAS TRANSPORTE S/A.

MÊS/ANO: AGOSTO/2019. NÚMERO DO CONTRATO Nº 03/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2019

Celebram o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** a Ata de Registro de Preços nº 03/2019, firmado em 18 de Fevereiro de 2019, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os preços unitários das Passagens, o Processo Licitatório nº 012/2019, Pregão Presencial 07/2019, objeto da Ata de Registro de Preços nº 03/2019, firmada em de 18 de fevereiro de 2019, ficam reequilibrados de conformidade com o que segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR	REAJUSTE (%)	PREÇO UNITÁRIO ANTIGO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO
1	PASSAGEM XANXERÊ X BLUMENAU	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 151,33	R\$ 161,01
2	PASSAGEM BLUMENAU X XANXERÊ	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 156,45	R\$ 166,32
3	PASSAGEM XANXERÊ X JARAGUA DO SUL	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 173,90	R\$ 185,05
4	PASSAGEM JARAGUA DO SUL X XANXERÊ	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 175,86	R\$ 187,01
5	PASSAGEM XANXERÊ X CRICIUMA	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 212,41	R\$ 225,97
6	PASSAGEM CRICIUMA X XANXERE	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 214,86	R\$ 228,42
	PASSAGEM SÃO	REUNIDAS	6,6% (seis	R\$ 151,64	R\$ 161,29

7	DOMINGOS X FLORIANÓPOLIS	TRANSPORTE S.A.	vírgula seis por cento)		
8	PASSAGEM FLORIANÓPOLIS X SÃO DOMINGOS	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 155,49	R\$ 165,14
9	PASSAGEM XANXERÊ X FLORIANÓPOLIS	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 150,18	R\$ 159,76
10	PASSAGEM FLORIANÓPOLIS X XANXERÊ	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 153,99	R\$ 163,57
11	PASSAGEM XANXERÊ X BALNEÁRIO CAMBURIÚ	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 170,75	R\$ 181,69
12	PASSAGEM BALNEÁRIO CAMBURIÚ X XANXERÊ	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 172,03	R\$ 188,20
13	PASSAGEM XANXERÊ X JOINVILE	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 185,04	R\$ 196,89
14	PASSAGEM JOINVILE X XANXERÊ	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 187,00	R\$ 198,05
15	PASSAGEM SÃO DOMINGOS X JOAÇABA	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 54,83	R\$ 58,28
16	PASSAGEM JOAÇABA X SÃO DOMINGOS	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 57,59	R\$ 61,04
17	PASSAGEM SÃO DOMINGOS X CAMPOS NOVOS	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 71,63	R\$ 76,17
18	PASSAGEM CAMPOS NOVOS X SÃO DOMINGOS	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 71,95	R\$ 76,49
19	PASSAGEM SÃO DOMINGOS X LAGES	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 115,96	R\$ 123,35
20	PASSAGEM LAGES X SÃO DOMINGOS	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 119,66	R\$ 127,05
21	PASSAGEM XANXERÊ X CAÇADOR	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vírgula seis por cento)	R\$ 80,18	R\$ 85,28

22	PASSAGEM CAÇADOR X XANXERÊ	REUNIDAS TRANSPORTE S.A.	6,6% (seis vígula seis por cento)	R\$ 80,16	R\$ 85,26
----	----------------------------------	--------------------------------	---	-----------	-----------

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado até 18 de fevereiro de 2020, o prazo de vigência da Ata Registro de Preços nº 03/2019, em função da existência de saldo do objeto previsto na mencionada ata.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 04.176.082/0001-80

CONTRATADA: REUNIDAS TRANSPORTE S/A

Correia Pinto

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 007/2019 - CEE

Publicação Nº 2128843



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

RESOLUÇÃO n. 07/2019/CEE/CMDCA

Publica resultado FINAL da prova, número do candidato para urna eletrônica e complementa regras para a campanha eleitoral.

O Presidente da **Comissão Especial Eleitoral – CEE**, do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar de Correia Pinto, e Coordenador do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**, no uso de suas atribuições legais, dadas através do Edital nº 02, 03 e 04 de 2019/CMDCA e pela Resolução nº 30/2019/CMDCA CONSIDERANDO:

Que foi publicada a resolução nº 06/2019/CEE que divulgou o resultado da prova realizada no dia 28 (vinte e oito) de julho de 2019, de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deveria obter a nota mínima igual ou superior a 6,0 (seis), em horário e local a ser divulgado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Que a resolução no prazo estabelecido pelo Edital regulamentou as formalidades para apresentação de recursos em relação à prova;

Que não foram apresentados recursos na forma do disposto no item 8.18 do Edital e na resolução nº 06/2019/CEE no período de 13 (treze) e 14 (quatorze) de agosto de 2019;

Que está previsto no calendário descrito no item 13.1 para esta data a publicação do resultado final da prova;

Que o item 9.3 do Edital prevê: “9.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados”;

Que na forma do disposto no item 8.20 prevê que a CEE será encarregada de distribuir o número de inscrição distribuído por ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos: “8.20 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.”;

Que atendendo as ORIENTAÇÕES SOBRE O ARQUIVO DE CANDIDATOS E RESPECTIVOS NÚMEROS expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, especialmente no que diz respeito aos impedimentos de vinculação de candidaturas a números de partidos políticos constante na página da internet <http://www.tre->



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

sc.jus.br/eleicoes/arquivos_eleicoes/eleicoes-na-comunidade/2019/conselhos-tutelares/regras-para-numeros-de-candidatos;

Que o item 9 do Edital que trata da propaganda eleitoral precisa de complementação especialmente a respeito de regras de propaganda nas mídias digitais;

Vem tornar público a presente resolução, conforme segue:

Art. 1º - Fica na forma do quadro abaixo, publicado o resultado final da prova realizada no dia 28 de julho de 2019.

RESULTADO FINAL - PROVAS OBJETIVAS - CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIROS TUTELARES

Nº INSCRIÇÃO	NOMES	Nº ACERTOS CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	Nº ACERTOS INFORMÁTICA	NOTA	SITUAÇÃO
10	ROSIMERE DA SILVA MADRUGA MARTINS	27	03	7,50	APROVADA
14	ARLETE DA SILVA VIGO	21	06	6,75	APROVADA
19	VERA LÚCIA ANDRADE DA SILVA	25	08	8,25	APROVADA
20	ANGELITA APARECIDA MORAES DA SILVA	17	03	5,00	REPROVADA
21	LAIS MORAES MESQUITA DE LIMA	23	03	6,50	APROVADA
22	RAQUEL DE CAMPOS PIOLA DE FREITAS	19	05	6,00	APROVADA
23	ELBA CAMARGO DE ANDRADE	14	04	4,50	REPROVADA
24	SILVANIA MUNIZ DA SILVA	22	07	7,25	APROVADA
25	FABIO JUNIOR FERREIRA	19	02	5,25	REPROVADO
26	MARA REGINA SOUZA NETO	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
27	ANGELITA DE FÁTIMA TAVARES	20	04	6,00	APROVADA
28	SUZAMARA COUTO LOURENÇO	23	04	6,75	APROVADA
29	LEZI APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS SILVA	16	05	5,25	REPROVADA
30	CLEIMARA DA SILVA LAMEGO	20	04	6,00	APROVADA
31	BEATRIZ DE JESUS ANTUNES	22	05	6,75	APROVADA
32	ANDRÉ LUIZ SOUZA RODRIGUES	18	05	5,75	REPROVADO
33	DAIANE APARECIDA DA SILVA PAES	23	05	7,00	APROVADA
34	RENATA MACHADO DE SOUZA	22	04	6,50	APROVADA
35	MARI DE LURDES VEADRIGO	17	06	5,75	REPROVADA



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

Art. 2º - Vencidas as etapas de habilitação (documentação e prova), fica na forma do quadro abaixo, publicado a **RELAÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS** ao pleito eleitoral destinado a escolha de Conselheiros Tutelares de Correia Pinto e seus respectivos números de inscrição distribuído por ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos:

Número do Candidato para Urna Eletrônica	NOME	SITUAÇÃO
241	ANGELITA DE FÁTIMA TAVARES	HABILITADO
246	ARLETE DA SILVA VIGO	HABILITADO
247	BEATRIZ DE JESUS ANTUNES	HABILITADO
248	CLEIMARA DA SILVA LAMEGO	HABILITADO
249	DAIANE APARECIDA DA SILVA PAES	HABILITADO
261	LAIS MORAES MESQUITA DE LIMA	HABILITADO
263	RAQUEL DE CAMPOS PIOLA DE FREITAS	HABILITADO
264	RENATA MACHADO DE SOUZA	HABILITADO
268	ROSIMERE DA SILVA MADRUGA MARTINS	HABILITADO
269	SILVANIA MUNIZ DA SILVA	HABILITADO
324	SUZAMARA COUTO LOURENÇO	HABILITADO
326	VERA LÚCIA ANDRADE DA SILVA	HABILITADO

Art. 3º - Fica RATIFICADA as regras constantes no Edital relacionadas a propaganda eleitoral que deverão ser respeitadas acrescidas das seguintes normas:

§1º - A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*, limitado ao tamanho de 10,0cm x 7,0cm.

§2º - É permitida a criação de página do candidato em redes sociais, sendo permitida a utilização de perfil pessoal para a divulgação da propaganda eleitoral, ficando vedado o impulsionamento / compartilhamento pago de propaganda em redes sociais, sites, ou outras ferramentas digitais.

§3º - O candidato deverá comunicar à Comissão Especial Eleitoral por meio de ofício para efeitos de fiscalização, no prazo de 48 horas da criação de perfil ou página em rede social do candidato o endereço na rede mundial de computadores.

§4º - É permitido a utilização das redes sociais de compartilhamento de mensagens, imagens, vídeos e áudios e e.mail, com pedido de votos aos eleitores, sendo vedado o impulsionamento / compartilhamento pago de propaganda.

§5º - É vedado a publicação de propaganda eleitoral por candidato em jornal impresso, exceto se a publicação for de responsabilidade do CMDCA que respeitará a ordem alfabética na disposição dos nomes, números e imagens dos candidatos.

§6º - É obrigatório contar em TODOS os materiais de propaganda eleitoral as seguintes informações:

- I - "Eleição realizada sob a responsabilidade do CMDCA";
- II - Data da Eleição: 06.10.2019 (domingo);



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

III - Horário de Votação: das 8 às 17 horas;

IV - Local de Votação: E.E.B. Nossa Senhora dos Prazeres (Centro);

V- O voto é facultativo à todos os eleitores de Correia Pinto;

VI - Para votar o eleitor deverá apresentar: Título de Eleitor e Documento Oficial com Foto.

§7º - Os candidatos deverão manter arquivo de todo o material utilizado na campanha, a fim de deixar à disposição da Comissão Especial Eleitoral, pelo período de 1 (um) ano após a eleição.

§8º - A propaganda eleitoral inicia-se no dia 19.08.2019 e encerra-se no dia 05.10.2019.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Correia Pinto, 19 de agosto de 2019.

Eder Mesquita
Presidente da CEE

Cunha Porã

PREFEITURA

LEI Nº 2823, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2127823

LEI Nº 2.823, de 19 de agosto de 2019.

“DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) NA FORMA DA LEI FEDERAL N. 13.465/2017 SOBRE BEM PÚBLICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei autoriza o Município a promover a Regularização Fundiária Urbana na modalidade de Interesse Social - REURB-S, instituído pela Lei Federal n. 13.465/2017, disciplinada pelo Decreto Federal nº 9.310/2018, no âmbito do Município de Cunha Porã.

Art. 2º. A REURB-S Regularização Fundiária de Interesse Social será implementada e executada pelo Município.

Art. 3º. Fica o Município autorizado a regularizar através de desmembramento o núcleo urbano existente no Bairro Jardim referente aos imóveis objeto das matrículas nº 7.444 e 7.445, emitindo a CRF – Certidão de Regularidade Fundiária.

Parágrafo único. A regularização a que se refere o caput desse artigo será orientado pelo Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 4º. Para fins da presente lei adotam-se os seguintes conceitos:

I - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

II - Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado pelo Município, através da legitimação fundiária, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal comprovadamente existente em 22 de dezembro de 2016, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

III - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

IV - ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas em núcleos urbanos informais;

V - REURB de Interesse Social (REURB-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal observando o Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 5º. O procedimento administrativo para a REURB-S, dar-se-á na forma disposta na Lei Federal n. 13.465/2017 e Decreto Federal 9.310/2018.

Parágrafo único. Os critérios para legitimação de posse serão definidos por Decreto do Poder executivo.

Art. 6º. Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

I - sistema de abastecimento de água potável coletivo com rede que atenda individualmente cada imóvel (lote);

II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário individual;

III - rede de energia elétrica domiciliar;

IV - soluções de drenagem, quando necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de agosto de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 413, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128018

PORTARIANº 413, de 19 de Agosto de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL CARLITOS PARISOTTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 19 de Agosto de 2019 a 17 de Setembro de 2019 ao servidor Municipal CARLITOS PARISOTTO, OPERADOR DE MAQUINAS matricula nº 2577 referente ao período aquisitivo de 03.06.2018 a 03.06.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 19 de Agosto de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Cunhataí

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2019

Publicação Nº 2128628

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí/SC, através do seu Prefeito Municipal em Exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo nº 50/2019.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 34/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS SOLICITANTES.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 30/08/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/08/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone nº (49) 3338-0010.

Cunhataí/SC, em 19 de agosto de 2019.

DIRCEU HOSS

Prefeito Municipal Cunhataí em Exercício.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.180/2019

Publicação Nº 2128868

DECRETO Nº 5.180/2019

LIBERA GARANTIA DE EXECUÇÃO – CAUÇÃO – DE LOTES DO LOTEAMENTO BOA VISTA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma do que determina o §1º do art. 3º do Decreto n. 4.920/2017

DECRETA

Art. 1º. Fica liberada a caução com garantia hipotecária incidente sobre os Lotes 02, 07 -08 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 – 20 e 21 da quadra 02 do Loteamento Boa Vista e objeto da Matrícula n. 24.585 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, na forma do § 1º do art. 3º do Decreto n. 4.920/2017 em razão da conclusão das obras de infraestrutura do loteamento, tudo conforme parecer técnico em anexo.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 31 de julho de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de julho do ano dois mil e dezenove na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

DECRETO Nº 5.181/2019

Publicação Nº 2128871

DECRETO Nº 5.181/2019

REGULAMENTA A LEI Nº 6.167/2019 DE 19 DE JULHO DE 2019 QUE AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E A DOAÇÃO A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos na forma da Lei n. 6.167/2019

DECRETA

Art. 1º. Fica promovida a baixa do patrimônio do Município os bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação foram considerados inservíveis conforme listagem anexa à Lei n. 6.167/2019.

Art. 2º. O Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Administração e Finanças realizará, de ofício ou por meio de provocação de órgãos ou de entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional, o chamamento público, com o objetivo de incentivar doações dos bens patrimoniais inservíveis destacados no anexo da Lei n. 6.167/2019.

Art. 2º. Os bens constantes do anexo à Lei n. 6.167/2019 serão doados a entidades, associações ou organizações sociais que manifestarem seu interesse e atenderem às condições prevista no Edital de Credenciamento.

Parágrafo Único: A doação será feita por lotes conforme constante do Anexo I da Lei n. 6.167/2019 e a entidade poderá manifestar interesse em um ou mais lotes, sendo vedada a solicitação de bens individualmente.

Art. 3º As doações de bens móveis e de serviços de que trata este Decreto serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- a) I - chamamento público para doação de bens móveis e serviços; ou
- b) II - manifestação de interesse para doação de bens móveis e serviços.

Art. 4º São as fases do chamamento público:

- I - a abertura, por meio de publicação de edital;
- II - a apresentação de requerimento de interesse na doação de bens móveis; e
- III - a avaliação e a seleção dos requerimentos.

Art. 5º O edital do chamamento público conterá, no mínimo:

- I - a data e a forma de recebimento dos requerimentos;
- II - os requisitos para a apresentação dos requerimentos de interesse de doação, incluídas as informações de que trata este decreto;
- III - as condições de participação das pessoas jurídicas;
- IV - as datas e os critérios de seleção e de julgamento das propostas de doação;
- V - os critérios e as condições de recebimento das doações de bens móveis ou de serviços;
- VI - a minuta de termo de doação ou de termo de adesão;
- VII - a relação dos bens móveis e dos serviços, com a indicação dos órgãos ou das entidades interessados, quando for o caso.

Art. 6º. O edital de chamamento público será divulgado no sítio eletrônico do Município de Curitibanos facultada a sua divulgação no sítio eletrônico do órgão ou da entidade interessada no recebimento das doações.

Parágrafo único. O edital de chamamento público será publicado, com a antecedência de 30 (trinta) dias corridos contados da data

designada para recebimento dos requerimentos, no site do município.

Art. 7º. A pessoa física ou pessoa jurídica poderá se habilitar no chamamento público, por lotes, desde que observe as normas estabelecidas no edital e apresente os documentos exigidos.

Art. 8º. Compete ao setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Administração e Finanças:

I – Elaborar e publicar o edital de chamamento;

II - receber os documentos de inscrição, analisar sua compatibilidade com o estabelecido no edital de chamamento público e deferir ou não a inscrição; e

III - receber, avaliar e escolher, de acordo com os critérios estabelecidos no edital de chamamento público, as propostas mais adequadas aos interesses da administração pública.

Art. 9º Na hipótese de haver mais de uma proposta com equivalência de especificações que atendam ao edital de chamamento público, a escolha se dará por análise de pontuação, conforme segue:

I – Antiguidade:

a) Entidade em funcionamento por mais de cinco anos = 10 pontos

b) Entidades em funcionamento no período de três a cinco anos = 05 pontos

c) Entidades em funcionamento por prazo inferior a três anos = 03 pontos

II – Entidade filantrópica com certificado emitido = 10 pontos

II – Entidade declarada de utilidade pública por lei municipal = 05 pontos

Parágrafo Único: Persistindo o empate, a escolha se dará por meio de sorteio.

Art. 10. A homologação do resultado do chamamento público será publicada no site eletrônico do Município de Curitiba e no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 11. Os editais de chamamento público estão sujeitos à impugnação por qualquer pessoa, física ou jurídica, no prazo de até três dias anteriores a data designada para recebimento dos requerimentos de interesse.

Parágrafo Único Não serão conhecidas as impugnações que não apresentarem fundamentos de fato e de direito que obstem o recebimento em doação do bem móvel ou do serviço.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.182/2019

Publicação Nº 2128935

DECRETO Nº 5.182/2019

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – CMT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e conforme determina a Lei nº 4.564/2010 com as alterações da Lei nº 5.890/2017 DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Trânsito nomeados pelo Decreto n. 5.156/2019 quanto ao representante da Guarnição Especial de Polícia Militar, que passa a ser composta conforme abaixo:

Guarnição Especial da Polícia Militar

- 1º Ten. PM Rafael Stadlober Pedrosa - titular

- Cb PM João Antonio Busck - suplente

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos sete dias do mês de agosto do ano dois mil e dezenove na portaria da Prefeitura Municipal.

Hercilio Beppler

Secretário Municipal Transportes e Obras

DECRETO Nº 5.183/2019

Publicação Nº 2128937

DECRETO Nº 5.183/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

D e c r e t a

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma da Lei nº 6.080/2019, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1004 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ADMIN. MUNIC.

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor de superávit financeiro consolidado da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de agosto de 2019

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.184/2019

Publicação Nº 2128938

DECRETO Nº 5.184/2019

RE-RATIFICA TERMOS DO DECRETO Nº 5.108/2019 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019 QUE INSTAURA PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-s) PARA A QUADRA Nº 19 DO BAIRRO UNIVERSITÁRIO, NESTE MUNICÍPIO.

José Antonio Guidi, Prefeito do Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 79, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, DECRETA:

Art. 1º Fica RETIFICADO o QUARTO CONSIDERANDO do Decreto nº 5.108/2019 para ALTERAR a área total da QUADRA nº 19, passando a constar a seguinte redação:

“CONSIDERANDO que o processo visa a regularização da QUADRA nº 19 no Bairro Universitário, COM ÁREA TOTAL de 1.441,88m², composta por 04 (quatro) lotes, sendo 03 (três) em regularização PARTE DA MATRÍCULA MÃE nº 14.210”

Art. 2º - Fica RETIFICADO o artigo 1º do Decreto nº 5.108/2019 que passa a constar a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 13.465/2017, INSTAURADO o processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-s) do NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO (art. 11, III da Lei Federal nº 13.465/2017) da QUADRA nº 19 no Bairro Universitário, COM ÁREA TOTAL de 1.441,88m², composta por 04 (quatro) lotes, sendo 03 (três) em regularização PARTE DA MATRÍCULA MÃE nº 14.210 com fundamento nos artigos 13, Inciso I e art. 32 da Lei Federal nº 13.465/2017.”

Art. 3º - Ficam RATIFICADOS os demais termos do Decreto nº 5.108/2019.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/SC, 13 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria e no mural da Prefeitura

Municipal.

Ângelo Sclaro

Secretário Municipal de Habitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2019

Publicação Nº 2128268

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2019

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE TOLDO PARA USO NO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/08/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 30/08/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitiba.gov.br.

Curitiba, 16 de Agosto de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

Publicação Nº 2128465

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba e a empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI de Curitiba, com o valor total de R\$ 5.983,56 (cinco mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES COM CERTIFICAÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INSCRITOS NO CADÚNICO, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XIII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 16 de agosto de 2019.

Diego Sebern Wordell Paulo Augusto Costa Granemann Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva Cristiane Jaqueline Pereira Sandri

Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XIII dou como aprovada.

Curitiba, 16 de agosto de 2019

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 16 de agosto de 2019.

Júlio Cesar Coelho de Ávila

Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 155/2019

Publicação Nº 2129004

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 155/2019

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a empresa ZENAIDE KINNER EIRELI, com o valor de R\$ 265.360,20 (Duzentos e sessenta e cinco mil trezentos e sessenta reais e vinte centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – “Nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 19 de agosto de 2019.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva

Membro Membro

Cristiane Pereira Sandri Paulo Augusto da Costa Granemann

Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitiba, 19 de agosto de 2019.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 19 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 215/2019

Publicação Nº 2128940

LEI COMPLEMENTAR Nº 215/2019

cria e extingue cargo, na estrutura administrativa do Município na forma que especifica.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica criada na estrutura administrativa do Município de Curitiba, junto aos anexos da Lei Complementar n. 023/2002 a vaga abaixo correspondente a cargo público, em caráter efetivo, provido por concurso público e sob o regime estatutário:

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
01	Agente de trânsito	030337	R\$ 2.386,66

Art. 2º. Ficam extintas as vagas abaixo relacionadas do cargo público de provimento efetivo alterando os anexos da Lei Complementar n. 023/2002 e Lei Complementar n. 108/2013:

Quantidade/ vagas a extinguir	Cargo	Código	Lotação	Vencimentos
02	Pedreiro	030326	Secretaria de transportes e Obras	R\$ 2.386,64

Art. 3º. Com o preenchimento da vaga de agente de trânsito por concurso público, fica extinta uma vaga do cargo de agente de trânsito imediatamente após sua vacância.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 6.170/2019

Publicação Nº 2128941

LEI Nº 6.170/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CURITIBANOS/SC COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio do Fundo Municipal de saúde, autorizado a firmar Termo de Colaboração com REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CURITIBANOS/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.478.021/0001-04, objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento do Projeto constante do Plano de Trabalho, aprovado no Termo de dispensa de Chamamento Público n. 004/2019, de acordo com as normas da Lei n. 13.019/2014.

Art. 2º O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) cujo repasse será efetuado em três parcelas.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.008.2022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS - SAÚDE.

3350000000.00.1002 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 15.000,00

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Yara Aparecida Vilani Padilha
Secretária Municipal de Saúde

LEI Nº 6.173/2019

Publicação Nº 2128944

LEI Nº 6.173/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER VEICULO POR DOAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL E PERMITIR O USO DO BEM PÚBLICO À ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber e incorporar ao Patrimônio Municipal um veículo Micro Onibus Volksbus 8160, chassi 9532M52POLR001469, placas PBR 4542 por doação da União Federal por intermédio do Ministério da Cidadania, conforme termo de doação 315/2019 e Processo nº 71000.062166/2018-03.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a permitir o uso do veículo ora recebido em doação à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001-28, para o transporte de alunos da entidade, por meio da celebração do respectivo termo de permissão, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 3º É vedado à entidade gravar qualquer ônus sobre o veículo cedido, oferecê-lo em garantia de dívida ou obrigação de qualquer espécie.

Art. 4º A associação deverá providenciar a contratação de seguro total contra sinistro, bem como observar as obrigações e responsabilidades contidas no termo de permissão.

Art. 5º. A beneficiária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o veículo, sem prejuízo da finalidade prevista nesta lei, bem como por eventuais multas e danos decorrentes da utilização do veículo, inclusive contra terceiros.

Art. 6º Findas as razões justificadoras da cessação ou extinto o prazo previsto nesta lei, sem prorrogação, o veículo deverá ser restituído ao município.

Art. 7º Caso o veículo cujo uso é permitido, seja utilizado por pessoa não habilitada ou de forma contrária à prevista nesta lei, em desvio de finalidade ou ocorrendo cessação de suas atividades a que se propõe, retornará automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação e indenização.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL

Termo de Permissão de Uso que entre si celebram o Município de Curitiba e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001-28

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.754.044/0001-34, sito à Avenida Coronel Vidal Ramos, nº 860, neste ato representado pelo Exmo. Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001-28, doravante denominado PERMISSONÁRIO celebram, de comum acordo, o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 6.173/2019 de 09 de agosto de 2019 e no § 3º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, concede ao PERMISSONÁRIO a utilização, de forma gratuita, de um veículo Micro Onibus Volksbus 8160, chassi 9532M52POLR001469, placas PBR 4542 por doação da União Federal por intermédio do Ministério da Cidadania, conforme termo de doação 315/2019 e Processo nº 71000.062166/2018-03.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo da presente permissão de uso será de 10 (dez) anos, iniciando-se na data de assinatura do presente termo, podendo ser renovada pelo mesmo período se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique.

§1º Poderá o veículo retornar à posse do Município de Curitiba, antes do prazo previsto nesta cláusula, mediante notificação prévia de 30 dias.

§2º Findo o prazo da presente permissão e se o mesmo não tiver sido expressamente renovado, o PERMISSONÁRIO se obriga a devolver o veículo ao Município sem direito a reembolso de quaisquer despesas que haja tido.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES

3.1. São obrigações do Permissonário:

- utilizar o veículo unicamente para a finalidade de transporte de seus alunos, não podendo ser utilizado em outras diversas e que estejam em consonância com os princípios da administração pública;
- zelar pela integridade do bem, realizando sua manutenção periódica e corretiva do veículo e equipamentos, assumindo os custos advindos deste procedimento;
- adimplir eventuais taxas, tributos e multas por eventuais infrações;
- responsabilizar-se por qualquer dano e/ou sinistro a partir da data do recebimento do veículo independentemente de cobertura de apólice.
- contratação de seguro total contra sinistro, bem como observar as obrigações e responsabilidades contidas no termo de permissão.

CLÁUSULA QUARTA – USO E ATIVIDADE

4.1. A presente permissão destina-se ao uso exclusivo do permissonário, vedada sua utilização, a qualquer título, bem como a sua permissão ou transferência, para pessoa ou entidade estranha a este Termo.

4.2. É vedado o uso do veículo para a realização de serviços não ligados à atividade ou para eventos particulares.

CLÁUSULA QUINTA - SANÇÕES

5.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar a CESSIONÁRIA as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

- advertência;
- multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais)
- suspensão temporária de receber auxílios ou subvenções financeiras nos dois anos seguintes ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo de ressarcimento aos cofres públicos dos danos causados.
- revogação da Permissão de Uso;

5.2. As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do MUNICÍPIO, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Constituem motivos para a revogação da presente permissão de uso:

- o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;
- o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;

- c) o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;
d) a alteração das finalidades institucionais do Permissionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;
e) razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;
f) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da permissão de uso;

6.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

7.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente permissão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

7.2 Do que, para valer e constar celebrou-se o presente Termo de Permissão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitiba (SC), 13 de agosto de 2019

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
--	---

LEI Nº 6.174/2019

Publicação Nº 2128945

LEI Nº 6.174/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores da rua Vitorio Cavalli no Bairro Água Santa no trecho entre as ruas Francisco Dorigatti e Rua Celina Anjos Ortiz, objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos, bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos, dentre os quais, meio fio, pó de pedra, Mão de obra do calceteiro e tubos se necessário para a rede pluvial, devendo ainda os moradores indicar um representante para execução da obra.

Parágrafo Único: A desistência de qualquer morador que tenha firmado o termo de compromisso implicará na rescisão e extinção da parceria firmada.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Hercílio Beppler
Secretário de Transportes e Obras

LEI ORDINÁRIA Nº 6.171/2019

Publicação Nº 2128943

LEI ORDINÁRIA Nº 6.171/2019

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE AVISOS COM O NÚMERO DO DISQUE DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - DISQUE 180, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

Eu, Vereador João Reus de Camargo, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Torna obrigatória a divulgação do serviço Disque Denúncia de Violência Contra a Mulher, o Disque 180, nos seguintes estabelecimentos localizados no Município de Curitiba:

- I - hotéis, motéis, pensões, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;
- II - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;
- III - casas noturnas de qualquer natureza;

IV - clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou promovam eventos com entrada paga;

V - terminais de ônibus e locais de transportes de massa;

VI - salões de beleza, academias de dança, ginástica e atividades correlatas;

VII - postos de serviço de autoatendimento, abastecimento de veículos e demais locais de acesso público;

VIII - prédios comerciais e ocupados por órgãos e serviços públicos.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de que trata esta lei deve ser estendida aos veículos em geral destinados ao transporte público municipal.

Art. 2º Os estabelecimentos especificados nesta lei deverão afixar placas contendo o seguinte teor: "VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DENUNCIE! DISQUE 180".

Parágrafo único. A divulgação do número de telefone do Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher deve se dar por meio de placa informativa, afixada em local de fácil acesso, de forma que permita aos usuários dos estabelecimentos a sua devida visualização.

Art. 3º O descumprimento da obrigação contida nesta lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 5 (cinco) UFMs, a partir da segunda infração, dobrada a cada reincidência.

Art. 4º Os valores arrecadados decorrentes das multas aplicadas em virtude do descumprimento desta lei poderão ser aplicados em programas de prevenção à violência contra a mulher.

Art. 5º Os estabelecimentos especificados no art. 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação, para se adequarem às determinações previstas neste Lei.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de agosto de 2019.

João Reus de Camargo (MDB)

Presidente Câmara Municipal

Descanso

PREFEITURA

LEI 1694/2019, AUTORIZA O MUNICÍPIO DE DESCANSO A ADERIR AO PROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL" CRIADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, FIRMANDO O RESPECTIVO CONTRATO DE PROGRAMA E CONTRATO DE RATEIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2129109

LEI Nº 1694/2019, de 14 de agosto de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE DESCANSO A ADERIR AO PROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL" CRIADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, FIRMANDO O RESPECTIVO CONTRATO DE PROGRAMA E CONTRATO DE RATEIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do município de DESCANSO ao Programa "GESTÃO AMBIENTAL" criado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER mediante a formalização do competente Contrato de Programa e Contrato de Rateio, que são parte integrante desta lei.

Art. 2º. Os pagamentos dos valores constantes do Contrato de Rateio – aporte inicial e 1ª parcela mensal – deverão ser feitos até a data de 10 de setembro de 2019 e as demais parcelas mensais no mesmo dia dos meses subsequentes, inclusive de forma retroativa, se necessário for.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento dos valores pertinentes ao Contrato de Rateio do Programa "Gestão Ambiental" do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER para os exercícios fiscais posteriores a 2019, conforme valores e índices de reajustes estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária do consórcio.

Art. 4º Para atendimento do disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de um Crédito Adicional Especial na LOA 2019, no valor de até R\$ 15.646,40 (quinze mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), o qual será onerado à conta da seguinte dotação:

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade:	10.16	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ.	18.541.0035.2.039	Proteção, Preservação e /ou Recuperação Ambiental
3.1.71.00.00.00.00.0500		Transferências a Consórcios Públicos 3.193,92
3.3.71.00.00.00.00.0500		Transferências a Consórcios Públicos 4.790,88
4.4.71.00.00.00.00.0500		Transferências a Consórcios Públicos 7.661,60
		T O T A L ➔ 15.646,40

Art. 5º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, a redução parcial da dotação orçamentária constante da Lei de Meios vigente a seguir especificada:

Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNIC. DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Unidade:	04.05	DEPARTAMENTO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ.	28.843.0038.0.001	Pagamento Dívida Fundada Interna - DFI
3.2.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (22) 15.646,40

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 14 de agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5960/2019

Publicação Nº 2128374

DECRETO Nº 5960/2019

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 03-C DA QUADRA Nº 69, COM ÁREA DE 2.000,00 M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 03-C da Quadra nº. 69, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 10.025, de propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 03-C da Quadra nº 69, nesta cidade, com área de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 03-C (três - C) da Quadra nº. 69, com área de 1.188,00 m² (um mil cento e oitenta e oito metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 03-C, medindo 40,00 metros;

SUL: Com a Rua Dom Pedro II, medindo 40,00 metros;

LESTE: Com a Avenida Prefeito Adelino Mangini, medindo 29,70 metros;

OESTE: Com Lote Urbano nº 03-D, medindo 29,70 metros.

b) Lote Urbano nº. 03-E (três - E) da Quadra nº. 69, com área de 812,00 m² (oitocentos e doze metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 01, medindo 40,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 03-C, medindo 40,00 metros;

LESTE: Com a Avenida Prefeito Adelino Mangini, medindo 20,30 metros;

OESTE: Com Lote Urbano nº 03-D, medindo 20,30 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto Municipal nº 5820/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE AGOSTO DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA

Secretário Municipal

EDITAL 012 FINAL

Publicação Nº 2128077

**CMDCA**
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**Edital 012/2019**

Dispõe sobre a divulgação do Resultado final da Prova Objetiva realizada pelos candidatos ao processo de escolha unificada dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do Município de Dionísio Cerqueira SC, gestão 2020/2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Municipal nº 1946/1992, alterada pela Lei Municipal nº 4.410/2015, no uso das atribuições que foram conferidas, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), pela Resolução 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art.1º - Fica homologado o Resultado Final, relativo ao o processo de escolha do conselho tutelar, gestão 2020/2023 do município de Dionísio Cerqueira - SC, conforme segue:

CONSELHEIRO TUTELAR					
Nº	Nome Candidato	CT	IB	Total	Resultado
1	Fernanda Da Paz	5,50	2,00	7,50	Classificado
2	Graciela Tosetto Bortoli	6,00	1,50	7,50	Classificado
3	Natalia Da Silva	6,00	1,50	7,50	Classificado
4	Janete Penassol Dos Santos	5,50	2,00	7,50	Classificado
5	Jessica Dos Santos Scher	6,00	1,50	7,50	Classificado
6	Géssica Camila Ortega De Lara	5,50	1,50	7,00	Classificado
7	Anderson Paulo Herkert	5,00	2,00	7,00	Classificado
8	Daniel Henrique Machiavelli	5,00	2,00	7,00	Classificado
9	João Felipe Rodrigues Colman	4,50	2,00	6,50	Classificado
10	Edila Simone Machado	4,50	2,00	6,50	Classificado
11	Geanine Dahmer Schrader	5,50	1,00	6,50	Classificado
12	Ivonete De Camargo Fortes	5,50	1,00	6,50	Classificado
13	Marisangela Aparecida Surdi	3,50	2,50	6,00	Classificado
14	Ivonete Aparecida Ties	5,00	1,00	6,00	Classificado
15	Ana Caroline Haeffliger	5,00	1,00	6,00	Classificado
16	Nelson Mendes Da Silva Andrade	4,50	1,50	6,00	Classificado



CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

17	Jessica Cassiana Da Silva Oliveira	5,00	1,00	6,00	Classificado
18	Marlene Sieg Fischer	4,00	2,00	6,00	Classificado
19	Raul Cezar Galvão	4,00	2,00	6,00	Classificado
20	Jéssica Carolina Bublitz Do Carmo	3,50	2,50	6,00	Classificado
21	Jucara Pinheiro Macedo	4,50	1,00	5,50	Desclassificado
22	Tiago Marcelo Egger	4,00	1,50	5,50	Desclassificado
23	Fernanda Dos Santos Azeredo	4,00	1,50	5,50	Desclassificado
24	Rodrigo Gonçalves De Christo	4,50	1,00	5,50	Desclassificado
25	Serenita Da Silva	3,50	2,00	5,50	Desclassificado
26	Carla Chiele Silva	3,50	2,00	5,50	Desclassificado
27	Marylaine Klein	5,00	0,00	5,00	Desclassificado
28	Jandara Shaiana Schueigerti Abadi	4,00	1,00	5,00	Desclassificado
29	Ricardo De Lima Mangini	2,50	2,50	5,00	Desclassificado
30	Melania Willrich Schefer	4,00	0,50	4,50	Desclassificado
31	Solange Lurdes Gularte Pimentel	3,00	1,00	4,00	Desclassificado
32	Sirlene Terezinha Fumegali Sell	3,50	0,50	4,00	Desclassificado
33	Chrislayne Das Graças Fernandes	3,50	0,50	4,00	Desclassificado
34	Maria Lucia De Christo	2,50	1,00	3,50	Desclassificado
35	Tatiane Batista	2,50	1,00	3,50	Desclassificado
36	Jessica July Ganzer	2,50	1,00	3,50	Desclassificado
37	Ana Claudia De Lara	2,00	1,50	3,50	Desclassificado
38	Marilucia Bento Medina Da Cunha	2,50	0,50	3,00	Desclassificado
39	Lucas Mateus Burin	3,00	0,00	3,00	Desclassificado
40	Matheus Henrique Lemos	1,50	1,50	3,00	Desclassificado
41	Edimilson Portes De Moura Da Silva	Faltante			Desclassificado

Art. 2º - São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 6,00 (seis pontos), no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das questões sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica), conforme disposto no edital.

Art. 3º - Os candidatos classificados estão aptos a concorrer na Eleição Unificada do Conselho Tutelar, dia 06 de outubro de 2019.

Dionísio Cerqueira, SC, 19 de agosto de 2019.

Everaldo Weis Gonçalves
Presidente CMDCA



CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2019

Publicação N° 2128561

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2019

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 9 horas do dia 30 de agosto de 2019, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório objetivando o Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de empresas para prestação de serviços em horas de escavadeiras hidráulicas, rompedor hidráulico e transporte com caminhão caçamba para a manutenção das estradas de rodagem da malha rodoviária municipal e serviços afins, conforme necessidade da Secretaria de Obras e Serviços urbanos deste Município. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 8 às 12 horas e das 13 às 16 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 19 de agosto de 2019.
NERCI BARP
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2019

Publicação Nº 2128187

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2019
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.257.200/0001-40.

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 03.033.589/0001-12.

OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE 240 UNIDADES DE CATETER DE POLIURETANO (SPEEDICATH CATETER URINÁRIO LUBRIFICADO MASCULINO CALIBRE 12) A SER UTILIZADO PELO PACIENTE ARNALDO LEWIN, DIAGNOSTICADO COM BEXIGA NEUROGÊNICA, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 17,30 (dezessete reais e trinta centavos).

VALOR TOTAL: R\$ 4.152,00 (quatro mil, cento e cinquenta e dois reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93.

Doutor Pedrinho/SC, 19 de agosto de 2019.
SIMONI MÉRCIA MESH NONES
Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

DECRETO Nº 037/2019

Publicação Nº 2128503

DECRETO nº 037 de 16 de agosto de 2019.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

SIMONI MERCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Ardelino Herculano Buzzi, CPF nº 076.518.219-04, Salete Maria Buzzi Poffo, CPF nº 690.346.569-34, Alcides Buzzi, CPF nº 382.842.789-87, Zante Aparecida Buzzi, CPF nº 400.188.579-49, Marcio José Buzzi, CPF nº 806.249.109-97, Genita Assunção Buzzi Stolf, CPF nº 508.095.209-15, Dulce Fatima Buzzi, CPF nº 384.453.059-15, Tatiana Aparecida Buzzi, CPF nº 025.317.289-61, contendo uma área de 439.600,00 m² (quatrocentos e trinta e nove mil e seiscentos metros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem de um terreno urbano, localizado na ZU – Zona de Urbanização, conforme Anexo III do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Doutor Pedrinho, com a área de 439.600,00 m² (quatrocentos e trinta e nove mil e seiscentos metros quadrados), situado na localidade de Ribeirão Piave, na esquina formada entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) e o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal), matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob nº 7838, cadastrado nesta Prefeitura sob Cadastro Imobiliário nº 26280 e Inscrição Imobiliária nº 01.02.006.0857. Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto OPP, fazendo frente ao NORTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 453,32 metros até o ponto 1, e segue à direita em linha irregular ainda com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 60,13 metros até o ponto 2; deste segue em linha curva pelo lado direito à LESTE com a distância de 73,32 metros até o ponto 3, segue à direita em linha reta com o azimute de 102°21'25" com a distância de 99,03 metros até o ponto 4 e segue à direita em linha reta com ângulo interno de 100°19'17" e azimute de 182°02'07" confrontando com Joel Rafael Fronza – Matrícula nº 3.278, Lº 2 com a distância de 940,60 metros até o ponto 5; deste segue à direita em linha reta pelos fundos ao SUL com ângulo interno de 43°12'58" e azimute de 318°49'10" confrontando com Laurita Müller Koepsel – Matrícula nº 4.980, Lº 2 com a distância de 514,51 metros até o ponto 6; deste segue à esquerda em linha reta com ângulo interno de 207°09'13" e azimute de 291°41'07" confrontando com Marcos Mazzi – Matrícula nº 5.180, Lº 2 com a distância de 134,52 metros até o ponto 7; deste segue à direita em linha reta com ângulo interno de 157°27'24" e azimute de 314°13'42" confrontando com Marcos Mazzi – Matrícula nº 7.494, Lº 2 com a distância de 281,81 metros até o ponto 8; deste segue à direita em linha irregular pelo lado esquerdo à OESTE com a distância de 343,75 metros até o ponto 9, e segue formando a curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010, com o ângulo central de 91°01'53" e raio de 6,00 metros com a distância de 9,53 metros até o ponto OPP, início da descrição do perímetro com 2.910,52 metros.

Ainda sobre o imóvel encontram-se edificadas: uma casa de madeira, com 150,03 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 – a averbar; uma casa de madeira, com 123,30 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 – a averbar. uma casa mista, com 124,39 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 – a averbar. uma casa de alvenaria, com 95,48 m², de um pavimento, edificada no ano de 1992 – à averbar; uma casa de alvenaria com 105,20 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 - a averbar; uma casa de alvenaria com 40,80 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 - a averbar; uma casa de alvenaria com 84,50 m², de um pavimento, edificada

no ano de 2016 – à averbar; uma casa de alvenaria com 95,20 m², de um pavimento, edificada no ano de 2005 - a averbar; uma casa de alvenaria, um pavimento com 151,00 m², edificada no ano de 1964; um galpão de madeira, um pavimento, sendo um galpão de 9x10, com 90,00 m² edificado no ano de 1964; um galpão de madeira, de um pavimento, de 9x13, com 117,00 m², edificado no ano de 1964.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados sete lotes e restando área remanescente abaixo descritos.

I - Lote nº 01: Imóvel urbano com área de 433,04 m² (quatrocentos e trinta e três metros e quatro decímetros quadrados), na localidade de Ribeirão Piave, na esquina formada entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) e o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto OPP, fazendo frente ao NORTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 22,57 metros até o ponto 1, e segue à direita pelo lado direito à LESTE em linha reta com o azimute de 183°40'42" com a distância de 14,17 metros confrontando com a Área 03 do proprietário até o ponto 2; deste segue à direita pelos fundos ao SUL em linha reta com ângulo interno de 90°35'03" e azimute de 273°40'42" com a distância de 28,48 metros confrontando com a Área 02 do proprietário até o ponto 3; deste segue à direita pelo lado esquerdo à OESTE em linha irregular com a distância de 9,82 metros confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) até o ponto 4; e segue formando a curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010, com o ângulo central de 91°01'53" e raio de 6,00 metros com a distância de 9,53 metros até o ponto OPP, início da descrição do perímetro com 84,57 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa de madeira, com 150,03 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 – a averbar.

II - Lote nº 02: Imóvel urbano com área de 548,82 m² (quatrocentos e trinta e três metros e quatro decímetros quadrados), localizado na localidade de Ribeirão Piave, no lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal), distando pelo lado direito do imóvel em 9,82 metros do início da curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) e lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto 1, fazendo frente ao OESTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) com a distância de 21,09 metros até o ponto 2, e segue à esquerda pelo lado esquerdo ao SUL em linha reta com o azimute de 87°28'25" com a distância de 27,70 metros confrontando com a Área 07 do proprietário até o ponto 3; deste segue à esquerda pelos fundos à LESTE em linha reta com ângulo interno de 96°47'20" e azimute de 4°15'45" com a distância de 18,08 metros confrontando com a Área 03 do proprietário até o ponto 4; e deste segue à esquerda pelo lado direito ao NORTE em linha reta com ângulo interno de 89°24'57" e azimute de 273°40'42" com a distância de 28,48 metros confrontando com a Área 01 do proprietário até o ponto 1, início da descrição do perímetro com 95,35 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa de madeira, com 123,30 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 – a averbar.

III - Lote 03: Imóvel urbano com área de 487,94 m² (quatrocentos e oitenta e sete metros e noventa e quatro decímetros quadrados), na localidade de Ribeirão Piave, no lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave), distando pelo lado esquerdo do imóvel em 22,57 metros do início da curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) e lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto 1, fazendo frente ao NORTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 12,70 metros até o ponto 2, e segue à direita pelo lado direito à LESTE em linha reta com o azimute de 171°58'30" com a distância de 29,77 metros confrontando com a Área 04 do proprietário até o ponto 3; deste segue à direita pelos fundos ao SUL em linha reta com ângulo interno de 84°30'5" e azimute de 267°28'25" com a distância de 19,14 metros confrontando com a Área 07 do proprietário até o ponto 4; deste segue à direita pelo lado esquerdo à OESTE em linha reta com ângulo interno de 83°12'40" e azimute de 4°15'45" com a distância de 32,26 metros, sendo que confronta com a Área 02 do proprietário em 18,08 m e confronta com a Área 01 do proprietário em 14,17 metros até o ponto 1; início da descrição do perímetro com 93,87 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa mista, com 124,39 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 – a averbar.

IV - Lote 04: Imóvel urbano com área de 481,15 m² (quatrocentos e oitenta e um metros e quinze decímetros quadrados), situado na localidade de Ribeirão Piave, no lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave), distando pelo lado esquerdo do imóvel em 35,27 metros do início da curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) e lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto 1, fazendo frente ao NORTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 17,51 metros até o ponto 2, e segue à direita pelo lado direito à LESTE em linha reta com o azimute de 170°31'15" com a distância de 26,53 metros confrontando com a Área 05 do proprietário até o ponto 3; deste segue à direita pelos fundos ao SUL em linha reta com ângulo interno de 83°2'50" e azimute de 267°28'25" com a distância de 17,55 metros, sendo que confronta com a Área Remanescente do proprietário em 9,94 metros e confronta com a Área 07 do proprietário em 7,61 metros até o ponto 4; deste segue à direita pelo lado esquerdo à OESTE em linha reta com ângulo interno de 95°29'55" e azimute de 351°58'30" com a distância de 29,77 metros confrontando com a Área 03 do proprietário até o ponto 1; início da descrição do perímetro com 91,36 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa de alvenaria, com 95,48 m², de um pavimento, edificada no ano de 1992 – a averbar.

V - Lote 05: Imóvel urbano com área de 668,43 m² (seiscentos e sessenta e oito metros e quarenta e três decímetros quadrados), situado na localidade de Ribeirão Piave, no lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave), distando pelo lado esquerdo do imóvel em 52,78 metros do início da curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) e lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto 1, fazendo frente ao NORTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 31,25 metros até o ponto 2, e segue à direita pelo lado direito à LESTE em linha reta com o azimute de 184°4'48" com a distância de 22,23 metros confrontando com a Área 06 do proprietário até o ponto 3; deste segue à direita pelos fundos ao SUL em linha reta com ângulo interno de 95°53'4" e azimute de 268°22'45" com a distância de 25,12 metros confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto 4; deste segue à direita

pelo lado esquerdo à OESTE em linha reta com ângulo interno de $97^{\circ}51'30''$ e azimute de $350^{\circ}31'15''$ com a distância de 26,53 metros confrontando com a Área 04 do proprietário até o ponto 1; início da descrição do perímetro com 105,13 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa de alvenaria com 105,20 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 - a averbar e uma casa de alvenaria com 40,80 m², de um pavimento, edificada no ano de 1989 - a averbar.

VI - Lote 06: Imóvel urbano com área de 572,17 m² (quinhentos e setenta e dois metros e dezessete decímetros quadrados), situado na localidade de Ribeirão Piave, no lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave), distando pelo lado esquerdo do imóvel em 84,03 metros do início da curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) e lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto 1, fazendo frente ao NORTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 29,27 metros até o ponto 2, e segue à direita pelo lado direito à LESTE em linha reta com o azimute de $184^{\circ}4'48''$ com a distância de 15,93 metros confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto 3; deste segue à direita pelos fundos ao SUL em linha reta com ângulo interno de $111^{\circ}25'38''$ e azimute de $252^{\circ}39'9''$ com a distância de 19,38 metros confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto 4; deste segue à direita em linha reta com ângulo interno de $162^{\circ}21'8''$ e azimute de $270^{\circ}18'1''$ com a distância de 11,12 metros confrontando com a Área remanescente do proprietário até o ponto 5; deste segue à direita pelo lado esquerdo à OESTE em linha reta com ângulo interno de $86^{\circ}2'12''$ e azimute de $4^{\circ}4'48''$ com a distância de 22,23 metros confrontando com a Área 05 do proprietário até o ponto 1; início da descrição do perímetro com 97,93 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa de alvenaria com 84,50 m², de um pavimento, edificada no ano de 2016 – a averbar.

VII - Lote 07: Imóvel urbano com área de 856,24 m² (oitocentos e cinquenta e seis metros e vinte e quatro decímetros quadrados), situado na localidade de Ribeirão Piave, no lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal), distando pelo lado direito do imóvel em 30,91 metros do início da curva de transição entre o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) e lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto 1, fazendo frente ao OESTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) com a distância de 15,00 metros até o ponto 2, e segue à esquerda pelo lado esquerdo ao SUL em linha reta com o azimute de $87^{\circ}36'32''$ com a distância de 59,49 metros confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto 3; deste segue à esquerda pelos fundos à LESTE em linha reta com ângulo interno de $75^{\circ}10'42''$ e azimute de $342^{\circ}47'15''$ com a distância de 15,61 metros confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto 4; e deste segue à esquerda pelo lado direito ao NORTE em linha reta com ângulo interno de $104^{\circ}41'10''$ e azimute de $267^{\circ}28'25''$ com a distância de 54,45 metros, sendo que confronta com a Área 04 do proprietário em 7,61 metros, confronta com a Área 03 do proprietário em 17,14 metros e confronta com a Área 02 do proprietário em 27,70 metros até o ponto 1, início da descrição do perímetro com 144,45 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa de alvenaria com 95,20 m², de um pavimento, edificada no ano de 2005 - a averbar; uma casa de alvenaria, um pavimento com 151,00 m², edificada no ano de 1964; um galpão de madeira, um pavimento, sendo um galpão de 9x10, com 90,00 m² edificado no ano de 1964; um galpão de madeira, de um pavimento, de 9x13, com 117,00 m², edificado no ano de 1964.

VIII – Área Remanescente: Imóvel urbano com área de 435.552,14 m² (quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e dois metros e catorze decímetros quadrados), situado na localidade de Ribeirão Piave, no lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave), distando pelo lado esquerdo do imóvel em 113,30 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal). Inicia-se a descrição do imóvel partindo do ponto OPP, fazendo frente ao NORTE em linha irregular confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 453,32 metros até o ponto 1, e segue à direita em linha irregular ainda com o lado par da Rodovia Municipal DPE-010 (Estrada Ribeirão Piave) com a distância de 60,13 metros até o ponto 2; deste segue em linha curva pelo lado direito à LESTE com a distância de 73,32 metros até o ponto 3, segue à direita em linha reta com o azimute de $102^{\circ}21'25''$ com a distância de 99,03 metros até o ponto 4 e segue à direita em linha reta com ângulo interno de $100^{\circ}19'17''$ e azimute de $182^{\circ}02'07''$ confrontando com Joel Rafael Fronza – Matrícula nº 3.278, Lº 2 com a distância de 940,60 metros até o ponto 5; deste segue à direita em linha reta pelos fundos ao SUL com ângulo interno de $43^{\circ}12'58''$ e azimute de $318^{\circ}49'10''$ confrontando com Laurita Müller Koepsel – Matrícula nº 4.980, Lº 2 com a distância de 514,51 metros até o ponto 6; deste segue à esquerda em linha reta com ângulo interno de $207^{\circ}09'13''$ e azimute de $291^{\circ}41'07''$ confrontando com Marcos Mazzi – Matrícula nº 5.180, Lº 2 com a distância de 134,52 metros até o ponto 7; deste segue à direita em linha reta com ângulo interno de $157^{\circ}27'24''$ e azimute de $314^{\circ}13'42''$ confrontando com Marcos Mazzi – Matrícula nº 7.494, Lº 2 com a distância de 281,81 metros até o ponto 8; deste segue à direita em linha irregular pelo lado esquerdo à OESTE com a distância de 297,84 metros confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-463 (Estrada Faxinal) até o ponto 9; deste segue à direita em linha reta com o azimute de $87^{\circ}36'32''$ com a distância de 59,49 metros até o ponto 10; segue à esquerda em linha reta com ângulo interno de $284^{\circ}49'18''$ e azimute de $342^{\circ}47'15''$ com a distância de 15,61 metros confrontando com a Área 07 do proprietário até o ponto 11; deste segue à direita em linha reta com ângulo interno de $74^{\circ}34'12''$ e azimute de $88^{\circ}7'21''$ com a distância de 35,06 metros sendo que confronta com a Área 04 do proprietário em 9,94 metros e confronta com a Área 05 do proprietário em 25,12 metros até o ponto 12; deste segue à direita em linha reta com ângulo interno de $177^{\circ}49'20''$ e azimute de $90^{\circ}18'1''$ com a distância de 11,12 metros até o ponto 13; segue à esquerda em linha reta com ângulo interno de $197^{\circ}20'51''$ e azimute de $72^{\circ}39'9''$ com a distância de 19,38 metros até o ponto 14; segue à esquerda em linha reta com ângulo interno de $248^{\circ}34'22''$ e azimute de $4^{\circ}4'48''$ com a distância de 15,93 metros confrontando com a Área 06 do proprietário até o ponto OPP, início da descrição do perímetro com 3.011,67 metros.

Neste imóvel encontram-se edificada uma casa de alvenaria com 95,20 m², de um pavimento, edificada no ano de 2005 - a averbar; uma casa de alvenaria, um pavimento com 151,00 m², edificada no ano de 1964, um galpão de madeira, um pavimento, sendo um galpão de 9x10, com 90,00 m² edificado no ano de 1964; um galpão de madeira, de um pavimento, de 9x13, com 117,00 m², edificado no ano de 1964.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de agosto de 2019; 31º ano de Fundação; 30º ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 16 de agosto de 2019.

TARCÍSIO LENZI
Chefe de Gabinete

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2019

Publicação Nº 2128659

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2019
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – OBJETO E VALOR

- Considerando-se o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 028/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93, e demais legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 041/2019;
- Considerando-se a previsão legal para aditamentos nos limites ora propostos;
- Considerando-se ser indispensável atestar a qualidade do material utilizado na obra em questão, devido aos vícios construtivos apresentados pela empresa contratada durante a execução da obra;
- Considerando-se que esta avaliação se dá através de análise laboratorial e que não havia previsão contratual para a realização da mesma,

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, através do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.257.200/0001-40, neste ato representados pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominados simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa TECNICA E ENGENHARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.926.610/0001-83, situado à Rua Santa Efigenia, nº 330, Bairro Itoupava Norte, Cidade de Blumenau - SC, CEP: 89.010-000 neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) ÁLVARO LING JUNIOR, CPF sob nº 734.325.989-04 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 041/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 Fica acrescido ao objeto, previsto no item.1.1 a previsão de análise laboratorial afim de complementar a perícia técnica.

1.2 O valor atual do item 1.2 da Cláusula Primeira, corresponde a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fica aditado em R\$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais), passando para R\$ 12.350,00 (doze mil e trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 041/2019, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 05 de agosto de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

ÁLVARO LING JUNIOR
TECNICA E ENGENHARIA LTDA - ME

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA ALLISON DA LUZ
WOLLERT TESTEMUNHA
TESTEMUNHA

Entre Rios

PREFEITURA

EDITAL 01 DE 2019/CMDCA

Publicação N° 2128686

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA 2ª PROVA
EDITAL 01 de 2019/CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº. 752 de 03 de abril de 2019, e do Edital nº. 01 de 2019/CMDCA, e suas posteriores retificações, torna público o resultado final da 2ª prova pelo CMDCA.

NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NOTA	ORDEM DE APROVAÇÃO
OSÉIAS ARIEL PAZ	009	8,5	1 ° APROVADO
VALDEMAR SILVEIRA	010	8,5	2° APROVADO
VOLNEI GIACOMETTI	011	8,0	3° APROVADO
LUIZ DE PAULO	006	6,5	4° APROVADO
GLAUCIA MOLON RIBEIRO ANTUNES	004	6,0	5° APROVADO
EDSON ROCHA BERNIERI	002	5,5	6° REPROVADO
JANILDE GONÇALVES	005	5,0	7° REPROVADO
MAIRA JULIANA BIASI	007	4,5	8° REPROVADO
EDINEIA ELEUTERIO DA LUZ	001	4,0	9° REPROVADO
FRANCISCA FIGUEIRA	003	4,0	10° REPROVADO
OLMERINDA RIBEIRO LEMOS	008	AUSENTE	AUSENTE

Entre Rios/SC, 19 de agosto de 2019.
JOSÉ LENOIR VELOSO
Presidente do CMDCA

LICITAÇÃO 042/2019 PMER

Publicação N° 2129055

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N° 042/2019 – PMRE
PREGÃO PRESENCIAL PREF N°. 029/2019 – Sistema de Registro de Preços

1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pergentino Alberici, nº 152, centro no município de Entre Rios/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.698/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por lote, tendo por finalidade a FUTURAS CONTRATATAÇÃO DE APOLICES DE SEGUROS, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto nº. 071/2018, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal de nº. 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos envelopes nº. 01 e nº 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 13h45min (horário oficial de Brasília) do dia 03 de Setembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152 centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura do envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 14h00min (horário oficial de Brasília), do dia 03 de Setembro de 2019 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço do item 1.2 do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Entre Rios, SC, 19 de Agosto de 2019.
JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2128695

PARECER JURÍDICO

À Secretária de Saúde e Chefe do Poder Executivo

Solicitante: Sônia R. Lentz Belém

Interessado: Município de Entre Rios/SC

Assunto: Faltas e atrasos e de servidor

I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico relativo a solicitação de providências requerida pela Secretária de Saúde, onde busca providências acerca do suposto excesso de faltas injustificadas do servidor Peterson Alberici, o qual é lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de farmacêutico.

Em sua solicitação, relatou de que o Servidor além das faltas injustificadas ao trabalho, em vezes, chega atrasado, não comunica a falta e nem os atrasos, solicitou para manter contato com a Regional de Saúde com a Farmacêutica responsável por processos e mediações do Estado, para fim de comprovação de irresponsabilidade do referido Servidor.

Ponderou que o Servidor é o único farmacêutico do Setor Público, e que sua ausência ao trabalho se torna prejudicial às atividades na Unidade, uma vez que tem entrega de medicamentos com receitas de controle especial que só podem ser entregues por farmacêutico, e a ausência do Servidor, acaba ocorrendo reclamações e descontentamento da população por não poder retirar suas medicações.

Junto com a referida solicitação, foram apresentados três ofícios, os quais foram encaminhados para o Chefe do Poder Executivo, onde relatam os mesmos fatos constantes na solicitação em epígrafe.

Esse era o relatório, dispensei demais fatos de relatório, uma vez que somente foi noticiado os fatos acima descritos, assim, passo apreciação ao mérito, isso de forma explicativa em consonância a fundamentos jurídicos.

II- DO FUNDAMENTO:

Preliminarmente cumpre destacar, que a solicitação foi direcionada ao Setor Jurídico do município, mas tal setor, somente tem o dever de emitir orientações aos gestores desta Administração, uma vez, que não possui poder/legitimidade para tomar providências em casos como o narrado na Solicitação, sendo que a legitimidade/competência, é do Chefe do Poder Executivo.

Data vênha a posicionamentos diversos, mas pelos relatos apresentados pela Solicitante, não vejo outro caminho, a não ser a instauração de processo administrativo disciplinar, o qual é o único caminho adequando para verificar a veracidade das informações prestadas, e assegurar o contraditório e ampla defesa.

Ocorre que o Setor Jurídico, visa dirimir dúvidas, emitir parecer jurídico e prestar orientações/assessorias jurídicas, sendo que quem possui poder/legitimidade para instaurar processo administrativo, é o Chefe do Poder Executivo.

Aqui, vale destacar, os ensinamentos de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“O processo tem início com despacho de autoridade competente, determinando a instauração, assim que tiver ciência de alguma irregularidade; ela age ex officio, com fundamento no princípio da oficialidade”. (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito administrativo 31, ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018). (Grifei).

Colaborando com o assunto, cabe destacar, o princípio da oficialidade/impulsão, o que destaco o conceito elaborado por um dos maiores doutrinadores de direito administrativo, Hely Lopes Meirelles:

“Oficialidade ou impulsão: o princípio da oficialidade ou da impulsão atribui sempre a movimentação do processo administrativo à Administração, ainda que instaurado por provocação do particular; uma vez iniciado, passa a pertencer ao Poder Público, a quem compete seu impulsionamento, até a decisão final. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 26ª atual. Malheiros. São Paulo, 2001). (Grifei).

Assim, passo, a delinear orientações a caso trazido a apreciação.

Os relatos trazido a análise, são preocupantes, uma vez que o Servidor narrado, possui uma função de grande importância na Secretaria Municipal de Saúde, e salvo situações justificáveis, deve sempre estar presente perante a farmácia, para atender a demanda da referida Secretaria e dos municípios, tendo e vista que é o profissional competente para a entrega de medicamentos, dentre mais procedimentos internos e externos atrelado a farmácia.

Mas a atitude/procedimento correto para verificar eventual omissões, faltas injustificáveis, irresponsabilidades e desídia no trabalho, não há outro caminho a não ser a instauração de processo administrativo disciplinar, este, sempre, respeitando o contraditório e ampla defesa. Sobre a instauração do processo administrativo disciplinar para apurar condutas de servidores, dentre outros fatores e aplicar eventual penalidade, vale trazer o conceito elaborado pelo administrativista Hely Lopes Meirelles:

“Processo administrativo disciplinar, também chamado impropriamente inquérito administrativo, é meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos e de mais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimento da Administração. Tal processo baseia-se na supremacia especial que o Estado mantém sobre todos aqueles que se vinculam a seus serviços ou atividades, definitiva ou transitoriamente, submetendo-se à sua disciplina.”. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 26ª atual. Malheiros. São Paulo, 2001). (Grifei).

Vale enfatizar, a disposição dos artigos 150, caput e 151, caput, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2007:

“Art. 150. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao indiciado ou acusado o contraditório e ampla defesa.”

"Art. 151. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito."

Não se pode perder de vista, que mesmo que se trate de um processo administrativo disciplinar, deve ser garantido o contraditório e ampla defesa, isso é o que se extrai do inciso LV, do artigo 5º, da nossa Constituição Federal:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;" (Grifei).

Vale destacar, de que o Chefe do Poder Executivo, tem o dever de realizar a fiscalização dos atos praticados pelos servidores, o que decorre de uma faculdade implícita do poder hierárquico do Chefe do Poder Executivo, assim, trago os ensinamentos trazido pelo doutrinador Hely Lopes Meirelles:

"Fiscalizar é vigilar permanentemente os atos praticados pelos subordinados, com o intuito de mantê-los dentro dos padrões legais regulamentares instituídos para cada atividade administrativa". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 26ª atual. Malheiros. São Paulo, 2001). (Grifei).

Por fim, cabe enfatizar, de que o fato de a Administração Pública instaurar processo administrativo, desde de que observados os preceitos legais, o contraditório e ampla defesa, não é motivo de imputação de conduta a terceiro, uma vez que se instaura para verificar a ocorrência de fato que tenha causado danos ao erário, e punir seus responsáveis, nem mesmo da ensejo a indenização, uma vez que constitui exercício regular de direito, nesse sentido:

"INDENIZATÓRIA. DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUTOR ACUSADO DE LESÃO AOS COFRES PÚBLICOS E IMPROBIDADE NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA EM PROCESSO DISCIPLINAR. EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO E ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE APURAR OS CULPADOS PELA IRREGULARIDADE. DECISÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA CONTRÁRIA À CONCLUSÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. PEDIDO DE RESSARCIMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. SUPOSTOS PREJUÍZOS E DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTES. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA. PROVIMENTO DO REEXAME. 1. A instauração de procedimento administrativo contra servidor que participou de fraude fiscal constitui exercício regular de um direito e o estrito cumprimento de um dever legal por parte da Administração Pública, porquanto necessário apurar e punir os envolvidos. No caso, a participação do postulante no ocorrido é incontroversa e, portanto, não há falar em acusação infundada e, por conseguinte, em dano moral a ser indenizado. 2. A decisão da autoridade administrativa não está adstrita à conclusão da comissão processante, mas, sendo assim, deve expor de forma fundamentada o motivo da divergência, como é o caso dos autos. 3. "Não são reembolsáveis, a título de honorários de advogado, as despesas que a parte enfrenta em razão do ajuste com o profissional a título de honorários, para o patrocínio de sua causa" (CAHALI, Yussef Said. Honorários advocatícios. 3ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 418-419)" (Ap. Cív. n. 1999.000452-0, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. em 30-3-2000). (TJSC, Reexame Necessário n. 2009.012779-8, da Capital, rel. Des. Vanderlei Romer, Primeira Câmara de Direito Público, j. 24-11-2009)". (Grifei).

Assim, pelas razões expostas, sugiro, que para apurar eventual irregularidades/omissões/faltas/desídias do Servidor, e eventual aplicação de sanções, se faz necessário, que seja instaurado processo administrativo, nomeando Comissão específica, devendo ainda, ser observado, o direito do contraditório em ampla defesa.

III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, sugere-se: a) seja instaurado processo administrativo disciplinar, nomeando Comissão específica para tanto, devendo ser observado, legislações pertinentes, e principalmente, o direito do contraditório em ampla defesa. É o parecer, salvo entendimento diverso da Solicitante, e do Chefe do Poder Executivo.

Entre Rios/SC, 15 de agosto de 2019.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO
(Assessor Jurídico II)

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido a consideração do Setor Jurídico, tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0005/2019 - FMS

Publicação Nº 2128378

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0005/2019 - FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0005/2019 - FMS – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS PARA USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m do dia 30 de Agosto de 2019, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, 19 de Agosto de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº65/2019

Publicação Nº 2128764

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 65/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/2019

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PEDAGOGIA PARA ATUAÇÃO NA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 30/08/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 30/08/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 19 de Agosto de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº60/2019

Publicação Nº 2128760

EXTRATO CONTRATUAL Nº 60/2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRÓTESES DENTÁRIAS

CONTRATADO: ODONTO ZARDO LTDA

VALOR: R\$ 133.150,00 (cento e trinta e três mil cento e cinquenta reais)

Vigência: Início: 19/08/2019 Término: 18/08/2020

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 64/2019

Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2019

Formosa Do Sul, 19 de Agosto de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº64/2019

Publicação Nº 2128756

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 64/2019

Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRÓTESES DENTÁRIAS

CONTRATADO: ODONTO ZARDO LTDA

VALOR: R\$ 133.150,00 (cento e trinta e três mil cento e cinquenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição

CAPUT: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição

FORMOSA DO SUL, 19 de agosto de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/PMF/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMF/2019

Publicação Nº 2128122

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 17/2019 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 05/2019 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção de veículos da Polícia Civil do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/02/2020
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/PMF/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/PMF/2019

Publicação Nº 2128126

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 23/2019 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 06/2019 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/02/2020
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/PMF/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/PMF/2019

Publicação Nº 2128356

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 22/2019 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 07/2019 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da administração municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/02/2020
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/PMF/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/PMF/2019

Publicação Nº 2128360

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 14/2019 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 08/2019 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual

(EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/02/2020
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/FMS/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/FMS/2019

Publicação Nº 2127927

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/FMS/2019
(Referente Pregão Presencial nº. 25/FMS/2019)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. MARCELLA RICKEN DE MATTIA ME, CNPJ nº. 17.034.839/0001-43, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, nº 489, Forquilha/SC, neste ato representada pela Sra. Raquel Ricken de Mattia, portadora da CI nº 3.537.634-1 e inscrita no CPF sob o nº 016.324.199-63;
2. V.S. COSTA & CIA LTDA, CNPJ nº. 05.286.960/0001-83, estabelecida na Rua Francelho, nº 69, Vila Nova, Araongas/PR, neste ato representada pelo Sr. José Alves de Oliveira, portador da CI nº 8.227.781 e inscrito no CPF sob o nº. 634.396.039-20;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 25/FMS/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de móveis e equipamentos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC, e para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
 - 1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
 - 1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.
 - 1.4. O objeto terá garantia de 01 (um) ano contada a partir da emissão da nota fiscal.
2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.
3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
 - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 07 (sete) dias, a partir da notificação da não aceitação.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos

produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

E) não manter a proposta;

- F) cometer fraude fiscal;
- G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Rejane Maria Loch, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Fabricio Ferreira, Secretário de Saúde será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 25/FMS/2019, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 19 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
MARCELLA RICKEN DE MATTIA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Raquel Ricken de Mattia
V.S. COSTA & CIA LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: José Alves de Oliveira
Rejane Maria Loch
Fiscal da Ata

DECRETO Nº. 123 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2127901

DECRETO Nº. 123 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º e Inciso III do Artigo 11, da Lei Municipal nº 2.343 de 20 de novembro de 2018; DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 461.500,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 03- Secretaria de Planejamento

2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

14 - 3390.00.01.00 - Aplicações DiretasR\$ 130.000,00

Órgão 05- Secretaria de Educação

2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental

91 - 4490.00.01.01 - Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

Órgão 07- Secretaria de Infraestrutura

1.011 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para a Frota Municipal

256 - 4490.00.01.94 - Aplicações DiretasR\$ 231.500,00

TOTALR\$ 461.500,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na dotação 256, será utilizada como fonte de recursos a arrecadação do Convênio nº 841925/2016, vinculado ao Ministério da Saúde - FUNASA e, nas dotações 14 e 91 será utilizada como fonte de recursos a anulação das dotações abaixo:

Órgão 03- Secretaria de Planejamento

2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

13 - 3190.00.01.00 - Aplicações DiretasR\$ 130.000,00

Órgão 05- Secretaria de Educação

2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental

85 - 3390.00.01.01 - Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

TOTALR\$ 461.500,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 15.000,00 (vinte mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17- Fundo Municipal de Saúde

2.070 - Programa Co-Financiamento

061 - 4490.00.02.70 - Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

TOTALR\$ 15.000,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 4º, será utilizada como fonte de recursos a anulação da dotação abaixo:

Órgão 17- Fundo Municipal de Saúde

2.070 - Programa Co-Financiamento

060 - 3390.00.02.70 - Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

TOTALR\$ 15.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de agosto de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de agosto de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMS 30/2019

Publicação Nº 2128383

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 30/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PED SUL PEDIATRIA DO SUL S/S LTDA

OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas em PEDIATRIA, para o exercício de 2019.

VALOR – Valor unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e valor global de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) por ano, distribuído entre os credenciados.

VIGÊNCIA – 31/12/2019

DOTAÇÃO – 1701.2050.3390 (14) e 1701.2063.3390.3630 (78)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 25/FMS/2017.

DATA DA ASSINATURA – 14 de agosto de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 23/2019

Publicação Nº 2128368

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 23/2019

COMODATÁRIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

COMODANTE – DIOCESE DE CRICIÚMA – PAROQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

DO OBJETO – O empréstimo gratuito de um imóvel localizado na Rodovia Municipal Leonardo Loch, s/n, Santa Terezinha, município de Forquilha/SC, com área de terra de 15.000,00 m², registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº. 2.356, na forma da Lei que se faz anexo a este, bem como livre de ônus ou qualquer dívidas.

VIGÊNCIA – O presente contrato tem o prazo de 10 (dez) anos vigorando a partir da assinatura deste, devendo, espirado tal prazo, ser entregue nas mesmas condições as quais foi recebido.

DATA DA ASSINATURA – 13/03/2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 79/2019

Publicação Nº 2127988

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 79/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COOPERATIVA FAM. AGRO. SUL CATARINENSE – COOFASUL.

OBJETO – aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR – 27.914,00 (vinte e sete mil novecentos e quatorze reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2019

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (56), (57); 0501.2016.3390 (75), (76).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 117/PMF/2019

DATA DA ASSINATURA – 12 de agosto de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 53/2019

Publicação Nº 2128370

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 53/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 43/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DJ GUINCHOS E ESTACIONAMENTO LTDA – ME

DO OBJETO - Prestação de serviços em caráter emergencial e temporário de remoção, guarda e depósito cujos condutores cometerem infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no Município de Forquilha - SC, em área destinada para este fim, sendo a sede da empresa localizada na Rodovia Governador Jorge Lacerda, km 2, bairro Universitário, na cidade de Criciúma (SC), conforme Dispensa de Licitação 95/PMF/2019.

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de prestação de serviços objeto do Contrato nº. 43/PMF/2019 passando de 20/08/2019 para 18/11/2019.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 16 de agosto de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal


RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/PMF/2019

Publicação Nº 2128239


RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/PMF/2019

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 126/PMF/2019. A alteração se dá no detalhamento do item 04 (quatro), Anexo VII, como se segue:

ONDE SE LÊ:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCAS PRÉ QUALIFICADAS/ IMAGEM
4	200	und	<p>CAMINHA PORTÁTIL EMPILHÁVEL - Características: peso 3,60Kg com 2 barras de alumínio. 2 peças iguais de polipropileno (PP) injetado (cabeceira/pezeira)</p> <p>. 1 tela retangular de tecido poliéster com recobrimento de PVC com 2 abas e canaleta soldada nas laterais, embalagem em sacola de tecido poliéster revestido de PVC (versão Luxo) ou plástico resistente (versão Standard) Dimensões: altura: 14cm. largura: 56cm. Comprimento: 1,38m</p> <p>Caminha portátil Empilhável, Desmontável e "Pendurável", composta por 5 elementos, sendo 2 peças plásticas iguais de polipropileno (PP) injetadas, 2 barras de alumínio, 1 tela de tecido poliéster com recobrimento de PVC, 2 abas centralizadas nas extremidades e velcro. Ideal para uso em creches e escolas infantis devido à sua leveza, facilidade de montagem, armazenagem e limpeza. Montagem totalmente por encaixe sem necessidade de parafusos. Possui 3 formas de armazenagem após o uso: empilhando, pendurando ou desmontando. Cor azul. Afixar ao processo de fornecimento testagem e/ou ensaio em laboratório creditado.</p>	

LEIA-SE:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCAS PRÉ QUALIFICADAS/ IMAGEM
4	200	und	<p>CAMINHA PORTÁTIL EMPILHÁVEL - Características: peso 3,60Kg com 2 barras de alumínio. 2 peças iguais de polipropileno (PP) injetado (cabeceira/pezeira). 1 tela retangular de tecido poliéster com recobrimento de PVC com 2 abas e canaleta soldada nas laterais, embalagem em sacola de tecido poliéster revestido de PVC (versão Luxo) ou plástico resistente (versão Standard). Dimensões: altura: 14cm. Largura: 56cm. Comprimento: 1,38m.</p> <p>Caminha portátil Empilhável, Desmontável e "Pendurável", composta por 5 elementos, sendo 2 peças plásticas iguais de polipropileno (PP) injetadas, 2 barras de alumínio, 1 tela de tecido poliéster com recobrimento de PVC, 2 abas centralizadas nas extremidades e velcro ou fechamento por encaixe tipo click. Ideal para uso em creches e escolas infantis devido à sua leveza, facilidade de montagem, armazenagem e limpeza. Montagem totalmente por encaixe sem necessidade de parafusos. Possui 3 formas de armazenagem após o uso: empilhando, pendurando ou desmontando. Cor azul Afixar ao processo de fornecimento testagem e/ou ensaio em laboratório creditado.</p>	

ATENÇÃO!!

As retificações acima influencia na formulação das propostas. Portanto, far-se-á necessária a alteração da data de abertura do certame.

Fica alterada a data de abertura e protocolo do processo licitatório:

PROTOCOLO ATÉ: 02 de setembro de 2019 às 07:45 horas.

ABERTURA: 02 de setembro de 2019 às 08:00 horas.

Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 19 de agosto de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023-2019 SF

Publicação Nº 2128396

Aviso do Pregão Presencial nº 0023/2019 – SF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0036/2019

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de perfuração e instalação de um poço tubular profundo no Bairro São Miguel para a ampliação do sistema de abastecimento de água. Julgamento: Menor Preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 30.08.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 19 de agosto de 2019.

Nivaldo José Bonaldo– Presidente da SANEFRAI

Decreto nº 210 - 2019

Publicação Nº 2127953

DECRETO Nº 210, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS DESTINADA A FOMENTAR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS E EMPRESARIAIS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o artigo 61, inciso VI da Lei Orgânica Municipal c/c artigos 2º, 5º, letra "i" e, 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1.941,

Considerando a necessidade de parcelamento do solo para fins de melhor utilização econômica;

Considerando as recentes alienações de imóveis ocorridas junto a quadra 021, com a instalação de diversas empresas;

Considerando o interesse do Município de Fraiburgo em fomentar empreendimentos econômicos e empresariais ou cooperativos, objetivando a diversificação e o incremento da atividade econômica, a geração e a manutenção de renda e a criação de empregos diretos e indiretos;

Considerando as disposições da Lei de Incentivo Econômico nº 1848/2005 e a Lei nº 2429/2018, que instituiu o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico denominado "Fraiburgo Empreendedor",

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser desapropriada, por via administrativa ou judicial, a área a seguir descrita e caracterizada, para fins de fomento de empreendimentos econômicos e empresariais, a saber:

"Terreno urbano, com benfeitorias, com a área de 16.254,82m², (dezesseis mil, duzentos e cinquenta e quatro metros e oitenta e dois decímetros quadrados), constituído pelo lote n 0001-002 da quadra 21, situado na Rua Osvaldo Cruz, no Bairro Centro, Fraiburgo, com a seguinte descrição: o imóvel inicia junto ao marco 7, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M este (X) 507.706,183 e Norte (Y) 7.010.289,894 WGS84; do vértice 7 segue em direção até o vértice 8 no azimute 325º31'32" em uma distância de 20,60m, confrontando com lote 2 quadra 21, Mat. 2.448 de Renar Móveis S/A, por divisa em linha seca; do vértice 8 segue em direção até o vértice 8A no azimute 8º50'33" em uma distância de 61,666m, confrontando com o lote 2 quadra 21, Mat. 2.448 de Renar Móveis S/A, por divisa em linha seca., do vértice 8A segue em direção até o vértice 4A no azimute 135º58'31" em uma distância de 167,059m, confrontando com o lote 1 quadra 21, Mat. 11.556 de Renar Maçãs S/A, por divisa em linha seca., do vértice 4A segue em direção até o vértice 4B no azimute 249º33'22" em uma distância de 189,873m, confrontando com Rua Osvaldo Cruz, por divisa parte com muro e parte com cerca; do vértice 4B segue em direção até o vértice 6A no azimute 339º33'22" em uma distância de 79,593m, confrontando com lote 1-001 quadra 21, de Renar Maçãs S/A, por divisa em linha seca; finalmente do vértice 6A segue em direção até o vértice 7(início o a descrição) no azimute 69º42'20" em uma distância de 97,87m, confrontando com lote 2 quadra 21, Mat. 2.448 de Renar Móveis S/A, por divisa em linha seca; fechando assim a poligonal com área de 16.254,82m². Benfeitorias: um prédio com 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta metros quadrados), com piso de concreto e estrutura metálica, coberto com telhas de alumínio. O imóvel está matriculado junto ao Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo sob nº 12.225."

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 19 DE AGOSTO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2907 e 20/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 107-2019 (AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO)

Publicação Nº 2128400

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 107/2019

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2019, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0004/2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0004/2019, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0004/2019 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2019:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
02	Auxiliar de Alimentação e Nutrição	38º	20-08-2019 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2019.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0004/2019 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0004/2019, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- Conta bancária (BRADESCO);
- Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 0004/2019.

2.4 – De acordo com o item 3.9 do Edital de Contratação nº 0002/2018: “No ato da contratação o candidato deverá apresentar:
I – Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;
II – Declaração que o exercício da função pública de professor não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
III – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO - VIANTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME (1)

Publicação Nº 2128701

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0132/2019 – PMF

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0070/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0063/2019

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA A CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

NOTIFICADA: VIANTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa VIANTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Jorge Ruckl, nº 230, Vista Alegre, Rio Negrinho - SC (89.295-000), inscrita no CNPJ sob o nº 32.275.325/0001-73, neste ato representado pelo Sócio-Proprietário, Sr. Emerson Mujol Leprevost, a tomar ciência acerca da Decisão constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da decisão foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br. O envio fraudulento será penalizado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 19 de agosto de 2019.

Roalves Jorge Polese

Pregoeiro

PORTARIA 18342019

Publicação Nº 2128874

PORTARIA Nº 1834, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01727/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que substituirá a professora Jucimara Aparecida Martins Vanz Krenz, a qual se aposentou;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.715.199-00, na função de PROFESSOR – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 18352019

Publicação N° 2128875

PORTARIA N° 1835, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GUILHERME PIASSA FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 527.602.862-15, no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 21 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 18362019

Publicação N° 2128877

PORTARIA N° 1836, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora DILMA MARIA ANDRADE KLEINJOHANN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 296.579.469-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 18372019

Publicação N° 2128879

PORTARIA N° 1837, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora ALEXIA SILVANA MAINARD DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 097.073.159-03, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais,

a partir de 30 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 18382019

Publicação N° 2128881

PORTARIA N° 1838, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de JOSEANE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 020.155.719-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 18392019

Publicação N° 2128883

PORTARIA N° 1839, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de março de 2019, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 473/2019, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de Contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Combate as Endemias para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PETERSON PATRICK LORENO DA ROSA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 046.837.239-30, na função de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de agosto de 2019 até 30 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 18402019

Publicação Nº 2128885

PORTARIA Nº 1840, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS DE TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as pessoas abaixo relacionadas, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos Administrativos e das Atas de Registro de Preços de todos os Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo:

I – Representantes da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação, Secretaria da Fazenda, Gabinete do Poder Executivo e Procuradoria Geral:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Maria Aparecida de Barros Balestrin;
- 1º Suplente: Victoria de Liz de Campos;
- 2º Suplente: Maristela Aparecida Morais Mateus;
- 3º Suplente: Bruno Everling Boeira;
- 4º Suplente: Andressa Rezadori Barbosa;
- 5º Suplente: Edson Felipe Ferreira Krieguer;
- 6º Suplente: Talia Campagnaro.

Materiais de copa/cozinha:

- Titular: Olga Aparecida Alexandre Boaventura;
- Suplente: Ivone Moreira de Souza Santos.

Equipamentos de informática/áudio/vídeo/foto e similares:

- Titular: Johnatan Matheus Etges;
- 1º Suplente: Idair Bonetti;
- 2º Suplente: Hamilton Stupp de Macedo Junior.

Controle da Frota:

- Titular: Adelcio Alves Ribeiro.
- Segurança no Trabalho (Equipamentos e Materiais):
- Titular: Roselei Titon.

Equipamentos de Controle do Ponto:

- Titular: Ruthnea Bernadete Fernandes Fritzen.

Publicidade, Divulgação, Rádio, Televisão, Assinaturas de Jornais e Revistas e afins:

- Titular: Andrea Mello;
- Suplente: Nathiara Borges.

Controle Patrimonial:

- Titular: Jéssica da Silva

Materiais/serviços relacionados a Gestão de Pessoal:

- Titular: Patrícia Ceron Machado.

II – Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Rosilane Aparecida dos Santos;
- 1º Suplente: Priscila Dal Magro Cordeiro;

III – Representante da Casa da Cultura e Museu do Jagunço:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Ana Maria Camillo.

IV – Representantes do Departamento de Cultura:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Raquel Aparecida dos Santos.

V – Representantes da Secretaria de Educação:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Neusa Michellon Trombetta;
- 1º Suplente: Guilherme Francisco Lima da Silva;

Merenda escolar:

- Titular: Nathalia Primon Candeia;
- 1º Suplente: Cecília Franco de Oliveira Regert;
- 2º Suplente: Leila Terezinha Lucas Fernandes;
- 3º Suplente: Neusa Michellon Trombetta;
- 4º Suplente: Guilherme Francisco Lima da Silva.

Transporte escolar:

- Titular: Maicon Marcon dos Santos;
- 1º Suplente: Guilherme Francisco Lima da Silva;
- 2º Suplente: Neusa Michellon Trombetta.

VI – Representantes da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, e Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Ricardo Schirmer;
- Suplente: Eloi Regalin.

Peças/serviços para manutenção da frota:

- Titular: Roberto Stanguerlin;
- 1º Suplente: Edson Camargo da Silva;
- 2º Suplente: Ermínio de Almeida.

VII – Representantes da Secretaria de Assistência Social:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Leonice Frarão.

Materiais e serviços gerais para o CRAS e CREAS:

- Titular: Dulcinei Rudeck Bilibio;
- Suplente: Deonilce Maria Passini.

VIII – Representantes da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Claudia Inês Masiero Cardoso;
- 1º Suplente: Andrea Puhl;
- 2º Suplente: Henrique Dias de Andrade;
- 3º Suplente: Alessandra Devens.

Materiais e serviços entregues e/ou prestados na ETA:

- Titular: Carlos Antonio Martins.

Materiais e serviços entregues e/ou prestados na ETE:

- Titular: Antonio Gonçalves de Moraes;
- Suplente: Adriane Aparecida Ribeiro Pepes.

IX– Representante da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Patrick Hariel Ribeiro.

X – Representantes do Fundo Municipal de Saúde – FMS:**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Enelice Lúcia Gerlach;
- 1º Suplente: Giliane Cristina Coelho;
- 2º Suplente: Salimara Clair Molim.

Medicamentos e Materiais de Farmácia:

- Titular: Eleia Regina da Rosa Locatelli;
- Suplente: Eliza Munhoz de Lima Machado.

Materiais do Laboratório de Análises Clínicas:

– Titular: Andrea Camargo.

Materiais de Almoxarifado:

- Titular: Elizete Aparecida Girardi;
- Suplente: Indaiara Viero Perazzoli.

Transporte de pessoas para tratamento de saúde fora do município:

- Titular: Lidia Rakel Martioro;
- Suplente: Sebastião Olivio Ferreira Leal.

Materiais e serviços gerais para o CAPS:

- Titular: Bethania Santos Vieira Rohling;
- Suplente: Maqueli Bortolini.

XI – Representantes da ORTFRAI:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Jessé da Cruz.

XII – Representante do SINE:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Kleiane Torres.

XIII – Representantes do PROCON:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Claudinei de Oliveira;
- Suplente: Vanessa de Oliveira Gonçalves.

XIV – Representantes do FUNREBOM:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Levi Garcia Ribeiro (Cmt 2º/3º/2º BBM);
- 1º Suplente: Robson Acir Portela (3º Sgt BM).

XV – Representantes da Polícia Militar:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Marcos Evandro Tarniowicz (Cmt 3º Cia/15º BPM);
- 1º Suplente: Célio Antonio Ribeiro (Sgt 3º Cia/15º BPM).

XVI – Representantes da Polícia Civil:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Jhon Endy Lamb (Delegado de Polícia Titular da Comarca de Fraiburgo);
- Suplente: Caroline Zeni Ribeiro.

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos e das atas de registro de preços do Órgão ou Departamento que estejam vinculados, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Fica Revogada a Portaria nº 1395/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita de Fraiburgo

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO EDITAL Nº 0012019CMDCA

Publicação Nº 2128726

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
FRAIBURGO/SC

Segundo Termo Aditivo do
Edital nº 001/2019/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 132 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e do art. 15 da Lei Municipal nº 284/2019 (Que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar do município de Fraiburgo e dá outras providências), tendo em vista que não foi atingido o número mínimo de 10 (dez) candidatos devidamente habilitados para concorrerem às eleições, após a realização da prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, RESOLVE:

Art. 1º – Diante da proximidade das Eleições e ainda para que não haja prejuízo ao Calendário Eleitoral estabelecido no item 12 do Edital nº 001/2019/CMDCA, designar o dia 25/08/2019, das 08:30 às 12:30 horas para realização de nova prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, a qual será realizada no Auditório do Paço Municipal, localizado na Avenida Rio das Antas, nº 185, Centro, nesta cidade de Fraiburgo-SC;

Art. 2º – Que a prova será aplicada pela FEPESE (Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas) e composta por 40 (quarenta) questões com questões múltiplas e de caráter eliminatório sendo: – INFORMÁTICA BÁSICA (06 questões com peso 0,25): Windows – gerenciar janelas; - conceito, organização e manipulação de pastas e arquivos – criar atalhos. Word: - criação de documentos em geral; - utilização das barras de ferramentas; - utilizar as principais ferramentas e menus do word, com seus respectivos comandos; - formatação de textos; - impressão. Excel: - criação de planilhas em geral; - uso das principais ferramentas; - criação de gráficos; - uso das principais funções e fórmulas; - formatação de planilhas; – DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (34 questões com peso 0,25): - Constituição Federal art. 227; Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente;

Art. 3º – Os candidatos deverão estar no local da prova com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identificação com foto válido em todo território nacional, caneta esferográfica transparente, não sendo admitidos no local da prova o uso de qualquer outro material, tampouco aparelhos celulares, relógios e afins;

Art. 4º – Que nos termos do § 1º do art. 21 da Lei municipal em tela e do item 7.15 do Edital, a aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis);

Art. 5º – A divulgação das notas ocorrerá até o dia 26/08/2019, sendo possível a interposição de Recurso pelos candidatos entre os dias 27 e 28/08/2019, mediante protocolo, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situado junto a Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Arnoldo Frey nº 179, Centro, nesta cidade de Fraiburgo-SC;

Art. 6º – Os recursos serão apreciados pela FEPESE (Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas) e divulgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 03/09/2019.

Publique-se e Intimem-se.

Fraiburgo(SC), 19 de agosto de 2019.

LIA FREY

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Garopaba

PREFEITURA

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DA PROVA DO EDITAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Nº 001/2019 APÓS RECURSOS

Publicação Nº 2129014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
LEI MUNICIPAL Nº 446/1193

SEGUNDA ETAPA DA SELEÇÃO EDITAL 01/2019 – ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR 2020
LISTA DE CANDIDATOS RETIFICADA, APÓS RECURSOS E SUA CLASSIFICAÇÃO NA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
CLASSIFICAÇÃO FINAL:

Nº	CANDIDATO:	NOTA DA PROVA:	SITUAÇÃO:
1	Diomar de Amorim	9,08	Classificado
2	Mariana Medeiros	8,88	Classificado
3	Ignes Elizabete Anciutti Leandro	8,88	Classificado
4	José Ricardo Lobo	8,88	Classificado
5	Jean Gervásio Gonçalves Morin	7,8	Classificado
6	Claudia Cristina	7,44	Classificado
7	Jorgia Machado Kirst	7,44	Classificado
8	Suelin Raquel	6,36	Classificado
9	Nadir da Silva	6,16	Classificado

Conforme o Edital 01/2019, página 07, item 7.16, o candidato deve obter nota igual ou superior a 6,0 (seis) para estar classificado, conforme Lei Municipal nº 2.172 de 08 de abril de 2019

Garopaba, 19 de agosto de 2019.
Anamalia Thorstenberg Ribas
Presidente do CMDCA
sempreluz75@yahoo.com.br
cmdcagaropaba@gmail.com
(48) 999149072

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 20/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1058/2019.

Publicação Nº 2128687

PORTARIA N.º 1058, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILTON BATISTA RAUPP, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata JOSIMERE MARIA DA SILVA, CPF n.º 035.826.159-79, aprovada e classificada como 31º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2019.
NILTON BATISTA RAUPP
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1059/2019.

Publicação N° 2128688

PORTARIA N.º 1059, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILTON BATISTA RAUPP, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato FABIO RAMOS DE OLIVEIRA, CPF n.º 036.343.909-99, aprovado e classificado como 10º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de VIGILANTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de exercer guarda e inspeção diurna e/ou noturna nas dependências dos próprios municipais, evitando roubos, entrada de pessoas estranhas, incêndios ou outras anormalidades, preservando a integridade do estabelecimento e do patrimônio; exercer a ronda nos imóveis, verificando o fechamento de portas, janelas e outras vias de acesso; vigiar veículos e máquinas nos pátios observando a entrada e saída de pessoas e bens; informar à Chefia imediata das irregularidades observadas, para que sejam tomadas as devidas providências; exercer outras atividades correlatas com as especificadas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2019.

NILTON BATISTA RAUPP

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N° 142/2019

Publicação N° 2128288

DECRETO N° 142, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no orçamento do Município de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/retif/ampliação de vias urbanas	3390	03.00.00	R\$	16.300,00
11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/retif/ampliação de vias urbanas	4490	03.00.00	R\$	133.700,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente do Superávit Financeiro do exercício de 2018 referente os recursos ordinários do tesouro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 19 de agosto de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO N° 143/2019

Publicação N° 2128291

DECRETO N° 143, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

04.001.0004.0122.1003.2010 Man do Dep de Administração e Finanças	3390	01.00.00	R\$	600.000,00
---	------	----------	-----	------------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente do provável excesso de arrecadação referente a receita Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 19 de agosto de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO N° 144/2019

Publicação N° 2128293

DECRETO N° 144, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.475,00 (trinta mil e quatrocentos e setenta e cinco reais), no

orçamento do Município de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

04.001.0004.0122.1003.2010 Man do Dep de Administração e Finanças	3390	01.00.00	R\$	30.000,00
12.001.0018.0541.1032.2062 Manutenção do Setor Meio Ambiente	3390	01.00.00	R\$	3.475,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.0004.0122.1003.2010 Man do Dep de Administração e Finanças	4490	01.00.00	R\$	30.000,00
12.001.0018.0541.1032.2062 Manutenção do Setor Meio Ambiente	4490	01.00.00	R\$	3.475,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 19 de agosto de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO N° 145/2019

Publicação N° 2128299

DECRETO N° 145, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1o A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.0017.0512.1033.2065 Man do Sistema de Abastecimento de Água	4490	03.00.00	R\$	70.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente do Superávit Financeiro do exercício de 2018 referente os recursos ordinários do tesouro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 19 de agosto de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO N° 146/2019

Publicação N° 2128300

DECRETO N° 146, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1o A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 17.500,00 (dez mil e quinhentos reais), no orçamento do Município de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.003.0004.0124.1002.2004 Man e Inv do Setor de Controle Interno	3190	01.00.00	R\$	7.500,00
04.003.0004.0122.1004.2012 Man do Dep de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.003.0004.0124.1002.2004 Man e Inv do Setor de Controle Interno	3390	01.00.00	R\$	2.500,00
02.003.0004.0124.1002.2004 Man e Inv do Setor de Controle Interno	4490	01.00.00	R\$	5.000,00

04.003.0004.0122.1004.2012 Man do Dep de Recursos Humanos	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
---	------	----------	-----	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 19 de agosto de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 147/2019

Publicação Nº 2128431

DECRETO Nº. 147 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 3º, 4º e 5º da LC 106/2018 que define a constituição da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo e gratificação para seus integrantes,

DECRETA:

Art. 1o. – Designar Comissão Permanente de Inquérito Administrativo constituída pelos seguintes servidores para apurar infração administrativa que envolva responsabilidade administrativa dos servidores públicos municipais:

Titulares:

ELVIS NEI ESTEVAM – Presidente;

ANA CAROLINE MARTINS RODRIGUES – Secretária;

DANIELE MONNEY – Membro.

Suplentes:

DANIELE MILAN;

CESAR CASSIUS MOCKER;

CRISTIANE PEREIRA LEITE;

Art. 2o. – Em caso de férias, licença e demais motivos que justifiquem a ausência de membros titulares, um suplente será designado através de sorteio, observada a rotatividade na escolha, e considerando ainda o cronograma de atuação da comissão.

Art. 3o. – Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o decreto nº 048/2019.

Art. 4o. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 148/2019

Publicação Nº 2128575

DECRETO Nº 148 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2153 de 16/08/2019,

DECRETA:

Art. 1o A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.484,65 (dez mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.0008.0244.1017.2040 Man. do CRAS	3390	01.35.00	R\$	10.484,65
---	------	----------	-----	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos do Programa Bolsa Família.

Art. 3º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 21.464,92 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.0008.0243.1019.2042 Man do CREAS	3390	01.35.04	R\$	21.464,92
---	------	----------	-----	-----------

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos de Outras transf. do Fundo de Assistência (parte Governo Federal).

Art. 5º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 41.666,66 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.0008.0243.1019.2042 Man do CREAS	3390	01.64.55	R\$	29.166,67
15.001.0008.0243.1019.2042 Man do CREAS	4490	01.64.55	R\$	12.499,99

Art. 6º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos de Outras transf. do Fundo de Assistência (parte Governo Estadual).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 149/2019

Publicação Nº 2128577

DECRETO Nº 149 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

“Dispõe sobre a comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.”

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta com os seguintes membros com mandato até maio de 2021:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Silvana Mews
- Suplente: Adriano Dierchnabel

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Elisely Romão
- Suplente: Thalia de Miranda

Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social:

- Titular: Diaime Elizandra Hacker da Rocha
- Suplente: Dirciane Ferreira

Representantes da Divisão de Esportes e Cultura

- Titular: Clinton Luiz Severiano
- Suplente: Rhuan Santos de Souza

Representantes do Governo Municipal - Assessoria Direta do Prefeito:

- Titular: Márcio Kuchlik
- Suplente: Reginaldo Hattenhauer

Representantes das Associações de Moradores do Município

- Titular: Ursula Schwarz
- Suplente: Maria Tussi Fay

Representantes da APAM _ Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

- Titular: Ana Telma Gomes Guimarães
- Suplente: Luiz Ricardo das Almas

Representantes da ACIG – Associação Comercial e Industrial de Garuva

- Titular: Geferson da Silva Polsin
- Suplente: Agostinho Eidt

Representantes da Associação de Pais e Professores do Município

- Titular – João Wolmar Melo
- Suplente: Nilton Schorr

Art. 2º - Os membros deste Conselho serão regidos pela Lei Federal 8069/90, com seus anexos e legislação correlata.

Art. 30. – Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa do Dr. Eder Junior dos Santos, OAB/SC 41153 e Dra. Viviane Gabriel de Miranda, OAB/SC 46283.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 051/2019.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PROC. 012/2019 - FMS

Publicação N° 2128042

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 012/2019 – Credenciamento

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços Odontológicos de moldagem e confecção de próteses dentárias sob medida, para atender a demanda da população do município de Garuva, em atendimento ao Programa Brasil Sorridente, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 02/09/2019.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site:
www.garuva.atende.net

GARUVA, 19 de agosto de 2019.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 145/2019

Publicação N° 2128283

PORTARIA N°. 145 de 16 de agosto de 2019.

"DESIGNAR SERVIDOR PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DAS ATAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,
RESOLVE:

Art. 1º. – Designar IASMYN ROCHADEL SAPELLI– CPF nº 080.693.309-70, Diretora de Meio Ambiente, servidora desta municipalidade, para atuar como fiscal do Contrato PMG nº 014/2019, firmado com a empresa J.R. Dos Santos Terraplenagem e Engenharia – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 21.467.572/0001-55.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 146/2019

Publicação N° 2128285

PORTARIA N° 146 de 19 de agosto de 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 91/2016 de 30 de junho de 2016;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a vacância do cargo;

CONSIDERANDO, o Processo nº 91627/2019;

CONSIDERANDO, a desistência de candidato.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

Art. 2º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria deverão comparecer, no prazo legal, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, no horário das 08 às 12 horas e das 13:30 às 17 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica, destinados à deflagração do processo de Posse.

1. Certidão de nascimento (se solteiro)
2. Certidão de casamento (se casado)
3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)
4. RG e CPF
5. Título de eleitor
6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)
7. Cartão do PIS/PASEP
8. Certificado de reservista (p/ homens)
9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 7 anos
10. RG e CPF dos filhos maiores de 7 anos e menores de 24 anos e/ou dependentes em geral para fins de imposto de renda
11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
12. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
13. Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)
14. Qualificação cadastral e-social, retirada no link: (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)
15. Certidão negativa de antecedente criminal e civil – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:
16. (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
17. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:
18. (<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
19. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:
20. (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
21. Certidão emitida pela Justiça Federal da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª região no link: <http://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>
22. Certidão de Antecedentes Criminais – Polícia Federal retirada no link: <http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais>
23. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
24. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
25. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
26. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário
27. 01 foto 3x4 RECENTE
28. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
29. Declaração de encargos de família para fins de imposto de renda (fornecida pelo RH)
30. ASO (a guia será entregue após a entrega correta de toda a documentação)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

Cópia autenticada

31. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e histórico escolar)
32. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
33. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)
34. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

Art. 3º - Somente tomará posse aquele que cumprir as exigências do artigo anterior.

Art. 4º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não tomar posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, renunciarão, tacitamente, à vaga para qual foi nomeado. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 5º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não desejar ser empossado no cargo poderá formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 146/2019
REGIME ESTATUTÁRIO
Cargo: Professor de Educação Infantil

Matrícula	Nome	Colocação
173000940	DAIANE FUNKE	3º

Gaspar

PREFEITURA

ALTERAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019

Publicação Nº 2128471

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL
Tomada de Preços nº 13/2019

A Prefeitura de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da Licitação supramencionada, a qual tem por objeto a reforma da Escola Mário Pederneiras, que foram efetivadas alterações no Edital. Em face disto, fica redesignado o dia 10/09/2019, às 09 horas, para o recebimento dos envelopes e às 09h30min do mesmo dia para a abertura do certame. As alterações poderão ser obtidas no Depto. de Compras ou através do site www.gaspar.sc.gov.br. ZILMA M. S. BENEVENUTTI - Secretária de Educação. Gaspar, 19/08/2019.

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2019 EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº127/2019

Publicação Nº 2128326

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2019
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº127/2019

Início da vigência: 19/08/2019. Vencimento: 31/12/2019. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na organização de eventos culturais interessadas em apresentar projetos para a comemoração do Natal de Gaspar, com captação de recursos através da Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet), ou, ainda, por intermédio de patrocinadores privados, sob sua exclusiva responsabilidade, exceto no que se refere às despesas de iluminação e divulgação, observados os critérios de habilitação e julgamento das propostas selecionadas previstos no edital de credenciamento. Contratante: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). Contratada: Cristiane da Silveira Tavares (CNPJ nº 14.952.486/0001-72).

Gaspar/SC, 19 de agosto de 2019.
CELSON DE OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC EXTRATO DO DÉCIMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO Nº SAF-19/2016

Publicação Nº 2127787

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO DÉCIMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO Nº SAF-19/2016

Objeto: Inclusão do item 12 ao Lote 01 do contrato de seguro para a frota de veículos do Município de Gaspar. Contratado: GENTE SEGU-RADORA S/A (90.180.605/0001-02). Valor total: R\$ 1.600,01 (um mil e seis seiscentos reais e um centavo).

Gaspar/SC, 19 de agosto de 2019.
ZILMA MÔNICA SANÇÃO BENEVENUTTI
Secretária Municipal de Educação

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2127915

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2019

OBJETO: Locação do imóvel situado em Gaspar/ SC, no bairro: Belchior Alto, na Rua Nova Biguaçu- Cidade de Gaspar - SC, área de 5.687,44 m2, utilizadas para a alocação da estrutura de um poço tubular artesiano, rede de distribuição e acesso de passagem, destinado ao abastecimento público de água potável à comunidade.

CONTRATADO: ELISEU KRAUSE (226.426.509-44) e RENATA MARIA SCHMITT KRAUSE, (021.823.829-09)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais).

DATA VIGÊNCIA: 20/08/2019

DATA VENCIMENTO: 19/08/2020

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 15 de agosto de 2019.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 087 2019 - REMANEJAMENTO - 14.8.19

Publicação Nº 2128493

DECRETO Nº 087/2019

AUTORIZA O REMANEJAMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que após a aprovação da Lei 1.361/2019, e ele Decreto:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários da Lei Orçamentária para 2019 para corrigir equívoco na abertura de crédito especial autorizado pela lei municipal nº 1322/2019, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2101	SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	90.500,00
2101.04.129.0001.2065	Manutenção da Secretaria da Receita	90.500,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	90.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.500,00
0501	SECRETARIA DE FAZENDA	90.500,00
0501.04.123.0002.2007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	90.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	90.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.500,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2100	SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	90.500,00
2101.04.129.0001.2065	Manutenção da Secretaria da Receita	90.500,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	90.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.500,00
0501	SECRETARIA DE FAZENDA	90.500,00
0501.04.123.0002.2007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	90.500,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	90.500,00
0.1.82.000122	Operação de Crédito - PMAT	90.500,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de agosto de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1361 2019 - REMANEJAMENTO - 14.8.20019

Publicação Nº 2128489

LEI Nº 1.361, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA O REMANEJAMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários da Lei Orçamentária para 2019 para corrigir equívoco na abertura de crédito especial autorizado pela lei municipal nº 1322/2019, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2101	SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	90.500,00
2101.04.129.0001.2065	Manutenção da Secretaria da Receita	90.500,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	90.500,00

0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.500,00
0501	SECRETARIA DE FAZENDA	90.500,00
0501.04.123.0002.2007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	90.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	90.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.500,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2100	SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	90.500,00
2101.04.129.0001.2065	Manutenção da Secretaria da Receita	90.500,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	90.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.500,00
0501	SECRETARIA DE FAZENDA	90.500,00
0501.04.123.0002.2007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	90.500,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	90.500,00
0.1.82.000122	Operação de Crédito - PMAT	90.500,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de agosto de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 30/2019**

Publicação Nº 2129020

PORTARIA Nº 30/2019

NEDISON NILDO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lê são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 1085/2016 de 01 abril de 2016, e demais vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio Convertida em dinheiro, conforme parágrafo único do artigo 168 da Lei 1085/2016, para o funcionário efetivo da Câmara Municipal o Servidor LEONARDO OSNI QUINTINO, matrícula 51, referente o quinquênio 2014/2019.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 14 de Agosto de 2019.

NEDISON NILDO MARTINS Presidente	ALDIR DOURIVAL ROSA 1º Secretário
-------------------------------------	--------------------------------------

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 032/2019 - ORÇAMENTO

Publicação N° 2128803

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N° 000032/19 de 16 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002125/18 de 14 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(139)3.3.90.00.00.00.00.2.030-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
<hr/>	
Total Suplementação:	100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(138)3.1.90.00.00.00.00.2.030-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
<hr/>	
Total Anulação:	100.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Agosto de 2019.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N20-2019 -HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Publicação Nº 2128225

DECRETO N.020/2019, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

"HOMOLOGA AVALIAÇÕES DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADAS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA 234/2019, DE 16 DE JULHO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará,

DECRETA

Artigo 1º. Ficam homologadas as Avaliações de Servidores em Estágio Probatório, realizadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, constituída pela Portaria 234/2019, de 16 de julho de 2019.

Artigo 2º. As avaliações de que trata o caput do artigo 1º referem-se aos Servidores:

FUNCIONARIO AVALIADO	NOTA	MEDIA e CONCEITO FINAL
ALEXANDRA DE LIMA	100.00	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
ALICE DACOREGIO PERIN	64.75	APROVADO - SERVIDOR COM NOTA MÉDIA
CRISTIANE LUIIZ BRIGIDO	70.00	APROVADO - SERVIDOR COM NOTA MÉDIA
CRISTIANO CARRER FERRAREIS	100.00	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
CRISTIANO COSTA CAMACHO	71.50	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
DAIANE SCHLICKMANN KULKAMP	70.00	APROVADO - SERVIDOR COM NOTA MÉDIA
ELIEL DE OLIVEIRA BONOTI	74.50	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
FABIO SCHMITZ BLASIUS	92.65	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
FERNANDA ALBERTON PINTO	79.60	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
FERNANDA ZILLI FERMINO	89.80	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
FLAVIA RAQUEL PEREIRA	85.30	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
FRANCELLWIKA CATHARINE GOMES DE AZEVEDO	73.45	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
GILBERTO GONÇALVES COSTA	52.45	APROVADO - SERVIDOR COM NOTA MÉDIA
HELIO ANTONIO MORGAN	97.15	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
JILCELIA CANDIDO	82.45	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
KAROLINI MONTEIRO DA CORREGGIO	80.20	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
LILIANI RODRIGUES FERNANDES	72.85	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
MAIARA POSSENTI DAL SANTO	72.85	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
MAURO JOSÉ DE ANDRADES	80.20	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
MILEIDE WESLING RECH DA SILVA	92.05	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
MILENE MARQUES DA COREJO	70.00	APROVADO - SERVIDOR COM NOTA MÉDIA
PATRICIA CEOLIN SEBOLD	77.35	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
PRISCILA MARIA DA SILVA	70.00	APROVADO - SERVIDOR COM NOTA MÉDIA
RONALDO ANDRE SILVEIRA	79.60	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR
VALDETE ALEXANDRE SERAFIM	77.95	APROVADO -SERVIDOR EXEMPLAR

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

16 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria e no Diário Oficial dos Municípios.

DIONE HEINZEN

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº126.2019 PROCESSO 125.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2127958

ESTADO DE SANTA CATARINA	PREGÃO PRESENCIAL	
MUNICIPIO DE GUARACIABA	Nr.: 104/2019 - PR	
CNPJ: 82.821.216/0001-82	Processo Administrativo:	125/2019
RUA ADEMAR DE BARROS, 85	Processo de Licitação:	125/2019
C.E.P.: 89920-000	- Guaraciaba - SC	Data do Processo: 06/08/2019
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 126/2019 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXPLORAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ESPAÇOS/ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS DA "RÁDIO FEIRA" PARA A EXECUÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA FEIRA COMERCIAL, AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE GUARACIABA, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS, 04, 05 E 06 DE OUTUBRO DE 2019, NA RUA 1º DE MAIO, GUARACIABA/SC, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Às 09:00 (nove) horas do dia 19 (dezenove) do mes de agosto de dois mil e dezenove, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 125/2019, Pregão Presencial 104/2019 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666 /93, ficando o novo prazo previsto para o dia 30/08/2019, às 11:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Guaraciaba, 19 de Agosto de 2019
COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI

- - Pregoeiro(a)

ADRIANA OMIZZOLO

ELIZETE SANDRA BENACHIO LUDWIG

- - EQUIPE DE APOIO

- - EQUIPE DE APOIO

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 10.19 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO.DOC

Publicação Nº 2128580

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2019.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 26/19, Edital de Pregão Presencial Nº 10/19, Tipo menor preço por item, Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO TIPO SEDAN para uso na Secretaria Municipal de Saúde; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 02/09/19; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 02/09/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 19 de agosto de 2019.

DAIANE DORIGON,
Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 113.19 REGISTRO DE PREÇOS FABRICAÇÃO PLATIBANDA CENTRO EVENTOS.DOC

Publicação N° 2128568

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°113/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 134/19, Edital de Pregão Presencial N° 113/19, Tipo Menor Preço. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATIBANDA NO CENTRO DE EVENTOS, LOCALIZADO NA RUA 1º DE MAIO, GUARACIABA/SC; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 02/09/19; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 02/09/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h as 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 19 de agosto de 2019.

Vandecir Dorigon,

Prefeito Municipal em Exercício

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2019-PMG

Publicação Nº 2128839

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 186/2019 - PMG

Processo Licitatório: 186/2019 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA E JARDINAGEM PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 02/09/2019 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 02/09/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 196/2019 - PMG

Publicação Nº 2127863

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº 196/2019 – PMG

Processo Licitatório: 196/2019 – PMG

Tipo: Menor preço/lance por item

Objeto: Aquisição de água mineral e vasilhames para atender as necessidades da administração direta e indireta do município de Guaramirim (SC)

Entrega dos Envelopes: até 03/09/2019 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 03/09/2019 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de agosto de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 37/2019 - FMS

Publicação Nº 2127865

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº 37/2019 – FMS

Processo Licitatório: 37/2019 – FMS

Tipo: Menor preço/lance por item

Objeto: Aquisição de materiais (brindes) para a distribuição gratuita em campanhas promovidas pela vigilância de saúde do fundo municipal de saúde de Guaramirim (SC)

Entrega dos Envelopes: até 04/09/2019 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 04/09/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2019 - PMG

Publicação Nº 2128784

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 197/2019 – PMG

Processo Licitatório: 197/2019 – PMG

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS PUBLICAÇÕES DE ATOS LEGAIS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: até 04/09/2019 às 14h

Abertura dos Envelopes: 04/09/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de agosto de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

DECRETO Nº. 1106/2019

Publicação Nº 2128141

DECRETO Nº. 1106/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4639/2019, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura
001 - Secretaria de Infraestrutura
0015.0451.0011.1018 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

10 - Secretaria Municipal de Agricultura
001 - Secretaria Municipal de Agricultura
0020.0606.0008.1031 - Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos - Agricultura
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

01 - Câmara Municipal de Vereadores
001 - Câmara Municipal de Vereadores
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das atividades da Câmara Mun
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**DECRETO Nº. 1107/2019**

Publicação Nº 2128142

DECRETO Nº. 1107/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4640/2019, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0302.0006.2038 - Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde
33190000000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 130.000,00
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 140.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0301.0006.2044 - Assistência Farmacêutica Básica
33390000000000000000 - Aplicações diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 140.000,00
 0010.0301.0006.2134 - Assistência Farmacêutica Básica - Insumo para Diabéticos
 33390000000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 130.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini
 Prefeito

Jair Tomelin
 Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1108/2019

Publicação Nº 2128143

DECRETO Nº. 1108/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4641/2019, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	126.000,00
0012.0361.0005.2024 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	400.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0365.0005.2019 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Pré-Escola	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	80.000,00
0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. da Educação Infantil - Pré-Escola	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	20.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	70.000,00
006 - Educação Infantil - Creches	
0012.0365.0005.2020 - Reforma e manutenção de Centros de Educação Infantil	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	97.000,00
0012.0365.0005.2023 - Manutenção e Desenv. da Educação Infantil - Creche	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	150.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	42.000,00
TOTAL	985.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do excesso de arrecadação apurado até esta data, na fonte de recursos 4175801110000000000-Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB – principal, 01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino), no valor de R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1109/2019

Publicação Nº 2128146

DECRETO Nº. 1109/2019
Aprova o Loteamento Residencial Jardim das Laranjeiras.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento Residencial Jardim das Laranjeiras, situado no bairro Bananal, neste município, empreendido no imóvel com superfície de 374.368,94m², na Rua 27 - Bananal, objeto da matrícula nº 33.521, do livro 2 Registro Geral, do Ofício de Registro de Imóveis de Guaramirim-SC, de propriedade de Mantau e Oliveira Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 19.066.217/0001-22.

§ 1º Fica Instituído sobre as matrículas área de AUPE de 36.991,38 m² sendo parte específica para reservatório das águas de Guaramirim, e área Verde de 21.705,60m².

§ 2º O município de Guaramirim passa a incorporar no seu sistema viário as Ruas I - Parte A, com área de 4.147,57m²; Rua I - Parte B, com área de 4.004,84 m²; Rua II, com área de 1.742,22m²; Rua III, com área de 3.549,05m²; Rua IV, com área de 854,51m²; Rua V, com área de 1.997,05m²; Rua VI, com área de 1.768,72m²; Rua VII, com área de 2.432,39m²; Rua VIII, com área de 3.249,01m², todas sem denominação.

Art. 2º. Para garantia da realização e conclusão do referido loteamento, ficam caucionado em favor do Município de Guaramirim, os seguintes lotes integrantes do mesmo:

I – 49 (quarenta e nove) lotes numerados do 01 ao 49, da quadra A;
II - 21 (vinte e um) lotes numerados do 50 ao 70, da quadra B;
III - 47 (quarenta e sete) lotes numerados do 71 ao 117, da quadra C;
IV - 28 (vinte e oito) lotes numerados do 118 ao 145, da quadra D;
V - 07 (sete) lotes numerados do 146 ao 152, da quadra E;

VI – 23 (vinte e três) lotes numerados do 153 ao 175, da quadra F;

VII - 12 (doze) lotes numerados do 176 ao 187, da quadra G;

VIII - 08 (oito) lotes numerados do 188 ao 195, da quadra H;

IX - 23 (vinte e três) lotes numerados do 196 ao 218, da quadra I;

X - 33 (trinta e três) lotes numerados do 219 ao 251, da quadra J;

XI - 18 (dezoito) lotes numerados do 252 ao 269, da quadra K;

Parágrafo único. É condição para a eficácia do presente decreto, a apresentação conjunta do pedido de Loteamento e da escritura pública de caução em favor do Município de Guaramirim, ao Ofício de Registro de Imóveis de Guaramirim-SC, sendo as custas necessárias por conta da proprietária do empreendimento, devendo a mesma encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano cópia da matrícula atualizada com a averbação mencionada.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 952/2018.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de agosto de 2019.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2019 FMS

Publicação Nº 2128106

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2019 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2019 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO A FUTURA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS PARA ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS E SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º28/2019 FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.04, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, sob o CNPJ no 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: CARLA MACHADO DE SOUZA ME, com sede na Rua 1401, n.º 377, sala 1A, bairro Centro, em Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 09.525.628/0001-85.

Vigência: Início: 12/08/2019 Término: 11/08/2020

Fornecedor: 30528356 - CARLA MACHADO DE SOUZA ME

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	561600	ML	CUBITAN (MARCA ESPECIFICADA CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL). SUPLEMENTO LÍQUIDO HIPERPROTEICO PARA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO. ACRESCIDO DE ARGININA, ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS E, C, A, COM MIX DE CAROTENOIDES. ISENTO DE GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200 ML. SABORES BAUNILHA, MORANGO E CHOCOLATE. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Danone	0,0820	46.051,20
3	130000	GR	FÓRMULA INFANTIL COM 100% PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA, COM DHA E ARA. ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN. INDICADO PARA LACTENTES E CRIANÇAS COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, SEM QUADRO DIARREICO. APRESENTAÇÃO: LATA. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Danone	0,1200	15.600,00
4	72000	GR	NEOCATE LCP (MARCA ESPECIFICADA CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL). FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA PARA NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL. CONTÉM AMINOÁCIDOS LIVRES E SINTÉTICOS, XAROPE DE GLICOSE, ÓLEOS VEGETAIS E TCM. ADICIONADA DE LCPUFAS (ARA E DHA) E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 36 MESES. NÃO CONTÉM GLÚTEN. INDICADO PARA ALERGIA ALIMENTAR (AO LEITE DE VACA, À SOJA, A HIDROLISADOS E MÚLTIPLAS PROTEÍNAS). DENSIDADE CALÓRICA 67 KCAL/100ML. POSSUI 11,2% DE PROTEÍNA (100% AMINOÁCIDOS LIVRES), 43,1% DE CARBOIDRATOS (100% XAROPE DE GLICOSE), 47,7% DE LIPÍDEOS (ÓLEOS VEGETAIS, TCM, ARA, DHA). EMBALAGEM: LATA DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Danone	0,4700	33.840,00
5	76800	GR	PREGOMIM PEPTI (MARCA ESPECIFICADA CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL). FÓRMULA INFANTIL EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE SEM LACTOSE. INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA COM QUADROS DIARRÉICOS E/OU MÁ ABSORÇÃO DESDE O NASCIMENTO. CONTÉM LCPUFAS (DHA E ARA), 100% POLÍMEROS DE GLICOSE, 50% TCM E NUCLEOTÍDEOS. DENSIDADE CALÓRICA 66 KCAL/100 ML. NÃO CONTÉM GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS.	Danone	0,2400	18.432,00
Total					R\$113.923,20	

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 26/2019 FMS

Publicação Nº 2128108

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2019 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2019 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO A FUTURA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS PARA ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS E SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 28/2019 FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.04, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, sob o CNPJ no 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI, com sede na Rua Gonçalves Junior, n.º 109, bairro Centro, em Anitápolis, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 33.154.286/0001-19.

Vigência: Início: 12/08/2019 Término: 11/08/2020

Fornecedor: 30509254 - SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	153600	GR	FÓRMULA INFANTIL ANTIRREFLUXO, PARA LACTENTES DE 0 (ZERO) A 12 (DOZE) MESES QUE APRESENTAM REGURGITAÇÃO, COM DHA E ARA, ENRIQUECIDA COM FERRO, VITAMINAS E MINERAIS, ATENDENDO TODAS AS RECOMENDAÇÕES DE RDA PARA LACTENTES, COM AGENTE ESPESSANTE (GOMA OU AMIDO PRÉ-GELATINIZADO). ISENTO DE GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Nan AR-Nes-tlé	0,0290	4.454,40
Total					R\$4.454,40	

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 50/2019 - PMG

Publicação Nº 2128419

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 50/2019- PMG

Processo de Licitação: 111/2019 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PEDRO FRANCISCO KLEIN, POR MEIO DE FINANCIAMENTO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA – BADESC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 92.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº 1720, Bairro: Figueirinha, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Valor do Contrato: R\$ 620.582,01 (seiscentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e dois reais e um centavo).

Data da Assinatura: 19/08/2019 Vigência: 31/03/2020

GUARAMIRIM (SC), 19/08/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4639/2019

Publicação Nº 2128137

LEI Nº. 4639/2019

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1018 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública

34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

10 - Secretaria Municipal de Agricultura
001 - Secretaria Municipal de Agricultura
0020.0606.0008.1031 - Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos - Agricultura
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

01 - Câmara Municipal de Vereadores
001 - Câmara Municipal de Vereadores
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das atividades da Câmara Mun
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4640/2019

Publicação Nº 2128138

LEI Nº. 4640/2019

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0302.0006.2038 - Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde
33190000000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 130.000,00
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 140.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0301.0006.2044 - Assistência Farmacêutica Básica
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 140.000,00
0010.0301.0006.2134 - Assistência Farmacêutica Básica - Insumo para Diabéticos
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 130.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4641/2019

Publicação Nº 2128139

LEI Nº. 4641/2019

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	126.000,00
0012.0361.0005.2024 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	400.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0365.0005.2019 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Pré-Escola	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	80.000,00
0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. da Educação Infantil - Pré-Escola	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	20.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	70.000,00
006 - Educação Infantil - Creches	
0012.0365.0005.2020 - Reforma e manutenção de Centros de Educação Infantil	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	97.000,00
0012.0365.0005.2023 - Manutenção e Desenv. da Educação Infantil - Creche	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	150.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	42.000,00
TOTAL	985.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do excesso de arrecadação apurado até esta data, na fonte de recursos 4175801110000000000-Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB – principal, 01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino), no valor de R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais).

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 400/2019

Publicação Nº 2128130

PORTARIA Nº. 400/2019

Altera a Portaria nº. 178/2018, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 178/2018 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

.....

VII - Ação Social de Guaramirim:

a) Titular: Daniel Campregheer;

b) Suplente: Maria Salete Kuster.

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 401/2019

Publicação Nº 2128133

PORTARIA Nº. 401/2019

Contrata Taisa Venturi por meio do Concurso Público nº. 001/2018.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Taisa Venturi, por meio do Concurso Público nº. 001/2018, no cargo de Professora de Música (20 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 07 de agosto de 2019.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 396/2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 402/2019

Publicação Nº 2128135

PORTARIA Nº. 402/2019

Altera a Portaria nº. 322/2019, que nomeia membros para comporem o Grupo Institucional do Poder Público - GIPP.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 322/2019 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º.

.....

IX – Representante dos Bombeiros Voluntários: Maicon Rodrigo Ewald.” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de agosto de 2019.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 403/2019

Publicação Nº 2128136

PORTARIA Nº. 403/2019

Contrata Nayara laporte Pereira de Almeida por meio do Concurso Público nº. 001/2018.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Nayara laporte Pereira de Almeida, por meio do Concurso Público nº. 001/2018, no cargo de Professora de Artes (40 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 16 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de agosto de 2019.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA PELO CMDCA - DOS CANDIDATOS A CONSELHEIRO TUTELAR

Publicação Nº 2128748

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA PELO CMDCA CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE NOTA

NOME	N. ACERTOS	NOTA
Elizete Luzia Pereira	20	8,4
Nadia Paula Vieira Amancio	20	8,4
Luan Miranda Ribeiro	20	8,4
Simone Regina de Freitas Sueira	19	7,9
Fabiane Francener Alves Batista	19	7,9
Karine Meyer Silveira	19	7,9
Jessica Prusse	19	7,9
Kerolayn Francener	19	7,9
Carlos Alberto da Silva	18	7,5
Izolete Montibeler Fogulari	18	7,5
Gertrudes Orzechowski Peixer	17	7,1
Renata Kemmer Mendes	17	7,1
Everli Terezinha Zanluca Safanelli	17	7,1
Letycia Danielle de Azevedo	17	7,1
Lisandra Cristina de Borba	16	6,7
Jeniffer Mara Mafra	16	6,7
Mayra Steffanni Correa de Paula	16	6,7
Jesiane Borba	13	5,4
Simone Carla Dgevieski de Lara	Não compareceu	0,0
Joice Carina Jung de Oliveira	Não compareceu	0,0
Jaqueline Lava	Não compareceu	0,0

Guaramirim, 19 de agosto de 2019.

ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2019 – PMG

Publicação Nº 2128028

**PREFEITURA DE
GUARAMIRIM**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2019 – PMG

Objeto: Registro de preços para a aquisição de mudas de flores, árvores, gramas e insumos para serem utilizadas nas áreas públicas do município de Guaramirim (SC).

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**, neste ato representada pelo seu Prefeito, o Sr. **Luis Antonio Chiodini**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a **ERRATA** do Edital de Pregão Presencial nº 177/2019 – PMG.

1. ERRATA DO EDITAL

1.1. No item **3.1** do Edital, na tabela do objeto, fica revogado o item 23:

23	25	SACO	ABUBO QUÍMICO FORMULADO, FORMULAÇÃO NPK 13.13.28, SACO DE 60KG.	R\$ 94,40	R\$ 2.360,00
----	----	------	---	-----------	--------------

Os outros itens do edital e a data da sessão pública permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail gabriel.felippi@guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

RUA 28 DE AGOSTO, 2042
CENTRO – GUARAMIRIM SC
CEP 89270-000 | FONE: (47) 3373-0247
WWW.GUARAMIRIM.SC.GOV.BR

Guarujá do Sul

PREFEITURA

97/2019

Publicação Nº 2128434

DECRETO Nº 097/2019
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.420,76 (quinze mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e seis centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

01- Departamento de Urbanismo:

Atividade: 0801.15.452.0019.2.021

3.3.90.00-00.00.267 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00(cent mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:

Função 10 – Saúde

Subfunção 301 – Atenção Básica

Programa 10 – Saúde Básica

Atividade: 2.042 – Manutenção do Depto. Municipal de Saúde

4.4.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 5.420,76

Art. 3º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2018, referente aos Próprios no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 4º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:

Função 10 – Saúde

Subfunção 301 – Atenção Básica

Programa 10 – Saúde Básica

Atividade: 2.042 – Manutenção do Depto. Municipal de Saúde

3.3.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 5.420,76

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 19 de agosto de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMAS CD 28/2019

Publicação Nº 2128050

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 28/2019

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 20.000 km do veículo Ford KA SE 1.0 HA B QIQ 2948, utilizado pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

Fornecedor: FOROESTE VEICULOS LTDA
Valor Total - R\$ 575,28 (Material R\$ 470,28 / Serviço R\$ 105,00)
Guarujá do Sul, SC, 19 de agosto de 2019.
Franciane Baseggio.
Responsável FMAS.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 29.2019

Publicação Nº 2127854

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 29/2019.
CONCEDE DIÁRIAS AO VEREADOR ILÁRIO BAUMGARDT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao Vereador ILÁRIO BAUMGARDT a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UVESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111 da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

PORTARIA LEGISLATIVA N. 30.2019

Publicação Nº 2127875

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 30/2019.
CONCEDE DIÁRIAS AO VEREADOR JORGE BATISTA DA SILVA JUNIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao Vereador JORGE BATISTA DA SILVA JUNIOR a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UVESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111 da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

PORTARIA LEGISLATIVA N. 31.2019

Publicação Nº 2127892

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 31/2019.

CONCEDE DIÁRIAS AO VEREADOR JAIR TIBOLLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao Vereador JAIR TIBOLLA a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UVESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111 da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

PORTARIA LEGISLATIVA N. 32.2019

Publicação Nº 2127899

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 32/2019.

CONCEDE DIÁRIAS A VEREADORA DALVÂNI ROBERTA LERMEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede a Vereadora DALVÂNI ROBERTA LERMEN a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UVESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111 da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

PORTARIA LEGISLATIVA N. 33.2019

Publicação Nº 2127968

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 33/2019.

CONCEDE DIÁRIAS A VEREADORA ALICE GRAF LIMBERGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede a Vereadora ALICE GRAF LIMBERGER a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UDESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111, § 2º da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM conforme art. 11 da Lei Municipal nº 2.342/2014, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

PORTARIA LEGISLATIVA N. 34.2019

Publicação Nº 2127972

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 34/2019.

CONCEDE DIÁRIAS A VEREADORA IRIA ROHENKOHL TAUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede a Vereadora IRIA ROHENKOHL TAUBE a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UDESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111, § 2º da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM conforme art. 11 da Lei Municipal nº 2.342/2014, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.

Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

PORTARIA LEGISLATIVA N. 35.2019

Publicação Nº 2127978

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 35/2019.

CONCEDE DIÁRIAS AO SECRETÁRIO EXECUTIVO MARCOS VINÍCIUS DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao Secretário Executivo MARCOS VINÍCIUS DOS SANTOS a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UDESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111, § 2º da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM conforme art. 11 da Lei Municipal nº 2.342/2014, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.
Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

PORTARIA LEGISLATIVA N. 36.2019

Publicação Nº 2127986

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 36/2019.

CONCEDE DIÁRIAS A VEREADORA SÔNIA MARA MACHADO DOS SANTOS ANDRIOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ILÁRIO BAUMGARDT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede a Vereadora SÔNIA MARA MACHADO DOS SANTOS ANDRIOLI a percepção de 2,5 (duas e meia) diárias com destino a Treze Tílias – SC, nos dias 21 a 23 de agosto de 2019 para participar do Seminário Estadual de Vereadores 2019 que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, promovido pela UVESC.

Art. 2º A saída será dia 21/08 às 02h00 e o retorno dia 23/08 às 17h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111, § 2º da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias 91 UFRM conforme art. 11 da Lei Municipal nº 2.342/2014, perfazendo o total de R\$ 932,75 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2019.
Em sua 14ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º Período, 56ª Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Marcos Vinícius dos Santos
Secretário Executivo

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019

Publicação Nº 2129077

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 08 de janeiro de 2020, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês agosto de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual e futura aquisição de câmeras de alta resolução formato Dome, para o sistema de monitoramento integrado a ser instaladas no município de Herval d'Oeste,, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo senhor MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício, inscrito no CPF nº 713.164.509-53 e a empresa BATERIAS CHAPECÓ LTDA. EPP inscrita no CNPJ nº 19.038.316/0001-09, neste ato representada pelo seu sócio administrador senhor KLEITON SILVANI, inscrito no CPF Nº 007.770.189-50 em decorrência do processo licitatório nº 071/2019, modalidade pregão presencial nº 035/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 61.530,00 (sessenta e um mil quinhentos e trinta reais)

Herval d'Oeste, 05 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI	KLEITON SILVANI
Prefeito em Exercício	Sócio Administrador
CPF: 713.164.509-53	CPF nº 007.770.189-50
Pelo Município	Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia	Raphael Anzolin Witte
CPF: 687.857.399-87	CPF: 066.259.739-71

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019 ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Bateria 65AH – 12 volts – Livre de Manutenção (Selada) i. Mínimo de 12 Meses de Garantia á partir da data de entrega da mesma; ii. Identificação de homologação/conformidade sob os requisitos do INMETRO; conforme portaria nº299 de 14/06/2012; iii. Certificação sob os requisitos da ABNT/NBR; Informações Técnicas: i. Capacidade No+A1:G7minal: 65Ah ii. Tensão Nominal: 12V	PREMIUM	UND	40	278,00	11.120,00
2	Bateria 70AH – 12 volts – Livre de Manutenção (Selada) i. Mínimo de 12 Meses de Garantia á partir da data de entrega da mesma; ii. Identificação de homologação/conformidade sob os requisitos do INMETRO; conforme portaria nº299 de 14/06/2012; iii. Certificação sob os requisitos da ABNT/NBR; Informações Técnicas: iii. Capacidade Nominal: 70Ah iv. Tensão Nominal: 12V	PREMIUM	UND	40	348,00	13,920,00

3	<p>Bateria 110AH – 12 volts – Livre de Manutenção (Selada)</p> <p>i. Mínimo de 12 Meses de Garantia á partir da data de entrega da mesma;</p> <p>ii. Identificação de homologação/conformidade sob os requisitos do INMETRO; conforme portaria nº299 de 14/06/2012;</p> <p>iii. Certificação sob os requisitos da ABNT/NBR;</p> <p>Informações Técnicas:</p> <p>vii. Capacidade Nominal: 110Ah</p> <p>viii. Tensão Nominal: 12V</p>	PREMIUM	UND	50	419,00	20.950,00
4	<p>Bateria 150AH – 12 volts – Livre de Manutenção (Selada)</p> <p>i. Mínimo de 12 Meses de Garantia á partir da data de entrega da mesma;</p> <p>ii. Identificação de homologação/conformidade sob os requisitos do INMETRO; conforme portaria nº299 de 14/06/2012;</p> <p>iii. Certificação sob os requisitos da ABNT/NBR;</p> <p>Informações Técnicas:</p> <p>ix. Capacidade Nominal: 150Ah</p> <p>x. Tensão Nominal: 12V</p>	PREMIUM	UND	30	518,00	15.540,00

MAURO SÉRGIO MARTINI
 Prefeito em Exercício
 CPF: 713.164.509-53
 Pelo Município

KLEITON SILVANI
 Sócio Administrador
 CPF nº 007.770.189-50
 Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019

Publicação Nº 2129079

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 08 de janeiro de 2020, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês agosto de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual e futura aquisição de câmeras de alta resolução formato Dome, para o sistema de monitoramento integrado a ser instaladas no município de Herval d'Oeste,, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo senhor MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício, inscrito no CPF nº 713.164.509-53 e a empresa XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA. ME inscrita no CNPJ nº 18.190.216.0001-22, neste ato representada pelo seu sócio administrador senhor MARCELO VEBER, inscrito no CPF Nº 787.068.829-00 em decorrência do processo licitatório nº 079/2019, modalidade pregão presencial nº 038/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Herval d'Oeste, 14 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI
 Prefeito em Exercício
 CPF: 713.164.509-53
 Pelo Município

MARCELO VEBER
 Sócio Administrador
 CPF nº 787.068.829-00
 Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
 CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte
 CPF: 066.259.739-71

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019
ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	<p>CAMERA DE ALTA RESOLUÇÃO EM FORMATO DOME COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE: SPEED DOME NETWORK HDTV</p> <p>Design tipo dome; interface de rede incorporada interna para monitoramento remoto 100 Base-TX em protocolo de internet (TCP/IPv4/v6) com conexão RJ45 ; sensor de imagem tipo CCD ou MOS de 1/3"; resolução de imagem de 1.280 x 720 pixels a 20 fps; compactação de imagem H264 e MJPEG; dois streams de vídeo; iluminação de 0,8 lux em cores e de 0,07 lux em preto e branco; função dia e noite (day-night) ; rotação horizontal de 360°; rotação vertical de 90°; velocidade de pan de 300°/s; velocidade de tilt de 100°/s; configuração de 50 posições pré programadas com execução automática e manual; zoom óptico de 18 vezes; mecanismo de lente com foco automático e manual; máscara de privacidade configurável; entrada para conexão de dispositivo de alarme externo; saída para controle de dispositivo externo; compatível com o software Digifort em uso pela SSP e operação 24/7; estabilizador de imagem automático, back light</p>	HIKVISION - DS 2DE 5230W-AE	UND	10	2.400,00	24.000,00

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 2128897

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019/HO

O Município de HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2019/HO, destinado ao provimento de vagas em caráter efetivo e cadastro reserva, conforme dispõe a Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, Leis Complementares n.280/11, 281/11, 292/11 e 316/13, e demais legislação vigente, bem como de acordo com as instruções deste Edital.

Cargos:

Agente de Vigilância Sanitária; Auxiliar de Serviços de Saúde; Farmacêutico; Fiscal de Tributos; Médico; Médico Ginecologista; Médico Pediatra; Médico Psiquiatra; Nutricionista; Recepcionista (UPA) 24 h

Das inscrições:

De 20 de agosto a 18 de setembro de 2019 exclusivamente via internet, através do site eletrônico www.aprenderesc.srv.br.

Divulgação Local da Prova:

20 de setembro 2019

Provas:

As provas serão aplicadas no dia 27 de outubro de 2019. 08h30min.

O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Herval d'Oeste (SC), no site www.hervaldoeste.sc.gov.br bem como no site da empresa organizadora www.aprenderesc.srv.br.

Herval d'Oeste (SC), 19 de agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2019

Publicação Nº 2128904

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2019

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de Telefonia Fixa comutado na modalidade de DDR - Discagem Direta Ramal (Digitronco) para uso da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades.

CONTRATADO

OI S.A.

VALOR CONTRATADO

R\$ 13.577,80 (treze mil quinhentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)

PERÍODO

12 meses

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 16 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 020/2019

Publicação N° 2128958

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 086/2019

OBJETO

Consiste o presente processo de Dispensa de licitação para Contratação de empresa especializada para execução de reparos com pinturas nas paredes externas do PSF do bairro São Jorge, com fornecimento de material e mão de obra.

CONTRATADO

STRAHL ENGENHARIA EIRELI - ME

CNPJ: 20.554.701/0001-80

Rua Frei Vigário João nº 22 sala 02 – Centro

LUZERNA – SC

VALOR ESTIMADO

VALOR TOTAL: R\$ 10.155,00 (dez mil cento e cinquenta e cinco reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O amparo legal para a dispensa da licitação consta no artigo 24, inciso I e IV da Lei nº 8.666/1993.

Herval d'Oeste, 16 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

NOTIFICAÇÃO PROPOSTAS TP N° 007/2019

Publicação N° 2129082

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 073/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019

OBJETO: Contratação de Empresa(s) especializada(s) para realização de Reforma na EBM Estação Luzerna, GEM Nossa Senhora de Fátima, Biblioteca Pública Municipal e do Ginásio de Esportes de Sede Belém com fornecimento de material e mão de obra, com julgamento pelo menor preço global

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 – Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por sua presidente Senhora TAILANA CRISTINA DE BORBA, inscrita no CPF sob nº. 082.099.219-40

NOTIFICADOS: APOM Construções Eireli -ME CNPJ 31.838.467/0001-39; Strahl Engenharia Eireli. ME CNPJ 20.554.701/0001-80 E Dallasil Fabricação de Esquadrias Metálicas Ltda. EPP. CNPJ 02.402.629/0001-93, pessoas jurídicas de direito privado, participantes do processo licitatório nº 073/2019, na pessoa do seu representante legal,

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 0073/2019 Tomada de Preços nº 007/2019 vem:

NOTIFICAR:

Os Licitantes acima identificados, e a quem interessar possa, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que que não houve interposição de recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, na fase de habilitação, do processo licitatório acima epigrafado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para a sessão pública de abertura das propostas que ocorrerá dia

21/08/2019 às 13h35min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Herval d'Oeste, em 20 de agosto de 2019.
TAILANA CRISTINA DE BORBA
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 1133/2019

Publicação Nº 2128892

PORTARIA Nº 1133/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar de 14 de agosto de 2019, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora ROSANGELA DURIGON CERONI (Matr. 2559), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, constante do quadro de pessoal do poder executivo municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1134/2019

Publicação Nº 2128894

PORTARIA Nº 1134/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Retorno às atividades, a contar de 16 de agosto de 2019, conforme recomendação médico-pericial, à Servidora LUCINÉIA REGINA MACHADO (Matr. 423), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/C, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, sendo que a mesma executará as funções compatíveis às limitações físicas e de saúde decorrentes de doença que atualmente a impede de realizar plenamente as atividades laborais do cargo de origem; com fundamentação na LC Nº 281/2011, de acordo com o previsto no artigo 33 e seus parágrafos.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de agosto de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1135/2019

Publicação Nº 2128896

PORTARIA Nº 1135/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor SADIR ROVÊA (MATRÍCULA 1573), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência - F, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2016 a 18 de agosto de 2018, para serem gozadas a contar de 19 de agosto de 2019 a 11 de setembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1136/2019

Publicação Nº 2128898

PORTARIA Nº 1136/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora FRANCIELI GRISA (MATRÍCULA 4009), ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 30 de setembro de 2017 e 14 de outubro de 2018, para serem usufruídas a contar de 19 de agosto de 2019 a 17 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1137/2019

Publicação Nº 2128899

PORTARIA Nº 1137/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora FABIANA CORBARI (MATRÍCULA 1689), ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde (readaptada), Nível – 8, Referência "D", 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2015 e 01 de novembro de 2016, para serem usufruídas a contar de 19 de agosto de 2019 a 17 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1138/2019

Publicação Nº 2128901

PORTARIA Nº 1138/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora VIVIAN FRANCESCHET (MATRÍCULA 4856), ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18 de julho de 2018 e 18 de julho de 2019, para serem usufruídas a contar de 19 de agosto de 2019 a 17 de

setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1139/2019

Publicação Nº 2128903

PORTARIA Nº 1139/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor DIEGO ZAMPIERI (MATRÍCULA 4038), ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Nível – 7, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de novembro de 2017 e 13 de novembro de 2018, para serem usufruídas a contar de 19 de agosto de 2019 a 17 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1140/2019

Publicação Nº 2128905

PORTARIA Nº 1140/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor IGOR FONTANA DARONCO (MATRÍCULA 2786), ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de julho de 2018 e 10 de julho de 2019, para serem usufruídas a contar de 19 de agosto de 2019 a 17 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1141/2019

Publicação Nº 2128907

PORTARIA Nº 1141/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora MARISTELA PEDROSO DOS SANTOS (MATRÍCULA 2684), ocupante do cargo de

provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de dezembro de 2017 e 09 de dezembro de 2018, para serem usufruídas a contar de 19 de agosto de 2019 a 17 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1142/2019

Publicação Nº 2128910

PORTARIA Nº 1142/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora PAOLA ANTUNES DE MORAES (MATRÍCULA 4677), ocupante do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS, Nível – DAS-4, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de agosto de 2018 e 16 de agosto de 2019, para serem usufruídas a contar de 19 de agosto de 2019 a 17 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1143/2019

Publicação Nº 2128916

PORTARIA Nº 1143/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 832/2019, ao servidor VALDEMAR DO AMARAL E SILVA (MATRÍCULA 545), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, Nível – 8/1, Referência - J, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de outubro de 2017 e 23 de outubro de 2018, para serem usufruídas a partir de 19 de agosto de 2019 a 28 de agosto de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1144/2019

Publicação Nº 2128919

PORTARIA Nº 1144/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 373/2019, ao servidor FLÁVIO FACENDA (MATRÍCULA

582), ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência - J, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de março de 2017 e 03 de março de 2018, para serem usufruídas a partir de 19 de agosto de 2019 a 07 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1145/2019

Publicação Nº 2128920

PORTARIA Nº 1145/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 1215/2018, à servidora ANDREIA PINTO CAMPOS (MATRÍCULA 4044), ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de dezembro de 2016 e 17 de dezembro de 2017, para serem usufruídas a partir de 19 de agosto de 2019 a 07 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1146/2019

Publicação Nº 2128922

PORTARIA Nº 1146/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 157/2019, à servidora DAIZE TEREZINHA BORSOI (MATRÍCULA 40), ocupante do cargo de provimento efetivo de ORIENTADOR EDUCACIONAL, Nível – 9/1, Referência - B, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de abril de 2017 e 19 de abril de 2018, para serem usufruídas a partir de 19 de agosto de 2019 a 07 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1147/2019

Publicação Nº 2128925

PORTARIA Nº 1147/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 1626/2017, ao servidor GILMAR CARMO KICH (MATRÍCULA

393), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais (readaptado), Nível – 3, Referência - G, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de abril de 2016 e 18 de abril de 2017, para serem usufruídas a partir de 19 de agosto de 2019 a 28 de agosto de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1148/2019

Publicação Nº 2128926

PORTARIA Nº 1148/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 19 de agosto de 2019, a servidora EDNA MARIA MENDES (MATRÍCULA 2865), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência - D, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1149/2019

Publicação Nº 2128931

PORTARIA Nº 1149/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora MARIA ANGELA DE FARIAS SILVA COLLET MOREIRA (MATRÍCULA 3866), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de julho de 2018 a 23 de julho de 2019, para serem gozadas a contar de 19 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1150/2019

Publicação Nº 2129058

PORTARIA Nº 1150/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 985/2019, de 12/07/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 013/2019, instaurado em desfavor da

servidora Elisangela Regina Pinho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/08/2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1151/2019

Publicação Nº 2129063

PORTARIA Nº 1151/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 984/2019, de 12/07/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 012/2019, instaurado em desfavor da servidora Larissa Sutil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/08/2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1152/2019

Publicação Nº 2129068

PORTARIA Nº 1152/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 986/2019, de 12/07/2019, referente ao Processo de Sindicância nº 003/2019, instaurado em desfavor da empresa Auto Volks Ltda, contratada para realizar a coleta de lixo no município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/08/2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1153/2019

Publicação Nº 2129072

PORTARIA Nº 1153/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria nº 987/2019, de 12/07/2019, referente ao Processo Administrativo nº 014/2019, instaurado em desfavor da empresa AZ Construções Ltda., contratada para realizar a coleta de lixo no município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/08/2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1154/2019

Publicação Nº 2129076

PORTARIA Nº 1154/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 790/2019, de 20/05/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2019, instaurado em desfavor da servidora Maisa Mozara da Rosa Buth, ante as razões apresentadas na solicitação de prorrogação de 19/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/08/2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1155/2019

Publicação Nº 2129098

PORTARIA Nº 1155/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora ROSANGELA DURIGON CERONI (Matr. 5019), a contar de 14 de agosto de 2019, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, a qual exerce a função de PROFESSOR, Nível - 7, Referência - C, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1156/2019

Publicação Nº 2129107

PORTARIA Nº 1156/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, DANIELA APARECIDA GASPARETTO (MATRÍCULA 5095), a contar de 19 de agosto de 2019, aprovada em 33º (trigésimo terceiro) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.793/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de agosto de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019

Publicação Nº 2128949

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO

Registro de Preços para a/o eventual contratação de empresa para prestação de serviços PARCELADOS por Km/Rodado de CAMINHÃO CAÇAMBA/BASCULANTE COM CAPACIDADE ENTRE 14TON./CAP. ATÉ 22 TON./CAP, COM OPERADOR, ano de fabricação de 2009 ou superior, subdivido em 3(TRÊS) LOTES, de igual exigência, a serem utilizados conforme necessidades existentes pelo Município de Herval d'Oeste - SC, pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09h00min do dia 30/08/2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional.

Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019

Publicação Nº 2128953

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087 /2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de lavanderia de roupas de ambientes de saúde, com lavagem e esterilização de roupas nas Unidades Básicas de Saúde UBS e da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24 horas, em conformidade com as normas da ANVISA, pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min do dia 02/09/2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional.

Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 19 de agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2019

Publicação N° 2128955

PROCESSO LICITATÓRIO N° 089 /2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2019
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de refeições para usuários e funcionários da Unidade de Pronto Atendimento, Remi Alécio Mascarello – UPA 24 horas, pelo período de 12(doze) meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:00min do dia 03/09/2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, n° 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n°. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, n° 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br , sem custo adicional.

Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 22 de agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal.

Ibiam**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 30/2019 - CMDCA**

Publicação Nº 2128828

RESOLUÇÃO Nº 30/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 622 de 28 de março de 2019 e, Ata de nº 120/2019, CONSIDERANDO, sua responsabilidade na construção de políticas públicas adequados às reais necessidades de atendimento às crianças e adolescentes do Município;

RESOLVE:

Art.1º Publicar resultado final da prova das candidatas aptas a participarem da eleição do Conselho Tutelar, conforme Retificação de edital nº 001/2019;

Art. 2º Relação de candidatas aprovadas, na prova realizada no dia 28 de julho de 2019:

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 19 de agosto de 2019.

Giseli Seffer Alves de Anhaia

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Homologada em: ____/____/____

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 31/2019 - CMDCA

Publicação Nº 2128834

RESOLUÇÃO Nº 31/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 622 de 28 de março de 2019 e, Ata de nº 120/2019, CONSIDERANDO, sua responsabilidade na construção de políticas públicas adequados às reais necessidades de atendimento às crianças e adolescentes do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Publicar a relação das candidatas aptas a participarem da eleição do Conselho Tutelar, conforme Retificação de edital nº 001/2019;

Art. 2º As candidatas aprovadas estão aptas a concorrerem às eleições para Conselheiros Tutelares a ser realizada no dia 06 de outubro de 2019, das 08h00min às 17h00min, no Centro Educacional Elisiane Titon.

Art. 3º Fica definido que a cédula será confeccionada com dois dígitos, cada candidata terá seu número em ordem alfabética do 10 ao 20, não aceitando apenas um dígito, conforme segue:

- 10- Aline Patricia Titon Sutir,
- 11 -Débora Rossato,
- 12- Edir Romanatto Dani,
- 13- Ivonete Trevisol Craco,
- 14- Maria de Fátima Filippi,
- 15- Maria Helena Ferlim,
- 16- Marizani Aparecida Ramos,
- 17- Simara Aparecida Trevisol Slongo,
- 18- Simara Meira de Castro,
- 19- Tamara Elize Bitarello Piovesan,
- 20- Valéria Batista Posanske.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 19 de agosto de 2019.

Giseli Seffer Alves de Anhaia

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Homologada em: ____/____/____

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

RECURSOS PROVA CONSELHEIRO TUTELAR/2019

Publicação Nº 2128817



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ-M



A.S. INSTITUTO

RECURSOS

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA OBJETIVA E GABARITO

RECURSO	DETALHES	ABERTO	INSCRIÇÃO	QUESTÃO	DEFERIMENTO	RESPOSTA	SITUAÇÃO
01	Peso gentilmente que seja analisado a somatória da candidata Simara Slongo, pois a quantia de acertos é referente a 18 onde não confere a nota final.	12/08/2019	04	Nota	Deferido	Prezado Candidato(a): Seu recurso foi analisado e realizada a conferência. Informamos a ocorrência na digitalização.	Deferido
02	Que pelo entendimento onde se fala na pergunta 06 pode ser vendido a criança (segundo Estatuto da Criança e Adolescente ART 78).	12/08/2019	02	06	Indeferido	Prezado Candidato(a): Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão para emitir parecer sobre a questão 06 a qual consta da solicitação, onde o elaborador encaminhou a seguinte consideração. " a questão foi elaborada de acordo com o ART 81 do ECA, que trata da venda à criança e adolescente." INDEFERIDO	Indeferido
03	Que pelo entendimento onde se fala na pergunta 06 pode ser vendido a	12/08/2019	08	06	Indeferido	Resposta correta: letra D Prezado Candidato(a): Seu recurso foi encaminhado ao	Indeferido



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM



	criança (segundo Estatuto da Criança e Adolescente ART 78).					elaborador da questão para emitir parecer sobre a questão 06 a qual consta da solicitação, onde o elaborador encaminhou a seguinte consideração. " a questão foi elaborada de acordo com o ART 81 do ECA, que trata da venda à criança e adolescente." INDEFERIDO Resposta correta: letra D	
04	Eu Aline Patrícia Titon Sutir candidata com o número de inscrição 07, inscrita no Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Ibim/SC publicado no edital N° 001/2019/CMDCA realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de IBIAM/SC, valendo-me das atribuições legais, venho requerer a vossa senhoria a REVISÃO DA NOTA OBTIDA NA PROVA, realizada	14/08/2019	07	Outros	Indeferido	Prezado Candidato(a): Seu recurso foi analisado e realizada a conferência juntamente com o CMDCA onde nada consta. Em relação ao caderno de provas o Conselho decidiu que a candidata poderá verificar em reunião do CMDCA, não podendo retirar cópias e simplesmente realizar uma conferência de acordo com Ata nº120.	Indeferido



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**



	no dia 28/07/2019, conforme o edital citado acima, bem como solicito o caderno de provas a fim de revisar a nota obtida e publicada na pagina do municipio de Ibiam/SC nesta segunda -feira, dia 12/08/2019. Pois , é de meu conhecimento sobre a real nota que obtiveno dia desta prova, na qual conferi com o meu gabarito da prova em que realizei e o gabarito oficial publicado.						
--	---	--	--	--	--	--	--

Ibiam, 19 de agosto de 2019.

A.S INTSITUTO DE SERVIÇOS E PLANEJAMENTO
Sérgio Luís Simon

RESULTADO FINAL PROVA CONSELHEIRO TUTELAR/2019

Publicação Nº 2128824

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM****RESULTADO FINAL PROVA CONSELHEIRO TUTELAR. OFICIAL**

INSCRIÇÃO	NOME	ACERTOS	NOTA	FINAL RESULTADO
01	Marizani Aparecida Ramos	17	8.5	Classificado
02	Valéria Batista Posanske	18	9.0	Classificado
03	Maria Helena Ferlim	19	9.5	Classificado
04	Simara Aparecida Trevisol Slongo	18	9.0	Classificado
05	Maria de Fátima Filippi	17	8.5	Classificado
06	Edir Romanatto Dani	16	8.0	Classificado
07	Aline Patricia Titon Sutir	16	8.0	Classificado
08	Débora Rossato	19	9.5	Classificado
09	Ivonete Trevisol Craco	17	8.5	Classificado
10	Marli Fátima Micheluzzi da Silva Matos	-	-	Desclassificado
11	Tamara Elize Bitarello Piovesan	16	8.0	Classificado
12	Miria Maria dos Santos Lucena	-	-	Desclassificado
13	Simara Meira de Castro	18	9.0	Classificado

Ibiam, SC, 19 de agosto de 2019

A.S INTSITUTO DE SERVIÇOS E PLANEJAMENTO
Sérgio Luís Simon

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO 4 - 2019 AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PRODUTOR RURAL

Publicação Nº 2128630

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4/2019.

Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009. Gianfranco Volpato, Prefeito de Ibicaré, no uso de suas atribuições legais torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE/CD nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015.

OBJETO: O Edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de Agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos da Escola Municipal do Município de Ibicaré – Santa Catarina, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2019, na forma condições e cronograma estabelecidos no presente Edital e seus Anexos, abrangendo o fornecimento dos gêneros alimentícios, nas quantificações e nos preços máximos, tudo conforme discriminado no edital.

Entrega e abertura: documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 23/09/2019

Informações e entrega do edital de chamamento: Prefeitura Municipal de Ibicaré, setor de licitação, Rua Dom Pedro II, 133 e no sítio: www.ibicare.sc.gov.br, telefone no (049)3538 - 0222.

Horário: das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Ibicaré, 19 de agosto de 2019.
Gianfranco Volpato
Prefeito

PORTARIA 186-2019

Publicação Nº 2127706

PORTARIA Nº 186, de 16 de agosto de 2019.
"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 129, Artigo 130, Inciso I e Artigo 143, da CLT e Artigo 7º, Inciso XVII da Constituição Federal

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor FERNANDA DE OLIVEIRA FERNANDES, ocupante do emprego público de provimento temporário de Agente de Combate às Endemias, na execução do Programa Saúde da Família – PSF, referentes ao período aquisitivo 10 de agosto de 2018 a 10 de agosto de 2019, a que faz jus.

Art. 2º. Autoriza o gozo de férias pelo período de 15 (quinze) dias compreendidos entre 19 de agosto de 2019 à 02 de setembro de 2019.

Art. 3º. O saldo remanescente das férias, será gozado posteriormente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 16 de agosto de 2019.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 187-2019

Publicação Nº 2127709

PORTARIA Nº 187 de 19 de agosto de 2019.
"AUTORIZA O GOZO DO SALDO REMANESCENTE DAS FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré, no uso de suas atribuições e, de conformidade com os artigos 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. FICA AUTORIZADO o gozo do saldo remanescente das férias, concedida pela Portaria nº 149, de 10 de junho de 2019, ao

servidor ELIZABETH RAMBO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrivário, nível 11, classe "S", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo III – Atividades de Administração Geral, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, pelo período de 23 (vinte e três) dias compreendidos entre 20 de agosto de 2019 à 11 de setembro de 2019, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de agosto de 2019

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº : 97/2015 ADITIVO Nº : 10/2019

Publicação Nº 2127796

Contrato Nº : 97/2015

Aditivo Nº : 10/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : CONSTRUTORA F & F EIRELI

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 95/2015

Objeto : EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA COM ÁREA DE 867,79 M2 - ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II - 06 SALAS DE AULA / FNDE, NO BAIRRO NOVA STETTIN, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME RESPECTIVO PROJETO DE ENGENHARIA

Vigência : Início: 17/08/2019 Término: 17/11/2019

Assinatura : 16/08/2019

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 23 - 07.001.1042.34490519100000000000.01010000

Dotação : 95 - 07.001.1042.34490519100000000000.01190000

FISCAL: CRISTIANE SCHATTENBERG

DECRETO Nº 4.386, DE 19 DE AGOSTO DE 2019 - ALTERA MEMBROS DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – NGPT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2128289

DECRETO nº 4.386, de 19 de agosto de 2019.

"ALTERA MEMBROS DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – NGPT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, em conformidade com o § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 65, de 11 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Complementar n. 114, de 24 de julho de 2012, para compor o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT, a saber:

I - Entidades Governamentais**A) SEDEMA (Poder Público Municipal):**

Anderson Fozina Kruger – Titular

Edson Luiz Bittencourt– Suplente

B) Setor de Planejamento (Poder Público Municipal):

Eder Laurindo – Titular

Jonathan Menegaz de Faveri - Suplente

[...]

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as alíneas "a" e "b" do Item I, do Art. 1º do Decreto nº 4.342, de 17 de abril de 2019.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações do Decreto nº 4.342, de 17 de abril de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de agosto de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 119 PRG 046 - 2019 MUL - NOTEBOOK - ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICOS EIRELI

Publicação Nº 2127707

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 119/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 289/2019 – FME

Pregão Presencial: 046/2019 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK PARA EVENTUAL NECESSIDADE DA PREFEITURA DAS SECRETARIAS E DA AUTARQUIA SAMAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICOS EIREL

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	NOTEBOOK: COM NO MÍNIMO: PROCESSADOR NO MÍNIMO 2.7 GHZ - COM 02 NÚCLEOS E 4 MB DE CACHE; MEMÓRIA RAM 4GB EXPANSÍVEL PARA 8GB, DDR4, 2400 MHZ; DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 500 GB - SATA 5400 RPM; TIPO DE MONITOR 15'6 DE LED RESOLUÇÃO HD; TOUCHPAD ELETROSTÁTICO; TECLADO DE TAMANHO PADRÃO ABNT; WEBCAM HD 720P COM MICROFONE; CONEXAO HDMI 1.4A; LEITOR DE CARTÕES SD, SDHC, SDXC; PLACA DE REDE RJ45 – 10/100 ETHERNET; PLACA WIRELESS + BLUETOOTH 4.0, 2.4 GHZ; UNIDADE DE DISCO ÓTICO CD/DVD ROM (INTERNO OU EXTERNO); 3 PORTAS USB MINIMO 2.0; ALIMENTAÇÃO BATERIA RECARREGÁVEL, MÍNIMO 6 HORAS DE AUTONOMIA; FONTE BIVOLT; SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 10 PRO (64 BITS) ; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; SISTEMA	2.975,00	22,00	ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI	ACER

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI	65.450,00	Sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais

Valor: R\$ 65.450,00 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais)

Data: 15/08/2019

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI N.º 123, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129027

DECRETO PMI N.º 123, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação das indicações, das nomeações e posse do CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e de acordo com a Lei Municipal nº 4.724, de 13 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as indicações, nomeados os representantes do Governo Municipal e os representantes da Sociedade Civil, para compor o Conselho Municipal da Assistência Social de Imbituba (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de caráter permanente, deliberativo e composição paritária entre governo e sociedade civil organizada, constituído de 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes.

Art. 2º Fica igualmente homologada a Posse dos Conselheiros, conforme abaixo especificado, ocorrida em 12 de abril de 2019, de acordo com o Termo de Posse e a Ata CMAS de nº01, e a indicação posterior dos suplentes de usuários, para um mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma única recondução.

Parágrafo único: Ficam convalidados todos os atos praticados por este Conselho desde a data de sua posse.

I - Representando o Governo Municipal:

a) Órgão Superior Municipal responsável pela Política Pública de Assistência Social

1. Titular: Ariane Elisabete Gotti Spinosa

1.1. Suplente: Edenisi Maria Francisco

b) Órgão Superior Municipal responsável pela Política Pública de Saúde

1. Titular: Marivone Medonça Damázio

1.1. Suplente: Denise Maisto

c) Órgão Superior Municipal responsável pela Política Pública de Educação

1. Titular: Rute Maria Fernandes

1.1. Suplente: Zenaide Ovídio Lúcio

d) Representantes do Programa Bolsa Família

1. Titular: Ana Raquel Tomé

1.1. Suplente: Rosana Bernadino Limas

e) Representantes da Procuradoria Geral do Município

1. Titular: Filipe Dias Antônio

1.1. Suplente: Daiane Leopoldina Nunes

f) Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda

1. Titular: Ezequiel de Souza

1.1. Suplente: Maria de Fátima Pacheco

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes dos Usuários do SUAS

1. Titular: Vanessa Miguel da Rosa

1.1. Suplente: Magda Noedi Gonçalves da Silva

b) Representantes dos Usuários do SUAS

1. Titular: Vanessa Aires da Silva

1.1. Suplente: Adriana Salvador

c) Representantes dos Trabalhadores do SUAS

1. Titular: Viviane Marques Bezerra

1.1. Suplente: Júlia Maciel

d) Representantes da Associação Indústria da Solidariedade

1. Titular: Maria de Lourdes Souza Pires

1.1. Suplente: Sandra Mara Leal

d) Representantes do Ponto de Apoio Despertar Jovem:

1. Titular: Denise Ribeiro

1.1. Suplente: Luiz Nazareno Riqueiro

e) Representantes da Associação Imbitubense das Pessoas com Deficiência Física

1. Titular: João Batista Laurindo

1.1. Suplente: Vânio Vieira Junior

Art. 3º A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Art. 4º O adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros a serviço do CMAS fora do município, obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou semelhantes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 47/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019 (2) (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2128959

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 47/2019, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, CONSERTO, MONTAGEM, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA DOS PNEUS DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, DEMUTRAN".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 03 de SETEMBRO de 2019, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de agosto de 2019.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 89/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2019 (PMI-SEAD)

Publicação Nº 2128732

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEAD

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2019

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Administração - SEAD, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 02 de SETEMBRO de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO (REP), E SOLUÇÃO PARA GESTÃO DO PONTO ELETRÔNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA LEITURA BIOMÉTRICA COM NOBREAK INTEGRADO, E LEITOR DE CARTÃO DE PROXIMIDADE, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA 373/2011 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, COM O RESPECTIVO SOFTWARE PARA GESTÃO DO PONTO ELETRÔNICO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, E TREINAMENTO. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA MOBILE, E QUE OS DADOS SEJAM COLETADOS DIRETAMENTE PARA O SISTEMA, ONDE SERÃO TRATADOS, DESTINADOS PARA O REGISTRO E CONTROLE DIÁRIO DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de agosto de 2019
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUCE Nº 16/2019

Publicação Nº 2128980

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUCE Nº 16/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e ainda, por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS n.º 16/2019. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 19 de agosto de 2019.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 746/2019

Publicação Nº 2128410

PORTARIA PMI/SEAD Nº 746, de 19 de agosto de 2019.
Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019, admitida para exercer as funções temporárias de professora, conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	Matr.	CPF	Admissão	Desligamento
Eliete Liduino Luciano	Professora II – 20h	10469	034.019.469-35	20/03/2019	19/08/2019
Eliete Liduino Luciano	Professora II – 20h	10470	034.019.469-35	21/03/2019	19/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 19 de agosto de 2019.
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 747/2019

Publicação Nº 2128445

PORTARIA PMI/SEAD Nº 747, de 19 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Desligamento por Término de Contrato de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2017, da função temporária conforme descrito na tabela seguinte, admitida em 22 de agosto de 2017 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 612, de 21 de agosto de 2017.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Marilande Ramos	Agente Comunitário de Saúde - 40h	888.407.279-49	21/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 19 de agosto de 2019.
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 748/2019

Publicação Nº 2128887

PORTARIA PMI/SEAD Nº 748, de 19 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição da concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o Memorando nº 11.838/2019 e o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição da concessão de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 28 de junho de 2018, da servidora, Sra. SHIRLEY NASCIMENTO DOS PASSOS, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 037.822.599-55, admitida em 06 de fevereiro de 2012, matrícula nº 6023, referente ao quinquênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	16.07.2018 a 14.08.2018 01.08.2020 a 30.08.2020 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de julho de 2018, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 28 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2019.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 749/2019

Publicação Nº 2128986

PORTARIA PMI/SEAD Nº 749, de 19 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a exoneração de Assessora Técnica - SEDETUR, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 19 de agosto de 2019, a Sra. FRANCINNE LAURENTINO INÁCIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 027.764.829-73, do cargo de Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico – SEDETUR, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 633, de 19 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2019.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEGAB Nº 05/2019

Publicação Nº 2128376

PORTARIA PMI/SEGAB Nº 05, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, ainda, considerando todo o exposto no Memorando nº 11.496/2019,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, Sindicância destinado a apurar conduta relacionada a suposta indisciplina de servidor lotado junto a Superintendência de Trânsito, durante as atividades laborais condizentes ao cargo de Agente de Trânsito.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

- I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
- II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
- III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;
- IV – Vera Lúcia de Carvalho Barjona, matrícula nº 5192, Agente Administrativa, lotado na Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2019.

ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 059/2019**

Publicação Nº 2128963

PORTARIA CMI Nº 059/2019

“Concede Férias à Servidora Tatianne de Bona”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Tatianne de Bona, Analista Legislativa, férias regulamentares de 20 (vinte) dias dos 30(trinta) dias de saldo de férias a que tem direito, referentes ao período aquisitivo de 25/06/2018 a 24/06/2019, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10 (dez) dias no período entre 14/08/2019 e 23/08/2019.

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

III – 10 (dez) dias de saldo a serem usufruídos em período posterior.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/08/2019.

PORTARIA CMI Nº 060/2019

Publicação Nº 2128967

PORTARIA CMI Nº 060/2019

“Concede Férias a servidora Iara Hostins Borges”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder a Iara Hostins Borges, servidora ocupante do cargo em comissão de Assessora Parlamentar Especial, Férias Regulamentares de 30 (dez) dias a que tem direito referentes ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 30(trinta) dias no período entre 07/08/2019 a 05/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 05/08/2019.

PORTARIA CMI Nº 061/2019

Publicação Nº 2128971

PORTARIA CMI Nº 061/2019

“Concede Férias a servidora Maria Clara Figueiredo Martins Nascimento, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder a Maria Clara Figueiredo Martins Nascimento, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais, Férias Regulamentares de 10 (dez) dias dos 30(trinta) dias a que tem direito referentes ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10(dez) dias no período entre 07/08/2019 a 16/08/2019.

II- Os 20(vinte) dias de saldo serão usufruídos em período posterior.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 05/08/2019.

PORTARIA CMI Nº 062/2019

Publicação Nº 2128974

PORTARIA CMI Nº 062/2019

“Concede Licença Prêmio a Servidora Maria Julia Martins do Nascimento”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder a Senhora Maria Julia Martins do Nascimento, servidora efetiva da Câmara Municipal de Imbituba, 30 (trinta) dias de licença prêmio, dos 60 (sessenta) dias a que tem direito, conforme portaria 049/2016, em decorrência do período aquisitivo de 01/04/2011 a 30/03/2016, a ser usufruída entre os dias 15/08/2019 e 13/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de agosto 2019.

Roberto Luiz Rodrigues

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/08/2019.

PORTARIA CMI Nº 063/2019

Publicação Nº 2128978

PORTARIA CMI Nº 063/2019

“Concede Férias à Servidora Dayhany Corrêa Tavares”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Dayhany Corrêa Tavares, Técnica Legislativa, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, dos 30 (trinta) dias a que tem direito, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10 (dez) dias no período entre 21/08/2019 e 30/08/2019.

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

III – O saldo de 10 (dez) dias será usufruído em período posterior

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 14/08/2019.

PORTARIA CMI Nº 064/2019

Publicação Nº 2128979

PORTARIA CMI Nº 064/2019

“Exonerar EVELYN FAGUNDES DA SILVEIRA do cargo em comissão de Assessora Parlamentar Especial”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Exonerar EVELYN FAGUNDES DA SILVEIRA do cargo em comissão de Assessora Parlamentar Especial;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 19/08/2019.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1304/19

Publicação Nº 2127800

. DECRETO Nº 1304/19
. De 16 de agosto de 2019
NOMEIA DIRETOR DE PROJETOS / WILSON PEREIRA MOTA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/17 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 19 de agosto de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Projetos, previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 199/2017 (símbolo CC-3), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Wilson Pereira Mota.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 19 de agosto de 2019.

Município de Indaial, em 16 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1305/19

Publicação Nº 2127802

. DECRETO Nº 1305/19
. De 16 de agosto de 2019
Nomeia Supervisor de Atividades Esportivas da Fundação Municipal de Esportes "Vereador Maro Marcos Hadlich" / Felipe Gonzaga Cavalcanti

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/17 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 19 de agosto de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor de Atividades Esportivas da Fundação Municipal de Esportes previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 199/2017, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Felipe Gonzaga Cavalcanti.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 19 de agosto de 2019.

Município de Indaial, em 16 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1306/19

Publicação Nº 2128029

. DECRETO Nº 1306/19
. De 19 de agosto de 2019
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.004.0010.0302.0030.2474.33390000000000000000	01381710	50.000,00
Manutenção do Laboratório Municipal		
Total do Lote		50.000,00

Publique-se na Forma da Lei

Publicação Nº 2128164

Publicar-se na Forma da Lei

Publicação Nº 2128152

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 23/2019**DISPÕE SOBRE A CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE INDAIAL.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1112/19 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e,

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências
- Considerando o Edital 01/2019 do CMDCA;
- Considerando as Resoluções 07/2019, 09/2019, 10/2019, 12/2019, 14/2019 e 16/2019 e 20/2019;

RESOLVE:

Art.1º – Aprovar que a propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando número, nome, foto do candidato, curriculum vitae, data e local de votação. Bem como, informações sobre o cargo de conselheiro tutelar e informações pessoais de contato e redes sociais.

Art. 2º – É permitido aos candidatos o uso de suas próprias redes sociais como Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp e demais redes sociais. Também é possível compartilhar publicações, stories e demais postagens, exceto o impulsionamento remunerado de publicações, em quaisquer redes sociais. Porém, qualquer ato ou ação deve estar de acordo com as regras estabelecidas no Edital.

Art. 3º – A campanha poderá ser feita até 48 horas antes da votação, exceto redes sociais.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Agosto de 2019.

Ana Claudia Barbaresco

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial

DECRETO Nº 1309/19

Publicação Nº 2128150

. DECRETO Nº 1309/19

. De 19 de agosto de 2019

Homologa Resolução nº 024/2019 CMDCA / DISPÕE SOBRE INDEFERIMENTO DE RECURSO DE CANDIDATO SOBRE A PROVA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1112/19 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 024/2019/CMDCA que dispõe sobre o indeferimento de recursos na prova do processo de escolha dos novos conselheiros tutelar de Indaial, a resolução nº 024/2019, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 24/2019**INDEFERIMENTO DE RECURSO DE CANDIDATO SOBRE A PROVA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE INDAIAL.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1112/19 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e,

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

- Considerando o Edital 01/2019 do CMDCA;
- Considerando as Resoluções 07/2019, 09/2019, 10/2019, 12/2019, 14/2019 e 16/2019 e 20/2019;

RESOLVE:

Art.1o – Após discussão e análise, em plenária realizada no dia 15 de Agosto de 2019, sobre o recurso que o Candidato Mauricio Trindade entrou sobre as questões 6 e 9 da prova que envolve o Processo de Escolha Unificado dos novos membros do Conselho Tutelar de Indaial, este conselho decidiu em INDEFERIR o recurso.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Agosto de 2019.

Ana Claudia Barbaresco

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial

DECRETO Nº 1310/19

Publicação Nº 2128154

. DECRETO Nº 1310/19

. De 19 de agosto de 2019

Homologa Resolução nº 025/2019 / DISPÕE SOBRE OS CANDIDATOS APTOS A FAZER CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE INDAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1112/19 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 025/2019/CMDCA, que dispõe sobre a divulgação da listagem dos Candidatos do Processo de Escolha Unificado dos novos membros do Conselho Tutelar de Indaial aptos a fazer Campanha a partir do dia 19 de Agosto de 2019, a resolução nº 025/2019, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 25/2019

DISPÕE SOBRE OS CANDIDATOS APTOS A FAZER CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE INDAL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1112/19 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e,

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências
- Considerando o Edital 01/2019 do CMDCA;
- Considerando as Resoluções 07/2019, 09/2019, 10/2019, 12/2019, 14/2019 e 16/2019, 20/2019 e 24/2019;

RESOLVE:

Art.1o – Divulga a listagem dos Candidatos do Processo de Escolha Unificado dos novos membros do Conselho Tutelar de Indaial aptos a fazer Campanha a partir do dia 19 de Agosto de 2019.

Alidor Reiter

Ana Bianca de Oliveira Rosa

Ana Paula Knoth

Anilse Maria de Freitas Jacobsen

Beatriz Padilha

Ciro Rodrigues Gonzaga

Clarissa Hordina

Claudio Brucker

Daniela Silva de Souza

Débora Cristiane Haelsner
Elton Marcio Timm
Evandro Bieger
Fabiana de Fatima Alves Roteles
Fernanda Reif Thomsen
Francine Kucharski Lanau
Geremias da Silva Padilha
Giovana Minatto de Abreu
Ivonete Inácio
Jair Gilmar Gonzaga
Juliana Maria Lazzarini
Levi Rodrigo Feustel
Liliane Lopes Lima
Manoel Rosa Prestes
Marcia Tonett Lopes de Oliveira
Marcos Alexandre de Liz
Marilene Miglioli Boaventura
Nara Benta Lyra de Souza
Pamela Rudiger Forst
Patricia Fey
Priscila Jessica Camargo de Freitas
Rodrigo Roos
Rubia Carla Kisner
Sergio Luiz da Veiga
Silvia Feuser Grankow
Sueli Navarro
Tania Marisa Jansen de Cordova
Valdecira Terezinha Gimenes
Valéria Alves Rodrigues

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 19 de Agosto de 2019.

Ana Claudia Barbaresco
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial

DECRETO Nº 1311/19

Publicação Nº 2128175

. DECRETO Nº 1311/19

. De 19 de agosto de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de provável Excesso de Arrecadação.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.024.507,78 (HUM MILHÃO E VINTE E QUATRO MIL E QUINHENTOS E SETE REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
08.002.0015.0451.0008.1310.34490000000000000000	01830009	1.024.507,78

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1312/19

Publicação Nº 2128667

. DECRETO Nº 1312/19

. De 19 de agosto de 2019

Homologa Classificação Final do PSS 004/2019 / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / Médico Clínico Geral 40h.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, comissão nomeada através do Decreto nº 1238/19, Edital homologado pelo Decreto nº 1259/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2019 da Secretaria de Saúde, a relação dos classificados faz parte deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

A Comissão Especial do Processo Seletivo Público nº 004/2019 torna pública a lista de CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme item 7.5 do edital:

Médico, Clínico Geral 40 horas						
Nº	Nome	Data Nascimento	Cursos	Especializações	Experiên. Profissional	Total
1	Roselene Telma Del Monaco Sene	27/07/1948	6	6	12	24
2	Tayane Duarte De Oliveira	23/05/1982	4	6	10	20
3	Nayara Bedeti Dias	16/03/1987	1	12	6	19
4	YamilkaSaezAyarde	08/05/1984	6	6	6	18
5	Marcelo Silva Garrido	02/06/1972	1	0	10	11
6	Maria Júlia Neves Cavalcanti Bezerra	15/11/1990	2	6	2	10
7	Deividson Bruscatto De Farias	06/06/1982	1	0	8	9
8	Lucas Bettiol	08/02/1990	1	0	6	7
9	Sarah Michelin Alves	12/05/1985	4	0	3	7
10	Dercília Cordeiro Dos Santos	10/09/1995	1	0	4	5
11	Denny Da Silva Carlos	27/12/1978	1	0	3	4
12	Marília Da Fonseca Morales	08/03/1981	1	0	3	4
13	Ricardo Pedrini Kemer	07/06/1981	1	0	3	4
14	Frederico Moraes Veras Ferreira	14/08/1985	1	0	3	4
15	Jaime Ribeiro Freitas	01/02/1990	1	0	3	4
16	Nádia Adrielle Balduino	25/08/1990	1	0	3	4
17	Fabiana Kain De Moura	15/02/1991	1	0	3	4
18	Camila Sborz	16/09/1991	1	0	3	4
19	Luana Gonchorek	15/11/1991	1	0	3	4
20	Silvia Karinny Brito Calandrini De Azevedo	23/12/1991	1	0	3	4
21	Guilherme Guenther Da Silva	09/04/1992	1	0	3	4
22	Manuelle Cristine Ferreira De Oliveira Miotto	14/06/1993	1	0	3	4
23	Andrey BiffSarris	01/08/1993	1	0	3	4
24	Isadora Lemes Da Silva	22/01/1994	1	0	3	4
25	Camila Rokiski	15/03/1994	1	0	3	4
26	Pollyanna Toldo Nantes	06/05/1994	1	0	3	4
27	AléxiaSchwanke Da Costa	22/06/1994	1	0	3	4
28	Vinicius Domingos Maia Malveira	01/07/1994	1	0	3	4
29	Helena SquizzatoSchoenberger	17/10/1994	1	0	3	4
30	Admir João Basso Junior	23/06/1995	1	0	3	4
31	Larissa Chaiane Orth	17/03/1996	1	0	3	4

DECRETO Nº 1313/19

Publicação Nº 2128844

. DECRETO Nº 1313/19

. De 19 de agosto de 2019

ALTERA DECRETO 1222/19 / COMPOSIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INDAIAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Nº 5608 de 2018 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica alterado no Decreto nº 1222/19 a composição do Conselho Municipal de Habitação de Indaial, conforme segue:

GOVERNAMENTAL:

I- Secretaria Municipal de Planejamento:

Titular: Viviane Ewald

Suplente: Gabrielly Tillmann

II - Defesa Civil:

Titular: Guilherme Tell Bogo Agostini

Suplente: vago

III - Secretaria de Desenvolvimento Social:

Titular: Simone Furlan Nandi

Suplente: Valmor Binello

IV - Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Fernando Felix Mauricenz

Suplente: Rafael Nagel

V - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:

Titular: Renata Koehler Martinelli

Suplente: Roberto Joni Stahnke

VI - Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente:

Titular: Sérgio Feuser

Suplente: Raimara Fernanda Ribeiro Cassiano

VII - Procuradoria Geral do Município:

Titular: Jucinara Leila Machado Kpbashikawa

Suplente: Rodolfo Schirmer

NÃO-GOVERNAMENTAIS

I - Classe de Engenheiros Civis de Indaial, indicados pelo CREA/SC:

Titular: Marcel de Souza

Suplente: Ivair Paza

II - Representantes da Pessoa com Deficiência: (indicados pela APAE Indaial):

Titular: Angel Pawlack

Suplente: Ivan Carlos Pereira

III - Rede Feminina de Combate ao Câncer:

Titular: Ângela Maria dos Santos

Suplente: Sandra Luiza Brignoli Kretzer

IV - FENG - Fórum de Entidades Não Governamentais:

Titular: Vera Lúcia Hoffmann Pieritz

Suplente: vago

V - Beneficiários dos Programas de Habitação do Município:

Titular: Márcia Krause

Suplente: Alaide Angelica Maia

Titular: Lazandra Delurdes Montezini

Suplente: Elisabete Pereira

Titular: Vanderleia Schroeder

Suplente: vago

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

LEI COMPLEMENTAR Nº 226/2019

Publicação Nº 2128513

. LEI COMPLEMENTAR Nº 226

. de 19 de agosto de 2019

Altera a Sessão I do Capítulo III da Lei Complementar nº 211/2017, que institui o Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do município de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a Sessão I do Capítulo III da Lei Complementar nº 211/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. As novas vias deverão harmonizar-se com a topografia local e, a critério do órgão responsável pelo Sistema de Mobilidade Urbana, poderão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas.

Parágrafo Único. O gabarito aprovado de uma nova via local, independentemente de sua extensão, que venha a constituir-se prolongamento de outra via existente ou projetada pelo município, deverá ter largura igual ou superior a esta última.

Art. 45. A via de loteamento de uso residencial com extensão:

I. Até 560,00 m (quinhentos e sessenta metros) de extensão, medida pela linha de eixo, terá gabarito mínimo de 12,00 m (doze metros) e, independentemente de sua classificação, conterá:

- a) pista de rolamento com, no mínimo, 6,00 m (seis metros) de largura;
- b) passeio com, no mínimo, 2,00 m (dois metros) de cada lado da via, admitindo-se assimetria na largura dos passeios;
- c) ciclofaixa e/ou estacionamento.

II. Superior a 560,00 m (quinhentos e sessenta metros) de extensão, medida pela linha de eixo, terá gabarito mínimo de 15,00 m (quinze metros) e, independentemente de sua classificação, conterá:

- a) pista de rolamento com, no mínimo, 7,00 m (sete metros) de largura;
- b) passeio com, no mínimo, 2,00 m (dois metros) de cada lado da via, admitindo-se assimetria na largura dos passeios;
- c) ciclovia com 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) compartilhada em um dos lados do passeio;
- d) estacionamento com até 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

III. Em via projetada (mapa ciclo viários) independente da extensão, terá gabarito mínimo de 16,00 m (dezesseis metros e setenta centímetros) e, independentemente de sua classificação, conterá:

- a) pista de rolamento com, no mínimo, 7,00 m (sete metros) de largura;
- b) passeio com, no mínimo, 2,00 m (dois metros) de cada lado da via;
- c) ciclovia bidirecional com 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- d) estacionamento com até 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 1º. A implantação do passeio será obrigatória em ambos os lados da via atendendo às larguras mínimas determinadas em cada caso e seguirá a Lei Complementar nº 103 de 2010, referente à padronização dos passeios públicos e a Lei Municipal nº 4.375 de 2011, que dispõe sobre o Programa Calçada Segura, ou as que vierem a substituí-las.

§ 2º. No caso da adoção de ciclofaixa unidirecional somente de um lado da pista de rolamento, será adotada largura mínima de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) na faixa de rolamento com sentido contrário ao da ciclofaixa unidirecional projetada.

§ 3º. O estacionamento terá, no mínimo, 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) de largura.

Art. 46. A via de loteamento industrial independente de sua extensão e classificação, deverá ser implantada com gabarito mínimo de 16,00 m (dezesseis metros) de largura, sendo:

- I. Pista com, no mínimo, 7,00 m (sete metros) de largura;
- II. Passeio de, no mínimo, 2,00 m (dois metros) de cada lado da via;
- III. Ciclovia ou estacionamento com, no mínimo, 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 47. Só poderão ser implantadas vias sem saída quando:

- I. o seu comprimento total não for superior a 20 (vinte) vezes a largura da via;
- II. atenda aos requisitos definidos na Seção II do Capítulo III da presente lei.

Art. 48. Na definição do gabarito das vias de loteamentos, compreendendo passeios, pista com ou sem canteiro central, estacionamento,

ciclovias ou ciclofaixas, o município avaliará tecnicamente sua localização e integração ao sistema viário básico no sentido de prever se alguma via possa se tornar básica pelo fluxo previsto.

Parágrafo Único. No caso de via que possa tornar-se básica pela previsão técnica do aumento do fluxo, o município deverá determinar qual gabarito mínimo a ser adotado.

Art. 49. Mediante análise do Órgão Municipal de Planejamento poderão ser aceitos gabaritos diferenciados para as vias permitindo passeios mais amplos e/ou separados da pista, inclusão de ciclovias ou ciclofaixas, canteiros centrais ou laterais e pista dupla.

Art. 50. Deverá ser considerado para fins de implantação de novos loteamentos as vias básicas projetadas a serem definidas por mapeamento através de decreto municipal.

Art. 51. O Sistema Viário de Indaial composto pelas Vias Projetadas, sua Hierarquia Viária, Seções Transversais Viárias e seus Eixos e Conexões Viárias, seus gabaritos e sua classificação serão definidos através de decreto municipal.

Art. 52. Os novos loteamentos, antes do recebimento do "habite-se", deverão ser providos de sinalização viária básica vertical e horizontal, atendendo à legislação federal pertinente.

Art. 53. Poderá o Órgão Municipal de Planejamento permitir ou vetar, mediante parecer técnico:

- I. A alteração do traçado previsto para alguma via básica projetada para adequá-la e favorecer o arruamento do loteamento;
- II. A implantação de alguma via básica projetada com gabarito inferior ao previsto, reservando-se a área necessária para futuro alargamento e efetivação do gabarito projetado mediante implantação dos passeios e redes de infraestrutura no local definitivo;
- III. A interligação ou não do arruamento do loteamento em uma ou mais de uma via do sistema viário básico".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 198 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5690/2019

Publicação Nº 2128449

. LEI Nº 5690

. de 19 de agosto de 2019

Altera a Lei Municipal nº 5.591/2018 que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os dispositivos adiante indicados da Lei Municipal nº 5.591, de 26 de setembro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial, visando o repasse no importe de 60% (sessenta por cento) do valor arrecadado com a Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS, prevista no Anexo IV, Tabela VII, da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, atualizada pela Lei nº 14.957 de 25 de novembro de 2009 ou por alterações posteriores, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 215/2018, que será utilizado no custeio e investimento do serviço de combate a incêndio e pré-hospitalar.

[...]

Art. 4º Os bens adquiridos através dos recursos oriundos deste Convênio serão doados ao patrimônio do Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial, CNPJ 03.529.020/0001-42. (Revogado)

[...]"

Art. 2º - Fica excluído o item 3.5 do Anexo I, da Lei Municipal nº 5.591/2018.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5691/2019

Publicação Nº 2128579

. LEI Nº 5691
. de 19 de agosto de 2019
Altera Lei 5661/19 - Denomina via pública / Rua Cantor Paulo Sérgio de Macedo.
(Autoria: vereador Osvaldo Metzner).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera ementa e art. 1º da Lei 5661/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Ementa:
Denomina via pública / Rua Paulo Sérgio de Macedo.

“Art. 1º - Fica denominada “Rua Paulo Sérgio de Macedo” (Rua “B” do Loteamento RH Areias 44) a via pública localizada no Bairro Estrada das Areias, com início no lado par da Rua “A” (Rua Ignez de Andrade) do Loteamento RH Areias 44, e término em terras de Maria Ferreira (mat. nº 10.202).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França Procurador-Geral do Município	Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete
--	---

LEI Nº 5692/2019

Publicação Nº 2128583

. LEI Nº 5692
. de 19 de agosto de 2019

Altera Lei 5662/19 - Denomina via pública / Rua Cantor Altemar Dutra de Oliveira.
(Autoria: vereador Osvaldo Metzner).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera ementa e art. 1º da Lei 5662/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Ementa:
Denomina via pública / Rua Altemar Dutra de Oliveira.

“Art. 1º - Art. 1º Fica denominada “Rua Altemar Dutra de Oliveira” (Rua “B” do Loteamento RH Areias 44) a via pública localizada no Bairro Estrada das Areias, com início no lado ímpar da Rua “A” (Rua Ignez de Andrade) do Loteamento RH Areias 44, e término em terras de Joversi Domingos e outros (mat. nº 1.918).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2019.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França Procurador-Geral do Município	Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete
--	---

PORTARIA Nº 1573/19

Publicação Nº 2128294

PORTARIA Nº 1573/19
De 15 de agosto de 2019
Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Aurora Antunes Coelho

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 07 de agosto de 2019, RESOLVE:

Averbar parcialmente, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, correspondente ao período de 10 de maio de 1995 a 31 de dezembro de 1995, do Município de Indaial, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 06 de agosto de 2019, nº 19021040.1.00183/19-7 que demonstra tempo líquido de Contribuição aproveitado de 235 dias ou 00 (zero) anos, 07 (sete) meses e 21 (vinte e um) dias, à servidora Aurora Antunes Coelho, ocupante do cargo de Professora.

Prefeitura de Indaial, 15 de agosto de 2019.
SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2019 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 2127990

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 181/2019
Edital de Tomada de Preços nº 004/2019-37941

ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Reforma do piso da quadra esportiva do Ginásio Sérgio Luiz Petters, condicionada ao convênio com o Estado de Santa Catarina, conforme Programa nº 2019008002 e Proposta de Convênio nº 21598/2019.

Entrega dos envelopes: 05/09/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 05/09/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

CONTRATO 128/2019-PMI

Publicação N° 2128556

19/08/2019 19/08/2020 19/08/2019 2019 50 2546 128/2019 0 1 Serviços de Horas/máquina, com operador, de Trator de Esteiras, para executar serviços de infraestrutura agrícola nas propriedades rurais. 50000,00 10389 Terraplana MM & Cia Ltda ME J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 29 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CT. 066-2019

Publicação Nº 2127961

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 066/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA RUA JOSE SCALABRIN NO PARQUE DA FEIRA FAIC E LINHA TAQUARUÇU DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 28.885,04 (Vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste.

DO CONTRATADO: E.B. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório será da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2019.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 19 de Agosto de 2019.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal.

Decreto nº 116/2019

Publicação Nº 2128876

DECRETO Nº 116 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS PRÁTICAS DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos) das provas práticas referente ao Edital de Processo Seletivo nº 006/2019 da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste – SC, conforme segue:

MOTORISTA CATEGORIA (CNH CAT. "D")				
Nº	Insc.	Candidato	Nota	Classificação
1	51	Valdir Rodrigues De Oliveira	4,50	Classificado
2	52	Vanduir José Klein	4,50	Classificado
3	101	Atair Nottar	Faltante	Desclassificado
4	35	Odirlei Jair Geremias	Faltante	Desclassificado

OPERADOR DE MÁQUINAS (CNH CAT. "C")				
Nº	Insc.	Candidato	Nota	Classificação
1	100	Adelmo Afonso Junges	4,60	Classificado
2	98	José Schabarum	3,80	Classificado
3	13	Claudinei Fengler	Faltante	Desclassificado
4	99	Cleiton Cristiano De Oliveira	Faltante	Desclassificado
5	15	Michel Odenir Strack	Faltante	Desclassificado

Art. 2º São considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática.

Art. 3º A interposição de recursos deverá ser realizada na forma prevista no item 9 do já citado edital, no período de 20 e 21 de Agosto de 2019, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Iporã do Oeste - SC, 19 de Agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2019/PM

Publicação Nº 2128551

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 03/09/2019, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 03/09/2019. Objeto da licitação: Registro de preço para possível aquisição de uniformes para funcionários da administração pública municipal, conforme a necessidades de cada secretaria e conforme descritivo anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 19/08/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 371/2019 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128405

ALTERA PORTARIA 533/2017 QUE NOMEOU MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma do artigo 2º da Lei 1.472/2007, alterada pelas Leis 1559/2008 e 1580/2009, que cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS – e da outras providencias;

A L T E R A

Art. 1º - Fica alterada a portaria 533/2017 que nomeou membros do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS, conforme segue:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Janete Clarice Bernardi Locatelli

Suplente: Juliane Marta Barazetti Tremea

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de 16 de Agosto de 2019.

Ipumirim - SC, 16 de Agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 372/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128413

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

CONCEDE

A MARIANA RISSI CASON MACHADO, matrícula 2292, Licença Prêmio de 60 (Sessenta) dias, relativos ao período aquisitivo de 2014 a 2019 e gozo de 19/08/2019 a 17/10/2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir da data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 19 de Agosto de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMDIT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 373/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128424

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR TÉCNICO ADM. E FINANCEIRO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MÁRCIA FACCIN DE CONTO, matrícula 2716, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 20 de Agosto de 2019 a 29 de Agosto de 2019.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 20 de Junho de 2019.

Ipumirim - SC, 19 de Agosto de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO PL Nº 67, TP Nº 2-2019-PM-PAV. ASFALTICA

Publicação Nº 2127914

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2019 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 67/2019 Data do Processo: 16/07/2019
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município (mão de obra + material), incluindo reperfilamento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 32/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 5 de Agosto de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 04/2019, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 67/2019, Licitação nº. 2/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pela Senhora DAIANE MAZIERO, BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP neste ato representado pelo Srº ÉRICO JOÃO FERREIRA DA SILVA e BRITAX-BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA neste ato representado pelo VALMIR PATZLAFF.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 029/2018, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pela Senhora DAIANE MAZIERO, BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP neste ato representado pelo Srº ÉRICO JOÃO FERREIRA DA SILVA e BRITAX-BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA neste ato representado pelo VALMIR PATZLAFF. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente a empresa BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP se credencia, as demais não são optantes. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato continuo o Presidente apresenta os envelopes contendo a documentação e a proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação e representantes presentes. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes contendo a documentação, o qual foi conferido pela Comissão de licitação e representantes presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Porém considerando que todos os representantes das empresas acima citadas estão presentes e renunciam verbalmente ao direito de recursos, a comissão da prosseguimento ao embate licitatório, abrindo os envelopes contendo as propostas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes da empresas presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 5 de Agosto de 2019

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DO PL Nº 11, PP Nº 5-2019-MED. EM FARMÁCIA-FMS

Publicação Nº 2128006

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2019 Data do Processo: 29/07/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 6/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 12 de Agosto de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 11/2019, Licitação nº 5/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Franco e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Calari, designados pelo Decreto nº 2265/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar desta licitação as empresas: IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP e IPULIDER LTDA - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Sr. JOÃO VICTOR CANTON, sócio proprietário da empresa IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, a Srª VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER sócia proprietária da empresa VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP e a Srª SANDRA MARIA CAMILLO REISDORFER representante credenciada da empresa IPULIDER LTDA - ME. Indagados sobre a opção de credenciamento pelo Pregoeiro todos os presentes se enquadraram como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as licitantes apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto os envelopes nº 1 - Propostas Comerciais os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e os representantes das empresas presentes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte foi dado início as fases de lances verbais, os quais as empresas presentes não manifestaram interesse em ofertar lances verbais, mantendo cada uma a sua proposta original. Ato contínuo procedeu-se a abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras. Na análise da documentação constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e os representantes presentes ao final da sessão.

LOTE: 1**Participante: 7181 - VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
2	ANTIESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSEANTES	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
4	LAXANTES	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
5	ANTIDIARRÉICOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
6	DIGESTIVOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
7	ANTIDIABÉTICOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
8	ANTILIPÉMICOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
9	ANTIANÉMICOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
12	ANTIANGINOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
13	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00		21,0000	15,80	15,80

Total do Participante -----> 221,20

LOTE: 2**Participante: 6410 - IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	ANTI-HIPERTENSIVOS	UN	1,00		22,0000	15,60	15,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00		22,0000	15,60	15,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00		22,0000	15,60	15,60
18	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		22,0000	15,60	15,60
19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		22,0000	15,60	15,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM
PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 5/2019 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC
Processo Administrativo:
Processo de Licitação:
11/2019
Data do Processo:
29/07/2019
Folha: 2/2
LOTE: 2
Participante: 6410 - IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
20	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTITIROIDEANO	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
26	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
27	ANTIPARASITÁRIOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
30	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00		22.0000	15,60	15,60

Total do Participante ----->
265,20
LOTE: 3
Participante: 6991 - IPULIDER LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
32	ANTIPSICÓTICOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
36	ANTIVARICOSOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
38	ANTIPARKINSONIANOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
39	ANTIEPILÉTICOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
40	ANSIOLÍTICOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
42	ANTIVIRAIS	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00		23.0000	15,40	15,40

Total do Participante ----->
184,80
Total Geral ----->
671,20

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 12 de Agosto de 2019

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

SUZANA GIOMBELLI - - CADASTRISTA

MOIRA COMBOSKI - - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

JULIE REGINATO - - ARQUITETA

PAULO ROBERTO DE BORTOLI - - RECURSOS HUMANOS



ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DO PL Nº 67, TP Nº 2-2019-PM-PAV. ASFALTICA

Publicação Nº 2127917

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 67/2019 Data do Processo: 16/07/2019
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município (mão de obra + material), incluindo repelimento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 33/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 5 de Agosto de 2019, às 09:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 04/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 67/2019, Licitação nº 2/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: As nove e trinta horas do mesmo dia a Comissão de licitação da prosseguimento ao presente embate licitatório. A Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial das empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pela Senhora DAIANE MAZIERO, BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP neste ato representado pelo Srº ÉRICO JOÃO FERREIRA DA SILVA e BRITAX-BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA neste ato representado pelo VALMIR PATZLAFF. Em seguida o Presidente da início a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, onde as mesmas foram conferidas e rubricadas pela comissão de licitação e representantes presentes. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que todas as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa BRITAX-BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor de R\$ 980.480,55(novecentos e oitenta mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e cinquenta e cinco centavos). Porém o representante da empresa BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP manifesta-se interesse em usar do benefício da Lei nº 123/2006, como empresa de pequeno porte, dessa forma abre-se prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação de nova proposta. Segue anexo quadro comparativo de preço das empresas acima mencionadas, que é parte integrante do presente certame. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes presentes.

Participante: 8256 - BALBINOT-TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município(mão de obra + material), incluindo repelimento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.	SER	1,00		0,0000	980.479,22	980.479,22

Total do Participante -----> 980.479,22

Total Geral -----> 980.479,22

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 5 de Agosto de 2019

COMISSÃO:

LAUDECI R FRANCO - - Presidente da Comissão de Licitação

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DO PL Nº 67, TP Nº 2-2019-PM-PV. ASFALTICA-3 ATA

Publicação Nº 2127919

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 2/2019 - TP****Processo Administrativo:****Processo de Licitação: 67/2019****Data do Processo: 16/07/2019**

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município (mão de obra + material), incluindo reperfilamento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 35/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 7 de Agosto de 2019, às 10:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 04/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 67/2019, Licitação nº 2/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, e trinta minutos, reuniu-se a Comissão de Licitação, para analisar pedido formulado pela empresa participante do certame, BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP. Referida empresa apresentou proposta de preços com valor inferior a proposta de menor valor obtida no ato de abertura dos envelopes. O pedido foi submetido a apreciação pela Comissão de licitação, o qual foi acolhida a nova proposta apresentada pela referida empresa (BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP), uma vez que preenchidos os requisitos da Lei Complementar 123/2006. Assim a Comissão de licitação acata o pedido deduzido pela empresa BALBINOT -TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, de maneira a declarar sua nova proposta, no valor total de: R\$ 980.479,22 (novecentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos), como aceita, e declarar a mesma como vencedora, na forma como abaixo consta. Intimem-se os participantes da presente decisão, encaminhando cópia da presente ata e do parecer jurídico. Nada mais, encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão presente.

Participante: 8256 - BALBINOT-TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município(mão de obra + material), incluindo reperfilamento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.	SER	1,00		0,0000	980.479,22	980.479,22

Total do Participante -----> 980.479,22**Total Geral -----> 980.479,22**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 7 de Agosto de 2019

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
 MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
 CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO



ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DO PL Nº 72, PP Nº 33-2019-MAT. DE LIMPEZA E HIG.

Publicação Nº 2127996

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 1/7

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preços, com entrega parcelada de material de limpeza e higienização destinado as atividades dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 36/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 15 de Agosto de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 72/2019, Licitação nº 33/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos quinze dias do mês de agosto de 2019, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes a Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, ROBERTO TESSARO & CIA LTDA e OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertarem lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº KLEBER LUIZ LIBANO sócio proprietário da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME, o Srº ROBERTO ANTONIO TESSARO procurador da empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA e a Srº CLARICIANE KUHN DOS SANTOS procuradora da empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, todas as empresas acima mencionadas se credenciaram como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Porém a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP foi desclassificada nos lotes 01 e 02 por não apresentar o Certificado de Registro MS/ANVISA, conforme anexo III do edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão em planilhas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AGUA SANITÁRIA : Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Hipoclorito de Sódio 10%, Estabilizante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Hipoclorito de Sódio. Teor de Cloro ativo 2 a 2,5%. Embalagem em material que impeça a ação de luz solar, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto não devera ser superior a 5 meses a partir da data de entrega. Caixa contendo 4 (quatro) unidades. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Registro MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA , ATTIVO, CONDESI	Gl	600,00	ILLO QUIMICA	0,0000	10,7734	6.464,01
2	AMACIANTE DE ROUPAS: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Cloreto Dialquil Dimetil Amônio, Acidulante, Essência, Conservante, Coadjuvante, Corante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Cloreto Dialquil Dimetil Amônio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, com os dados do fabricante, fragrâncias a escolher. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. Caixa contendo 4 (quatro) unidades. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA , ATTIVO , CONDESP	Gl	100,00	ILLO QUIMICA	0,0000	16,16	1.616,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 33/2019 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 72/2019
Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 2/7

LOTE: 1**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	SABONETE LÍQUIDO PEROLADO: Embalagem 05 Litros, Base perolizada; COMPOSIÇÃO: Acqua, Laureth-2, Cocoamidopropyl betaine, Sodium Laureth Sulfate, citric Acid, methylisothiazolinone / methylchlorisothiazolinone, Disodium EDTA, Cocamide DEA, sodium chloride, Glycerin, Parfum. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega, fragrâncias a escolher. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, PREMISSE, CONDESP	GI	80,00	ILLO QUIMICA	0,0000	22,4444	1.795,55
4	CERA ACRÍLICA: Embalagem 05 Litros. COMPOSIÇÃO: Agente de polimento, Emulsificante, Polímero Acrílico, Conservante, Agente de controle de PH, Atenuador de Espuma, Fragrância, Veículo e Corante. Embalagem em material que impeça a ação de luz solar, com data de fabricação e lote impressas na embalagem, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, a mesma embalada em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. Cor a escolher. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). g Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, INGLEZA	GI	200,00	ILLO QUIMICA	0,0000	31,4222	6.284,44
5	DESINFETANTE: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tenssoativo Aniónico, Umeclante, Perfume, Espessante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Cloreto Dialquil Dimetil Amônio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega, fragrâncias a escolher. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Registro MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, GOTA LIMPA, CONDESP	GI	600,00	ILLO QUIMICA	0,0000	13,4666	8.079,96
6	DESENGRAXANTE LIMPEZA PESADA: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tenssoativo aniónico, Neutralizante, Espessante, Coadjuvantes, Conservante, Essência, Corante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, ATTIVO, CONDESP	GI	70,00	ATTIVO	0,0000	21,0977	1.476,84
7	DETERGENTE NEUTRO: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tenssoativo Aniónico, Neutralizante, Umeclante, Espessante, Conservante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, ATTIVO, CONDESP	GI	300,00	ILLO QUIMICA	0,0000	16,16	4.848,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 33/2019 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 72/2019
Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 3/7

LOTE: 1

Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	DESENGRAXANTE MULTI-USO: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoativo Aniônico, Neutralizante, Alcalinizante, Solvente, Corante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, ATTIVO, CONDESP	Gl	30,00	ILLO QUIMICA	0,0000	17,5066	525,20

Total do Participante -----> 31.090,00

LOTE: 2

Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	SAPONACEO LIQUIDO CREMOSO: contendo 300 ml, com tampa abre e fecha, indústria brasileira, COMPOSIÇÃO: Composição: Dodecil benzeno, sulfonato de sódio, álcool graxo etoxilado, sabão, coadjuvante, agente polidor, anti-espumante, preservante, corante, perfume e água. PRINCÍPIO ATIVO: acido tricloroisocianúrico, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, que não risca no uso. Fragrância de PINHO OU LARANJA. A validade do produto devera ser superior a 12 meses a partir da data de entrega. Apresentar junto a proposta notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N 79094/77E RDC 184/2001) Marcas pré aprovadas: BOMBRIIL, ASSOLAN, UAU.	UN	600,00	SANY	0,0000	5,8146	3.488,78
17	DETERGENTE DE LOUÇAS NEUTRO: Embalagem transparentes de 500 ml, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar. COMPOSIÇÃO: glicerina, componente ativo, coadjuvantes, conservantes, sequestrante, espessante, corantes e veículo. COMPONENTE ATIVO: linear alquil sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável, testado dermatologicamente. Embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 24 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001).	UN	400,00	MINUANO	0,0000	2,2364	894,56
19	LIMPA VIDRO em líquido para limpeza de vidros e acrílicos, embalagem de 500ml	FR	300,00	GOTA LIMPA	0,0000	6,4111	1.923,33
28	SABÃO EM PÓ: Multiplicação ou Triplação, biodegradável, contendo tenso ativos, coadjuvantes, sinergistas, tamponantes, branqueadores ópticos, corantes, enzimas, adenuadores de espuma, alquilbenzeno sulfato de sódio, alvejante, perfume e água. Embalada em caixa de papel, pacote de 05 kg, deverá conter as precauções, recomendações e instruções de uso, nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001).	UN	150,00	ASSIM	0,0000	29,8189	4.472,84

Marcas pré aprovadas: OMO, ASSIM, TANTO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 33/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 72/2019
 Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 4/7

LOTE: 2
Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	SAPONACEO EM PÓ: contendo 300 gr, com detergente e tampa abre e fecha, indústria brasileira. COMPOSIÇÃO: Composição: Linear Alquilbenzeno de Sódio, Alcalinizante, Carga e Fragrancia. CONTEM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, que não risca no uso. Fragrância de pinho e laranja. A validade do produto devera ser superior a 24 meses a partir da data de entrega. Apresentar junto a proposta notificação MS/ANVISA.Cfe DECRETO N 79094/77E RDC 184/2001)	UN	250,00	SANY	0,0000	3,9759	993,98
	Marcas pré aprovadas: BOMBRI, ASSOLAN.						
38	Sabão Em Pedra Glicerinado, conjunto com 5 unidades de 200g, para todo tipo de limpeza.	UN	150,00	UNIC	0,0000	5,8147	872,21
	Marcas pré aprovadas: MINUANO, YPE, SANTO ANTONIO.						
39	Cera em pasta amarela e vermelha lata 375 gramas	LT	200,00	GUANABARA	0,0000	12,9215	2.584,30
Total do Participante ----->							15.230,00

LOTE: 3
Participante: 7693 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 3Kg Rolo c/100 unid.	RI	50,00	nosso freezer	0,0000	5,8368	291,84
10	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 5Kg Rolo c/100 unid.	RI	70,00	nosso freezer	0,0000	7,6691	536,84
18	PURIFICADOR DE AR	UN	250,00	ultra flesh	0,0000	9,4278	2.356,95
27	SACO DE TECIDO : Medidas externas mínimas de 60 de largura x 80 cm de altura. COMPOSIÇÃO: 100 % algodão, para limpeza, lavado e alvejado, com do peso superior a 220 gramas, o mesmo devera conter etiqueta da fabrica informando a composição do tecido e metragem.	UN	300,00	martimpanos	0,0000	6,7082	2.012,46
32	TOALHA LISTRADA PARA LIMPEZA G.tam.Minimo 54X98 CM	UN	300,00	toalhas catarinense	0,0000	11,2408	3.372,24
33	Toalha listrada p/limpeza peq. tam. minimo 40 x60cm	UN	300,00	toalhas catarinense	0,0000	5,838	1.751,40
34	Embalagens para guardar mantimentos de 8 Kg rolo c/100 un.	RI	60,00	nosso freezer	0,0000	9,4731	568,39
35	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS -2 Kg Rolo c/100 unid.	UN	70,00	nosso freezer	0,0000	4,8952	342,66
36	Esponha abrasiva dupla face: um dos lados em fibra sintética abrasiva na cor verde, outro lado em espuma de poliuretano na cor amarela, anti-bactérias, de 110 x 74 x 23 mm, em embalagens individual esponjas com os dados do fabricante.	UN	1.500,00	superpro 9410SP	0,0000	1,3054	1.958,10
37	Vassoura de nylon: composição: material sintético, com no mínimo 69 tufo de 12 cm de comprimento e 32 cerdas cada plumados cada, base de plástico rígido de 22 cm x 4,5 cm, com cabo de 1,40 mt de comprimento de metal revestido material sintético, ponteira plástica com rosca e com sistema de gancho na outra ponta.	UN	100,00	Bettani	0,0000	13,4799	1.347,99
	Marcas pré aprovadas: NOVIÇA.						
40	Esponha de 100% AÇO INOX. toque suave, especifica para dar brilho em alumínio, anti-ferrugem, resistente. Limpa sem riscar. Peso liquido de no mínimo 08 g, embalada individualmente onde deverá conter: composição, observações, precauções e dados do fabricante.	UN	700,00	Brinox	0,0000	4,0159	2.811,13
Total do Participante ----->							17.350,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 33/2019 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 72/2019
Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 5/7

LOTE: 4**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Saco para lixo em rolo, 50 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 63 cm x 80 cm, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 50 unidades).	UN	400,00	OBJETIVA	0,0000	11,1152	4.446,09
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA.							
12	Saco para lixo em rolo, 100 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 75 cm x 105 m, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 25 unidades).	UN	600,00	OBJETIVA	0,0000	11,1153	6.669,18
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA.							
13	Saco para lixo em rolo, 30 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 59 cm x 62 cm, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 50 unidades).	UN	500,00	OBJETIVA	0,0000	11,1153	5.557,65
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA.							
41	Saco para lixo em rolo, 15 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 39 cm x 58 cm, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 100 unidades).	UN	200,00	OBJETIVA	0,0000	11,0854	2.217,08
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA.							
Total do Participante ----->							18.890,00

LOTE: 5**Participante: 7693 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
29	Copos Plásticos descartáveis de primeira linha, resistente a compressão lateral, transparente capacidade para 200 ml, embaladas em tiras com 100 unidades, caixa com 25 tiras, pesando no mínimo, 220 gr, acondicionadas em caixa de papelão, conforme norma técnica 14,865/2002, produzido em polipropileno atóxico, homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rechaduras, furos, deformações e sujeiras (internamente) bordas lisas sem rebarbas .	CX	150,00	crystalcopos	0,0000	83,1896	12.478,44
30	Copos Plásticos descartáveis de primeira linha, resistente a compressão lateral, transparente capacidade para 80 ml, embaladas em tiras com 100 unidades, caixa com 25 tiras, pesando no mínimo, 100 gr, acondicionadas em caixa de papelão, conforme norma técnica 14,865/2002, produzido em polipropileno atóxico, homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rechaduras, furos, deformações e sujeiras (internamente) bordas lisas (sem rebarbas).	CX	30,00	crystalcopos	0,0000	79,0521	2.371,56
Total do Participante ----->							14.850,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 33/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 72/2019
 Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 6/7

LOTE: 6
Participante: 7693 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
23	Ficha técnica: Produto Papel interfolhas 02 dobras Composição 100% Celulose virgem Quantidade de folhas 1000 fls Formato Folhas com 23 cm x 20 cm cada Apresentação Fardo com 4pts de 250 fls Dimensão aproximada (cm) 33 (C) x 10 (L) x 23 (A) Peso médio (kg) 1250 Gramatura 22 - 24 gramas m2 Resistência L (KN/m) 0,50 ou Superior Resistência T (KN/m) 0,30 ou Superior Resistência úmida 6,5% a 7,5% Alvura Mínimo de 85,0% Alongamento Mínimo de 12,5% Tração Longitudinal Mínimo de 1643gf/ mm Tração Transversal Mínimo de 1135gf/ mm Matéria Prima :100% Fibras celulósicas virgens Proveniente de Pinus de Reflorestamento peso mínimo- 1250kg	UN	1.500,00	bela vista luxo	0,0000	11,1422	16.713,30
25	Papel toalha rolo branco 12x2 fardo c/ 24 rolos com 50 toalhas de 19,0cm cada, 100% celulose virgem, folhas dupla	FARD	20,00	sorrela	0,0000	53,7341	1.074,68
26	Papel Toalha branco Bobina 6 x 200 mts- larg.20cm- super luxo, 38 gramas caixa com 06 rolos	FARD	30,00	bela vista	0,0000	53,7341	1.612,02

Total do Participante -----> 19.400,00

LOTE: 7
Participante: 7693 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
20	RODO DE ESPUMA: com base plástica, e cepa de madeira, tamanho de 25 x 08 cm: a espuma de ser grampeada na madeira e no plástico, cabo de 1,20 mts com ponteira plástica.	UN	250,00	perovinha	0,0000	16,087	4.021,76
21	RODO ALUMINIO 45 cm : com cabo de alumínio de 1,40 mts, contendo manopla na ponta , com reforço soldado na base, fixação do cabo com parafuso , com base de EVA duplo prensada, com aba anti-respingo de fácil substituição do EVA .	UN	70,00	sendor	0,0000	43,5328	3.047,30
22	RODO METAL 60 CM : com cabo de alumínio de 1,50 mts, contendo manopla na ponta , com reforço soldado na base de metal e EVA duplo prensado , fixação do cabo com parafuso , com aba anti-respingos de fácil substituição do EVA.	UN	50,00	sendor	0,0000	56,6188	2.830,94

Total do Participante -----> 9.900,00

LOTE: 8
Participante: 8920 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
24	PAPEL HIGIÊNICO: Folha Dupla 30 metros X 10 cm, COMPOSIÇÃO: 100% Fibras Celulósicas Virgens, Gramatura (variação +- 5%) - Tipo de folha de 14 g/m2 - Alvura Mínimo 800 GE , Picotado e Gofrado, fardo com 64 rolos, embalados em Polietileno impresso. (Apresentar amostra).	FARD	300,00	1055 FOFINHO	0,0000	71,5167	21.455,00

Total do Participante -----> 21.455,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 33/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 72/2019
 Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 7/7

LOTE: 9
Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8 USO DOMESTICO, FRASCO DE 1 LITRO	L	1.000,00	FLOPS	0,0000	6,5327	6.532,72
15	ALCOOL 70° FRASCOS COM 1.000 ML	L	1.000,00	FLOPS	0,0000	5,6552	5.655,20
42	ALCOOL EM GEL 500 ML	FR	400,00	FLOPS	0,0000	5,6552	2.262,08

Total do Participante -----> 14.450,00
Total Geral -----> 162.615,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 15 de Agosto de 2019

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio
 SUZANA GIOMBELLI - - Equipe de Apoio
 MOIRA COMBOSKI - - Equipe de Apoio
 JULIE REGINATO - - Equipe de Apoio
 PAULO DE BORTOLI - - Equipe de Apoio

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS DO PL Nº 67, TP Nº 2-2019-PM-PAV. ASFALTICA

Publicação Nº 2127922

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Total dos Itens Vencedores: **980.479,22**

Processo / Ano: 67/2019 Processo Administrativo:

Licitação.....: 2/2019 - TP

Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto.....: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município (mão de obra + material), incluindo repavimentação, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Fornecedor...: 7144 - SETEP CONSTRUÇÕES S.A										
1	01-01-28127	Contratação de empresa para execução de pavimentação asfált.	SER		1,00	0,0000	.075.115,9200	1.075.115,92	Perdeu	
Total do Fornecedor----->								1.075.115,92		
Fornecedor...: 8256 - BALBINOT-TERRAPLENAGEM, PAV. E OBRAS LTDA EPP										
1	01-01-28127	Contratação de empresa para execução de pavimentação asfált.	SER		1,00	0,0000	980.479,2200	980.479,22	Venceu	
Total do Fornecedor----->								980.479,22		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Página: 2/2

Processo / Ano: 672019

Licitação.....: 2/2019 - TP

Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenhariaia

Objeto.....: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município (mão de obra + material), incluindo reperfilamento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.

Processo Administrativo:

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Fornecedor....: 9838 - BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP										
1	01-01-28127	Contratação de empresa para execução de pavimentação asfált.	SER		1,00	0,0000	980.480,5500	980.480,55	Perdeu	
Total do Fornecedor----->								980.480,55		

Ipumirim, Em/...../.....

LAUDÉCIR FRANCO - - Presidente da Comissão

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

CLAUDIMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

RELATÓRIO DE LANCES DO PL N° 11, PP N° 5-2019-FMS

Publicação N° 2128011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIMPágina: 1/3
Data: 19/08/2019**Histórico do Pregão (Lances/Lote)**Processo/Ano: 11/2019
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Data de Abertura: 12/08/2019

LOTE: 1 - LOTE 01

Código	Classificados	
6410	IUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	CNPJ: 04.685.834/0001-39
7181	VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP	CNPJ: 05.343.100/0001-34

Item nº	Código	Descrição
1	2451	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS
2	2452	ANTIESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS
3	2453	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSFANTES
4	2454	LAXANTES
5	2455	ANTIDIARRÉICOS
6	2456	DIGESTIVOS
7	2457	ANTIDIABÉTICOS
8	2458	ANTILIPÊMICOS
9	2459	ANTIANÊMICOS
10	2460	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS
11	2461	ANTIARRÍTMICOS
12	2462	ANTIANGINOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS
13	2463	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES
14	2464	AGENTES BETABLOQUEADORES

Nº do Lance	Fornecedor	% Desconto	Data/Hora
1	IUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	20,0000	12/08/2019 09:39:33
1	VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP	21,0000	12/08/2019 09:39:33
2	IUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	Desistiu	0,00 12/08/2019 09:39:48

Foi declarado vencedor do lote 1 deste Pregão o fornecedor VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP pelo desconto de 294,0000%.

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP

-

IUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Página: 2/3
 Data: 19/08/2019

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 11/2019 Data de Abertura: 12/08/2019

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

LOTE: 2 - lote 02

Código	Classificados	
6410	IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	
CNPJ: 04.685.834/0001-39		
Item nº	Código	Descrição

15	2465	ANTI-HIPERTENSIVOS
16	2466	DIURÉTICOS
17	2467	DERMATOLÓGICOS
18	2468	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS
19	2469	OTOLÓGICOS TÓPICOS
20	2470	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS
21	2471	HORMÔNIOS SEXUAIS
22	2472	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS
23	2473	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS
24	2474	HORMÔNIO TIREOIDEANO E ANTITIREOIDEANO
25	2475	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES
26	2476	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS
27	2477	ANTI PARASITÁRIOS
28	2478	SEDATIVOS HIPNÓTICOS
29	2479	ANTINEOPLÁSICOS
30	2480	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS
31	2481	ANTIPIRÉTICOS

Nº do Lance	Fornecedor	% Desconto	Data/Hora
1	IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	22,0000	12/08/2019 09:39:57

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA

-

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Página: 3/3
Data: 19/08/2019

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 11/2019 Data de Abertura: 12/08/2019

Pregoeiro: LAUDECIRO FRANCIO

LOTE: 3 - lote 03

Código	Classificados	
6410	IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	CNPJ: 04.685.834/0001-39
6991	IPULIDER LTDA	CNPJ: 10.013.525/0001-15
Item nº	Código	Descrição

32	2482	ANTIPSIÓTICOS
33	2483	ANTIBIÓTICOS
34	2484	ANTI-ALÉRGICOS
35	2485	ANALGÉSICOS
36	2486	ANTIVARICOSOS
37	2487	ANTICONVULSANTES
38	2488	ANTIPARKINSONIANOS
39	2489	ANTIEPILEPTICOS
40	2490	ANSIOLÍTICOS
41	2491	ANTIDEPRESSIVOS
42	2492	ANTIVIRAIS
43	2493	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA

Nº do Lance	Fornecedor	% Desconto	Data/Hora
1	IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	20,0000	12/08/2019 09:40:09
1	IPULIDER LTDA	23,0000	12/08/2019 09:40:09
2	IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA	Desistiu	0,00 12/08/2019 09:40:16

Foi declarado vencedor do lote 3 deste Pregão o fornecedor IPULIDER LTDA pelo desconto de 276,00000%.

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIRO FRANCIO

IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA

IPULIDER LTDA

-
-
-

RELATÓRIO DE LANCES DO PL Nº 72, PP Nº 33-2019-PM

Publicação Nº 2128003

Página: 1/9
Data: 19/08/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 72/2019		Data de Abertura: 15/08/2019	
Pregoeiro: LAUDECIRO FRANCIO			
LOTE: 1 - lote 01			
Código Classificados			
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		CNPJ: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA		CNPJ: 85.248.680/0001-10
Item nº	Código	Descrição	
1	10127329	AGUA SANITÁRIA : Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Hipoclori	
2	10127330	AMACIANTE DE ROUPAS: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Cloro	
3	10127331	SABONETE LIQUIDO PEROLADO: Embalagem 05 Litros, Base peroli	
4	10127332	CERA ACRÍLICA: Embalagem 05 Litros. COMPOSIÇÃO:	
5	10127333	DESINFETANTE: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoativo A	
6	10127334	DESENGRAXANTE LIMPEZA PESADA: Embalagem 05 Litros:	
7	10127335	DETERGENTE NEUTRO: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoat	
8	10127336	DESENGRAXANTE MULTI-USO: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: T	
Nº do Lance Fornecedor Valor (R\$) Data/Hora			
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	34.471,9000	15/08/2019 09:16:22
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	31.167,0000	15/08/2019 09:16:22
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	31.160,0000	15/08/2019 09:16:45
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	31.150,0000	15/08/2019 09:16:48
3	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	31.100,0000	15/08/2019 09:16:54
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	31.090,0000	15/08/2019 09:17:00
4	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	Desistiu	31.100,00 15/08/2019 09:17:04
Foi declarado vencedor do lote 1 deste Pregão o fornecedor OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA pelo valor de R\$ 31.090,0000 (trinta e um mil e noventa reais).			

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIRO FRANCIO

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 72/2019	Data de Abertura: 15/08/2019
Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO	

LOTE: 2 - lote 02

Código	Classificados	CNPJ
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10

Item nº	Código	Descrição
16	10127340	SAPONACEO LIQUIDO CREMOSO: contendo 300 ml, com tampa abre e
17	10127348	DETERGENTE DE LOUÇAS NEUTRO: Embalagem 500 ml
19	10108964	LIMPA VIDRO 500ml líquido para limpeza de vidros
28	10127341	SABÃO EM PÓ: Multiplicação ou Triplação, pacote 05 kg
31	10127342	SAPONACEO EM PÓ: contendo 300 gr, com detergente e tampa abr
38	10127343	Sabão Em Pedra Glicerinado, conjunto com 5 unidade
39	10125844	Cera em pasta amarela e vermelha lata 375 gramas

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	16.915,0000	15/08/2019 09:17:12
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	15.322,5000	15/08/2019 09:17:12
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	15.300,0000	15/08/2019 09:17:35
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	15.290,0000	15/08/2019 09:17:39
3	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	15.280,0000	15/08/2019 09:17:47
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	15.250,0000	15/08/2019 09:17:50
4	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	15.240,0000	15/08/2019 09:17:56
4	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	15.230,0000	15/08/2019 09:18:01
5	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	Desistiu	15/08/2019 09:18:05
Foi declarado vencedor do lote 2 deste Pregão o fornecedor OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA pelo valor de R\$ 15.230,0000 (quinze mil duzentos e trinta reais).			

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO
 OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
 ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMPágina: 3/9
Data: 19/08/2019**Histórico do Pregão (Lances/Lote)**Processo/Ano: 72/2019
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Data de Abertura: 15/08/2019

LOTE: 3 - lote 03

Código	Classificados	
8920	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 05.919.156/0001-94
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10

Item nº	Código	Descrição
9	10103918	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 3Kg Rolo c/100 unid.
10	10103917	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 5Kg Rolo c/100 unid.
18	10103138	PURIFICADOR DE AR FRASCO DE 360ML
27	10121061	Saco de tecido-Medidas mínimas de 60 de largura x 80cm
32	10118265	TOALHA LISTRADA PARA LIMPEZA G.tam.Minimo 54X98 CM
33	10110063	Toalha listrada p/limpeza peq. tam. minimo 40 x60cm
34	10103972	Embalagens para guardar mantimentos de 8 Kg roloc/100 un
35	10122392	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS -2 Kg Rolo c/100 unid.
36	10127350	Esponja abrasiva dupla face: de 110 x 74 x23
37	10127349	Vassoura de nylon: composição: material sintético,
40	10127351	Esponja de 100% AÇO INOX. toque suave, especifica para dar b

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	19.410,0000	15/08/2019 09:18:14
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	19.139,2000	15/08/2019 09:18:14
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	17.469,0000	15/08/2019 09:18:14
2	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desistiu	19.410,00 15/08/2019 09:18:29
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	17.460,0000	15/08/2019 09:18:37
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	17.400,0000	15/08/2019 09:18:41
3	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	17.380,0000	15/08/2019 09:18:45
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	17.360,0000	15/08/2019 09:18:52
4	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	17.350,0000	15/08/2019 09:18:55
4	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Desistiu	17.360,00 15/08/2019 09:19:00

Foi declarado vencedor do lote 3 deste Pregão o fornecedor ROBERTO TESSARO & CIA LTDA pelo valor de R\$ 17.350,0000 (dezesete mil trezentos e cinquenta reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

-

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

-

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMPágina: 4/9
Data: 19/08/2019

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 72/2019	Data de Abertura: 15/08/2019
Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO	

LOTE: 4 - lote 04

Código	Classificados	CNPJ
8920	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 05.919.156/0001-94
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10

Item nº	Código	Descrição
11	10127337	Saco para lixo em rolo, 50 litros: c/ 50 unidade cor azul;
12	10127338	Saco para lixo em rolo, 100 litros: cor azul; c 25 unidades
13	10127339	Saco para lixo em rolo, 30 litros: cor azul; rolo 50 unidade
41	10127344	Saco para lixo em rolo, 15 litros: cor azul; rolo 100 unidade

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	21.250,0000	15/08/2019 09:19:09
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	21.080,0000	15/08/2019 09:19:09
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	19.000,0000	15/08/2019 09:19:09
2	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	18.900,0000	15/08/2019 09:19:25
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	Desistiu	21.080,00 15/08/2019 09:19:35
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	18.890,0000	15/08/2019 09:19:46
3	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desistiu	18.900,00 15/08/2019 09:19:51

Foi declarado vencedor do lote 4 deste Pregão o fornecedor OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA pelo valor de R\$ 18.890,0000 (dezoito mil oitocentos e noventa reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO
-
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
-
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
-
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
-

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMPágina: 5/9
Data: 19/08/2019**Histórico do Pregão (Lances/Lote)**Processo/Ano: 72/2019
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Data de Abertura: 15/08/2019

LOTE: 5 - lote 05

Código	Classificados	
8920	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 05.919.156/0001-94
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10

Item nº	Código	Descrição
29	10123777	copos plasticos 200ml, caixa com 2500 copos
30	10115579	Copos Descartável 80 ml- Caixa c/ 2500 Unidades

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	16.869,0000	15/08/2019 09:20:00
1	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	16.410,6000	15/08/2019 09:20:00
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	15.255,0000	15/08/2019 09:20:00
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	15.230,0000	15/08/2019 09:20:18
2	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	15.220,0000	15/08/2019 09:20:25
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	15.200,0000	15/08/2019 09:20:28
3	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	15.150,0000	15/08/2019 09:20:36
3	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	15.100,0000	15/08/2019 09:20:43
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	15.050,0000	15/08/2019 09:20:54
4	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	15.000,0000	15/08/2019 09:21:28
4	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14.900,0000	15/08/2019 09:21:35
4	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Desistiu 15.050,00	15/08/2019 09:21:37
5	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	14.850,0000	15/08/2019 09:21:44
5	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desistiu 14.900,00	15/08/2019 09:21:46

Foi declarado vencedor do lote 5 deste Pregão o fornecedor ROBERTO TESSARO & CIA LTDA pelo valor de R\$ 14.850,0000 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

-

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

-

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

-

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 72/2019		Data de Abertura: 15/08/2019	
Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO			
LOTE: 6 - lote 06			
Código Classificados			
8920	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		CNP.J: 05.919.156/0001-94
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		CNP.J: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA		CNP.J: 85.248.680/0001-10
Item nº Código Descrição			
23	10124967	Papel toalha pct 1000 folhas 100% celulose virgem	
25	10119137	Papel toalha rolo branco 12x2 fardo c/ 24 rolos	
26	10116032	Papel Toalha branco Bobina 6 x 200 mts larg.20cm- super luxo	
Nº do Lance Fornecedor Valor (R\$) Data/Hora			
1	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT		21.650,0000 15/08/2019 09:21:55
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA		21.590,0000 15/08/2019 09:21:55
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI		19.525,0000 15/08/2019 09:21:55
2	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		Desistiu 21.650,00 15/08/2019 09:22:10
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA		19.500,0000 15/08/2019 09:22:18
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		19.450,0000 15/08/2019 09:22:25
3	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA		19.430,0000 15/08/2019 09:22:29
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		19.410,0000 15/08/2019 09:22:37
4	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA		19.400,0000 15/08/2019 09:22:41
4	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		Desistiu 19.410,00 15/08/2019 09:22:44

Foi declarado vencedor do lote 6 deste Pregão o fornecedor ROBERTO TESSARO & CIA LTDA pelo valor de R\$ 19.400,0000 (dezenove mil quatrocentos reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO

-

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

-

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

-

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

-

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 72/2019	Data de Abertura: 15/08/2019
Pregoeiro: LAUDECI R FRANCIO	

LOTE: 7 - LOTE 07

Código	Classificados	CNPJ: 11.499.653/0001-83
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10

Item nº	Código	Descrição
20	10121058	Rodo de espuma, cabo madeira 1,20 mts tam.25 x08cm
21	10121059	Rodo de alumínio 45cm, cabo alumínio 1,40mts
22	10121060	Rodo de metal 60cm, cabo alumínio 1,50mts

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	11.348,0000	15/08/2019 09:22:51
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	10.175,0000	15/08/2019 09:22:51
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	10.170,0000	15/08/2019 09:23:20
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	10.150,0000	15/08/2019 09:23:27
3	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	10.100,0000	15/08/2019 09:23:31
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	10.000,0000	15/08/2019 09:23:40
4	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	9.990,0000	15/08/2019 09:23:47
4	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	9.950,0000	15/08/2019 09:24:00
5	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	9.900,0000	15/08/2019 09:24:03
5	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Desistiu 9.950,00	15/08/2019 09:24:06

Foi declarado vencedor do lote 7 deste Pregão o fornecedor ROBERTO TESSARO & CIA LTDA pelo valor de R\$ 9.900,0000 (nove mil e novecentos reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI R FRANCIO
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

-
-
-

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 72/2019

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO

Data de Abertura: 15/08/2019

LOTE: 8 - lote 08

Código	Classificados	
8920	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 05.919.156/0001-94
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10

Item nº	Código	Descrição
24	10123767	papel higienico folha dupla fardo 64 rolos 30mts x 10cm

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	23.940,0000	15/08/2019 09:24:15
1	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	23.100,0000	15/08/2019 09:24:15
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	21.600,0000	15/08/2019 09:24:15
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	Desistiu 23.940,00	15/08/2019 09:24:39
2	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	21.550,0000	15/08/2019 09:24:49
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	21.500,0000	15/08/2019 09:24:54
3	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	21.455,0000	15/08/2019 09:25:03
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Desistiu 21.500,00	15/08/2019 09:25:08

Foi declarado vencedor do lote 8 deste Pregão o fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA pelo valor de R\$ 21.455,0000 (vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO

-

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

-

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

-

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 9/9
 Data: 19/08/2019

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 72/2019
 Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Data de Abertura: 15/08/2019

LOTE: 9 - lote 09

Código	Classificados	
8920	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 05.919.156/0001-94
8924	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83
7693	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10

Item nº	Código	Descrição
14	10111219	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8
15	10108969	ALCOOL 70° FRASCOS COM 1.000 ML
42	10112040	ALCOOL EM GEL FRASCO DE 500 ML

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	16.480,0000	15/08/2019 09:25:16
1	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	16.360,0000	15/08/2019 09:25:16
1	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	14.820,0000	15/08/2019 09:25:16
2	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	Desistiu	16.480,00 15/08/2019 09:25:36
2	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14.800,0000	15/08/2019 09:25:53
2	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	14.750,0000	15/08/2019 09:25:57
3	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14.730,0000	15/08/2019 09:26:03
3	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	14.700,0000	15/08/2019 09:26:07
4	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14.680,0000	15/08/2019 09:26:13
4	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	14.650,0000	15/08/2019 09:26:17
5	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14.630,0000	15/08/2019 09:26:23
5	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	14.600,0000	15/08/2019 09:26:30
6	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14.500,0000	15/08/2019 09:26:35
6	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	14.450,0000	15/08/2019 09:26:39
7	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desistiu	14.500,00 15/08/2019 09:26:44

Foi declarado vencedor do lote 9 deste Pregão o fornecedor OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA pelo valor de R\$ 14.450,0000 (quatorze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

-

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

-

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

-

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 11, PP Nº 5-2019-MED. EM FARMÁCIA/FMS

Publicação Nº 2128008

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2019 Data do Processo: 29/07/2019

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do F. M. De Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2019
b) Licitação Nr.: 5/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/08/2019
e) Objeto da Licitação registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP (7181)**

1	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
2	ANTIESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSEANTES	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
4	LAXANTES	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
5	ANTIDIARRÉICOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
6	DIGESTIVOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
7	ANTIDIABÉTICOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
8	ANTILIPÊMICOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
9	ANTIANÊMICOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
12	ANTIANGINOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
13	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00	21,0000	15,80	15,80
Total do Fornecedor:						221,20

LOTE: 2**IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA (6410)**

15	ANTI-HIPERTENSIVOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
18	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

.....
VALDIR ZANELLA
STOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAÚE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 5/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 11/2019
 Data do Processo: 29/07/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA (6410)

19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
20	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTITIROIDEANO	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
26	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
27	ANTIPARASITÁRIOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
30	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00	22,0000	15,60	15,60
Total do Fornecedor:						265,20

LOTE: 3

IPULIDER LTDA (6991)

32	ANTIPSIKÓTICOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
36	ANTIVARICOSOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
38	ANTIPARKINSONIANOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
39	ANTIÉPILEPTICOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
40	ANSIOLÍTICOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
42	ANTIVIRAIS	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00	23,0000	15,40	15,40
Total do Fornecedor:						184,80
Total Geral:						671,20

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

 VALDIR ZANELLA
 STOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAÚ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 67, TP N° 2-2019-PM-PAV. ASFÁLTICA

Publicação N° 2127932

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2019 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 67/2019 Data do Processo: 16/07/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 67/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 15/08/2019
e) Data da Adjudicação: 15/08/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município (mão de obra + material), incluindo reperfilamento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

BALBINOT-TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP (8256)

1 Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas do Município(mão de obra + material), incluindo reperfilamento, conforme especificado em memorial descritivo, Projetos e Planilhas, anexo ao Edital.	SER	1,00	0,0000	980.479,22	980.479,22
---	-----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 980.479,22

Total Geral: 980.479,22

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.037.4.4.90.00.00.00.00 (104)

Ipumirim, 15 de Agosto de 2019.

.....
LAUDECI FRANCIO
Presidente da Comissão de Licitação

.....
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 72, PP Nº 33-2019-PM-MAT. DE LIMPEZA E HIG.

Publicação Nº 2127997

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 1/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 72/2019
b) Licitação Nr.: 33/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/08/2019
e) Objeto da Licitação registro de preços, com entrega parcelada de material de limpeza e higienização destinado as atividades dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)**

1 AGUA SANITÁRIA : Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Hipoclorito de Sódio 10%, Estabilizante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Hipoclorito de Sódio. Teor de Cloro ativo 2 a 2,5%. Embalagem em material que impeça a ação de luz solar, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto não devera ser superior a 5 meses a partir da data de entrega. Caixa contendo 4 (quatro) unidades. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Registro MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA , ATTIVO, CONDESP - Marca: ILLO QUIMICA	GI	600,00	0,0000	10,7734	6.464,01
2 AMACIANTE DE ROUPAS: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Cloreto Dialquil Dimetil Amônio, Acidulante, Essência, Conservante, Coadjuvante, Corante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Cloreto Dialquil Dimetil Amônio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rotulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, com os dados do fabricante, fragrâncias a escolher. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. Caixa contendo 4 (quatro) unidades. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA , ATTIVO , CONDESP - Marca: ILLO QUIMICA	GI	100,00	0,0000	16,16	1.616,00

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

.....
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

.....
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2019 Data do Processo: 01/08/2019</p>
	Folha: 2/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

3	SABONETE LIQUIDO PEROLADO: Embalagem 05 Litros, Base perolizada; COMPOSIÇÃO: Acqua, Laureth-2, Cocoamidopropyl betaine, Sodium Laureth Sulfate, citric Acid, methylisothiazolinone / methylchlorisothiazolinone, Disodium EDTA, Cocamide DEA, sodium chloride, Glycerin, Perfum. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rótulo de alumínio, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega, fragrâncias a escolher. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, PREMISSE, CONDESP - Marca: ILLO QUIMICA	GI	80,00	0,0000	22,4444	1.795,55
4	CERA ACRÍLICA: Embalagem 05 Litros. COMPOSIÇÃO: Agente de polimento, Emulsificante, Polímero Acrílico, Conservante, Agente de controle de PH, Atenuador de Espuma, Fragrância, Veículo e Corante. Embalagem em material que impeça a ação de luz solar, com data de fabricação e lote impressas na embalagem, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, a mesma embalada em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. Cor a escolher. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). g Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, INGLEZA - Marca: ILLO QUIMICA	GI	200,00	0,0000	31,4222	6.284,44
5	DESINFETANTE: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoativo Aniônico, Umetante, Perfume, Espessante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Cloreto Dialquil Dimetil Amônio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rótulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega, fragrâncias a escolher. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Registro MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, GOTA LIMPA, CONDESP - Marca: ILLO QUIMICA	GI	600,00	0,0000	13,4666	8.079,96
6	DESENGRAXANTE LIMPEZA PESADA: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoativo aniônico, Neutralizante, Espessante, Coadjuvantes, Conservante, Essência, Corante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rótulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA, ATTIVO, CONDESP - Marca: ATTIVO	GI	70,00	0,0000	21,0977	1.476,84

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 3/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

7 DETERGENTE NEUTRO: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoativo Aniônico, Neutralizante, Umectante, Espessante, Conservante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rótulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA , ATIVO , CONDESP - Marca: ILLO QUIMICA	GI	300,00	0,0000	16,16	4.848,00
8 DESENGRAXANTE MULTI-USO: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoativo Aniônico, Neutralizante, Alcalinizante, Solvente, Corante e Veículo. PRINCÍPIO ATIVO: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio. Embalagem translúcida, com data de fabricação impressa na embalagem, rótulo de alumínio, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 18 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). Marcas pré aprovadas: ILLO QUIMICA , ATIVO , CONDESP - Marca: ILLO QUIMICA	GI	30,00	0,0000	17,5066	525,20
Total do Fornecedor:					31.090,00

LOTE: 2

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

16 SAPONACEO LIQUIDO CREMOSO: contendo 300 ml, com tampa abre e fecha, indústria brasileira, COMPOSIÇÃO: Composição: Dodecil benzeno, sulfonato de sódio, álcool graxo etoxilado, sabão, coadjuvante, agente polidor, anti-espumante, preservante, corante, perfume e água. PRINCÍPIO ATIVO: acido tricloroisocianúrico, a mesma contendo indicações , recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, que não risca no uso. Fragrância de PINHO OU LARANJA. A validade do produto devera ser superior a 12 meses a partir da data de entrega. Apresentar junto a proposta notificação MS/ANVISA Cfe DECRETO N 79094/77E RDC 184/2001) Marcas pré aprovadas: BOMBRIL , ASSOLAN, UAU. - Marca: SANY	UN	600,00	0,0000	5,8146	3.488,78
17 DETERGENTE DE LOUÇAS NEUTRO: Embalagem transparentes de 500 ml, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar. COMPOSIÇÃO: glicerina, componente ativo, coadjuvantes, conservantes, sequestrante, espessante, corantes e veículo. COMPONENTE ATIVO: linear alquil sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável, testado dermatologicamente. Embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto devera ser superior a 24 meses a partir da data de entrega. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001). - Marca: MINUANO	UN	400,00	0,0000	2,2364	894,56
19 LIMPA VIDRO em líquido para limpeza de vidros e acrílicos, embalagem de 500ml - Marca: GOTA LIMPA	FR	300,00	0,0000	6,4111	1.923,33

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 4/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

28 SABÃO EM PÓ: Multiplação ou Triplação, biodegradável, contendo tenso ativos, coadjuvantes, sinergistas, tamponantes, branqueadores ópticos, corantes, enzimas, adenuadores de espuma, alquilbenzeno sulfato de sódio, alvejante, perfume e água. Embalada em caixa de papel, pacote de 05 kg, deverá conter as precauções, recomendações e instruções de uso, nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. (Apresentar junto a proposta AFE- Autorização de funcionamento da Empresa e Notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N. 79.094/77 e RDC 184/2001).	UN	150,00	0,0000	29,8189	4.472,84
Marcas pré aprovadas: OMO, ASSIM, TANTO. - Marca: ASSIM 31 SAPONACEO EM PÓ: contendo 300 gr, com detergente e tampa abre e fecha, indústria brasileira. COMPOSIÇÃO: Composição: Linear Alquilbenzeno de Sódio, Alcalinizante, Carga e Fragrancia. CONTEM TENSOATIVO BIODERGRADAVEL, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, que não risca no uso. Fragrância de pinho e laranja. A validade do produto devera ser superior a 24 meses a partir da data de entrega. Apresentar junto a proposta notificação MS/ANVISA. Cfe DECRETO N 79094/77E RDC 184/2001)	UN	250,00	0,0000	3,9759	993,98
Marcas pré aprovadas: BOMBRIL, ASSOLAN. - Marca: SANY 38 Sabão Em Pedra Glicerinado, conjunto com 5 unidades de 200g, para todo tipo de limpeza.	UN	150,00	0,0000	5,8147	872,21
Marcas pré aprovadas: MINUANO, YPE,, SANTO ANTONIO. - Marca: UNIC 39 Cera em pasta amarela e vermelha lata 375 gramas - Marca: GUANABARA	LT	200,00	0,0000	12,9215	2.584,30
Total do Fornecedor:					15.230,00

LOTE: 3

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

9 EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 3Kg Rolo c/100 unid. - Marca: nosso freezer	RI	50,00	0,0000	5,8368	291,84
10 EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 5Kg Rolo c/100 unid. - Marca: nosso freezer	RI	70,00	0,0000	7,6691	536,84
18 PURIFICADOR DE AR FRASCO DE 360ML - Marca: ultra flesh	UN	250,00	0,0000	9,4278	2.356,95
27 SACO DE TECIDO : Medidas externas mínimas de 60 de largura x 80 cm de altura. COMPOSIÇÃO: 100 % algodão, para limpeza, lavado e alvejado, com do peso superior a 220 gramas, o mesmo devera conter etiqueta da fabrica informando a composição do tecido e metragem. - Marca: martimpanos	UN	300,00	0,0000	6,7082	2.012,46
32 TOALHA LISTRADA PARA LIMPEZA G tam. Minimo 54X98 CM - Marca: toalhas catarinense	UN	300,00	0,0000	11,2408	3.372,24
33 Toalha listrada p/limpeza peq. tam. minimo 40 x60cm - Marca: toalhas catarinense	UN	300,00	0,0000	5,838	1.751,40
34 Embalagens para guardar mantimentos de 8 Kg rolo c/100 un. - Marca: nosso freezer	RI	60,00	0,0000	9,4731	568,39
35 EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS -2 Kg Rolo c/100 unid. - Marca: nosso freezer	UN	70,00	0,0000	4,8952	342,66
36 Esponja abrasiva dupla face: um dos lados em fibra sintética abrasiva na cor verde, outro lado em espuma de poliuretano na cor amarela, anti-bactérias, de 110 x 74 x 23 mm, em embalagens individual esponjas com os dados do fabricante. - Marca: superpro 9410SP	UN	1.500,00	0,0000	1,3054	1.958,10

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 5/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

37 Vassoura de nylon: composição: material sintético, com no mínimo 69 tufo de 12 cm de comprimento e 32 cerdas cada plumados cada, base de plástico rígido de 22 cm x 4,5 cm, com cabo de 1,40 mt de comprimento de metal revestido material sintético, ponteira plástica com rosca e com sistema de gancho na outra ponta.	UN	100,00	0,0000	13,4799	1.347,99
Marcas pré aprovadas: NOVIÇA. - Marca: Bettani					
40 Esponja de 100% AÇO INOX. toque suave, específica para dar brilho em alumínio, anti-ferrugem, resistente. Limpa sem riscar. Peso líquido de no mínimo 08 g, embalada individualmente onde deverá conter: composição, observações, precauções e dados do fabricante. - Marca: Brinox	UN	700,00	0,0000	4,0159	2.811,13
Total do Fornecedor:					17.350,00

LOTE: 4
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

11 Saco para lixo em rolo, 50 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 63 cm x 80 cm, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 50 unidades).	UN	400,00	0,0000	11,1152	4.446,09
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA. - Marca: OBJETIVA					
12 Saco para lixo em rolo, 100 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 75 cm x 105 m, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 25 unidades).	UN	600,00	0,0000	11,1153	6.669,18
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA. - Marca: OBJETIVA					
13 Saco para lixo em rolo, 30 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 59 cm x 62 cm, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 50 unidades).	UN	500,00	0,0000	11,1153	5.557,65
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA. - Marca: OBJETIVA					
41 Saco para lixo em rolo, 15 litros: na cor azul; no mínimo 05 micras, deverá estar embalado e constar na embalagem, a marca e dados como tamanho 39 cm x 58 cm, fabricante e ou distribuidor estar especificado de acordo com as normas da NBR 9190, 9191 da ABNT - deverá conter selo de material reciclável. (Rolo com 100 unidades).	UN	200,00	0,0000	11,0854	2.217,08
Marcas pré aprovadas: ORLEPLAST, STAR, OBJETIVA. - Marca: OBJETIVA					
Total do Fornecedor:					18.890,00

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR	Folha: 6/7
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2019 Data do Processo: 01/08/2019	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

29 Copos Plásticos descartáveis de primeira linha, resistente a compressão lateral, transparente capacidade para 200 ml, embaladas em tiras com 100 unidades, caixa com 25 tiras, pesando no mínimo, 220 gr, acondicionadas em caixa de papelão, conforme norma técnica 14.865/2002, produzido em polipropileno atóxico, homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rechaduras, furos, deformações e sujeiras (internamente) bordas lisas sem rebarbas. - Marca: cristalcopos	CX	150,00	0,0000	83,1896	12.478,44
30 Copos Plásticos descartáveis de primeira linha, resistente a compressão lateral, transparente capacidade para 80 ml, embaladas em tiras com 100 unidades, caixa com 25 tiras, pesando no mínimo, 100 gr, acondicionadas em caixa de papelão, conforme norma técnica 14.865/2002, produzido em polipropileno atóxico, homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rechaduras, furos, deformações e sujeiras (internamente) bordas lisas (sem rebarbas). - Marca: cristalcopos	CX	30,00	0,0000	79,0521	2.371,56
Total do Fornecedor:					14.850,00

LOTE: 6
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

23 Ficha técnica: Produto Papel interfolhas 02 dobras Composição 100% Celulose virgem Quantidade de folhas 1000 fls Formato Folhas com 23 cm x 20 cm cada Apresentação Fardo com 4pts de 250 fls Dimensão aproximada (cm) 33 (C) x 10 (L) x 23 (A) Peso médio (kg) 1250 Gramatura 22 - 24 gramas m2 Resistência L (KN/m) 0,50 ou Superior Resistência T (KN/m) 0,30 ou Superior Resistência úmida 6,5% a 7,5% Alvear Mínimo de 85,0% Alongamento Mínimo de 12,5% Tração Longitudinal Mínimo de 1643gf/ mm Tração Transversal Mínimo de 1135gf/ mm Matéria Prima: 100% Fibras celulósicas virgens Proveniente de Pinus de Reflorestamento peso mínimo- 1250kg - Marca: bela vista luxo	UN	1.500,00	0,0000	11,1422	16.713,30
25 Papel toalha rolo branco 12x2 fardo c/ 24 rolos com 50 toalhas de 19,0 cm cada, 100% celulose virgem, folhas dupla - Marca: sorrela	FARD	20,00	0,0000	53,7341	1.074,68
26 Papel Toalha branco Bobina 6 x 200 mts- larg.20cm- super luxo, 38 gramas caixa com 06 rolos - Marca: bela vista	FARD	30,00	0,0000	53,7341	1.612,02
Total do Fornecedor:					19.400,00

LOTE: 7
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

20 RODO DE ESPUMA: com base plástica, e cepa de madeira, tamanho de 25 x 08 cm: a espuma de ser grampeada na madeira e no plástico, cabo de 1,20 mts com ponteira plástica. - Marca: perovinha	UN	250,00	0,0000	16,087	4.021,76
21 RODO ALUMÍNIO 45 cm: com cabo de alumínio de 1,40 mts, contendo manopla na ponta, com reforço soldado na base, fixação do cabo com parafuso, com base de EVA duplo prensada, com aba anti-respingo de fácil substituição do EVA. - Marca: sensor	UN	70,00	0,0000	43,5328	3.047,30

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 33/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 72/2019
 Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 7/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 7
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

22 RODO METAL 60 CM : com cabo de alumínio de 1,50 mts, contendo manopla na ponta , com reforço soldado na base de metal e EVA duplo prensado , fixação do cabo com parafuso , com aba anti-respingos de fácil substituição do EVA. - Marca: sendor	UN	50,00	0,0000	56,6188	2.830,94
---	----	-------	--------	---------	----------

Total do Fornecedor: 9.900,00
LOTE: 8
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (8920)

24 PAPEL HIGIÊNICO: Folha Dupla 30 metros X 10 cm, COMPOSIÇÃO: 100% Fibras Celulósicas Virgens, Gramatura (variação +- 5%) - Tipo de folha de 14 g/m2 - Alvura Mínimo 800 GE, Picotado e Gofrado, fardo com 64 rolos, embalados em Polietileno impresso. (Apresentar amostra). - Marca: 1055 FOFINHO	FARD	300,00	0,0000	71,5167	21.455,00
--	------	--------	--------	---------	-----------

Total do Fornecedor: 21.455,00
LOTE: 9
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

14 ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8 USO DOMESTICO, FRASCO DE 1 LITRO - Marca: FLOPS	L	1.000,00	0,0000	6,5327	6.532,72
15 ALCOOL 70° FRASCOS COM 1.000 ML - Marca: FLOPS	L	1.000,00	0,0000	5,6552	5.655,20
42 ALCOOL EM GEL FRASCO DE 500 ML - Marca: FLOPS	FR	400,00	0,0000	5,6552	2.262,08

Total do Fornecedor: 14.450,00
Total Geral: 162.615,00

Ipumirim, 19 de Agosto de 2019.

 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
 PREFEITO MUNICIPAL

 Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PL 052/2019 TP 05/2019

Publicação Nº 2128720

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 052/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2019

Objeto: Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, drenagem pluvial e sinalização, com área total de 26.290,90 m², a ser executado em várias ruas do interior e perímetro urbano do Município de Iraceminha em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 04/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 20 de agosto de 2019.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 066 A 067/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2128315

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 066/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada.: VIGA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP

Valor : 67.562,33 (sessenta e sete mil quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos)

Vigência : Início: 19/08/2019 Término: 19/10/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, com área total de 206,40 m², a ser executado junto à Praça Municipal Jorge Lacerda, zona urbana do Município de Iraceminha em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Iraceminha, 19 de Agosto de 2019

Contrato Nº.: 067/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada.: CLECI MARIA FELLINI BERTI 94189153915

Valor : 27.703,26 (vinte e sete mil setecentos e três reais e vinte e seis centavos)

Vigência : Início: 19/08/2019 Término: 07/11/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica dispensada de licitação, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realizar a execução do projeto de muro de contenção em alvenaria de pedra argamassada, conforme Projeto Técnico Detalhado, com fulcro no Art. 24, II da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores e o Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Iraceminha, 19 de Agosto de 2019

TERMO HOMOLOGAÇÃO PP 11/2019 - FMS

Publicação Nº 2128358

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR Processo Administrativo: 14/2019 Processo de Licitação: 14/2019 Data do Processo: 01/08/2019
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2019
b) Licitação Nr.: 11/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/08/2019
e) Objeto da Licitação

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços médicos, compreendendo serviços médicos de Clínica Geral com Regulação, cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município para manutenção das atividades da ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme as especificações constantes neste Edital Convocatório.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Iraceminha, 19 de Agosto de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR Processo Administrativo: 14/2019 Processo de Licitação: 14/2019 Data do Processo: 01/08/2019
Folha: 2/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**EDIMAR NOGUEIRA AMARAL FILHO EIRELI (5006)**

1 MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF COM REGULAÇÃO Médico clínico geral com CRM reconhecido por órgão competente, disponibilidade para cumprir carga horária de 40 horas semanais sendo 08 horas/dia, as quais serão distribuídas no período diurno. As atividades poderão ser realizadas em ESF (Equipe de Estratégia Saúde da Família), de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde. Priorizando o atendimento aos usuários em todos os ciclos da vida, visitas domiciliares, atividades de educação em saúde, procedimentos, participação de reuniões em equipe, cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município. Cumprir todas as legislações pertinentes a Saúde Pública e demais funções e atribuições pertinentes à função e/ou determinadas pelo município. DA REGULAÇÃO: julgar e decidir sobre a gravidade de um caso que lhe está sendo comunicado; realizar a regulação de todas as consultas e encaminhamentos para exames da sua unidade de saúde, enviar os recursos necessários ao atendimento (com ou sem a presença do médico na ocorrência); monitorar e orientar o atendimento prestado por outro profissional de saúde habilitado ou por médico intervencionista; cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município definir e acionar o hospital de referência ou outro meio necessário ao atendimento e demais funções pertinentes à função e/ou determinadas pelo município.	MES	12,00	0.0000	25.200,00	302.400,00
---	-----	-------	--------	-----------	------------

Total do Fornecedor: 302.400,00

Total Geral: 302.400,00

Iraceminha, 19 de Agosto de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

EDITA DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÃO CONCURSO PUBLICO

Publicação N° 2128914

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS ORIGINADO PELO EDITAL N° 01, DE 15 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre o deferimento das inscrições do Concurso Público para formação de cadastro de reserva e para provimento de cargo do quadro permanente de pessoal do Município de Irani/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRANI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o Edital de Concurso Público nº 01, de 15 de julho de 2019;

Resolve:

Art. 1º Ficam deferidas, na condição de ampla concorrência, as inscrições dos candidatos regularmente inscritos para o Concurso Público de Provas originado pelo Edital nº 01, de 15 de julho de 2019, que estabelece normas para realização de Concurso Público de Provas para formação de cadastro de reserva e para provimento de cargo público em caráter efetivo do quadro permanente de pessoal do Município de Irani/SC, na forma do Anexo Único, parte integrante desse Edital.

Parágrafo único. Não foi apresentado nenhum requerimento de inscrição em condição especial para realização das provas.

Art. 2º Fica estabelecido, na forma dos itens 6.3 e 8.1 do Edital supra, a data, local e horário para aplicação das provas, no período matutino do dia 24 de agosto de 2019, na Escola Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, sito à Av. Governador Ivo Silveira, 1.121 - centro.

Parágrafo único. A abertura dos portões será às 08h00min e seu fechamento às 08h50min, tendo, as provas, início às 09h00min e término às 12h00min.

Registre-se, Publique-se.

Irani/SC, em 19 de agosto de 2019.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS MUNICÍPIO DE IRANI/SC
EDITAL N° 01/2019

RELATÓRIO GERAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

MOTORISTA		
Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
0008	ALDEZIR DOS SANTOS	4.164.743
0016	ANTONIO VANDERLI CHAVES	2.632.452
0009	EDESON PRESTES DE ALMEIDA	5.705.960
0002	FABIO JOAQUIM DE MORAIS	7.733.952
0021	GILMAR BARBOSA	3.847.406
0017	GLAUCIO CAMPAGNARO	4.929.357
0020	ILDEFONSO ALVES DE MOURA FILHO	83.414.529
0001	JANIOMAR MARCOS DE SIQUEIRA	3.182.485
0015	JOSÉ DEOLIR DE CARVALHO	2.037.764
0004	MACLAUD DEITOS VILMES	5.664.404
0007	VALDECIR GOMES	3.620.726
TOTAL DE CANDIDATOS: 11		

Irineópolis

PREFEITURA

ERRATA DA PORTARIA Nº329

Publicação Nº 2128578

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS (SC), pela presente,

ADMITE erro material e RETIFICA a Portaria Nº 329/2019, publicada no DOM/SC, em 01/08/2019, Edição nº 2891, para que,

Onde se lê:

Em data de 07/07/2019... Leia-se:

Em data de 18/06/2019...

Irineópolis, 19 de agosto de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 355/2019

Publicação Nº 2128367

PORTARIA Nº 355/2019, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o processo instaurado pela Portaria nº 225/2009, de 07 de outubro de 2009, para a apuração de fatos relativos a falta de desempenho, insubordinação e outros relatados na Portaria, ligados a atuação do então servidor Djonat Stefen;

CONSIDERANDO que, em virtude de sentença judicial transitada em julgado em sede de Apelação Cível em Mandado de segurança nº 2011.080262-8 de Porto União, cujo relator o Desembargador Pedro Manoel de Abreu entendeu pela reintegração do servidor, nada obstando o prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO que, o Processo Administrativo Disciplinar foi reinstaurado pela Portaria nº 340/2018, de 16 de outubro de 2018;
CONSIDERANDO que, no processo administrativo disciplinar, reinstaurado pela Portaria nº 340/2018, fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;
CONSIDERANDO, a ausência de fato novo modificativo da decisão anterior;
CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;
CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;
CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;
CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar reinstaurado pela Portaria nº 340/2018;
CONSIDERANDO o julgamento final datado de 14 de agosto de 2019, no qual restaram demonstrados, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;
CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;
CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

RESOLVE:

Art. 1º Enquadrar o servidor DJONAT STEFEN, como incurso no descumprimento das disposições previstas no artigo 144, incisos "II, VII, X e XI" e inobservância as proibições do artigo 145, incisos "I e XVIII", da Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997.

Art. 2º Em razão do disposto no artigo anterior, aplicar ao servidor DJONAT STEFEN, a penalidade de Exoneração do Serviço Público Municipal, com fulcro nos arts. 153, inciso III e nos exatos termos do que determina o artigo 158, incisos III e XIII da Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de Agosto de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DE ANALISE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO PL 044/2019

Publicação Nº 2128643

ATA DE ANALISE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2019, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 15h30min do dia dezenove do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de recebimento e análise da nova documentação de habilitação apresentada pelas empresas participantes da Tomada de Preços nº 005/2019 Processo Licitatório nº 044/2019, destinada a contratação de empresa para execução de cerca externa na sede do Corpo de Bombeiros Militar de Itá - SC, com o concomitante fornecimento de materiais e mão de obra; Protocolaram nova documentação tempestivamente a empresa ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI protocolada no dia oito de agosto de dois mil e dezenove sob o número 155.807.073-F4 e a empresa CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI protocolada no dia dezesseis de agosto de dois mil e dezenove sob o numero W32.V25.41F-00. Da análise restou em: a) Habilitar as empresas ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI e CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI por cumprirem aos requisitos do edital; Diante do fato fica marcado para o dia vinte e um de agosto de dois e mil e dezenove as 08h30min, na sala de reuniões da prefeitura municipal de Itá a sessão de abertura dos envelopes de proposta. Intima-se as empresas da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrou-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e membros da Comissão. A presente Ata será publicada no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itá Santa Catarina e na página do Município, na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Presidente

Silviane Carla Mertins
Membro

Franciele Dall Bello
Membro

ATA DE ANALISE DA PROPOSTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2019

Publicação Nº 2128120

ATA DE ABERTURA E ANALISE DA PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia dezenove do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, senhor Presidente Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de abertura e análise do envelope de proposta de preço das empresas SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e DUTRI ENGENHARIA METALURGICA EIRELI, habilitadas no certame licitatório. As empresas não enviaram representantes. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade do envelope que continha todos os envelopes de proposta das empresas participantes do certame, aberto e retirado os envelopes de propostas das empresas, passando para à abertura dos envelopes das empresas habilitadas, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão de licitações. Da análise das propostas restou em classificar em primeiro lugar a empresa: DUTRI ENGENHARIA METALURGICA EIRELI, com o preço total de R\$ 775.800,48 (setecentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e oito centavos), sendo 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil) referente a materiais, e R\$ 135.800,00 (cento e trinta e cinco mil e oitocentos reais) de mão de obra. E em Segundo lugar a empresa: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, com o preço total de R\$ 777.777,77 (setecentos e setenta e sete mil cento e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), sendo R\$ 544.444,44 (quinhentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) referente a materiais, e R\$ 233.333,33 (duzentos e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) referente a mão de obra; Diante do fato abre-se o prazo de cinco dias uteis para recursos, transcorrido o prazo de recursos ou julgados estes será homologado o presente edital. Intima-se os participantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e membros da Comissão. Esta ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Presidente

Silviane Carla Mertins
Membro

Franciele Dall Bello
Membro

Itaiópolis

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2019

Publicação Nº 2128638

Nº ADITIVO: 2º

Nº CONTRATO: 11/2019

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Key Construction Soluções Rodoviárias Eireli EPP

OBJETO: fica prorrogado o prazo do Contrato até 17/09/2019, a contar de 19/08/2019.

Itaiópolis, 16/08/2019 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019

Publicação Nº 2128619

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO EMPRESAS ME, EPP E MEI SEDIADAS NO MUNICÍPIO OU NA REGIÃO

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de esquadrias de ferro, calhas, vidros, mármore, para as Secretarias Municipais. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 03 de setembro de 2019, até as 08h45. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 03 de setembro de 2019, as 09:00 horas. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 19 de agosto de 2019. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

Itapema

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO 04.0107.2019

Publicação Nº 2128236

Pregão Presencial nº. 04.107.2019

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Objeto: Registro de Preços - Serviços técnicos especializados de Engenharia para recuperação e manutenção das vias pavimentadas e pavimentação asfáltica de vias não pavimentadas do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.107.2019

ONDE SE LÊ:

Entrega dos envelopes: Até às 12:30(treze) horas de 30 (trinta) de agosto de 2019.

Abertura do Pregão: 30 (trinta) de agosto de 2019, às 12:31(treze horas e trinta e um minuto).

LEIA-SE:

Entrega dos envelopes: Até às 12:30(doze horas e trinta minutos) de 30 (trinta) de agosto de 2019.

Abertura do Pregão: 30 (trinta) de agosto de 2019, às 12:31(doze horas e trinta e um minuto).

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura do Pregão Presencial 04.107.2019 permanece inalterada.

Itapema, 19 de agosto de 2019.

RONALDO PAULINO

Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 148/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.096.2019 REGISTRO DE PREÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA FROTA DE LEVE E MÉDIO PORTE DO MUNICÍPIO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Publicação Nº 2129000

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 148/2019 – PREGÃO – 04.096.2019

ATA REGISTRO DE PREÇOS 096/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Registro de Preços – Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva na frota de leve e médio porte do Município com fornecimento de peças. conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

VALOR TOTAL:

Peças e Acessórios – Itens 01 E 04, correspondentes aos seus respectivos Lotes, 11% (onze por cento) de desconto sobre a tabela Audatex;

Peças e Acessórios – Itens 02 E 03, correspondentes aos seus respectivos Lotes, 10% (dez por cento) de desconto sobre a tabela Audatex;

Serviços de mão de obra mecânica – itens 05 E 23, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$77,72 (setenta e sete reais e setenta e dois centavos) por hora;

Serviços de mão de obra mecânica – itens 11 E 17, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$78,59 (setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) por hora;

Serviços de mão de obra elétrica – itens 06 E 24, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$77,72 (setenta e sete reais e setenta e dois centavos) por hora;

Serviços de mão de obra elétrica – itens 12 E 18, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$78,59 (setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) por hora;

Serviços de mão de Pintura – itens 07 E 25, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$77,72 (setenta e sete reais e setenta e dois centavos) por hora;

Serviços de mão de Pintura – itens 13 E 19, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$78,59 (setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) por hora;

Serviços de mão de Latoaria – itens 08 E 26, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$77,72 (setenta e sete reais e setenta e dois centavos) por hora;

Serviços de mão de Latoaria – itens 14 E 20, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$78,59 (setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) por hora;

Serviços de mão de Estofaria – itens 09 E 27, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$77,72 (setenta e sete reais e setenta e dois centavos) por hora;

Serviços de mão de Estofaria – itens 15 E 21, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$78,59 (setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) por hora;

Serviços de mão de Tapeçaria – itens 10 E 28, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$77,72 (setenta e sete reais e setenta e dois centavos) por hora;
Serviços de mão de Tapeçaria – itens 16 E 22, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$78,59 (setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) por hora;
Serviços de Balanceamento de veículos – itens 29, 31 E 33, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$ 56,96(cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos) por hora;
Serviços de Geometria de veículos – itens 30, 32 E 34, correspondentes aos seus respectivos Lotes, R\$77,72 (setenta e sete reais e setenta e dois centavos) por hora;
PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

ALTAIR SCARTEZINI & CIA LTDA EPP

ELETRO MECÂNICA FETTER LTDA ME

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 15 de agosto de 2019.

Nilza Nilda Simas

Prefeita de Itapema

FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA**PUBLICAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS CONCEDIDAS PELA FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI NO PERÍODO DE 01 A 15 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2128235



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Lago Empreendimentos Imobiliários LTDA**, conforme processo FAACI nº **313/2019**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 140, nº128 e 136, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora Brasileira**, conforme processo FAACI nº **103/2019**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **57 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Avenida Governador Celso Ramos, s/n, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **WS Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **053/2019**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP 012/2019, com validade de **55 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial de Interesse Social**, localizada na **Rua 406, s/n, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Araújo e Porto Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **084/2019**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP 031/2019, com validade de **56 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 402 B1, s/n, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Dallo & Dallo Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, conforme processo FAACI nº **266/2019**, a Licença Ambiental Prévia - LAP 071/2019, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Avenida Nereu Ramos, esquina com as Ruas 161 e 153 A, Lotes 36 e 36 A do Jardim Neptuno, Bairro Centro**.

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Pasqualotto Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **271/2018**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **71 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Avenida Nereu Ramos esquina Rua 253, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Bencke Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **275/2014**, a Renovação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **24 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial de Interesse Social**, localizada na **Rua 800 esquina Rua 802, Lote 2 do Loteamento Jardim Casa Branca II, Bairro Casa Branca**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Sorriso Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **444/2018**, a liberação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 262, esquina 3ª Avenida, nº 464, Bairro Meia Praia**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora Harmonia Ltda**, conforme processo FAACI nº 402/2014, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **indeterminada** para atividade de ocupação de uma edificação multifamiliar e comercial, localizada na **Rua 250, nº 663, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **LS Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº 369/2015, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade **indeterminada** para atividade de Ocupação de uma edificação multifamiliar, localizada na **Rua 319, nº 150, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Eduardo Englen da Frota e Outros**, conforme processo FAACI nº 182/2019, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade **Permanente** para atividade de Ocupação de uma Edificação Multifamiliar, localizada na **Rua 224, nº 85, Bairro Meia Praia**.

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL SIMPLIFICADA - AuAs

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **QUALITIES – COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, conforme processo FAACI nº 611/2007, a renovação da Autorização Ambiental Simplificada - AuA 017/2017, com validade de **12 meses** para atividade de Alporquia de Vegetação, localizada na Avenida Nereu Ramos, nº 2.730, **Bairro Morretes**.

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Vinícios Curt Labaldi**, conforme processo FAACI nº 036/2016, a Autorização Ambiental - AuA, com validade de **48 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Multifamiliar - Casas Geminadas**, localizada na **Rua 414, Nº 921, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu ao **Marcos Fernando Silva**, conforme processo FAACI nº 417/2017, a Autorização Ambiental - AuA, com validade de **48 meses** para atividade de ocupação de uma edificação Multifamiliar (3 casas geminadas), localizada na rua 444, nº 72, **Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Luis Rodrigo Feller**, conforme processo FAACI nº 938/2016, a Autorização Ambiental - AuA, com validade de **48 meses** para atividade ocupação de 3 casas geminadas, localizada na **902 D, nº. 1082, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Petricon Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº 763/2015, a Autorização Ambiental - AuA, com validade **permanente** para atividade de **Ocupação de uma Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 241, Nº 55, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Felipe Farias Sabino**, conforme processo FAACI nº 528/2016, a Autorização Ambiental - AuA, com validade **permanente** para atividade de **Ocupação de uma Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 296, Nº 793, Bairro Meia Praia**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora Locatelli Ltda**, conforme processo FAACI nº **342/2017**, a Autorização Ambiental - AuA, com validade **permanente** para atividade de **Ocupação de uma Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 286, Nº 508, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Antonio Ticz**, conforme processo FAACI nº **361/2017**, a Autorização Ambiental - AuA, com validade **48 meses** para atividade de **Ocupação de uma Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 440, Nº 990, Bairro Morretes**.

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Tatiane Minetto**, conforme processo FAACI nº **272/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Comercial**, localizada na **Rua 248, s/n, esq c/ Terceira Avenida, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Eliane Ines Giacomini**, conforme processo FAACI nº **289/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Multifamiliar Geminada**, localizada na **Rua 806 B, Lote 91, Loteamento Jardim Santana, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **José Sebastião de Melo**, conforme processo FAACI nº **260/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Multifamiliar Geminada**, localizada na **Rua 432, Lote 580, Loteamento Jardim Cardeal, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Ivo Nogueira da Silva**, conforme processo FAACI nº **314/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Comercial**, localizada na **Terceira Avenida esq com a Rua 254, Lote 40, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Marcelo Schneider**, conforme processo FAACI nº **245/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de ampliação em área construída para atividade de pousada, localizada na **286, nº 394, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Raquel Eli Neves Pruinelli**, conforme processo FAACI nº **207/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurante e Similares**, localizada na **Avenida Nereu Ramos, Nº 3855, Sala 105, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **J Carolina Recicláveis Ltda**, conforme processo FAACI nº **294/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação comercial**, localizada na **Rua 450 esq c/ Rua 460 A, Lotes 01 e 03 Bairro Leopoldo Zaring**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Sonia Renata Dias Moitinho**, conforme processo FAACI nº **135/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurante e Similares**, localizada na **Governador Celso ramos, Nº 559, Sala 02, Bairro Centro**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Maximo Buzzi**, conforme processo FAACI nº **330/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 414 esq c/ Rua 406 A1, Lote 1213, Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Ita Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **329/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Multifamiliar Geminada**, localizada na **Rua 436, Lote 329, Loteamento Jardim Agulhas Negras, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Oasis Esfiharia Ltda**, conforme processo FAACI nº **317/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurante e Similares**, localizada na **Rua 234, Nº 74, Sala 04, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Diomar Antonio Soares**, conforme processo FAACI nº **310/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 298, s/n, Lote 141, Loteamento Jardim Guarani, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Leal Cordeiro Arquitetura e Construção Ltda**, conforme processo FAACI nº **334/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 708, s/n, Lote 4, Quadra C, Condomínio Chácara Flora, Bairro Casa Branca**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Laredu Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **290/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Multifamiliar Geminada**, localizada na **Rua 414, Lote 1, Loteamento Jardim Morretes II, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Laredu Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **291/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Multifamiliar Geminada**, localizada na **Rua 416, Lote 2, Loteamento Jardim Morretes II, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Paola Carbonara Bortolon**, conforme processo FAACI nº **341/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 304, Lotes 44 e 47 do Loteamento Jardim Irani, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Flavia Soares dos Santos**, conforme processo FAACI nº **345/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Ampliação e Reforma de Edificação Unifamiliar Coletiva**, localizada na **Rua 109, esquina Rua 109 E, Nº 257, Bairro Canto da Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Adrian Portela**, conforme processo FAACI nº **347/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Multifamiliar Geminada**, localizada na **Rua 900 D, Lote 18, Loteamento Jardim Luciano, Bairro Sertãozinho**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **GEA Gerenciamento e Engenharia Ltda**, conforme processo FAACI nº **278/2006**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 109 G, Lote 7, Loteamento Jardim Gaivotas, Bairro Canto da Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Borchaitt Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **346/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção Multifamiliar**, localizada na **Rua 290, Lote 07, Loteamento Jardim Silva, Bairro Meia Praia**.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 121, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127841

DECRETO Nº 121, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 2.330,00 (dois mil trezentos e trinta reais);

003.0001 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

0004.0181.0004.2006 – Convênio de Trânsito

44.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 2.330,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 15 de agosto de 2019.

Itapiranga, 15 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 122, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127842

DECRETO Nº 122, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DELEGA ATRIBUIÇÕES AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art. 1º Fica pelo presente, delegadas atribuições ao Chefe de Gabinete do Prefeito, Jaime Luis Henkes, matrícula nº 15557/01, para efetuar a assinatura da documentação referenciada ao setor financeiro e administrativo deste Município no que couber e prevista nos incisos XXII, XXIII e XXV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 16 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 123, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127843

DECRETO Nº 123, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade

com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1001 – Recursos de Impostos para educação 25%, no valor de R\$ 37.241,00 (trinta e sete mil duzentos e quarenta e um reais);

006.0004 – Educação Infantil - Creche

0012.0365.0016.1012 – Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanente – Educação Infantil - Creche

44.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 27.241,00

0012.0365.0016.2028 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche

33.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 16 de agosto de 2019.

Itapiranga, 16 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 124, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127844

DECRETO Nº 124, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais);

004.0002 – Encargos Gerais do Município

0028.0846.0005.2015 – Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais

33.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 16 de agosto de 2019.

Itapiranga, 16 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 45/2019

Publicação Nº 2127950

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2019 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo nono dia do mês de agosto de 2019, a partir das 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a) KARINA JUSSARA DOS SANTOS e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, CELSO CUNICO e MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo (a) Decreto nº 4065/2019, para conduzir a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 45/2019, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) SEMIRREBOQUE (CARREGA TUDO) PLANO 02 EIXOS, NOVA, ANO/MODELO 2019, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participante	
Empresa	Representante
WM INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS	CLAUDIO ANTONIO DE CAMARGO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos, nesta fase a pregoeira solicitou melhora na proposta mas o licitante disse que não poderia abaixar, no entanto se comprometeu a mandar um semirreboque com pescoço naja (cobertura sobre pescoço) o que trará um ganho de 3,5 metros no semirreboque. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
WM INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS	1	R\$ 163.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de prestação de serviço conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte do representante da licitante de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando às 09h:30m.

Itapoá, 19 de agosto de 2019.

KARINA JUSSARA DOS SANTOS Pregoeira	
CELSO CUNICO Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro

Licitantes:

WM INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
CLAUDIO ANTONIO DE CAMARGO

DECRETO MUNICIPAL Nº 4092, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128199

DECRETO MUNICIPAL Nº 4093, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAPOÁ - CONCIDADE.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Itapoá-CONCIDADE, conforme aprovado na 88ª reunião ordinária do conselho, realizada em 06 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4094, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128204

DECRETO MUNICIPAL Nº 4094, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Concede gratificação especial a profissional de saúde do Núcleo de Apoio Saúde da Família-NASF.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 774, de 20 de abril de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida gratificação especial no percentual de 40,00% (quarenta por cento), à Senhora Gladis Katrein Stock, por vínculo ao Núcleo de Apoio Saúde da Família-NASF.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4095, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128213

DECRETO MUNICIPAL Nº 4095, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Revoga o Decreto Municipal nº3856, de 11 de dezembro de 2019 que Concede gratificação especial a profissional de saúde do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 774, de 20 de abril de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº3856, de 11 de dezembro de 2019, que concede gratificação por vínculo ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, no percentual de 40,00% (quarenta por cento), à servidora Mayara Gama Cruz, por atuação como Médica no NASF.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4096, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128214

DECRETO MUNICIPAL Nº 4096, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Declara de utilidade pública área específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, área específica, para fins de desapropriação das benfeitorias sobre área da União, onde serão construídos galpões para conserto das embarcações da comunidade pesqueira da Barra do Saí, localizada conforme a seguinte descrição:

ÁREA DE MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS ARTESANAIS - BARRA						
ÁREA	1.357,62	m²				
PERÍMETRO	153,06	m				
PONTOS		COORDENADAS UTM			DIREÇÃO	DISTÂNCIAS (m)
P1	X	739260.8407	Y	7121091.3135	P1-P2	6,04
P2	X	739266.8386	Y	7121092.0596	P2-P3	34,79
P3	X	739273.6849	Y	7121126.1700	P3-P4	49,60
P4	X	739224.4640	Y	7121120.0488	P4-P5	21,22
P5	X	739220.1936	Y	7121099.2663	P5-P1	41,42

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Itapoá, 16 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4097, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128215

DECRETO MUNICIPAL Nº 4097, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Declara de utilidade pública área específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, área específica, para fins de desapropriação das benfeitorias sobre área da União, onde serão construídos galpões para conserto das embarcações da comunidade pesqueira de Itapema – Área 1, em área do município/União, localizado no Bairro Itapema do Norte, localizada conforme a seguinte descrição:

MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS ARTESANAIS – ITAPEMA ÁREA 1						
ÁREA	531,20	m²				
PERÍMETRO	110,63	m				
PONTOS		COORDENADAS UTM			DIREÇÃO	DISTÂNCIAS (m)
P1	X	739296.1474	Y	7114385.6886	P1-P2	10,18
P2	X	739294.1074	Y	7114375.9186	P2-P3	29,16
P3	X	739318.7774	Y	7114364.3486	P3-P4	6,51
P4	X	739318.7974	Y	7114373.2586	P4-P5	10,27
P5	X	739317.7474	Y	7114376.3786	P5-P6	2,40
P6	X	739316.1874	Y	7114382.1186	P6-P7	2,78
P7	X	739313.5774	Y	7114385.2486	P7-P8	3,99
P8	X	739313.2974	Y	7114388.0786	P8-P9	5,95
P9	X	739313.5774	Y	7114390.4586	P9-P10	3,29
P10	X	739319.5774	Y	7114398.7986	P10-P11	8,91
P11	X	739317.9174	Y	7114405.0886	P11-P1	27,10

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Itapoá, 16 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4098, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128217

DECRETO MUNICIPAL Nº 4098, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Declara de utilidade pública área específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, área específica, para fins de desapropriação das benfeitorias sobre área da União, onde serão construídos galpões para conserto das embarcações da comunidade pesqueira de Itapema – Área 2, em área do município/União, localizado no Bairro Itapema do Norte, localizada conforme a seguinte descrição:

MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS ARTESANAIS – ITAPEMA ÁREA 2						
ÁREA	1.634,69	m²				
PERÍMETRO	170,21	m				
PONTOS		COORDENADAS UTM			DIREÇÃO	DISTÂNCIAS (m)
P1	X	739333.4574	Y	7114364.9686	P1-P2	9,81
P2	X	739330.7874	Y	7114355.5286	P2-P3	7,84
P3	X	739329.1525	Y	7114347.8620	P3-P4	4,69
P4	X	739332.6774	Y	7114344.7686	P4-P5	22,82
P5	X	739350.8373	Y	7114330.9481	P5-P6	28,71
P6	X	739373.1674	Y	7114348.9986	P6-P7	21,49
P7	X	739389.8804	Y	7114362.5032	P7-P8	7,25
P8	X	739383.2674	Y	7114365.4786	P8-P9	27,45
P9	X	739356.9774	Y	7114373.3686	P9-P10	20,35
P10	X	739339.4820	Y	7114383.7537	P10-P11	3,22
P11	X	739339.1274	Y	7114380.5486	P11-P1	16,58

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Itapoá, 16 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4099, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128218

DECRETO MUNICIPAL Nº 4099, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Declara de utilidade pública área específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, área específica, para fins de desapropriação das benfeitorias sobre área da União, onde será destinada ao calçadão da comunidade pesqueira de Figueira do Pontal, localizada conforme a seguinte descrição:

ÁREA DO CALÇADÃO - FIGUEIRA						
ÁREA	1.762,07	m²				
PERÍMETRO	399,77	m				
PONTOS		COORDENADAS UTM			DIREÇÃO	DISTÂNCIAS (m)
P1	X	738337.8642	Y	7101752.7553	P1-P2	11,79
P2	X	738348.9022	Y	7101748.6242	P2-P3	35,71
P3	X	738383.3064	Y	7101739.0567	P3-P4	89,87
P4	X	738469.6083	Y	7101713.9892	P4-P5	49,96
P5	X	738517.1481	Y	7101698.6164	P5-P6	9,96
P6	X	738513.8631	Y	7101689.2132	P6-P7	10,05
P7	X	738504.7437	Y	7101693.4369	P7-P8	37,47
P8	X	738469.4437	Y	7101706.0069	P8-P9	50,88
P9	X	738420.2987	Y	7101719.1620	P9-P10	6,50
P10	X	738414.0137	Y	7101720.8370	P10-P11	13,25
P11	X	738401.2137	Y	7101724.2770	P11-P12	28,47
P12	X	738373.4937	Y	7101730.7770	P12-P13	23,27
P13	X	738350.8337	Y	7101736.0905	P13-P14	18,96
P14	X	738332.2749	Y	7101740.4423	P14-P1	13,85

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Itapoá, 16 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4100, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128219

DECRETO MUNICIPAL Nº 4100, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Declara de utilidade pública área específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, área específica, para fins de desapropriação das benfeitorias sobre área da União, onde serão construídos galpões para conserto das embarcações da comunidade pesqueira de Pontal do Norte, localizada conforme a seguinte descrição:

ÁREA DE MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS ARTESANAIS – PONTAL						
ÁREA	107.1327	m²				
PERÍMETRO	57.0280	m				
PONTOS		COORDENADAS UTM			DIREÇÃO	DISTÂNCIAS (m)
P1	X	740794.2129	Y	7102455.7616	P1-P2	4,50
P2	X	740791.5427	Y	7102452.1395	P2-P3	22,82
P3	X	740809.9116	Y	7102438.5979	P3-P4	4,91
P4	X	740814.1697	Y	7102441.0494	P4-P1	24,79

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Itapoá, 16 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4101, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128220

DECRETO MUNICIPAL Nº 4101, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Declara de utilidade pública área específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, área específica, para fins de desapropriação das benfeitorias sobre área da União, onde serão construídos galpões para conserto das embarcações da comunidade pesqueira de Figueira do Pontal, localizada conforme a seguinte descrição:

ÁREA DE MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS ARTESANAIS - FIGUEIRA						
ÁREA	2.018,79	m²				
PERÍMETRO	195,85	m				
PONTOS		COORDENADAS UTM			DIREÇÃO	DISTÂNCIAS (m)
P1	X	738269.7087	Y	7101750.3842	P1-P2	63,11
P2	X	738332.1375	Y	7101740.1395	P2-P3	13,85
P3	X	738337.8642	Y	7101752.7553	P3-P4	5,56
P4	X	738332.9687	Y	7101755.3986	P4-P5	1,86
P5	X	738331.3737	Y	7101756.3570	P5-P6	3,72
P6	X	738328.4187	Y	7101758.6170	P6-P7	6,70
P7	X	738323.3237	Y	7101762.9670	P7-P8	8,45
P8	X	738317.6437	Y	7101769.2170	P8-P9	11,07
P9	X	738311.3702	Y	7101778.3321	P9-P10	49,06
P10	X	738262.4337	Y	7101781.8670	P10-P1	32,31

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Itapoá, 16 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DESPACHO DE REMESSA E JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇO Nº 09/2019

Publicação Nº 2128194

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: TOMADA DE PREÇO Nº 09/2019 - PROCESSO Nº 55/2019 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REMOÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS PRÉ - MOLDADOS EM CONCRETO INTERTRAVADO, DEMOLIÇÃO DE PASSEIOS, MEIOS – FIOS E PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA ANDRÉ RODRIGUES DE FREITAS E AVENIDA JOSÉ DA SILVA PACHECO, LOCALIZADA NO BALNEÁRIO JARDIM PEROLA DO ATLÂNTICO NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

À Diretora de Administração
Sra. ANGELA MARIA PUERARI

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere aos recursos impetrados pelas Empresas PRADO E PRADO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.153.183/0001-80, com sede à Rua Joaquim Tavora, nº 442, Parque São Paulo, na cidade de Cascavel/PR, conforme folhas nº 321 á 333 e Protocolo nº 9542/2019, e VMT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.910.596/0001-43, com sede à Rua Guaratingueta, nº 969, Jardim Iririu, na cidade de Joinville/SC, conforme folhas nº 334 á 348 e Protocolo nº 9575/2019, e contrarrazão impetrada pela empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.607.623/0001-91, com sede à Rua XV de Novembro, nº 4190, Gloria, na cidade de Joinville/SC, conforme folhas nº 352 á 359 e Protocolo nº 9761/2019. Outrossim, a decisão do pedido encontra-se detalhada em Parecer Contábil nº 211/2019 emitido pelo Setor de Contabilidade sob folha nº 360 e Parecer Jurídico nº 89/2019 sob folha nº 361, os quais consideram IMPROCEDENTES as razões apresentadas pelas empresas PRADO E PRADO LTDA - EPP e VMT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, e PROCEDENTES as contrarrazões apresentadas pela empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA.

Itapoá, 19 de agosto de 2019.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: TOMADA DE PREÇO Nº 09/2019 - PROCESSO Nº 55/2019 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REMOÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS PRÉ - MOLDADOS EM CONCRETO INTERTRAVADO, DEMOLIÇÃO DE PASSEIOS, MEIOS – FIOS E PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA ANDRÉ RODRIGUES DE FREITAS E AVENIDA JOSÉ DA SILVA PACHECO, LOCALIZADA NO BALNEÁRIO JARDIM PEROLA DO ATLÂNTICO NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas no Parecer Contábil nº 211/2019 emitido pelo Setor de Contabilidade sob folha nº 360 e Parecer Jurídico nº 89/2019 sob folha nº 361, como se minhas fossem, considerando-as integradas a este, julgo IMPROCEDENTES os recursos impetrados pelas empresas PRADO E PRADO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.153.183/0001-80, com sede à Rua Joaquim Tavora, nº 442, Parque São Paulo, na cidade de Cascavel/PR, conforme folhas nº 321 á 333 e Protocolo nº 9542/2019 e VMT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.910.596/0001-43, com sede à Rua Guaratingueta, nº 969, Jardim Iririu, na cidade de Joinville/SC, conforme folhas nº 334 á 348 e Protocolo nº 9575/2019, e PROCEDENTE a contrarrazão impetrada pela empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.607.623/0001-91, com sede à Rua XV de Novembro, nº 4190, Gloria, na cidade de Joinville/SC, conforme folhas nº 352 á 359 e Protocolo nº 9761/2019, para que sejam tomadas as demais medidas cabíveis para a sequência do interesse público.

Itapoá, 19 de agosto de 2019.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº10456/2016 - ESTAÇÃO DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Publicação Nº 2128147

Itapoá/SC, 19 de agosto de 2019.

A Prefeitura Municipal de Itapoá, através da Secretaria de Meio Ambiente, vem por meio desta, publicar que recebeu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 10456/2016 referente à operação da Estação de Tratamento e Captação de Água para Abastecimento Público, emitido pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), antiga FATMA.

Sendo o que tínhamos à declarar nos colocamos à disposição.

Rodrigo Cechin
Secretário Municipal de Meio Ambiente

PORTARIA Nº 5025/2019

Publicação Nº 2128079

PORTARIA Nº 5.025/2019.

De: 01 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3ª e 4ª.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- C.I. nº 246/2019 da Secretaria de Turismo e Cultura;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Férias, do (a) servidor (a) CLAUDIO ROBERSON LEMONIE, Secretário de Turismo e Cultura, pelo(a) servidor(a) GEANE SILVA, Coordenadora de Projetos, para exercer as funções do referido Secretário no período de 01.08.19 à 20.08.19 (20 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 01 de agosto de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5087/2019

Publicação Nº 2128080

PORTARIA Nº 5.087/2019.

De: 05 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3ª e 4ª.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Requerimento da Secretaria da Fazenda;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Férias, do (a) servidor (a) JOSÉ ERALDO ARAÚJO, Chefe da Divisão de Fiscalização de Tributos, pelo(a) servidor(a) HILDA CRISTINA CARDOSO, Fiscal de Tributos II, para exercer as funções do referido Chefe no período de 05.08.19 à 24.08.19 (20 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 05 de agosto de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5097/2019

Publicação Nº 2128086

PORTARIA Nº 5.097/2019.

De: 06 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3ª e 4ª.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- C.I. nº 502/2019 da Chefia do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Férias, do (a) servidor (a) RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA, Chefe de Gabinete, pelo(a) servidor(a) SUZANA BESEN MARTINS, Chefe da Seção da Divisão de Expediente, para exercer as funções do referido Chefe no período de 08.07.19 à 27.07.19 (20 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 08.07.19.

Itapoá, 06 de agosto de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA N° 5098/2019

Publicação N° 2128089

PORTARIA N° 5.098/2019.

De: 06 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3ª e 4ª.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Requerimento da Secretaria de Planejamento e Urbanismo;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Férias, do (a) servidor (a) RAFAEL VIDA ALMEIDA, Secretário de Planejamento e Urbanismo, pelo(a) servidor(a) FERNANDA VIEIRA BALBINOT, Assessora Especial de Planejamento, para exercer as funções do referido Secretário no período de 01.07.19 à 20.07.19 (20 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 01.07.19.

Itapoá, 06 de agosto de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA N° 5115/2019

Publicação N° 2128092

PORTARIA N° 5.115/2019.

De: 12 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3ª e 4ª.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- C.I. nº 172/2019 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Férias, do (a) servidor (a) SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, Secretária de Saúde, pelo(a) servidor(a) ROCHELE ANTONI PAESE, Diretora do Departamento de Gestão e Planejamento, para exercer as funções da referida Secretária no período de 12.08.19 à 31.08.19 (20 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 12 de agosto de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5123/2019

Publicação Nº 2128097

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 5.123/2019

Data: 14 de agosto de 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Ofício PSI nº.001/2019

Resolve:

Art.1º Substituir membros da comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº. 001/2017, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que passará a seguinte composição de servidores:

FLÁVIO ELIAS GELAMO CUSTÓDIOPresidente
MONICA SIQUEIRA FRIZZO Secretária
ELIANA NEHRING SILVEIRA BELOMembro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, alterando a portaria nº.3.440/2018.

Itapoá (SC), 14 de agosto de 2019

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA

Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: RESULTADO FINAL EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 050/2019 - ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) - PROFESSOR DE ARTE

Publicação Nº 2128212

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 050/2019 DE 09/08/2019

Processo Seletivo de Professor de Arte

Inscrições DEFERIDAS		
no Processo Seletivo de PROFESSOR DE ARTE – ACT (vaga temporária)		
Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
001	1º	DANIELI FOGAÇA DO PRADO

Inscrições INDEFERIDAS		
no Processo Seletivo de PROFESSOR DE ARTE – ACT (vaga temporária)		
Nº INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	MOTIVO
002	GABRIELA INÊS KUMMER REZENDE DA SILVA	Não cumpriu as letras "a" e "b" do item 3.2 do Edital nº 50/2019

Itapoá, 19 de agosto de 2019.

ELÁSIO FRISANCO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SUBSTITUTO

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 - EDITAL 046/2018 - ENFERMEIRO

Publicação Nº 2128000

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 046/2018

ENFERMEIRO

Rochele Antoni Paese, Secretária de Saúde Substituta, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata FRANCINE LAIZ DOS SANTOS LOPES LEAL para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (original e cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;

- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá.

Itapoá, 19 de Agosto de 2019.

Rochele Antoni Paese

Secretária Municipal de Saúde Substituta

DECRETO MUNICIPAL N° 4093, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação N° 2128202

**Prefeitura de Itapoá – SC**
Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO MUNICIPAL N° 4093, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO
DA CIDADE DE ITAPOÁ - CONCIDADE.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Itapoá-CONCIDADE, conforme aprovado na 88ª reunião ordinária do conselho, realizada em 06 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAPOÁ - CONCIDADE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O presente Regimento Interno trata da organização, da estrutura e do funcionamento do Conselho da Cidade de Itapoá – **CONCIDADE**.

Art. 2º. O Conselho Municipal da Cidade de Itapoá – **CONCIDADE** é o Órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, formado por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento, que tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implantação da Política Municipal de desenvolvimento, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal n. 10.257/2001 e a Lei Municipal n. 074/2006 e suas alterações e a Lei Complementar Municipal nº 070/2018.

§ 1º. Na sua atuação, o **CONCIDADE** respeitará a legislação federal, estadual e municipal vigentes, em especial as diretrizes da Política Urbana previstas na Constituição Federal, no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), no Plano Diretor e nas demais leis referentes ao uso e ocupação do solo de Itapoá.

§ 2º. A expressão Conselho da Cidade de Itapoá e a sigla **CONCIDADE** se equivalem para efeito de referência e comunicação.

Art. 3º. O **CONCIDADE** terá suporte técnico, administrativo e financeiro prestado pela Prefeitura Municipal, inclusive no tocante às instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E DOS ATOS DO CONCIDADE

Art. 4º. São atribuições do **CONCIDADE** conforme o art. 2º da Lei Municipal n. 74/2006:

I - propor diretrizes, normas, instrumentos e prioridades da política municipal de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência Municipal das Cidades;

II - acompanhar e avaliar a implantação da política de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de saneamento ambiental, de trânsito, transporte e mobilidade urbana, habitação e planejamento territorial e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III - propor mecanismo para integração da política de desenvolvimento urbano com as políticas socioeconômicas e ambientais do Governo Estadual;

IV - promover a cooperação entre os municípios limítrofes e a sociedade civil na formulação e execução da política de desenvolvimento urbano;

V - promover a integração dos temas, ações e debates da Conferência Municipal das Cidades com as demais conferências de âmbito regional e estadual;

VI - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre a criação e ou alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano;

VII - verificar a aplicação da lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, e demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano e metropolitano;

VIII - propor ou manifestar-se sobre a criação de instrumentos institucionais e financeiros para gestão da política urbana municipal;

IX - promover a integração da política urbana com as políticas socioeconômicas e ambientais do governo estadual;

X - recomendar critérios para a distribuição regional e setorial do orçamento anual e do plano plurianual da área de habitação popular e desenvolvimento urbano;

XI – através de sua Presidência, dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões do Conselho, especialmente na página do CONCIDADE no site da Prefeitura Municipal de Itapoá;

XII – no segundo semestre de cada ano ímpar, convocar e organizar, com o apoio da Secretaria de Planejamento, a Conferência Municipal das Cidades;

XIII - propor ou realizar, com o apoio da Secretaria de Planejamento ou de outro órgão ou entidade, estudos, pesquisas e debates, seminários ou cursos afetos a política municipal de desenvolvimento Municipal;

XIV - incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento institucional de conselhos afetos à política de desenvolvimento urbano na esfera municipal e regional, indicando as diretrizes e critérios para sua composição;

XV - elaborar e aprovar o seu regimento interno e formas de funcionamento de suas instâncias e das câmaras setoriais, bem como alterá-los quando julgar necessário, observando-se o quórum especial para aprovação;

XVI - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município através da gestão democrática;

XVII - implementar a adequação do Plano Diretor, na forma da Constituição Federal e legislação infraconstitucional vigente.

Art. 5º. São também atividades e atribuições do **CONCIDADE**:

I - promover a capacitação dos Conselheiros que compõem o **CONCIDADE**, através de acordos de cooperação técnica com os órgãos de desenvolvimento urbano, econômico-cultural e socioambiental;

II - elaborar, atualizar e aprovar procedimentos e rotinas para cumprir este Regimento;

III – convocar e promover audiências públicas quando se tratar de matéria de interesse relevante, a critério do Plenário do **CONCIDADE**. Essas audiências públicas serão organizadas e divulgadas pela Secretaria Executiva do CONCIDADE e terão o apoio da Secretaria de Planejamento;

IV – estabelecer em conjunto com os diversos setores municipais os seus Índices de Sustentabilidade,

e as respectivas ações para atendimento dos mesmos.

Art. 6º. São atos do Plenário do CONCIDADE:

I - **DECISÃO**: quando se tratar de deliberação de assunto afeto à sua competência;

II- **RESOLUÇÃO**: deliberação do Plenário do **CONCIDADE**, objetivando definir ou regulamentar matéria de sua competência;

III - **PROPOSIÇÃO**: ato formal, contendo sugestão ou conteúdo aprovado pelo Conselho, a ser encaminhada a Chefe do Poder Executivo, ao Poder Legislativo ou a outro órgão da Administração Direta ou Indireta;

IV – **RECOMENDAÇÃO**: manifestação, de qualquer natureza, relacionada com as temáticas vinculadas ao Plenário do **CONCIDADE** e dirigida a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado;

V – **PARECER**: entendimento oficial do CONCIDADE sobre matérias de sua competência, especialmente desenvolvimento urbano e rural submetidas à sua apreciação, bem como sobre Projetos de Lei ou de atos administrativos; e

VI - **MOÇÃO**: quando se tratar de manifestação sobre o entendimento do CONCIDADE, relacionada a sua área de atuação;

§ 1º. Os atos do CONCIDADE poderão ser propostos por qualquer Conselheiro, através de documento escrito contendo a definição da proposta, sua justificativa e documentos relacionados, quando for o caso.

§ 2º. As propostas deverão ser encaminhadas pelos Conselheiros titulares através de protocolo físico ou por e-mail com confirmação de recebimento, à Secretária Executiva, que as submeterá à Presidência do Conselho para inclusão na pauta de reunião ordinária ou para convocação de reunião extraordinária.

§ 3º. As Resoluções, Recomendações e Pareceres serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretária Executiva, ordená-las, indexá-las e fazer a correção ortográfica e gramatical.

§ 4º. No caso de Pareceres, o prazo máximo para a sua emissão será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, quando justificado.

CAPITULO III

DA COMPOSIÇÃO E DA ESTRUTURA DO CONCIDADE

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO

Art. 7º. O **CONCIDADE** é composto por 15 (quinze) representantes titulares e respectivos suplentes, observada a proporcionalidade de 40% (quarenta por cento) do Poder Público e 60% (sessenta por cento) de setor da sociedade civil organizada, assim distribuídos:

I. Representação do Poder Público: seis representantes do Poder Executivo Municipal, incluindo o Secretário de Planejamento, que presidirá o Conselho;

II. Representação setorial:

- a) um representante de entidade do movimento social e popular;
- b) um representante de entidades empresariais, profissionais ou acadêmicas;
- c) um representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) um representante de organizações não-governamentais.

III. Representação territorial:

- a) RU 1 – um representante da região compreendida entre a foz do Rio Sai Mirim e a rua 560;
- b) RU 2 – um representante da região compreendida entre as ruas 560 e 1.000;
- c) RU 3 – um representante da região compreendida entre as ruas 1.000 e 2.430;
- d) RU 4 – um representante da região compreendida entre as ruas 2.430 e a ponte do Rio Pequeno;
- e) RR 1 – um representante da região compreendida pela Zona Rural do Município.

§ 1º. Os Conselheiros titulares poderão ser livremente substituídos por seus suplentes nas reuniões do Plenário e das Câmaras Setoriais.

§ 2º. Quando o Conselheiro titular e o Conselheiro suplente do mesmo órgão do Poder Executivo, representação setorial ou representação territorial comparecerem à reunião, apenas o titular se sentará à mesa e terá direito a voz e voto.

§ 3º. Quando somente o Conselheiro suplente comparecer à reunião, ele se sentará à mesa e terá direito a voz e voto.

SEÇÃO II – DA ESTRUTURA

Art. 8º. A estrutura do **CONCIDADE** é estabelecida pela Lei Complementar Municipal 074 de 2006 e suas alterações, assim composta:

- I – Plenário, órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, formado por todos os representantes titulares e presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento;
- II - Presidência;
- III - Secretária-Executiva;
- IV - Câmaras Setoriais.

SEÇÃO III – DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO

Art. 9º. O Plenário do CONCIDADE se reunirá ordinária e extraordinariamente.

§ 1º. O Plenário do CONCIDADE se reunirá ordinariamente na primeira quinta-feira útil de cada mês, sendo que na primeira reunião ordinária de cada gestão será definido o horário das reuniões para o mandato, em local que venha a constar da convocação para a reunião ou, em sendo omissa, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Itapoá.

§ 2º. O Plenário do CONCIDADE se reunirá extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou por requerimento de 1/3 (um terço) dos Conselheiros com direito a voto.

§ 3º. A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário do CONCIDADE será realizada pela Secretaria Executiva na página eletrônica do Conselho e também através de e-mail, com

confirmação de recebimento, enviado a todos os Conselheiros titulares e suplentes, nos endereços eletrônicos fornecidos pelos respectivos órgãos ou entidades por ocasião de sua indicação para compor o Conselho.

§ 4º. A convocação para as reuniões ordinárias será realizada conforme Decreto de antecedência e será obrigatoriamente acompanhada de cópia da ata da reunião anterior e da respectiva Ordem do Dia, bem como da documentação a ser apreciada pelos Conselheiros, quando for o caso.

§ 5º. As reuniões extraordinárias serão convocadas por e-mail, com confirmação de recebimento, com antecedência de no mínimo 03 (três) dias úteis, obrigatoriamente acompanhada da respectiva Ordem do Dia e da documentação a ser apreciada pelos Conselheiros, quando for o caso. São vedados debates ou deliberações a respeito de qualquer matéria não contemplada, expressa e previamente, na convocação.

Art. 10. O **quórum para realização da reunião do Plenário** se estabelece com a presença de no mínimo 8 (oito) Conselheiros com direito a voto.

§1º. À hora estipulada, se houver quórum, o Presidente do CONCIDADE declarará iniciada a reunião.

§ 2º. Se após 15 minutos não houver quórum, será declarada encerrada a reunião.

§ 3º - Ainda que não haja reunião por falta de quórum, será elaborado breve registro no livro de ata, expondo o motivo da incomparecimento da reunião e registrando os Conselheiros que se fizeram presentes.

Art. 11. O **quórum para aprovação de deliberação** será de 50% mais um dos Conselheiros com direito a voto presentes à reunião do Plenário, salvo se houver estipulação de quórum especial em lei ou neste regimento interno.

Art. 12. As reuniões terão duração máxima de 01 (uma) hora e poderão ser prolongadas por igual período, mediante aprovação da prorrogação pelo Plenário.

Art. 13. As reuniões do CONCIDADE obedecerão ao seguinte expediente:

I – abertura da reunião;

II - discussão, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

III – verificação, discussão e aceite das justificativas das faltas dos conselheiros;

IV– comunicações sobre a ordem do dia;

V– apresentação, deliberação e formalização das votações sobre os assuntos submetidos ao Conselho;

VI– palavra livre;

VII– encerramento.

Parágrafo único. Os trabalhos serão relatados no livro de atas de reuniões, as quais serão oportunamente assinadas pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes à respectiva reunião.

Art. 14. Apresentado o assunto em pauta pelo Presidente do CONCIDADE, será concedida a palavra primeiramente ao relator ou Coordenador, quando houver, e após aos demais conselheiros que a solicitarem.

Art. 15. Serão concedidos os seguintes prazos para debates:

I – Presidente ou relator, até 10 (dez) minutos para a apresentação de seu entendimento, conclusões e voto;

II – aos demais Conselheiros, até 03 (três) minutos para cada inscrito.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Conselho conduzir as discussões e deliberações, inclusive determinando o encerramento do debate, após oitiva dos Conselheiros já inscritos.

Art. 16. O adiamento da discussão ou votação, pelo prazo de até 30 dias, poderá ser requerido verbalmente por qualquer Conselheiro com direito a voto, sendo então submetido ao Plenário.

§ 1º. O adiamento de votação só poderá ser requerido antes de iniciado o processo de votação.

§ 2º. É vedado o segundo adiamento de qualquer matéria, a requerimento do mesmo conselheiro, não podendo haver mais do que dois adiamentos, em qualquer hipótese.

Art. 17. As reuniões do Plenário e das Câmaras Setoriais do CONCIDADE serão públicas e abertas aos interessados, os quais não poderão se manifestar.

SEÇÃO IV – DA PRESIDÊNCIA

Art. 18. O Plenário do **CONCIDADE** será presidido pelo **Secretário Municipal de Planejamento do Município**.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, a condução da reunião ficará a cargo do Conselheiro suplente da Secretaria Municipal de Planejamento. Na ausência de ambos, a condução será pela Secretária Executiva do Conselho, inclusive com direito ao voto de qualidade.

Art. 19. São atribuições do Presidente do **CONCIDADE**:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário;

II – solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

III - submeter ao Plenário os expedientes oriundos da Secretaria Executiva;

IV- firmar as atas das reuniões e homologar os atos aprovados pelo Plenário do **CONCIDADE**;

V - representar o Conselho da Cidade ou delegar sua representação;

VI- constituir e organizar o funcionamento das Câmaras Setoriais e convocar as respectivas reuniões;

VII- propor ao Plenário do **CONCIDADE** a criação, implantação e/ou a extinção das Câmaras Setoriais, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

VIII- autorizar a execução de atividades fora do Município, após deliberação do Plenário;

IX - dispor sobre o funcionamento da Secretaria Executiva;

X - propor ao **CONCIDADE** as revisões do Regimento Interno, quando julgadas necessárias.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do **CONCIDADE** o voto de qualidade nas votações do Plenário do Conselho da Cidade.

SEÇÃO V – DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 20. A Secretaria Executiva é a estrutura de apoio administrativo do **CONCIDADE**.

Parágrafo único. Os serviços da Secretaria Executiva serão desenvolvidos com apoio técnico, operacional e administrativo da Secretaria de Planejamento do Município de Itapoá.

Art. 21. A Secretaria Executiva vincula-se diretamente à Presidência do **CONCIDADE** e é exercida por servidor público por ele designado, a quem são atribuídas as seguintes competências:

- I - organizar a ordem do dia, com anuência do Presidente do **CONCIDADE**;
- II - assessorar administrativamente a Presidência do **CONCIDADE**;
- III - receber dos membros do **CONCIDADE** as sugestões de pauta de reunião e as propostas;
- IV - convocar as reuniões do **CONCIDADE**, por determinação da presidência ou da Coordenação das Câmaras Setoriais e secretariar seus trabalhos;
- V - elaborar as atas das reuniões e a redação final de todos os documentos referentes aos assuntos tratados nas reuniões para os membros do Conselho;
- VI - organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades do **CONCIDADE**;
- VII - executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do **CONCIDADE**.

Art. 22. São também competências da Secretaria Executiva do **CONCIDADE**:

- I - preparar antecipadamente as reuniões do Plenário do **CONCIDADE**, enviar convite aos apresentadores dos temas previamente aprovados, bem como informes, atas e outros materiais aos conselheiros, e tomar outras providências;
- II - dar publicidade às decisões, resoluções, editais de convocação e demais atividades do Plenário do **CONCIDADE**;
- III - apoiar as atividades das Câmaras Setoriais e grupos de trabalho porventura em funcionamento, interagindo com os coordenadores e coordenando os atos de gestão administrativa;
- IV - elaborar, no primeiro trimestre de cada ano, relatório anual das atividades do **CONCIDADE** desenvolvidas no ano anterior.
- V – obter dados e informações dos diversos setores da Prefeitura de Itapoá para monitoramento dos seus Índices de Sustentabilidade;
- VI – dar publicidade aos Índices de Sustentabilidade.

Art. 23. Os documentos enviados ao **CONCIDADE** serão recebidos e registrados pela Secretaria Executiva, que imediatamente os encaminhará ao Presidente.

Art. 24. A Secretaria Executiva deverá se fazer representar em todas as reuniões do **CONCIDADE** e das Câmaras Setoriais.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento poderá indicar outros nomes para suprir eventualmente a ausência da Secretaria Executiva nas reuniões.

Art. 25. A Secretaria de Planejamento dotará a Secretaria Executiva de Assessoria Técnica Permanente como apoio administrativo do **CONCIDADE**.

Parágrafo único. A Assessoria Técnica Permanente será prestada pela Secretaria de Planejamento, Secretaria do Meio Ambiente, Turismo e Cultura e pela Procuradoria do Município.

SEÇÃO VI – DAS CÂMARAS SETORIAIS

Art. 26. As Câmaras Setoriais, responsáveis pela preparação das discussões temáticas para deliberação do CONCIDADE, são assim compostas:

I – **Câmara Setorial da Promoção Sócio-Econômica**, composta por 5 (cinco) Conselheiros assim distribuídos:

- a) dois Conselheiros do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) dois Conselheiros da representação territorial.

II – **Câmara Setorial da Qualificação Ambiental**, composta por 3 (três) Conselheiros assim distribuídos:

- a) um Conselheiro do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) um Conselheiro da representação territorial.

III – **Câmara Setorial da Acessibilidade, Mobilidade e Integração Regional**, composta por 3 (três) Conselheiros assim distribuídos:

- a) um Conselheiro do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) um Conselheiro da representação territorial.

IV – **Câmara Setorial da Produção Físico-Territorial da Cidade**, composta por 3 (três) Conselheiros assim distribuídos:

- a) um Conselheiro do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) um Conselheiro da representação territorial.

Parágrafo único: Após deliberação em plenária, poderão ser criadas comissões ou grupos de trabalho para análises e deliberação de assuntos diversos, sendo sua composição definida no ato da sua criação, obedecendo as mesmas regras das câmaras setoriais, sendo a mesma extinta após a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 27. As Câmaras Setoriais têm por objetivo precípua assessorar o Plenário do **CONCIDADE** nas suas decisões, através do estudo e da preparação de matéria específica a ela submetida, sendo que as considerações e conclusões aprovadas pela Câmara Setorial serão levadas ao Plenário do Conselho através de parecer escrito ou verbal, de acordo com a complexidade do tema.

§ 1º. As Câmaras Setoriais serão implantadas no início do mandato dos Conselheiros, mas atuarão exclusivamente quando houver encaminhamento de matéria pelo Plenário do CONCIDADE, reunindo-se até que haja a conclusão do trabalho que lhe foi atribuído.

§ 2º. As matérias encaminhadas pelo Plenário do CONCIDADE às Câmaras Setoriais deverão conter informações, documentos e subsídios sobre o tema, bem como os quesitos a serem apreciados e respondidos pela respectiva Câmara.

§ 3º. A distribuição dos Conselheiros nas Câmaras Setoriais observará os incisos do artigo anterior e será discutida e aprovada pelo Plenário.

§ 4º. Os Conselheiros poderão assistir às reuniões de outras Câmaras Setoriais, sem direito a voz e

voto.

§ 5º. Mediante solicitação de qualquer Conselheiro e prévia aprovação pelo Plenário, outros Conselheiros poderão participar dos trabalhos a serem efetuados pelas Câmaras Setoriais quando o assunto a ser tratado é de interesse de sua representação setorial ou territorial, na condição de auxiliares, com direito a voz, mas sem direito voto.

Art. 28. Cada Câmara Setorial terá um Coordenador escolhido dentre os seus membros, eleito na primeira reunião ordinária.

§ 1º. O Coordenador eleito terá mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido.

§ 2º. Caso ocorra vacância do cargo de Coordenador, será realizada nova eleição na primeira reunião seguinte para escolha de seu substituto.

Art. 29. Quando houver matéria pendente de apreciação, a Câmara Setorial se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando determinado pelo respectivo Coordenador, que solicitará à Secretaria Executiva do CONCIDADE a realização da convocação.

Parágrafo único. A convocação para as reuniões da Câmara Setorial será realizada pela Secretaria Executiva do CONCIDADE na página eletrônica do Conselho e também através de e-mail, com confirmação de recebimento, encaminhado aos Conselheiros titulares e aos suplentes integrantes da Câmara, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e será obrigatoriamente acompanhada de cópia da ata da reunião anterior e da respectiva Ordem do Dia, bem como da documentação a ser apreciada pelos Conselheiros, quando for o caso.

Art. 30. O **quórum para realização da reunião da Câmara Setorial** se estabelece com a presença da maioria dos respectivos Conselheiros com direito voto.

§ 1º. À hora estipulada, se houver quórum, o Coordenador declarará iniciada a reunião da Câmara Setorial.

§ 2º. Caso não haja quórum após 15 minutos, será declarado o encerramento da reunião.

§ 3º - Ainda que não haja reunião por falta de quórum, será elaborado breve registro no livro de ata, expondo o motivo da inocorrência da reunião e registrando os Conselheiros que se fizeram presentes.

§ 4º - A duração das reuniões das Câmaras Setoriais do **CONCIDADE** deverá ser de 1 (uma) hora, prorrogável por igual período, se aprovado pela maioria simples dos Conselheiros com direito a voto presentes na reunião.

Art. 31. O **quórum para aprovação de deliberação pela Câmara Setorial** será da maioria simples dos Conselheiros com direito a voto presentes à reunião.

Parágrafo único. Em caso de empate, a decisão será remetida para o Plenário do CONCIDADE, que ouvirá as partes e fará a devida votação.

SEÇÃO VII – DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS SETORIAIS E TERRITORIAIS

Art. 32. A eleição dos membros do **CONCIDADE** será realizada na **Conferência Municipal da Cidade**, especialmente convocada para este fim quando do término dos mandatos de seus conselheiros e realizada no último semestre do mandato dos Conselheiros, sendo que a nomeação através de Decreto e a posse dos novos Conselheiros deverá ser realizada pelo Poder Executivo Municipal em até 30 dias após o término do mandato anterior.

§ 1º. No primeiro semestre do último ano do mandato dos Conselheiros, o Plenário do CONCIDADE formará uma comissão, presidida pelo Secretário de Planejamento e observada a proporcionalidade da representação, para fins de elaboração do regimento interno e do edital da Conferência Municipal da Cidade para eleição dos novos membros.

§ 2º. O regimento interno e o edital elaborados pela Comissão mencionada no parágrafo anterior deverão ser submetidos à deliberação e aprovação pelo Plenário do CONCIDADE, que poderá fazer alterações no texto.

§ 3º. Como representante de qualquer entidade da sociedade civil ou segmento territorial, não poderá ser indicado ocupante de cargo público, assim entendido quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego, serventia ou função pública ou que tenha cargo em comissão na administração direta ou indireta municipal, estadual ou federal.

§ 4º. Os interessados (conselheiro Titular e Suplente) em representar determinado segmento territorial deverão comprovar documentalmente residência na respectiva localidade há mais de 2 (dois) anos, devendo manter essa qualidade por todo o mandato. Os candidatos deverão apresentar um documento com assinaturas dos moradores com comprovante de residência no respectivo território, dando permissão para representá-los junto ao CONCIDADE.

§ 5º. Os conselheiros eleitos para o **CONCIDADE** terão seus suplentes ligados obrigatoriamente à mesma entidade, órgão ou região territorial dos seus respectivos titulares.

§ 6º. Os representantes, titulares e suplentes, indicados para participarem da eleição dos Conselheiros do **CONCIDADE** deverão ser eleitos em Assembleia específica das associações ou entidades de cada segmento ou território e comprovada por ata pertinente.

SEÇÃO VIII – DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 33. O mandato dos Conselheiros do **CONCIDADE** deverá ser conforme Decreto Municipal, contados da data da assinatura do termo de posse, vedado a sua recondução, sendo que a sua função não será remunerada.

§ 1º. Em caso de renúncia ou vacância dos cargos de Conselheiro titular e suplente, os órgãos e entidades, bem como representantes territoriais, poderão requerer, através de ofício instruído com cópia da ata de aprovação da substituição, endereçado ao Presidente do CONCIDADE, a troca dos seus respectivos Conselheiros, sendo que os novos indicados exercerão suas atribuições até o término do mandato que estiver em curso.

§ 2º. Deferido o pedido de substituição mencionado no parágrafo anterior, o Presidente do CONCIDADE encaminhará imediatamente ao gabinete do Prefeito, através de ofício, requerimento de publicação em Decreto da nomeação do novo Conselheiro, indicando o período restante de mandato.

Art. 34. Os Conselheiros perderão o mandato após 02 (duas) ausências seguidas ou 3 (três) alternadas, sem justificativa, em reuniões ordinárias do Plenário ou então após 04 (quatro) ausências sem justificativa em reuniões ordinárias da Câmara Setorial, a cada ano civil.

§ 1º. Para que não seja computada a falta do Conselheiro na reunião, a justificativa para a ausência tanto do seu respectivo titular como do suplente deverá ser apresentada por escrito à Secretaria Executiva do CONCIDADE em até 10 (dez) dias úteis após a realização da reunião, sendo admitida a comunicação através de e-mail com confirmação de recebimento.

§ 2º. A justificativa para a ausência passará por aprovação dos Conselheiros na primeira reunião ordinária após o término do prazo para justificativa, não sendo permitida a dilação probatória.

Art. 35. Além do previsto no artigo anterior, perderá também o mandato o Conselheiro que atender a uma das seguintes situações:

- I - desvinculação da entidade de origem de sua representação ou do território por ele representado;
- II- apresentar renúncia à Secretaria Executiva do CONCIDADE que será informada ao Plenário e/ou à respectiva Câmara Setorial na primeira reunião ordinária seguinte;
- III- manter comportamento incompatível com o decoro e com a responsabilidade de função, mediante processo administrativo em que será assegurada a ampla defesa;

Art. 36. Quanto aos representantes da sociedade civil, na ocorrência de **renúncia** ou **vacância do cargo**, tanto pelo conselheiro titular do **CONCIDADE** da Câmara Setorial, será **convocado o suplente direto**; na **falta deste** será solicitado ao segmento social ou territorial ao qual cabe a vaga nova indicação de titular e suplente.

Parágrafo único. O mandato do novo conselheiro corresponderá ao período em curso.

Art. 37. Sempre que houver alteração de Conselheiro do CONCIDADE, a nomeação do novo representante deverá ser feita através de Decreto do Poder Executivo, indicando o tempo restante do mandato.

CAPÍTULO IV DA ÉTICA

Art. 38. Fica proibido a todo e qualquer Conselheiro apresentar-se, manifestar-se e firmar documentos em nome do CONCIDADE sem que haja expressa delegação dessa atribuição pelo Plenário do Conselho, registrada em ata, sob pena de exclusão, após a devida apuração.

§ 1º. Em caso de comprovada urgência, o Presidente do CONCIDADE poderá indicar, por ofício, um Conselheiro para representar o Conselho em reuniões e solenidades, porém sem poder de deliberação e votação em nome do Conselho.

§ 2º. A proibição mencionada no *caput* deste artigo não abrange a divulgação, pelo Conselheiro, dos trabalhos realizados pelo Conselho ou de sua opinião a respeito.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Caso a matéria a ser discutida pelo **CONCIDADE** tenha origem na Câmara de Vereadores ou que tenha sido remetida para a sanção do Prefeito, a análise das mesmas pelo Conselho e Câmaras Setoriais deverá respeitar os prazos estabelecidos em lei ou em procedimento administrativo.

Art. 40. A função de conselheiro é considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento a sessões do **CONCIDADE** ou participação em diligências autorizadas por este.

Parágrafo único. A cobertura e o provimento das despesas com transporte, locomoção, estadia e alimentação, no caso de viagens, não serão considerados como remuneração, cabendo a Secretaria de Planejamento assumir o ônus.

Art. 41. Em caso de omissão ou de dúvida a respeito da interpretação ou aplicação do presente Regimento, o Conselheiro poderá suscitar questão de ordem no prazo de 03 (três) minutos, vedados os apartes.

§ 1º. Compete à Presidência do Conselho decidir sobre a pertinência da questão de ordem.

§ 2º. Sendo considerada pertinente, a questão de ordem será submetida à deliberação do Plenário do Conselho.

§ 3º. As decisões sobre a omissão ou a interpretação do presente Regimento serão registradas em ata.

Art. 42. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação através de Decreto do Poder Executivo, só podendo ser modificado por quórum qualificado de 2/3(dois terços) dos membros do **CONCIDADE** com direito a voto presentes à reunião, mediante convocação prévia para essa finalidade.

Ituporanga

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - Nº 09 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2128653

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

Processo: 52/2019/PMI

CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Chamada Pública nº09, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução do CD/FNDE nº 26/2013 – atualizada na Resolução CD/ FNDE nº 04/ 2015. A Prefeitura Municipal de Ituporanga, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Vereador Joaquim Boeing nº 40, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.640/0001-30 representada neste ato pelo Prefeito em exercício, o Senhor GERVÁSIO JOSÉ MACIEL, inscrito no CPF sob nº 121.340.239-53, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 04/2015, através da Secretaria Municipal da Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, durante o período de 12 (doze) meses a partir da publicação deste edital. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 20 dias, às 9 horas, na Prefeitura – Setor de Protocolo, com endereço situado acima. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 20 de agosto de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2127965

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESULTADO FINAL

PROVA DE CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PROVA PRÁTICA DE INFORMÁTICA

NOME DO CANDIDATO	NOTA CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	NOTA PRÁTICA DE INFORMÁTICA	SITUAÇÃO
ANDRÉA MARCIA VENTURA SOUZA	8,8	9,0	APROVADO
CLÁUDIA FERREIRA MENDES	8,8	10,0	APROVADO
DAIANA CRISTINA CAVALHEIRO	8,4	5,0	REPROVADO CONFORME ITEM 7.16 DO EDITAL DOM002/2019
GESILAINE DIAS GOEDERT	8,8	9,0	APROVADO
JANE APARECIDA HAAS	9,6	9,9	APROVADO
JANETE FERNANDES	9,2	9,6	APROVADO
JOSIELE BERNADETE ZAMBONI	8,8	10,0	APROVADO
LEONEL ANTONIO THIESEN	8,4	8,7	APROVADO
LUCÍOLA PISETTA	8,8	9,5	APROVADO
MARIA ALICE DA ROSA BRUGGE-MANN	9,6	9,0	APROVADO
MONALIZA MORALES GOLÇALVES	9,6	9,5	APROVADO
RENATA HELENA FRAGA GESSER	8,0	8,5	APROVADO
SIRLANDIA DE FÁTIMA LOPES NETO	10,0	9,3	APROVADO
SUELI NUNES SEBOLD	8,8	7,0	APROVADO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ITUPORANGA, 19 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 1.044, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128131

PORTARIA Nº 1044, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora RAQUEL REIF, admitido em caráter temporário no cargo de PSICOLÓGA na Secretária da Saúde, com desempenho de sua função no NASF - NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.045, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128128

PORTARIA Nº 1.045, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR INTERINAMENTE a servidora JUCILENE LAIS ROSSA BONFIM, ocupante do cargo de SECRETÁRIA DA SAÚDE para responder CUMULATIVAMENTE pelo cargo de SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.046, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129022

PORTARIA Nº 1.046, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor JOSÉ EUDES DAMANN, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE URBANISMO, nomeado pela Portaria nº 216, 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº88/2019

Publicação Nº 2128497

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Tomada de Preços Nº 03/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 47/2019

Contrato Administrativo nº: 88/2019.

Objeto: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção do Centro de Convivência, neste Município, com recursos Próprios e do Governo Federal; Fundo Nacional de Assistência Social; Programa de Proteção Social Básica; Objeto Do Convênio: Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, Construção de Centro de Convivência; Convênio/Contrato De Repasse Siconv Nº: 873978/2018 - Operação 1060577-22.

Valor: R\$ 594.346,69(Quinhentos e noventa e quatro mil e trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos.

Vigência: 10 meses

Contratante: MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC.

Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.078.414/0001-57

Jaborá - SC, 19 de agosto de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 091 DE 07 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127943

DECRETO Nº. 091 DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2018 DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais, considerando o interesse público e a necessidade da Administração,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de validade do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado em 16 de agosto de 2018, conforme previsto no item I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES do referido edital, em todos os seus termos, a contar de 16 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data 16 de agosto de 2019.

Jacinto Machado – (SC), 07 de agosto de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra.

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2019

Publicação Nº 2128369

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 59/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado.

Contratado: Dico Pneus Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a ampliação do quantitativo do Contrato nº 59/2019, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda, item (VII), com valor total estimado de R\$ 5.452,00 (Cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois reais).

Vigência: 19/08/2019 e se estende até 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 19/08/2019.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019-FMS

Publicação Nº 2129039

ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019-FMS

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 33/2019-FMS, que tem por objeto a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Corrêa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.334/2017, para procederem a abertura dos envelopes das Propostas Comerciais. Foram protocolados para este certame os envelopes das seguintes empresas:

Nome das Proponentes	Representante presente
CARLA MACHADO DE SOUZA	Sem representante
CENTER NUTRI FLORIPA COM DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	Danielle Jenschewitz Bonato Tiemann
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA	Sem representante
LFP COM DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	Sem representante
MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A	Sem representante
NUTRIMIL COM DE PROD ALIMENTÍCIOS LTDA	Marco Aurelio Millnitz
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	Rafaela de Oliveira Antonio
PLANETA COMERCIAL LTDA	Sem representante
PRÓ-VIDA COM DE EQUIPAMENTOS LTDA	Sem representante
SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	Priscila Filippini Martini

Presente a sessão as Sras. Andrea Yokoima de Oliveira e Lucimara Gabardo Tarachucky, servidoras do Fundo Municipal de Saúde para acompanhamento da sessão pública. Dando prosseguimento foi realizada a abertura das Propostas Comerciais e disponibilizadas aos presentes para verificação e rubrica. Prosseguindo a sessão, a Pregoeira comunica aos presentes que a sessão será suspensa para análise das mesmas em atendimento ao Edital. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO dos vencedores será às 08:30 horas do dia 27 de agosto de 2019. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 19 de agosto de 2019.

Rosinei Ap. Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Lucimara Gabardo Tarachucky	
Andrea Yokoima de Oliveira	
Danielle Jenschewitz Bonato Tiemann	
Marco Aurelio Millnitz	
Rafaela de Oliveira Antonio	
Priscila Filippini Martini	

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 098/2019

Publicação Nº 2128331

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 098/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ANTIESPUMANTE PARA TRATAMENTO DE ESGOTO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 20/08/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 30/08/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

DECRETO Nº 13.094/2019

Publicação Nº 2127866

D E C R E T O Nº 13.094/2019
Substitui Fiscal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;
CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 102/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e serviços complementares na Rua Bernardo Werner Grubba Junior, bairro Centenário, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 391,76m (trezentos e noventa e um vírgula setenta e seis metros);
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 421/2019/Semop, de 09/08/2019, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 09/08/2019, o servidor público municipal MARCUS ALESSI, matrícula 8181, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 102/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Ivan Andreias Wolter.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.048/2019, de 1º/08/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/08/2019.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.095/2019

Publicação Nº 2127867

D E C R E T O Nº 13.095/2019
Substitui Fiscal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 93/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, reperfilamento, terraplanagem e serviços complementares na Rua 502 - Bertha Weege, bairro Barra do Rio Cerro, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 3.616,90m (três mil, seiscentos e dezesseis vírgula noventa metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 415/2019/Semop, de 08/08/2019, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 08/08/2019, o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, matrícula 11269, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 93/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Marcus Alessi.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.076/2019, de 08/08/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2019.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.096/2019

Publicação Nº 2127868

D E C R E T O Nº 13.096/2019
Substitui Fiscal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 101/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para recapeamento asfáltico, drenagem pluvial e sinalização viária na Rua 25 de Julho, bairro Vila Nova, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 2.191m (dois mil, cento e noventa e um metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 416/2019/Semop, de 08/08/2019, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 08/08/2019, o servidor público municipal IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 101/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Marcus Alessi.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.081/2019, de 08/08/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2019.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.097/2019

Publicação Nº 2127869

D E C R E T O Nº 13.097/2019
Substitui Fiscal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 99/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para recapeamento asfáltico, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e serviços complementares na Rua Manoel Francisco da Costa (trecho viaduto do bairro Centenário até a sinaleira de acesso ao Município de Schroeder), bairros Vieira e João Pessoa, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 5.770m (cinco mil, setecentos e setenta metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 417/2019/Semop, de 08/08/2019, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 08/08/2019, o servidor público municipal IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 99/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Marcus Alessi.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.080/2019, de 08/08/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2019.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.098/2019

Publicação Nº 2127870

D E C R E T O Nº 13.098/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 30.533,39 (Trinta mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash); do Fundo Municipal de Saúde (FMS); e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

10.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.001.8.122.0300.2.801 - Manutenção Patrimonial - Social

4.4.00 - INVESTIMENTOS

10.001.247 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.200,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.001 - ADMINISTRAÇÃO

15.001.10.122.0300.2.652 - Manutenção das Atividades Administrativas - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.001.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.333,39

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001.16.122.0300.2.502 - Manutenção Patrimonial - Frohab

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

19.001.382 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 30.533,39

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais); do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados à Reforma Policlínica João Biron, no valor de R\$ 7.333,39 (Sete mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos); e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), proveniente de recursos vinculados aos Recursos de Amortização, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.099/2019

Publicação Nº 2127871

D E C R E T O Nº 13.099/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 058/2019/Semcel/DC, de 05/08/2019, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA :

Art.1º Fica designado CLAUDIONEI PETERS, para representar a Coordenadoria de Atividades Artísticas, na Comissão Central Organizadora (CCO) do evento público denominado 31ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2019, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.003/2019, de 11/07/2019.

Art.2º Fica designada ELMIRA MILNITZ, para representar a Coordenadoria de Portaria, na Comissão Central Organizadora (CCO) do evento público denominado 31ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2019, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.003/2019, de 11/07/2019.

Art.3º Fica designado ARGOS JOSÉ BURGARDT, para representar a Secretaria Municipal da Administração - Instância de Consultoria, na Comissão Central Organizadora (CCO) do evento público denominado 31ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2019, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.003/2019, de 11/07/2019.

Art.4º Fica designado NEILOR VINCENZI, para representar os Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul - Instância de Consultoria, na Comissão Central Organizadora (CCO) do evento público denominado 31ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2019, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.003/2019, de 11/07/2019.

Art.5º Fica designada CINTIA BUZIAN, para representar o Vale dos Encantos Convention & Visitors Bureau - Instância de Consultoria, na Comissão Central Organizadora (CCO) do evento público denominado 31ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2019, constituída

pelo Decreto Municipal Nº 13.003/2019, de 11/07/2019.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 12.688/2019, de 18/03/2019.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.100/2019

Publicação Nº 2127872

D E C R E T O Nº 13.100/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.036/2019, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 374.000,00 (Trezentos e setenta e quatro mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS

98.001 - ENCARGOS GERAIS

98.001.28.845.0000.0.074 - Transferência de Recursos Financeiros a

Amvali, Fecam e CNM

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

98.001.560 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins

Lucrativos R\$ 374.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS

98.001 - ENCARGOS GERAIS

98.001.28.843.00000.077 - Pagamento da Dívida Pública

4.6.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

98.001.564 4.6.90 - Aplicações Diretas R\$ 374.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.101/2019

Publicação Nº 2127873

D E C R E T O Nº 13.101/2019

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.037/2019, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 6.767,62 (Seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.468 - Pavimentação Rua Benildo Zamin

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.767,62

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 6.767,62 (Seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.102/2019

Publicação Nº 2127874

D E C R E T O Nº 13.102/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.040/2019, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 57.005,73 (Cinquenta e sete mil, cinco reais e setenta e três centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.001.20.511.05002.417 - Sanear - Saneamento em Área Rural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.001.348 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 57.005,73

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recurso vinculado ao Convênio Saneamento Básico na Área Rural, no valor de R\$ 463,07 (Quatrocentos e sessenta e três reais e sete centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso vinculado ao Convênio Saneamento Básico na Área Rural, no valor de R\$ 56.542,66 (Cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.103/2019

Publicação Nº 2127876

D E C R E T O Nº 13.103/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.041/2019, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 324.999,44 (Trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.15.122.03002.255 - Manutenção dos Serviços do Setor de Controle de Infrações

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.458 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 324.999,44

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.15.452.04102.259 - Manutenção e Terceirização das

Atividades de Segurança no Trânsito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.469 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 324.999,44

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.104/2019

Publicação Nº 2127877

D E C R E T O Nº 13.104/2019

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.842/2019, de 14/02/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.042/2019, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 87.039,13 (Oitenta e sete mil, trinta e nove reais e treze centavos), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.345 - Pavimentação Rua Irmão Leandro

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.579 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.796,89

09.001.15.452.0450.1.346 - Pavimentação Rua Ewald Zellmer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.580 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.205,33

09.001.15.452.0450.1.347 - Pavimentação Rua Bertholdo Junckes

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.581 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.817,73

09.001.15.452.0450.1.328 - Pavimentação Rua 730 - Otaviano Tissi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.582 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 14.722,05

09.001.15.452.0450.1.330 - Pavimentação Rua 728 - Luiz Schiochet

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.583 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.124,97

09.001.15.452.0450.1.324 - Pavimentação Rua 705 - Albino Zanghelini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.584 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 24.355,87

09.001.15.452.0450.1.329 - Pavimentação Rua Gennaro Sarti

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.585 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 11.555,65

09.001.15.452.0450.1.340 - Pavimentação Rua Pedro Arcino Dias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.608 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.460,64

TOTAL R\$ 87.039,13

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.404 - Pavimentação Rua 1090 - Alwin Koch

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.201 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 87.039,13

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.105/2019

Publicação Nº 2127878

D E C R E T O Nº 13.105/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.043/2019, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 6.770,67 (Seis mil, setecentos e setenta reais e sessenta e sete centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.408 - Pavimentação Trecho Chiesetta

Alpina / Morro das Antenas

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.204 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.770,67

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.404 - Pavimentação Rua 1090 - Alwin Koch

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.201 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.770,67

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 2129041

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Tipo: Menor preço Por Item

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração e o Gesto de FMS, tornam público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que após decisão da impugnação realizada tempestivamente, está promovendo exclusão do item 5.2.11 da relação de documentação de habilitação, passando a ser a alínea "h" do item 4.1-proposta comercial; e promovendo as seguintes alterações: no item 5.2.14 comprovação da capacidade técnico-operacional e passando a ser o item 5.2.1; no item 14.1 do Edital, alíneas "g", "s.1"; no item 10.1 da Minuta do contrato, alíneas "g", "s.1"; no item 6 do Anexo II – Termo de referência e no item 4.5 do Anexo XII – Planilha de Composição de Custo. O Edital (Versão II) contendo as alterações estará disponível no site a partir do dia 22/08/2019. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista as alterações modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que mantém a mesma data para o recebimento das propostas e abertura da sessão pública, conforme segue:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 03 de setembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 13:45 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 19 de agosto de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 014/2019

Publicação Nº 2129057

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 014/2019

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal da Educação de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, com amparo legal na Lei Complementar No 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar no 190/2017, de 22 de março de 2017 e

considerando o resultado do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO UNICAMENTE COM BASE NO EXAME DE TÍTULOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE COORDENADOR PEDAGÓGICO E PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTE-MÚSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos no presente Edital, resolve HOMOLOGAR o resultado final deste, conforme classificação que segue.

Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música

Nome	Tempo de Serviço
1. Acioli Henrique Soares	16
2. Dayane de Campos	0

Indeferidos

Romi Iara Pereira Schoeffel	Sem habilitação exigida pelo edital
Sidnei Palhano de Jesus	Não apresentou o documento constante na letra "c" do item 3.3 do edital

Coordenador Pedagógico

Nome	Tempo de Serviço
1. Senadá de Oliveira Alvizi	55
2. Patrícia de Almeida Pauli	33
3. Pedro de Castro	30
4. Maria do Carmo Rodrigues da Silva	15
5. Gisele Aparecida Borges Nicolini	14
6. Iliane Borges de Lima	03
7. Áurea Miranda Feder	02

Indeferidos

1. Alexandre Heleno de Castilhos	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
2. Daniele Esther Dalcanalle	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
3. Elenice Aniceto Barbosa	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
4. Elenice Bahr Garcia	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
5. Eliane Bahr Lenz	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
6. Eliane Silva da Silveira	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
7. Érica Rabelo Domingues	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
8. Maria Alice Freitas	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
9. Maria Luci Bernardes da Silva	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
10. Rosane de Fátima Cornelsen	Não atende ao inciso VI do item 2.1 do edital
11. Viviane de Assis Pereira	Item 2.2 do edital

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2019

Publicação Nº 2129043

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019 -FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FMS

CONTRATADA: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de sabonete glicerinado para compor os Kits de distribuição gratuita no Programa Sis Pré-Natal Rede Cegonha Municipal ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC ou na Rua Isidoro Pedri, 120 no Bairro Barra do Rio Molha, acesso pela Portaria 2 (em frente ao Senai), conforme informado na Autorização de Fornecimento, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail..

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Jair Jacobo

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2019

Publicação Nº 2128494

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: BECKU'S ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão Presencial 115/2019, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos produtos previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para o exercício de 2019, estão previstos no item 17.1 da cláusula décima sétima desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso em cada local conforme item 11.1 deste Edital.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão atender os seguintes endereços previstos no item 4.2.3 da cláusula quarta desta Ata de Registro.

DO RECEBIMENTO: Os produtos serão recebidos e avaliados de acordo com a especificação detalhada constante no edital, observando o item 4.2.2. desta Ata de Registro.

DATA DA ASSINATURA: 02/08/2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt, Natália Lúcia Petry e Alceu Euclides Wielgosz

Argos Jose Burgardt
Secretario Municipal da Administração

Natália Lúcia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2019

Publicação Nº 2128495

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: L.J.V. EVENTOS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão Presencial 115/2019, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos produtos previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para o exercício de 2019, estão previstos no item 17.1 da cláusula décima sétima desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso em cada local conforme item 11.1 deste Edital.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão atender os seguintes endereços previstos no item 4.2.3 da cláusula quarta desta Ata de Registro.

DO RECEBIMENTO: Os produtos serão recebidos e avaliados de acordo com a especificação detalhada constante no edital, observando o item 4.2.2. desta Ata de Registro.

DATA DA ASSINATURA: 02/08/2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt, Natália Lúcia Petry e Lucimeri Doge Siewert.

Argos Jose Burgardt
Secretario Municipal da Administração

Natália Lúcia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2019

Publicação Nº 2128496

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: MOREIRA EVENTOS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão Presencial 115/2019, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos produtos previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para o exercício de 2019, estão previstos no item 17.1 da cláusula décima sétima desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso em cada local conforme item 11.1 deste Edital.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão atender os seguintes endereços previstos no item 4.2.3 da cláusula quarta desta Ata de Registro.

DO RECEBIMENTO: Os produtos serão recebidos e avaliados de acordo com a especificação detalhada constante no edital, observando o item 4.2.2. desta Ata de Registro.

DATA DA ASSINATURA: 02/08/2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt, Natália Lúcia Petry e Eduardo Laércio Moreira

Argos Jose Burgardt
Secretario Municipal da Administração

Natália Lúcia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2019

Publicação Nº 2129044

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.1.1. desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Jair Jacobo

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2019

Publicação Nº 2129045

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DISQUEMED DISTRIB. DE PRODUTOS LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL com validade até 05/02/2020, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	700	Pcts	ABAIXADOR DE LINGUA – CÓDIGO 9192 Em material madeira, descartável, comprimento 14 cm, formato tipo espátula, largura 1,50 cm, espessura 2mm, embalado em pacote com 100 unidades.	3,30
21	12.000	Unid.	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL – CÓDIGO 23087 Dispositivo para infusão, controle de fluxo e dosagem de soluções enterais. - Conecta o recipiente de soluções (frasco ou bolsa) a sonda de alimentação enteral. - Viabiliza o controle de fluxo de soluções. Composição básica - Lanceta perfurante Unifuro sem obstruções ou afunilamento para conexão ao recipiente de solução. - Câmara flexível para visualização gotejamento. - Extensão em PVC (evita conexão acidental com acesso venoso). - Controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete - Conexão luer ou Slip conector escalonado específico para administração de soluções enterais. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,96

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Jair Jacobi

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2019

Publicação Nº 2129046

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL terá validade até 05/02/2020, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
150	300	Fras-cos	FIXADOR P/ LAMINAS PAPANICOLAU – CÓDIGO 9328 Solução spray para fixação de esfregaços vaginais em lâminas; acondicionado em frasco plástico com válvula atomizadora contendo 30ml. Composto por Propilenoglicol PM 76.10 em 10g e Álcool Absoluto PM 46.07 qsq. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega no almoxarifado da SMS. estar em conformidade com o Art. 2º da RDC 260/2002. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,65

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Renato Novaes Dagios

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 344/2019

Publicação Nº 2129048

EXTRATO DO CONTRATO Nº 344/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade Nº 182/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Associação Recreativa Cultural e Artística de Jaraguá do Sul – CNPJ 79.362.356/0001-25

DO OBJETO: Contratação de apresentações musicais da Cia Musical Euterpe, cuja razão social é Associação Recreativa Cultural e Artística de Jaraguá do Sul, a ser realizada em eventos alusivos a 31ª Schützenfest (Schützenplatz e Schützenbaum), como segue: Dia 24 de agosto de 2019 – local: Praça Ângelo Piazero – Avenida Marechal Deodoro da Fonseca – Centro, com horário previsto para as 10h, com duração de 2h. Dia 14 de setembro de 2019 – acompanhamento do Desfile do Schützembbaum e apresentação na Praça Ângelo Piazero com início previsto às 10h, com duração de 2h. Evento cultural gratuito e aberto ao público. A banda se apresentará com instrumentos próprios.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) pelas duas apresentações.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a realização das apresentações musicais e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos	Valor
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.6.06.0536 SF – Recursos Arrecadados Schützenfest	2.250,00
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.6.06.0536 SF – Recursos Arrecadados Schützenfest	2.250,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá nos dias 24 de agosto e 14 de setembro de 2019.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 16/08/2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry e Roberto Kock

Natália Lucia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 168/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2019

Publicação Nº 2128453

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 168/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: PRESTADORA DE SERVIÇOS EM ALVENARIA H&G LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço a prestação de serviços de caminhão ¾ de pequeno porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) e caminhão de grande porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (truck), em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 25/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 022/2019/SEMED/DAF, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.001.12.122.0300.2106	Manutenção patrimonial - Secretaria da Educação	3.3.90 – Aplicações Diretas	90	0.1.01.0001
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.1.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	139	0.1.80.0097

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Emanuela Christian Wolff e Hemerson Hanemann.

Emanuela Christian Wolff
Chefe de Gabinete

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 339/2019 AO CONTRATO Nº 117/2019

Publicação Nº 2128454

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 339/2019 AO CONTRATO Nº 117/2019

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 262/2018.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I, II e IV C/C artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização, terraplenagem e obras complementares nas Ruas João Pedro Vieira e José Lázaris no Bairro Santo Antonio e Rua Américo Costa no Bairro Estrada Nova, com extensão total de 293,05m (duzentos e noventa e três vírgula cinco metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital. DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I, II e IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 12/06/2019 com término em 09/09/2019. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 11.431,00 (onze mil quatrocentos e trinta e um reais), correspondentes a 2,84% (dois inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 13.567,47 (treze mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 3,37% (três inteiros e trinta e sete centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 400.989,81 (quatrocentos mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2019, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0450.1456	Pavimentação Rua José Lazzaris	4.4.90 – Aplicações Diretas	611	0.3.00.0080

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 4.716/2019.

DA PRORROGAÇÃO E DA COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 08 de novembro de 2019, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 12.692/2019, servidor público Engenheiro Ariano José Toassi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell e Maurício Vogelsanger.

Onésimo José Sell
Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 341/2019 AO CONTRATO Nº 300/2017

Publicação Nº 2128455

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 341/2019 AO CONTRATO Nº 300/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em propriedades rurais cadastradas no município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução previsto no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 339/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 065/2019, fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, compreendendo o período de 07/09/2019 com término em 06/01/2020. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias. As atividades serão realizadas em conformidade ao Anexo I do presente termo aditivo.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado através da Apostila nº 001/2018, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 3.350,89 (três mil trezentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), totalizando o presente termo aditivo em R\$ 13.403,56 (treze mil quatrocentos e três reais e cinquenta e seis centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.001.20.606.0500.2408	Serviços profissionais de extensão rural, pesquisa e projetos	3.3.90 – Aplicações Diretas	347	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Daniel Peach e Hector Silvio Haverroth.

Daniel Peach

Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento

LEI Nº 8.036/2019

Publicação Nº 2127848

LEI Nº 8.036/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 374.000,00 (Trezentos e setenta e quatro mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS

98.001 - ENCARGOS GERAIS

98.001.28.845.0000.0.074 - Transferência de Recursos Financeiros a

Amvali, Fecam e CNM

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

98.001.560 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins

Lucrativos R\$ 374.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS

98.001 - ENCARGOS GERAIS

98.001.28.843.0000.0.077 - Pagamento da Dívida Pública

4.6.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

98.001.564 4.6.90 - Aplicações Diretas R\$ 374.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.037/2019

Publicação Nº 2127850

LEI Nº 8.037/2019

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 6.767,62 (Seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.468 - Pavimentação Rua Benildo Zamin

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.767,62

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 6.767,62 (Seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos).

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.038/2019

Publicação Nº 2127851

LEI Nº 8.038/2019

Aprova as Alterações do Anexo 1, do Plano Plurianual 2018/2021, Instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, e Alterações Subsequentes.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado, no Anexo 1, do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, e alterações subsequentes, o valor total do Programa 450 - Infraestrutura, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Fica acrescida, ao Anexo 1, do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, e alterações subsequentes, ação pertinente ao Programa 450 - Infraestrutura, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.038/2019 - ANEXO

Publicação Nº 2127852

LEI MUNICIPAL Nº 8.038/2019

ANEXOS DA LEI MUNICIPAL Nº 8.038/2019

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, os anexos da Lei Municipal Nº 8.038/2019 encontram-se disponíveis no link abaixo:

<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=21939>

LEI Nº 8.039/2019

Publicação Nº 2127853

LEI Nº 8.039/2019

Autoriza o Executivo Municipal a Alienar Imóveis aos Beneficiários Finais do Programa Minha Casa Minha Vida.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, aos beneficiários finais do Programa Minha Casa Minha Vida, as seguintes unidades habitacionais:

I - apartamento Nº 133, bloco 01, do Residencial Ilha da Figueira Gabriel Oeschler, situado nesta cidade, nos fundos do lado par da Rua 385 - João Bachmann, com os demais dados identificativos na Matrícula Imobiliária Nº 66.347, do Registro de Imóveis desta Comarca;

II - apartamento Nº 223, bloco 02, do Residencial Ilha da Figueira Gabriel Oeschler, situado nesta cidade, nos fundos do lado par da Rua 385 - João Bachmann, com os demais dados identificativos na Matrícula Imobiliária Nº 66.371, do Registro de Imóveis desta Comarca; e

III - apartamento Nº 234, bloco 02, do Residencial Ilha da Figueira Gabriel Oeschler, situado nesta cidade, nos fundos do lado par da Rua 385 - João Bachmann, com os demais dados identificativos na Matrícula Imobiliária Nº 66.380, do Registro de Imóveis desta Comarca.

Parágrafo único. As três unidades habitacionais encontram-se edificadas e concluídas pela empresa Tatacon Construtora Ltda., que edificou às suas expensas, no âmbito de programas habitacionais e interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.

Art.2º A alienação das três unidades habitacionais descritas nos incisos I a III, do artigo 1º, desta Lei, dar-se-á pelos seguintes preços mínimos:

I - R\$ 132.334,96 (Cento e trinta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), o imóvel com os dados identificativos na Matrícula Imobiliária Nº 66.347, do Registro de Imóveis desta Comarca, conforme Avaliação Nº 4.309/2018, procedida pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto Municipal Nº 11.762/2017, de 18/12/2017;

II - R\$ 132.334,96 (Cento e trinta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), o imóvel com os dados identificativos na Matrícula Imobiliária Nº 66.371, do Registro de Imóveis desta Comarca, conforme Avaliação Nº 4.310/2018, procedida pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto Municipal Nº 11.762/2017, de 18/12/2017;

III - R\$ 126.514,73 (Cento e vinte e seis mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), o imóvel com os dados identificativos na Matrícula Imobiliária Nº 66.380, do Registro de Imóveis desta Comarca, conforme Avaliação Nº 4.311/2018, procedida pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto Municipal Nº 11.762/2017, de 18/12/2017.

Art.3º A alienação dar-se-á com intermediação do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), responsável por sua gestão e pela operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), nos termos da Lei Federal Nº 10.188, de 10 de fevereiro de 2001, que tem por objeto a construção de moradias destinadas à alienação no âmbito do referido Programa.

Parágrafo único. O programa habitacional destina-se àqueles que se encontram cadastrados e devidamente habilitados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por intermédio da Diretoria de Habitação, e pela Caixa Econômica Federal (CEF), como agente financiador do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Art.4º Os valores referentes à fração ideal do terreno, correspondentes a 10% (dez por cento) do valor de comercialização, devidos ao Município de Jaraguá do Sul em razão da alienação dos imóveis descritos nesta Lei, serão depositados na Caixa Econômica Federal (CEF), Agência 0417, Conta-Corrente Nº 71003-9, em nome do Município de Jaraguá do Sul - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS); os valores referentes à execução do empreendimento, compreendendo mão de obra e materiais, devidos à empresa Tatacon Construtora Ltda., serão depositados na Caixa Econômica Federal (CEF), Agência 1868, Operação 003, Conta-Corrente Nº 1447-5, de sua titularidade, referentes à construção das unidades.

Art.5º A alienação dos imóveis não acarretará ônus para o Município.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.040/2019

Publicação Nº 2127856

LEI Nº 8.040/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 57.005,73 (Cinquenta e sete mil, cinco reais e setenta e três centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO
12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO
12.001.20.511.05002.417 - Sanear - Saneamento em Área Rural
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
12.001.348 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 57.005,73

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recurso vinculado ao Convênio Saneamento Básico na Área Rural, no valor de R\$ 463,07 (Quatrocentos e sessenta e três reais e sete centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso vinculado ao Convênio Saneamento Básico na Área Rural, no valor de R\$ 56.542,66 (Cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.041/2019

Publicação Nº 2127857

LEI Nº 8.041/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 324.999,44 (Trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
33.002.15.122.03002.255 - Manutenção dos Serviços do Setor de Controle de Infrações
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.002.458 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 324.999,44

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
33.002.15.452.04102.259 - Manutenção e Terceirização das Atividades de Segurança no Trânsito
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.002.469 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 324.999,44

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.042/2019

Publicação Nº 2127860

LEI Nº 8.042/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.842/2019, de 14/02/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 87.039,13 (Oitenta

e sete mil, trinta e nove reais e treze centavos), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.345 - Pavimentação Rua Irmão Leandro

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.579 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.796,89

09.001.15.452.0450.1.346 - Pavimentação Rua Ewald Zellmer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.580 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.205,33

09.001.15.452.0450.1.347 - Pavimentação Rua Bertholdo Junckes

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.581 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.817,73

09.001.15.452.0450.1.328 - Pavimentação Rua 730 - Otaviano Tissi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.582 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 14.722,05

09.001.15.452.0450.1.330 - Pavimentação Rua 728 - Luiz Schiochet

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.583 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.124,97

09.001.15.452.0450.1.324 - Pavimentação Rua 705 - Albino Zanghelini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.584 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 24.355,87

09.001.15.452.0450.1.329 - Pavimentação Rua Gennaro Sarti

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.585 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 11.555,65

09.001.15.452.0450.1.340 - Pavimentação Rua Pedro Arcino Dias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.608 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.460,64

TOTAL R\$ 87.039,13

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.404 - Pavimentação Rua 1090 - Alwin Koch

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.201 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 87.039,13

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.043/2019

Publicação Nº 2127862

LEI Nº 8.043/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 6.770,67 (Seis mil, setecentos e setenta reais e sessenta e sete centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.408 - Pavimentação Trecho Chiesetta

Alpina / Morro das Antenas

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.204 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.770,67

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.001.15.452.0450.1.404 - Pavimentação Rua 1090 - Alwin Koch
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.201 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.770,67

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 128/2019/SEMSA

Publicação Nº 2128061

PORTARIA Nº 128/2019/Semsa

Estabelece as normas e as diretrizes referentes à organização das Práticas Integrativas e Complementares no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de Jaraguá do Sul.

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais; e,

CONSIDERANDO Considerando que em maio de 2006, o Ministério da Saúde, em cumprimento às atribuições de coordenação do SUS e de estabelecimento de políticas para garantir a integralidade na atenção à saúde, publicou, através da Portaria MS no 971/06, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), cuja implementação envolve justificativas de natureza política, técnica, econômica, social e cultural, que compreende uma atitude de ampliação de acesso e atende, sobretudo, à necessidade de se conhecer, apoiar e implementar experiências que já vêm sendo desenvolvidas na rede pública de muitos municípios e estados;

CONSIDERANDO que o principal objetivo da Portaria MS no 971/06 é incorporar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, segundo os princípios básicos do SUS, contribuindo para o aumento da resolutividade do Sistema e ampliação do Acesso às PICs.

CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº139/2018 que institui Comissão de Práticas Integrativas e Complementares, responsável pela Assessoria Técnica em Práticas Integrativas e Complementares na Rede;

CONSIDERANDO o manual de implantação de serviços de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Ministério da Saúde/Brasília-DF/2018;

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer normas gerais para a inserção das Práticas Integrativas e Complementares -PICs na rede municipal de saúde de Jaraguá do Sul em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, em relação a fluxos de acesso dos usuários, estruturação dos serviços, registros de atendimentos e procedimentos, disponibilização de medicamentos e insumos relacionados, conforme os capítulos a seguir elencados.

CAPÍTULO I

DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DE JARAGUÁ DO SUL

Art. 2º. As PICs contemplam sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde, por meio de técnicas eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio e a sociedade.

Art. 3º. Na rede municipal de saúde de Jaraguá do Sul a PICA Secretaria Municipal de Saúde poderá a qualquer momento ofertar outras práticas, desde que estejam em consonância com a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares e de acordo com a disponibilidade de profissionais no quadro da Secretaria Municipal de Saúde para realizar as Práticas serão estruturadas em: Acupuntura; Fitoterapia/plantas medicinais; Práticas Corporais e Mentais, Práticas Expressivas e Outras Técnicas em Medicina Tradicional Chinesa, com critérios estabelecidos pela própria Secretaria mediante estudo prévio.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Saúde poderá a qualquer momento ofertar outras práticas, desde que estejam em consonância com a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares e de acordo com a disponibilidade de profissionais no quadro da Secretaria Municipal de Saúde para realizar as Práticas.

CAPÍTULO II -DO ACESSO DO USUÁRIO AOS SERVIÇOS

Art.4º. O acesso dos usuários da rede municipal de saúde de Jaraguá do Sul às PICs se dará, prioritariamente, no âmbito da Atenção Básica, via Unidades Básicas de Saúde e Academias de Saúde.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 5º. A estruturação e fortalecimento das PICs se dará com ênfase na Atenção Básica.

Art. 6º. O profissional de saúde habilitado poderá utilizar as PICs como recurso terapêutico em seus atendimentos, em todos os níveis do sistema, mantendo as demais atividades, atribuições e responsabilidades de seu cargo ou função.

Parágrafo Único. É necessário que, para atuação em alguma PIC e garantia de acesso da unidade de saúde a insumos específicos, o profissional preencha o Formulário para Atuação em PIC (anexo II) e o encaminhe a chefia imediata da Unidade de Saúde, que deverá encaminhar a Secretaria de Saúde ao Coordenador da PIC, para ciência e posterior envio de cópia para Diretoria de Saúde.

Art. 7º. O cadastro dos serviços de PICS deverá ser feito no CNES por meio das seguintes orientações:

Acessar o estabelecimento na base local do CNES, no módulo conjunto, e, na aba "Serviços Especializados".

Incluir o serviço 134- Práticas Integrativas e Complementares (conforme tabela anexo III).

Com relação às Farmácias Vivas, acessar o estabelecimento na base local do CNES, no módulo conjunto, na aba "Serviços Especializados".

Incluir o serviço 125-Farmácia; selecionar 007-Farmácia Viva. Cadastrar os profissionais que realizarão o serviço descrito na Portaria SAS/SMS Nº663, de 28 de março de 2017. Clicar em opção de cadastro -Profissionais SUS.

Art. 8. Na Atenção Básica, deverá feito a alimentação dos dados através do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SI-SAB), já na Média e Alta Complexidade os procedimentos deverão ser cadastrados no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA-SUS). (conforme tabela anexo III).

CAPÍTULO IV

DA ACUPUNTURA

Art. 9º. Os profissionais atuantes na Atenção Básica com título de especialista em acupuntura poderão reservar um ou mais turnos de trabalho para a prática prioritária da acupuntura, mantendo suas outras atividades, atribuições e responsabilidades, conforme Classificação Brasileira de Ocupações-CBO.

Art. 10. Os profissionais atuantes na Média Complexidade com título de especialista acupuntura terão seus atendimentos normatizados pela Diretoria de Média Complexidade, com fluxos e encaminhamentos já institucionalizados.

Art. 11. As necessidades de instalações, materiais, equipamentos, medicamentos e insumos necessários ao desenvolvimento da acupuntura deverão ser encaminhadas através das unidades de saúde e pelos fluxos de rotina instituídos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1o. A unidade de saúde que possui atendimento em acupuntura terá liberada no sistema informatizado a solicitação de agulhas e demais insumos, mediante envio do Formulário para Atuação em PIC (anexo A), conforme Artº. 6, parágrafo único, sendo de responsabilidade da chefia imediata o controle de estoque e pedido mensal destes insumos.

CAPÍTULO V

DA FITOTERAPIA E PLANTAS MEDICINAIS

Art. 12. A Fitoterapia poderá ser utilizada como recurso terapêutico pelos profissionais qualificados, mantendo suas outras atividades, atribuições e responsabilidades.

Art. 13. O acesso ao tratamento em fitoterapia na rede municipal de saúde de Jaraguá do Sul poderá ocorrer por meio de plantas medicinais "in natura", através do desenvolvimento de Farmácias Vivas e hortas comunitárias;

Art. 14. Considerando que as plantas medicinais catalogadas na Resolução-RDC10/2010 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária são produtos isentos de prescrição médica, a indicação do uso destas plantas medicinais, na forma específica de chás (infusão, decocção, maceração e outros), poderá ser feita por profissionais de saúde com conhecimento técnico na área, de acordo com a regulamentação de seu conselho profissional, sendo ele o responsável pela indicação.

§ 1o. Para indicação do uso das plantas medicinais, recomenda-se utilizar como referência o anexo I da Resolução - RDC 10/2010.

§ 2o. O profissional responsável pela indicação da planta medicinal deverá orientar o usuário sobre a forma de utilização, posologia, modo de usar, e outras informações necessárias ao uso racional.

Art. 15. Conforme Portaria Ministerial 886/2010, o desenvolvimento de Farmácias Vivas deverá ser estimulado no âmbito do SUS, no contexto da Política Nacional de Assistência Farmacêutica e Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

§ 1o. A SMS poderá firmar convênio com instituições competentes para cooperação no desenvolvimento e manutenção das Farmácias Vivas.

§ 2o. A chefia imediata do local deverá ser responsável, ou designar um responsável, pela preservação e manutenção da Farmácia Viva de sua unidade.

§ 3o. Recomenda-se que os farmacêuticos apoiem a equipe de saúde da família nos aspectos técnico-científicos em fitoterapia e na identificação, em sua área de abrangência, dos usuários com cultivo de plantas medicinais que poderão ser referência para o fornecimento da planta medicinal identificada.

CAPÍTULO VI

DAS OUTRAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Art.16. As Outras PICs podem ser desenvolvidas em abordagem individual ou coletiva, desde que em acordo com a regulamentação de seu conselho profissional.

Art.17. Para o desenvolvimento de Outras PICs o profissional interessado deverá preencher o Formulário de Atuação em PIC (anexo I), conforme Art. 6º, parágrafo único, devendo discutir previamente com a coordenação local a organização do processo de trabalho, permitindo o satisfatório desenvolvimento da PIC específica e a manutenção de suas demais atividades, atribuições e responsabilidades.

Art. 18. As necessidades de instalações, materiais, equipamentos, medicamentos e insumos necessários ao desenvolvimento da PIC solicitada deverão ser encaminhadas através das unidades de saúde pelos fluxos instituídos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Art. 19. A CPIC será responsável por fornecer assessoria técnica em PICs às Diretorias de Saúde e de Média Complexidade, bem como Unidades de Saúde.

Art. 20. A CPIC deverá desenvolver, juntamente com o Setor de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, estratégias de qualificação profissional em PIC, promovendo atividades de formação e educação continuada.

Art. 21. A CPIC deverá estimular a promoção de oficinas de sensibilização e atividades educativas para profissionais, gestores e comunidade, favorecendo o debate e implantação das PICs no município.

Art. 22. A CPIC deverá incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas que avaliem a implantação das PICs, favorecendo o aprimoramento e qualificação nas práticas ofertadas.

Art. 23. A CPIC deverá estimular o desenvolvimento de ações intersetoriais, facilitando o estabelecimento de parcerias entre a Secretaria Municipal de Saúde com instituições que propiciem o desenvolvimento integral das ações.

ANEXO I

GLOSSÁRIO

ACUPUNTURA: é um conjunto de diversos procedimentos terapêuticos aplicados com base nos conceitos da Medicina Tradicional Chinesa, que permitem o estímulo preciso de locais anatômicos na pele por meio da inserção de finas agulhas metálicas, podendo ser utilizada de forma isolada ou integrada a outros recursos terapêuticos, para proteção, restauração e promoção de saúde, bem como na prevenção de agravos e doenças;

CPIC: Comissão de Práticas Integrativas e Complementares;

DECOCCÃO: Preparação que consiste na ebulição da droga vegetal em água potável por tempo determinado. Método indicado para partes de drogas vegetais com consistência rígida, tais como cascas, raízes, rizomas, caules, sementes e folhas coriáceas;

DROGA VEGETAL: planta medicinal ou suas partes, que contenham as substâncias, ou classes de substâncias, responsáveis pela ação terapêutica, após processos de coleta ou colheita, estabilização, secagem, podendo ser íntegra, rasurada ou triturada;

INFUSÃO: preparação que consiste em verter água fervente sobre a droga vegetal e, em seguida, tampar ou abafar o recipiente por um período de tempo determinado. Método indicado para partes de drogas vegetais de consistência menos rígida tais como folhas, flores, inflorescências e frutos, ou com substâncias ativas voláteis;

FARMÁCIAS VIVAS: Hortas de plantas medicinais padronizadas, que podem ser instituídas por entidades públicas ou filantrópicas em comunidades organizadas, com o objetivo de dar assistência farmacêutica fitoterápica a estes grupos, visando atenção primária à saúde;

FITOTERAPIA: abordagem terapêutica que emprega plantas medicinais e/ou fitoterápicos como recursos na prevenção e tratamento de doenças ou para modificar sistemas fisiológicos;

FITOTERÁPICO: medicamento obtido por processos tecnologicamente adequados, empregando-se exclusivamente matérias-primas vegetais, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico;

OUTRAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: para fins desta normativa, são considerados os recursos terapêuticos que adotam uma abordagem integrativa e complementar na intervenção terapêutica, por excetuando-se acupuntura, homeopatia e fitoterapia, que são abordadas em tópicos específicos;

OUTRAS TÉCNICAS EM MEDICINA TRADICIONAL CHINESA: Para fins desta normativa serão consideradas as práticas Ventosa/Moxa, Liang Gong, Tai-Chi-Chuan .

PLANTA MEDICINAL: espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos. São todas aquelas, silvestres ou cultivadas, que se utilizam diretamente como recurso terapêutico ou como matéria-prima para elaboração de fitoterápicos ou, ainda, como fonte de fármacos ou seus precursores;

PRÁTICAS CORPORAIS E MENTAIS: Para fins desta normativa serão consideradas as práticas automassagem, Shantala, Meditação, Quiropraxia, Reiki.

PRÁTICAS EXPRESSIVAS: Para fins desta normativa serão consideradas as práticas terapia comunitária integrativa, musicoterapia, arteterapia, dança circular.

TICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Art.15. As Outras PICs podem ser desenvolvidas em abordagem individual ou coletiva, desde que em acordo com a regulamentação de seu conselho profissional.

Art.16. Para o desenvolvimento de Outras PICs o profissional interessado deverá preencher o Formulário de Atuação em PIC (anexo I), conforme Art. 6º, parágrafo único, devendo discutir previamente com a coordenação local a organização do processo de trabalho, permitindo o satisfatório desenvolvimento da PIC específica e a manutenção de suas demais atividades, atribuições e responsabilidades.

Art. 17. As necessidades de instalações, materiais, equipamentos, medicamentos e insumos necessários ao desenvolvimento da PIC solicitada deverão ser encaminhadas através das unidades de saúde pelos fluxos instituídos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Art. 18. A CPIC será responsável por fornecer assessoria técnica em PICs às Diretorias de Saúde e de Média Complexidade, bem como

Unidades de Saúde.

Art. 19. A CPIC deverá desenvolver, juntamente com o Setor de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, estratégias de qualificação profissional em PIC, promovendo atividades de formação e educação continuada.

Art. 20. A CPIC deverá estimular a promoção de oficinas de sensibilização e atividades educativas para profissionais, gestores e comunidade, favorecendo o debate e implantação das PICs no município.

Art. 21. A CPIC deverá incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas que avaliem a implantação das PICs, favorecendo o aprimoramento e qualificação nas práticas ofertadas.

Art. 22. A CPIC deverá estimular o desenvolvimento de ações intersetoriais, facilitando o estabelecimento de parcerias entre a Secretaria Municipal de Saúde com instituições que propiciem o desenvolvimento integral das ações.

ANEXO I

GLOSSÁRIO

ACUPUNTURA: é um conjunto de diversos procedimentos terapêuticos aplicados com base nos conceitos da Medicina Tradicional Chinesa, que permitem o estímulo preciso de locais anatômicos na pele por meio da inserção de finas agulhas metálicas, podendo ser utilizada de forma isolada ou integrada a outros recursos terapêuticos, para proteção, restauração e promoção de saúde, bem como na prevenção de agravos e doenças;

CPIC: Comissão de Práticas Integrativas e Complementares;

DECOCÇÃO: Preparação que consiste na ebulição da droga vegetal em água potável por tempo determinado. Método indicado para partes de drogas vegetais com consistência rígida, tais como cascas, raízes, rizomas, caules, sementes e folhas coriáceas;

DROGA VEGETAL: planta medicinal ou suas partes, que contenham as substâncias, ou classes de substâncias, responsáveis pela ação terapêutica, após processos de coleta ou colheita, estabilização, secagem, podendo ser íntegra, rasurada ou triturada;

INFUSÃO: preparação que consiste em verter água fervente sobre a droga vegetal e, em seguida, tampar ou abafar o recipiente por um período de tempo determinado. Método indicado para partes de drogas vegetais de consistência menos rígida tais como folhas, flores, inflorescências e frutos, ou com substâncias ativas voláteis;

FARMÁCIAS VIVAS: Hortas de plantas medicinais padronizadas, que podem ser instituídas por entidades públicas ou filantrópicas em comunidades organizadas, com o objetivo de dar assistência farmacêutica fitoterápica a estes grupos, visando atenção primária à saúde;

FITOTERAPIA: abordagem terapêutica que emprega plantas medicinais e/ou fitoterápicos como recursos na prevenção e tratamento de doenças ou para modificar sistemas fisiológicos;

FITOTERÁPICO: medicamento obtido por processos tecnologicamente adequados, empregando-se exclusivamente matérias-primas vegetais, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico;

OUTRAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: para fins desta normativa, são considerados os recursos terapêuticos que adotam uma abordagem integrativa e complementar na intervenção terapêutica, por excetuando-se acupuntura, homeopatia e fitoterapia, que são abordadas em tópicos específicos;

OUTRAS TÉCNICAS EM MEDICINA TRADICIONAL CHINESA: Para fins desta normativa serão consideradas as práticas Ventosa/Moxa, Liang Gong, Tai-Chi-Chuan .

PLANTA MEDICINAL: espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos. São todas aquelas, silvestres ou cultivadas, que se utilizam diretamente como recurso terapêutico ou como matéria-prima para elaboração de fitoterápicos ou, ainda, como fonte de fármacos ou seus precursores;

PRÁTICAS CORPORAIS E MENTAIS: Para fins desta normativa serão consideradas as práticas automassagem, Shantala, Meditação, Quiropraxia, Reiki.

PRÁTICAS EXPRESSIVAS: Para fins desta normativa serão consideradas as práticas terapia comunitária integrativa, musicoterapia, arteterapia, dança circular.

Disposições Finais

Art. 40 Caberá aos gestores ocupantes de cargos e funções em todos os níveis hierárquicos da SEMSA dar amplo conhecimento aos profissionais sobre o conteúdo desta Portaria.

Art. 41 Esta Portaria deverá ser revista no prazo de 2 (dois) anos ou conforme necessidade e entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 729/2019

Publicação Nº 2127880

PORTARIANº 729/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 694/2019/Semsa, de 09/08/2019, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 12/08/2019 a 21/08/2019, MARLI DE PAULA ORTIZ, matrícula 7255, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DE GABINETE, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município, em razão de férias da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 730/2019

Publicação N° 2127884

PORTARIANº 730/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal N° 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 695/2019/Semsa, de 09/08/2019, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 16/09/2019 a 30/09/2019, FLAVIO RODRIGUES DE LIMA SCHELBAUER, matrícula 10338-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, da Gerência Administrativa, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município, em razão de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/09/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 731/2019

Publicação N° 2127885

PORTARIANº 731/2019

Substitui Conselheiras do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (CMPD).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 003/2019/CMPD/JS, de 31/07/2019, do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR FERNANDA VITKOSKI, como conselheira titular, em substituição à Alana Indianara Conti; e ALANA INDIANARA CONTI, como conselheira suplente, em substituição à Fernanda Vitkoski, para representarem o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na qualidade de Representantes da Sociedade Civil Sediadas no Município, no Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (CMPD).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria N° 237/2019, de 27/03/2019, no que se refere a designação de Alana Indianara Conti e Fernanda Vitkoski.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º/04/2021.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 732/2019

Publicação N° 2127886

PORTARIANº 732/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor da Resolução N° 009/2019/CA/Issem, de 08/04/2019, do Conselho de Administração do Issem;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1126/2019/Issem, de 09/08/2019, do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem);

RESOLVE :

Art.1º RECONDUZIR, a partir de 20/10/2019, por 180 (cento e oitenta) dias, os conselheiros eleitos que integram o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e o CONSELHO FISCAL do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), nomeados pela Portaria Nº 837/2016, de 06/10/2016, e alterações.

Art.2º RECONDUZIR, a partir de 20/10/2019, por 180 (cento e oitenta) dias, os conselheiros indicados pelo Prefeito que integram o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e o CONSELHO FISCAL do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), designados pela Portaria Nº 850/2016, de 13/10/2016, e alterações.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 733/2019

Publicação Nº 2127887

PORTARIANº 733/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 316/2019/Semad/DGP/GAS, de 12/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 02/08/2019 a 05/08/2019, à servidora pública municipal SANDRA MARA BELARMINO ALVES, matrícula 11186, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 734/2019

Publicação Nº 2127889

PORTARIANº 734/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 317/2019/Semad/DGP/GAS, de 12/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 06/08/2019 a 17/08/2019, à servidora pública municipal SANDRA MARA BELARMINO ALVES, matrícula 11186, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 735/2019

Publicação Nº 2127890

PORTARIA Nº 735/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 318/2019/Semad/DGP/GAS, de 12/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 14/08/2019 a 28/08/2019, à servidora pública municipal DIANA ELENITA LUNARDI SCHEEREN, matrícula 8933, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 736/2019

Publicação Nº 2127891

PORTARIA Nº 736/2019 - DE 15/08/2019

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora Pública Municipal DANIELE RENATA DAVID.

Comissão Processante: SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais RAFAEL MADRUGA, matrícula 10781-6, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; DIRCEU HILLER, matrícula 10911, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e ANDRIELA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 9615-6, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para, sob a presidência do primeiro, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal Daniele Renata David.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

A servidora investigada terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 737/2019

Publicação Nº 2127893

PORTARIA Nº 737/2019 - DE 15/08/2019

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora Pública Municipal DANIELE BARTH ULLER.

Comissão Processante: TERCEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais MARIANA ARAÚJO MARCORIO CASTRO, matrícula 11006, lotada na Procuradoria-Geral do Município; CLÁUDIA REJANE GÓRIS DE OLIVEIRA, matrícula 10765-4, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e DAIANA APARECIDA ARL, matrícula 9473-0, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal Daniele Barth Uller.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

A servidora investigada terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 738/2019

Publicação Nº 2127895

PORTARIA Nº 738/2019 - DE 15/08/2019

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora Pública Municipal CRISTINE PEREIRA TORGÓ.

Comissão Processante: PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais CRISTIANE CASINI BITENCOURT, matrícula 8615-4, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; DANIELLE WANESSA WEEGE, matrícula 9043-3, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e MICHELY REGINA BENEVENUTTI, matrícula 8075-6, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal Cristine Pereira Torgo.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

A servidora investigada terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 182/2019

Publicação Nº 2129047

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 182/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: Associação Recreativa Cultural e Artística de Jaraguá do Sul – CNPJ 79.362.356/0001-25

OBJETO: Contratação de apresentações musicais da Cia Musical Euterpe, cuja razão social é Associação Recreativa Cultural e Artística de Jaraguá do Sul, a ser realizada em eventos alusivos a 31ª Schützenfest (Schützenplatz e Schützenbaum), como segue: Dia 24 de agosto de 2019 – local: Praça Ângelo Piazero – Avenida Marechal Deodoro da Fonseca – Centro, com horário previsto para as 10h, com duração de 2h. Dia 14 de setembro de 2019 – acompanhamento do Desfile do Schützbaum e apresentação na Praça Ângelo Piazero com início previsto às 10h, com duração de 2h. Evento gratuito e aberto ao público. A banda se apresentará com instrumentos próprios.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor total de 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) pelas duas apresentações.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações musicais e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos	Valor
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.6.06.0536 SF – Recursos Arrecadados Schützenfest	2.250,00
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.6.06.0536 SF – Recursos Arrecadados Schützenfest	2.250,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 24 de agosto e 14 de setembro de 2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

Jaraguá do Sul (SC), 16 de agosto de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações – Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2019

Publicação Nº 2129042

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2019

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 135/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS, destinados para uso nas aulas de Educação Física nas Escolas Municipais de Educação Básica do Município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
------	----------------------	--------	-------	-----------------------	-------------------------------

01	GABRIELA TORRES RAUBER EPP	295	Unid.	Bola de iniciação N. 08 Bola de Iniciação em borracha, com câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 110-120 e circunferência entre 40-42. Produzida no Brasil.	32,70
02	ZERMIANI COM DE ART ESP LTDA ME	260	Unid.	Bola de Iniciação N.10 Bola de Iniciação em borracha, com câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 180-200 e circunferência entre 48-50. Produzida no Brasil.	36,63
03	FOOT COMERCIAL LTDA ME	260	Unid.	Bola de iniciação N. 12 Bola de Iniciação em borracha, com câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 250-270 e circunferência entre 57-59. Produzida no Brasil.	38,93
04	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	300	Unid.	Bola de borracha tamanho grande - Colorida para Pré escola Bola de plástico inflável com bico, marmorizada, com 40 cms de diâmetro	16,43
05	FOOT COMERCIAL LTDA ME	150	Unid.	Bola de Futsal Sub11 Bola de Futsal em PU com 8 gomos (TERMOTEC) - Tecnologia de termo fusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. Maior durabilidade e alta performance, com (DUPLA COLAGEM) - Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (NEOGEL) - Composto de amortecimento interno com 4.5mm de espessura que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 300-330 e circunferência entre 50-55. Produzida no Brasil.	166,40
06	G.T.A. ATAC E VAREJO EIRELI EPP	213	Unid.	Bola de Futsal sub 13 Bola de Futsal em PU com 8 gomos (TERMOTEC) - Tecnologia de termo fusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. Maior durabilidade e alta performance, com (DUPLA COLAGEM) - Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (NEOGEL) - Composto de amortecimento interno com 4.5mm de espessura que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 350-380 e circunferência entre 55-59. Produzida no Brasil.	174,00
07	GABRIELA TORRES RAUBER EPP	156	Unid.	Bola de Futsal Adulto MAX500 Bola de Futsal em PU com 8 gomos (TERMOTEC) - Tecnologia de termo fusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. Maior durabilidade e alta performance, com (DUPLA COLAGEM) - Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (NEOGEL) - Composto de amortecimento interno com 4.5mm de espessura que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 400-440 e circunferência entre 62-64. Produzida no Brasil	224,00
08	S. SCHNEIDER EPP	35	Unid.	Rede de Trave de Futsal Rede Oficial para trave de Futebol de Salão (Par). Medidas de 3,10 x 2,00 x 1,00 metro Fio 6mm, de polietileno (Nylon) 100% virgem com tratamento UV contra a ação dos raios ultravioletas e ações climáticas. Malha 10x10cm.	358,19
09	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	300	Unid.	Bola de voleibol Iniciação Bola de Volei Unissex, em várias cores, pesando aproximadamente 280 gramas, com tecnologia soft play que proporciona um toque mais macio e preciso, excelente para a recepção, fabricada em PVC e microfibra, circunferência: 68 cms, câmara de borracha Premium.	75,00

10	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME	148	Unid.	Bola de voleibol Oficial Bola de Vôlei de quadra em microfibras com 16 gomos matrizada, com câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 260-280 e circunferência entre 65-67cm. Produzida no Brasil. Aprovada pela FIVB.	337,00
11	G.T.A. ATAC E VAREJO EIRELI EPP	50	Unid.	kit Rede de Voleibol Suporte e Antena Rede de Voleibol, medindo 9,5 m de comprimento por 1 metro de altura, fio 2 mm, cor preta, malha 10 cm, com duas faixas de algodão, fita de fixação para antena de voleibol (par) em algodão com velcro, medindo 1m x 0,05 mts e antena oficial para vôlei em fibra de vidro (par) na cor vermelha e branca, medindo 1,80 m x 1 cm	294,40
12	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	60	Unid.	Bola de Futebol de campo Bola de Futebol de campo em PU com 12 gomos (ULTRA FUSION) - Tecnologia de termo fusão que elimina as costuras garantindo menor absorção de água, proporcionando melhor esfericidade e durabilidade, com (DUPLA COLAGEM) - Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (EVACEL) - Composto de amortecimento interno que pode variar de 2.0mm a 3.8mm de espessura, que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 410-450 e circunferência entre 68-70. Produzida no Brasil.	159,00
13	ANDRÉ E STOLBEN SCHILLING EPP	405 Disputa Ampla	Unid.	Bola de Handebol Bola de Handebol em PU PRÓ com 32 gomos, costura a mão, camada de amortecimento (EVACEL) - Composto de amortecimento interno que pode variar de 2.0mm a 3.8mm de espessura, que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 290-330 e circunferência entre 50-52. Produzida no Brasil	228,50
14	S. SCHNEIDER EPP	45 10%	Unid.	Bola de Handebol Bola de Handebol em PU PRÓ com 32 gomos, costura a mão, camada de amortecimento (EVACEL) - Composto de amortecimento interno que pode variar de 2.0mm a 3.8mm de espessura, que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, câmara (6D) - Sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo (CÁPSULA SIS) - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Removível e lubrificado, com peso entre 290-330 e circunferência entre 50-52. Produzida no Brasil	228,20
15	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	300	Unid.	Bola de Basquete Baby Bola de basquete confeccionada em borracha com anéis, matrizada, colorida, medindo 56 – 59 cms, peso de 300 – 325 gramas, miolo removível e lubrificado.	65,70
16	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	300	Unid.	Bola de Basquete Mirim Bola de basquete confeccionada em borracha com anéis, matrizada, colorida, medindo 72 – 74 cms, peso de 450 – 500 gramas, miolo removível e lubrificado	71,10
17	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	120	Unid.	Rede tabela Basquete Rede de basquete (par), 12 alças, fio 4mm em seda poliéster, altura montada 40 cm aproximadamente	38,35
18	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	600	Unid.	Coletes Colete confeccionado tecido dry 100% em poliéster nas cores vermelha e verde, com friso em seu contorno e elástico nas laterais, medindo aproximadamente 36m x 67 cms	11,00
19	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	300	Unid.	Cones 50CMS Cone fabricado em PVC nas cores laranja e branco, com 50 cms de altura, base quadrada.	14,75
20	S. SCHNEIDER EPP	450	Unid.	Cones 23CMS Cone de polietileno flexível, colorido, medindo 23 cms de altura usado para demarcação de área na prática esportiva.	6,70
21	S. SCHNEIDER EPP	450	Unid.	Cone Disco ou Chinês Cone em formato de disco, colorido e em plástico, medindo 19 cm de diâmetro, indicado para diversas práticas esportivas	5,00

22	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	48 Disputa Ampla	Unid.	Mesa de Tênis de Mesa Mesa para tênis de mesa fabricada em MDF, com tampos de 18 mm, pintados na cor azul não refletível com técnica de pintura exclusiva para as novas bolas de plástico ABS 40+, mesa com coeficiente de atrito conforme normas. Fita de borda de alto impacto por toda sua volta cor preta, laterais na cor cinza. Proteção contra umidade na parte inferior da mesa, com cavaletes de madeira nobre com rodas de 3 polegadas no cavalete central da mesa, mesa com travas de segurança e de acordo com as normas da ITTF. Entregue e montada em cada unidade escolar, com garantia de um ano.	1.595,00
23	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	05 10%	Unid.	Mesa de Tênis de Mesa Mesa para tênis de mesa fabricada em MDF, com tampos de 18 mm, pintados na cor azul não refletível com técnica de pintura exclusiva para as novas bolas de plástico ABS 40+, mesa com coeficiente de atrito conforme normas. Fita de borda de alto impacto por toda sua volta cor preta, laterais na cor cinza. Proteção contra umidade na parte inferior da mesa, com cavaletes de madeira nobre com rodas de 3 polegadas no cavalete central da mesa, mesa com travas de segurança e de acordo com as normas da ITTF. Entregue e montada em cada unidade escolar, com garantia de um ano.	1.595,00
24	S. SCHNEIDER EPP	53	Unid.	Suporte e Rede de Tênis de Mesa Rede de tênis de mesa em nylon, medidas oficiais e suporte para fixação na mesa tipo alicate para rápida fixação, cor azul, peso 342 gramas, embalado em blister	72,85
25	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	300	Unid.	Raquetes de tênis de Mesa Raquete de tênis de mesa, com cabo côncavo, borracha lisa com esponja em ambos os lados, nas cores foscas vermelha e preta e fita nas laterais para a proteção da madeira, dimensões: 25,5cm x 15 cm x 2,3 cm (espessura), peso: 0,177 kg.	28,20
26	S. SCHNEIDER EPP	60	Unid.	Bola de espirobol Bola de espirobol, confeccionada em PVC, alta resistência, costurada, circunferência: 58 – 62 cms, peso de: 420 – 450 gramas, diâmetro: 30 cms, miolo removível e lubrificado	79,99
27	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	600	Unid.	TATAME Tatame colorido fabricado em EVA, colorido, dentado nas extremidades, medindo: 1,00 m X 1,00 m x 0,01 metros	27,75
28	REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA ME	600	Unid.	Colchonete Colchonete com alça para melhor transporte, confeccionado em napa na cor azul, espuma D-26, medindo: 90 x 40 x 3 cms	39,25
29	ZERMIANI COM DE ART ESP LTDA ME	49	Unid.	Carrinhos de bola Carrinho utilizado para transporte de bolas em esporte de quadra. Estrutura dobrável e retrátil. Capacidade aproximada de 15 a 20 bolas, rodas em PU com rotação de 360 graus. Composição: alumínio e nylon, dimensões montado: 53x53x87 cms, peso: 4,7 kgs	567,21

Jaraguá do Sul, SC, 13 de agosto de 2019.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019-FMS

Publicação Nº 2129037

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 27/2019-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos materiais	Valor unitário por item R\$
01	DISQUEMED PROD HOSPIT LTDA EPP	1.400	Pcts	ATADURA CREPOM 6CM – CÓDIGO 9362 Atadura de Crepom 6cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso mínimo de 13,3g por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de no mínimo 159,6g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056. Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	4,88

02	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	2.000	Pcts	<p>ATADURA CREPOM 12CM – CÓDIGO 9359</p> <p>Atadura de Crepom 12cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso de 26g peso mínimo por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de no mínimo 312g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso.</p> <p>O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056, sob pena de desclassificação.</p> <p>Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S./ANVISA.</p>	7,90
03	BMH PROD MÉD HOSP LTDA EPP	2.000	Pcts	<p>ATADURA CREPOM 15CM – CÓDIGO 9360</p> <p>Atadura de Crepom 15cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso de 32,7g mínimo por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de no mínimo 392,4g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso.</p> <p>O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056.</p> <p>Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S./ANVISA</p>	11,60
04	INFYNITY MEDIC EIRELI EPP	1.300	Pcts	<p>ATADURA CREPOM 20CM – CÓDIGO 9363</p> <p>Atadura de Crepom 20cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso de 42,8g mínimo por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de no mínimo 513,6g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso.</p> <p>O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056.</p> <p>Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S./ANVISA.</p>	15,34
05	METROMED MAT MED HOSP LTDA	30	Unid	<p>ESPÉCULO P/ OTOSCÓPIO 1MM – CÓDIGO 19858</p> <p>Espéculo p/ Otoscópio 2,8mm – Espéculo auricular sem encaixe metálico; acopláveis em aparelhos de otoscopia modelo "TK Missoure"; calibre de diâmetro de 2,8mm externo, equivalente ao tamanho Nº 1; reutilizáveis.</p>	6,90
06	METROMED MAT MED HOSP LTDA	30	Unid	<p>ESPÉCULO P/ OTOSCÓPIO 2MM – CÓDIGO 9255</p> <p>Espéculo p/ Otoscópio 4,15mm – Espéculo auricular sem encaixe metálico; acopláveis em aparelhos de otoscopia modelo "TK Missoure"; calibre de diâmetro de 4,15mm externo, equivalente ao tamanho Nº 2; reutilizáveis.</p>	6,30
07	METROMED MAT MED HOSP LTDA	30	Unid	<p>ESPÉCULO P/ OTOSCÓPIO 3MM – CÓDIGO 9254</p> <p>Espéculo p/ Otoscópio 5mm – Espéculo auricular sem encaixe metálico; acopláveis em aparelhos de otoscopia modelo "TK Missoure"; calibre de diâmetro de 5mm externo, equivalente ao tamanho Nº 3; reutilizáveis.</p>	6,80
08	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	8.000	Unidades	<p>SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06 – CÓDIGO 13052</p> <p>Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	0,44
09	FRUSTRADO	40	Unidades	<p>APARELHO DE PRESSÃO ADULTO - CÓDIGO 9210</p> <p>Esfígmomanômetro tamanho adulto, de alta precisão, composto de manômetro aneróide (0-300), tipo relógio, mostrador graduado em mmhg, braçadeira com fecho de botão (METAL), confeccionado em tecido algodão ou nylon antialérgico, resistente, flexível, que se molde facilmente ao braço, circunferência de braço para uso entre 22 – 28cm, manguito e pêra fabricados sem ementas de subpeças, com borracha sintética de excelente resistência, equipamento com perfeita vedação, conteúdo 1 válvula de deflação, acondicionado em bolsa apropriada, embalagem individual (estojo para viagem), O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e possuir selo do INMETRO.</p>	XXX

10	FRUSTRADO	30	Unid	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL – CÓDIGO 9209 Esfigmomanômetro tamanho Infantil, de alta precisão, composto de manômetro aneróide (0-300), tipo relógio, mostrador graduado em mmhg, braçadeira com fecho de velcro, confeccionado em tecido algodão ou nylon antialérgico, resistente, flexível, que se molde facilmente ao braço, circunferência de braço para uso entre 13 – 16cm, manguito e pêra fabricados sem ementas de subpeças, com borracha sintética de excelente resistência, equipamento com perfeita vedação, contendo 1 válvula de deflação, acondicionado em bolsa apropriada, embalagem individual (estojo para viagem), O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e possuir selo do INMETRO.	XXX
11	TRADE MEDICAL COM MAT HOSP LTDA EPP *	800	Unid	BOLSA COLETORA DE URINA 2 LITROS – CÓDIGO 19037 Descrição: bolsa coletora flexível e graduada com capacidade mínima de 2000mL, tubo flexível em PVC resistente a dobras e pinça corta-fluxo com no mínimo 110cm de comprimento; com sistema de fixação; com adaptador escalonado adaptável a diferentes calibres de cateter vesical; com sistema fechado de drenagem de urina anti-refluxo, contendo câmara rígida/ câmara de gotejamento tipo Pasteur, filtro hidrófobo e ponto de coleta de amostra "needle-free"; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	2,99
12	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	04	Unid.	OXIMETRO DE PULSO – CÓDIGO 22188 Oxímetro de pulso com visor de lcd, indicando saturação de oxigênio, frequência cardíaca, barra gráfica, status da bateria. o aparelho deve ser portátil, com peso aproximado de 200g. alimentação através de pilhas. alarmes de áudio e tom de pulso audível. alarmes configuráveis dos valores limites da saturação de oxigênio e da frequência cardíaca. deverá ser resistente a quedas. deverão acompanhar o equipamento os seguintes acessórios: 1 cabo extensor para o sensor de oximetria, 1 sensor de oximetria reutilizável adulto, 1 sensor de oximetria reutilizável pediátrico, manual de instruções em português, certificado de garantia. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	118,90
13	DESERTO	120	Fras-cos	CLORIDRATO PROXIMETACAÍNA 5ML - CÓDIGO 9653	XXX
14	DESERTO	500	Ampo-las	FRUTOVITAM POLIVATAMINICO ENDOVENOSO 10ML - CÓDIGO 27640.	XXX
15	DESERTO	05	Fras-cos	FLUORESCEINA SÓDICA 3ML - CÓDIGO 9654	XXX
16	DESERTO	160	Fras-cos	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA - CÓDIGO 9655 Tropicamida 10mg/ml, solução oftálmica estéril, frasco 5ml.	XXX
17	FRUSTRADO	180	Fras-cos	CLOREXIDINE SOLUÇÃO AQUOSA - CÓDIGO 26060 Clorexidina, digluconato, glicerin; concentração de 0,2%, ph de 5,5 a 7,0 - gluconato de clorexidina, capacidade para 100ml, isento de irritabilidade dérmica; forma de apresentação em frasco plastico tipo almotolia, corpo flexível, aplicador longo c/ tampa integrada, dispositivo "twist-off"; uso antisséptico, a apresentação do produto devera obedecer a legislação atual vigente.	XXX
18	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	80.000	Unidades	SERINGA 3ML C/ AGULHA - CÓDIGO 9408 seringa de segurança; polipropileno; mecânica na sua utilização; corpo com milimetrada; de borracha atóxica c/haste quebravel e removível; dispositivo de segurança da agulha após o uso com proteção; luer lock; oxido de etileno; siliconizada na parte interna; 3 ml; dispositivo para encapsular a agulha; papel grau cirurgico; previne o reuso. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,43
19	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	21.000	Unidades	SERINGA 5ML C/ AGULHA – CÓDIGO 9411 Seringa de segurança; polipropileno; mecanica na sua utilização; corpo com milimetrada; de borracha atóxica c/haste quebravel e removível; dispositivo de segurança da agulha após o uso com proteção; luer lock; oxido de etileno; siliconizada na parte interna; 3 ml; dispositivo para encapsular a agulha; papel grau cirurgico; previne o reuso. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,51
20	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	2.000	Unidades	SERINGA 10ML S/AGULHA – CÓDIGO 14898 Seringa descartável; em plástico, atóxico, apirogenico polipropileno, atóxica, apirogenica; apresentando rigidez e resistência; corpo com graduação milimetrada; embolo com borracha na ponta; bico slip (sem rosca); esterilizado em raios gama ou oxido de etileno; siliconizada; com capacidade de 10ml; sem agulha, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asseptica; o produto deverá ser entregue conforme normas da NBR ISO 7886 e legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,22

21	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	5.000	Unidades	SERINGAS DESCARTÁVEL 1ML – CÓDIGO 101741 Seringa descartável; em plástico, atóxico, apirogênico, integro, transparente; apresentando rigidez e resistência mecânica na sua utilização; corpo com graduação milimetrada, indelével, com divisões de 2 em 2 unidades; embolo borracha atóxica na ponta; bico central luer; estéril; siliconizada; com capacidade de 100ui; sem agulha, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; o produto deverá ser entregue conforme normas da NBR ISO 7886 e legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,12
22	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	250	Caixas	AGULHA 13X0,45 DESCARTÁVEL – CÓDIGO 9195 Caixa c/100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	5,50
23	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	450	Caixas	AGULHA DESCARTÁVEL 25X6 - CÓDIGO 9197 Caixa c/100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	5,50
24	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	350	Caixas	AGULHA 25X7 DESCARTÁVEL – CÓDIGO 9196 Caixa c/ 100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	5,55
25	MEDEFE PROD MÉD HOSP LTDA ME	95	Caixas	AGULHA 25X8 DESCARTÁVEL – CÓDIGO 9194 Caixa c/ 100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	5,55

Jaraguá do Sul, SC, 13 de agosto de 2019.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019-FMS

Publicação Nº 2129038

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 32/2019-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, teve o seguinte resultado:

Lote	Proponente vencedora	item	Quant.	Unid	Descrição dos objetos	Valor total do Lote (R\$)
------	----------------------	------	--------	------	-----------------------	---------------------------

01	ESPE- CIALISTA PROD. PARA LABORATÓ- RIOS S.A.	1	4.600	Test	REAGENTE PARA DETECÇÃO DO ANTÍGENO HBS DA HEPATITE B (HBS AG) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97570	855.000,00
		2	4.500	Test	REAGENTES PARA DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBS DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97571	
		3	2.500	Test	REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBC TOTAL DA HEPATITE B (ANTI-HBC TOTAL) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97572	
		4	2.500	Test	REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBC IGM DA HEPATITE B (ANTI-HBC IGM) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97573	
		5	3.500	Test	REAGENTE PARA DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV), EM SORO OU PLASMA HUMANO – 97574	
		6	4.600	Test	REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI VÍRUS HIV I E II (ANTI-HIV I E II) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97575	
		7	500	Test	REAGENTE PARA DETECÇÃO DO ANTÍGENO HBE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBE AG) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97576	
		8	500	Test	REAGENTES PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBE DA HEPATITE B (ANTI-HBE) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97577	
		9	4.000	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI TOXOPLASMA GONDII IgG (TOXO IgG) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97578	
		10	4.000	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI TOXOPLASMA GONDII IgM (TOXO IgM) EM SORO OU PLASMA HUMANO – 97579	
		11	300	Test	REAGENTE PARA A DETERMINAÇÃO DA AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG PARA O TOXOPLASMA GONDII (TOXO Avidéz) EM AMOSTRAS DE SORO E PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97580	
		12	2.000	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI RUBÉOLA IgG (Rubéola IgG) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97581	
		13	2.000	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI RUBÉOLA IgM (Rubéola IgM) EM SORO OU PLASMA HUMANO – CÓDIGO 97582	
		14	4.600	Test	REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI TREPONEMA PALLIDUM (SIFÍLIS) EM SORO OU PLASMA HUMANO – 97583	
		15	500	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-CITOMEGALOVÍRUS IgG (ANTI-CMV-IgG), EM SORO OU PLASMA HUMANO – 97584	
		16	500	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-CITOMEGALOVÍRUS IgM (ANTI-CMV-IgM), EM SORO OU PLASMA HUMANO – 97585	
		17	7.600	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE 25 HIDROXI VITAMINA D (VITAMINA D) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97586	
		18	6.100	Test	REAGENTES PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO TOTAL (PSA TOTAL), EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97587	
		19	26.400	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97588	
		20	6.800	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97589	
		21	1.800	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE TIROXINA TOTAL (T4) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97590	
		22	2.000	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE TRIIODOTIRONINA (T3) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97591	
		23	1.800	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE (FSH) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97592	
		24	1.800	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97593	
		25	1.300	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO PROLACTINA (PROLACTINA) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97594	
		26	1.000	Test	REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO ESTRADIOL (ESTRADIOL) EM SORO HUMANO – CÓDIGO 97595	

Jaraguá do Sul, SC, 13 de agosto de 2019.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RETIFICAÇÃO DE DIVULGAÇÃO – RESULTADO PARCIAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019/ CMDCA/JS E ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Publicação Nº 2128216

RETIFICAÇÃO DE DIVULGAÇÃO – RESULTADO PARCIAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019/CMDCA/JS E ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Considerando o resultado encaminhado pela Comissão de Seleção e Julgamento para divulgação do resultado;

Considerando que no item 03, o Hospital e Maternidade Jaraguá obteve a pontuação de 78;

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, resolve:

1) Retificar o resultado constante no item 3:

3) PROJETOS APROVADOS, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PARA SEREM CONTEMPLADOS CONFORME DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA conforme item 11.7:

Nº	Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto	Valor Custeio	Valor Investimento	Valor Total	Pontuação
01	Hospital e Maternidade Jaraguá	Realidade Virtual no Pronto Atendimento Infantil		R\$ 29.561,70	R\$ 29.561,70	78
02	Associação Desportiva XOXO10	Cidadão do Futuro	R\$ 78.966,40	-	R\$ 78.966,40	72
03	SCAR – Sociedade Cultura Artística	Teatro nos Bairros	R\$ 107.925,00	-	R\$ 107.925,00	66,5
04	AMA – Associação dos Amigos dos Autistas	Intervenção e Desenvolvimento na Comunicação do Autismo	R\$ 49.998,00	R\$ 50.491,85	R\$ 100.489,85	63,05

As demais disposições contidas no resultado anterior permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

EDSON WILLIAN PIOTTO

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 102/2019

Publicação Nº 2129040

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 102/2019**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 102/2019, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.993/2019, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto “prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e serviços complementares na Rua Bernardo Werner Grubba Junior no Bairro Centenário em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 391,76m(trezentos e noventa e um virgula setenta e seis metros)” da CONCORRÊNCIA nº 102/2019, tipo Menor Preço Por item à empresa: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 1.389.840,96 (hum milhão trezentos e oitenta e nove mil oitocentos e quarenta reais e noventa e seis centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 05 de agosto de 2019.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 102/2019**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.993/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 99/2019, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e serviços complementares na Rua Bernardo Werner Grubba Junior no Bairro Centenário em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 391,76m(trezentos e noventa e um virgula setenta e seis metros) teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 1.389.840,96 (hum milhão trezentos e oitenta e nove mil oitocentos e quarenta reais e noventa e seis centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 05 de agosto de 2019.

Ivan Andréias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 12.993/2019

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO NO 17/2019 - PMJ

Publicação Nº 2128499

TERMO DE FOMENTO Nº 17/2019-PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, portador da cédula de identidade nº 635.469 SSP/SC e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 423.959.849-49, doravante denominado CONCEDENTE.

E a FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL – CETEPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 03.124.650/0001-37, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada por seu Presidente, Sr. FÁBIO LAZZAROTTI, portador da cédula de identidade nº 2418634 SSP/SC e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 660.623.579-00, doravante denominada CONVENENTE.

ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições em atendimento à Lei nº 4.320/64, atendida a Lei Federal 13.019/2014, obedecendo a Instrução Normativa TCE/SC-14/2012 e Instrução Normativa da Coordenadoria do Controle Interno de Joaçaba 01/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Convênio visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE, parte integrante deste Convênio, cuja finalidade é a realização do Projeto: (GERA 2019 - Negócios, Inovação e Tecnologia), a ser executado pela CONVENENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DESPESAS

VALOR

I – O CONCEDENTE efetuará o repasse financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a partir de 20 de agosto de 2019, parte integrante deste Termo.

II – A CONVENENTE não empregará contrapartida neste Termo.

DESPESAS

III – As despesas provenientes da execução deste Termo serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária da Unidade (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO), do Orçamento do exercício financeiro de 2019.

ÓRGÃO 09: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

UNIDADE 01: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Projeto/Atividade: 2.153 – Realização de Feiras, Eventos, Exposições e Capacitações

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

DA CONVENENTE

I – Receber os recursos financeiros de que trata este termo, movimentá-lo em instituição financeira oficial, em conta corrente específica e vinculada ao presente termo, promovendo a fiel aplicação dos recursos recebidos, exclusivamente na consecução do objetivo aqui estabelecido, em conformidade com o Plano de Trabalho, anexo ao presente Termo de Fomento;

II – Comunicar, prévia e imediatamente o Município de Joaçaba, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento;

III – Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, conforme legislação vigente e cláusula quarta deste convênio;

IV – Devolver os recursos e rendimento da aplicação financeira;

V – Responder a diligências decorrentes do processo de prestação de contas, quando ocorrer;

VI – Manter atualizado seu cadastro junto ao CONCEDENTE, comunicando eventuais alterações de endereço e/ou de seus representantes legais;

VII – Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos não aplicados no objeto de repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

DO CONCEDENTE

I – Efetuar o repasse financeiro no valor estabelecido neste Termo, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho;

II – Publicar extrato resumido do Termo;

III – Acompanhar e fiscalizar a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos repassados, emitindo o parecer a cada prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Termo deve ser encaminhada ao Poder Executivo e elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e de auditoria legais e vigentes, no prazo de 60 dias do recebimento da parcela, de forma individualizada.

Para prestar contas a CONVENENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE:

I – Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;

III – Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

IV – Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

V – Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;

VI – Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;

VII – Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

VIII- Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

IX- Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar, se for o caso, de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especiais os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha;

X – Emissão do comparecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;

XI – Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENIENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

I) O acompanhamento da execução física do objeto será realizado pelo CONCEDENTE, por meio da comissão de monitoramento e avaliação;

II) A Comissão de Monitoramento e Avaliação seguirá a Lei n. 5.250/2019;

III) A comissão acima designada deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo especificar o efetivo cumprimento da aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Plano de Trabalho, os quais ficarão anexos ao processo de prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA- DA PROIBIÇÃO

Fica proibido o repasse dos recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITO DE PROPRIEDADE

O CONCEDENTE terá direito dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo é de 90 dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

DA CONVENIENTE

I - Não havendo aplicação correta, na forma ajustada, dos recursos transferidos, a constatação de irregularidades insanáveis no processo de prestação de contas, ou a não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado, será lançada a responsabilidade da CONVENIENTE, restituição do valor total do convênio ou da respectiva parcela, bem como dos rendimentos da aplicação financeira, acrescida da variação do índice do INPC e, também acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;

II - Até a regularização da prestação de contas pendente, fica obstada a liberação das parcelas subsequentes.

DO CONCEDENTE

I - O CONCEDENTE assumirá ou transferirá a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência do fato relevante do modo a evitar sua descontinuidade;

II – Ocorrendo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas Especial na forma do regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Instrução Normativa 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciado por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Fomento, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Joaçaba-SC, 19 de agosto de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito do Município de Joaçaba

FÁBIO LAZZAROTTI
Presidente

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PORTARIA Nº 5.108

Publicação Nº 2128336

PORTARIA Nº 5.108 DE 09 DE AGOSTO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). LUCIANO BITTENCOURT, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 4318/2019 de 11 de julho de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.109

Publicação Nº 2128337

PORTARIA Nº 5.109 DE 09 DE AGOSTO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). TATIANE APARECIDA POLO, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 4128/2019 de 02 de julho de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de agosto de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.110

Publicação Nº 2128339

PORTARIA Nº 5.110 DE 09 DE AGOSTO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). GISLAINE ANTUNES PEREIRA, Professor Nível I (Licenciatura), em

função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 4417/2019 de 18 de julho de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de agosto de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.111

Publicação Nº 2128341

PORTARIA Nº 5.111 DE 09 DE AGOSTO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). ALESSANDRA DE LIMA, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 4667/2019 de 31 de julho de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.112

Publicação Nº 2128342

PORTARIA Nº 5.112 DE 09 DE AGOSTO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). CANDIDA APARECIDA DA ROSA PADILHA, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 4662/2019 de 31 de julho de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.113

Publicação Nº 2128344

PORTARIA Nº 5.113 DE 12 DE AGOSTO DE 2019
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 11 de agosto de 2019, por haver expirado o período do contrato de trabalho do(a) Senhor(a) YASMIN DE CAMPOS, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 13º lugar no edital n.º 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de agosto de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 12 de agosto de 2019
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.114

Publicação Nº 2128345

PORTARIA Nº 5.114 DE 12 DE AGOSTO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FIRMINO BUFON, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 558/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de agosto de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 12 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.115

Publicação Nº 2128346

PORTARIA Nº 5.115 DE 12 DE AGOSTO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SIDNEI JOSE GEMELLI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 05 de março de 2018 a 04 de março de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de agosto de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 12 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.116

Publicação Nº 2128348

PORTARIA Nº 5.116 DE 12 DE AGOSTO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARCIA REGINA DORINI DA SILVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 1472/2019 de 20 de fevereiro de 2019, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de agosto de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 12 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.117

Publicação Nº 2128349

PORTARIA Nº 5.117 DE 13 DE AGOSTO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). SELMAR JOSE KLEIN, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 3685/2019 de 10 de junho de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 13 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.118

Publicação Nº 2128350

PORTARIA Nº 5.118 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.
"TRANSFERE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. LUANA RATTI DA SILVA, Técnico de Administração, com carga horária de 35 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, conforme memorando nº 320/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.119

Publicação Nº 2128352

PORTARIA Nº 5.119 DE 13 DE AGOSTO DE 2019
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 13 de agosto de 2019, por haver expirado o período do contrato de trabalho do(a) Senhor(a) ROBSON MATEUS BALDI, Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e alterações, em função da classificação em 24º lugar no edital de processo seletivo n.º 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 13 de agosto de 2019
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.120

Publicação Nº 2128354

PORTARIA Nº 5.120 DE 13 DE AGOSTO DE 2019
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 13 de agosto de 2019, do(a) Sr.(a) BEATRIZ APARECIDA BENINCA CIARNOSCHI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada em 20º no edital de Chamada Pública nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 13 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.121

Publicação Nº 2128355

PORTARIA Nº 5.121 DE 13 DE AGOSTO DE 2019
"ALTERA JUSTIFICATIVA DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR JUSTIFICATIVA DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, do(a) Sr(a) GESLEIDE CASTILHOS BROETTO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 06º lugar no edital de Chamada Pública nº 04/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar com Apoio Pedagógico (20 horas) e como professora volante (20 horas), conforme memorando nº 312/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de agosto de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de agosto de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

RESUMO CONTRATO JHL 0087/2019

Publicação Nº 2128705

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0087/2019

SEGUNDO ADITIVO CONTRATO Nº 0077/2017

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0041/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2017

PROTOCOLO JHL 1803/2017

Data assinatura: 15/08/2019

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO COM FUNDAMENTO NO ART. 57, II, DA LEI 8.666/93 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMA PARA GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE SANEAMENTO PARA GESTÃO DE FATURAMENTO, ARRECADAÇÃO, MEDIÇÃO, COBRANÇA, CONTABILIDADE, SERVIÇOS, ATENDIMENTO A CLIENTES E RELATÓRIOS.

Contratado: J-Tech Soluções em Informática Ltda

Valor Contratado: R\$ 54.987,13 (cinquenta e sete mil e novecentos e oitenta e sete reais e treze centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento: 3.3.90.39.08.00.00.00/ 3.3.90.39.11.00.00.00

Prazo de vigência: 29/08/2019 a 28/08/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0088/2019

Publicação Nº 2128656

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0088/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0035/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2019

PROTOCOLO Nº 1706/2019

Data: 16/08/2019

Objeto: A AQUISIÇÃO DE MACROMEDIDORES ELETROMAGNÉTICOS PARA O SISTEMA URBANO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA/SC E PARA SETORIZAÇÃO NOS RESERVATÓRIOS RAP 002, RAP 003, RAP 004, RAP 008, RAP 010, RAP 012 E RAP 016.

Contratado: ISOL LAMON IND. EQUIP. E SERV. INSTR. LTDA

Valor Contratado: R\$ 127.700,00 (cento e vinte e sete mil e setecentos reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061


Elemento: 4.4.90.52.04.00.00.00

Prazo de vigência: 16/08/2019 a 16/02/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PR38-19

Publicação Nº 2128634

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2019
	Processo Adm.: 45/2019 Data do Processo: 17/06/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 45/2019
b) Nr. Licitação: 35/2019 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 16/08/2019
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MACROMEDIDORES PARA O SISTEMA URBANO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
ISOIL LAMON INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS				
1 - MACROMEDIDOR ELETROMAGNÉTICO DN 50, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: ISOIL LAMON	UN	4,000	12.500,0000	R\$ 50.000,00
2 - MACROMEDIDOR ELETROMAGNÉTICO DN 80 - Marca: ISOIL LAMON	UN	3,000	12.900,0000	R\$ 38.700,00
3 - MACROMEDIDOR ELETROMAGNÉTICO DN 100 - Marca: ISOIL LAMON	UN	3,000	13.000,0000	R\$ 39.000,00
Total geral:				R\$ 127.700,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.4.4.90.00.00	R\$ 130.034,93

Joaçaba, 16/08/2019

.....
Assinatura do Responsável

Lacerdópolis

PREFEITURA

DECRETO 44 19 CONSELHO ESCOLAR CIEL

Publicação Nº 2128111

DECRETO N. 44 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre o Conselho Escolar do Centro Integrado de Educação de Lacerdópolis (CIEL)"

SÉRGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, no uso das atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Conselho Escolar do Centro de Educação Infantil Anjo Azul, os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação: Cristiane Dalla Costa Comerlato (titular) e Sanda Aparecida Dacas Sordi (suplente);

II - Representantes dos professores do CIEL: Rosemeri Dall' Orsoletta (titular) e Nilce Proner Gaglietti (suplente);

III - Representantes da direção do CIEL: Gisele Dall' Orsoletta (titular) e Salete Savi Rossa (suplente);

IV - Representantes dos servidores Administrativos Municipais: Salete Savi Rossa (titular) Gisele Dall'Orsoletta (suplente);

V - Representantes de pais da APP do CIEL: Ana Paula Dall' Orsoletta (titular) e Bárbara Tessaro Chaves (suplente);

VI - Representantes do conselho do CIEL: Camila Riquetti (titular) e Alzira Bucco Dacas (suplente);

VII - Representantes do CAE (Conselho de Alimentação Escolar): Ivonilde Aparecida Dadalt (titular) e Dilva Miazzi (suplente)

VIII - Representantes do Conselho do FUNDEB: Rosinei Siepmann Possamai (titular) e Luciana Lourenço de Almeida (suplente);

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e possui vigência de 02 (dois) anos, conforme Lei Ordinária municipal n. 2188 de 10 de junho de 2019.

Publique-se e registre-se.

Gabinete do prefeito de Lacerdópolis/SC, 14 de agosto de 2019.

Sérgio Luiz Calegari

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2019 - COOPERLAGES - SEMASA

Publicação Nº 2127944

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2019 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LAGES - COOPERLAGES -, inscrita no CNPJ sob n. 24.273.350/0001-90 sediada a Rua Bernardo Gonçalves Kuster s/n, Lages/SC – CEP 88525-060.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 01/2019, em atenção ao parecer jurídico nº 618/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 17/2018, Dispensa de Licitação nº 03/2018 homologada em 02/01/2019, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de prestação de serviços da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis (papel, plástico, metal, vidro, entre outros).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 06 (seis) meses;

2.3 Do Contrato: fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, até 02/01/2020, podendo ser prorrogado, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

[...]

5.7 A CONTRATADA é responsável por executar o serviço da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos recicláveis conforme plano de trabalho e da rota de coleta, conforme planilhas que seguem anexas.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 02 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 03/2019 - RVC - SMS

Publicação Nº 2127976

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 03/2019 – SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: RVC CONSTRUTORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 22.300.030/0001-56, estabelecida na Rua Monte Cambirela, nº 455, bairro Praia de Fora, CEP 88.138-700, Palhoça/SC. Telefone: (48) 99657-1144/99119-7700. E-mail: rvconstrutora@yahoo.com.br resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato, nos termos do parecer jurídico nº 0655/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 79/2018, correlato a Tomada de Preço nº 04/2018, aberto em 10/12/2018 e homologado em 05/02/2019, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Ampliação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Universitário, com fornecimento de material.

Conforme solicitação de revisão contratual interposta pela Secretaria de Planejamento e Obras, ofício nº 579/2019/SPO; com análise técnica de lavra do servidor do setor de contabilidade ofício, PARECER TÉCNICO CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 144/2019; e com parecer jurídico nº 0655/2019, favorável, ADITA-SE, nos seguintes termos:

SUPRESSÃO de R\$ 6.791,78 (seis mil setecentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos), nos termos das planilhas anexas ao processo de licitação;

ACRÉSCIMO de R\$ 72.701,14 (setenta e dois mil setecentos e um mil e catorze centavos), nos termos das planilhas anexas ao processo de licitação.

Lages, 18 de julho de 2019..

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 06/2018 - RODRIGO CUNHA - SEMASA

Publicação N° 2127920

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 06/2018 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Av. 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, CEP: 88526-070, Lages/SC.

CONTRATADA: RODRIGO CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ nº 13.996.470/0001-07, situada à Av. Duque de Caxias, nº 717, Barracão Container, bairro Frei Rogério, CEP 88508-000, Lages/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 06/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 03/2018, correlato à Tomada de Preços nº 02/2018, conforme parecer jurídico nº 0606/2019, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 20/06/2018 e homologada em 11/07/2018, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Mão de Obra para Manutenção dos Reservatórios e Estações de Tratamento de Esgoto da SEMASA, sem fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 13/07/2020. Informa-se ainda, que se trata de ultima prorrogação possível em relação ao contrato em apreço, haja vista que atingirá o limite para a prestação de serviços públicos através da modalidade de Tomada de Preços, (nos termos do art. 23, II, b) 1.430.000,00, da Lei nº 8.666/93)..

Lages, 03 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 07/2018 - LABB - SEMASA

Publicação N° 2127970

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 07/2018 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Av. 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, CEP: 88526-070, Lages/SC.

CONTRATADA: LABB LABORATÓRIOS DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.322.141/0001-22, situada à Rua Pará, nº 50, bairro Itoupava Seca, CEP 89030-300, Blumenau/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 07/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 01/2018, correlato à Tomada de Preços nº 01/2018, conforme parecer jurídico nº 0653/2019, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 26/06/2018 e homologada em 19/07/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Coleta e Análise em Captação Superficial, Estação de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), no Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 [...];

2.2 Da Execução: fica prorrogada por mais 12 (doze) meses;

2.3 [...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 19/07/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 15 de julho 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO CONTRATO 228/2018 - PMLAS CONSTRUTORA -

Publicação N° 2127938

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 228/2018 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.434.177/0001-04, situada à Rua Otacílio Couto, nº 801, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 228/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 179/2018, correlato à Tomada de Preços nº 21/2018, conforme parecer jurídico nº 1117/2018, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 05/11/2018 e homologada em 11/12/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Execução de Passeios

em Concreto e Assentamento de Meios-Fios, na Rua Padre Ludovico Kuck (área de 4.914,21 m²), com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, até 14/02/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 04 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 04/2018 - MENFIS - SMS

Publicação Nº 2127989

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 04/2018 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 78.499.936/0001-4, com sede na Rua Coronel Serafim de Moura, 46 Centro Lages/SC CEP 88.502-185.

LOCADOR(A): MENFIS AGENCIA IMOBILIÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos, nº 84, 1º andar, bairro Centro, CEP 88502-170, Lages/SC.

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 04/2018, conforme parecer jurídico referencial nº 05/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 07/2018, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2018, aberto em 20/02/2018 e homologado em 06/03/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de imóvel onde funcionará a Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde. Casa comercial com 279m² de área construída, situado à Rua Professor Walter Dachs, nº 69, bairro Centro, CEP 88502-045, Lages/SC.

Em atenção ao pedido de REAJUSTE contratual interposto pela CONTRATADA; ratificada pela Gestora do Contrato, nos termos do ofício 150/SMS/LIC/2019; após análise técnica pela servidora do setor de contabilidade, nos termos do ofício, PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 170/2019; e com parecer jurídico referencial nº 05/2019, fica reajustado o contrato, conforme segue:

- Índice IGP-DI, período 12/03/2018 a 12/03/2019 percentual de 8,97162.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 02/2017 - MARLI ARLDI - LAGESPREVI

Publicação Nº 2127951

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º ADT. AO CONTRATO N.º 02/2017 LAGESPREVI

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LAGES - LAGESPREVI, inscrito no CNPJ sob n.º 78.499.936/0001-4, com sede na Rua Coronel Serafim de Moura, 46 Centro Lages/SC CEP 88.502-185.

LOCADOR: MARLI ARLDI SOMMARIVA, portadora do CPF: 844.803.439-20 residente a rua João de Castro, nº 450, apt. 101 Centro Lages/SC CEP 88.501-160.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 02/2017, conforme parecer jurídico nº 0633/2019, decorrente do Pregão Presencial nº 01/2017, correlato ao processo administrativo nº 03/2017, aberto em 01/08/2017 e homologado em 02/08/2017, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Imóvel destinado à instalação da Sede Administrativa do Instituto de Previdência do Município de Lages – LAGESPREVI. O imóvel está situado à Rua Coronel Serafim de Moura, nº 46, bairro Centro, em Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...]

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 02/08/2020.

2.3 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 02/08/2020, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais e cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 08 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 04/2019 - BRANGER - PML

Publicação Nº 2127973

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 04/2019 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA BRANGER LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.146.893/0001-52, situada à Rua Jorge Neves Vieira, Nº 125, Bairro São Luiz, CEP 88512-310, Lages/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 04/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 186/2018, correlato à Tomada de Preços nº 23/2018, conforme parecer jurídico nº 0593/2019, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 19/11/2018 e homologada em 02/01/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recapeamento Asfáltico na Av. Luis de Camões (área de 9.290 m²), com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 [...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 1 (um);

[...]

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, até 24/10/2019, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 21 de junho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 155/2018 - AS CONST. - PML

Publicação Nº 2127956

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 155/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.434.177/0001-04, situada à Rua Otacílio Couto, nº 801, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC.

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 155/2018, conforme parecer jurídico nº 1303/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 113/2018, correlato à Tomada de Preços nº 13/2018, conforme parecer jurídico nº 626/2019, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 21/06/2018 e homologada em 21/06/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica com Passeios em Paver, Sinalização Viária Vertical e Horizontal das Ruas Sebastião Coelho e Aristóteles, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: [...];

2.2 Da Execução: - Item 01: fica prorrogado por mais 3 (três) meses;

2.4 Do Contrato: - Item 01: fica prorrogado por mais 6 (seis) meses, a contar de 06/07/2019 até 06/01/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 04 de julho de 2020.

Claiton Bortoluzzi.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 206/2018 - ALTINO - PML

Publicação Nº 2127918

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 206/2018 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ALTINO COELHO GERBER inscrito no CPF sob o nº 205.812.971-72, residente e domiciliado à Rua Gonçalves Antunes, nº 216, bairro Jardim Panorâmico, CEP 88524-090, Lages/SC.

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 206/2018, conforme parecer jurídico nº 0608/2019; decorrente do Processo Licitatório nº 149/2018, correlato ao Pregão Presencial nº 61/2018, aberto em 11/09/2018 e homologado em 11/09/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa ou Autônomo para Prestação de Serviço de Transporte Escolar para Entidade da Educação Especial ASDEF (Associação Serrana dos Deficientes Físicos).

Conforme solicitação de acréscimo contratual interposta pela secretaria gestora do contrato, ofício nº 312/2019 – FIN/SMEL; após análise técnica efetuada pela servidora do setor de contabilidade, nos termos do Ofício PARECER CONTÁBIL/SAF/CORRD.CONT/OF. 139/2019; e com parecer jurídico nº 0608/2019, favorável, ADITA-SE, da seguinte forma:

- Item 01 passando o quantitativo de km rodados de 178, 00km rodados ao dia, para 220,50km rodados ao dia.

As demais cláusulas e condições permanecem inalterados

Lages, 03 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2018 - LAFISA - SMS

Publicação Nº 2127912

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2018 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Coronel Serafim de Moura, 46 Centro Lages/SC CEP 88.502-185.

LOCADOR (A): LAFISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob nº 07.604.681/0001-46, estabelecida na Av. Presidente Kennedy, nº 3013, sala 207, bairro Água Verde, CEP 80610-010, Curitiba/PR.

O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por sua Secretário Municipal de Saúde a Sr.ª. Odila Maria Waldrich, doravante denominado LOCATÁRIO e de outro lado LAFISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A representada pelo Sr. Luiz Antunes de Figueiredo, inscrito no CPF nº 354.304.789-20, de ora em diante denominado (a) LOCADOR (A), resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao Contrato 01/2018, em conformidade com parecer jurídico nº 0597/2019, decorrente do Processo Licitatório nº 07/2018, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2018, aberto em 20/02/2018 e homologado em 06/03/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de imóvel onde funcionará o Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Lages. Possui área física de 752,55m e área construída de 451,02m², situado à Rua Cruz e Souza, nº 368, bairro Brusque, CEP 88506-001, Lages.

Conforme requerimento interposto pela LOCADORA, datado de 15/05/2019, pelo qual solicita-se o reajuste ao referido contrato; pedido ratificado pela gestora do contrato, ofício nº 087/SMS/LI/2019, após análise técnica pela servidora do setor de contabilidade ofício, PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 131/2019; e com parecer jurídico nº 0597/2019, favorável, ADITA-SE, da seguinte forma:

- REAJUSTE PELO ÍNDICE IGP-M (FGV) PERÍODO 03/2018 A 03/2019 – PERCENTUAL DE 8,971620%.
- PASSANDO ASSIM O VALOR MENSAL DE R\$ 4.040,00 (quatro mil e quarenta reais) para R\$ 4.402,45 (quatro mil quatrocentos e dois reais e quarenta e cinco centavos);

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 03 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 159/2018 SERRA SUL - PML

Publicação Nº 2127985

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 159/2018 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.459.791/0001-90, situada à Rua Lisandro Luiz Vieira, nº 144, bairro Jardim Bandeira, CEP 88600-000, São Joaquim/SC.

resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao contrato nº 159/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 80/2018, correlato à Tomada de Preços nº 09/2018, conforme parecer jurídico nº 423/2018, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 15/05/2018 e homologada em 18/06/2018, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção de Salas e Readequação de Ambientes no CEIM Ivo Pacheco, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 [...];
- 2.2 Da Execução: - Item 01: fica prorrogado por mais 30 (trinta);
- 2.3 [...];
- 2.4 Do Contrato: - Item 01: fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 21/07/2019, até 18/11/2019, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas
Lages, 19 de fevereiro de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 182/2018 - BALMAR - PML

Publicação Nº 2127924

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 182/2018 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.154.352/0001-03, situada à Rua Vergílio Godinho, nº 106, sala 01, bairro Brusque, CEP 88503-010, Lages/SC. Contato: (49) 3222-8137.

resolvem celebrar este 3º TERMO ADITIVO AO Contrato 182/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 118/2018, correlato à Tomada de Preços nº 14/2018, conforme pareceres jurídico nº 0611/2019, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 12/07/2018 e homologada em 13/08/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reforma do CEIM Moranguinho, com fornecimento de material. Conforme solicitação de SUPRESSÃO de itens, apresentada pelo gestor do contrato supracitado, ofício nº 346/2019 – FIN/SMEL; após análise técnica pelo servidor competente do setor de contabilidade, sob ofício PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF.140/2019; e com parecer jurídico nº 0611/2019, favorável, ADITA-SE da seguinte forma:

- SUPRESSÃO de R\$ 2.711,40 (dois mil setecentos e onze reais e quarenta centavos), conforme planilhas orçamentárias, anexas ao processo.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 03 de julho de 2019.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 217/2018 - BRANGER - PML

Publicação Nº 2127941

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 217/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA BRANGER LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.146.893/0001-52, situada à Rua Jorge Neves Vieira, Nº 125, Bairro São Luiz, CEP 88512-310, Lages/SC.

resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao Contrato 217/2018, decorrente do Processo Licitatório nº 145/2018, correlato à Tomada de Preços nº 18/2018, conforme parecer jurídico referencial nº 02/2018, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 20/09/2018 e homologada em 19/10/2018, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Execução de Passeios em Concreto e Assentamento de Meios-Fios, na Rua Francisco Alves (área de 1.488,90 m²), com fornecimento de material.

Conforme solicitação de acréscimo/supressão interposta pelo Gestor do Contrato, ofício nº 469/2019/SPO; com análise técnica pela servidora do setor de contabilidade, ofício PARECER TÉCNICO CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 129/2019; bem como o parecer jurídico nº 0600/2019, favorável, ADITA-SE, da seguinte forma:

- SUPRESSÃO de R\$ 15.198,44 (quinze mil centos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), impacto percentual de -9,3596%;
- ACRÉSCIMO de R\$ 39.147,03 (trinta e nove mil cento e quarenta e sete reais e três centavos), impacto percentual de 24,1077%.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 27 de junho de 2019.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO CONTRATO 69/2014 - ÁGUAS PLANALTO - SEMASA

Publicação Nº 2127980

O MUNICIPIO DE LAGES SC, TORNA PUBLICO:

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 23.190.281/0001-98, com sede à Rua Natal Cecone, 145 – Bairro Mossunguê, 3º andar – Curitiba/PR, composto pelas empresas ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e AGS ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A DO BRASIL.

resolvem celebrar este 9º Termo Aditivo ao Contrato 69/2014, conforme parecer jurídico nº 1344. Processo Licitatório nº 22/2013, correlato

a Concorrência nº 01/2013, aberto em 05/12/2014 e homologado em 29/12/2014 consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em "Operação da Gestão Comercial, Operação das Estações de Tratamento de Água, Esgoto, Controle Laboratorial, Operação Controle e Manutenção Hidráulico-Sanitária dos Sistemas de Água e Esgoto, Manutenção Eletromecânica do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto e Crescimento Vegetativo do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto", da Cidade de Lages/SC e do Distrito de Santa Terezinha do Salto.

Em atenção ao pedido de reajuste interposto pela Secretaria de Águas e Saneamento (SEMASA), motivado pela preposição da empresa; após análise técnica referente aos cálculos a serem aplicados no respectivo reajuste, pelo setor de contabilidade SAF/COORD.CONT/OF.33/2019 e SAF/CONT/OF. 97/2019; e com parecer jurídico nº 467/2019, favorável; APLICA-SE, o índice de 5,56%, para atualização contratual.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de julho de 2019

Jurandi Domingos Agustini

EXTRATO ARP 10/2019 - MADEIREIRA FONTANA - SEMASA

Publicação Nº 2127723

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019

PROCESSO Nº 6/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 23.695,00 (vinte e três mil seiscentos e noventa e cinco reais), sendo:

MADEIREIRA FONTANA LTDA – CNPJ nº 83.216.598/0001-88 – Rua Engenheiro Paulo Ribeiro, nº 505, bairro Bela Vista, CEP 88514-010, Lages/SC.

Lages, 16 de julho de 2019

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 11/2019 - MATHEUS ZAGO - SEMASA

Publicação Nº 2127724

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019

PROCESSO Nº 6/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 184.535,60 (cento e oitenta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), sendo: MATHEUS VIEIRA ZAGO – CNPJ nº 10.515.077/0001-58 – Rua Nilo Peçanha, nº 49, bairro Frei Rogerio, CEP 88508-500, Lages/SC.

Lages, 16 de julho de 2019
Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 12/2019 - OAL - SEMASA

Publicação Nº 2127725

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019
PROCESSO Nº 6/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais), sendo:

OAL SERRALHERA LTDA – CNPJ nº 04.009.090/0001-32 – Rua Farias de Brito, nº 37, fundos, bairro Várzea, CEP 88526-360, Lages/SC.

Lages, 16 de julho de 2019
Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 124/2019 BAGATOLI - PML/SMEL

Publicação Nº 2127731

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019
PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 34.462,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), sendo:

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – EPP – CNPJ nº 09.053.748/0001-27 – Rua Marcos Hosang, n 18, sala 01, bairro Seminário, CEP 89190-000, Taió/SC.

Lages, 24 de julho de 2019
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 125/2019 CLIMAR - PML/SMEL

Publicação Nº 2127732

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019
PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 69.550,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quinquenta reais), sendo:

CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI – CNPJ nº 17.848.143/0001-50 – BR 470 – Km 148, nº 13901 – Pamplona, CEP 89164-330, Rio do Sul/SC.

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 126/2019 GM INDUSTRIA - PML/SMEL

Publicação Nº 2127733

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019
PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 92.805,00 (noventa e dois mil, oitocentos e cinco reais), sendo:

GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA EPP – CNPJ nº 12.614.761/0001-12 – Rua José Francisco da Silveira, nº 209 – Guarda do Cubatão, CEP 88.135-390, Palhoça/SC.

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 127/2019 RS VAREJO - PML/SMEL

Publicação Nº 2127734

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019
PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULATERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 83.785,00 (oitenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais), sendo:

R. S. VAREJO EIRELI – CNPJ nº 31.322.368/0001-08 – Rua Manoel Lino de Jesus, nº 687, bairro São Luiz, CEP 88512-330, Lages/SC.

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 128/2019 ROBERTO MISTURA - PML/SMEL

Publicação Nº 2127735

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019

PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULATERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 147.208,00 (cento e quarenta e sete mil, duzentos e oito reais), sendo:

ROBERTO MISTURA ME – CNPJ nº 10.292.359/0001-33 – Avenida João Moreira Filho, nº 428, bairro Centro, CEP 89.817-000, Guatambú/SC.

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 129/2019 RP COMERCIAL - PML/SMEL

Publicação Nº 2127737

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019

PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULATERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 8.496,30 (oito mil, quatrocentos e noventa e seis mil, trinta centavos), sendo:

RP COMERCIAL LTDA ME – CNPJ nº 20.604.417/0001-70 – Rua das Bromélias, nº 1126, térreo, bairro Fortaleza Alta, CEP 89058-080, Blumenau/SC.

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13/2019 - PORTO UNIÃO - SEMASA

Publicação Nº 2127726

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019

PROCESSO Nº 6/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 78.220,90 (setenta e oito mil duzentos e vinte reais e noventa centavos), sendo:

PORTO UNIÃO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – CNPJ nº 33.159.931/0001-96 – Av. Getúlio Vargas, nº 734, sala 02, bairro Centro, CEP 89400-000, Porto União/SC.

Lages, 16 de julho de 2019

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 130/2019 SOMA ALIMENTOS - PML/SMEL

Publicação Nº 2127739

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019

PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULATERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 72.575,00 (setenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS – ME – CNPJ nº 26.621.024/0001-51 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sala 05, bairro Frei Rogério, CEP 88508-070, Lages/SC.

Lages, 24 de julho de 2019
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 131/2019 SUPRIMÓVEIS - PML/SMEL

Publicação Nº 2127741

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2019
PROCESSO Nº 70/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Utensílios, Eletros, Eletrônicos, Móveis, Itens Diversos e Outros, para as Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) depósito da Merenda Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 32/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 74.350,00 (setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais), sendo:

SUPRIMÓVEIS EIRELI – EPP – CNPJ 04.563.256/0001-68 – Rua Coronel Buchelle, N.º 646, Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000.

Lages, 24 de julho de 2019
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 132/2019 BALMAR - PML

Publicação Nº 2127746

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019
PROCESSO Nº 66/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Luminárias de Emergência, Blocos e Placas de Iluminação, Extintores novos e Serviços Técnicos de aferição e troca (quando necessário) dos extintores existentes nas diversas Secretarias da PML.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias, da data da(s) solicitação(ões), nos(s) local(is) nesta(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 24/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 24.959,70 (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos), sendo:

BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.154.352/0001-03, situada à Rua Vergílio Godinho, nº 106, sala 01, bairro Brusque, CEP 88503-010, Lages/SC.

Lages, 24 de julho de 2019
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 136/2019 COM.MED. BRAIR - SMS

Publicação Nº 2127838

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019
PROCESSO Nº 37/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços a Aquisição Agulhas, Capas Protetoras, Solução Antiácidos, Fraldas Geriátricas, Leites Especiais, Óleo Restaurador e Medicamentos para Atender as Demandas Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 10(dez) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, salvo para os medicamentos que dependam de importação, aos quais serão considerados o dobro, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 26/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 21.419,56 (vinte e um mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos), sendo:

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR, CNPJ sob n.º 88.212.113/0549-60, Rua Marechal Deodoro, nº 110 – Bairro Centro – Lages/SC – CEP 88.501-000.

Lages, 26 de julho de 2019.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 137/2019 - LFP - SMS

Publicação Nº 2127839

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019
PROCESSO Nº 37/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços a Aquisição Agulhas, Capas Protetoras, Solução Antiácidos, Fraldas Geriátricas, Leites Especiais, Óleo Restaurador e Medicamentos para Atender as Demandas Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 10(dez) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, salvo para os medicamentos que dependam de importação, aos quais serão considerados o dobro, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 26/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 5.060,00 (cinco mil, sessenta reais), sendo:

LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – CNPJ nº 26.554.718/0001-13 – Rua Fagundes Varela, nº 962, bairro Jardim Social, CEP 82520-040, Curitiba/PR.

Lages, 26 de julho de 2019.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 14/2019 - PR COMÉRCIO - SEMASA

Publicação Nº 2127727

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019
PROCESSO Nº 6/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 287.104,40 (duzentos e oitenta e sete mil cento e quatro reais e quarenta centavos), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, nº 30, bairro Centro, CEP 88502-180, Lages/SC.

Lages, 16 de julho de 2019

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 144/2019 - CLASSMED - SMS

Publicação Nº 2127754

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019
PROCESSO Nº 25/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 348.435,00 (trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), sendo:

CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 01328535/0001-59 – Rua Pica Pau, nº 1.211, bairro Centro, CEP 88701-040, Arapongas/PR.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 145/2019 - DENTAL SHOW - SMS

Publicação Nº 2127756

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019
PROCESSO Nº 25/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 99.665,00 (noventa e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), sendo:

DENTAL SHOW - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI – EPP – CNPJ nº 11.776.334/0001-78 – Av. Luiz Antonio Faedo, nº 1810, bairro Centro, CEP 85601-275, Francisco Beltrão/PR.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 146/2019 - FUFA - SMS

Publicação Nº 2127757

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 236.721,00 (duzentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e um reais), sendo:

FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – CNPJ nº 07.164.711/0001-40 – Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, bairro Capoeiras, CEP 88090-060, Florianópolis/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 147/2019 - INFINITY - SMS

Publicação Nº 2127759

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 11.019,92 (onze mil, dezenove reais e noventa e dois centavos), sendo:

INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 23.240.000/0001-64 – Rua Tupy, nº 1723, bloco B, bairro Nova Brasília, CEP 89214-505, Joinville/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 148/2019 - JOAOMED - SMS

Publicação Nº 2127760

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 44.677,60 (quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), sendo:

JOÃO MED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS S/A – CNPJ nº 78.742.491/0001-33 – Rua Wilson Lois Koehler Junior, nº 406, bairro Xaxim, CEP 81.630-280, Curitiba/PR.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 149/2019 - MAYCON WILL - SMS

Publicação Nº 2127761

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 34.712,64 (trinta e quatro mil, setecentos e doze reais e sessenta e quatro centavos), sendo:
MAYCON WILL EIRELI – CNPJ nº 18.712.730/0001-80 – Rua Treze de Junho, nº 769, bairro Flor de Nápolis, CEP 88106-470, São José/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 15/2019 - SOMA TINTAS - SEMASA

Publicação Nº 2127728

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019

PROCESSO Nº 6/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 15.746,20 (quinze mil setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA – ME – CNPJ nº 26.044.069/0001-00 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sala 04, bairro Frei Rogerio, CEP 88508-070, Lages/SC.

Lages, 16 de julho de 2019

Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 150/2019 - MEDEFE - SMS

Publicação Nº 2127762

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 218.057,10 (duzentos e dezoito mil, cinqüenta e sete reais e dez centavos), sendo:

MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 25.463.374/0001-74 – Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, Cidade Industrial, CEP 81460-140, Curitiba/PR.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 151/2019 - METROMED - SMS

Publicação Nº 2127763

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019
PROCESSO Nº 25/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 4.016,36 (quatro mil, dezesseis reais e trinta e seis centavos), sendo:

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 83.157.032/0001-22 – Estrada Boa Esperança, nº 1918, bairro Fundo Canoas, CEP 89160-000, Rio do Sul/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 152/2019 - MF DE ALMEIDA - SMS

Publicação Nº 2127764

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019
PROCESSO Nº 25/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 49.492,80 (quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – ME – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 153/2019 - OLIMED - SMS

Publicação Nº 2127765

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019
PROCESSO Nº 25/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 270.035,60 (duzentos e setenta mil, trinta e cinco reais e sessenta centavos), sendo:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 03.033.589/0001-12 – Rua Ricardo Georg, nº 1115, bairro Itoupava Central, CEP 89069-100, CEP 89069-100, Blumenau/SC. Contato: (47) 99967-2318, e-mail: olimed@olimed.com.br

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 154/2019 - SOMA - SMS

Publicação Nº 2127767

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019
PROCESSO Nº 25/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 482.546,10 (quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dez centavos), sendo:
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 05.531.725/0001-20 – Av. Gentil Reinaldo Cordioli, nº 391, bairro Jardim Eldorado, CEP 88133-500, Palhoça/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 155/2019 - TRADE - SMS

Publicação Nº 2127768

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019
PROCESSO Nº 25/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 7.271,40 (sete mil, duzentos e setenta reais e quarenta centavos), sendo:

TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 06.555.143/0001-46 – Rua Pedro Thisen Junior, nº 478, bairro Ariú, CEP 88135-420, Palhoça/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 156/2019 - ÓTICA SRL - SMS

Publicação Nº 2127775

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2019
PROCESSO Nº 38/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Óculos de Grau incluindo Armação e Lentes, para dar atendimento aos Programas Sociais da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 05 (dez) dias da(s) solicitação(ões), mediante requisição interna e receita, sendo que os pacientes deverão retirar os óculos na Secretaria Municipal de Saúde de Lages; o local de entrega é no Setor de Assistência Social, dentro da Central de atendimento, Rua Felipe Schmidt nº 80, Centro – Lages-SC, com a Servidora responsável: Silvia da Silva, telefone (49)3251-7930;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 34/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 484.135,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais),

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 1561/2019 - CONKAST - SMS

Publicação Nº 2127785

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 116.105,00 (cento e dezesseis mil, cento e cinco reais), sendo:

CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLOGICOS LTDA – CNPJ Nº 06.127.890/0001-83 – Rua Aluísio de Azevedo, nº 475 – Vargem Grande – CEP 83.321-270 – Pinhais/PR.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 157/2019 - ADL - SMS

Publicação Nº 2127778

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 12.090,65 (doze mil, noventa reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

ADL COMERCIAL EIRELI – EPP – CNPJ nº 15.267.298/0001-78 – Rua Albert Einstein, nº 807, térreo, bairro Fortaleza, CEP 89056-130, Blumenau/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 158/2019 - ALFA - SMS

Publicação Nº 2127779

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem,

Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 17.820,00 (dezesete mil, oitocentos e vinte reais), sendo:

ALFA MED SISTEMAS LTDA – CNPJ nº 11.405.384/0001-49 – Rua Hum, Distrito Industrial Genesco Aparecido de Oliveira, nº 80, A, CEP 33400-000, Lagoa Santa/MG.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 159/2019 - ALTERMED - SMS

Publicação Nº 2127780

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 12.690,00 (doze mil, seiscentos e noventa reais), sendo:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 00.802.002/0001-02 – Estrada Boa Esperança, nº 2320, bairro Fundo Canoas, CEP 89163-554, Rio do Sul/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 160/2019 - CIRURGICA CERON - SMS

Publicação Nº 2127784

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 38.771,90 (trinta e oito mil, setecentos e setenta e um reais e noventa centavos), sendo:

CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME – CNPJ SOB Nº 18.258.209/0001-15 – Rua Alberto Laureano Heinrich, 50 – Passa Vinte – CEP 88132-230 – Palhoça/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 162/2019 - GTA - SMS

Publicação Nº 2127788

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 50.126,53 (cinquenta mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta e três centavos), sendo:

GTA ATACADO E VAREJO EIRELI – EPP – CNPJ nº 20.257.784/0001-45 – Rua das Neves, nº 59, bairro Centro, CEP 89280-232, São Bento do Sul/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 163/2019 - JHONATAN - SMS

Publicação Nº 2127791

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares,

para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 19.622,50 (dezenove mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), sendo:

JHONATAN BAGATOLI – ME – CNPJ nº 22.992.632/0001-11 – Av. Juscelino K. de Oliveira, nº 117, sala 02, bairro Seminário, CEP 89190-000, Taió/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 164/2019 - MCA - SMS

Publicação Nº 2127798

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 16.948,66 (dezesesseis mil, novecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), sendo:

MCA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 15.229.902/0001-71 – Rua Jurere, nº 100, bairro Bela Vista III, CEP 88110-770, São José/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 165/2019 - METROMED - SMS

Publicação Nº 2127801

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela

abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 5.982,73 (cinco mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos), sendo:

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 83.157.032/0001-22 – Estrada Boa Esperança, nº 1918, bairro Fundo Canoas, CEP 89160-000, Rio do Sul/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 166/2019 - MF DE ALMEIDA - SMS

Publicação Nº 2127804

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 24.533,20 (vinte e quatro mil, quinhentos e trinta reais e vinte centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – ME – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 167/2019 - MULTIHOSP - SMS

Publicação Nº 2127805

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

PROCESSO Nº 33/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 312,20 (trezentos e doze reais e vinte centavos), sendo:

MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 32.421.421/0001-82 – Avenida Pintassilgo, nº 462, bairro Parque das Laranjeiras, CEP 87083-085, Maringá/PR.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 168/2019 - MV ELETRONICOS - SMS

Publicação Nº 2127806

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 10.150,00 (dez mil, cento e cinquenta reais), sendo:

MV ELETRONICOS EIRELI – CNPJ nº 27.895.281/0001-44 – Rua Luiz Cirimbelli, nº 1659, sala 3, bairro Imigrantes, CEP 88930-000, Turvo/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 169/2019 - OSMAR - SMS

Publicação Nº 2127807

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), sendo:

OSMAR ORLANDI JUNIOR – ME – CNPJ nº 22.417.394/0001-10 – Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 1950, galpão 1, bairro Centro, CEP 88385-000, Penha/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 170/2019 - QUERENCIA - SMS

Publicação Nº 2127809

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 25.751,00 (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais), sendo:

QUERÊNCIA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ nº 10.907.550/0001-42 – Rua José Vieira Guimarães, nº 26, bairro Querência, CEP 94.435-095, Viamão/RS.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 171/2019 - QUICKBUM - SMS

Publicação Nº 2127810

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 11.469,50 (onze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), sendo:

QUICKBUM E-COMMERCE - EIRELI – CNPJ nº 30.323.616/0001-64 – Rua Garrinha-do-mato-grosso, nº 440, setor 3, bairro Jardim Vale das Perobas, CEP 86.709-742, Arapongas/PR.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 172/2019 - SAMTRONIC - SMS

Publicação Nº 2127812

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), sendo:

SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ nº 58.426.628/0001-33 – Rua Venda da Esperança, nº 162, bairro Socorro, CEP 04763-040, São Paulo/SP.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 173/2019 - SOMA MATERIAIS - SMS

Publicação Nº 2127814

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 608,12 (seiscentos e oito reais e doze centavos), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ nº 20.222.787/0001-43 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sala 06, bairro Frei Rogério, CEP 88508-070, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 174/2019 - TEMPERCLIMA - SMS

Publicação Nº 2127815

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.257,00 (um mil, duzentos e cinquenta e sete reais), sendo:

TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP – CNPJ nº 29.634.736/0001-01 – Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2796, sala 809, bairro Santa Luiza, CEP 29045-402, Vitória/ES.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 175/2019 - VENA VITA - SMS

Publicação Nº 2127816

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 4.614,00 (quatro mil, seiscentos e quatorze reais), sendo:

VENA VITA CONSULTORIA COMERCIAL EIRELI – LTDA – CNPJ nº 22.392.045/0001-91 – Rua Ricalde Marques, nº 119, bairro Jardim São Pedro, CEP 91040-280, Porto Alegre/RS.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 176/2019 - VIANTEX - SMS

Publicação Nº 2127818

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 31.700,00 (trinta e um mil, setecentos reais), sendo:

VIANTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ nº 32.275.325/0001-73 – Rua Jorge Ruckl, nº 230, sala 01, bairro Vista Alegre, CEP 89.295-000, Rio Negrinho/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 177/2019 - VICENTE - SMS

Publicação Nº 2127819

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 6.383,00 (seis mil, trezentos e oitenta e três reais), sendo:

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI – ME – CNPJ nº 27.286.283/0001-36 – Rua Águas Frias, nº 280, bairro Águas Frias, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 178/2019 - VILMAR LUIZ - SMS

Publicação Nº 2127820

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019
PROCESSO Nº 33/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar, Odontológicos, Materiais e Equipamentos de Enfermagem, Móveis, Enxovais, Eletrodomésticos, Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos para Cozinha e Lavanderia Industrial para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 15(quinze) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza - 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 31/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 21/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 31.970,00 (trinta e um mil, novecentos e setenta reais), sendo:

VILMAR LUIZ DE OLIVEIRA EPP – CNPJ nº 11.016.635/0001-01 – Rua Barão do Amazonas, nº 3489, bairro Diamantino, CEP 95055-170, Caxias do Sul/RS.

Lages, 31 de julho de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 7/2019 - CONSBRITA - SEMASA

Publicação Nº 2127720

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019
PROCESSO Nº 6/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 27.860,00 (vinte e sete mil oitocentos e sessenta reais), sendo:

CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP – CNPJ nº 06.099.082/0001-50 – Est. Pessegueirinho, s/nº, Km 2, Campo da Roca Baixo, bairro Curitibaanos Rural, CEP 89520-000, Curitibaanos/SC.

Lages, 16 de julho de 2019
Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 8/2019 - ELOI - SEMASA

Publicação Nº 2127721

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019
PROCESSO Nº 6/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), sendo:

ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR – CNPJ nº 07.025-399/0001-04 – Rua Valdomiro Koeche, nº 50, bairro Gethal, CEP 88520-450, Lages/SC.

Lages, 16 de julho de 2019
Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 9/2019 - ELTON - SEMASA

Publicação Nº 2127722

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019
PROCESSO Nº 6/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para Manutenção dos Próprios da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 16/07/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 35.660,00 (trinta e cinco mil seiscentos e sessenta reais), sendo:

ELTON LUIZ MADEIRA – CNPJ nº 27.666.061/0001-49 – Av. Rio Branco, nº 404, sala Torre 01, sala 208-AB, bairro Centro, CEP 88015-200, Florianópolis/SC.

Lages, 16 de julho de 2019
Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO CONTRATO 93/2019 - STOCKTOTAL - PML

Publicação Nº 2127846

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 93/2019 – PML
PREGÃO PRESENCIAL 27/2019
PROCESSO 68/2019

MUNICÍPIO DE LAGES/ COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – DIRETRAN, neste ato representado por seu Diretor de Trânsito Sr. Newton Silveira Junior, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, neste ato representada pelo Sr. Francisco Jacinto de Andrade Neto, portador do CPF nº 048.860.676-46, de ora em diante denominado CONTRATADA, resolvem

celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2019, correlato ao Pregão Presencial com nº 27/2019, aberto em 18/06/2019 e homologado em 23/07/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado com AVL/GPS no padrão aberto, incluindo locação comunicadora de fixos, móveis e portáteis, bem como infraestrutura de radiocomunicação para DIRETRAN e DEFESA CIVIL, incluindo material, equipamentos e serviços de instalação, implantação, assistência técnica preventiva e corretiva; Locação de Câmeras Individuais (body worn camera) e estações (dock stations) computadorizadas com software de gerenciamento de dados; E, Empresa Especializada para a prestação de serviço contínuo de gerenciamento dos equipamentos registradores de infrações de Trânsito e radar Estático portátil, para atender as necessidades do DIRETRAN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato;

2.3 Da Entrega: Para o LOTE 01 – em até 45 dias a partir do primeiro dia útil da data da assinatura do contrato; Para o LOTE 02 – em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato; Para o LOTE 03 – em até 15 (quinze) dias úteis da data da assinatura do contrato;

2.4 Do Contrato: A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, até 24/07/2020, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil, novecentos reais).

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 94/2019 - DIRETA - PML

Publicação Nº 2127847

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 94/2019 – PML

PREGÃO PRESENCIAL 27/2019

PROCESSO 68/2019

MUNICÍPIO DE LAGES/ COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – DIRETRAN, neste ato representado por seu Diretor de Trânsito Sr. Newton Silveira Junior, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa DIRETA TELECOMUNICAÇÃO LTDA, neste ato representado pelo Sr. Roberto Rogério do Amaral, portador do CPF nº 067.197.089-53, de ora em diante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2019, correlato ao Pregão Presencial com nº 27/2019, aberto em 18/06/2019 e homologado em 23/07/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado com AVL/GPS no padrão aberto, incluindo locação comunicadora de fixos, móveis e portáteis, bem como infraestrutura de radiocomunicação para DIRETRAN e DEFESA CIVIL, incluindo material, equipamentos e serviços de instalação, implantação, assistência técnica preventiva e corretiva; Locação de Câmeras Individuais (body worn camera) e estações (dock stations) computadorizadas com software de gerenciamento de dados; E, Empresa Especializada para a prestação de serviço contínuo de gerenciamento dos equipamentos registradores de infrações de Trânsito e radar Estático portátil, para atender as necessidades do DIRETRAN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato;

2.3 Da Entrega: Para o LOTE 01 – em até 45 dias a partir do primeiro dia útil da data da assinatura do contrato; Para o LOTE 02 – em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato; Para o LOTE 03 – em até 15 (quinze) dias úteis da data da assinatura do contrato;

2.4 Do Contrato: A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, até 24/07/2020, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 43.320,00 (quarenta e três mil, trezentos e vinte reais).

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 95/2019 - LT COMERCIAL - PML

Publicação Nº 2127849

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 95/2019 – PML

PREGÃO PRESENCIAL 27/2019

PROCESSO 68/2019

MUNICÍPIO DE LAGES/ COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – DIRETRAN, neste ato representado por seu Diretor de Trânsito Sr. Newton Silveira Junior, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa LT COMERCIAL LTDA, neste ato representado pelo Sr. Juliano Hossri Ribeiro, portador do CPF nº 184.251.228-56, de ora em diante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2019, correlato ao Pregão Presencial com nº 27/2019, aberto em 18/06/2019 e homologado em

23/07/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado com AVL/GPS no padrão aberto, incluindo locação comunicadora de fixos, móveis e portáteis, bem como infraestrutura de radiocomunicação para DIRETRAN e DEFESA CIVIL, incluindo material, equipamentos e serviços de instalação, implantação, assistência técnica preventiva e corretiva; Locação de Câmeras Individuais (body worn camera) e estações (dock stations) computadorizadas com software de gerenciamento de dados; E, Empresa Especializada para a prestação de serviço contínuo de gerenciamento dos equipamentos registradores de infrações de Trânsito e radar Estático portátil, para atender as necessidades do DIRETRAN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato;

2.3 Da Entrega: Para o LOTE 01 – em até 45 dias a partir do primeiro dia útil da data da assinatura do contrato; Para o LOTE 02 – em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato; Para o LOTE 03 – em até 15 (quinze) dias úteis da data da assinatura do contrato;

2.4 Do Contrato: A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, até 24/07/2020, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 160.180,00 (cento e sessenta mil, cento e oitenta reais).

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 96/2019 - VIA PASSOS - PML

Publicação Nº 2127858

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 96/2019 – PML

PREGÃO ELETRÔNICO 33/2019

PROCESSO 73/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / COORDENAÇÃO E SEGURANÇA DE TRÂNSITO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: VIA PASSOS SC COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 33.526.028/0001-16, estabelecida na Rua Quintino Bocaiuva, nº 21, Bairro Centro, em Lages-SC. CEP 88.502-190. Fone: (55) 9620-9400.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Motocicletas destinadas ao Policiamento Ostensivo no Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura do Contrato;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do contrato, até 31/12/2019;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias a contar da data da(s) solicitação(ões), no 6º Batalhão de Polícia Militar, à Rua Mato Grosso nº 297, São Cristóvão, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2019. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 69.450,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Lages, 24 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 97/2019 - JULIO CESAR - PML

Publicação Nº 2127864

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 97/2019 – PML

DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2019

PROCESSO 88/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES, inscrita no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, com sede na Rua Mario Ribeiro Ramos, 248, bairro Universitário, CEP 88.509-340, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição, em caráter emergencial, de coxa e sobrecoxa para consumo nas unidades escolares municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO (S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: Contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução, Por até 60 (sessenta) dias ou até cessar a situação emergência;
2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2019. A sua validade será por até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura ou até cessar a situação emergencial. 2.3.1 Caso o contrato chegue a seu termo antes da data prevista no item 2.3, desse contrato, a CONTRATANTE, fica isenta de ressarcir a CONTRATADA de qualquer espécie de indenização ou multa pela rescisão antecipada.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total da presente contratação é de R\$ 197.100,00 (cento e noventa e sete mil e cem reais).

Lages, 31 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADESÃO 1 ARP 25/2019 - I BORDIGNON - PML

Publicação Nº 2127963

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
TERMO DE ADESÃO Nº 1/2019 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019
PREGÃO PRESENCIAL 05/2019
PROCESSO Nº 07/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Termo de Adesão, pelo 5º Batalhão de Bombeiros Militar - Registro de Preços para a Aquisição de Pneus para veículos, motos e ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, e Pneus, Câmaras e Protetores para os veículos e máquinas pertencentes à Frota da Prefeitura do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura do presente Termo de Adesão Ata de Registro de Preços, até 13/03/2020;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do presente termo de adesão Ata de Registro de Preços, 13/03/2020;

2.3 [...]

2.4 [...]

2.5 Da Ata de Registro: a contar da data da assinatura do presente termo de adesão Ata de Registro de Preços, até 13/03/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 05/2019.

O valor da presente Adesão é de R\$ 65.460,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e sessenta reais), sendo:

I.BORDIGNON PNEUS EIRELLI – CNPJ nº 19.891.740/0001-93 – Rua Iapó, nº 685, bairro Prado Velho, CEP 80215-223, Curitiba/PR.

Lages, 12 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADESÃO 1 ARP 27/2019 - PRIME - PML

Publicação Nº 2127966

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
TERMO DE ADESÃO Nº 1/2019 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2019
PREGÃO PRESENCIAL 05/2019
PROCESSO Nº 07/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Termo de Adesão, pelo 5º Batalhão de Bombeiros Militar - Registro de Preços para a Aquisição de Pneus para veículos, motos e ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, e Pneus, Câmaras e Protetores para os veículos e máquinas pertencentes à Frota da Prefeitura do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura do presente Termo de Adesão Ata de Registro de Preços, até 13/03/2020;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do presente termo de adesão Ata de Registro de Preços, 13/03/2020;

2.3 [...]

2.4 [...]

2.5 Da Ata de Registro: a contar da data da assinatura do presente termo de adesão Ata de Registro de Preços, até 13/03/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 05/2019.

O valor da presente Adesão é de R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte reais), sendo:

PRIME COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS – ME – CNPJ nº 06.030.089/0001-15 – Av. Belizário Ramos, nº 4001, bairro Sagrado Coração de Jesus, CEP 88502-100, Lages/SC.

Lages, 12 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

PP 27/2019 SMS, PP 28/2019 PML, PE 42/2019 SMS, PP 09/2019 FMASH, PP 10/2019 FMASH, CC 04/2019 PML

Publicação Nº 2128433

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 27/2019 SMS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais e Equipamentos para Laboratórios e Enfermagem para uso no Laboratório Municipal, Vigilância Epidemiológica e Programa de Controle da Dengue da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

Abertura: 04/09/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 134.904,75

Modalidade: Pregão Presencial 28/2019 PML

Objeto: Contratação de Empresa para Cessão de Direito de Uso de Software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para gerenciamento e emissão de Alvará de Obras, Consulta Prévia, Licenciamentos de Obras e Loteamentos.

Abertura: 05/09/2019 às 09h00min

Valor Estimado: R\$ 138.453,37

Modalidade: Pregão Eletrônico 42/2019 SMS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Aparelhos Telefônicos IP para uso em diversos setores e Balança Eletrônica, Bebedouro e Desumidificador, para uso no Laboratório Municipal, Vigilância Epidemiológica e Programa de Controle da Dengue, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

Abertura: 05/09/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 49.039,78

Modalidade: Pregão Presencial 09/2019 FMASH

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Material de Artesanato para Utilização nas Atividades e Oficinas nas Unidades da SMASH.

Abertura: 05/09/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 169.953,57

Modalidade: Pregão Presencial 10/2019 FMASH

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Material de Artesanato (Aviamentos, Tintas e Outros) para Utilização nas Atividades e Oficinas nas Unidades da SMASH.

Abertura: 09/09/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 208.715,47

Modalidade: Concorrência 04/2019 PML

Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação, Urbanísticos e Obras Complementares e Sinalização para as Ruas: José Tomaz D'Ávila, Lauro Muniz Paes, Pedro José Silveira; Vera Cruz e Av. 1º de Maio e Rua Marcílio Dias.

Abertura: 23/09/2019 às 09h00min

Valor Estimado: R\$ 3.679.198,60

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 20 de agosto de 2019

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO PP 04/2019 SEMASA

Publicação Nº 2128436

RERRATIFICAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 04/2019 SEMASA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR HORA CHEIA TRABALHADA DE CAMINHÃO HIDROVÁCUO E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, INCLUINDO MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E COMBUSTÍVEL.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

Na Especificação dos itens 02 e 04 do Anexo II – Termo de Referência, passar a considerar a redação:

Caminhão Hidrovácuo com tanque acoplado.

Características Mínimas: Com no máximo 10 anos de uso, com tanque acoplado com capacidade de 12.000L. Bomba para sucção de líquidos, com deslocamento de ar de no mínimo 14m³/min, pressão de vácuo 700mm, HG rotação de 1150 RPM, 30 HP de alta pressão para desobstrução de rede e pluvial e bomba de no mínimo 261 L/m e 140 Bar. Incluindo manutenção, operação e combustível.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 20/08/2019 às 13:30 horas, para o dia 02/09/2019 às 09:00 horas. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 20 de agosto de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO_01/2019-FLC / RECURSO 01

Publicação N° 2129018

MUNICÍPIO DE LAGUNA
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
Análise de Recurso 01/2019-FLC

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2019 PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Resposta ao portador de RG: 39526690 e CPF: 045888764969 do recurso sobre Curador Seresta/Serenata encaminhado para a comissão de seleção do chamamento público n° 01/2019 para credenciamento de prestadores de serviços artístico-culturais para eventos culturais do município de laguna.

Segue:

Em resposta aos questionamentos:

No item 1.2.3. O Curador do que trata o item 1.2. Organizará a noite da seresta que acontecerá no dia 28/08 com início às 20h. No qual tenha experiência comprovada através de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM GRUPOS DE SAMBA, SAMBA RAIZ, SERESTAS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS com cachê no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais). O curador terá a incumbência de:

- I - Uma apresentação musical com no mínimo seis músicos com instrumentos, no estilo seresta boêmia e declamações de poesias/letras de música, tendo como tema "A força da Mulher Lagunense", com duração mínima de 1h30min.
- II - Uma serenata musical nas ruas do centro histórico, em percurso a ser definido em conjunto com a Fundação Lagunense de Cultura, com no mínimo dois cantores e dois instrumentistas, com a duração mínima de 30min, no qual acontecerá depois da seresta.

Deste modo por ter apenas fotos em sua maioria como músico participante no segmento de forró, tendo algumas fotos comprovando sua participação como músico em apresentações do segmento de samba não comprovando que foi o músico em questão que organizou o evento. Prejudicando assim a avaliação.

No item 5.3 letra "C" do edital em questão pede-se os seguintes documentos:

c. Portfólio do artista/grupo, que contenha o seu histórico, com a descrição do seu trabalho/carreira, contendo fotos de apresentações anteriormente realizadas, matérias de jornais, panfletos ou qualquer outro tipo de meio apresentado, que demonstre sua atividade profissional, material este que será analisado pela Comissão de Seleção.

Deste modo, diante a não apresentação do seu histórico, com a descrição do seu trabalho/carreira. Contendo apenas fotos. A avaliação ficou prejudicada.

No item 5.3 letra "D" do edital em questão pede-se os seguintes documentos:

d. Recortes de jornais, revistas, clipagem de sites da internet e outros meios que possam comprovar sua capacidade técnica.

Deste modo, diante a não apresentação do item d. A avaliação ficou apenas na análise das fotos apresentadas mostrando participação como músico. Dificultando a análise de capacidade técnica. A avaliação ficou prejudicada.

PEDIDO DE RECURSO: **INDEFERIDO.**

Mirella de Jesus Honorato

Presidente da Fundação Lagunense de Cultura

Janaina Preve Costa;

Secretária de Educação e Esportes

Luciana Fernandes Pereira;

Secretária de Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Evandro Carneiro Flora.

Secretário de Turismo e Lazer

CRENCIAMENTO_01/2019-FLC / RECURSO 02

Publicação N° 2129019

MUNICÍPIO DE LAGUNA
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE RECURSO
Análise de Recurso 02/2019-FLC

**CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2019 PARA CREDENCIAMENTO DE
PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA EVENTOS
CULTURAIS DO MUNICIPIO DE LAGUNA**

Resposta ao portador de RG: 39526690 e CPF: 045888764969 do recurso sobre a Apresentação Musical Popular/pop encaminhado para a comissão de seleção do chamamento público n° 01/2019 para credenciamento de prestadores de serviços artístico-culturais para eventos culturais do município de laguna.

Segue:

Em resposta aos questionamentos:

No item 5.3 letra “C” do edital em questão pede-se os seguintes documentos:

c. Portfólio do artista/grupo, que contenha o seu histórico, com a descrição do seu trabalho/carreira, contendo fotos de apresentações anteriormente realizadas, matérias de jornais, panfletos ou qualquer outro tipo de meio apresentado, que demonstre sua atividade profissional, material este que será analisado pela Comissão de Seleção.

Deste modo, diante a não apresentação do seu histórico, com a descrição do seu trabalho/carreira. Contendo apenas fotos. A avaliação ficou prejudicada.

PEDIDO DE RECURSO: INDEFERIDO.

Mirella de Jesus Honorato
Presidente da Fundação Lagunense de Cultura

Janaina Preve Costa;
Secretária de Educação e Esportes

Luciana Fernandes Pereira;
Secretária de Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Evandro Carneiro Flora.
Secretário de Turismo e Lazer

DECLARAÇÃO 01/2019-PMAT

Publicação Nº 2128996

MUNICÍPIO DE LAGUNA
DECLARAÇÃO 01/2019-PMAT

Declaramos para os devidos fins que, o contrato nº. 081/2018 – PML, firmando com a empresa AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA ME, foi realizado através de processo licitatório, pregão presencial nº. 31/2018, homologado em 19/12/2018.

A primeira medição foi atestada pelo Assessor Especial de Gabinete, Jonatan do Nascimento Ovidio, autorizando o pagamento de R\$ 73.978,20 (setenta e três mil e novecentos e setenta e oito reais e vinte centavos).

Laguna, 16 de agosto de 2019.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Fazenda, Administração e Serviços Públicos

DECLARAÇÃO 02/2019-PMAT

Publicação Nº 2128997

MUNICÍPIO DE LAGUNA
DECLARAÇÃO 02/2019-PMAT

Declaramos para os devidos fins, que o contrato nº. 099/2017 – PML, firmando com a empresa MÉTRICA GEOENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA, foi realizado através de compra direta, em virtude do valor estar dentro do limite estabelecido no artigo 24, II da Lei 8666/93.

A empresa não executou o objeto total do contrato, realizando apenas o cadastramento de 250 unidades imobiliárias, e por esse motivo o valor de pagamento para a empresa foi de R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais).

Laguna, 16 de Agosto de 2019.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Fazenda, Administração e Serviços Públicos

LEI ORDINÁRIA N.º 2.099/2019 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ADERIR AO PROJETO “UMA ROSA PARA ANITA”, EM SEU BICENTENÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2128343

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Procuradoria Geral

Lei Ordinária n.º 2.099, de 16 de agosto de 2019

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ADERIR AO PROJETO “UMA ROSA PARA ANITA”, EM SEU BICENTENÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao “Projeto Uma Rosa para Anita” em seu bicentenário, com vistas aos eventos que serão realizados na cidade e em todas as demais previstas no Projeto até o ano de 2021.

Parágrafo Único. Caberá ao município de Laguna, assinar a carta de adesão ao projeto e no prazo previsto de trinta dias, compromete-se a efetuar o pagamento do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correspondentes à Taxa de Adesão ao Projeto, montante este a ser pago ao Instituto Cultural Anita Garibaldi, com sede na Rua Raulino Horn, 174, Centro - Laguna – Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 03.075.168/0001-54.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária 2 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000, da Fundação Lagunense de Cultura, própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação;

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 876/2019

Publicação Nº 2128398

PORTARIA RH Nº 876/2019

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora CAROLINA RODRIGUES VILLA Assistente de Administração, do dia 01.08.2019 a 30.08.2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Agosto de 2019.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 877/2019

Publicação Nº 2128407

PORTARIA RH Nº 877/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário pelo excepcional interesse público, pelo prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Municipal nº 217/2010, FERNANDO DA SILVA RINALDI, para exercer o Cargo de Odontólogo no CEO - próteses, 20 horas semanais, nível ANSS 2, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 878/2019

Publicação Nº 2128404

PORTARIA RH Nº 878/2019

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora SÔNIA CÂNDIDO DA SILVA VIEIRA Oficial em Administração, do dia 02.08.2019 a 31.08.2019, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.
LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 879/2019

Publicação Nº 2128412

PORTARIA RH Nº 879/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 0125.0004006/2019;

RESOLVE:

Reduzir a pedido, a carga horária do Servidor CLEBER GUEDES MATTOS, Odontólogo, de provimento efetivo, de 20 horas semanais para 10 horas semanais, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 880/2019

Publicação Nº 2128417

PORTARIA RH Nº 880/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CAMILA PIRES DOS PASSOS para exercer o cargo em comissão de Assessor da Região da Ilha, DS 4, com lotação na Secretaria de Transportes e Obras, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 881/2019

Publicação Nº 2128437

PORTARIA RH Nº 881/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR YUNNA RUSSO do Cargo de Professor de Artes, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/08/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 882/2019

Publicação Nº 2128439

PORTARIA RH Nº 882/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR MARCELO MACHADO do Cargo de Professor de Artes, 10 horas, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/08/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 883/2019

Publicação Nº 2128441

PORTARIA RH Nº 883/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR FABIANA CONSTANTINO MENDES do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/08/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 884/2019

Publicação Nº 2128443

PORTARIA RH Nº 884/2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Agosto de 2019 a 29 de Outubro de 2019, a Servidora DANIELE GUEDES SARTORI Merendeira, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.

JANAINA PREVE COSTA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 885/2019

Publicação Nº 2128446

PORTARIA RH Nº 885/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 0125.0003498/2019;

RESOLVE:

Conceder afastamento a Servidora LEANE ISABEL FEITEN ocupante do cargo de Professora, de provimento efetivo, 40 horas, pelo período de 5(cinco) meses, para realizar curso de aperfeiçoamento profissional, Mestrado, de acordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 138/2006, a partir de 01/08/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 886/2019

Publicação Nº 2128448

PORTARIA RH Nº 886/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário FABIANA CONSTANTINO MENDES para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 02/08/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 888/2019

Publicação Nº 2128466

PORTARIA RH Nº 888/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário GABRIEL MARÇAL DE SOUZA para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/08/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 889/2019

Publicação Nº 2128468

PORTARIA RH Nº 889/2019

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora GILSA DUARTE DE ANDRADE, Educadora Social, do dia 05.08.2019 a 03.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2019.
TANARA CIDADE DE SOUZA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 890/2019

Publicação Nº 2129003

PORTARIA RH Nº 890/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora CRISTIANE QUERINO DOS REIS Auxiliar de Consultório Dentário, do dia 05.08.2019 a 03.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2019.
VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 891/2019

Publicação Nº 2128473

PORTARIA RH Nº 891/2019

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0001347/2019;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 05 de Agosto de 2019 a 03 de Setembro de 2019, ao Servidor GUSTAVO LUZ GUEDES, Fiscal de Serviços Públicos, referente ao período 2002/2007, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2019.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 892/2019

Publicação Nº 2128475

PORTARIA RH Nº 892/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, JÉSSICA FREITAS DOS SANTOS do Cargo de Professor de Inglês, 10 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 893/2019

Publicação Nº 2128478

PORTARIA RH Nº 893/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ELISA MIRANDA FERNANDES DE SOUZA do Cargo de Agente Comunitário, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 894/2019

Publicação Nº 2128481

PORTARIA RH Nº 894/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário FABIANE LOPES DE OLIVEIRA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 07/08/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 895/2019

Publicação Nº 2129002

PORTARIA RH Nº 895/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora FRANCINI SILVESTRINI, Enfermeira, do dia 08.08.2019 a 16.08.2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 896/2019

Publicação Nº 2128482

PORTARIA RH Nº 896/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 09/08/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

- Adriana Ramos Lucindo – 40 horas – HAB 300;
- Ângela Maria Bonapace Tavares – 40 horas – HAB 300;
- Simone Cipriano – 40 horas – HAB 300;
- Solange de Oliveira Bertolino – 40 horas – HAB 300.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Agosto de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 897/2019

Publicação Nº 2129005

PORTARIA RH Nº 897/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 12.08.2019 a 10.09.2019.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Rodrigo da Rosa Guimarães	2013/2014
Thayse Ricken Turazzi	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA N° 898/2019

Publicação N° 2128484

PORTARIA RH N° 898/2019

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora ELAINE ANDRÉ BRUNO Coordenador, do dia 12.08.2019 a 10.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA N° 900/2019

Publicação N° 2129006

PORTARIA RH N° 900/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 12 de Agosto de 2019 a 10 de Setembro de 2019, a Servidora JOVITA FRANCISCA RICARDO MARTINS, Técnico em Enfermagem, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA N° 901/2019

Publicação N° 2128485

PORTARIA RH N° 901/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário LUCIANI RAMOS DE SOUZA para exercer o Cargo de Professor de Inglês, 10 horas, HAB 010, com lotação

na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/08/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 108/2019

Publicação Nº 2128117

DECRETO Nº 108/2019.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.944/2017 e Lei Municipal nº 2.049/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MÁRCIO LUIZA ROSA , para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto, junto à Secretaria de Urbanismo, Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico, Código/Nível DASI 1, respondendo cumulativamente, de forma interina, pelo cargo de Coordenador de Departamento de Transportes junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – O nomeado receberá tão somente o vencimento correspondente ao cargo de Secretário Adjunto de Turismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 109/2019

Publicação Nº 2127898

DECRETO Nº 109/2019.

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica CONVOCADO candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 001/2019, citado abaixo, para comparecer pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro M-Iler, localizado na Rua Walter Veterlli, nº 239 – Centro, Lauro M-Iler/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 15 (quinze) dias, no horário das 13h00min às 17h00min:

- Cargo: Médico de ESF
- BRUNA LUIZA CLAUDIANO VOSS

Art. 2º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 3º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º -Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE AGOSTO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 110/2019

Publicação Nº 2127900

DECRETO Nº 110/2019
DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO SENHOR VALMOR ANTUNES,
EX-VEREADOR DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o falecimento do ex-vereador deste município, Senhor Valmor Antunes;

CONSIDERANDO os preciosos trabalhos dedicados à comunidade no decorrer de sua vida como cidadão e vereador;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar, respeitável líder político e de ilibado espírito público;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

DECRETA:

Art. 1º - É decretado "LUTO OFICIAL" no território do Município de Lauro Muller, por 03 (três) dias, a contar desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Valmor Antunes, ex-vereador do Município de Lauro Muller, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal e nas repartições municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE AGOSTO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/PMLM/2019 E Nº 032/FMS/2019

Publicação Nº 2128388

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/PMLM/2019 E Nº 032/FMS/2019

Data e horário da sessão de abertura: 30/08/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para serviços de manutenção e instalação de ares condicionados nos próprios da municipalidade e fundo municipal de saúde, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 19 de Agosto de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/PMLM/2019

Publicação Nº 2128389

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura: 30/08/2019 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de refeições (tipo marmita), para atender aos servidores requisitados em trabalhos externos, em ações e campanhas promovidas pelo município de Lauro Muller, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2019.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 19 de Agosto de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

RETIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 140/PMLM/2019

Publicação Nº 2127797

RETIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 140/PMLM/2019

Comunicamos que houve alteração no item "23" no termo de referência do referido certame.

Tendo em vista que as informações INTERFEREM na elaboração da proposta modifica-se a data de abertura para início do recebimento de envelopes para 27/08/2019 às 08h:30m.

Objeto: O município de Lauro Muller torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública com Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município, para o ano letivo de 2019, conforme resolução Nº26 do FNDE.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 19 de Agosto de 2019.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Régis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 019/2019

Publicação N° 2128645

RESOLUÇÃO 019/2019

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES PARA O CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE CONSELHEIRO TUTELAR POR TEMPO DETERMINADO NO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC.

A Comissão de Avaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lebon Régis/SC – CMDCA/LR, em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 19 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições e competências; resolve:

Art.1º Tornar público a homologação dos candidatos aptos a participarem da prova prática a ser realizada na data de 20 de agosto de 2019, na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda, conforme descrito no Edital nº003/2019.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Rosangela Ribeiro	1º
Andressa Cavalheiro de Medeiros	2º
Vanessa Moraes de Souza	3º
Daniele Jaciara Telles da Costa	4º

Parágrafo único: Os 03 (três) primeiros candidatos estão classificados para a próxima etapa e deverão seguir as normas contidas no Edital nº 003/2019.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor partir da data de sua publicação.

Lebon Régis, 19 de agosto de 2019

Izabel de Amorim

Vice - Presidente do CMDCA

Leoberto Leal**PREFEITURA****CONTRATO Nº 040/2019 - PMLL**

Publicação Nº 2127742

CONTRATO Nº 040/2019

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2017 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa Gestão Pública Consultores Associados Sociedade Simples EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Eduardo Baungartem, nº 435, Bairro Centro, Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 07.756.872/0001-23, neste ato representada pelo Senhor José Augusto Becker, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA:

Considerando que, a Secretária Municipal de Administração, na data de 10 de julho de 2019, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato nº 032/2017, através da CI nº 016/2019, em virtude dos serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 25 de julho de 2019, aprovando a prorrogação de prazo e valor ao Contrato nº 032/2017, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 038/2017, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2017 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 032/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

III - "Fica o Contrato nº 032/2017 prorrogado até o dia 25 de julho de 2020, a partir de 25 de julho de 2019, através do aditivo de Contrato nº 040/2019, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Terceira do Contrato nº 032/2017, permanece no valor mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), totalizando R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 032/2017, do Processo de Licitação nº 038/2017, modalidade Convite nº 001/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 25 de julho de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	JOSÉ AUGUSTO BECKER Gestão Pública Consultores Associados Sociedade Simples EPP Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	ALINE KRAUS

CONTRATO N° 041/2019 - PMLL

Publicação N° 2127745

CONTRATO N° 041/2019

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 034/2017 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, n° 20, inscrito no CNPJ n° 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Leoberto Leal, n° 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n° 08.584.873/0001-09, neste ato representada pela Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA:

Considerando que, a Secretária Municipal de Educação, na data de 17 de julho de 2019, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato n° 034/2017, através da CI n° 097/2019, em virtude da Prestação de Serviços de Telecomunicações para o Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 26 de julho de 2019, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato n° 034/2017, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 034/2017 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei n° 8.666/93, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato n° 034/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

II- “Fica o Contrato n° 034/2017 prorrogado até o dia 26 de julho de 2020, a partir de 26 de julho de 2019, através do aditivo de Contrato n° 032/2018, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Sexta do Contrato n° 034/2017, permanece no valor mensal de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), totalizando R\$ 696,00 (seiscentos e noventa e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas do Contrato n° 034/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 26 de julho de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	ALINE KRAUS

LEI N.º 1.424-2019

Publicação N° 2128848

LEI N.º 1.424, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento da Seguridade Social no valor de até de R\$ 1.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Função	08	Assistência Social	1.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	1.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Atividade	2.027	Bloco de Financiamento – Gestão Índice de Gestão Descentralizada – SUAS (IGD SUAS)	1.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	0.3.0035.308	Índice de Gestão Descentralizada - PBF (IGD PBF)	1.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			1.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Função	08	Assistência Social	1.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	1.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Atividade	2.027	Bloco de Financiamento – Gestão Índice de Gestão Descentralizada – SUAS (IGD SUAS)	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	0.3.0035.308	Índice de Gestão Descentralizada - PBF (IGD PBF)	1.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO DE CRÉDITO			1.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de agosto de 2019.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.425-2019

Publicação Nº 2128852

LEI N.º 1.425, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente no valor de R\$ 240.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	240.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	240.000,00
Função	12	Educação	240.000,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	240.000,00

Programa	06	EDUCAÇÃO	240.000,00
Atividade	2.008	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	240.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	240.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	43.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	43.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	0.1.0001.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	43.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	0.3.0001.00	Recursos Ordinários - Superávit	167.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	30.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	0.1.0001.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	30.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			240.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta:

I - Da anulação das dotações com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	11.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	11.000,00
Função	06	Segurança Pública	11.000,00
Sub-função	182	Defesa Civil	11.000,00
Programa	0003	PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	11.000,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	11.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	11.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	11.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Função	08	Assistência Social	10.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	10.000,00
Programa	0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Atividade	2.026	Atenção a Mulher	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Órgão	08	SECRETARIA DA JUVENTUDE E ESPORTE	42.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA JUVENTUDE E ESPORTE	42.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	42.000,00
Sub-função	812	Desporto Comunitário	42.000,00
Programa	0014	ATENÇÃO A JUVENTUDE	42.000,00
Projeto/Atividade	2.035	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Juventude e Esporte	42.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	42.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	42.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	42.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	42.000,00
Unidade Orçamentária	04	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	10.000,00
Função	17	Saneamento	10.000,00
Sub-função	512	Saneamento Básico Urbano	10.000,00

Programa	0010	SANEAMENTO BÁSICO	10.000,00
Atividade	2.031	Funcionamento e Manutenção do FMSB	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			73.000,00

II - Do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte, de acordo com as especificações abaixo:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	167.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO		167.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de agosto de 2019.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.426-2019

Publicação Nº 2128854

LEI N.º 1.426, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente no valor de até de R\$ 100,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	100,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	100,00
Função	04	Administração	100,00
Sub-função	122	Administração Geral	100,00
Programa	0002	GESTÃO SUPERIOR	100,00
Projeto/Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito E Vice-Prefeito	100,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	100,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recursos	0.1.0089	Receitas de Alienação de Bens	100,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			100,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação de orçamento Fiscal Vigente com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Função	26	Transporte	100,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	100,00
Programa	0012	TRANSPORTES E OBRAS	100,00
Projeto/Atividade	1.016	Aquisição de Equipamentos Pesados p/STOSU	100,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	100,00

Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recursos	0.1.0089	Receitas de Alienação de Bens	100,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			100,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de agosto de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 128/2019

Publicação Nº 2127799

DECRETO Nº 128, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.
DECRETA LUTO OFICIAL

O Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 97, inciso I, letra "o" da Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO o falecimento do Servidor Público Municipal SILVIO SEBASTIÃO FRUTUOSO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Braçais, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial de 3 (três) dias em respeito ao falecimento do Servidor Público Municipal SILVIO SEBASTIÃO FRUTUOSO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Braçais, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, em decorrência do seu falecimento no dia 16.08.2019.

Parágrafo único – Durante o período em que perdurará o luto oficial os locais onde se localizam as bandeiras do município deverão ser hasteadas a meio mastro em respeito ao Servidor falecido.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 16 de agosto de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS 1058/2019

Publicação Nº 2128553

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1058/2019

OBJETO: REFERENTE AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MONTAGEM, REMONTAGEM, CONserto E MATERIAL PARA A SALA DE ODONTOLOGIA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO CENTRO. PAULINO MORETTI E CIA LTDA ME - CNPJ: 07.123.229/0001-62. Valor do repasse: R\$ 1.356,50 (MIL , TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Lontras, 19 de AGOSTO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2468/2019

Publicação Nº 2127789

LEI Nº 2468 DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DO BRINCAR" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Lontras/SC, a "Semana Municipal do Brincar".

§ 1º A "Semana Municipal do Brincar" será comemorada, anualmente, na semana do dia 12 do mês de outubro.

§ 2º O evento constará do Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 2º A "Semana Municipal do Brincar" tem por objetivo:

I - A valorização do brincar na vida das crianças;

II - O reconhecimento da ludicidade como componente da cultura e da infância;

III - O resgate de brincadeiras tradicionais como forma de preservação a recreação do patrimônio lúdico da sociedade;

IV - O encontro intercultural e intergeracional em torno das brincadeiras;

V - O cumprimento do art. 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, reforçando que o Brincar é um direito de toda criança; e

VI - O estímulo e apoio, ao reconhecimento do brincar ao longo da vida.

Art. 3º O Município de Lontras organizará e coordenará as atividades da "Semana Municipal do Brincar".

Art. 4º As atividades alusivas à "Semana Municipal do Brincar" deverão ocorrer em escolas de educação infantil, ensino fundamental, bem como em espaços públicos como praças e parques arborizados, entendendo a importância de promover o contato com a natureza, o combate ao sedentarismo e uma relação saudável com a cidade.

Parágrafo único. A "Semana Municipal do Brincar" será promovida por meios impressos, eletrônicos e digitais que informem sobre o significado do brincar para a vivência da infância e para o desenvolvimento das crianças, disseminando a ideia e o reconhecimento que o brincar desenvolve vínculos saudáveis e seguros que se ampliam ao longo da vida, bem como o convívio e interações importantes entre todas as

idades.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 16 de agosto de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autora: Vereadora Alaídes Kahl

Projeto de Lei nº 52 de 12 de agosto de 2019.

LEI Nº 2469/2019

Publicação Nº 2127793

LEI Nº 2469 DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DA AMAMENTAÇÃO E O DIA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Municipal da Amamentação" a ser comemorada do dia 01 a 08 do mês de agosto de cada ano alusivo ao "Dia Mundial da Amamentação" que se comemora na data de 01 de agosto.

Art. 2º A semana passa a integrar o calendário oficial do Município de Lontras.

Art. 3º Os objetivos da semana são:

I - Estimular atividade de promoção, proteção e apoio à amamentação;

II - Apoiar e conscientizar as mulheres para que exerçam seu papel como mães geradoras e alimentadoras de novos seres sociais;

III - Sensibilizar todos os setores da sociedade para que compreendam e apoiem a mulher que amamenta;

Art. 4º. A efetivação da "Semana da Amamentação" fica a cargo dos órgãos competentes do Poder Executivo em consonância com entidades da Sociedade Civil.

Parágrafo único. As atividades da Semana da Amamentação poderão ser coordenadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 16 de agosto de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Vereador Glauco Roland K-hl

Projeto de Lei nº 53 de 12 de agosto de 2019.

Luiz Alves

PREFEITURA

DECRETO N.º 152/2019

Publicação Nº 2128242

DECRETO N.º 152/2019

Institui a Comissão Especial para a criação do Novo Estatuto do Servidor Público Municipal de Luiz Alves, nomeia seus membros e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o artigo 96 da Lei Orgânica do Município de Luiz Alves que estabelece que o Município instituirá para os servidores públicos da administração direta, autárquica e fundações públicas o Regime Jurídico Único;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver estudos e estabelecer diretrizes para a elaboração do Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Luiz Alves;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial para a criação do Novo Estatuto do Servidor Público Municipal de Luiz Alves, ficando assim composto:

I – João Devilart Brondi dos Santos;

II – Douglas Reichert;

III – Cássio Noboro Fuginami;

IV – Adilson Signorelli;

V – Lurdete Campigotto.

Parágrafo único. Compete à Comissão prevista no caput deste artigo atuar na análise e no planejamento para a elaboração do Novo Estatuto do Servidor Público Municipal de Luiz Alves, atuando na proposição das políticas e diretrizes.

Art. 2º A Comissão terá prazo de vigência de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação do presente Decreto, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Os membros da Comissão Especial para a criação do Novo Estatuto do Servidor Público Municipal de Luiz Alves não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de interesse público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 161/2019

Publicação Nº 2128237

DECRETO N.º 161/2019

Declara a utilidade pública para fins de desapropriação amigável a área de terra que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso IV do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o interesse público para fins de parcelamento do solo, com fulcro no art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº. 3.365/41;

CONSIDERANDO, a utilização pela coletividade da área descrita, como área de uso comum do povo;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação a "Área 2" com 1.699,90 m², ocupada há mais de 20 anos pela Rua Felício Marcos da Silva, situada no Bairro Braço Francês, neste Município de Luiz Alves/SC, de propriedade de Arcelino Ruon, Teresinha Balsanelli Ruon e José Liberato Ruon, que faz parte de um terreno maior, registrado sob a matrícula n.º 22.922 perante o Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes/SC.

Parágrafo único. A área de terra declarada de utilidade pública para fins de desapropriação prevista no caput deste artigo, destina-se a regularização de parte da Rua Felício Marcos da Silva, denominada pela Lei Municipal n.º 652/1990, e possui as seguintes medidas e confrontações:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P4, de coordenadas 48°57'27,985" W e 26°46'45,835" S; deste segue confrontando com a propriedade de Atilio Ruon & Cacilda Reichert Ruon (M-11085 - ORI de Gaspar/SC), com azimute de 234°13'55,11" por uma distância de 43,59m até o vértice P20, de coordenadas 48°57'29,250" W e 26°46'46,681" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 3, com azimute de 260°41'50,57" por uma distância de 2,64m até o vértice P21, de coordenadas 48°57'29,344" W e 26°46'46,696" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 3, com azimute de 285°30'00,20" por uma distância de 11,66m até o vértice P22, de

coordenadas 48°57'29,753" W e 26°46'46,601" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 3, com azimute de 266°39'41,07" por uma distância de 7,98m até o vértice P23, de coordenadas 48°57'30,041" W e 26°46'46,620" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 3, com azimute de 242°23'43,72" por uma distância de 4,32m até o vértice P24, de coordenadas 48°57'30,178" W e 26°46'46,687" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 3, com azimute de 231°33'43,54" por uma distância de 11,78m até o vértice P25, de coordenadas 48°57'30,508" W e 26°46'46,929" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 3, com azimute de 211°50'49,64" por uma distância de 8,91m até o vértice P26, de coordenadas 48°57'30,673" W e 26°46'47,178" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 3, com azimute de 197°58'51,04" por uma distância de 16,24m até o vértice P27, de coordenadas 48°57'30,846" W e 26°46'47,682" S; deste segue confrontando com a propriedade de Liomar Antônio Rosa da Silva & Sandra Kleis Rosa da Silva (M-12699 - ORI de Navegantes/SC), com azimute de 236°31'30,88" por uma distância de 72,49m até o vértice P6, de coordenadas 48°57'33,011" W e 26°46'49,013" S; deste segue confrontando com a propriedade de Rua Felício Marcos da Silva, com azimute de 326°26'41,48" por uma distância de 12,07m até o vértice P7, de coordenadas 48°57'33,258" W e 26°46'48,689" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 62°37'19,44" por uma distância de 56,58m até o vértice P19, de coordenadas 48°57'31,455" W e 26°46'47,818" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 38°25'01,33" por uma distância de 8,20m até o vértice P18, de coordenadas 48°57'31,274" W e 26°46'47,607" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 17°58'51,04" por uma distância de 18,94m até o vértice P17, de coordenadas 48°57'31,073" W e 26°46'47,018" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 31°50'49,64" por uma distância de 12,46m até o vértice P16, de coordenadas 48°57'30,841" W e 26°46'46,671" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 51°33'43,54" por uma distância de 15,00m até o vértice P15, de coordenadas 48°57'30,421" W e 26°46'46,362" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 62°23'43,72" por uma distância de 8,04m até o vértice P14, de coordenadas 48°57'30,166" W e 26°46'46,237" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 86°39'41,07" por uma distância de 12,55m até o vértice P13, de coordenadas 48°57'29,713" W e 26°46'46,207" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 105°30'00,20" por uma distância de 11,01m até o vértice P12, de coordenadas 48°57'29,327" W e 26°46'46,297" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 80°41'50,57" por uma distância de 10,66m até o vértice P11, de coordenadas 48°57'28,947" W e 26°46'46,236" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute de 54°32'22,14" por uma distância de 18,07m até o vértice P10, de coordenadas 48°57'28,421" W e 26°46'45,888" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 1, com azimute 83°14'28,12" por uma distância de 12,16m até o vértice P4, ponto inicial da descrição deste perímetro. Sem benfeitorias. Distante 2,68 km até a Rua Ver. Otto Wruck.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 14 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 165/2019

Publicação Nº 2128244

DECRETO N.º 165/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0013.2.034 – Manutenção das atividades da Atenção Básica na Saúde

(81) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0486.00 (0.3.0040) – Aplicações Diretas R\$ 8.100,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, por conta de recursos do Royalties do Petróleo - Saúde 25%, na importância de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 16 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 166/2019

Publicação Nº 2128557

DECRETO N.º 166/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 1.368,36 (um mil e trezentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

17.512.0018.2.051 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico

(7) 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) –Transf. a Consórcios Públicos R\$ 0,36

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0003.2.002 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito

(3) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) –Aplicações Diretas R\$1.368,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

17.512.0018.2.051 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico

(5) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) –Aplicações diretas R\$ 0,36

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0003.2.002 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) –Aplicações Diretas R\$1.368,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 167/2019

Publicação Nº 2128558

DECRETO Nº 167/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 35.148,00 (trinta e cinco mil e cento e quarenta e oito reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.006 – Manutenção das atividades da Secretaria de Administração

(120) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500.00 (0.3.0000) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

(131) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0500.00 (0.3.0000) – Aplicações Diretas R\$ 2.948,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0013.2.030 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
(79) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0502.00 (0.3.0002) – Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, por conta de recursos ordinários, na importância de R\$ 35.148,00 (trinta e cinco mil e cento e quarenta e oito reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 30/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 02/2018

Publicação Nº 2127825

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 30/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2018 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 16 de agosto de 2019.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 30/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Educador físico 20h – Secretaria Municipal de Saúde

N.º da inscrição	Candidato(a)
0000390	Tiago Aquiles Siqueira

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 30/2019
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. CPF;
 - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
 - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
 - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
 - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
 - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
 - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
 - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
 - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
 - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
 - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
 - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

--	--

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura
ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato
ANEXO II
TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 01/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2018.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato
ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 30/2019
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO			
Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administraivo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	

Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	

Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agronomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2802

Publicação Nº 2127705

DECRETO Nº 2802 de 15 de agosto de 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA PELO SUPERÁVIT"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo arts. 5º da Lei nº 1.619 de 13 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art.1º- Ficam suplementadas as dotações abaixo pelo superávit financeiro do exercício anterior:

Órgão. Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor
04.006	2.406	00	3	90	R\$ 24.000,00
04.006	2.407	00	3	90	R\$ 7.000,00

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2019.

Luzerna(SC), 15 de agosto de 2019.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL CEE 005/2019

Publicação Nº 2127702

EDITAL CEE Nº 005/2019

DIVULGA O RESULTADO FINAL DA PROVA PARA CONSELHEIRO TUTELAR PARA A GESTÃO 2020/2024 NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/CEE responsável pelo Processo Eleitoral de Escolha membros do Conselho Tutelar do Município de Luzerna/SC, nomeada pela RESOLUÇÃO Nº CMDCA 001/2019 de 05 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do EDITAL CMDCA 001/2019 de 05 de abril de 2019 que "ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA O QUADRIÊNIO 2020/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RESOLVE:

Art.1º- DIVULGAR, depois de transcorrido o prazo recursal, a CLASSIFICAÇÃO OFICIAL do resultado da PROVA OBJETIVA para o PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE LUZERNA(SC), com os candidatos APTOS À ELEIÇÃO:

INSCRIÇÃO Nº	NOME DO CANDIDATO
002	MICHELLE BARBOSA DE LIMA
006	RAFAEL DEIGE
009	CARLA ALVES SCHEFFLER
003	EDNA MARIA DE PINHO RODRIGUES
010	VINICIUS ALBERGUINI MORETTO
026	ELAINE GRAHL
004	ANA PAULA VALDUGA IAGHER
011	ARLETE TRIQUES HOFFELDER
008	LUCIANE LAMB RODRIGUES
017	JAIRO LOPES DE OLIVEIRA

Art.2º- O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de agosto de 2019.

PAULA BUTNER

PRESIDENTE DA CEE

PORTARIA 116/2019

Publicação N° 2128256

PORTARIA N° 116/19 de 15 de agosto de 2019.

“CEDE SERVIDOR QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso II, art.103 da Lei Complementar nº 164/17 de 25 de abril de 2017 e em conformidade com o Ofício nº 40/2019 de 13 de agosto de 2019 e alíneas “j” e “m” da Cláusula Segunda do Convênio nº 6.359/2011-2, celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - SSP com a interveniência do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, Polícia Militar de Santa Catarina/PMSC e o Município de Luzerna(SC),

RESOLVE:

Art.1º- CEDER o servidor TIAGO SCHNEIDER, ocupante do cargo público de Assistente Administrativo, à Delegacia de Polícia de Luzerna para auxiliar nos serviços internos e atividades relacionadas ao trânsito, a partir de 19 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2019.

Luzerna(SC), 15 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA N° 117/19 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Publicação N° 2128915

PORTARIA N° 117/19 de 15 de agosto de 2019.

“RECONHECE A APROVAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que desde a posse da servidora relacionada até o presente momento já são decorridos 03 (três) anos de efetivo exercício;

CONSIDERANDO que a servidora foi avaliada em estágio probatório durante o período disposto no art.207 e na forma do art.18, ambos da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e Decreto nº 2442 de 20 de setembro de 2017, posteriormente substituído pelo Decreto nº 2652 de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto nº 2760 de 14 de maio de 2019,

CONSIDERANDO que na avaliação realizada a servidora obteve o conceito necessário para a aprovação;

RESOLVE:

Art.1º - APROVAR, nos termos do art.s 18 e 207 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e do Decreto nº 2652 de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto nº 2760 de 14 de maio de 2019, o Parecer Conclusivo Individualizado da Servidora Avaliada emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, que opinou pela aprovação e conseq-entemente reconhecer a estabilidade no serviço público em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal estipulado no art. 207 e parágrafos da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 da servidora abaixo relacionada:

Servidora	Cargo Público	Data da estabilidade
Verônica de Arruda Wolff	Psicopedagogo- 20 horas	15/08/2019

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2019.

Luzerna(SC), 15 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Maфра

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 104/2019

Publicação Nº 2129009

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 104/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa especializada em processamento, assessoramento e gerenciamento de banco de dados em sistemas de saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/09/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Maфра. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Maфра (SC), 19 de agosto de 2019.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2019

Publicação Nº 2129011

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: EDSON LOPES SCHIER - EPP

CNPJ Nº: 824.273.200/0001.86

Valor registrado: R\$ 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais).

Objeto: aquisição de cargas de gás (GLP) de 13 Kg e demais acessórios (registro, mangueira e abraçadeiras), destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 268/2019, Pregão Presencial - RP Nº 067/2019.

Data de assinatura: 24 de julho de 2019.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 24 de julho de 2020

Foro: Comarca de Maфра

TOMADA DE PREÇO Nº 016/2019

Publicação Nº 2129010

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 016/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 05/09/2019 às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Maфра, Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Maфра, licitação na modalidade de Tomada de Preço para a contratação de empresa especializada para revitalização parcial das calçadas e execução de ciclovia e praças na Rua Capitão João Braz e na Rua Alípio Siqueira, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 05/09/2019, até às 09:00horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Maфра, 19 de agosto de 2019
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá**PREFEITURA****RESULTADO FINAL EDITAL N° 01/2019/CMDCA**

Publicação N° 2128664

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROCESSO SELETIVO - EDITAL N.º 001/2019****RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	TOTAL DE ACERTOS	PONTUAÇÃO POR QUESTÃO	NOTA DA PROVA
1	11	Juliana Dal Toé Ross	CONSELHEIRO TUTELAR	17	0,50	8,50
2	05	Adriani Hoepers Stefeneti	CONSELHEIRO TUTELAR	15	0,50	7,50
3	03	Raquel Rute dos Santos	CONSELHEIRO TUTELAR	15	0,50	7,50
4	18	Cristina Gonçalves	CONSELHEIRO TUTELAR	14	0,50	7,00
5	01	Évelin Farias Silvestre	CONSELHEIRO TUTELAR	14	0,50	7,00
6	02	Marcia Hendz Delfino Leandro	CONSELHEIRO TUTELAR	12	0,50	6,00
7	09	Claudete Ceni da Silva Zandonadi	CONSELHEIRO TUTELAR	11	0,50	5,50
8	19	José Otavio de Farias	CONSELHEIRO TUTELAR	11	0,50	5,50
9	08	Tereza Paulo Carradore	CONSELHEIRO TUTELAR	11	0,50	5,50
10	13	Viviane Porto de Medeiros	CONSELHEIRO TUTELAR	11	0,50	5,50
11	04	Inaiá de Oliveira da Rosa	CONSELHEIRO TUTELAR	10	0,50	5,00
12	12	Luana Francisca Gomes	CONSELHEIRO TUTELAR	10	0,50	5,00
13	16	Patricia Gaio de Freitas Rocha	CONSELHEIRO TUTELAR	10	0,50	5,00
14	06	Andressa Geovana Marcanssoni	CONSELHEIRO TUTELAR	9	0,50	4,50
15	15	Vanio Carradore	CONSELHEIRO TUTELAR	8	0,50	4,00
16	17	Eliete Freitas Vieira	CONSELHEIRO TUTELAR	AUSENTE	-	0,00

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 559/2019

Publicação Nº 2128025

DECRETO Nº 559, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desdobro do imóvel: Lote urbano nº (33), da Quadra nº (5-A), situado no Loteamento Bairro Padre Antonio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de (684,26 m²), sem edificações, objeto da Matrícula nº 26.061 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de Valdir Sabedot, nascido aos 22.05.1962, motorista, portador da C.I. nº 1.417.104-SESP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 430.968.409-20, casado com Marli Schmidt Sabedot, nascida aos 09.07.1961, do lar, portadora da C.I. nº 2.233.813-SESP/SC, inscrita no CPF/MF sob nº 827.761.489-68, ambos brasileiros, domiciliados e residentes na Avenida Sul Brasil, nº 1460, nesta cidade, que será desdobrado formando novos lotes urbanos, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Paulo Cesar Parzzianello, CREA/SC 045.181-8, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DOS LOTES DESDOBRADOS

Lote urbano nº (33-A), da Quadra nº (5-A), situado no Loteamento Bairro Padre Antonio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com a área de (354,76 m²), sem edificação; Confrontando:

- ao Norte: por duas linhas, uma com parte do lote urbano nº (32), na extensão de 20,13 metros, de Nayane Rafaela de Godoy e João Rafael de Godoy – M. 4.072, e outra com parte do lote urbano nº (33-B), na extensão de 1,45 metros, de Valdir Sabedot – M. 26.061;
- ao Sul: com a Avenida Sul Brasil, na extensão de 20,35 metros;
- ao Leste: com a Rua São Francisco, na extensão de 16,00 metros;
- ao Oeste: por duas linhas com parte do lote urbano nº (33-B), nas extensões de 8,81 metros e 6,50 metros, respectivamente, de Valdir Sabedot – M. 26.061;
- ao Sudoeste: com parte do lote urbano nº (33-B), na extensão de 4,50 metros, de Valdir Sabedot – M. 26.061.

Lote urbano nº (33-B), da Quadra nº (5-A), situado no Loteamento Bairro Padre Antonio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com a área de (329,50 m²), sem edificação; Confrontando:

- ao Norte: com parte do lote urbano nº (32), na extensão de 15,00 metros, de Nayane Rafaela de Godoy e João Rafael de Godoy – M. 4.072;
- ao Sul: por duas linhas, uma com a Avenida Sul Brasil, na extensão de 16,81 metros, e outra com parte do lote urbano nº (33-A), na extensão de 1,45 metros, de Valdir Sabedot – M. 26.061;
- ao Leste: por duas linhas com parte do lote urbano nº (33-A), nas extensões de 8,81 metros e 6,50 metros, respectivamente, de Valdir Sabedot – M. 26.061;
- ao Oeste: com parte do lote urbano nº (34), na extensão de 23,55 metros, de Fábio Ely e Gustavo Ely – M. 12.302;
- ao Nordeste: com parte do lote urbano nº (33-A), na extensão de 4,50 metros, de Valdir Sabedot – M. 26.061.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 19 de agosto de 2019.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 102/2019

Publicação Nº 2126921

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 102/2019. Partes: Município de Maravilha – SC e Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. Objeto: Execução de Contenção e Drenagem de Taludes no Loteamento Nosso Sonho, no Município de Maravilha - SC. Vigência: 30 dias. Valor R\$ 142.632,58. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 19/08/2019. Signatários: Sandro Donati pela Contratante e Luciano Folle pela Contratada.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12.2019 - MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2127704



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019

VALIDADE: 14/08/2019 A 14/08/2020

PUBLICADO EM:

____/____/____

LOCAL: _____

ASS: _____

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pelas licitantes cujas propostas comerciais foram classificadas:

LICITANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME, neste ato representado por ALTAIR SCHEER	18.138.763/0001-69
COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME, neste ato representado por JUNIOR MIRANDA	24.747.469/0001-57
RICHESS MOVEIS EIRELI EPP, neste ato representado por JONAS TODT	20.265.303/0001-43
RUBENS VERAS JUNIOR- ME, neste ato representado por RUBENS VERAS JUNIOR	30.401.636/0001-06
ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI, neste ato representado por DIEGO ALESSANDRO CARL	31.552.106/0001-21

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 255726 - RICHESS MOVEIS EIRELI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	CÂMERA DIGITAL 20.1 MEGAPIXELS , VÍDEO HD, ZOOM ÓPTICO DE 5X, ESTABILIZADOR DE IMAGEM, FOTO PANORÂMICA 360°, RESOLUÇÃO: 20.1MP TAMANHO DO DISPLAY	UNID	SONY	1	R\$ 626,00	R\$ 626,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62





ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	(LCD):2.7, TIPO DE VISOR: SOMENTE TELA, ZOOM DIGITAL: ATÉ 40X (VGA), GRAVA VÍDEO COM ÁUDIO, CARTÕES DE MEMÓRIA COMPATÍVEIS: SD, MEMORY STICK DUO, MEMORY STICK PRO DUO, MICRO SDHC, SDXC. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: RESOLUÇÃO MÁX. DE VÍDEO: HD 1280 X 720, SENSIBILIDADE (ISO): AUTO / 100 / 200 / 400 / 800 / 1600 / 3200, TAMANHOS DAS IMAGENS (PIXELS): 20.1 MEGAPIXELS, MEMÓRIA INTERNA: APROXIMADAMENTE 29 MB, CONEXÕES: MINI USB, ALIMENTAÇÃO : BATERIA RECARREGÁVEL. CONTEÚDO DA EMBALAGEM - 1 CÂMERA DIGITAL - 1 ADAPTADOR AC - 1 CARREGADOR DE BATERIA - 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO - 1 BATERIA RECARREGÁVEL - 1 CABO USB - 1 CORDÃO DE MÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS ALTURA : 6,00 CENTIMETROS LARGURA : 9,00 CENTIMETROS PROFUNDIDADE : 2,00 CENTIMETROS PESO : 290,00 GRAMAS. COR PRETO/PRATA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MINIMA DE 1 ANO.					
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 626,00						
FORNECEDOR: 232122 - COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	CELULAR - TELA 6 POLEGADAS, RESOLUÇÃO DE TELA HD+ (1480 X 720 PIXELS), PROCESSADOR SNAPDRAGON 450. MEMÓRIA	UNID	SANSUNG	1	R\$ 1.298,00	R\$ 1.298,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	RAM 4 GB, ARMAZENAMENTO 64 GB, CARTÃO DE MEMÓRIA SIM, MICROSD , CÂMERA PRINCIPAL DUPLA, 16 E 5 MEGAPIXELS, CÂMERA FRONTAL 16 MEGAPIXELS, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 8 (OREO), BATERIA 3.500 MAH. DIMENSÕES E PESO 159,2 X 75,7 X 8,2 MM; 177 GRAMAS.COR PRETO, PRATA. MÍNIMO 1 ANO DE GARANTIA					
4	DEFLETOR PARA AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS TIPO SPLIT. MATERIAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM EXPESSURA DE 3MM A 4MM. KIT DE FIXAÇÃO PARA PAREDE DE ALVENARIA. FIXAÇÃO INCLUSA.	UNID	ACV	6	R\$ 140,00	R\$ 840,00
5	DEFLETOR PARA AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS TIPO SPLIT. MATERIAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM EXPESSURA DE 3MM A 4MM. KIT DE FIXAÇÃO PARA PAREDE DE ALVENARIA. FIXAÇÃO INCLUSA.	UNID	ACV	3	R\$ 209,00	R\$ 627,00
6	DEFLETOR PARA AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS, PISO TETO,MEDIDA APROXIMADA DE 160 CM. MATERIAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM EXPESSURA DE 3MM A 4MM. ACOMPANHA PARAFUSOS COM ACABAMENTOS PARA INSTALAÇÃO. FIXAÇÃO INCLUSA.	UNID	ACV	3	R\$ 608,00	R\$ 1.824,00
8	FOGÃO 4 BOCAS FABRICADO EM AÇO COM MESA EM INOX, QUEIMADORES DE AÇO ESMALTADO EM EASY CLEAN, TAMPA DE VIDRO TEMPERADO, PAINEL ERGONOMICO, FORNO DE 48	UNID	MUELLER	2	R\$ 420,00	R\$ 840,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	A 51 LITROS COM PUXADOR PARA ABERTURA, AUTOLIMPANTE E COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, COM 1 PRATELEIRA FIXA NO FORNO, E VIDRO NA PORTA DO FORNO, ACENDIMENTO MANUAL, MEDIDAS APROXIMADAS DE LARGURA X 49 CM X ALTURA 85CM X PROFUNDIDADE 58 CM. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.					
9	FORNO MICROONDAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS, FUNÇÕES AUTO DESCONGELAR, GRILL, DISPLAY DIGITAL, PAINEL COM RELÓGIO, TIMER, TECLAS PRÉ PROGRAMADAS, PRATO GIRATÓRIO. COR BRANCA, 220V OU BIVOLT, SELO PROCEL A, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UNID	PHILCO	3	R\$ 483,00	R\$ 1.449,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.878,00						
FORNECEDOR: 188530 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	AR CONDICIONADO 60.000 BTU'S, TIPO SPLIT, PISO TETO, SÓ FRIO, COM CONTROLE, 220V. TUBULAÇÃO DA SERPENTINA EM COBRE. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UNID	ELGIN	3	R\$ 7.259,00	R\$ 21.777,00
10	KIT MICROFONE SEM FIO DE LAPELA, TRANSMISSOR, RECEPTOR, UMA FONTE DE ALIMENTAÇÃO 220V E CASE PARA TRANSPORTE. MICROFONE DE LAPELA PARA SER PRESO A ROUPA, TRANSMISSOR COM ALCANCE MÍNIMO 50	KIT	VOKAL	1	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	METROS DE DISTÂNCIA DO RECEPTOR ALIMENTAÇÃO A PILHAS AA COM CLIP PARA PRENDER NA CALÇA, RECEPTOR COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO 220 V, FAIXA DE FREQUÊNCIA: 600-900MHZ. POSSUIR CERTIFICAÇÃO DA ANATEL. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.					
11	LAVADORA DE ROUPAS, CAPACIDADE DE 08 Á 10 KG KILOS, DEVE POSSUIR COMANDOS DE LAVAGEM, ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, NÍVEIS DE ÁGUA, FILTRO. A ABERTURA DA TAMPA SUPERIOR DEVE POSSUIR PROGRAMAS DE LAVAGENS, DISPENSER PORTA SABÃO, AMACIANTE E ALVEJANTE, MANGUEIRAS DE ENTRADA E SAIDA DE ÁGUA. DEVE POSSUIR SELO PROCEL A ((MAIS ECONÔMICA), VOLTAGEM DE 220 V OU BIVOLT. GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO.	UNID	MUELLER	2	R\$ 1.340,00	R\$ 2.680,00
12	SISTEMA SEM FIO MÃO, KIT CONTENDO DOIS MICROFONES, 1 RECEPTOR COM DUAS ANTENAS, 1 CABO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: FAIXA DE FREQUÊNCIA DE TRANSMISSÃO: 180 - 270 MHZ, BANDA ALTA DE VHF. ESTABILIDADE DA FREQUÊNCIA: 0.005 PORCENTO. FAIXA MÁXIMA DE DESVIO: 15KHZ. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 40 HZ - 20 KHZ. TAXA SINAL / RUÍDO: 100 DB. ALCANCE DINÂMICO DE ÁUDIO: 100 DB. ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AA. DE VOLUME: INDIVIDUAL. ENTRADA:	KIT	VOKAL	1	R\$ 635,00	R\$ 635,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	SEPARADA PARA CADA MICROFONE COM P10. MICROFONE: POTÊNCIA DE SAÍDA RF: 30 MW (MÁXIMA). ANTENA: EMBUTIDA. CAPTADOR DO MICROFONE: DINÂMICO UNIDIRECIONAL. ALIMENTAÇÃO: PILHAS AA PADRÃO. CONSUMO: APROXIMADAMENTE 25 MA. DURAÇÃO BATERIA: 8 HORAS DE USO CONTÍNUO - DIMENSÕES APROX.: 52 X 247 MM. RECEPTOR: SISTEMA DE RECEPÇÃO: FREQUÊNCIA FIXA CONTROLADA POR QUARTZO. SENSIBILIDADE DE RECEPÇÃO: TAXA DE SINAL / RUÍDO DE 60 DB (12DBU). TAXA SINAL / RUÍDO: > 100 DB. NÍVEL DE SAÍDA DE ÁUDIO: MODO NÃO-BALANCEADO DO CANAL A + B: 0 - 0,5 V / 5 KO / MODO NÃO-BALANCEADO DO CANAL A & B: 0 - 0,5 V / 50 KO. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. DIMENSÕES APROX.: 42 X 24 X 4,5 CM. MANUAL DE INSTRUÇÕES E CASE PARA TRANSPORTE. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.				
--	---	--	--	--	--

6

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 26.542,00**FORNECEDOR: 281514 - RUBENS VERAS JUNIOR- ME**

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
7	FERRO ELÉTRICO DE PASSAR ROUPA A VAPOR E A SECO. COM SELETOR DE TEMPERATURA, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, SISTEMA DE LIMPEZA, SUPORTE PARA ENROLAR O CABO ELÉTRICO, CABO DOBRÁVEL E GIRATÓRIO, AJUSTE DO VAPOR. VOLTAGEM 220 V. GARANTIA MÍNIMA DE 1	UNID	BLACK & DECKER	5	R\$ 109,00	R\$ 545,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019
 Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	ANO.						
13	TÁBUA DE PASSAR DOBRÁVEL, TABUA DE MADEIRA FORRADA COM TECIDO EM ALGODÃO COM DENSIDADE DE 5 Á 8 MM DE ESPUMA QUE FACILITA O DESLIZE DO FERRO AO PASSAR. SUPORTE PARA ROUPAS E PARA O FERRO, PÉS EM AÇO E ANTIDERRAPANTE. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 94,00 CM X LARGURA 35,00 CM X PROFUNDIDADE 130 CM.	UNID	TRAMONTINA	5	R\$ 87,00	R\$ 435,00	7
14	TELEFONE SEM FIO COM DISCAGEM RÁPIDA PARA ATÉ 10 NÚMEROS, 2 TECLAS DE DISCAGEM DIRETA, 7 TIPOS DE TOQUE, 5 OPÇÕES DE VOLUME DE TOQUE E DE ÁUDIO, AUTOATENDIMENTO, MODO REPOUSO AUTOMÁTICO AO COLOCAR O FONE NA BASE, FUNÇÕES FLASH, REDISCAR E MUDO, BATERIA COM DURAÇÃO DE ATÉ 9 HORAS EM USO OU 96 HORAS EM REPOUSO, TECLA PAGE PARA LOCALIZAÇÃO DO FONE ALCANCE ATÉ 300 METROS EM AMBIENTE ABERTO OU ATÉ 50 METROS EM AMBIENTE FECHADO, TECNOLOGIA DIGITAL, ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FONE, 1 BASE, 1 BATERIA RECARREGÁVEL, 1 ADAPTADOR DE TENSÃO BIVOLT, 1 CABO DE LINHA TELEFÔNICA E 1 MANUAL DO USUÁRIO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UNID	INTELBRAS	15	R\$ 116,00	R\$ 1.740,00	
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.720,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 36.766,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 36.766,00 (TRINTA E SEIS MIL E SETECENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS)**.

8

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 15 (quinze) dias úteis após a solicitação/emissão de ordem de compra.

3.1.1. O horário para entrega/execução serão de segunda à sexta-feira, entre 07h30min às 12h00min e 13h00min às 16h30min.

3.1.2. A entrega/execução será parcelada, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

9

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 08 (oito) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

10

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 15 (quinze) dias úteis após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

11

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

- a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);
- b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;
- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
 - e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

12

- e.2) Desatender às determinações da fiscalização;
- e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;
- e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.
- 7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.
- 7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicados as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.
- 7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.
- 7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.
- 7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

- 8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

13

- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

14

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá à Sra. Greice Griboski, gerente de compras e almoxarifado, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 14 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

15

COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME

ALTAIR SCHEER
CONTRATADA

COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME

JUNIOR MIRANDA
CONTRATADA

RICHELSE MÓVEIS EIRELI EPP

JONAS TODT
CONTRATADA

RUBENS VERAS JUNIOR- ME

RUBENS VERAS JUNIOR
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 55.2019 (CONSÓRCIO CIMVI) - EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - CAVI MODAS EIRELI

Publicação Nº 2128423

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL CIMVI

VALIDADE: 16/08/2019 A 16/08/2020

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, nº 2765, na cidade de Massaranduba, neste Estado, representado por seu Prefeito, Sr. Armindo Sesar Tassi, doravante denominado CONTRATANTE, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), consubstanciada na ata de sessão realizada no dia oito de julho de dois mil e dezenove, RESOLVE, nos termos das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e demais normas aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição dos materiais constantes abaixo, da empresa CAVI MODAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 19.234.578/0001-30, com sede a Rua João José Schmitz, nº 258 – Bela Vista, na cidade de Gaspar – SC – CEP: 89.110-826, neste ato representada por Jean Carlos Grimm, inscrito no CPF sob o nº 052.620.029-43, doravante denominada FORNECEDORA, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, em conformidade com a Licitação 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos, na forma que segue:

Item	Quantidade Estimada	Unidade	Descrição	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
01	364.000	Unidade	Embalagem plástica para Coleta Seletiva de Materiais, produzida em polietileno reciclado de aparas industriais, confeccionado com solda reta contínua, homogênea e uniforme na cor amarelo claro - Capacidade 100 L - Medidas 75 x 100 cm, com espessura de 0,08 mm (80 microns) - Arte impressa em somente uma cor conforme modelo a ser elaborado pelo CIMVI (e disponibilizado ao contratado) - Embalagem com total de 100 unidades, dobrados de 5 em 5 unidades e o tamanho da dobra deverá ficar aproximadamente: 30 x 20 cm	R\$ 0,50	R\$ 182.000,00

1.2. As quantidades acima descritas são máximas e não obrigam a CONTRATANTE a firmar aquisição do montante integral podendo, durante a vigência da presente ata de registro de preços, haver aquisições parciais, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR.

1.3. Toda a prestação do serviço e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e da presente ata de registro de preços, será total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela FORNECEDORA.

1.4. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da FORNECEDORA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 71 da Lei 8.666/93.

1.5. A presente ata de registro de preços, a Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

1.6. Fica o (a) FORNECEDOR (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.7. Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência e validade de doze meses, a partir da sua assinatura.

2.2. A vigência da presente ata não obriga o CONTRATANTE a firmar contratações com a empresa FORNECEDORA.

2.3. Para cada serviço requisitado pelo CONTRATANTE será emitida a respectiva Ordem de Serviço/Nota de Empenho (§ 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93).

2.4. Além de executar as compras na forma do item anterior, o CONTRATANTE também poderá efetuar contrato com a empresa FORNECEDORA para execução do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, conforme Minuta de Contrato constante do Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a aquisição/contratação dos materiais descritos na cláusula primeira será emitida Ordem de Compra em favor da empresa FORNECEDORA, a qual terá até 15 (quinze) dias para produzir e entregar os materiais requisitados, a contar da emissão da ordem de compra de serviço/compras.

3.2. Será exigido da FORNECEDORA o cumprimento de todas as exigências relativas ao fornecimento do(s) produto(s) estabelecidos no Edital do Pregão nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

3.3. A entrega do(s) produto(s)/material(is), com assunção dos custos de equipamentos, combustíveis, frete, tributos, transporte e mão de obra (pessoal e encargos) necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e da presente ata, serão total, exclusiva e integralmente executados, sem restrições, pela FORNECEDORA.

3.4. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da FORNECEDORA, quando do fornecimento do(s) produtos(s), arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

3.5. A presente ata e o edital do Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE pagará à FORNECEDORA, as importâncias previstas na Cláusula 1.1 desta Ata de Registro de Preços, a título de pagamento pela contratação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais, constantes no presente instrumento, conforme proposta vencedora da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

4.2. No referido preço estão inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados a responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, produtos, materiais, transportes, seguros, combustível, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e no presente instrumento.

4.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, condicionado à apresentação ao CONTRATANTE dos documentos fiscais para liquidação, devendo-se cumprir, ainda, todas as demais disposições e obrigações constantes da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

4.3.1. Considerando-se que as aquisições serão efetuadas de maneira parcelada, conforme as necessidades do CONTRATANTE, o pagamento será realizado a cada compra realizada.

4.4. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela FORNECEDORA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, se for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

5.1. Fica desde já o CONTRATANTE responsável:

a) Em efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Quarta;

b) Em fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;

c) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela FORNECEDORA, pertinentes à execução do objeto descrito na cláusula primeira.

5.2. A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a FORNECEDORA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

5.3. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes na Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e na presente ata, fica a FORNECEDORA desde já responsável:

- a) Em prestar e cumprir fielmente todo o objeto, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- b) Em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;
- c) Em enviar ao CONTRATANTE, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Quarta, para recebimento dos valores;
- d) Pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa ao objeto contratado;
- e) Civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;
- f) Única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;
- g) Em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;
- h) Em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução desta ata;
- i) Em repor todos e quaisquer materiais em desconformidade ou defeituosos, bem como fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;
- j) Única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto deste instrumento;
- k) Em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;
- l) Única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem necessários à execução do objeto desta ata;
- m) Em fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos;
- n) Quanto à quantidade e qualidade dos materiais e serviços oferecidos, respondendo civil e penalmente por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;
- o) Única e exclusivamente quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para a execução do objeto do presente instrumento, arcando única, exclusiva e integralmente com todos os custos, ônus ou responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- p) Em comunicar o CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução do objeto (por escrito);
- q) Por todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;
- r) Em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CONTRATANTE;
- s) Em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto deste instrumento;
- t) Por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;
- u) De forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;
- v) Civil, criminal e por toda e qualquer indenização que porventura surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência, por dolo praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução deste instrumento;
- w) Em facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento,

fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

6.1. O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a FORNECEDORA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou outras relacionadas a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e do Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos.

6.1.1. Compete ao Servidor PEDRINHO OSMAR SPEZIA, do CONTRATANTE, a gestão, acompanhamento e fiscalização da presente Ata de Registro de Preços, das Ordens de Serviço e/ou do respectivo contrato.

6.2. A fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO OBJETO PRESTADO

7.1. A FORNECEDORA, em caso de contratação, executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre os profissionais da FORNECEDORA e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO VENCEDOR

8.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente do CONTRATANTE:

8.1.1. A pedido da FORNECEDORA quando:

- a) Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

8.1.2. Por iniciativa do CONTRATANTE, quando:

- a) A FORNECEDORA não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) A FORNECEDORA perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;
- d) A FORNECEDORA não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) A FORNECEDORA não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Além das demais disposições constantes do Edital de Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e da presente ata e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a FORNECEDORA incorrerá na seguinte penalidade:

- a) 10,0% (dez por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar a ata de registro de preços, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE;
- b) 10,0% (dez por cento) do valor da ata, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente instrumento, descumprimento das normas e outras determinações expedidas pelos órgãos técnicos (NBR, ABNT, entre outros) e departamentos do Poder Público, ou qualquer outra violação contratual, editalícia, legal, inclusive quanto à boa fé e probidade contratuais, além de ficar sujeito a rescisão unilateral, segundo critério do Poder Público.

9.2. A FORNECEDORA sempre será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do Edital e da ata em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo.

CLÁUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A FORNECEDORA não poderá transferir, delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CIMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Navegantes – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Massaranduba, 16 de agosto de 2019.

CONTRATANTE

Município de Massaranduba

Prefeito: Armindo Sesar Tassi

Assessoria Jurídica do CONTRATANTE

Procurador Geral - OAB/SC 31.628

FORNECEDORA

CAVI MODAS EIRELI

Representante legal: Jean Carlos Grimm

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	CAMILA ROSSI CPF: 071.426.149-19
--------------------------------------	-------------------------------------

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 83.2018 AD 01 - CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SC S

Publicação Nº 2097967

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (83/1) AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 83/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SC S/A.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A – CIASC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.043.745/0001-65, com sede na Rua Murilo Andriani, nº 327, bairro Itacorubi, município de Florianópolis estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. Sérgio André Maliceski, inscrito no CPF sob o nº 691.693.909-59; por seu Vice-presidente Administrativo e Financeiro, o Sr. Ademir de Brida Junior, inscrito no CPF sob o nº 647.455.629-34 e por seu Vice-presidente de Tecnologia, o Sr. Luis Haroldo de Mattos, inscrito no CPF sob o nº 530.558.029-34; mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo aditam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO

1.1. O item 5.1 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 83/2018 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação conforme o inciso IV do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo mesmo período, tendo como início de sua vigência o dia 24 DE AGOSTO DE 2019, findando em 23 DE AGOSTO DE 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 20 de agosto de 2019.

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO

Pelo Contratado:

SERGIO ANDRE MALICESKI	ADEMIR DE BRIDA JUNIOR
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINAN- CEIRO
LUIS HAROLDO DE MATTOS	

VICE-PRESIDENTE DE TECNOLOGIA

Testemunhas:

CIRIO MARTINI	FABIANO SPÉZIA
CPF: 452.293.509-97	CPF: 950.720.129-72

PROCESSO LICITATÓRIO 152.2019 PP 152.2019 - MANUTENÇÃO DE RELÓGIOS PONTOS E SUPORTE TÉCNICO AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PONTO DA PREFEITURA

Publicação Nº 2127883

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE RELÓGIOS PONTO E SUPORTE TÉCNICO AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PONTO DA PREFEITURA E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), COM FORNECIMENTO NÃO EXCLUSIVO DE PEÇAS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 02/09/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 02/09/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net
ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 153.2019 PP 153.2019 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO

Publicação Nº 2128017

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 04/09/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 04/09/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net
ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 156.2019 PP 156.2019 - SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER UNIDADES DE SAÚDE E ESCOLARES

Publicação Nº 2128058

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 156.2019 PP 156.2019 - SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER UNIDADES DE SAÚDE E ESCOLARES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR LOTE do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER UNIDADES DE SAÚDE E ESCOLARES.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 03/09/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 03/09/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net
ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 31.2019 PP 31.2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E VISUAIS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2127781

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E VISUAIS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 30/08/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 30/08/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net
ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35.2018 (PMM) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 2128073

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 35/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, número 1720, bairro Figueirinha, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. MAURÍCIO VOGELSANGER, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 14/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA HELGA GUESSER (TRECHO FINAL) DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

2.1. Fica suprimido do objeto supramencionado o valor de R\$ 3.176,86 (TRÊS MIL, CENTO E SETENTA E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

2.2. O presente termo se faz necessário conforme PARECER TÉCNICO da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal 8.666/93, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 14/2018, à proposta da contratada e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.2. Os demais itens do contrato que a este instrumento deu origem permanecem inalterados.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 16 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA		PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
ARMINDO SESAR TASSI		MAURÍCIO VOGELSANGER
CONTRATANTE		CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FABIANO SPÉZIA		EDUARDO HENDGES DO NASCIMENTO
CPF: 950.720.129-72		CPF: 047.038.899-43

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35.2018 (PMM) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 2128075

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 35/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, número 1720, bairro Figueirinha, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. MAURÍCIO VOGELSANGER, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 14/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA HELGA GUESSER (TRECHO FINAL) DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

2.1. Fica acrescido do objeto supramencionado o valor de R\$ 7.685,27 (SETE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

2.2. O presente termo se faz necessário conforme PARECER TÉCNICO Nº 40/2019 da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal 8.666/93, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 14/2018, à proposta da contratada e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.2. Os demais itens do contrato que a este instrumento deu origem permanecem inalterados.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 16 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA		PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
ARMINDO SESAR TASSI		MAURÍCIO VOGELSANGER
CONTRATANTE		CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FABIANO SPÉZIA		EDUARDO HENDGES DO NASCIMENTO
CPF: 950.720.129-72		CPF: 047.038.899-43

Meleiro

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMDCA N. 16-2019 - PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL DA PROVA

Publicação Nº 2129103

Resolução CMDCA n. 16/2019 de 19 de agosto de 2019.

Publica resultado final da prova aplicada aos candidatos à eleição do Conselho Tutelar de Meleiro/SC.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Meleiro/SC, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal n. 1.682/2015, Decreto Municipal n. 59/2017, e Lei Municipal 1.805/2019, ad referendum, à Comissão Especial Eleitoral – CEE,

Resolvem:

Art. 1º - Fica publicado o resultado final da prova aplicada aos candidatos à eleição do Conselho Tutelar de Meleiro/SC, conforme tabela abaixo:

Candidato(a) por ordem alfabética	Resultado
Clair de Prá Ghellere	Aprovada / Apta
Elizandra Dal Pont	Aprovada / Apta
Eliziane Bonfante Zilli	Aprovada / Apta
Ester da Silva	Aprovada / Apta
Henrique Antonio Manfredini	Aprovado / Apto
Lucia da Glória Zeferino Carvalho	Aprovada / Apta
Maria Aparecida Natal Mateus	Aprovada / Apta
Paula Serafim Pedro	Aprovada / Apta
Rosemiria Duarte Rocha da Silva	Aprovada / Apta
Rosilei Trento	Aprovada / Apta

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Meleiro/SC, 19 de agosto de 2019.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Presidente do CMDCA de Meleiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

Publicação N° 2129099

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019****HOMOLOGAÇÃO**

O **Prefeito do Município de Meleiro - SC**, torna pública a Homologação do Resultado Definitivo do **CONCURSO PÚBLICO**, conforme relação constante no anexo único deste instrumento, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos público de provimento efetivo para o quadro de pessoal da Administração Municipal, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 034/2011, objeto do **Edital nº 001/2019 de 27 de maio de 2019**.

Meleiro – SC, 19 de agosto de 2019.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

ANEXO ÚNICO

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO - PCD

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161073	EVERTON VIEIRA
002	161050	HENRIQUE ANTONIO MANFREDINI

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161413	RUI CESAR PEREIRA FERREIRA
002	161020	JANAINA FABRIS DAL PONT
003	161262	JAGLIANE SCHMIDT MAIA
004	161145	EDUARDO MINATTO TONETTO
005	161053	ALESANDRA BROVEDAN
006	161387	TAIS ARAUJO SCHEFFER
007	161252	JOELMA FELTRIN DE MELO
008	161266	MARCOS SCREMIN FELIPE
009	161175	CARLYLE TORRES BEZERRA DE MENEZES FILHO
010	161203	CARINI CONTI DEMO
011	160929	FERNANDA ZILLI FERMINO
012	161426	ULISSES MONDARDO
013	161470	HELOIZA PAGNAN VICENTIN
014	161000	EDSON MATULLE BERLANDA
015	161349	JOAO CARLOS MACHADO FILHO
016	161123	DAIELE BENDO PAGNAN
017	161405	GIOVANA BIZ PETERLE
018	161304	LUCAS PANCHERA
019	161193	KAROLINI RODRIGUES DA CONCEICAO
020	161101	ALEXANDRE GOMES CANDIDO
021	161174	MARIA SUSANIR MARTINS ZENI
022	161225	JAQUELINE RONCHI
023	161372	GUILHERME PETERLE
024	160953	GUSTAVO HENRIQUE BRANCO HINING
025	161007	EMANOELI KALFELD VITALI
026	161082	CLEUZA LOCH PIROLA
027	161148	DERLI DORDETE
028	160989	ADRIANA SEVERINO DE MELO
029	161146	GEORGIANA CORAL
030	161371	VANDERSON VIEIRA DA CUNHA
031	161306	LIVIA OLIVEIRA JUSTO
032	160987	KARINE MEDEIROS PEDRO DOS SANTOS
033	161392	ANIELLE FABRIS
034	161472	MARCOS ANTONIO MARTINS GIASSI
035	161166	EWERTON DELA VECHIA JUNIOR
036	161416	KATIELY ZANELATTO PEREIRA
037	161336	GLORIA PIROLA PEREIRA SCARDUELI
038	161406	EDEVANIO MINATO
039	161302	WILSON SCHLICKMANN JUNIOR
040	161398	TARCISIO CRISTOFOLINI JUNIOR
041	161330	FRANCIELI LUZIA FRANCISCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

042	161409	THAIS MARTINS VARNIER
043	161420	DEBORA DA ROSA GOMES CARDOSO
044	161259	JADNA VALNIER DANIEL
045	161216	ANA PAULA MAFIOLETTI
046	161431	KALINTIA DE MELLO RIBEIRO
047	161471	THIAGO DA SILVA DE FREITAS
048	161301	ROGER CANELLA DE MACEDA
049	161165	ALINE MARTINS CORREA
050	161012	JOSIANE VALNIER MOTA
051	160961	STEFERSON RICARDO LUCHTEMBERG
052	161060	JENNIFER DAL PONT
053	161422	RUAN BARBOSA FERREIRA
054	161384	ALINE MARCELINO DA ROCHA
055	160958	MARIANA MARTINS ZENI
056	161159	ANDREIA BORTOLOTTI ANTUNES
057	161071	ESTELA MEZZARI SIMONI
058	161073	EVERTON VIEIRA
059	161178	MARIANE DE LIMA
060	161005	TAINA SILVESTRE ZANELATTO
061	161375	JULIANA BIZ PETERLE
062	161050	HENRIQUE ANTONIO MANFREDINI
063	161208	SILVIA CONSENCO CASAGRANDE
064	161320	ERICA FRASSETTO MORETTO
065	161068	MAIARA MAURICIO DE MOURA
066	161369	MATEUS CADORIN PIAZZA
067	161074	MARCOS GENUINO FERNANDES
068	161244	ISABEL CRISTINA LIMA FAGUNDES
069	161278	SIMONE DE OLIVEIRA MOTA
070	161173	PATRICIA MACHADO MEZZARI DA SILVA
071	161283	VANESSA ZEFERINO DO NASCIMENTO
072	161339	JAIRO ALF DOS SANTOS JUNIOR
073	161374	CINTHIA SAVIATTO TONETTO
074	161412	ROGERIA LAURINDO CASAGRANDE
075	161401	DIANA MENEGON MEZARI
076	161085	CAROLINI CREPALDI UGIONI
077	160996	DEBORA TEIXEIRA BORDIGNON
078	161070	THAISE SARTORI DE ALMEIDA
079	161034	SOLANGE DA COSTA SANTANA BRISTOT
080	160954	KARINI MARTIGNAGO DA ROSA
081	161018	KAROLAINE INACIO

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161284	MARIANE SANTOS FACCIN
002	161149	LUCIANE SANTIN
003	161078	ROSINEIA MANOEL BORGES
004	160896	SAMARINA COSTA DA ROCHA
005	161367	ANA CLAUDIA BROCA
006	161402	SANDRA DE SOUZA URBANO JACQUES
007	161104	FABIANA SPADER BROVEDAN

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

008	161335	ROBSON RODRIGO COELHO
009	161292	CRISTIANE APARECIDA BORGHEZAN SOBIERANSKI
010	161355	GIULIA PORTO PIRES
011	161237	AIDE GRASIELA MACARINI SILVESTRI
012	161055	JANIA TEREZINHA BROVEDAN
013	161268	MADALENA DA SILVA
014	161279	MARINES APARECIDA GONCALVES PADILHA NAZARIO

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - BRACAL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161403	LUCIANO DE ALMEIDA BORGES
002	160980	JOAO CARLOS GABRIEL

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - LIMPEZA / MERENDA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161451	VIVIANE MATEUS SARTOR
002	161303	LORIZETE BECKER ARIGONI
003	161030	ELIZANDRA DOS SANTOS ALBANO
004	161410	MARLI DA SILVA NUNES CORNEO
005	161342	GILCINEIA SCHNEIDER BERTI
006	160916	SILVANIA FABRIS
007	160918	SAMARA MAFIOLETI BORBA
008	161325	ROSANA DE SOUZA
009	161130	JULIA MORAES JACOBUS

Cargo: LAVADOR/ENGRAXADOR

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161396	FABIANO MARCHESIN
002	160979	MAURICIO SANTOS DE OLIVEIRA

Cargo: MEDICO - PSF

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161334	JULIA SOUZA VESCOVI
002	161456	GUIDO EDUARDO MATTOS
003	160913	JULIANA ELSNBACH EHLERS
004	161201	PATRICIA ARCENO
005	160895	BRUNA WATERKEMPER MONDARDO
006	161455	SAULO DA ROSA DRUM
007	161414	MONICA BORGES DA SILVA
008	161288	JESSICA KLEIN SIMIONATO
009	160974	SAMANDA TORQUATO
010	160944	MARIA LUIZA DE LUCCA

Cargo: MOTORISTA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161449	DAGOBERTO ENES DA SILVA JUNIOR
002	161042	NEIMAR CORAL
003	161036	JOSE SALVADOR DIAS JUNIOR
004	161028	WELLINGTON SARAIVA DA SILVA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

005	161454	RANIERI ALVES
006	161197	LUCIANO BRASIL
007	161196	JANDIR HELLER
008	161177	FABIANO SPADER
009	161151	FABIANO GUIMARAES RAMOS
010	161059	FERNANDO MAGAGNINN
011	160927	CRISTIANO JOSE
012	161430	JULIANO FERNANDES

Cargo: ODONTOLOGO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161233	PATRICIA FAVARIN
002	161305	GREICE FURLANETTO FOGGIATTO
003	161383	FERNANDA BEZ CARDOSO
004	161107	JESSICA CONTI REUS
005	161207	BIANCA DE MATOS MAGNUS
006	161108	ANDRE DAMASCENO FACCIO
007	160890	ANDRESSA MARTINS DA COSTA
008	161008	ELAINE BAUER ALVES
009	160984	ERICA DE JESUS
010	161235	GABRIEL DORNELES SOUZA
011	161044	MAIARA VOLPATO
012	161006	DEBORA FIDELIS LONGO
013	160970	KAMILA MACHADO MOTA
014	161357	ROBERTA PEREIRA
015	161447	JULIANO BARBOSA DA COSTA
016	161124	JANETE BERTAN DE OLIVEIRA
017	161032	MURILO FELISBERTO DORDETE
018	160998	RENATA MARAN
019	160955	LUIZ FERNANDO KICHLER
020	161295	JENIFER RIGO
021	161090	ANDREZA HULTMANN GONCALVES PEREIRA
022	161009	RUANA SILVERIO ALEXANDRINO
023	160928	TIAGO VELHO DA SILVA
024	160973	FERNANDA NASCIMENTO DAGOSTIN
025	161162	NILTON DA LUZ NETO
026	161256	MARIA EDUARDA MILANEZE DE AGUIAR
027	161261	GABRIELA DORDETTE
028	161308	GRACIANA BURIGO SOARES
029	161448	ANGELICA FERMO MANFREDINI
030	161038	TAYANE MIRANDA DOS SANTOS
031	161439	TIAGO MENEGON SAVARIS
032	161120	SUZANA VIEIRA SIQUEIRA
033	161206	ANDREZA ARAUJO
034	161152	INGRID RICKEN BELMIRO
035	161046	JESSICA MARCON MARAGNO
036	161361	GEMERSON GHISI NUERNBERG
037	160935	MARLON PERUCHI
038	161344	PAOLA DE CARVALHO
039	161095	GIOVANNA DE GODOI

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

040	161475	MAURY LUPIN VICTOR
041	161228	RAFAEL AMARAL OLIVEIRA
042	160943	TATIANE SAVI CASTELLER
043	161234	PAMELA DA ROSA HAINZENREDER
044	160933	JOANA CARDOSO CANDIDO
045	160991	HELOISA BITTENCOURT
046	161459	TAIS SENA SILVA
047	161091	GABRIELA AGUIAR GIASSI
048	161054	IZANDRA MARIA DA SILVA LEANDRO
049	161067	BEATRIZ DAL PONT MACHADO
050	161315	DALILA ENDLER SCHUTZ
051	161144	FERNANDA APPEL FLORES
052	161183	DEISE GHELLERE
053	160993	PAULA SILVERIO GUOLLO WESTRUP
054	161345	MALU MONDARDO DAMIANI SOUZA
055	161442	LARISSA HOEPERS DE MEDEIROS
056	161184	TAYNA CAMPOS LOPES
057	160922	KAMILA CANELA DOMINGOS
058	161462	PETER LESSA PEREIRA
059	161217	FRANCELE RAMOS PEREIRA
060	160898	PRISCILA DUMINELLI PEREIRA
061	161316	VICTOR DA SILVA NANDI
062	161359	VANESSA EMERIM TEIXEIRA
063	161227	DANIELA VASCONCELOS DA SILVA
064	161027	ANA HELENA DAGOSTIN VERONEZ
065	161267	SABRINA ELYANE OLINEK
066	161052	MARIA EDUARDA APOLINARIO ESTEVES
067	160931	LETICIA MACHADO ROVARIS
068	161274	GEISLAINE BLOEMER
069	160891	VANESSA MARTINELLO FRITZEN
070	160892	DEIVID DE FREITAS FLORIANO
071	161460	ANA FLAVIA DA ROSA SOUZA
072	161057	FERNANDA DE MATTIA PASSOS
073	161029	PAMELA OLIVEIRA DA SILVA
074	161017	VANESSA CARLESSI
075	161296	VINISSIUS DE SA LEMOS
076	161272	BARBARA KUPINSKI MATOS
077	161433	JANETE ORESTES
078	161141	HIDENE LEONIDA GOMES ANTONIO
079	161473	ROSIMERI PEREIRA
080	161194	FLAVIA VIEIRA TOME CESARIO

Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161083	EDMILSON CECHINEL TORQUATO
002	160972	GILBERTO ZOCHE DEMO
003	161258	RAFAEL DANIEL
004	160915	LUCAS MARTINS CARBONI
005	161381	MARIO LUIZ LOURENCO
006	161021	ROGERIO PAULINO ROCHA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

007	161360	LUCIANO BREMBATI
008	161299	JUCIVAN DOS SANTOS DE JESUS MARQUES

Cargo: PSICOLOGO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	161313	THAIS DOS SANTOS PEREIRA
002	160910	ELOA KALLINE TALHAMENTO
003	161138	RAFAEL ZANERPE DE SOUZA NUNES
004	161209	GLAUCIA CAROLINA SCHIAVON
005	161094	EDIMARTA STECKERT PALADINI
006	161395	MIREILA SKOLAUDE LEAL
007	161161	SUELE PAGNAN VICENTIN
008	161231	FERNANDA ISABEL WEIMANN
009	161264	IARA GONCALVES TEIXEIRA
010	161399	SUELEN ELIAS PEREIRA
011	161011	MARIANA DE STEFANI TRAMONTIN
012	161425	KELLY PEREIRA DIAS
013	160899	MARIANA PORTO DOS SANTOS
014	161353	LEILA LUIZI GRUBEL
015	160965	LIVIA CASTRO BERRO
016	161469	JOSEANE NAZARIO
017	161444	LUCIANE BITENCOURT DE SOUZA
018	161337	BIANCA ALEXANDRE
019	161354	LUCIANA GENUINO MACHADO
020	160897	JESSICA CAROLINE MAYER
021	161249	AMANDA COSTA TEIXEIRA
022	160947	ANA CAROLINA CAVALCANTE LOPES
023	160981	CRISTIANI GOMES ELIAS
024	161134	BRUNA GOMES SCARPATI
025	161229	KARINE INES WESTENHOFEN FELZMANN
026	160966	JANINE GOMES SCHNEIDER
027	161293	ELISANGELA PEREIRA
028	161368	LAIS BORDIGNON
029	160912	GLORIA VIEIRA
030	161436	LUANA DOS SANTOS
031	161421	IASKARA SILVEIRA CORREA TAVARES
032	161393	ELIANE MOTTA
033	161377	IZABEL MATIAS
034	161479	JULIANO GENEROSO CECHINEL
035	161254	MAIARA DA SILVA MACHADO
036	160904	FERNANDA PLACIDO REINALDO
037	160919	DAIANE APARECIDA LODETTI
038	161270	ANDREIA DE STEFANI
039	161343	LUZIA DAGOSTIN SACCON
040	161133	FERNANDA MANFREDINI
041	161168	HANNA ARNS RAUPP
042	161156	ANA ROSA BASTOS DA SILVEIRA

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

Publicação Nº 2127831

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1648/2019
Modalidade: Pregão Nº 042/2019
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO PARA CALÇAMENTO
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 02 de setembro de 2019
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 02 de setembro de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 19/08/19.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064-2019 EXAMES BRUCELOSE TUBERCULOSE - JSG REPRESENTACOES LTDA

Publicação Nº 2127992

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 064/2019
Processo Licitatório nº 1531/2019
Pregão SRP nº 040/2019
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: JSG REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 29.510.035/0001-52
Valor: R\$ 88.200,00

Assinado em: 19/08/2019
Vigente até: 18/08/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES BOVINOS DE TUBERCULOSE E BRUCELOSE PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MODELO/SC

Modelo/SC, 19 de agosto de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito

PORTARIA Nº 0158/2019

Publicação Nº 2128590

PORTARIA Nº 0158/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSIMAR MACHADO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal JOSIMAR MACHADO, matrícula nº 2279-9, nomeado pelo Decreto nº 178/2016, o exercício das funções do cargo efetivo de Motorista, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação, a partir desta data.

Parágrafo Único: Fica atribuído ao Servidor, a Jornada 01 dos Motoristas do Transporte Escolar, constante na Portaria nº 0142/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de agosto de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0159/2019

Publicação Nº 2128610

PORTARIA Nº 0159/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEITON LUIZ ONGHERO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal CLEITON LUIZ ONGHERO, matrícula nº 1944-5, nomeado pelo Decreto nº 136/2012, o exercício das funções do cargo efetivo de Motorista, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de agosto de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 017.2019 - CLÍNICA DE ESPECIALIDADES KANNENBERG

Publicação Nº 2128007

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – F.M.S.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2019

CONTRATANTE: Município de Mondaí, através do F.M.S. CONTRATADA: CLÍNICA DE ESPECIALIDADES KANNENBERG S/S LTDA, CNPJ nº. 08.787.382/0001-57. OBJETO: Contratação de serviços médicos profissionais de ginecologia e obstetrícia, com dedicação de 32 horas semanais, para atendimento aos munícipes em geral, junto à unidade de saúde da sede do município, no mesmo horário fixado para o expediente da unidade, por profissional com aptidão para exercer a atividade. A prestação dos serviços será para o mês de agosto/2019, conforme especificações constantes no presente edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 028/2019 – Dispensa de Licitação nº 003/2019. VALOR: O valor a ser pago é de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31 de agosto de 2019. Mondaí – SC, 05 de agosto de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 019.2019 FMS

Publicação Nº 2128043

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – F.M.S.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2019

CONTRATANTE: Município de Mondaí, através do F.M.S. CONTRATADA: GUARDA E RIEDEL TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº. 19.663.679/0001-27. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica que realize o fornecimento, de forma parcelada, transporte de pacientes para tratamento e consultas especializadas em outras cidades, em veículos tipo van com capacidade mínima de 15 pessoas sentadas, com motorista, ar condicionado, tacógrafo, e todos os itens de segurança pertinentes, para o Fundo Municipal de Saúde de Mondaí-SC para o exercício de 2019 e/ou subsequentes, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado. ORIGEM: Processo Licitatório nº 026/2019 – Pregão Presencial nº 012/2019. VALOR: O valor a ser pago é de até R\$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2019. Mondaí – SC, 08 de agosto de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA Nº 003.2019 FMS

Publicação Nº 2127983

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019

Dispensa de Licitação nº. 003/2019

O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.386.903/0001-79, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 028/2019, DL nº 003/2019 e, com fulcro no Art. 24, Inciso V, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: OBJETO: Contratação de serviços médicos profissionais de ginecologia e obstetrícia, com dedicação de 32 horas semanais, para atendimento aos munícipes em geral, junto à unidade de saúde da sede do município, no mesmo horário fixado para o expediente da unidade, por profissional com aptidão para exercer a atividade. A prestação dos serviços será para o mês de agosto/2019, conforme especificações constantes no presente edital. CONTRATADA: CLÍNICA DE ESPECIALIDADES KANNENBERG S/S LTDA, com sede à Rua Barão do Rio Branco, 449-E, Sala 3 e 4, Centro, Município de Chapecó/SC, CEP 89.806-300, inscrita no CNPJ sob nº. 08.787.382/0001-57. VALOR MENSAL: R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 31/08/2019. Mondaí – SC, 05 de Agosto de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 042/2019 - PMM

Publicação Nº 2128004

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019. O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 042/2019. TIPO: Menor Preço por LOTE. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás de cozinha e kit gás (registro, abraçadeiras e mangueira) e anti-mofo, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 02 de Setembro de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 02 de Setembro de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 12 de Agosto de 2019. VALDIR RUBET - Prefeito Municipal.

PORTARIA DE FÉRIAS 0264/2019

Publicação N° 2128930

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0264 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

CONCEDER 7 dias de férias ao servidor KARLHEINZ KOELLN, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 713.227, inscrito no CPF sob nº 224.712.431-34, matrícula 3839, Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, correspondente ao período aquisitivo 14.01.2019 a 13.01.2020, com gozo entre os dias 26.08.2019 e 01.09.2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 19 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

ELISEU BOHN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 68/2019/PM

Publicação Nº 2128746

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 68/2019/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE CALHAS, RUFOS, GRADES, VIDROS e SERVIÇOS DE SERRALHERIA, ADESIVOS, BANNER, PLACAS, PLOTAGENS. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues das 08:00 horas do dia 02/setembro/2019 até as 09:45 horas do dia 02/setembro/2019. Abertura da sessão no dia 02/setembro/2019 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO, JULGAMENTO LOTE consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO Nº 013/CMDCA/2019

Publicação Nº 2128543

RESOLUÇÃO Nº 013/CMDCA/2019

DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MONTE CARLO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Monte Carlo-SC, no uso de suas atribuições,

Considerando o Edital nº 01/2019/CMDCA, de 08 de abril de 2019, que abre inscrições para o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Monte Carlo-SC;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado das provas objetivas, referentes ao Edital nº 01/2019/CMDCA, do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Monte Carlo-SC, conforme segue abaixo:

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
02	Jacqueline de Oliveira Alves	REPROVADA
03	Jhennifher Cordeiro Rizzi	APROVADA
04	Katiane Cordeiro	APROVADA
05	Lucélia de Souza Silva	APROVADA
06	Sidicleia Aparecida Silva	APROVADA
07	Luana Rúbia Rosa	APROVADA
08	Anelise da Silva	APROVADA
10	Crislaine de Oliveira	REPROVADA
11	Thais de Oliveira	REPROVADA
12	Flávia dos Santos	APROVADA
13	Ana Lucia Corrêa	REPROVADA

Art. 2º Abre novo período para interposição de recursos, na data de 21 e 22 de agosto de 2019.

Art. 3º As questões anuladas, a mesma será considerada correta para todos os candidatos, de modo que a sua pontuação será atribuída a todos os candidatos indistintamente.

Art. 4º Caberão recursos na formulação das questões, publicação de gabaritos, notas obtidas e publicação do resultado final não sendo intempestivamente.

Art. 5º No caso do recurso ser contra a aplicação da prova, ou gabarito, este deverá ser devidamente fundamentado, incluindo bibliografia pesquisada, deverá conter todos os dados que informem a identidade do candidato recorrente, incluindo o número de inscrição.

Art. 6º Será indeferido ou rejeitado o recurso que:

- I. Estiver incompleto;
- II. Não apresentar argumentação lógica e consistente;
- III. For protocolado fora do prazo;
- IV. O recurso deverá ser encaminhado, por escrito, a Comissão Especial Eleitoral, nada data de 21 e 22 de agosto, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rodovia SC 452, Km 24, N° 1505, deferido pelo mesmo, deverá ser encaminhado a empresa responsável pelo certame;
- V. Será admitido ao candidato apresentar recurso sobre o mesmo fato apenas uma vez, o qual poderá abranger uma ou mais questões relativamente ao seu conteúdo, sendo automaticamente desconsiderados os recursos de igual teor interpostos pelo mesmo candidato.
- VI. Caso o recurso for considerado procedente e houver alterações no gabarito oficial, todas as provas que contenham a mesma questão serão corrigidas novamente.

Art. 7º O CMDCA publicará o resultado final das provas objetivas na data de 26 de agosto de 2019.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 16 de agosto de 2019.

FELIPE PONTES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Monte Carlo-SC

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO N° 112/2019

Publicação N° 2128564

DECRETO N° 112/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.019.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.944, de 19 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito orçamentário especial no valor R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), com a seguinte discriminação:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
Ativ. (2.102) Manutenção e Execução das Atividades do Conselho Tutelar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior correrá por conta de anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

07.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENV. SOCIAL	
Ativ. (2.001) Manutenção e Execução das Atividades do Conselho Tutelar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 28.206,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 12.389,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 7.617,00
07.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENV. SOCIAL	
Ativ. (2.016) Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 21.788,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 19 de agosto de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

EDITAL N.º 001/2019/CMDCA

Publicação N° 2128777

INFORMÁTICA BÁSICA - 05 QUESTÕES

QUESTÃO 1 (Valor: 0,50)

A Unidade Central de processamento (CPU) é conhecida como o cérebro do computador, ela comanda os periféricos por meio de instruções. A CPU é dividida internamente em duas unidades, que são conhecidas como:

- A) Placa mãe e disco rígido.
- B) Lógica aritmética e controle Alternativa.
- C) Bios e placa mãe.
- D) Entrada e saída.

QUESTÃO 2 (Valor: 0,50)

Atualmente os softwares possuem diferentes formas de licença quanto a sua aquisição. Com relação a forma de aquisição conhecida como Freeware é correto afirmar que:

- A) Direitos autorais são protegidos nesses softwares, mas em alguns casos podem ser utilizados por um período específico para avaliação.
- B) São softwares de demonstração.
- C) São softwares produzidos por empresa com intuito exclusivo de obtenção de lucro.

D) São softwares com licença livre, ou seja, livre de direitos autorais, porém não se pode revender com o objetivo de produzir lucro.

QUESTÃO 3 (Valor: 0,50)

A camada física de uma rede de computadores é conhecida como topologia de rede. A topologia é o layout físico dos fios que conectam os nós da rede de computadores. Quais as três topologias comuns possíveis em uma rede.

- A) Estrela, anel e barramento.
- B) Rede, transporte e sessão.
- C) Enlace, apresentação e aplicação.
- D) Ligação de dados, TCP/IP, OSI.

QUESTÃO 4 (Valor: 0,50)

Uma linguagem de programação é um conjunto de regras e instruções para que possam ser gerados os programas (Softwares). Assinale a alternativa que contenha somente linguagens de programação

- A) Html, php e DOS.
- B) Java, C e python.
- C) php, DOS e python.
- D) html, Java e Unity.

Os salários de quatro cinco funcionários de uma empresa X foram inseridos em uma planilha de Excel para o cálculo de seus novos salários.

Ao aplicar na célula G1 da planilha do Microsoft Excel a fórmula =SE(F1>2000;F1*10%; F1*20%) e utilizando o recurso da alça de auto preenchimento para arrastar a fórmula da célula G1 até G4 tem-se respectivamente os seguintes resultados:

- A) 3150, 1600, 2250, 1200.
- B) 3150, 1800, 2250, 1350.
- C) 350, 400, 250, 300.
- D) 350, 200, 250, 150.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 15 QUESTÕES QUESTÃO 6 (Valor: 0,50)

Assinale a alternativa INCORRETA, conforme a Constituição Federal de 1988:

- A) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária.
- B) É dever apenas do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação.
- C) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais.
- D) A aplicação de percentual dos recursos públicos destinado à saúde na assistência materno- infantil é preceito que deve ser atendido pelo Estado na promoção de programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem.

QUESTÃO 7 (Valor: 0,50)

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 inovaram o ordenamento jurídico brasileiro ao admitirem a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. A mudança decorreu da incorporação do princípio, teoria ou paradigma da:

- A) Prioridade Absoluta.
- B) Proteção Integral.
- C) Responsabilidade tríplice compartilhada.
- D) Melhor interesse da criança.

QUESTÃO 8 (Valor: 0,50)

Sobre o direito à saúde de crianças e adolescentes, assinale a INCORRETA.

- A) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde.
- B) O aleitamento materno é obrigatório, por tratar-se de direito da criança na primeira infância.
- C) As políticas sociais públicas devem permitir o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- D) O acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente se dá por intermédio do SUS.

QUESTÃO 9 (Valor: 0,50)

Sobre o direito à liberdade de crianças e adolescentes, assinale a alternativa INCORRETA conforme o ECA:

- A) O direito à liberdade compreende o direito de ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- B) O direito à liberdade compreende o direito à opinião e expressão.
- C) O direito à liberdade compreende o direito de se manifestar anonimamente nas redes sociais.
- D) O direito à liberdade compreende o direito de participar da vida política, na forma da lei.

QUESTÃO 10 (Valor: 0,50)

Sobre a família natural e a família substituta, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A colocação em família substituta pode ser feita mediante guarda, tutela ou adoção.
- B) A família substituta é a formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- C) A família extensa ou ampliada é a decorrente de adoção.
- D) A família natural é a que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal.

QUESTÃO 11 (Valor: 0,50)

Para a colocação da criança ou adolescente em família substituta:

- A) O grau de parentesco nunca precisará ser levado em consideração.

- B) O consentimento da criança será obrigatoriamente colhido em audiência.
- C) É dispensada a preparação gradativa e o acompanhamento posterior.
- D) Os grupos de irmãos serão colocados na mesma família substituta, ressalvada a comprovação de risco ou outra situação justificável.

QUESTÃO 12 (Valor: 0,50)

Sobre a adoção, assinale a INCORRETA:

- A) A adoção é medida excepcional e irrevogável.
- B) O adotante deve ser dezesseis anos mais velho que o adotado, no mínimo.
- C) Os maiores de dezoito anos podem adotar, ainda que solteiros.
- D) Os divorciados não podem adotar conjuntamente, nem mesmo se acordarem sobre guarda e regime de visitas.

QUESTÃO 13 (Valor: 0,50)

Assinale a alternativa CORRETA a respeito da prevenção de ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, conforme o ECA.

- A) Crianças menores de doze anos somente poderão entrar e permanecer em locais de apresentação quando acompanhados dos pais ou responsável.
- B) É proibida a venda de bebidas alcoólicas a crianças, sendo facultada a adolescentes quando autorizado pelos pais ou responsável.
- C) É proibida a hospedagem de criança em hotel sem autorização ou acompanhamento pelos pais ou responsável, sendo permitida a do adolescente.
- D) As revistas e publicações contendo material impróprio deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com advertência do seu conteúdo.

QUESTÃO 14 (Valor: 0,50)

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, o poder familiar e a filiação, assinale a INCORRETA.

- A) A criança e o adolescente têm o direito de ser criados no seio da família substituta, e, excepcionalmente em família natural.
- B) A convivência familiar procede do poder familiar e traz consigo a importância dos vínculos afetivos.
- C) A convivência comunitária relaciona-se com o ingresso na cidadania e no desenvolvimento das relações sociais.
- D) Em virtude de igualdade entre os filhos, não é permitida qualquer distinção entre os nascidos da relação matrimonial e os nascidos fora dela.

QUESTÃO 15 (Valor: 0,50)

A respeito o acolhimento familiar, previsto no art. 34 do ECA, assinale a CORRETA.

- A) O acolhimento familiar possui caráter temporário e provisório.
- B) O acolhimento institucional tem prioridade sobre o familiar.
- C) A família acolhedora recebe a criança ou adolescente mediante o instituto da tutela.
- D) A família acolhedora não recebe qualquer aporte financeiro, ficando integralmente responsável pelas despesas decorrentes do acolhimento da criança ou adolescente.

QUESTÃO 16 (Valor: 0,50)

O dever do Estado com a educação será efetivado, conforme artigo 208 da CF/88, mediante:

- A) Educação básica obrigatória e gratuita dos 5 (cinco) ao 18 (dezoito) anos.
- B) Progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- C) Atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, por meio de rede especial de ensino.
- D) Educação infantil, em creche e pré-escola até 4 (quatro) anos de idade.

QUESTÃO 17 (Valor: 0,50)

As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento, cujos programas sejam regularmente inscritos no CMDCA, serão fiscalizadas:

- A) Apenas pelo Poder Judiciário.
- B) Pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- C) Pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- D) Apenas pelos Conselhos Tutelares.

QUESTÃO 18 (Valor: 0,50)

Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma característica do Conselho Tutelar:

- A) Órgão permanente e autônomo.
- B) Órgão jurisdicional.
- C) Órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- D) Órgão colegiado.

QUESTÃO 19 (Valor: 0,50)

Assinale a alternativa INCORRETA em relação às atribuições do Conselho Tutelar.

- A) Atender as crianças e adolescentes nos casos de ameaça ou violação dos seus direitos e atender e aconselhar os pais ou responsáveis.
- B) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
- C) Resolver os casos que envolvam conflito de interesses relacionados à destituição do poder familiar, guarda, tutela ou adoção.
- D) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 20 (Valor: 0,50)

Sobre as decisões do Conselho Tutelar, assinale a CORRETA.

- A) As decisões podem ser revistas apenas a cada 4 (quatro) anos, quando há eleição dos Conselheiros Tutelares.
B) As decisões são revistas pelo Ministério Público a qualquer momento a requerimento de qualquer membro da sociedade.
C) As decisões somente poderão ser revistas pelo Ministério Público a pedido de quem tenha interesse legítimo.
D) As decisões somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha interesse legítimo.

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO 001/2019

Publicação Nº 2128770

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 001/2019/CMDCA
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Nome do candidato:

Inscrição:

CPF:

PEDIDO DE RECURSO QUANTO:

() ao conteúdo e/ou à elaboração da(s) seguinte(s) questão(ões) da prova:

() ao gabarito divulgado - questão(ões) número(s):

() à classificação no resultado preliminar divulgado :

JUSTIFICATIVA:

, . (LOCAL) (DATA)

(ASSINATURA DO CANDIDATO)

GABARITO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2019/CMDCA

Publicação Nº 2128545

A Comissão torna público, o gabarito final do Processo seletivo 001/2019/CMDCA do Município de Morro da Fumaça.

GABARITO

CARGO: Conselheiro Tutelar

NÍVEL: Ensino superior completo

INFORMÁTICA BÁSICA		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA
1	B	6	B
2	D	7	B
3	A	8	B
4	B	9	C
5	C	10	A

	11	D
12	D	
13	D	
14	A	
15	A	
16	B	
17	C	
18	B	
19	C	
20	D	

Morro da Fumaça, segunda-feira 19 de agosto de 2019.

GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação N° 2128775

A Comissão torna público, o gabarito preliminar do Processo seletivo 001/2019/CMDCA do Município de Morro da Fumaça.

GABARITO

CARGO: Conselheiro Tutelar

NÍVEL: Ensino superior completo

INFORMÁTICA BÁSICA		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA
1	B	6	B
2	D	7	B
3	A	8	B
4	B	9	C
5	C	10	A
		11	D
12		D	
13		D	
14		A	
15		A	
16		B	
17		C	
18		B	
19		C	
20		D	

Morro da Fumaça, segunda-feira 29 de julho de 2019.

LEI N° 1.943/2019

Publicação N° 2128248

LEI N° 1.943/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA EM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o Protocolo de Intenções de instituição do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC, com a finalidade estabelecer relações de cooperação federativa entre Municípios consorciados, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, propiciando a gestão associada de serviços públicos, visando a melhoria da infraestrutura, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados, mediante a implementação de políticas públicas de interesse

comum.

Parágrafo único. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 5 (cinco) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Morro da Fumaça no CIM-AMREC, nos termos do Protocolo de Intenções ora ratificado.

Art. 3º O CIM-AMREC, será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.

Art. 4º Fica autorizado o ingresso do Município de Morro da Fumaça a firmar contrato de rateio com o CIM-AMREC, de acordo com cada programa de atendimento, visando

atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções e Assembleia Geral.

Art. 5º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre os Municípios consorciados e o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC, a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 19 de agosto de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 1944/2019

Publicação Nº 2128251

LEI Nº 1944/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.019.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito orçamentário especial no valor R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), com a seguinte discriminação:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
Ativ. (2.102) Manutenção e Execução das Atividades do Conselho Tutelar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior correrá por conta de anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

07.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENV. SOCIAL	
Ativ. (2.001) Manutenção e Execução das Atividades do Conselho Tutelar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 28.206,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 12.389,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 7.617,00

07.01 – SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENV. SOCIAL	
Ativ. (2.016) Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00.00.0109 – Aplicações Diretas	R\$ 21.788,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 19 de agosto de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL 008/2019

Publicação N° 2128823

SAMAE de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial 008/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE MACROMEDIDORES ELETROMAGNÉTICOS (TUBO SENSOR FLANGEADO E CONVERSOR DE SINAIS) SEM NECESSIDADE DE TRECHO RETO (0D:0D), COM FLUXO BIDIRECIONAL, ESPECIFICADOS CONFORME REQUISITOS TÉCNICOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA O FORNECIMENTO E UTILIZAÇÃO EM ÁGUA TRATADA E ÁGUA BRUTA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SAA DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Data: 30/08/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

RESULTADO FINAL- EDITAL N.º 001/2019

Publicação N° 2128542

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROCESSO SELETIVO - EDITAL N.º 001/2019

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	TOTAL DE ACERTOS	PONTUAÇÃO POR QUESTÃO	NOTA DA PROVA
1	06	Patricia Cabral Cechinel	CONSELHEIRO TUTELAR	16	0,50	8,00
2	25	Juliana da Silva	CONSELHEIRO TUTELAR	14	0,50	7,00
3	08	Carla Beatriz de Souza	CONSELHEIRO TUTELAR	13	0,50	6,50
4	23	Joelma Bortolotto de Jesus	CONSELHEIRO TUTELAR	13	0,50	6,50
5	17	Joelma Felicio Fernandes	CONSELHEIRO TUTELAR	13	0,50	6,50
6	04	Gizelli Kemper	CONSELHEIRO TUTELAR	11	0,50	5,50
7	01	Gislaine Martins Elias	CONSELHEIRO TUTELAR	11	0,50	5,50
8	14	Lidiane Gonçalves de Souza Lansone	CONSELHEIRO TUTELAR	11	0,50	5,50
9	02	Realdo Antonio Bortolin Filho	CONSELHEIRO TUTELAR	10	0,50	5,00
10	03	Ariany Farias dos Santos Sales	CONSELHEIRO TUTELAR	9	0,50	4,50
11	11	Bruna Alexandre Machado	CONSELHEIRO TUTELAR	9	0,50	4,50
12	05	Geovana Maria de Bitencourt	CONSELHEIRO TUTELAR	9	0,50	4,50
13	12	Marli Maurina Patricio	CONSELHEIRO TUTELAR	8	0,50	4,00
14	19	Patricia Aguiar da Silva	CONSELHEIRO TUTELAR	7	0,50	3,50

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 36/2019 FMS

Publicação N° 2128085

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 36/2019 FMS

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição de medicamentos e materiais de higiene de uso veterinário, destinados aos animais atendidos no Departamento de Atenção e Bem Estar Animal - DABA, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 02/09/2019 até às 08h50. Abertura/envelopes: 02/09/2019 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio n° 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONVOCAÇÃO CONCURSO 01/2015

Publicação N° 2128637

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 19 de agosto de 2019.

Ilmo Sr. (a)
CLAISE BILLIG (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 01/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 01/2015, para o cargo de RECEPCIONISTA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de Rh

DECRETO 149/2019

Publicação N° 2128464

DECRETO N° 149, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Chamamento Público – Edital n° 001/2019/SMS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital n° 001/2019/SMS: e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Chamamento Público de n° 001/2019 SMS;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Chamamento Público de n° 001/2019 SMS;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Chamamento Público de n° 001/2019 SMS, conforme classificação constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e

mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público Municipal preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes - SC, 16 de agosto de 2019.

Emílio Vieira,
Prefeito Municipal.

Márcio da Rosa
Secretário de Administração e Logística

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – Secretaria Municipal de Saúde

MÉDICO CLINICO GERAL – ensino superior

CANDIDATOS	Data Nascimento	PPG LS/Esp.	Experiência	Curso	Stricto Senso	Pontuação TOTAL	Resultado
MARIA DEL ROCIO RUZ RAMIREZ	01/05/1964	20	10	50	0	80	Aprovado
MARTINA BOLA-CEL MARTINS	01/08/1994	0	0	50	0	50	Aprovado
MARIANA DE SOUZA PEREIRA PAES	15/12/1989	0	5	40	0	45	Reprovado
JORGE RICARDO SORIA	07/01/1966	20	10	10	0	40	Reprovado
MARCIA HELENA DE SOUZA PEREIRA	11/01/1957	20	10	0	0	30	Reprovado
MARLOS JEAN CARNIEL	07/03/1974	20	10	0	0	30	Reprovado
EDNA NUBIA SANTOS DA SILVA	19/01/1953	10	10	0	0	20	Reprovado
ROSEMARY ALVES DE ALMEIDA	04/01/1987	10	10	0	0	20	Reprovado
ISADORA LEMES DA SILVA	22/01/1994	0	0	0	0	0	Reprovado

ODONTÓLOGO ESF – ensino superior

CANDIDATOS	Data Nascimento	PPG LS/Esp.	Experiência	Curso	Stricto Senso	Pontuação TOTAL	Resultado
ELISA LIMA DOS SANTOS	20/12/1971	20	10	50	10	90	Aprovado
CARLA LUIZA ROCHA GONÇALVES	11/01/1975	20	10	40	0	70	Aprovado
MARIANA MORENA ARGUS CASAS	04/01/1984	10	10	50	0	70	Aprovado
FLAVIA GONÇALVES KOENIG	17/11/1989	10	10	40	0	60	Aprovado
IGOR SUPTITZ VIEIRA	29/12/1992	10	0	50	0	60	Aprovado
LUANA MAYARA RIBEIRO	06/04/1995	0	5	50	0	55	Aprovado
ALDIERE RONALDO BARBOSA KLIPPEL	11/10/1980	10	10	20	0	40	Reprovado
JULIA BORTOLI	04/12/1991	10	10	20	0	40	Reprovado
JULIANA BORGES MULLER	22/07/1992	0	10	30	0	40	Reprovado
SABRINA MARTINELLI ZANON	16/01/1993	10	10	20	0	40	Reprovado

ZILDA CARMEN CORTELINI	21/01/1971	10	5	20	0	35	Reprovado
ANDREZA MARY PACHECO BERTOLI	06/05/1977	10	5	20	0	35	Reprovado
VIRGILIO CESAR GALVAO PIMENTEL	09/05/1971	10	0	0	20	30	Reprovado
JULIANE DENISE KUNN KOGUCHI	16/10/1977	10	10	10	0	30	Reprovado
INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	03/01/1983	0	10	20	0	30	Reprovado
MARISOL CANI DE ALMEIDA	17/07/1993	10	10	10	0	30	Reprovado
JOA THIAGO MENDES	12/08/1979	20	5	0	0	25	Reprovado
LEANDRO JAVIER SUAZO	22/02/1980	20	5	0	0	25	Reprovado
GUILHERME MIRANDA SAMPAIO	22/11/2019	10	5	10	0	25	Reprovado
RAFAEL THIAGO LAURENTINO	07/06/1993	0	5	20	0	25	Reprovado
ISABELA DOS SANTOS DA CRUZ	30/06/1993	10	5	10	0	25	Reprovado
ANDREIA REGINA RUZZA	22/03/1974	0	0	20	0	20	Reprovado
DIEGO COUTO RODRIGUES	21/01/1988	0	10	10	0	20	Reprovado
ELOISE NATHALIA RUSCHEL	21/12/1992	10	10	0	0	20	Reprovado
DANIELA ANACLETO DE LUCREZIA	28/09/1995	0	10	10	0	20	Reprovado
MARINA MARTINATTO	26/02/1983	0	5	10	0	15	Reprovado
DANIELE NASCIMENTO BORGES	03/02/1987	0	5	10	0	15	Reprovado
ANNA KARINA BOEING SOARES	30/11/1988	0	5	10	0	15	Reprovado
BRUNA LUIZA CAREGNATTO	21/05/1996	0	5	10	0	15	Reprovado
ANDREIA REGINA HORTIZ	15/01/1981	0	0	10	0	10	Reprovado
ANNA CLAUDIA COSTA	08/09/1971	0	5	0	0	5	Reprovado
LAISA MAFRA LIMAS	17/09/1996	0	5	0	0	5	Reprovado
ISABELA FERREIRA ROSA	12/03/1997	0	0	0	0	0	Reprovado

DECRETO 152/2019

Publicação Nº 2128467

DECRETO Nº 152, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBRO INSTITUÍDO ATRAVÉS DO DECRETO 118/2019, CONFORME SEGUE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com a Lei 3376/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado, por este ato, o membro integrante do Conselho Municipal da Cidade, conforme segue:

Procuradoria Geral do Município	Titular	Edilson Antonio dos Santos
---------------------------------	---------	----------------------------



Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação mantendo inalteradas os demais dispositivos do decreto 118/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

DECRETO 153/2019

Publicação Nº 2128470

DECRETO Nº 153, DE 16 DE AGOSTO DE 2019
INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE REQUERIMENTOS PROTOCOLADOS REFERENTE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO, e REVOGA NA ÍNTEGRA O DECRETO 37/2018.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, por este ato, a Comissão Especial para análise de requerimentos protocolados referente às faturas de água e esgoto, cujos nomes são os seguintes:

- I – Adriana Goulart Pontes – Presidente;
- II – Francisco Manoel Couto Neto – Membro;
- III – Robespierre Xavier da Silva Junior – Membro.

Art. 2º A presente Comissão fica autorizada a analisar e deliberar sobre as solicitações de alteração de consumo e valor das faturas de água e esgoto, seguindo a Instrução Normativa da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor e outros requerimentos protocolados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando na íntegra o decreto 37/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 148 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127908

DECRETO Nº 148 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3417 de 16/08/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 159.999,00 (Cento e Cinquenta e Nove Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais) das seguintes dotações:

Órgão: 06 – Fundação Municipal de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Municipal de Cultura
Função: 13 – Cultura
Programa: 39 – Movimento Criativo
Subfunção: 392 – Difusão Cultural
2.058 – Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura
Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários
14 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 159.999,00

T O T A LR\$ 159.999,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 06 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Cultura
 Função: 13 – Cultura
 Programa: 39 – Movimento Criativo
 Subfunção: 392 – Difusão Cultural
 2.054 – Manutenção as Ações da Fundação Municipal de Cultura
 Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários
 06 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 159.999,00

T O T A L R\$ 159.999,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 16 de agosto de 2019.
 Emílio Vieira
 Prefeito

EDITAL 002/2019 - AGENTE ENDEMIAS

Publicação Nº 2128674

Edital 002/2019/SMS

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 002/2019 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo, torna público o que segue:

1. A Classificação Final de todos os aprovados do Processo Seletivo 002/2019 da Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes, depois de julgado todos os recursos, consta divulgada no Anexo I deste edital em ordem de classificação por cargo, já considerados os critérios de desempate;

2. O resultado final será homologado através de decreto municipal.

Navegantes, 15 de agosto de 2019.
 EMÍLIO VIEIRA
 Prefeito

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SMS EDITAL 002/2019

AGENDE DE ENDEMIAS – ensino médio								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Data Nascimento	Conhecimentos básicos do SUS		Conhecimentos Específicos		Nota Final	RESULTADO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota		
77	JAIR LUCAS MARIANO JUNIOR	21/10/1994	10	3	19	6,65	9,65	Aprovado
81	MIRIAN GOES DOS SANTOS	03/05/1984	8	2,4	18	6,3	8,95	Aprovado
194	AMANDA RODRIGUES DAS CHAGAS	20/07/1990	10	3	17	5,95	8,7	Aprovado
50	ELKE MARIA KELLERMANN	29/02/1960	9	2,7	17	5,95	8,65	Aprovado
24	CLEVERSON CARDOSO DIAS	15/02/1979	7	2,1	17	5,95	8,3	Aprovado
49	ALEXANDRE HENRIQUE ALMEIDA	05/04/1993	9	2,7	16	5,6	8,3	Aprovado
79	LEIVA DO NASCIMENTO AUGUSTO MARCHIORE	25/05/1984	9	2,7	16	5,6	8,25	Aprovado
19	GISELE ALVES MACHADO	02/02/1982	8	2,4	16	5,6	8,05	Aprovado
15	HELLEN CRISTINE DA SILVA NUNES NASCIMENTO	26/07/1994	4	1,2	16	5,6	8	Aprovado

186	LUIZ FELIPE OLIVEIRA DE JESUS CIDREIRA	03/05/1994	1	0,3	16	5,6	7,65	Aprovado
75	SILVIA REGINA STOCO DA CRUZ	12/04/1977	10	3	15	5,25	7,35	Aprovado
180	LEONARDO DE SOUZA ROCHA	08/11/1998	8	2,4	15	5,25	7,35	Aprovado
188	EUGENIA DA SILVA QUINTO-PE DE JESUS	28/07/1981	7	2,1	15	5,25	7	Aprovado
43	ALINI VERONICA MOMBACH GODOI	19/06/1995	7	2,1	15	5,25	7	Aprovado
123	HÉLIO MAUCH R. TENÓRIO	26/01/1950	5	1,5	15	5,25	6,95	Aprovado
185	CLISIA CINTIA BRITO DOS SANTOS CARLOS	17/02/1986	3	0,9	15	5,25	6,95	Aprovado
116	DAIANA BARBARA LUCIANO	18/07/1993	7	2,1	14	4,9	6,95	Aprovado
36	THAIS SANTOS DE CARVALHO	05/11/1994	7	2,1	14	4,9	6,9	Aprovado
189	THAYSA MENDES MARINHO	24/05/1987	6	1,8	14	4,9	6,8	Aprovado
82	DIOGO DE OLIVEIRA HAAG	18/08/2000	6	1,8	14	4,9	6,8	Aprovado
6	LETICIA DA SILVA MEDEIROS YAGI	26/04/1988	6	1,8	14	4,9	6,75	Aprovado
164	SANDRA MARA CAVILHA	19/01/1971	6	1,8	14	4,9	6,7	Aprovado
34	DEBORA FRAÇOISE DE OLIVEIRA PIEKARZEWICZ	26/11/1977	5	1,5	14	4,9	6,7	Aprovado
44	VIVIANE SOUZA CORDEIRO	24/05/1988	5	1,5	14	4,9	6,7	Aprovado
153	CAROLINE DACOL	15/06/1993	5	1,5	14	4,9	6,7	Aprovado
127	ROSANGELA DE CARVALHO BONETTO	30/09/1976	5	1,5	14	4,9	6,65	Aprovado
64	ELZA DE FREITAS FERREIRA	04/09/1979	5	1,5	14	4,9	6,65	Aprovado
114	JAQUELINE GOMES DE NOVAIS	16/02/2001	5	1,5	14	4,9	6,65	Aprovado
41	RUTE ASSUNÇÃO	06/04/1978	5	1,5	14	4,9	6,6	Aprovado
151	CECILIA APARECIDA LISBOA	01/05/1995	5	1,5	14	4,9	6,6	Aprovado
16	BIANCA CARVALHO DA COSTA	06/09/1996	4	1,2	14	4,9	6,6	Aprovado
162	DOUGLAS DE OLIVEIRA SILVA CRESPO	26/07/1988	3	0,9	14	4,9	6,55	Aprovado
40	ROBERTO SCHRAMM	28/09/1969	8	2,4	13	4,55	6,4	Aprovado
11	GIOVANI DE LUCA	12/12/1973	8	2,4	13	4,55	6,4	Aprovado
27	CARLOS CESAR DE ARAUJO	14/07/1979	8	2,4	13	4,55	6,4	Aprovado

94	SIDNEI ALVES MOREIRA	17/10/1980	7	2,1	13	4,55	6,4	Aprovado
32	JADIELSON CARLOS DANTAS VASCONCELOS	31/01/1981	7	2,1	13	4,55	6,4	Aprovado
21	THAIS IVANA SOUZA ALVES	29/04/1981	7	2,1	13	4,55	6,4	Aprovado
73	ELVIS MURILO RAMOS SOUZA	07/09/1990	6	1,8	13	4,55	6,4	Aprovado
106	VANESSA SANTOS SILVA ALVES	30/06/1992	6	1,8	13	4,55	6,4	Aprovado
109	ROSA MARIA FIGUEREDO DA SILVA	01/10/1973	6	1,8	13	4,55	6,35	Aprovado
56	LUIZ CARLOS TAVARES	21/09/1976	5	1,5	13	4,55	6,35	Aprovado
61	YURY KELLE BENIGNO DO VALE	01/12/1980	5	1,5	13	4,55	6,35	Aprovado
51	CARLA RAIMUNDO DA SILVA	23/12/1968	5	1,5	13	4,55	6,3	Aprovado
121	STEPHANIE FIGUEIREDO DA ROSA	13/12/1994	3	0,9	13	4,55	6,3	Aprovado
168	CLAUDIANE ARAÚJO SANTOS	25/03/1995	3	0,9	13	4,55	6,3	Aprovado
190	EWERTON LEANDRO GABRIEL LIMA	08/07/1995	2	0,6	13	4,55	6,3	Aprovado
138	VERIDIANA LUVIELMO DA CRUZ AGUILHEIRO	10/03/1987	9	2,7	12	4,2	6,15	Aprovado
68	MARCOS ROBERTO MANOZZO	16/03/1967	8	2,4	12	4,2	6,05	Aprovado
155	MARISTELA FERNANDES CABRAL COSTA PORTILHO	29/04/1980	8	2,4	12	4,2	6,05	Aprovado
72	ANOBERTO AVIZ BORGES	11/09/1983	8	2,4	12	4,2	6,05	Aprovado
113	SANDRA MARQUES DE OLIVEIRA	02/08/1969	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
42	MERI TERE-SINHA SILVA GASPARGASPAR DE OLIVEIRA	20/05/1977	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
122	LUCIANA CARLA BATISTA PONTES	03/06/1982	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
141	WALACE RODRIGUES DOS SANTOS	11/06/1984	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
159	CLAUDIA CRISTINA PEREIRA PELISSON	18/12/1973	6	1,8	12	4,2	5,95	Aprovado
148	LENITA FAGUNDES	31/08/1967	6	1,8	12	4,2	5,9	Aprovado
46	LIGIA LIMA FERREIRA DA HORA	19/11/1966	6	1,8	12	4,2	5,8	Aprovado

176	SUSANA TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES	22/03/1969	6	1,8	12	4,2	5,7	Aprovado
54	SILVANA FATIMA NUNES	04/03/1974	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
130	CARLA ANDREA DE QUADROS MORTON	22/07/1975	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
143	FABRICIO DE ASSIS SILVA	29/12/1980	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
165	FRIMAM KLIMKE NAZARIO	01/12/1986	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
74	HIAGO PEREIRA DA SILVA	13/08/1992	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
110	ALEXANDER DOS SANTOS BARBOSA	05/03/1996	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
92	ELIZANDRA DOS ANJOS	02/11/1998	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
137	MARIA SOLANGE GONÇALVES BILESKE	03/01/1978	5	1,5	12	4,2	5,65	Aprovado
150	NICOLAS AUGUSTO DE SOUSA	06/11/2000	4	1,2	12	4,2	5,65	Aprovado
182	ARTUR FIAD MENDES	18/06/2001	4	1,2	12	4,2	5,65	Aprovado
102	JAQUELINE REIS DE MELLO DE OLIVEIRA	29/12/1991	4	1,2	12	4,2	5,6	Aprovado
17	EDGAR GOEBEL	29/04/1958	1	0,3	12	4,2	5,45	Aprovado
120	ROSANE MARIA FRANCISCO FERNANDES	09/10/1980	9	2,7	11	3,85	5,45	Aprovado
161	ADELINDA ALTMANN ARAUJO	08/01/1965	7	2,1	11	3,85	5,4	Aprovado
63	PATRÍCIA ZILDA DOS SANTOS	29/03/1976	6	1,8	11	3,85	5,4	Aprovado
91	ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	25/01/1981	6	1,8	11	3,85	5,4	Aprovado
55	THAYSA FATIMA DA SILVA	14/05/1998	6	1,8	11	3,85	5,35	Aprovado
69	LUCAS DE OLIVEIRA LOPES	08/03/2001	5	1,5	11	3,85	5,35	Aprovado
84	CATIA FERNANDA MENEZES DE SOUZA	20/12/1974	5	1,5	11	3,85	5,3	Aprovado
166	FERNANDA APARECIDA MARTINS	22/07/1979	4	1,2	11	3,85	5,3	Aprovado
187	JESIEIDE PINHEIRO FERREIRA	11/08/1989	4	1,2	11	3,85	5,3	Aprovado
65	WILLIAN FERREIRA MARÇAL DOS SANTOS	07/07/1999	4	1,2	11	3,85	5,3	Aprovado
9	GERSON DOS SANTOS VIEIRA	24/05/1993	4	1,2	11	3,85	5,15	Aprovado
126	MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	11/10/1972	3	0,9	11	3,85	5,05	Aprovado

10	GLADER REJANE DA SILVEIRA	02/06/1973	3	0,9	11	3,85	5,05	Aprovado
70	ERICA DE SOU- ZA VILHENA	18/03/1998	2	0,6	11	3,85	5,05	Aprovado
83	IGOR SANTOS RITA RIBEIRO DE FREITAS	28/11/1999	7	2,1	10	3,5	5,05	Aprovado
142	ADRIANO BA- TISTA TOMAZ	16/09/1972	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
86	KELLY CRISTI- NA CAMPOS DE PAULA	30/05/1981	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
87	FERNANDA LUNARDI	18/08/1983	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
45	GEOVANI ALVES	31/08/1988	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
193	MAÍSA TEODO- RO LOPES	08/04/1997	5	1,5	10	3,5	5	Aprovado
172	CATIA MALENA DE PINHO DE OLIVEIRA	13/12/1970	5	1,5	10	3,5	4,95	Reprova- do
133	ARIANE CRIS- TINA PAUKNER	16/05/1996	5	1,5	10	3,5	4,95	Reprova- do
2	IVANEIA DA CONCEIÇÃO PAULO MACHA- DO	21/03/1982	5	1,5	10	3,5	4,9	Reprova- do
38	MARIA ROSA DOS ANJOS DA SILVA	21/03/1990	5	1,5	10	3,5	4,75	Reprova- do
152	NICOLAS PEREIRA SOM- BRIO	08/09/1998	4	1,2	10	3,5	4,75	Reprova- do
115	ROSALBA VIVIANE DE FREITAS	29/09/1977	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova- do
140	JEFERSON INACIO	24/12/1979	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova- do
179	FERNANDO JOSE ROTTA	09/05/1980	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova- do
178	JULIANA MON- TANHERI DE LIMA	28/10/1984	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova- do
60	EDILANIA FERREIRA DO VALE	29/12/1989	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova- do
104	TAYRON WILLIAN BARA- CY GAUTO	02/06/1990	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova- do
53	ELIZANGELA SILVA SANTOS	13/02/1994	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova- do
108	RENATO FIGUEIREDO FERREIRA DA SILVA	10/03/1999	3	0,9	10	3,5	4,7	Reprova- do
23	ANAPOLYANA DOS ANJOS GOMES	11/06/1990	3	0,9	10	3,5	4,65	Reprova- do
4	LORIVAL JOSE DE CAMPOS	18/11/1976	3	0,9	10	3,5	4,6	Reprova- do
111	CINTIA HELOI- SE DE CASTRO	11/10/1985	3	0,9	10	3,5	4,5	Reprova- do
12	FRANCISCA DE OLIVEIRA SANTARÉM	29/04/1964	2	0,6	10	3,5	4,45	Reprova- do

112	ANDRÉA COSTA DE FARIAS MARCELLINO	24/03/1971	2	0,6	10	3,5	4,4	Reprova-do
149	MARCIA MARILIA CORREA MENDES	31/07/1982	1	0,3	10	3,5	4,4	Reprova-do
145	ISABELA AMARAL DA SILVA	30/11/1996	1	0,3	10	3,5	4,4	Reprova-do
181	PALOMA NIEBUHR BRININO	01/12/2000	6	1,8	9	3,15	4,4	Reprova-do
14	MARGARETE LEAL VIEIRA	28/10/1967	6	1,8	9	3,15	4,35	Reprova-do
175	ANA PAULA GALDAMEZ VIANA TAVARES	23/11/1973	5	1,5	9	3,15	4,35	Reprova-do
196	MARCIANI DOS SANTOS	07/03/1979	4	1,2	9	3,15	4,35	Reprova-do
192	MARCOS GUILHERME MARINI	23/05/1994	4	1,2	9	3,15	4,35	Reprova-do
170	KEWANE PEREIRA DUARTE	13/02/1996	4	1,2	9	3,15	4,35	Reprova-do
25	FRANCISCA MARIA FERNANDES FERREIRA	01/09/1973	4	1,2	9	3,15	4,3	Reprova-do
195	ERICK WILLIAN DELFINO	12/09/1994	4	1,2	9	3,15	4,3	Reprova-do
58	KEVIN GABRIEL BRUGGMANN	17/11/1999	3	0,9	9	3,15	4,3	Reprova-do
18	JULIANA DA SILVA BERNARDES	07/06/1986	3	0,9	9	3,15	4,1	Reprova-do
57	JONAS DANILO PEREIRA	09/11/1998	3	0,9	9	3,15	4,1	Reprova-do
37	PRISCILA RODRIGUES PIMENTEL	13/11/1978	3	0,9	9	3,15	4,05	Reprova-do
144	CLAUDIA DE CASTRO FRAGA	19/02/1985	3	0,9	9	3,15	4,05	Reprova-do
131	DANILO JOSE SILVA DA SILVA	09/06/1987	2	0,6	9	3,15	4,05	Reprova-do
5	JEANE DUARTE DE FREITAS	26/06/1987	0	0	9	3,15	4,05	Reprova-do
8	ANA PAULA CAROLINA DOS SANTOS MARIA	30/12/1999	7	2,1	8	2,8	4,05	Reprova-do
136	WILLIAN OLIVEIRA AMARANTE	07/04/1989	6	1,8	8	2,8	3,8	Reprova-do
171	MARCOS HENRIQUE CORDOVA DE SOUZA	22/07/1999	5	1,5	8	2,8	3,8	Reprova-do
98	MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/03/1979	5	1,5	8	2,8	3,75	Reprova-do
71	ANDREA ELOISE DANIEL PINHO DE SOUZA	18/09/1979	5	1,5	8	2,8	3,7	Reprova-do
20	MATHEUS VALDEMIRO DA SILVA	14/07/1993	3	0,9	8	2,8	3,6	Reprova-do
47	RAQUEL PITAN PINHEIRO	04/05/1998	2	0,6	8	2,8	3,6	Reprova-do

134	INDIANI LENIR VELOSO	28/02/1999	1	0,3	8	2,8	3,4	Reprova-do
157	DANIELE FRANÇA DOS SANTOS	03/05/1999	3	0,9	7	2,45	3,35	Reprova-do
146	MARCELO AMARAL DA SILVA	19/02/1998	2	0,6	7	2,45	3,15	Reprova-do
132	ARLETE DOS SANTOS	14/10/1967	1	0,3	7	2,45	3,1	Reprova-do
1	JUSSARA MARIA GUIMARAES DA SILVA	10/04/1957	5	1,5	6	2,1	3,05	Reprova-do
167	AMANDA QUEIROZ	23/03/1997	5	1,5	6	2,1	3	Reprova-do
139	JACIRA RODRIGUES DE LIMA	27/03/1972	3	0,9	6	2,1	2,75	Reprova-do
30	MAIRLA OLIVEIRA DA SILVA	24/07/1995	2	0,6	6	2,1	2,7	Reprova-do
48	KATHY CAROLINE STEIN	04/05/1990	2	0,6	5	1,75	2,35	Reprova-do
191	CRISTIAN DANIEL VILLALBA SOARES	13/06/1998	1	0,3	5	1,75	2,05	Reprova-do
135	MARINEIDE CABRAL MACIEL	31/03/1948	2	0,6	4	1,4	2	Reprova-do

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 65/2019 PMN

Publicação Nº 2128714

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2019 PMN.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 65/2019, relativa ao Pregão Presencial nº 65/2019 PMN, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECCÃO DE PLACAS DE AÇO INOX, DEVIDAMENTE PERSONALIZADAS PARA INAUGURAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 65/2019 PMN.

Fornecedor: SUPERA FABRICAÇÃO LTDA

CNPJ: 33.514.713/0001-22

Proprietários: Candido de Oliveira e Adriana Aparecida da Silva de Oliveira

Valor: R\$ 49.300,00

Vigência: 19/08/2019 a 19/08/2020

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 19 de agosto de 2019.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 85/2019 PMN

Publicação Nº 2128491

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2019 PMN.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 85/2019, relativa ao Pregão Presencial nº 85/2019 PMN, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHA, TOBOGÃ INFLÁVEL, FUTEBOL DE SABÃO INFLÁVEL, PIPOQUEIRAS E ALGODÃO DOCE) PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES DO CRAS I, CRAS II, CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 85/2019 PMN.

Fornecedor: MUNDO MAGICO DA CARLOTA ENTRETENIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.348.575/0001-13

Proprietárias: Elisangela Jacomelli e Ivanir Salete Jacomelli

Valor: R\$ 10.560,00

Vigência: 19/08/2019 a 19/08/2020

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 19 de agosto de 2019.

EXTRATO CONTRATUAL 190/2019 E 191/2019 PMN

Publicação Nº 2128051

Prefeitura Municipal de Navegantes
Contrato Nº : 190/2019 PMN
Contratante : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratada : NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI
CNPJ : 31.254.425/001-50
Proprietária...: Neuza Silveira dos Santos
Vigência : Início: 15/08/2019 Término: 31/12/2019.
Licitação : Pregão Presencial nº 63/2019 FMS.
Valor Total : R\$ 5.085,00
Recursos.....: Dotações: 2.130.3390.00.00.00.00
Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PLACAS DE ILUMINAÇÃO E BLOCOS AUTÔNOMOS DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA), PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES ESCOLARES EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Navegantes, 15 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Navegantes
Contrato Nº : 191/2019 PMN
Contratante : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratada : PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI ME
CNPJ : 13.060.647/0001-50
Proprietária...: Julia Cristina Meurer de Souza
Vigência : Início: 15/08/2019 Término: 31/12/2019.
Licitação : Pregão Presencial nº 63/2019 FMS.
Valor Total : R\$ 4.305,00
Recursos.....: Dotações: 2.130.3390.00.00.00.00
Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PLACAS DE ILUMINAÇÃO E BLOCOS AUTÔNOMOS DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA), PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES ESCOLARES EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Navegantes, 15 de agosto de 2019.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 182/2019 PMN

Publicação Nº 2128987

EXTRATO CONTRATUAL Nº 182/2019 PMN
TOMADA DE PREÇO Nº 87/2018
PROCESSO Nº 87/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONTRATADA: EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA – EPP
CNPJ: 02.091.041/0001-66.
Representado por: Walter Tomaz Matau.
OBJETO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 168/2018 PMN, o acréscimo de itens, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DA CRECHE LOCALIZADA NO BAIRRO PORTO ESCALVADOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., conforme Tomada de Preço nº 87/2018 PMN.
VALOR: R\$ 28.825,81 (vinte e oito mil oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos).
Vigência: 02/09/2019
Recursos: 5036 4.4.90.00.00.00.00
Navegantes, 13 de agosto de 2019.

LEI 3418/2019

Publicação Nº 2128476

LEI Nº. 3418, DE 19 DE AGOSTO DE 2019
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE REUTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PARA PRODUÇÃO ARTESANAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa Municipal de reutilização dos resíduos sólidos para produção artesanal, que será executado por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saneamento Básico – SESAN, Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUMAN e a Fundação Cultural de Navegantes - FCN.

Parágrafo Único: Os resíduos sólidos poderão ser cedidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

Art. 2º - O Programa Municipal de reutilização dos resíduos sólidos para produção artesanal será realizado através de ação integrada, com a colaboração da sociedade civil organizada, por meio de parcerias firmadas através de editais de seleção pública.

Parágrafo único - A coordenação do programa a que se refere a presente lei será realizada mediante ação conjunta da SESAN, FUMAN, FCN e órgãos municipais envolvidos, bem como dos Conselhos Municipais correspondentes.

Art. 3º - São objetivos do Programa Municipal de reutilização de resíduos sólidos para produção artesanal:

- I. qualificar pessoas sem vínculo empregatício para atuarem com produção artesanal através da reutilização de resíduos sólidos;
- II. oferecer oficinas de produção artesanal, em nível de qualificação profissional, que utilizem material reaproveitável: vidro, papel, plástico e metal;
- III. incentivar a formalização dos participantes das oficinas, por meio de empresas individuais e cooperativas;
- IV. desenvolver projetos e atividades assistenciais;
- V. promover a inclusão e capacitação em formação profissional e geração de renda;
- VI. gerar sensibilização e conscientização ambiental, através da educação ambiental;
- VII. promover o desenvolvimento sustentável.

Art. 4º - A execução do Programa Municipal de reutilização de resíduos sólidos para produção artesanal caberá aos ministrantes das oficinas de capacitação profissional, a gerencia da Escola de Arte Dona Bentica, à representantes designados pela SESAN e pela FUMAN e demais profissionais que se julgar necessários.

§1º É função dos ministrantes das oficinas ensinar de forma prática as técnicas de produção artesanal com resíduos sólidos, de acordo com o conteúdo programático e o planejamento pedagógico estabelecidos pelas Fundações de meio ambiente e de cultura.

§2º É função da gerencia da Escola de Arte Dona Bentica, nesse programa, fazer o gerenciamento administrativo, elaborar o conteúdo programático e o planejamento pedagógico de cada oficina, dar suporte técnico e pedagógico aos ministrantes e viabilizar os materiais e equipamentos necessários.

§3º É função dos representantes da SESAN e da FUMAN, nesse programa, a identificação dos principais passivos em termos descarte de resíduos sólidos e educação ambiental em Navegantes e a coordenação técnica no âmbito de suas áreas de atuação, das atividades executas.

Art. 5º - O Programa Municipal Cultura Cidadã poderá ser realizado nas unidades de atendimento de Assistência Social (CRAS e Centros de Convivência) que realizam atendimento à população, especialmente nos bairros onde não existam Centros de Cultura.

Art. 6º - O Programa Municipal de reutilização de resíduos sólidos para produção artesanal desenvolverá atividades em conjunto com os programas sociais mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de potencializar a aplicação dos recursos públicos em formação profissional e geração de renda.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, doações, contribuições e outros legalmente constituídos.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

LEI 3419/2019

Publicação Nº 2128459

LEI Nº 3419, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

"ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3309 DE 21 DE AGOSTO DE 2018, QUE AUTORIZA A UNIFICAÇÃO DE MATRÍCULAS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 3309, de 21 de agosto de 2018 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º. Os servidores municipais que forem detentores de duas matrículas, cujos cargos possuam função idêntica e que não contrariem a previsão estampada no art. 37 XVI da Constituição da República Federativa do Brasil, poderão, em caráter opcional, transformar suas duas matrículas em uma única, de até 40 (quarenta) horas de jornada semanal de trabalho, com os vencimentos proporcionais. "

§ 1º O servidor com duas matrículas que optar pela unificação de matrículas prevista no caput deste artigo será enquadrado automaticamente no nível correspondente à matrícula mais antiga, respeitando sempre o limite de até 40 (quarenta) horas de jornada semanal de trabalho, asseguradas todas as vantagens de caráter pessoal até então percebidas nas duas matrículas.

§2º [...]

§3º O servidor que unificar suas matrículas não poderá se afastar do exercício, a pedido, para exercer atividade em outro órgão municipal, estadual ou federal, pelo período mínimo de 2 (dois) anos, contado da unificação.

§4º A lotação permanecerá inalterada.

§5º O servidor que se inscrever para a unificação de matrículas não poderá usufruir de licenças pelo período de 2 (dois) anos, excetuando os casos previstos nos incisos I e IX do artigo 82 da Lei Complementar nº 07/2003.

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº 3309, de 21 de agosto de 2018 passa a vigor com a seguinte redação:

“ Art. 3º. A transformação de matrículas prevista no caput deste artigo é de caráter irreversível e deverá ser requerida diretamente na Secretaria de Lotação. ”

Art. 3º O Parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 3309, de 21 de agosto de 2018 passa a vigor com a seguinte redação:

“ Parágrafo único. os servidores terão o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias, considerando o início do prazo a partir da entrada em vigor da lei 3309/2018, para manifestarem o interesse quanto à unificação de matrículas. As unificações das matrículas entrarão em vigor a partir do primeiro dia útil do mês subsequente a publicação do deferimento das homologações das inscrições. ”

Art. 4º Acresce o inciso IV ao artigo 5º da Lei nº 3309, de 21 de agosto de 2018 passando a vigor com a seguinte redação:

“ IV – Unificação de 02 (duas) matrículas, sendo uma com carga horária de 10 (dez) horas e uma com carga horária de 30 (trinta) horas.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

LEI Nº 3417 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127902

LEI Nº 3417 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 159.999,00 (Cento e Cinquenta e Nove Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais) das seguintes dotações:

Órgão: 06 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Programa: 39 – Movimento Criativo

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

2.058 – Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários

14 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 159.999,00

T O T A LR\$ 159.999,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 06 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Programa: 39 – Movimento Criativo

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

2.054 – Manutenção as Ações da Fundação Municipal de Cultura

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários

06 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 159.999,00

T O T A L R\$ 159.999,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 16 de agosto de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito

LISTA FINAL CANDIDATOS HABILITADOS EDITAL 002/2019 - CMDCA

Publicação Nº 2128019

LISTA FINAL DOS CANDIDATOS HABILITADOS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Navegantes, em cumprimento das suas atribuições e considerando o item 12 do Edital CMDCA nº 002/2019, divulga a lista final dos candidatos habilitados.

1 – Lista final dos candidatos:

Nº do registro	Nome do Candidato	Resultado
101	Adriana Goreti Dias Barboza Domingos	Deferido
102	Alison Maira da Silva Weise	Deferida
103	Ana Maria Campos Freitas	Deferida
104	Andrea Mara Kraetzer	Deferida
105	Bianca Corrêa dos Anjos	Deferida
106	Claudia Taiara Gomes	Deferida
107	Dalva Costa	Deferida
124	Douglas Vitorino Cabral	Deferido
126	Edinete de Santana	Deferida
132	Edson José dos Santos	Deferido
134	Elisabete Margot Vieira	Deferida
137	Flávio Roberto de Souza	Deferido
138	Hercílio Vargas	Deferido
139	Lourdes de Jesus de Souza	Deferida
141	Luciana Sales Ballarin	Deferida
142	Maira Bispo Rocha Junckes	Deferida
146	Marciano Figleski	Deferido
147	Maristela Terezinha Braga	Deferida
148	Meire Cristiane de Assis da Silva	Deferida
149	Naiara Pivatto Fagundes Cardoso	Deferida
152	Paulo Eder Santos	Deferido
153	Rafaela Kertichka Pereira	Deferida
156	Raquel Diomar Alves	Deferido
157	Rhuana Gabriele de Souza	Deferida
158	Roberta dos Santos de Lima	Deferida
159	Rodrigo da Luz Andrade	Deferido
160	Rosana Gonçalves	Deferida
161	Suzana José da Silva	Deferida

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Irineu Zimmermann

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, SC.

PORTARIA 2238/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 190/2019 PMN

Publicação Nº 2128053

PORTARIA Nº 2238 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 190/2019 PMN do pregão presencial 63/2019 PMN do processo licitatório cujo objeto: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PLACAS DE ILUMINAÇÃO E BLOCOS AUTÔNOMOS DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA), PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES ESCOLARES EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 63/2019 PMN.

Fiscal: MARIA BENEDITA CORREA - (titular)
PATRICIA DUARTE CIDRAL – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de agosto de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2239/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 191/2019 PMN

Publicação Nº 2128055

PORTARIA Nº 2239 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 191/2019 PMN do pregão presencial 63/2019 PMN do processo licitatório cujo objeto: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PLACAS DE ILUMINAÇÃO E BLOCOS AUTÔNOMOS DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA), PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES ESCOLARES EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 63/2019 PMN.

Fiscal: MARIA BENEDITA CORREA - (titular)
PATRICIA DUARTE CIDRAL – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de agosto de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2240/2019

Publicação Nº 2128059

PORTARIA Nº 2240 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

NOMEIA MEMBROS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os membros governamentais e não governamentais para o Conselho Municipal de Assistência Social conforme segue: MEMBROS GOVERNAMENTAIS

a) Representantes da Secretaria de Assistência Social:

Titular: Maria José Flor

Suplente: Iuli da Cunha Ceschin

b) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Juliana Prauso

Suplente: Belmira Maria Martins Ottoboni

c) Representante da Secretaria de Finanças:

Titular: Edinéia Bett Santiago

Suplente: Marcio Capella

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS

Profissionais da área - SINDFOZ:

d) Titular: Luisa Catarina Gessi Rippel

e) Suplente: Alex da Silva Anhaia

Usuários do Sistema- Ives:

f) Titular: Jairo Mariano

g) Suplente: Elisabete Margot Vieira

Prestadores de Serviço – APAE:

h) Titular: Ana Paula de Col Boldori

i) Suplente: Tatiane Coff da Silva

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a Portaria 1430, de 27/05/2019, publicada na Edição 2836 do Diário Oficial dos Municípios de 28/05/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2241/2019

Publicação Nº 2128060

PORTARIA Nº 2241 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR O VEÍCULO SIENA – PLACA MMA - 5624, CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo designado a dirigir o veículo SIENA – PLACA MMA - 5624, que será utilizado para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Antonio Carlos Mees - CNH 02831535240.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2242/2019

Publicação Nº 2128062

PORTARIA Nº 2242 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR O VEÍCULO DOBLÔ – PLACA BAO - 9529, CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo designado a dirigir o veículo DOBLÔ – PLACA BAO - 9529, que será utilizado para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Eliezer Pedrozo - CNH 04267903715.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2243/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 2128790

PORTARIA Nº 2243 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 65/2019 PMN do pregão presencial 65/2019 PMN do processo licitatório cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE PLACAS DE AÇO INOX, DEVIDAMENTE PERSONALIZADAS PARA INAUGURAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 65/2019 PMN.

Fiscal: FERNANDO CARDOSO DE SOUZA - (titular)
ROBERT LAZZARO GOMES DE SOUZA – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2244/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 2128792

PORTARIA Nº 2244 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 85/2019 PMN do pregão presencial 85/2019 PMN do processo licitatório cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHA, TOBOGÃ INFLÁVEL, FUTEBOL DE SABÃO INFLÁVEL, PIPOQUEIRAS E ALGODÃO DOCE) PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES DO CRAS I, CRAS II, CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 85/2019 PMN.

Fiscal: LUIZ FERNANDO GOMES - (titular)
IULI DA CUNHA CESCHIN – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESULTADO FINAL EDITAL 002-2019 - CMDCA

Publicação Nº 2128021

RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Navegantes, em cumprimento das suas atribuições e considerando o item 12 do Edital CMDCA nº 002/2019, divulga o resultado final da prova.

1 – Lista de candidatos deferidos:

Nº do registro	Nome do Candidato	Resultado
09	Adriana Goreti Dias Barboza Domingos	9
04	Alison Maira da Silva Weise	9,5
25	Ana Maria Campos Freitas	9
29	Andrea Mara Kraetzer	8
02	Bianca Corrêa dos Anjos	10
15	Claudia Taiara Gomes	7,5
14	Dalva Costa	8
45	Douglas Vitorino Cabral	7
27	Edinete de Santana	6
03	Edson José dos Santos	7,5
31	Elisabete Margot Vieira	9,5
22	Flávio Roberto de Souza	7,5
39	Hercílio Vargas	7,5
13	Lourdes de Jesus de Souza	7
01	Luciana Sales Ballarin	8,5
37	Maira Bispo Rocha Junckes	9
40	Marciano Figleski	6
38	Maristela Terezinha Braga	8
20	Meire Cristiane de Assis da Silva	8,5
05	Naiara Pivatto Fagundes Cardoso	10
19	Paulo Eder Santos	10
17	Rafaela Kertichka Pereira	6,5
28	Raquel Diomar Alves	7,5
21	Rhuana Gabriele de Souza	8
42	Roberta dos Santos de Lima	7
43	Rodrigo da Luz Andrade	7
11	Rosana Gonçalves	9,5
26	Suzana José da Silva	6,5

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Irineu Zimmermann

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, SC.

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 179/2019 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, GUILHERME LUIS ARENHARDT

Publicação Nº 2128302

DECRETO Nº 179, DE 19 DE AGOSTO 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126, de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. GUILHERME LUIS ARENHARDT, para ocupar o cargo de ENFERMEIRO, aprovado no Concurso Público nº 001/2019, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 4.898,33 – Técnico Científico (TEC), do Anexo I da Lei Complementar nº 126, de 20 de março de 2019.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Municipal de Nova Erechim (SC), em 19 de agosto de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 02/2019 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DISPÕE SOBRE O PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) PARA O ANO DE 2019 DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Publicação Nº 2128241

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
Nova Erechim

RESOLUÇÃO N.002/19, DE 16 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre o plano de ação para co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) para o ano de 2019 do município de Nova Erechim.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.574/2014, de 07 de outubro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Erechim,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o plano de ação para co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) para o ano de 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), 16 de julho de 2019.

Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani

Presidente do Conselho Municipal

RESOLUÇÃO Nº 03/2019 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DISPÕE SOBRE O CO-FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE NOVA ERECHIM

Publicação Nº 2128245

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
Nova Erechim

RESOLUÇÃO Nº 003/19, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre o co-financiamento dos Serviços da Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Nova Erechim.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 13 de agosto de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.574/2014, de 07 de outubro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Erechim, e Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o co-financiamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 28.819,12 (Vinte e oito mil, oitocentos e dezenove reais e doze centavos), referente ao ano de 2019, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º. Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Co-financiamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), 13 de agosto de 2019.

Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani
Presidente do Conselho Municipal

RESOLUÇÃO Nº 04/2019 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONVOCA A XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM - SC

Publicação Nº 2128246

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
Nova Erechim (SC)

RESOLUÇÃO CMAS N. 04, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Convoca a XI Conferência Municipal de Assistência Social e cria Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social, do município de Nova Erechim - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 13 de agosto de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.574/2014, de 07 de outubro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Erechim,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a XI Conferência Municipal de Assistência Social, com a finalidade de:

- I) ampliar a participação, sobretudo de usuários e usuárias do suas;
- II) fazer um balanço real da implementação do SUAS nos municípios, Distrito Federal e estados com base em informações e experiências dos diferentes sujeitos;
- III) traçar coletivamente o horizonte de futuro: o SUAS que construiremos até 2026.

§ 1º - A XI Conferência Municipal de Assistência Social, realizar-se, no dia 18 de setembro de 2019, no Centro de Convivência dos Idosos de Nova Erechim, entre as 13 e 17 horas;

§ 2º - A XI Conferência Municipal de Assistência Social terá como Tema Central: Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social e subtemas:

- Eixo 1 - A Assistência Social como Direito do Povo
- Eixo 2 - Financiamento Público
- Eixo 3 - Participação Social

Art. 2º - Cria a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social composta paritariamente, por conselheiros municipais que representam a sociedade civil e o governo, assim composta:

Representantes da Sociedade Civil

- 1) Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani
- 2) Maria de Lourdes Soares Rodrigues
- 3) Adriana Marchetto

Representantes Governamentais

- 1) Claudia Maria Skowronski
- 2) Sandra Solivo
- 3) Daniela Rambo

Art. 3º - A Comissão será coordenada por Claudia Maria Skowronski, e terá como competência:

- I - Orientar e acompanhar a realização e os resultados da conferência de Assistência Social;
- II - Preparar e acompanhar a operacionalização da ... Conferência Municipal;
- III - Propor e encaminhar para aprovação do CMAS o regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a XI Conferência Municipal;
- IV - Organizar e coordenar a XI Conferência Municipal;
- V - Dar suporte técnico-operacional durante o evento;
- VI - Manter o CMAS informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da XI Conferência Municipal;
- VII - Elaborar relatório final.

Art. 4º Deverá ser instituída subcomissão de mobilização com a atribuição de:

- I) Divulgar os informes da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, Conferência Estadual de Assistência Social e outros materiais construídos com base em informações atualizadas da realidade de cada ente federado.
- II) Irradiar a divulgação desses conteúdos por todos os espaços (CRAS, CREAS, Centro Pop, Abrigos, ...).
- III) Construir espaços coletivos de orientação e alinhamento dos facilitadores que atuarão na conferência.
- IV) Divulgar e dialogar sobre como será realizada e em que consiste a conferência, por meio da Programação e da proposta de Regimento Interno.
- V) Definir facilitadores da conferência para momentos de mobilização, pré-conferência e para o dia da conferência;
- VI) Realizar alinhamento da atuação de facilitadores da conferência;
- VII) Impulsionar momentos mobilizatórios na rede;
- VIII) produzir avaliação do SUAS no município para subsidiar as discussões na conferência municipal.

Art. 5º - A Comissão Organizadora e Subcomissão de Mobilização poderá contar, ainda, com colaboradores para auxiliar na realização da XI Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani
Presidente do Conselho Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DC 189-2019 COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO N° 006 2019

Publicação N° 2128825

DECRETO N.º 189/2019 DE 11 DE JULHO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N° 006/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I, II, III, IV, do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO: a abertura do Edital para o Processo Seletivo nº 006/2019, o qual tem como objeto a seleção de pessoal no Cargo de Enfermeira 40 hs semanais, Odontóloga 40 hs semanais, para substituição de férias e licenças legalmente concedidas, à servidora titular do cargo, 01 Auxiliar de Odontólogo 40 hs semanais, para substituição de servidor efetivo, que apresentou pedido de exoneração, e em atendimento as disposições legais, faz-se necessário a nomeação de comissão para acompanhamento do referido Edital, em homenagem ao princípio da transparência.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 006/2019 conforme segue:

I – ELIZETE ESPOSITO VORTMAN – Presidente;

II – MONIA CYPEL SANTANA – Secretária;

III – GILBERTO SOUZA DOS SANTOS, LEOCIR MENDES DE MEDEIROS E FERNANDA FIOREZE - Membros;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 174/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 11 DE JULHO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secret. Munic. De Adm. E Finanças

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DC 219-2019 - HOMOLOGA INSCRIÇÃO SELETIVO 006 2019

Publicação N° 2128816

DECRETO N.º 219/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

PROCESSO SELETIVO N.º 006/2019
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 25 de agosto de 2019 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA

e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições, referente ao Processo Seletivo n.º 006/2019, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 006/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Auxiliar de Odontólogo

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1604464	Andreia Aparecida Caon	052.882.709-02
1605929	Daniela Becker	089.840.669-23
1604034	Eloni Zamboni	022.670.189-18
1649879	Fernanda Aline Da Costa De Paula	108.916.919-10
1652508	Jessica Oleinik	105.853.509-90
1643187	Marieli Ferreira	121.707.329-93
1625851	Silvana Nogueira Negri	908.070.819-49
Total de Inscritos - 07		

Enfermeiro

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	
1612652	Camila Zanesco	083.072.239-46	
1644956	Elisangela Beatriz Linke	006.651.119-40	
1634005	Gauana Sanzovo	092.963.199-43	
1621853	Greici Daiani Berlezi	097.246.089-64	
1619667	Jessica Michela Bartholamey	080.320.579-19	
1605759	Karine Kooke	089.995.089-27	
1633461	Kelli Felippi	079.202.089-80	
1620107	Kellin Bareta	053.066.909-98	
1619387	Luanna Almeida Nardes De Souza	097.968.239-85	
1622277	Patricia Daiane Zanini	101.016.319-10	
1611364	Patricia Poltronieri	100.558.799-00	
1607562	Simony Silveira	050.472.719-27	
1651655	Taynara Bele Goncalves	095.618.539-81	
Total de Inscritos - 13			

Odontólogo

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1626234	Alice Rocha Franca Burity Levone	104.210.909-52
1652235	Aline Bech	075.708.129-05
1646661	Aline Chrisciane Sulenta Furlan	061.235.129-78
1609188	Ana Ana Claudia Ramos	092.516.839-48
1618937	Ana Flavia Pires Machado	088.889.019-22
1622002	Ana Laura Geller Fernandes	068.018.929-75
1617327	Angela Maria Segatto	108.238.499-29
1642338	Angela Pedra Hume	079.974.479-46
1609522	Caroline Pigatto	101.760.709-58
1648316	Douglas Satunaka Rocha	446.604.051-68
1630342	Emanueli Orlandi	011.691.749-06
1638775	Fernanda Franciscatto Camine	008.793.109-52

1629284	Fernanda Motta	076.724.809-01
1605924	Franciane Marta Simon	088.359.459-50
1619635	Iolanda Bianchi Dornsbach	093.789.329-32
1618853	Joao Victor Rosa Da Silva	077.343.059-89
1647803	Junior Jose Goettems	021.004.690-29
1612396	Karine Teodora	083.833.789-98
1613449	Kevin Luiz Simon	091.711.309-85
1627116	Laiara Laiz Grando	064.984.549-89
1623217	Larissa Ferronatto	069.702.169-69
1654487	Leonardo Fritsch Heinzen	085.840.459-10
1623453	Leticia Back	012.409.649-27
1605087	Luana Zanella	073.363.029-47
1652610	Maiquele Vogt	082.885.139-56
1608422	Marco Antonio Ceolin Machado	051.231.899-98
1610129	Marina Thais Tosin	100.232.049-66
1652849	Matheus Carbonari	044.237.059-82
1646138	Matheus Lupatini	088.453.889-30
1620315	Mayara Cristina De Bona	070.741.719-80
1625185	Natalia Ariéli Fontana	019.294.820-27
1617524	Natalia Piffer Pasquali	034.583.450-00
1609500	Pamela Goncalves Zanatta	099.586.129-33
1646147	Rafaela Aparecida Mendes De Oliveira	055.223.649-71
1615496	Raphael Cenci	073.737.739-90
1638804	Renata Cristina De Couto Machado	093.543.099-76
1612735	Rosecler Hoss	027.032.989-78
1617466	Sabrina Lunkes Alves Beza	096.480.429-85
1629325	Suelen Muller	100.950.779-60
1627654	Tayna Eliz Bortoluzzi	082.088.109-08
1615593	Veronica Gusatti	083.427.699-25
1638730	Vinicios Artur Guindani	093.333.059-63
Total de Inscritos - 42		

2. Não foram homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 006/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

Auxiliar de Odontólogo

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1608295	Camila Ferrarini	101.300.689-50
1615408	Raiana Danieli Batistello	110.909.739-50
Total de Inscritos - 02		

Enfermeiro

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1615456	Angela Maria Gomes	088.174.379-80
1617734	Deiva Sidonia Eberhardt Zanoni	054.247.539-14
1619903	Jorge Fernando Soares	059.627.789-01
1617352	Joyce Barbosa Welter	103.583.119-85
1606770	Katiane Zampirom	093.376.479-07
1606853	Keli Cristina Marocco	040.754.939-03
1635783	Kellen De Lima Rodrigues	090.127.509-38
1635635	Nauane Suelen Zanatta	088.498.419-22
1636956	Neusa Sarturi	022.591.329-10
1616272	Renilce Luiza Massing	052.685.709-94
1612912	Sandra Mara Machado Missel	062.851.179-50

1621612	Tainara Zamboni	091.967.649-96
1618384	Vanessa Ritieli Schossler	056.337.499-36
Total de Inscritos - 13		

Odontólogo

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1653713	Angela Aiolfi	093.590.339-95
1631653	Bruna Fabrin Scussel	070.273.569-88
1652507	Bruno Rodrigues Almeida Cavalheri	065.180.849-95
1619231	Camila Fillipiaki	074.183.239-99
1616628	Cintia Gollo Piva	082.323.299-98
1609373	Dauane De Oliveira	086.007.529-06
1623941	Eduarda Quadri	079.393.699-38
1611256	Elizangela Berres	083.799.229-05
1633474	Kauana Regina Paludo	092.234.249-09
1628105	Layla Maria Buson Lima Melo	006.536.043-51
1628493	Liliane Provensi	088.033.289-12
1605688	Maéli Julia Torres de Almeida	092.619.429-11
1614505	Maiara Muller	054.065.989-45
1648418	Mariana Luciana Silva	098.212.189-03
1616584	Otávio Rosa Feliciano	109.641.356-63
1609389	Stephan Schwartz	070.457.479-93
1623178	Thalia Dos Passos	108.375.809-86
1605891	Vanusa Valentini	090.427.699-63
Total de Inscritos - 18		

3. Do total de 95 inscrições no Processo Seletivo n.º 006/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 62 inscrições foram homologadas e 33 inscrições não foram homologadas.

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 20 e 21 de agosto de 2019, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo IV, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do Edital.

5. A publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos interpostos e do Ensalamento será realizada no dia 23 de agosto de 2019.

6. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

7. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 19 de agosto de 2019.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151-2019

Publicação Nº 2128822

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 151/2019, de 16/08/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: PANIFICADORA NOVA ITABERABA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de almoço para os idosos do município de Nova Itaberaba, de acordo com a lei 1021/2014, e Decreto 162/2019 durante abertura das festividades em alusão ao 28º aniversário do município, no dia 01 de setembro.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais)

AMPARO LEGAL Pregão nº 107/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

CÉDULA DE CRÉDITO Nº SC-45.394 BNDES/AUT-TJP SET.PUBLICO

Publicação Nº 2129086

CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº SC-45.394 BNDES/AUT-TJP SET.PUBLICO, de 26 de julho de 2019.

Financiador: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Uruguai, 155, 4º andar e agência na cidade de Florianópolis, na Avenida Hercílio Luz, 617, CNPJ sob nº 92.816.560/0001-37.

Financiado: Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santo Inácio, 126, Centro – Nova Trento/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60.

Finalidade: Execução de obras de projeto de pavimentação de diversas ruas do Município.

Valor Total: R\$ 4.125.093,00 (quatro milhões e cento e vinte e cinco mil e noventa e três reais).

Juros: Taxa de Juros prefixada de 2,53% ao ano. Spread do BNDES de 2,25% ao ano. Spread do BRDE de 4,00% ao ano.

Vencimento: 15/08/2039.

Nova Trento, 20 de agosto de 2019.

Gian Francesco Voltolini - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 144/2019

Publicação Nº 2128101

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 144/2019

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 006/2018, DE 29/10/2018, HOMOLOGADO EM 02/01/2019, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, EM EXERCÍCIO, ADAUTON RAULINO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2019, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (Conforme dispõe Lei nº 2.698 de 20 de dezembro de 2018);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVIII – Comprovante de experiência em atividade similar – 06 meses para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 19 de agosto de 2019.

ADAUTON RAULINO

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL E NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 144/2019)

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

Classificação	Nome completo
2º	MAIARA KESSIN GERALDI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 144/2019)

Exmo. Senhor

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº , Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº , inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2019.

Assinatura

PORTARIA Nº 663/2019 "A"

Publicação Nº 2127747

PORTARIA Nº 663/2019 "A"

Concessão de Férias

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, ROSANGELA DE FÁTIMA FRIZZO, matrícula nº 6928, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unida Básica de Saúde Besenello, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 15/08/2019 a 13/09/2019, relativo ao período aquisitivo de 01/09/2017 a 31/08/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de agosto de 2019.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 664/2019

Publicação Nº 2127777

PORTARIA Nº 664/2019
Concede Licença Tratamento Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal DAIANE TEIXEIRA KUHN, matrícula nº 6792, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Madre Paulina, pertencente ao Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 08/08/2019 a 17/08/2019, conforme resultado pericial, datado de 15/08/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de agosto de 2019.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 666/2019

Publicação Nº 2127740

PORTARIA Nº 666/2019

Concessão de Férias

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saude e Desenvolvimento Comunitário, em exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10(dez) dias, à Servidora Pública Municipal, SONIA MORESCO, matrícula nº 6800, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Madre Paulina, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 15/08/2019 a 24/08/2019, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2017 a 02/08/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de agosto de 2019.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 674/2019

Publicação Nº 2128156

PORTARIA Nº 674/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019,

convocada conforme Decreto nº 005/2019, CHAIANE NOGUEIRA DE LIMA, matrícula nº 8159, para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 20 de agosto de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 237/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CHAIANE NOGUEIRA DE LIMA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Rodolfo José Montibeller, nº 103, Bairro Trinra Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 079.113.929-86, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições da função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 875,83 (oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado com efeitos a contar de 20 de agosto de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 237/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as

testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi Chaiane Nogueira de Lima
Secretário M. de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui Daniel Ceccato CPF:799.691.359-53 CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 675/2019

Publicação Nº 2128191

PORTARIA Nº 675/2019

Aquisição de Estabilidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 31 da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Trento), alterado pela Lei nº 2.584/2015,

RESOLVE:

Fica reconhecida a aquisição da estabilidade, na forma do Processo de Avaliação Executado, ao (a) servidor (a) em Estágio Probatório, LUCIANA MARIA CADORIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, matrícula 7256, com efeitos a partir de 11 de Agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de agosto de 2019.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA - CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 003/2019

Publicação Nº 2128090

Resultado do Julgamento de Habilitação e Propostas – Processo Licitatório nº 102/2019 – Concorrência 003/2019 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O município de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada na Execução de serviços para pavimentações nas Ruas: Geral Salto, Ponta Fina (Ponte Luiza Trainotti) até SC 411, Rua Geral Aguti e Rua Alferes, houve a participação das seguintes empresas licitantes: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME (CNPJ 01.650.178/0001-40), ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME (CNPJ 22.853.624/0001-94), JV EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME (CNPJ 16.978.577/0001-02), E DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.-ME (CNPJ 17.847.183/0001-88). Da análise da documentação, constatou-se o atendimento ao solicitado no edital. Da fase de habilitação não houve manifestação pela intenção de interpor recurso. Tendo todas as empresas sido habilitadas e seus representantes legais declinando do direito de interpor recurso, passou-se a abertura das propostas na mesma sessão, fundamentado nos termos do ART. 43, INC. III DA LEI Nº 8.666/93. Da análise das propostas, julgamento pelo MENOR PREÇOPOR LOTE, obtivemos o seguinte resultado: por apresentarem proposta de acordo com o edital, restaram vencedoras JV EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME (CNPJ 16.978.577/0001-02) - LOTE1 -; DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.-ME (CNPJ 17.847.183/0001-88) - LOTE 2 E LOTE 3 -; ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME (CNPJ 22.853.624/0001-94) - LOTE 4 -. Sendo esta a classificação, encaminha-se o processo pra Homologação e Adjudicação. Nova Trento (SC), 19 de agosto de 2019.

Aprigio José Botameli
Presidente Comissão de Licitações

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 003/2019**

Publicação Nº 2128611

CONTRATO Nº 003/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA TRENTO, órgão público do Poder Legislativo Municipal, inscrita no CNPJ 04.302.508/0001-03, estabelecida na Rua Ida Orsi Feller, 100, centro, município de Nova Trento SC – CEP 88270-000, endereço eletrônico camara@novatrento.sc.gov.br, neste ato representada pelo Excelentíssimo Presidente Sr. Valdemir Luiz Quaiatto;

CONTRATADA: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ 24.092.271/0001-82, estabelecida na Rua Senador Raulino Horn, 543 – sala 01, bairro São Francisco de Assis, município de Braço do Norte SC – CEP 88750-000, endereço eletrônico rangel_sf@hotmail.com;

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2019, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto:

a) Locação de sistemas para Legislação pública compreendendo LEGISLAÇÃO E TRAMITAÇÃO ONLINE, COM ENVIO EM TEMPO REAL PARA O PORTAL DA CÂMARA, TRANSMISSÕES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EM ÁUDIO E VÍDEO, PORTAL PARA O PODER LEGISLATIVO PARA INTEGRAR AS INFORMAÇÕES E QUE ATENDA AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO, VOTAÇÃO ONLINE., conforme as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital 001/2019.

b) A prestação de serviços técnicos especializados compreendendo:

b1) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara.

b3) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados.

b4) Suporte técnico, após a implantação dos sistemas, quando solicitado.

b5) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

c) Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preço da CONTRATADA e o Pregão Presencial nº 001/2019 e seus Anexos.

Parágrafo Único – a presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício da CONTRATANTE perante a CONTRATADA e seus subordinados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 48 (quarenta e oito) meses, a partir de 1º de agosto de 2019 com término em 31 de julho de 2023, vedado sua prorrogação em atendimento ao previsto no artigo 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O valor total deste contrato é de R\$ 37.397,28 (trinta e sete mil trezentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), a serem pagos mensalmente em parcelas de R\$ 779,11 (setecentos e setenta e nove reais e onze centavos), cessando imediatamente a prestação de serviços e respectivos pagamentos ao final da vigência contratual descrita na cláusula segunda deste instrumento contratual.

b) O pagamento mensal da locação dos sistemas será efetuado até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

c) O pagamento dos serviços de suporte técnico (in loco), após implantação será realizado em até dez dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

d) Os serviços de conversão, implantação e treinamento serão fornecidos gratuitamente

e) Os valores ofertados para locação dos sistemas, assistência técnica e alterações específicas da contratante somente serão reajustados após o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

f) Em caso de atraso nos pagamentos, eventual correção monetária apenas incidirá depois de decorridos dozes meses de inadimplência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.40.01.00.00.00 - locação de equipamentos e software.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

a) A CONTRATADA concede à CONTRATANTE o direito de uso de uma licença do(s) Sistema(s), objeto deste contrato, instalada em computadores conectados na rede mundial de computadores, sem limites nos.

b) É vedada a cópia dos sistemas, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela lei nº 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para

cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pela locação do(s) Sistemas(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica, servindo de elo entre as partes.
- d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas.
- e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:
 - assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;
 - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;
 - dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.
- g) Caberá a CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos sistemas do seu interesse e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas.
- h) Usar os sistemas locados exclusivamente nas unidades gestoras, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.
- i) Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Instalar e treinar os usuários da CONTRATANTE na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da ordem de serviço.
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- c) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos Sistemas, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos seus programas.
- e) Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos Sistemas da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- f) Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.
- g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.
- h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
- i) Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
- j) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.
- l) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.
- m) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.
- n) Prestar suporte técnico gratuito a distância através de telefone e internet.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO

Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 001/2019:

- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.
- b) Alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal e estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada conforme proposta apresentada pela vencedora, entendendo-se:

- a) Mudanças nos programas descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 001/2019 para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE.
- b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE.
- c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos sistemas.
- d) Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.
- e) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e alterações subseq-entes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a:

- Advertência;
 - Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 0,5% (cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido com a aplicação cumulativa da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o órgão licitante pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- § 1º. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.
- § 2º. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º - O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subseq-entes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato

txt., cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à conversão de dados, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a contratada obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação total ou parcial de setores essenciais da administração pública enquanto não ultimado um novo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de São João Batista/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Nova Trento SC, 1º de agosto de 2019.

Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA
Presidente	Representante legal
Contratante	Contratada

Assessor Jurídico
Edson Adriano Boso
OAB/SC 16551

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF nº :	CPF nº :

Nova Veneza

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 05/2019

Publicação Nº 2128067

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 05/2019

O Prefeito Municipal de Nova Veneza, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, diante da ausência de profissionais aprovados no Processo Seletivo ACT n.º 002/2018, torna público, para o conhecimento de quem interessar possa, que fica aberta chamada pública para uma (01) vaga de Professor habilitado ou com experiência comprovada, na disciplina de Geografia, para contratação em caráter temporário. Maiores informações sobre a vaga disponível, tais como carga horária, unidades escolares abrangidas e remuneração, poderão ser obtidas até a data de apresentação dos documentos diretamente na Secretaria Municipal de Educação ou pelo telefone (48) 3436 - 5544.

Os interessados deverão apresentar a documentação solicitada até o dia 23 de agosto de 2019, até às 12 horas, na Secretaria Municipal de Educação.

Havendo dois ou mais candidatos interessados na mesma vaga, a escolha obedecerá aos seguintes critérios:

1º) habilitação;

2º) ao de maior tempo de serviço Público Municipal na disciplina de Geografia (mediante apresentação do respectivo tempo de serviço, expedido pelo órgão competente, em dias, meses e anos);

3º) ao de maior tempo de serviço no Magistério na disciplina de Geografia (mediante apresentação do respectivo tempo de serviço, expedido pelo órgão competente, em dias, meses e anos);

4º) maior número de horas de aperfeiçoamento na disciplina de Geografia (certificado original e cópia);

5º) maior idade.

Após classificação, apresentar a documentação necessária para investidura na vaga. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, aplicando-se subsidiariamente os dispositivos do Edital de Processo Seletivo n.º 002/2018 – disponível no sítio eletrônico da Prefeitura.

Nova Veneza (SC), 19 de agosto de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

TERESINHA SPILERE MARANGONI
Secretária Municipal de Educação

PREGÃO PRESENCIAL N.º 199/2019

Publicação Nº 2127718

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial N.º 199/2019

OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado em atendimento as necessidades das unidades escolares do município, com mão de obra especializada para a instalação dos aparelhos conforme demanda, incluindo todo o material para garantir o funcionamento dos mesmos.

Abertura: às 08:30 horas do dia 03/09/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 19 de agosto 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2019

Publicação Nº 2128801

Extrato de Edital de Licitação - Processo Licitatório N. 03/2019 – Dispensa de Licitação N. 02/2019.

Estado de Santa Catarina

Município de Novo Horizonte

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

Processo licitatório 03/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação 02/2019

Tipo: menor preço

Objeto: Contratação de pacote de serviços incluindo: passagens aéreas, transfer's, hospedagem em hotel e alimentação para os nove vereadores mirins para participação no X Encontro Estadual de Câmaras Mirins nos dias 17 a 19 de setembro, na cidade de Florianópolis – SC.

Contratada: FE AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA, com endereço na Av. Brasil, nº 613, centro, município de São Lourenço do Oeste, Estado de SC, inscrita no CNPJ sob nº 12.182.243/0001-77, inscrição estadual isenta.

Valor: R\$ 10.395,00 (dez mil trezentos e noventa e cinco reais).

Novo Horizonte, SC, 19 de agosto de 2019

Sergio Sanagiotto

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

DECRETO 4.620 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128934

DECRETO N. 4.620 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Declara de necessidade (utilidade) pública de acordo com o Artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e Artigo 5º, alíneas "H" e "I" do Decreto-lei nº 3.365/41, para fins de desapropriação, parte do imóvel matriculado sob nº 8.583 no Cartório de Registro de Imóveis de Orleans, de Propriedade de Humberto Ricken Michels, Viviane Lavezo Ugioni Michels e Marcio Mezari, destinado a conservação dos serviços públicos instalados de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia, além da conservação de via de acesso para os moradores e exploração de serviços públicos.

Considerando a garantia de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal;
Considerando o direito constitucional insculpido no art. 5º, XV, da CF/88, garantindo direito à locomoção e livre acesso aos bens;
Considerando que por ocasião de gestão passada houve a modificação de traçado original de via pública para garantir acesso adequado aos Municípios;
Considerando que o traçado atual da Rua Albina Feltrin Bussolo é disposto da infraestrutura adequada com passagem de água, energia, iluminação pública, rede de esgoto;
Considerando que o deslocamento do Município ao traçado original da via geraria custos maiores do que a aquisição do imóvel;
Considerando que parte do imóvel pode ser utilizada para melhorar a qualidade de vida dos contribuintes que ali habitam com equipamentos públicos;
Considerando que a dignidade da pessoa humana dos moradores da região está ameaçada pela insegurança jurídica do acesso ao imóvel e as redes básicas de energia, água e esgoto;

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans/SC, usando de suas atribuições legais, nos termos dos arts. 11, XXXIV; 68, VI, e 88, I, E, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de necessidade pública, a fim de ser desapropriado pelo Município de Orleans por via amigável ou judicial, um lote de terras, a seguir descrita e caracterizada, Matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de Orleans sob nº matrícula 8.583, fl. 01 de 20 de maio de 1993: Lote com 254,38m² (duzentos e cinquenta e quatro metros e trinta e oito decímetros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte com Rua Projetada sem denominação, em 10,30 metros; Leste com terras de Prefeitura Municipal de Orleans-SC, em 25 metros; ao Sul com Rua Projetada sem denominação em 10,05 metros.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário, incluindo eventuais despesas de cartório não contempladas por isenção para transferência e registro da escritura.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Orleans, 19 de agosto de 2019; 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove.

GABRIEL SAMPAIO BIANCO
Secretário de Administração Interino

PROCESSO Nº158/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2128132

PROCESSO Nº 158/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 46/2019

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DA 12ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM O TEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIREITO DO POVO, COM FINANCIAMENTO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL, COM APROFUNDAMENTO DAS DISCUSSÕES SOBRE OS EIXOS TEMÁTICOS: 1) ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DO POVO; 2) FINANCIAMENTO PÚBLICO E 3) PARTICIPAÇÃO SOCIAL. TRATA-SE DE PROFISSIONAIS COM CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS SOBRE O TEMA ABORDADO.

EMPRESA: ANA SILVIA SIMON 03038689963

VALOR TOTAL: R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

Dotação: 162/2019, Manutenção da Gestão da Assistência Social.

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

Orleans - SC, 19 de Agosto de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 160/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2128565

PROCESSO Nº 160/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 81/2019

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS EXTRUDADO PARA USO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 02/09/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 03/09/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 19 de Agosto de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº157/2019 PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação Nº 2128181

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 159/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 47/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPALDE ORLEANS

Contratada....: CILIA TECNOLOGIA LTDA

Valor : R\$: 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 19/08/2019 Término: 19/08/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 47/2019

Recursos : Dotação: 33.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000(17) 2019

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE PARA GERENCIAR CUSTOS DE OFICINA E PEÇAS MECÂNICAS E FUNILARIA.

FUNDAMENTO LEGAL, ARTIGO 24, INCISO II DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 20 de agosto de 2019

Jorge Luiz Koch
Prefeito municipal

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO N. 049/2019

Publicação Nº 2128032

Processo Licitatório n. 0044/2019

Pregão Presencial n. 0029/2019

CONTRATO N. 049/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ZORTEATUR TRANSPORTES LTDA - ME.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e estadual, para o ano letivo de 2019.

Valor total do contrato: R\$ 39.519,90 (trinta e nove mil quinhentos e dezenove reais e noventa centavos).

Vigência: A vigência do contrato terá início na data de sua assinatura até 31/12/2019.

Data da assinatura: 16/08/2019.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PG 148-2019

Publicação Nº 2128193

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 148 -2019, no dia 03 de setembro de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 148 - 2019 tem como objeto a aquisição de microcomputador, conforme as especificações solicitadas, para suprir as necessidades do funcionamento dos programas e projetos desenvolvidos pelos engenheiros da Secretaria de Infraestrutura do município de Palhoça - SC, através do Sistema de Registro de Preços, pelo sistema de registro de preço, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 19 de agosto de 2019. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

DECRETO Nº 2.495, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128952

DECRETO Nº 2.495, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA NA ORDEM DE R\$ 230.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere o art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.673, de 20 de dezembro de 2018, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), as Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça, como segue:

13:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade : 2154 – Func. E Manut. Escolas Profissionais
Red.5- -31.90.00.00.00.00.0.1000142 – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada abaixo

13:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade : 2041 – Func. E Manut. Da Merenda Escolar
Red.145- -33.90.00.00.00.00.0.1000142 – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 19 de agosto de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 277, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128947

LEI COMPLEMENTAR Nº 277, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

JUNTA MÉDICA MUNICIPAL. Altera a Lei Complementar nº 157, de 27 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Complementar nº 157, de 27 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Para os fins previstos na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, fica criada a Junta Médica Municipal, a ser composta por 03 (três) servidores, ocupantes do cargo de médico, os quais serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal." (N.R.)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 15 de agosto de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.765, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128948

LEI Nº 4.765, de 15 de agosto de 2019.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a indenizar os proprietários das áreas marginais do curso d'água denominado Rio Cachoeira do Sul, nos imóveis que especifica, destinadas servir como servidão de passagem para receber as tubulações da obra pública de captação, tratamento e distribuição de água para o abastecimento da região sul do município ("S.A.A. da Praia da Pinheira").

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado instituir Servidão de Passagem e indenizar os proprietários dos imóveis atingidos na implantação das tubulações de conexão entre a obra de captação da água e a Estação de Tratamento de Água – ETA, integrantes da "S.A.A. da Praia da Pinheira".

Art. 2º Os imóveis a serem indenizados estão localizados na localidade conhecida com Sertão do Campo, no município de Paulo Lopes/SC distantes a aproximadamente 9,5km da praça de pedágio existente entre Palhoça e Paulo Lopes, com acesso pela Rodovia Federal BR-101, entrando na Rua Professor Bento, ao lado do Restaurante 3 Barras, até encontrar a bifurcação com a Rua Geral do Albardão, seguindo por esta até chegar à Rua Geral do Sertão do Campo, seguindo por esta até chegar na ponte sobre o Rio da Madre.

Art. 3º Os imóveis localizam-se entre a estrada e o rio da Madre a partir da ponte até o acesso que leva a barragem onde será implantada a captação de águas. Apresentam vegetação nativa, topografia levemente acidentada, não possuem benfeitorias significantes, conforme Levantamento Topográfico que é parte integrante desta Lei.

Art. 4º O valor da indenização observará o Laudo de Avaliação que é parte integrante desta Lei no montante de R\$ 14,83 (quatorze reais e oitenta e três centavos) o metro quadrado.

Art. 5º As áreas descritas na presente Lei ficam afetadas para fins de implantação de Servidão de Passagem para a implantação das tubulações de conexão entre a obra de captação da água e a Estação de Tratamento de Água – ETA, integrantes da "S.A.A. da Praia da Pinheira".

Art. 6º A despesa para execução da presente Lei, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 15 de agosto de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4630, DE 26 DE JUNHO DE 2018. DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Publicação Nº 2128365

Notificação nº 18723/2019

Placa do veículo: MHA9276

Data da fiscalização: 14/08/2019

Hora da fiscalização: 17:33:00

Endereço de localização do veículo: RUA CRUZ E SOUZA, 400

Nome do(a) proprietário(a): TELMA NODARI DE OLIVEIRA FARIAS

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 052.343.429-48

CEP: 88.095-200 - JARDIM ATLANTICO, Florianópolis - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa MHA9276 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 18723/2019

Placa do veículo: MHA9276

Data da fiscalização: 14/08/2019

Hora da fiscalização: 17:33:00

Endereço de localização do veículo: RUA CRUZ E SOUZA, 400

Nome do(a) proprietário(a): TELMA NODARI DE OLIVEIRA FARIAS

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 052.343.429-48

CEP: 88.095-200 - JARDIM ATLANTICO, Florianópolis - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa MHA9276 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 18726/2019

Placa do veículo: LYR5568

Data da fiscalização: 15/08/2019

Hora da fiscalização: 09:45:50

Endereço de localização do veículo: RUA SÃO JORGE, 24, CAMINHO NOVO

Nome do(a) proprietário(a): JOAQUIM MARIA DOS SANTOS

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 149.348.259-91

CEP: 88.570-000 - INTERIOR, São José do Cerrito - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa LYR5568 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 18728/2019

Placa do veículo: IFS0732

Data da fiscalização: 15/08/2019

Hora da fiscalização: 09:45:00

Endereço de localização do veículo: RUA SÃO JORGE, 26, CAMINHO NOVO

Nome do(a) proprietário(a): DOUGLAS DE SOUZA PEIXOTO

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 097.363.349-29

CEP: 89.620-000 - Endereço não informado, Campos Novos - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa IFS0732 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 18733/2019

Placa do veículo: MCX1540

Data da fiscalização: 15/08/2019

Hora da fiscalização: 09:45:00

Endereço de localização do veículo: RUA SÃO JORGE, 24, CAMINHO NOVO

Nome do(a) proprietário(a): JOSE DAIMAR PEREIRA MORAIS

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 250.599.719-53

LINHA ALTO CAPELINHA, S/N

CEP: 89.669-000 - INTERIOR, Ipira - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa MCX1540 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 18735/2019

Placa do veículo: KFC1953

Data da fiscalização: 15/08/2019

Hora da fiscalização: 14:47:00

Endereço de localização do veículo: RUA SÉRGIO BITENCOURT, AO LADO DO 30

Nome do(a) proprietário(a): CLENIR MIORANZA PETROSKI

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 887.663.309-04

RODOVIA LEONEL PEREIRA, 859

CEP: 88.056-300 - CACHOEIRA DO BOM JESUS, Florianópolis - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa KFC1953 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 18736/2019

Placa do veículo: MBP7544

Data da fiscalização: 15/08/2019

Hora da fiscalização: 14:47:00

Endereço de localização do veículo: RUA SÉRGIO BITENCOURT, AO LADO DO Nº 30

Nome do(a) proprietário(a): ARTUR ANTONIO DA COSTA

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 501.078.289-87

CEP: 88.115-770 - SERRARIA, São José - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa MBP7544 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 18737/2019

Placa do veículo: LYT8536

Data da fiscalização: 15/08/2019

Hora da fiscalização: 14:57:00

Endereço de localização do veículo: RUA JERÔNIMO ÁVILA, 467

Nome do(a) proprietário(a): GAUDIN MENDES OURIQUES

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 533.445.700-30

AVENIDA ELZA LUCHI, 101

CEP: 88.130-600 - PONTE DO IMARUIM, Palhoça - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa LYT8536 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 130/2019

Publicação Nº 2128989

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 130/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS, através de Registro de Preços, conforme especificação e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante do Edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 1, 4, 12, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 26, 38, 46, 57, 62, 67 e 79, totalizando R\$141.936,62 (cento e quarenta e um mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos);

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 30, 41, 42, 43, 44 e 69, totalizando R\$86.170,48 (oitenta e seis mil, cento e setenta reais e quarenta e oito centavos);

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 39, totalizando R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais);

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 13, 34, 35, 55, 58, 68, 72 e 74, totalizando R\$217.864,85 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos);

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 54, totalizando R\$3.960,00 (três mil e novecentos e sessenta reais);

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 6, 20, 65 e 73, totalizando R\$56.628,00 (cinquenta e seis mil e seiscentos e vinte e oito reais);

LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 36, totalizando R\$17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais);

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 18, 50 e 78, totalizando R\$1.485,00 (um mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais);

MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 25, 59 e 60, totalizando R\$6.794,09 (seis mil, setecentos e noventa e quatro reais e nove centavos);

NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ficou classificada em 1º lugar nos itens 7, 14 e 49, totalizando R\$59.956,00 (cinquenta e nove mil e novecentos e cinquenta e seis reais);

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 9, 11, 19, 27, 48, 51, 53, 56, 61, 66 e 82, totalizando R\$141.682,40 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos);

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 3, 5, 10, 15, 31, 40, 45 e 71, totalizando R\$159.992,55 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Palhoça, 19 de agosto de 2019.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 086/2019**

Publicação Nº 2128692

PORTARIA Nº 086/2019

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Lore Roedel Westphal.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal a servidora Lore Roedel Westphal, detentora da matrícula funcional nº 128764-01, inscrita no CPF sob o nº 557.797.009-15 e no PIS/PASEP sob o nº 122.274.021-74, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais – Nível: DOC 3 - Letra: G, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 19 de agosto de 2019.

Milton Luiz Espindola Maria Terezinha Broering Fernandes
Presidente do IPPA Assistente Administrativo
Matrícula 300054-01

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 087/2019

Publicação Nº 2128841

PORTARIA Nº 087/2019

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Fatima Aparecida Rodrigues de Campos Bastos.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal a servidora Fatima Aparecida Rodrigues de Campos Bastos, detentora da matrícula funcional nº 800773-02, inscrita no CPF sob o nº 693.684.149-04 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.839.467-6, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Nível: DOC 3 - Letra: G, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 19 de agosto de 2019.

Milton Luiz Espindola Maria Terezinha Broering Fernandes
Presidente do IPPA Assistente Administrativo
Matrícula 300054-01

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 088/2019

Publicação Nº 2128842

PORTARIA Nº 088/2019

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Gisele Matos de Lima Ventura.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal a servidora Gisele Matos de Lima Ventura, detentora da matrícula funcional nº 800787-01, inscrita no CPF sob o nº 753.691.339-72 e no PIS/PASEP sob o nº 123.592.932-32, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Nível: DOC 3 - Letra: G, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 19 de agosto de 2019
Milton Luiz Espindola Thiago Pedro da Rosa
Presidente do IPPA Técnico Previdenciário
Matrícula 900049

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 089/2019

Publicação Nº 2128845

PORTARIA Nº 089/2019.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público do servidor Pedro Julio de Melo.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor Pedro Julio de Melo, detentor da matrícula funcional nº 500372-04, inscrito no CPF sob o 398.970.799-04 e no PIS/PASEP sob o nº 106.952.036-97 lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, Nível: ANF-C - 1, Letra: E, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 19 de agosto de 2019.
Milton Luiz Espindola Thiago Pedro da Rosa
Presidente do IPPA Técnico Previdenciário
Matrícula 900049

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 090/2019

Publicação Nº 2128847

PORTARIA Nº 090/2019

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Marlove Assing Martins.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal a servidora Marlove Assing Martins, detentora da matrícula funcional nº 800244-02 inscrita no CPF sob o nº 705.507.609-97 e no PIS/PASEP sob o nº 1.704.126.303-5, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Nível: DOC 3 - Letra: N, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 19 de agosto de 2019.

Milton Luiz Espindola Mª Eduarda da Rosa Custódio Presidente do IPPA Técnico Previdenciário
Matrícula 90003353

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 091/2019

Publicação Nº 2128849

PORTARIA Nº 091/2019.

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03), do art. 23 da Lei municipal nº 1320/01 autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público do servidor Osni Schvambach.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor Osni Schvambach, detentor da matrícula funcional nº 500409-01, inscrito no CPF sob o nº 344.917.089-91 e no PIS/PASEP sob o nº 107.436.998-55, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, Nível: ANF-C-1 - Letra: E, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 85,71% (oitenta e cinco vírgula setenta e um por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 19 agosto de 2019.

Milton Luiz Espindola Maria Eduarda da Rosa Custódio

Presidente do IPPA Técnico Previdenciário

Matricula 90003353

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 092/2019

Publicação Nº 2128850

PORTARIA Nº 092/2019

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1320/01), autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora Helena Maria Schmoeller.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Helena Maria Schmoeller, detentora da matrícula funcional nº 190020-01, inscrita no CPF sob o nº 691.343.839-72 e no PIS/PASEP sob o nº 122.902.462-30, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível: ANF-B-1 - Letra: E, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 70,00% (setenta por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 19 de agosto de 2019.

Milton Luiz Espindola Thiago Pedro da Rosa

Presidente do IPPA Técnico Previdenciário

Matrícula 900049

IPPA/mtbf

PORTARIA Nº 093/2019

Publicação Nº 2128853

PORTARIA Nº 093/2019

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do inciso I. do §1º, do art. 40, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Mara Rubia Pierri.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Mara Rubia Pierri, detentora da matrícula funcional nº 801076-01, inscrita no CPF sob o Nº 912.547.369-72 e no PIS/PASEP sob o nº 128.365.717-23, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 50,00% (cinquenta por cento) das médias das contribuições calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 19 de agosto de 2019.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-01

Palma Sola

PREFEITURA

CONVÊNIO 002/2019 REPASSE FINANCEIRO ASCOAGRIN

Publicação Nº 2128361

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2019

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE BARRAÇÃO – PR E DIONÍSIO CERQUEIRA – SC – ASCOAGRIN.

Em 19 de agosto de 2019, na sede do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representando por seu Prefeito Municipal, Senhor Cleomar José Mantelli, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 2.941.379 SSP SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 760.741.889-04, doravante denominado de MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE BARRAÇÃO – PR E DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 78.113.628/0001-90, com sede na Avenida Internacional, 11, centro, na cidade de Dionísio Cerqueira – SC, CEP: 89950-000, neste ato representada por seu Presidente, Sr. VOLMIR MARCOS VOLTOLINI, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.273.039-23, doravante denominado de ASCOAGRIN, celebram o presente Convênio, observando as disposições legais vigentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente convênio foi autorizado pela Lei Municipal nº 2036/2019, de 15 de julho de 2019, e será regido por esta, bem como pelo que dispõe a Lei nº 8.666/93, no que couber e demais legislações aplicáveis à matéria.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto o repasse de recursos financeiros para a ASCOAGRIN, para as instalações do CANIL por parte da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, compreendendo instalações físicas, aquisição de cães e, esta por sua vez se responsabiliza pela aplicação de tais recursos, relacionados às despesas citadas no Plano de Trabalho em anexo.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO se obriga a efetuar a contribuição financeira de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem pagos em 01 (uma) parcela, a ser paga até a data de 30 de agosto de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASCOAGRIN

- a) A ASCOAGRIN deverá apresentar o plano de custos, o qual uma vez aprovado fará parte integrante deste convênio.
- b) A ASCOAGRIN se obriga a empregar a integralidade do recurso que lhe será destinado por força deste Convênio, exclusivamente nas metas e objetos do presente Termo, bem como prestar contas do valor recebido em conformidade com a Lei nº 2036/2019, a qual faz parte integrante do presente Convênio.
- c) A ASCOAGRIN deverá prestar contas dos termos deste convenio, bem como deverá prestar as contas finais no prazo de 30 (trinta) dias, após o término do convênio.
- d) A ASCOAGRIN deverá efetuar a abertura de uma conta corrente, em banco oficial para a movimentação do recurso, objeto deste convênio.
- e) A ASCOAGRIN deverá efetuar a devolução de saldos financeiros remanescentes, inclusive de encargos que não forem utilizados na execução do convênio, no prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar-se da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.
- f) A ASCOAGRIN deverá apresentar comprovantes de gastos, representados por notas fiscais, faturas ou recibos, em conformidade com o fornecedor, referentes ao respectivo período do convênio e ainda toda a documentação fiscal.
- g) A ASCOAGRIN deverá apresentar a documentação institucional e sua regularidade fiscal, cujos documentos passam a fazer parte integrante deste.
- h) A inexecução parcial ou total desde convênio, por parte da ACIC implicará na aplicação do que dispõe o artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS

Para a consecução do objeto deste Convênio, o MUNICÍPIO repassará a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em única parcela, por conta da seguinte dotação orçamentária:

06-SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.003- Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

0006.0181.0006.2016- Segurança Pública

3.3.3.50. 00.00.00.00.00.00 – Transferências a instituições privadas s/fins lucrativos

Parágrafo único - O valor de que trata o caput da cláusula acima, será repassado a ASCOAGRIN, após a assinatura do Convênio e respectivo empenho, junto à Tesouraria do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e terminará em 31 de dezembro de 2019, com a prestação de contas do respectivo repasse à ASCOAGRIN da importância mencionada na Lei 2036/2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por qualquer dos partícipes, resguardada a responsabilidade das obrigações decorrentes do prazo em que estava em vigor, bem como os benefícios adquiridos nesse período.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio poderá ser alterado a qualquer momento por mútuo consentimento entre as partes, através de instrumento aditivo, com exceção do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO providenciará as suas expensas a publicação do extrato do presente Convênio em Diário Oficial, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DIVERGÊNCIAS

Os partícipes elegem o foro da Comarca de Dionísio Cerqueira, sede do MUNICÍPIO, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser, para apreciar e julgar as divergências oriundas do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COPIAS

Serão extraídas as seguintes cópias do presente Convênio.

- a) Duas para o MUNICÍPIO;
- b) Uma para A ASCOAGRIN;
- c) Uma em extrato, para publicação

E por assim acordarem, os partícipes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente Convênio que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos o ato presente.

MUNICIPIO DE PALMA SOLA

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE BARRAÇÃO – PR E DIONÍSIO CERQUEIRA – SC – ASCOAGRIN.

Volmir Marcos Voltolini
Presidente.
Testemunhas:

NOME: NOME:
RG: RG:
CPF: CPF:

EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº. 130/131 E 132/2019

Publicação Nº 2128888

EXTRATO DO CONTRATO Nº.: 130/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: MEPAL MÓVEIS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de móveis novos planejados sob medida à serem instalados na farmácia da unidade básica de saúde e adequação de móveis já existentes utilizados na farmácia da unidade de saúde em conformidade com o programa QUALIFAR - (Qualificação da Assistência Farmacêutica)

VALOR TOTAL R\$: 2.293,00

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 19/08/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

EXTRATO DO CONTRATO N°.: 131/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 95/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 54/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: GIACOMELLI & PARIS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA

OBJETO: Aquisição de móveis novos planejados sob medida à serem instalados na farmácia da unidade básica de saúde e adequação de móveis já existentes utilizados na farmácia da unidade de saúde em conformidade com o programa QUALIFAR - (Qualificação da Assistência Farmacêutica)

VALOR TOTAL R\$: 3.061,00

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 19/08/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

EXTRATO DO CONTRATO N°.: 132/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 95/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 54/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: FERNANDA SEVALD EIRELI - ME

OBJETO: Aquisição de móveis novos planejados sob medida à serem instalados na farmácia da unidade básica de saúde e adequação de móveis já existentes utilizados na farmácia da unidade de saúde em conformidade com o programa QUALIFAR - (Qualificação da Assistência Farmacêutica)

VALOR TOTAL R\$: 2.783,40

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 19/08/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

RESOLUÇÃO 003/2019 HOMOLOGA RESULTADO FINAL PROVA CONSELHO TUTELAR EDITAL 003/2019

Publicação N° 2128280

RESOLUÇÃO CMDCA 003/2019, de 19 de agosto de 2019

Homologa o Resultado Final relativo as provas objetivas realizadas pelos candidatos inscritos e aptos em conformidade com o Edital CMDCA 003/2019.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art.1º Fica homologado o Resultado Preliminar relativo ao processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de Palma Sola, conforme segue:

CONSELHEIRO TUTELAR					
Nº	Nome candidato	CE	IB	Total	Resultado
1	Neuza De Souza	7,00	2,00	9,00	Classificado

2	Tatiane F. De Assis Bastos	6,50	1,50	8,00	Classificado
3	Rosângela Paetzold	5,00	1,50	6,50	Classificado
4	Clediane De Souza Da Silva	6,00	0,50	6,50	Classificado
5	Flávia Flores	5,00	1,50	6,50	Classificado
6	Bianca Moresco	3,50	2,50	6,00	Classificado
7	Eliane Aparecida Ribeiro	5,00	1,00	6,00	Classificado
8	Neuza Gomes	4,50	1,00	5,50	Desclassificado
9	Claudemir Francisco Magalhaes	4,00	1,50	5,50	Desclassificado
10	Soleni Terezinha Pinto	5,00	0,00	5,00	Desclassificado
11	Franciele Cristina Muhl	4,00	1,00	5,00	Desclassificado
12	Diana Da Silva Moraes De Souza	4,00	1,00	5,00	Desclassificado
13	Luciane Maria Gobato	3,50	1,50	5,00	Desclassificado
14	Cornelio Schimdt Gomes	4,00	0,50	4,50	Desclassificado
15	Marcelo Santa Catarina	3,00	1,50	4,50	Desclassificado
16	Beatriz Fatima Boeira	1,00	0,50	1,50	Desclassificado
17	Ivone Tozatti Pauletti	Faltante			Desclassificado
18	Jesieli Antunes Fagundes	Faltante			Desclassificado
19	Daniela Zimmermann Marques	Faltante			Desclassificado

Art.2º São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 6,00 (seis pontos), no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das questões sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica), conforme dispõe o edital.

Art.3º O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova objetiva está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palma Sola - SC, 19 de agosto de 2019.

Elizete T. Vissoto
Presidente CMDCA.

Palmeira

PREFEITURA

ERRATA_PL_41_PP_28_ AQUISIÇÃO DE ARLA 32

Publicação N° 2128946

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2019

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob nº 01.610.566/0001-06, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, por meio da Presidente da Comissão de Licitações e sua Equipe de Apoio, RETIFICA O EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a "Aquisição de Arla 32 (aditivo de combustível)". Onde se lê no item 11.2.4 - A comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: a) Prova de Regularidade com a ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Leia-se no item 11.2.4 - A comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: a) Prova de Regularidade com o INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. Palmeira, 19 de agosto de 2019. VIVIANE MATTEUCCI ZANQUETTA – Pregoeira.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA Nº 037/2019 - MULLER PRODUTOS PARA A SAÚDE

Publicação Nº 2128780

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 037/2019

Objeto: Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: MULLER PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, valor total de R\$ 209.150,00 (duzentos e nove mil e cento e cinquenta reais). Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 20 de Julho de 2019 – João Jaime Ianskoski – prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DE ATA Nº 079/2019 - CIMENTELA

Publicação Nº 2128788

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 079/2019

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 036/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: CIMENTELA INDÚSTRIA DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. Valor total de R\$ 34.900,00 (trinta e quatro mil novecentos reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 13 de Agosto de 2019 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA Nº 080/2019 - BRASTUBOS

Publicação Nº 2128789

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 080/2019

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 036/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM. Valor total de R\$ 845.200,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 13 de Agosto de 2019 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019 - PNEUS

Publicação Nº 2128525

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE CÂMARAS, PNEUS E COLARINHOS, ORIGINAIS DE FÁBRICA, PRODUTO NOVO (SEM USO), NÃO PODENDO SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO, ECOLÓGICO OU SIMILAR, O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS DA ABNT, ESTAR REGULAMENTADO E REGISTRADO NO INMETRO E CERTIFICADO DO IBAMA, A FIM DE ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Entrega dos envelopes: 30 de Agosto de 2019 até às 14:00 h; Início da Sessão Pública: 14:15 h. Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 19 de Agosto de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 339, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128755

PORTARIA Nº 339, de 15 de agosto de 2019.

“PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº181/2019”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e, com fundamento na Lei Complementar n. 004/99, de 31/08/1999, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o requerimento de prorrogação de prazo realizado pela Comissão de Inquérito nomeada pela Portaria nº 181/2019;

Considerando a possibilidade de prorrogação, prevista no art. 127 da Lei Complementar nº 004/99 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Passos Maia/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo por mais 60 (sessenta dias) após o vencimento do prazo previsto na Portaria nº 280/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se. Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 341, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128759

PORTARIA Nº 341, de 15 de agosto de 2019.

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares realizada pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora ZENI NECKEL BARRETE, matrícula nº 10834, ocupante do cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotando-as na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a partir do dia 09 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 de agosto 2019.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 342, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128763

PORTARIA Nº 342, de 19 de agosto de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora DAIANA DALLELASTE, matrícula nº 187, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 07/05/2018 a 06/05/2019, para serem gozadas do dia 02/09/2019 a 01/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 343, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128765

PORTARIA Nº 343, de 19 de agosto de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARIVANIA SCHIO, matrícula nº 10408, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 13/01/2018 a 12/01/2019, para serem gozadas do dia 23/08/2019 a 06/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº340, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128757

PORTARIA Nº340, de 15 de agosto de 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando a Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – que concede benefício de auxílio doença à servidora até o dia 15 agosto de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora ELISIANE FREITAS DENARDIN BORTOLINI, matrícula nº 9046, ocupante do Cargo Público de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, até o dia 15 de agosto de 2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 304, de 12 de julho de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0046/2019

Publicação Nº 2127916

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0046/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 0031/2019

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0046/2019, Modalidade de Pregão Presencial n. 0031/2019 – Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos como, bebedor de água, ar condicionado, notebook e armários sob medida para atendimento da farmácia básica, da secretaria municipal de saúde do município de Passos Maia. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 02 de setembro de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, e pelo site WWW.passosmaia.sc.gov.br. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 19 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 837/2019**

Publicação Nº 2129021

LEI Nº 837/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

(ORIGINADA DO PROJETO DE LEI Nº 019/2019, DE 16 DE AGOSTO DE 2019)

"AUTORIZA O SISTEMA DE CONSULTA DE ENFERMAGEM, COM USO DE PROTOCOLO DE ENFERMAGEM, NO ÂMBITO DAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c Art. 12, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o sistema de consulta de enfermagem, com uso de protocolo de enfermagem, no âmbito das equipes de atenção básica

no Município de Passos Mais, com objetivo de:

I – Otimizar o processo de trabalho do enfermeiro;

II – Promover atendimento integral ao paciente em que este profissional possui plena capacidade técnica para análise, investigação e tomada de decisão;

III – Aproximar os enfermeiros às diversas diretrizes internacionais da prática de enfermagem;

IV – Validar práticas recorrentes nas unidades de saúde por necessidade na agilização de processos de trabalho.

Art. 2º - A consulta de enfermagem deve ser realizada em consonância com a Lei Federal nº 7.498/1986, Decreto nº 94.406/1987 e resoluções do COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) e COREN/SC (Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina), seus protocolos, bem como o “Caderno da atenção básica nº 33, saúde da criança: crescimento e desenvolvimento, publicado em 2012”, o “Protocolo de enfermagem volume 5 atenção a demanda de cuidados na criança de Florianópolis 2018” e o protocolo municipal “Medicação antitérmica para vacina 2, 4, 6 meses e 4 anos de idade”.

Art. 3º - Os protocolos de enfermagem a serem adotados no Município de Passos Maia serão executados exclusivamente pelos enfermeiros das equipes de atenção básica do Município, que poderão ainda prescrever medicamentos e solicitar exames, deste que atendidos, a Lei Federal nº 7.498/1986, Decreto nº 94.406/1987 e resoluções do COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) e COREN/SC (Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia – SC 19 de agosto de 2019.

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA

PRESIDENTE

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

Penha

PREFEITURA

CANCELAMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DO CONCIDADE DE 2019

Publicação Nº 2128913

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
CONCIDADE – CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA
PUBLICAÇÃO

O Senhor Prefeito e o Senhor Secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha - Concidade, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei municipal nº 2201/08, Lei municipal nº 2244/08, vem por meio deste CANCELAR a 2ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DO CONCIDADE DE 2019, que aconteceria no dia 19/08/2019 às 19:00 horas no Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Avenida Prefeito Eugênio Krause, 94 - Centro, Penha - SC, Penha, Santa Catarina.

O motivo dar-se-á, visto que a Secretaria de Planejamento Urbano necessita de tempo para melhor avaliar as alterações na legislação, após isso, a conferência será remarcada para discussão do assunto.

Penha, 19 de agosto de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

MAURÍLIO LEITE
Secretário do Concidade

CONTRATO Nº 129/2019 - PMP

Publicação Nº 2128572

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL LTDA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL S10.

CONTRATO Nº 129/2018-PMP de 09/08/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2018-PMP - MULTIENTIDADE
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018-PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL LTDA estabelecida à Avenida Nereu Ramos nº_1497, Praia Alegre, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.933.658/0001-95, representada, neste ato pelo Sr. Augustinho Stang, CPF sob o nº_545.921.519-68, Cargo/Função: Sócio Administrador, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de combustível (óleo diesel S10) para abastecimento dos veículos da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e Cultura e Fundo Municipal de Saúde do Município, conforme solicitações nº 1802, 1856 e 1744/2018, anexas ao Processo, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	CUSTO R\$	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	ÓLEO DIESEL S10 – SEC. SERVIÇOS URBANOS	Litro	31.848,00	3,21	99.930,51
02	ÓLEO DIESEL S10 – SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA	Litro	30.848,00	3,21	99.022,08
03	ÓLEO DIESEL S10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Litro	26.807,57	3,21	86.052,30
	TOTAL				285.004,89

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 285.004,89 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil e Quatro Reais e Oitenta Centavos), sendo o valor de R\$ 3,21(Três Reais e Vinte Um Centavos) por litro.

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias juntamente com apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável do recebimento, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.

2.4 - Os pagamentos serão realizados por meio de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

3 - As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 02 – Departamento de Frotas

Projeto/Atividade: 2.039 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Frotas

Elemento: 12.02.2.039.3.3.90.30.01.00.00.00 (87)

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 20.01.2.059.3.3.90.30.01.00.00.00 (76)

Órgão: 80 - Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2.115 – Funcionamento do Fundo Municipal de Educação

Elemento: 80.01.2.115.3.3.90.30.01.00.00.00 (8)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, o fornecimento do combustível conforme especificações abaixo:

a) Fornecer o produto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Fornecer o produto diretamente no Posto de Abastecimento da Contratada, com entrega parcelada e contínua mediante a apresentação de Requisição/Autorização de Abastecimento emitidas e autorizadas pelo responsável da Secretaria e Fundo requisitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos

c) Cumprir com as obrigações no tocante ao fornecimento do objeto, não sendo aceitos produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

e) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

f) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

g) A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

h) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

i) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

j) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização

dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO; Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Substituir, reparar, corrigir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus o objeto, caso constatadas divergências nas especificações, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;

l) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 12 (Doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Fornecer documento de autorização/requisição devidamente assinado para o devido abastecimento;
- b) Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- c) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10- Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12– O fornecimento do objeto contratado será acompanhado e fiscalizado por responsável designado pela Secretaria de Planejamento Urbano, a quem caberá fiscalizar com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14- Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17- Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1- As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

18.2 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

18.3 - Os casos omissos a este contrato serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19- As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 09 de agosto de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018
Secretário de Administração
CONTRATANTE

POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL LTDA

Augustinho Stang

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo Aditivo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019 - PMP

Publicação Nº 2128860

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019 – PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para execução de serviços de levantamento batimétrico multifeixe, operado em frequência 300khz, na região da enseada de Itapocorói neste município, conforme solicitação de nº 1217/2019 da Secretaria de Planejamento Urbano anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 02/09/2019 às 13:30h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12:00 as 18:00h.

Penha/SC, 19 de agosto de 2019.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretario da Administração

ERRATA AO 3º ADITIVO Nº 126/2019 PMP

Publicação Nº 2128786

ERRATA REFERENTE AO 3º TERMO ADITIVO Nº 126/2019-PMP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018- PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 042/2018- PMP

Participante: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização, limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Penha/SC, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor previsto na Cláusula Primeira do Contrato Aditivo nº 041/2019-FMEDUC, é de R\$ 501.698,39 (Quinhentos e Um Mil Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Trinta e Nove Centavos) mensal; com o acréscimo deste aditivo a despesa mensal aumentará R\$ 7.947,90 (Sete Mil Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa Centavos) mensal, conforme solicitação via memorando nº 4.143/2019 e Parecer Jurídico nº 145/2019, um montante de R\$ 39.739,50 (Trinta e Nove Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Cinquenta Centavos), para os próximos 5 (Cinco) meses contratados.

LEIA-SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor previsto na Cláusula Primeira do Contrato principal nº 167/2018 com o Aditivo nº 041/2019-FMEDUC, é de R\$ 476.923,44 (Quatrocentos e Setenta e Seis Mil Novecentos e Vinte e Três Reais e Quarenta e Quatro Centavos) mensal; com o acréscimo do presente aditivo a despesa mensal aumentará R\$ 7.947,90 (Sete Mil Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa Centavos) mensal, conforme solicitação via memorando nº 4.143/2019 e Parecer Jurídico nº 145/2019, um montante de R\$ 39.739,50 (Trinta e Nove Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Cinquenta Centavos), para os próximos 5 (Cinco) meses contratados. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do 3º TERMO ADITIVO Nº 126/2019-PMP.

Publique-se.

Penha, 19 de Agosto de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Ordenador De Despesas

Portaria nº1230/2018

O presente termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

PORTARIA Nº 1658/2019

Publicação Nº 2128965

PORTARIA N.º 1658/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei 2254/2009 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. LUANA MEDEIROS, para exercer a função de Estagiária, no período de 19/08/2019 a 18/08/2020, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 30/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de agosto de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1659/2019

Publicação Nº 2128966

PORTARIA N.º 1659/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DAIANE CAROLINE DE SOUZA, para exercer a função de Agente Endêmica, no período de 16/08/2019 a 15/08/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 74/2019 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de agosto de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA N° 1660/2019

Publicação N° 2128970

PORTARIA N.º 1660/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. VALDO ADRIANO LOPES CARDOSO para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE SISTEMAS II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO a contar de 16/08/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de agosto de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA N° 1661/2019

Publicação N° 2128972

PORTARIA N.º 1661/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 10 horas para 20 horas semanais, da Sra. MARIA DA LUZ BRANCO, no período de 16/08/2019 a 13/12/2019, conforme o 1º Termo Aditivo nº 672/2019 ao Contrato nº 493/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de agosto de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1662/2019

Publicação Nº 2128973

PORTARIA N.º 1662/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a Portaria nº 1218/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 557/2019, (para apuração de irregularidades na realização do processo seletivo 001/2019 - SEDUC, realizado pela empresa INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA ME, CONTRATO Nº 134/2018-PMP de 07/11/2018), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e LENARA SERPA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 12/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de agosto de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1663/2019

Publicação Nº 2128976

PORTARIA N.º 1663/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a Portaria nº 1220/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 553/2019, (para apuração da assiduidade dos profissionais de medicina o Sr. Paulo Roberto de Souza e Jaime Luiz Nardelli), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 12/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de agosto de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1664/2019

Publicação Nº 2128977

PORTARIA N.º 1664/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a Portaria nº 1229/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado, (para averiguar a situação Ofício Recomendatório 0006/2019/01PJ/BPI, conforme solicitação do memorando 1doc 3.454/2019), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos

os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 12/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de agosto de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS QUE PARTICIPARÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Publicação N° 2128981

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CMDCA – PENHA/SC

ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES – EDITAL 01/2019

RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS QUE PARTICIPARÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Obs. Informamos que o período permitido de campanha eleitoral será do dia 22.08.2019 até o dia 05.10.2019.

NOME DO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	Nº ELEITORAL DO CANDIDATO
Amarildo Garcia Nantes	07	240
Dulcilene Dulce Nascimento	08	260
Larissa Corrêa Costa	06	320
Luciana Maria da Silva	14	340
Marcia Cristina da Silva Lukenchuke	04	370
Marcolina Irene dos Santos	11	380
Marilúcia Bazotti	03	390
Marlene Pereira Siqueira	01	410
Marta Nascimento Romão	10	420
Rita Antônia de Cassia Laudario	13	460
Sharlene Maria kruger	15	470
Simoní Valéria Romão Markoski	02	480
Wilson Mistura	12	490

Penha, 19/08/2019.
Paulo José Vieira
Presidente CMDCA – Penha/SC

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 108/2019

Publicação Nº 2128428

DECRETO N.º 108/2019

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere N.º 2124/2017 de 17 de outubro de 2017 e da Lei Nº 2182/2019 de 26 de julho de 2019, e no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho FUNDEB, do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

Representante do Poder Executivo Municipal, sendo um deles da Secretaria Municipal de Educação

Titular: DÂNDARA LUIZA BAZEI

Titular: ELAINE HACKBARTH DE OLIVEIRA

Suplente: REGINA INÊS BRAND LAZARIN

Suplente: ANDREI LORENZETTI

Representante dos professores das escolas públicas municipais

Titular: JACINTA INÊS BOLL TRENTINI

Suplente: FABRÍCIA SCHÖENELL

Representante dos Servidores técnicos-administrativos das escolas públicas municipais

Titular: MARILUCI SORDI KLEIN

Suplente: DACIANE DE SOUZA FINGER

Representantes dos Pais de alunos das escolas públicas municipais

Titular: ERMINDA FRITZEN RIFFEL

Titular: RAFAELA FRIGO MALTAURO

Suplente: NÁDIA MARIA SCHNEIDER KLEBER

Suplente: ANA PAULA HASSEMER SCHREINER

Representantes dos estudantes da Educação Básica pública

Titular: ROSANGELA ALVES DUTRA

Titular: DANIRA DERSI WEBER SANCHES LÓPEZ

Suplente: ANDERSON EGIDIO SORDI

Suplente: ELIETE DE SOUZA MISSEL

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: MARIZETE PETTER MALTAURO

Suplente: PAULA ROBERTA GERHARDT DEITOS

Representante do Conselho Tutelar

Titular: MELÂNIA LÚCIA BOURSCHIEDT

Suplente: LÚCIA ENGEL

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: LUCIANA NILSON

Suplente: MAURO FERRARI

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 107/2019.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 09 de Agosto de 2019

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

DECRETO 109/2019

Publicação N° 2128430

DECRETO N.º 109/2019

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere N.º 2124/2017 de 17 de outubro de 2017 e da Lei Nº 2182/2019 de 26 de julho de 2019, e no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam alterados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO FUNDEB, do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

Representante dos Servidores técnicos-administrativos das escolas públicas municipais

Titular: MARILUCI SORDI KLEIN

Suplente: LUIS ENRIQUE FINGER

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: MAURO FERRARI

Suplente: DACIANE DE SOUZA FINGER

Art. 2.º DESIGNAR, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho FUNDEB, do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

Representante do Poder Executivo Municipal, sendo um deles da Secretaria Municipal de Educação

Titular: DÂNDARA LUIZA BAZEI

Titular: ELAINE HACKBARTH DE OLIVEIRA

Suplente: REGINA INÊS BRAND LAZARIN

Suplente: ANDREI LORENZETTI

Representante dos professores das escolas públicas municipais

Titular: JACINTA INÊS BOLL TRENTINI

Suplente: FABRÍCIA SCHÖENELL

Representante dos Servidores técnicos-administrativos das escolas públicas municipais

Titular: MARILUCI SORDI KLEIN

Suplente: LUIS ENRIQUE FINGER

Representantes dos Pais de alunos das escolas públicas municipais

Titular: ERMINDA FRITZEN RIFFEL

Titular: RAFAELA FRIGO MALTAURO

Suplente: NÁDIA MARIA SCHNEIDER KLEBER

Suplente: ANA PAULA HASSEMER SCHREINER

Representantes dos estudantes da Educação Básica pública

Titular: ROSANGELA ALVES DUTRA

Titular: DANIRA DERSI WEBER SANCHES LÓPEZ

Suplente: ANDERSON EGIDIO SORDI

Suplente: ELIETE DE SOUZA MISSEL

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: MARIZETE PETTER MALTAURO

Suplente: PAULA ROBERTA GERHARDT DEITOS

Representante do Conselho Tutelar

Titular: MELÂNIA LÚCIA BOURSCHIEDT

Suplente: LÚCIA ENGEL

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: MAURO FERRARI

Suplente: DACIANE DE SOUZA FINGER

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 108/2019.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 12 de Agosto de 2019

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 12/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

PORTARIA 416/2019

Publicação N° 2128397

PORTARIA N° 416/2019

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora HELENA MARIA FINGER KOPSELL, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, Licença por motivo de doença em pessoa da família, retroativo aos dias 26 a 31 de Julho de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

PORTARIA 417/2019

Publicação N° 2128399

PORTARIA N° 417/2019

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora NERCIA MERI SGANDERLA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Grupo 5, Nível 2, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 05 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

PORTARIA 418/2019

Publicação Nº 2128401

PORTARIA Nº 418/2019

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCIA SALETE BAYS MULLER ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, Licença por motivo de doença em pessoa da família, retroativo aos dias 01 a 05 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 51, (Seção II - DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

PORTARIA 419/2019

Publicação Nº 2128403

PORTARIA Nº 419/2019

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA TAVARES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 07 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 420/2019

Publicação N° 2128406

PORTARIA N° 420/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora KARINE ELIS MULLER GRIEBELER, ocupante das funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 09 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 421/2019

Publicação N° 2128408

PORTARIA N° 421/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor DANILO SORDI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, retroativo aos dias 05 a 09 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 422/2019

Publicação Nº 2128411

PORTARIA Nº 422/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 09 de Agosto de 2019 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 423/2019

Publicação Nº 2128414

PORTARIA Nº 423/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 12 de Agosto de 2019 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 12 de Agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 12/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 424/2019

Publicação Nº 2128415

PORTARIA Nº 424/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LAIS EDUARDA STALLBAUM PETTER FINGER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 13 a 16 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de Agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 425/2019

Publicação N° 2128418

PORTARIA N° 425/2019**CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor DANILO SORDI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 12 e 13 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de Agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 426/2019

Publicação N° 2128420

PORTARIA N° 426/2019**CONCEDE FÉRIAS**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora FLAVIA TEREZA ENGEL ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", férias nos dias 19 de Agosto a 02 de Setembro de 2019, sendo que o período de gozo de férias refere-se a Portaria 137/2019 CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 19 de Agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 427/2019

Publicação Nº 2128422

PORTARIA Nº 427/2018
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, Grupo 2, Nível 3, Classe "D" Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 19 e 20 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 19 de Agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 428/2019

Publicação Nº 2128425

PORTARIA Nº 428/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora REGINA INES BRAND LAZZARIN, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM COMPRAS, Grupo 2, Nível 6, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 19 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 19 de Agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Petrolândia

PREFEITURA

lei nº. 1731/2019

Publicação Nº 2127859

LEI Nº. 1731, de 15 de Agosto de 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER EM COMODATO BEM MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Bem Móvel na modalidade Comodato, com a Associação dos Produtores de Leite de Petrolândia, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.056.432/0001-94.

Parágrafo Único. O bem móvel cujo comodato ora autoriza, trata-se de um distribuidor de adubo orgânico líquido, novo, cadastrado no Sistema de Controle Patrimonial da Prefeitura Municipal sob o nº. 7444.

Art. 2º. A minuta do Termo de Cessão faz parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Agosto de 2019.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 001/2019
(MODALIDADE COMODATO)

Pelo presente instrumento particular de Termo de Cessão de Uso - Contrato de Comodato, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.673/0001-80, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. JOEL LONGEN, brasileiro, casado, portador da Carteira de identidade nº. 1.899.718, inscrito no CPF sob o nº. 674.714.559-34, domiciliado nesta Comarca e residente na Rua Irineu Bornhauser, 95, centro, Município de Petrolândia/SC, de ora em diante denominada simplesmente COMODANTE e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE PETROLÂNDIA, portadora do CNPJ sob o nº. 21.056.432/0001-94, representada neste ato pelo seu Presidente senhor DIOGO KLAUBERG, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº. 4.725.105, inscrito no CPF sob o nº. 066.690.299/26, domiciliado nesta Comarca e residente na Localidade de Rio Tamanduá, município de Petrolândia/SC, de ora em diante denominada simplesmente COMODATÁRIA, têm, entre si, como justo e contratado o que se segue:

1º. A COMODANTE é proprietária de:

I – 01 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido/água (esterco), com capacidade de 6.000 litros, Evo Blm 4Pol, TD aro 16,0Pol pneu n freio HD, mangueira 6m, canhão aberto com esguicho de 10m, Cardan, ano/mod 2018, da marca mod. DAOL/BLN, Nº. fabricação 953, Nº. da bomba 8805-18, Série nº. 08.37.853, cor amarela, novo, adquirido no ano de 2019, no valor atual de R\$ 17.720,00 (dezesete mil, setecentos e vinte reais), cadastrado no Sistema de Controle Patrimonial da Prefeitura Municipal sob o nº. 7444.

2º. Pelo presente instrumento, a COMODANTE cede em comodato à COMODATÁRIA, o equipamento acima descrito.

3º. A COMODATÁRIA utilizará o referido equipamento para o fim que se destina, exclusivamente na agricultura, nos terrenos agrícolas de todos os membros sócios da Associação, não podendo ceder a quem quer que seja e sob qualquer título, parcial ou totalmente o equipamento.

4º. A COMODATÁRIA obriga-se a conservar o equipamento emprestado e atenderá a todas as exigências dos poderes públicos, afim de que no término do contrato seja devolvido nas mesmas condições que ora o recebe.

5º. A COMODATÁRIA não poderá alterar, no todo ou em parte, o bem que ora lhe é cedido.

6º. Serão de responsabilidade da COMODATÁRIA, todas as despesas decorrentes da utilização do equipamento cedido.

7º. A COMODATÁRIA não terá direito à retenção por quaisquer melhorias que vier a realizar no equipamento ora cedido.

8º. O presente instrumento tem prazo de vigência indeterminado, iniciando no dia 01 de Setembro de 2019, podendo as partes propor a qualquer tempo a rescisão do presente Termo de Cessão, ou ainda por mútuo acordo entre as mesmas, desde que comunicado com 30 (trinta) dias de antecedência.

9º. Fica eleito o Foro desta Comarca, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

E por estarem às partes em pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste instrumento particular, assinam na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Petrolândia, 05 de Agosto de 2019.

JOEL LONGEN COMODANTE	DIOGO KLAUBERG COMODATÁRIA
Testemunha:	Testemunha:
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
RG:	RG:

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 076/2019

Publicação Nº 2128040

AVISO ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 076/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O Prefeito Municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, que o Edital de Licitação nº 076/2019, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com a seguinte alteração no anexo VIII:

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2019
REGISTRO DE PREÇOS
FORMULÁRIO PROPOSTA COMERCIAL
COTAÇÃO DE PREÇOS

EMPRESA PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL)
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
TELEFONE:
E-MAIL:

1. DO OBJETO:

Registro de preços de aquisição de massa asfáltica CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado Quente), Quantidade estimada: 30 toneladas:

2. PREÇOS COTADOS:

2.1 MARCA: .
2.2 VALOR POR TONELADA: .
2.3 VALOR TOTAL R\$: .

PRAZO DE ENTREGA: Conforme solicitação, NO PRAZO MÁXIMO DE 24:00HS expedição da AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO.

DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusas todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas e outros.

Assinatura e Carimbo/ Representante da empresa

ANEXO X

[...]

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	OBJETO	VALOR UNITÁRIO
1.	340		

LEIA-SE:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	OBJETO	VALOR POR TONELADA
1.	30 TONELADAS	MASSA ASFÁLTICA CBUQ	

[...]

ITEM 1.2 - EXCLUÍDO

[...]

Fica mantida a data e horário de abertura do edital, permanecendo inalterados os demais itens, tendo em vista que a presente alteração

não altera o mérito nem a formulação da proposta do edital, conforme artigo 21, § 4º da Lei 8.666/1993.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 19 DE AGOSTO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 010/2019

Publicação Nº 2128027

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2019
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 09/09/2019, Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 010/2019, que VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE FECHAMENTO COM GUARDA-CORPO EM ALUMÍNIO, PRAÇA EM FRENTE À IGREJA MATRIZ, NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 09/09/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 19 DE AGOSTO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 011/2019 MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Publicação Nº 2128640

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 011/2019
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 06/09/2019, Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 011/2019, que VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO PÚBLICO - BAIRRO TRANQUILO BENJAMIN GUZZI - RUA OLINDO BADO, SEM NÚMERO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 06/09/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 19 DE AGOSTO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.: 191/2019

Publicação Nº 2128022

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 191/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: ELENITA DE OLIVEIRA GHENO

CPF n.º 090.228.009-03

Endereço: Rua São Paulo, 516, Centro, Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado ELENITA DE OLIVEIRA GHENO, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Profissional de Apoio I", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.025,80 (Hum mil e vinte e cinco reais e oitenta centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 17 de junho de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

- 4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;
4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;
4.2.5. – Interesse público;
4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 17 de junho de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de junho de 2019.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ELENITA DE OLIVEIRA GHENO

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

DECRETO Nº 5057 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128813

DECRETO Nº 5057 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA O COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO – SANTA CATARINA – IPREPI, E DA OUTRAS PROVIDENCIA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto – SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto na lei 9.717 de 27 de novembro de 1998, em atendimento a Portaria 440 de 09 de outubro de 2013 e demais normas legais aplicáveis a matéria DECRETA:

Art. 1º O comitê de Investimentos Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município De Pinheiro Preto – Santa Catarina – IPREPI , fica assim constituído;

Presidente: Rosania Inês Rossatto Zago

Vice-presidente: Enaide Pereira da Costa

Membro: Rosana dos Santos

Art. 2º O comitê de Investimentos se reunirá ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias, e se necessário sempre que for convocado extraordinariamente.

Parágrafo Único – De todas as decisões tomadas pelo Comitê será registrada Ata.

Art. 3º O comitê de Investimentos terá sempre acesso a todas as informações relativas aos processos de Investimentos e desinvestimentos de Recursos do Regime próprio de Previdência social – RPPS, do qual faz parte.

Art. 4º O Exercício da função de Conselheiro do comitê de Investimentos em nenhuma hipótese poderá ser remunerada.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução do Presente Decreto, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município De Pinheiro Preto – Santa Catarina – IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 14 de agosto de 2019.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 410

Publicação N° 2127786

PORTARIA N° 410, DE 18 DE JULHO DE 2019

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Ficam nomeados os funcionários e servidores municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora de Concursos Públicos, destinado ao provimento de cargos de seu Quadro de Pessoal, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

I - ANA LAINE GRAHL, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Financeiro – Presidente;

II - HADRIEL DALMOLIN, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, Rendas e Tributos – Membro;

III - MAIRA MATTANA MARIANI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Cadastro Geral - Membro.

Art. 2º A Comissão Organizadora de Concursos Públicos deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referente ao Concurso Público.

Art. 3º Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância, sem ônus ao erário público;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto/SC, 18 de julho de 2019.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 438

Publicação N° 2128942

PORTARIA N° 438, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

ALTERA PORTARIA N° 334, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a servidora Sandra Regina Paravisi Bressan faz parte do quadro de servidores inativos,

RESOLVE:

Art. 1º Altera membro da comissão de monitoramento e avaliação da parceria, instância administrativa colegiada, na forma que dispõe o art. 13 do Decreto Municipal n. 4.583, de 06 de abril de 2017, nomeando para o seguinte membro:

ROBBIN ALEX REYES ZANOTTI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Coordenação e Planejamento

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 19 de agosto de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO 01/2019

Publicação N° 2129001

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL N.º 001/2019

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto as inscrições para processo seletivo visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas de PROVIMENTO TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA, nos termos do presente edital:

CARGOS	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO MENSAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO
Agente Comunitário De Saúde	CR	40	R\$1.356,79	2º grau – Nível Médio
Auxiliar de higiene bucal	01 Vaga	40	R\$1.065,21	Ensino médio e Curso Específico na área com registro no CRO
Educador Físico para Secretaria Municipal de Saúde	01 Vaga	20	R\$3.028,86	Habilitação em Nível Superior de Licenciatura Plena /ou Bacharelado.
Enfermeiro	CR	40	R\$5.033,82	Ensino Superior
Dentista	CR	10	R\$4.211,87	Ensino Superior
Dentista	CR	20	R\$8.204,23	Ensino Superior
Médico	CR	10	R\$4.211,87	Ensino Superior
Médico	CR	20	R\$8.204,23	Ensino Superior
Motorista	01 Vaga + CR	40	R\$2.150,92	Ensino Médio
Operário Braçal	01 Vaga	40	R\$1.602,50	Alfabetizado
Professor Educação Física para escolinhas CME.	01 Vaga + CR	40h	R\$3.279,64	Habilitação em Nível Superior de Licenciatura Plena /ou Bacharelado.
Servente	01 Vaga + CR	40	R\$1.448,58	Ensino Fundamental
Técnico Em Enfermagem	CR	40	R\$2.304,58	Ensino médio/técnico

Data período da inscrição: de 19/08/2019 a 05/09/2019.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais editais, relativos às etapas deste Processo Seletivo dar-se-á com a afixação no Quadro Mural da Prefeitura Municipal e pelos sites www.asinstituto.com.br e www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo, em 16 de agosto de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECISÃO - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

Publicação Nº 2129053

Órgão Autuante: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Unidade Autuante: Diretoria Meio Ambiente

Processo Administrativo Ambiental

Recorrente: Anelise Krueger Goetten, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 2.611.417, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 824.583.169-72, residente e domiciliada na rua Arno Butzke, nº 12, Centro, em Pomerode/SC, CEP 89107-000.

Procurador: Drª. Darli Bahr Bernadino (OAB/SC 3.195)

Drª. Rubia König (OAB/SC 45.750)

Objeto: Recurso Administrativo em desfavor do AiA nº 001/2019

Protocolo nº 3967/2019

DECISÃO

Trata-se de recurso administrativo interposto em desfavor do AiA (Auto de Infração Ambiental) nº 001/2019, recebido pela autuada em 08/05/2019, conforme Aviso de Recebimento encartado aos autos.

Sustenta a recorrente, autuada, que houve o corte de apenas uma árvore no local, o que teria sido efetuado pelo Sr. John Ricardo Krueger para edificação de uma residência no local, conforme alvará de construção que anexaram com a defesa, alegando ainda desconhecerem que seria necessário a autorização de corte para a realização de tal atividade, que confessam, saber ser errada, mas que não acreditavam pudesse afetar significativamente o meio ambiente.

Postularam a redução da multa para 10% do valor fixado com a sua subsequente conversão em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Não acostou documentos.

Manifestação do órgão autuante acostada aos autos (em conformidade com o que disciplina o Decreto Municipal nº 3625, de 08 de março de 2019 - artigo 60 e seguintes), opinando pela manutenção do AiA.

Parecer jurídico encartado.

É o relatório.

Passo à análise da matéria.

Convalido as razões entabuladas na manifestação do órgão autuante e no parecer jurídico as quais utilizo como fundamento para a presente e, com base em tais motivos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso administrativo e, em consequência JULGO VALIDO E EFICAZ o Auto de Infração Ambiental nº 001/2019, HOMOLOGANDO-O.

Considerando a manifestação no interesse de celebração de Termo de Compromisso Ambiental (TCA) determino a confecção deste e fixo o prazo de 10 (dez) dias para sua assinatura.

Caso não haja assinatura do TCA no prazo assinalado, remetam-se os autos ao Departamento de Tributação para que promova a inscrição do débito oriundo da multa ambiental e posteriormente à Procuradoria para que adote as medidas judiciais pertinentes tanto à cobrança do débito como a recuperação do meio ambiente (e consequente execução das sanções e determinações contidas no AiA).

P.R.I.A.C.-se.

Pomerode, 19 de Agosto de 2019.

Jorge Alfredo Hoge

Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Pomerode

DECRETO MUNICIPAL Nº 3698/2019 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2127795

DECRETO MUNICIPAL Nº 3698/2019

DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

PROÍBE A CONTRATAÇÃO NA MODALIDADE DE LICITAÇÃO CONVITE NO MUNICÍPIO DE POMERODE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município e ainda,

CONSIDERANDO a indisponibilidade do interesse público pela Administração, o qual aduz que os interesses pertencentes à coletividade não se colocam sob a livre disposição de quem quer que seja, inclusive do administrador público.

CONSIDERANDO que a Administração possui o poder/dever de zelar pelo correto e regular trâmite das suas contratações, sempre zelando pela probidade, lisura e transparência dos Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO que o processo licitatório deve ser regido pelos princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros correspondentes.

CONSIDERANDO que a finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa havendo igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição, ressaltando o respeito ao princípio da isonomia.

CONSIDERANDO o disposto no art. 23 § 4º da Lei 8.666, de 1993 que dispõe expressamente que a Administração Pública tem a prerrogativa de utilizar as modalidades de licitação de tomada de preços e concorrência pública nos casos em que couber o convite.

CONSIDERANDO que a adoção do procedimento acima assegura o princípio da isonomia e está em harmonia pela busca da proposta mais vantajosa à Administração.

DECRETA :

Art. 1º Fica proibida a adoção da modalidade de licitação Convite no âmbito da Administração Pública Municipal de Pomerode.

Art. 2º As contratações deverão respeitar as demais modalidades previstas em Lei.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 08 agosto de 2019.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°055 / 2019

Publicação N° 2128751

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055 / 2019

Processo Administrativo n.º 085 / 2019. Inexigibilidade de Licitação n.º 013 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE 423,12M² (QUATROCENTOS E VINTE E TRÊS METROS E DOZE DECÍMETROS QUADRADOS) DA RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, BAIRRO CENTRO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 2.504/2012 E CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO N.º 020/2019. Prazo: 13/08/2019 à 12/10/2019. PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS: R\$ 27.925,92 (vinte e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e dois centavos). Valor contratado pelo Município: R\$2.887,50 (dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Valor a ser pago pelos Proprietários de Imóveis Lindeiros: R\$ 25.038,42 (vinte e cinco mil, trinta e oito reais e quarenta e dois centavos). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, contratante / Amarildo Ramos, Lajetubos Artefatos e Serviços EIRELI - Contratada.
Pomerode / SC, 12 de Agosto de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 016 / 2019

Publicação N° 2128968

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 016 / 2019

Processo Administrativo n.º 090 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ESPECIALISTA, ATRAVÉS DE EMPRESÁRIO, PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLINO, VIOLA ERUDITA E VIOLONCELO, PRESERVANDO AS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE. Prazo da contratação: 05 meses de trabalho, de Agosto a Dezembro de 2019, com Carga Horária de 52 horas / mês. Professora Musicista SOLANGE ROHENKOHL. Valor da Contratação: Valor Unitário da hora aula: R\$32,00 (trinta e dois reais), Valor Mensal Contratado: R\$2.028,00 (dois mil e vinte e oito reais), Valor Total Contratado: R\$10.140,00 (dez mil e quatrocentos e quarenta reais). Base Legal: Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993. Justificativa: A Contratação de professora especialista para ministrar aulas de violino, viola erudita e violoncelo surgiu da necessidade de preservar ainda mais e manter acesa a tradição trazida pelos nossos imigrantes. Tocar um instrumento musical proporciona muitos benefícios para a vida, tanto físicos como psicológico. Dentre esses benefícios podemos relacionar alguns como:

fortalece e melhora a coordenação motora, aumenta a capacidade de memória, estimula o contato com a matemática, aumenta o QI e o desempenho acadêmico, incentiva o trabalho em equipe, facilita o relacionamento social, desenvolve a auto expressão e alivia o stress, promove a felicidade em sua vida e aqueles ao seu redor, combate o surgimento de doenças cognitivas, facilita o relacionamento entre pais e filhos, entre muitos outros. Com tudo isso, espera-se que o amor e apreço pela música irradie para dentro da casa de cada aluno e para o dia-a-dia de nossa comunidade de modo geral. Ademais, as atividades artísticas e culturais são inviáveis de competição, pois exprimem a cultura da comunidade local, sendo esse o maior patrimônio do Município de Pomerode em suas festividades. A profissional selecionada é associada à AMUSPE e conhecida pela capacidade técnica que possui para o desenvolvimento deste projeto, com preços de hora aula compatíveis, justificando-se assim este procedimento, via inexigibilidade de licitação, conforme o disposto no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Pomerode / SC, 19 de Agosto de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 25.593

Publicação Nº 2128243

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 25.593

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) MARIANA DA SILVA DE AGUIAR PARA O CARGO DE ENFERMEIRA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR MARIANA DA SILVA DE AGUIAR, para o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 19 de agosto de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de agosto de 2019.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 007 / 2019

Publicação Nº 2128710

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 007 / 2019

Processo Administrativo n.º 089 / 2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DAS SALAS DE COMANDO DE VIDEOMONITORAMENTO E DA COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 05/09/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 05/09/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das

07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 19 de Agosto de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 75/2019 PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2019 PEDRISCO

Publicação N° 2128533

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 75/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2019

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM O OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS DO TIPO PEDRISCO, A SER UTILIZADO PARA PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS MUNICIPAIS E VIAS SECUNDÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: 27.125,00 (Vinte e Sete Mil Cento e Vinte e Cinco Reais). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 15 minutos (horário de Brasília) do dia 02/09/2019. Abertura da Sessão às 08h30min horas (horário de Brasília) do dia 02/09/2019. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br e licitação@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34356000. Ponte Serrada, 19 de Agosto de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 013/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 2128005

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Exclusiva para ME/EPP- aplicação da margem de preferência para empresas locais ou Regionais e municípios limítrofes com o município de Porto Belo, conforme Decreto nº 1982, de 20 de novembro de 2018.

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - nº 013/2019 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de material de higiene e limpeza, com fornecimento parcelado para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, dos Núcleos de Desenvolvimento Infantil e da Secretaria de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 03/09/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 03/09/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, End. Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 19 de Agosto de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 057/2019 - PMPB

Publicação Nº 2127999

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – Nº 057/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de máquinas e caminhões através de caminhão prancha, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 02/09/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 02/09/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 19 de Agosto de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2196 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128385

DECRETO Nº 2.196, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.700/2018". O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 302.637,09 (Trezentos e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e nove centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0306.0016

Atividade: 2.103 – Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03000000 – SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 135.000,00
Atividade: 2.104 – Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil para as Creches
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03000000 – SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 87.000,00
Atividade: 2.105 – Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil para as Pré-Escolas
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03000000 – SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 48.000,00

Órgão: 16 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática: 0010.0301.0018
Atividade: 2.054 – Manutenção das atividades de atenção básica na Saúde
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03670753 – SF SUS/ESTADO - NASF Estadual
Valor: R\$ 32.637,09

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos proveniente do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2018, por conta do Recursos Ordinários, na importância de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais) e SUS/ESTADO - NASF Estadual, na importância no valor de R\$ 32.637,09 (Trinta e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e nove centavos), totalizando a importância no valor de R\$ 302.637,09 (Trezentos e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 19 de agosto de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 041/2018 - PMPB

Publicação Nº 2128229

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 041/2016 – PMPB – 2º TERMO ADITIVO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA JOSÉ NOELI CRUZ - TRECHO FINAL – BAIRRO SANTA LUZIA, NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP
VALOR: R\$ 53.394,75 (Cinq-enta e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/07/2019

Porto Belo, 08 de Julho de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 026/2018 - PMPB

Publicação Nº 2128390

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 026/2018 – PMPB – 3º TERMO ADITIVO
OBJETO: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, ciclofaixa, calçadas e sinalização viária da Avenida Hironildo Conceição dos Santos - trecho 2 - bairro Perequê, no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: Baltt Empreiteira Transportes e Terraplanagem Ltda
VALIDADE DO CONTRATO: 150 dias
VIGÊNCIA: 12/05/2019 À 07/10/2019

DATA DA ASSINATURA: 10/05/2019

Porto Belo, 10 de Maio de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 041/2018 - PMPB

Publicação N° 2128230

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO N° 041/2016 – PMPB – 3º TERMO ADITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA JOSÉ NOELI CRUZ - TRECHO FINAL – BAIRRO SANTA LUZIA, NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP

VALIDADE DO CONTRATO: 90 dias

VIGÊNCIA: 16/08/2019 À 14/11/2019

DATA DA ASSINATURA: 16/08/2019

Porto Belo, 16 de Agosto de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 041/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 2128031

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 041/2019 – FMEDUCA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE UM PAVIMENTO COM 12 SALAS DE AULA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CONSTRUTORA WDD LTDA

VALOR: R\$ 1.655.177,91 (Um milhão, seiscentos e cinq-enta e cinco mil, cento e setenta e sete reais e noventa e um centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

Prazo de Execução: 06 meses

DATA DA ASSINATURA: 16/08/2019

Porto Belo, 16 de Agosto de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 2128034

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2019 – FMEDUCA

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação n° 005/2019 - FMEDUCA em conformidade com o Inciso XI do artigo 24 da Lei n° 8.666/93.

Processo n°. 020/2019 – FMEDUCA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE UM PAVIMENTO COM 12 SALAS DE AULA, LOCALIZADA NO BAIRRO PEREQUÊ CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N°34164/2014 DO PROGRAMA PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO,

CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL. Saldo Remanescente

Contratado: CONSTRUTORA WDD LTDA

Valor: R\$ 1.655.177,91 (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e sete reais e noventa e um centavos)

Homologado: 16/08/2019.

Porto Belo / SC, 16 de Agosto de 2019

Rosane Grauppe

Secretária de Educação

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2019 - FMS

Publicação Nº 2128195

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – FMS - CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO: COOPERATIVA MÉDICA COOPER BRASIL

VALOR: Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante do edital de credenciamento nº 001/2019 - FMS, em seu anexo II.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2019

Porto Belo, 15 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 002/2019 - FMS

Publicação Nº 2128196

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – FMS - CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO: LAVIE ORTOPEDIA LTDA ME

VALOR: Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante do edital de credenciamento nº 001/2019 - FMS, em seu anexo II.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2019

Porto Belo, 15 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 003/2019 - FMS

Publicação Nº 2128197

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – FMS - CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 003/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO: MEDICAL CENTER IMAGE RADIOLOGIA LTDA

VALOR: Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante do edital de credenciamento n° 001/2019 - FMS, em seu anexo II.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2019

Porto Belo, 15 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 004/2019 - FMS

Publicação N° 2128198

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – FMS - CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 004/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO: M & F CLINICA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

VALOR: Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante do edital de credenciamento n° 001/2019 - FMS, em seu anexo II.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2019

Porto Belo, 15 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 005/2019 - FMS

Publicação N° 2128200

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – FMS - CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 005/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO: CLINICA RADIOLOGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA

VALOR: Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante do edital de credenciamento n° 001/2019 - FMS, em seu anexo II.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2019

Porto Belo, 15 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 006/2019 - FMS

Publicação Nº 2128201

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – FMS - CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO: CENTRO DE SAUDE FELIZMED EIRELI

VALOR: Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante do edital de credenciamento nº 001/2019 - FMS, em seu anexo II.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2019

Porto Belo, 15 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 007/2019 - FMS

Publicação Nº 2128205

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 – FMS - CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO: JULIO CESAR CYSNE DOS SANTOS

VALOR: Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante do edital de credenciamento nº 001/2019 - FMS, em seu anexo II.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2019

Porto Belo, 15 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019/FME

Publicação Nº 2128347

PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO E

JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019/FME, NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.154, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

RESULTADO DA ANÁLISE PARA FORMALIZAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

ENTIDADE: Associação Veteranos Atlético Miramar – AVAM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.928.781/0001-11, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 11 de abril de 2000, com sede na Rua Venino Pereira da Cruz, nº 260, Centro, Porto Belo-SC.

OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO: A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Porto Belo, por intermédio da Fundação Municipal de Esporte e por meio da formalização de ACORDO DE COOPERAÇÃO, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de espaço público pelo Município às organizações da sociedade civil (OSC). Será autorizado pelo Município a utilização do espaço público para a exploração e comercialização de bebidas e lanches anexo ao campo de futebol, localizado no Bairro do Sertão de Santa Luzia. Em contrapartida, sem onerosidade, a Organização da Sociedade Civil, ganhadora do presente certame, deverá realizar manutenção e limpeza dos vestiários, banco de reservas, corte do gramado do campo de futebol, mantendo também a limpeza de todo o entorno do campo, sendo entendido como entorno o espaço compreendido por toda a área pública fora do campo, como: a passagem de pedestres, o estacionamento, a academia ao ar livre e o prédio

público onde estão alocados o bar e a Cancha de Bocha, bem como deverá, ainda, comunicar o Poder Executivo Municipal no caso de dano a algum equipamento do campo e todas as áreas descritas anteriormente. Ainda, cabe a Organização da Sociedade Civil ministrar escolinha de futebol, com profissionais qualificados, competentes e responsáveis, no mínimo 06 (seis) horas por semana. As atividades deverão ser destinadas para crianças e adolescentes. A Organização da Sociedade Civil será responsável por todo material de limpeza e manutenção destinado ao espaço público, com exceção da iluminação. A Fundação Municipal de Esportes do Município será responsável por todos os eventos esportivos realizados no campo de futebol.

DA DECISÃO: Publicado o edital de chamamento público nº 001/2019/FME, com objetivo específico e alinhado ao interesse público, restou apresentado apenas uma proposta, confeccionada pelo Plano de Trabalho, emitido pela Associação Veteranos Atlético Miramar – AVAM, sendo que, atendeu todas as determinações desta Comissão, inclusive, as documentações solicitadas no parecer anterior. Portanto, diante do exposto, sanada toda e qualquer irregularidade, a presente Comissão de Seleção e Julgamento, em caráter definitivo, sugere a confecção do Acordo de Cooperação.

PORTO BELO / SC, 19 de agosto de 2019.

Ednaldo Manoel da Silva

Presidente da Comissão de Seleção e Julgamento

Membro: Michelle Chiapetta Guasque Membro: Antonio Brito Junior

Porto União

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 127/2019

Publicação Nº 2128227

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 127/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 20/08/2019 a 26/08/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Cíveis expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
 - Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

Cargo: MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
BRUNO GERMANO SCHWARTZ	3º		

Porto União (SC), 19 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 128/2019

Publicação Nº 2128224

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 128/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal,

sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 20/08/2019 a 26/08/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Cíveis expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
 - Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
VANESSA JULIANA LEVANDOVSKI	37º		

Porto União (SC), 19 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 129/2019

Publicação Nº 2128223

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 129/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 20/08/2019 a 26/08/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
- Certidões Negativas Cíveis expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;

- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
 - Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
FABIANE SCHEFFER	38º		

Porto União (SC), 19 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 130/2019

Publicação Nº 2128222

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 130/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 20/08/2019 a 26/08/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Cíveis expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
 - Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ANDREI HENRIQUE JEVOUSKI CASTRO	39º		

Porto União (SC), 19 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 131/2019

Publicação Nº 2128221

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 131/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 20/08/2019 a 26/08/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
- Certidões Negativas Cíveis expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Certidão Negativa Cível e Criminal pelo Poder Judiciário Federal;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
- Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
- Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
- Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
- Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
- Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

Cargo: ENFERMEIRO DO PSF

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
SAN RAPHAEL COSTA DA LUZ	8º		
YOLANDA PRETO	9º		

Porto União (SC), 19 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2128313

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 157/2019.

Extrato de Edital de Leilão Público 001/2019.

O município de PORTO UNIÃO, SC, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, Porto União, SC, CEP 89.400/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, Telefone (42) 3523-1155, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO SIMULTÂNEO (PRESENCIAL E ONLINE) às 09 horas do dia 12 de setembro de 2019, Os interessados poderão participar, virtualmente, através do endereço eletrônico: www.leiloador.com.br e/ou pessoalmente na sede a sede da Prefeitura Municipal de Porto União, na sala de licitações, localizada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina.. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para a alienação de bens. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.LEILOEIROPUBLICO.COM.BR ou WWW.PORTOUNIAO.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (42) 3523-1155 na Prefeitura ou (47) 9944-1234 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PORTO UNIÃO (SC), 19 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal de PORTO UNIÃO

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 012/2019

Publicação Nº 2128325

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 158/2019.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 012/2019

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por lote, para a CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SOLO REFERENTE AO MONITORAMENTO AMBIENTAL DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, INCLUINDO COLETA, ARMAZENAGEM E TRANSPORTE DAS AMOSTRAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 03 de setembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 1.008/2019 - RH

Publicação Nº 2128149

PORTARIA Nº 1.008, de 23 de julho de 2019.

Alterar motivo da contratação e prazo final do Contrato de Trabalho nº 267/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;

CONSIDERANDO a aprovação e consequente convocação dos aprovados em concurso público, nos termos do Artigo nº 37 da Constituição Federal;

Considerando a Homologação Final do Concurso Público Municipal 001/2018, em 26 de março de 2019;

CONSIDERANDO o Ofício nº 30/2019 - SMA de 22 de julho de 2019, que solicita a alteração da data final, o motivo da contratação do servidor Marcos Santana;

CONSIDERANDO o Anexo II da Lei nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, alterada pela Lei nº 4.999, de 04 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A DATA FINAL E O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO do Contrato de Trabalho nº 267/2018 até 04 de setembro de 2019, de MARCOS SANTANA, que exerce as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição ao servidor Sérgio Rocha Chaves que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.009/2019 - RH

Publicação Nº 2128151

PORTARIA Nº 1.009, de 23 de julho de 2019.

Contratar por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 23 de julho a 20 de dezembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, GABRIELA LOPES NEPOMUCENO, para exercer as funções do cargo de Psicólogo com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição à servidora Jéssica Aparecida Varela que se encontra afastada em Auxílio Maternidade.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.014/2019 - RH

Publicação Nº 2128153

PORTARIA Nº 1.014, de 24 de julho de 2019.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de julho a 20 de setembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, JANE APARECIDA DO PRADO, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Cleci Teresinha Turke, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.019/2019 - RH

Publicação Nº 2128155

PORTARIA Nº 1.019, de 26 de julho de 2019.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 099/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 099/2019, de JANETE CARMEN RIBEIRO PRESTES no período de 26 de julho a 23 de agosto de 2019, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora Renilda Aparecida Mello que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.020/2019 - RH

Publicação Nº 2128157

PORTARIA Nº 1.020, de 26 de julho de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o atestado médico solicitando troca de função pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da servidora Marli Stein dos Santos;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de julho a 13 de dezembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, KARLA JAINE SCHORR JUNG para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em razão da readaptação funcional no período 180 (cento e oitenta) dias da servidora Marli Stein dos Santos.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.021/2019 - RH

Publicação Nº 2128158

PORTARIA Nº 1.021, de 29 de julho de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;

CONSIDERANDO que não tem mais servidores efetivos que possam alterar a carga horária temporariamente;

CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;

CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria nº 306, de 21 de março de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 916, de 08 de julho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 29 de julho a 30 de agosto de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, SUSANA FERREIRA DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Ciências), classificada em "1º" lugar da Chamada Pública nº 007/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atender a demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.035/2019 - RH

Publicação Nº 2128159

PORTARIA Nº 1.035, de 31 de julho de 2019.

Prorrogar o Contrato de Trabalho nº 146/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 146/2019, no período de 27 de julho a 26 de agosto de 2019, de ELEILIANE GRACIELI ULINIKI, que exerce as funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição à servidora Marlize Jacoboski Rodrigues Batili que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto a Unidade de Saúde Central, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de julho de 2019.

Porto União (SC), 31 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.050/2019 - RH

Publicação Nº 2128160

PORTARIA Nº 1.050, de 1º de agosto de 2019.

Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 1º a 16 de agosto de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, VERA ALVES DE FRANÇA FLEITUX, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Público Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Sueli Polika Talasz, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.051/2019 - RH

Publicação Nº 2128162

PORTARIA Nº 1.051, de 1º de agosto de 2019.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Operador de Máquinas Pesadas se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 1º de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, ou até a realização de concurso público municipal ou teste seletivo, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, JOÃO ANTONIO DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda junto a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.053/2019 - RH

Publicação Nº 2128165

PORTARIA Nº 1.053, de 02 de agosto de 2019.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, JÉSSICA RAFAELA DOS SANTOS, aprovada em 12º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio (GA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.057/2019 - RH

Publicação Nº 2128166

PORTARIA Nº 1.057, de 05 de agosto de 2019.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, JOSÉ MARCELO GOMES RIBEIRO, aprovado em 17º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio (GA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.065/2019 - RH

Publicação Nº 2128167

PORTARIA Nº 1.065, de 05 de agosto de 2019.

Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 de agosto a 03 de outubro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, DULCIMARA TOMKI DE LIMA, para exercer as funções do cargo de Professor Pedagogo, classificada em "1º" lugar do Processo Seletivo 01/2017, com carga horária

de 40 (quatenta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Arlete Tabaca Cardoso que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.072/2019 - RH

Publicação Nº 2128168

PORTARIA Nº 1.072, de 07 de agosto de 2019.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de agosto de 2019 a 06 de agosto de 2020, ou até a realização de concurso público municipal ou teste seletivo, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, PAULA MIGUELISSA VISENTIM, para exercer as funções do cargo de Auxiliar em Saúde Bucal, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda do serviço de odontologia junto a Unidade Básica de Saúde de Santa Cruz do Timbó e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto a Unidade Básica de Saúde de Santa Cruz do Timbó, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.073/2019 - RH

Publicação Nº 2128169

PORTARIA Nº 1.073, de 07 de agosto de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de agosto a 03 de outubro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, HELOISE CRISTIANE BARBOSA, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "43º" lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Claudete Schelbauer, que se encontra em licença prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.078/2019 - RH

Publicação Nº 2128170

PORTARIA Nº 1.078, de 08 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de agosto a 13 de agosto de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, NEID LUCIA VIOTELLI JAKYMIU, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História), classificada em "01º" lugar da Chamada Pública nº 008/2019, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Ana Daniele Holovaty Amaral, que está em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.080/2019 - RH

Publicação Nº 2128171

PORTARIA Nº 1.080, de 08 de agosto de 2019.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, LUCIAN WOIDALESKI, aprovado em 1º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Assistente de Alunos, pertencente ao Grupo Técnico Administrativo (GTA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "07" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.085/2019 - RH

Publicação Nº 2128173

PORTARIA Nº 1.085, de 09 de agosto de 2019.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de JAYSON GUSTAVO SILVEIRA, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de agosto de 2019.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.089/2019 - RH

Publicação Nº 2128174

PORTARIA Nº 1.089, de 09 de agosto de 2019.
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de FRANCELLI SPERANDIO GRAVINA, das funções do cargo de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.090/2019 - RH

Publicação Nº 2128176

PORTARIA Nº 1090, de 09 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado DIESKI WILLIAM KUYAVA, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, no período de 01 de agosto a 05 de novembro de 2019, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda junto à Unidade de Saúde Central, em razão de não haver mais candidatos aprovados no Concurso Público.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 771, de 22 de maio de 2019.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2019.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.091/2019 - RH

Publicação Nº 2128177

PORTARIA Nº 1.091, de 09 de agosto de 2019.
Conceder Licença Para Tratar de Interesses Particulares, de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal 2055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Para Tratar de Interesses Particulares, a partir de 09 de agosto de 2019, pelo período de 01 (um) ano, sem remuneração, de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do Município, à servidora ARIELLE CARLA BUOGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.092/2019 - RH

Publicação Nº 2128178

PORTARIA Nº 1.092, de 09 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de GILMAR RIBEIRO, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.093/2019 - RH

Publicação Nº 2128179

PORTARIA Nº 1.093, de 09 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de SÉRGIO MAGIEROVSKI, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.094/2019 - RH

Publicação Nº 2128180

PORTARIA Nº 1.094, de 12 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MARINA ANTUNES DOS SANTOS, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.095/2019 - RH

Publicação Nº 2128172

PORTARIA Nº 1.095, de 12 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de agosto de 2019 a 11 de agosto de 2020, ou até a realização de concurso público municipal ou teste seletivo, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ELAINE ADAM PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Auxiliar em Saúde Bucal, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda do serviço de odontologia junto ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.098/2019 - RH

Publicação Nº 2128182

PORTARIA Nº 1.098, de 12 de agosto de 2019.

Desclassificar Candidato Aprovado no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 099/2019, publicado em Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 11 de julho de 2019, Edição nº 2.873;

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR, o candidato aprovado no Concurso Público 001/2018 – Edital de Convocação nº 099/2019, GUSTAVO GREIN, aprovado em 6º lugar, no Concurso Público 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Público Nível 02 – Distrito de Santa Cruz do Timbó, em razão de haver expirado o prazo para o candidato assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.099/2019 - RH

Publicação Nº 2128183

PORTARIA Nº 1.099, de 12 de agosto de 2019.

Desclassificar Candidato Aprovado no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 100/2019, publicado em Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12 de julho de 2019, Edição nº 2.874;

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR, a candidata aprovada no Concurso Público 001/2018 – Edital de Convocação nº 100/2019, VANESSA LEONILDA CASSOL, aprovada em 20º lugar, no Concurso Público 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Público Nível 02, em razão de haver expirado o prazo para a candidata assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.103/2019 - RH

Publicação Nº 2128185

PORTARIA Nº 1.103, de 13 de agosto de 2019.
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de MAURICIO IVAZ, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos – Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2019.

Porto União (SC), 13 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.105/2019 - RH

Publicação Nº 2128184

PORTARIA Nº 1.105, de 14 de agosto de 2019.

Desclassificar Candidato Aprovado no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 102/2019, publicado em Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 15 de julho de 2019, Edição nº 2.876;

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR, o candidato aprovado no Concurso Público 001/2018 – Edital de Convocação nº 102/2019, MARCOS VINICIUS ALVES, aprovado em 22º lugar, no Concurso Público 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Público Nível 02, em razão de haver expirado o prazo para o candidato assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.111/2019 - RH

Publicação Nº 2128186

PORTARIA Nº 1.111, de 14 de agosto de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de LICIANE JACK, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos – Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 982/2019 - RH

Publicação Nº 2128144

PORTARIA Nº 982, de 17 de julho de 2019.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, FAGNER DE RAMOS, aprovado em 14º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio (GA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 999/2019 - RH

Publicação Nº 2128148

PORTARIA Nº 999, de 22 de julho de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de julho a 13 de dezembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, DIONEIA APARECIDA CORDEIRO PINTO SCHIER, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "28º" lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada à servidora Cleide Maria Rosa Gregório, que está desempenhando as funções de Diretora do Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 098/2019 - ALTERADO 4

Publicação Nº 2128327

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 130/2019.

Retificação de Edital de Pregão Presencial 098/2019 – ALTERADO 4.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. Diante das alterações a data limite para recebimento das propostas passa a ser dia 02 de setembro de 2019 às 13h30min, com início da sessão pública às 13h45min. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 665/2019**

Publicação Nº 2128278

DECRETO Nº 665/2019

EMENTA: "Homologa Acordo de Cooperação nº001/2019 - que entre si celebram o Município de Porto União através da Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, através do Centro de Educação Profissional de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica homologado o Acordo de Cooperação nº001/2019 - que entre si celebram o Município de Porto União através da Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, através do Centro de Educação Profissional de Porto União.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2019.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2019.

Carlos Roderlei Pinto	Sandro Luciano Calikoski
Presidente	Vice - Presidente
Luiz Alberto Pasqualin	Paulo Kovalski
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 666/2019

Publicação Nº 2128279

DECRETO Nº 666/2019

EMENTA: "Homologa Termo de Fomento Nº004/2019 - Processo nº 006/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Excepcionais de Porto União - APAE, com sede no Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica homologado o Termo de Fomento Nº004/2019 - Processo nº 006/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Excepcionais de Porto União - APAE, com sede no Município de Porto União..

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de junho de 2019.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2019.

Carlos Roderlei Pinto	Sandro Luciano Calikoski
Presidente	Vice - Presidente
Luiz Alberto Pasqualin	Paulo Kovalski
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 667/2019

Publicação Nº 2128282

DECRETO Nº 667/2019

EMENTA: "Homologa Termo de Fomento Nº006/2019 - Processo nº 010/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Fundação Hermon - Centro Ambiental Hermon, com sede no Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica Homologa Termo de Fomento Nº006/2019 - Processo nº 010/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Fundação Hermon - Centro Ambiental Hermon, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de julho de 2019.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2019.

Carlos Roderlei Pinto	Sandro Luciano Calikoski
Presidente	Vice - Presidente
Luiz Alberto Pasqualin	Paulo Kovalski
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 668/2019

Publicação Nº 2128287

DECRETO Nº 668/2019

EMENTA: "Homologa Termo de Fomento Nº007/2019 - Processo nº 004/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e da Fala - APADAF, com sede no Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica Homologado o Termo de Fomento Nº007/2019 - Processo nº 004/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e da Fala - APADAF, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de julho de 2019.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2019.

Carlos Roderlei Pinto	Sandro Luciano Calikoski
Presidente	Vice - Presidente
Luiz Alberto Pasqualin	Paulo Kovalski
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 669/2019

Publicação Nº 2128303

DECRETO Nº 669/2019

EMENTA: "Homologa Termo de Fomento Nº02/2019 - Processo nº 003/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal, com sede no Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica Homologado o Termo de Fomento Nº02/2019 - Processo nº 003/2019 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de junho de 2019.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2019.

Carlos Roderlei Pinto	Sandro Luciano Calikoski
Presidente	Vice - Presidente
Luiz Alberto Pasqualin	Paulo Kovalski
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 670/2019

Publicação Nº 2128305

DECRETO Nº 670/2019

EMENTA: "Homologa Termo de Permissão Especial de Uso Nº045/2019 que entre si celebram o Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, e o Município de Porto União."

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica homologado Termo de Permissão Especial de Uso Nº045/2019 que entre si celebram o Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, e o Município de Porto União.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2019.

Carlos Roderlei Pinto	Sandro Luciano Calikoski
Presidente	Vice - Presidente
Luiz Alberto Pasqualin	Paulo Kovalski
1º Secretário	2º Secretário

PORTARIA Nº 29/2019

Publicação Nº 2128275

PORTARIA Nº 29/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Silvia Fhynbeen Felipe, investido no Cargo em Comissão de Diretor Legislativo 10 (dez) dias de abono pecuniário mais 1/3 de férias adquiridos no período aquisitivo de 03/08/2018 à 02/08/2019, em conformidade com o insculpido no Artigo 25 da Lei Municipal nº 3.048/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 16 de agosto de 2019.

Carlos Roderlei Pinto

Presidente da Câmara Municipal de Porto União

Pouso Redondo

PREFEITURA

ADITIVOS JULHO/AGOSTO 2019

Publicação Nº 2127717

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

1º TERMO ADITIVO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº006 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, com sede à Rua Antônio Carlos Thiesen, 74 - Centro - Pouso Redondo - SC, inscrito sob o CNPJ/MF nº 12.321.353/0001-72, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal Sr. Oscar Gutz.

CONTRATADA: CAMILA WEBER, pessoa Física, inscrita no CPF nº 074.795.109-85, portadora do RG 5307027 SSP/SC, sito a Rua Luiz Bertoli, 325, Apto 05, Jardim das Hortênsias – município de Rio do Oeste, CEP 89.180-000 no Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterado o prazo deste contrato, estabelecendo o prazo até 02 de agosto de 2020, para o cumprimento dos termos consignados no objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de agosto de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeitura Municipal de

Pouso Redondo – Contratante

Camila Weber

CPF 074.795.109-85

1º TERMO ADITIVO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº005 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, com sede à Rua Antônio Carlos Thiesen, 74 - Centro - Pouso Redondo - SC, inscrito sob o CNPJ/MF nº 12.321.353/0001-72, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal Sr. Oscar Gutz.

CONTRATADA: Empresa BRAGA FERREIRA GRILO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.594.663/0001-87, com sede na Rua Humaita, nº19, sala 202, Bairro Eugenio Schneider – município de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Bruno Reis Braga, inscrito no CPF/MF n.º 024.099.047-18, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 10.805.650-8.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterado o prazo deste contrato, estabelecendo o prazo até 02 de agosto de 2020, para o cumprimento dos termos consignados no objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de agosto de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeitura Municipal de

Pouso Redondo – Contratante

Bruno Reis Braga

CPF 024.099.047-18

2º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº001 2018.

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, através do Fundo Municipal de Saude inscrito no CNPJ Nº 12.321.353/0001-72 e ASSISTEL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº73.715.856/0001-17, com sede a Rua Caetano Cé, nº56, na cidade de Rio do Sul/SC, doravante denominada simplesmente de LOCADOR, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o valor contratual, de comum acordo, passando a ser R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 09 de agosto de 2019.

OSCAR GUTZ ASSISTEL LTDA ME

Prefeitura Municipal de CNPJ 73.715.856/0001-17

Pouso Redondo – Contratante Representante legal - Contratado

3º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº033 2017.

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e ASSISTEL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº73.715.856/0001-17, com sede a Rua Caetano Cé, nº56, na cidade de Rio do Sul/SC, doravante denominada simplesmente de LOCADOR, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o valor contratual, de comum acordo, passando a ser R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 09 de agosto de 2019.

OSCAR GUTZ ASSISTEL LTDA ME

Prefeitura Municipal de CNPJ 73.715.856/0001-17

Pouso Redondo – Contratante Representante legal - Contratado

TERMO ADITIVO Nº007/2019

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 36/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.681/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Oscar Gutz, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pelo Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 36/2016, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 02/08/2020.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados conforme previsão do contrato inicialmente firmado.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 06/2019

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 31 de Julho de 2019.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO BETHA SISTEMAS LTDA.

OSCAR GUTZ Daniela Ramos Silva Guollo

Prefeito Municipal

CONTRATANTE CONTRATADA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO PROCESSO Nº. 58/2019, PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) Nº41/2019 PMPR/FMS, PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (DIESEL S-10 E DIESEL BS 500) PARA USO S DA FROTA DO MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, E AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.

Aos nove dias do mês de agosto de 2019, o Município de Pouso Redondo, CNPJ n. .83.102.681/0001-26 e 12.321.353/0001-72, sede na rua Antonio Carlos Thiesen, nº74, Pouso Redondo-SC, neste ato representada pelo seu prefeito, OSCAR GUTZ, doravante designada simplesmente CONTRATADA, e AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA CNPJ n. 81.632.093/0004-11, representada por seu Representante Legal, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO PARA AQUISIÇÃO DE DIESEL S10 E BS500 PARA USO DA FROTA MUNICIPAL, observado as disposições contidas na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", § 1º, Processo Administrativo nº58/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019 – REGISTRO DE PREÇOS da PMPR/FMS, e mediante as seguintes condições:

1 – OBJETO. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Diesel S10 e Diesel B5 S500) PARA USO DA FROTA DO MUNICIPIO DE POUSO REDONDO.

2 – FINALIDADE. A finalidade deste instrumento é o reequilíbrio financeiro dos produtos contratados, devido à redução de preços praticados pelas refinarias. Ficando o valor para venda do diesel S10, que antes era de R\$3,379 para R\$3,18, e para Diesel S500, ficando o valor para venda que antes era de R\$3,27 para R\$3,06.

3 – DA VIGÊNCIA. Este instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

4 – DA RATIFICAÇÃO. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato.

5 – DO FORO: As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal de Trombudo Central - SC, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente Termo, assinam este instrumento a Prefeitura de Pouso Redondo - SC e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 09 de agosto de 2019
OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo - Contratante

AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.
CNPJ: 81.632.093/0004-11
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CONTRATO FUSAVI 002 2019 - CORRIGIDO

Publicação Nº 2127710

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº01/2019

CONTRATO Nº 002/2019

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO De POUSO REDONDO, Através do Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº12.321.353/0001-72, com sede a Avenida Ari Verdi, S/N, Bairro Centro, neste ato representado pelo Sr. Oscar Gutz, Prefeito Municipal, inscrito sob C.P.F. nº 474.014.869-20 doravante denominado CONTRATANTE e FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (FUSAVI), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.433.427/0001-57, estabelecida na Rua Tuiuti, 218, nesta cidade, neste ato representada por seu presidente Sr. Giovani Nascimento, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade de Rio do Sul (SC), doravante denominada CONTRATADA, e

CONSIDERANDO que a FUSAVI é a entidade mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO ALTO VALE (HRAV), nosocômio que hoje é o responsável pelo atendimento de inúmeros pacientes que residem e/ou trabalham no município CONTRATANTE;

CONSIDERANDO que o município CONTRATANTE é atualmente, de acordo com a legislação aplicável aos procedimentos de saúde pública, o primeiro ente responsável pelo atendimento de saúde a ser prestado aos seus munícipes pelo Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que o convênio nº 22/2012, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul e a FUSAVI integra esta ao Sistema Único de Saúde – SUS, e define sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde, de acordo com o Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares;

CONSIDERANDO que o termo de Pactuação da Rede Atenção às Urgências nº 033/2003 define as responsabilidades na prestação de serviços como Porta de Entrada da Urgência/Hospital Especializado Tipo II, em cumprimento às exigências constantes na portaria /MS/GM nº 2.395/2011, que organiza o componente hospital da Rede Atenção às urgências;

CONSIDERANDO que a portaria /MS/GM nº 479/99 estabeleceu critérios para a implantação dos sistemas estaduais de referência hospitalar em atendimento de urgência/emergência, e que desde novembro/2000 habilitou a FUSAVI como hospital tipo/nível 3;

CONSIDERANDO os termos de compromisso firmados para garantia de acesso aos serviços de alta complexidade cardiovascular e neuro-cirúrgica;

CONSIDERANDO que a CONTRATADA vem enfrentando dificuldades financeiras em especial provocadas pelos baixos valores da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que a última revisão dos tetos financeiros para a cobertura da assistência hospitalar/PPI hospitalar foi aprovada através da deliberação CIB/425/2010;

CONSIDERANDO a necessidade de quantificar e qualificar a equipe médica para atuar em todos os serviços, horários e especialidades, com vistas a garantir eficiência e agilidade no processo de atendimento de usuários;

CONSIDERANDO a necessidade de qualificar e quantificar a equipe de profissionais para o processo e adoção dos protocolos de Acolhimento com Classificação de Risco para melhor organização do serviço de urgência e emergência;

CONSIDERANDO os princípios inerentes à saúde pública contidos na Lei 8.080/1990;

CONSIDERANDO que é do interesse recíproco entre as partes a manutenção de serviços de clínicas médicas especializadas e de pronto atendimento, nas dependências do HRAV, mormente em horários "não-comerciais" e naqueles em que o CONTRATANTE não disponha de estrutura física e/ou humana para garantir o atendimento primário no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que historicamente os Municípios da região do Alto Vale empreendem esforços para a manutenção do Hospital da CONTRATADA;

CONSIDERANDO ser o Hospital da CONTRATADA, referência para o cidadão que muitas vezes elege o referido nosocômio pela credibilidade e oferta de serviços especializados em momentos de fragilidade física e/ou emocional, demandando espontaneamente seus serviços, sem passar pelo atendimento primário do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO as obrigações assumidas pela CONTRATADA perante o Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO o procedimento de inexigibilidade de licitação formalizado pelo CONTRATANTE e a proposta da CONTRATADA, aos quais se vinculam este contrato, sendo o Hospital da CONTRATADA referência para a região e único com a tipificação antes descrita, inviabilizando a competição, sendo praticamente inviável o encaminhamento de pacientes para outras regiões do Estado;

RESOLVEM as partes contratar, entre si, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. É objeto do presente contrato a prestação de serviços médicos, por parte da CONTRATADA, em moldes que garantam o atendimento da população oriunda do município CONTRATANTE durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes, nas especialidades pactuadas pela CONTRATADA junto ao Sistema Único de Saúde, em especial: clínica médica, clínica ortopédica, clínica de anestesiologia, clínica pediátrica, clínica cirúrgica geral e clínica obstétrica.

1.2. Constitui ainda objeto do presente instrumento a administração geral do serviço médico e de enfermagem, mão de obra assistencial e de apoio e fornecimento de insumos gerais para garantia de atendimento em pronto-socorro nos casos em que os munícipes optarem voluntariamente por buscar serviços de atenção básica junto à CONTRATADA (demanda espontânea), ou quando o CONTRATANTE não dispor do atendimento básico, ou ainda, quando por situações excepcionais, o CONTRATANTE esgotar sua capacidade de atendimento.

1.3. Não estão compreendidos no presente contrato os serviços já pactuados no âmbito do Sistema Único de Saúde, para os quais a CONTRATADA já esteja obrigada.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. É dever da CONTRATADA manter os serviços médicos e hospitalares que permitam o atendimento durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, com pessoal qualificado, nas modalidades supramencionadas, nos termos do presente contrato.

2.1.1. O modelo e regime de trabalho dos médicos responsáveis pela prestação de serviços ficará ao exclusivo arbítrio da CONTRATADA, que poderá optar pela contratação de médicos em regime de sobreaviso e/ou plantão, sem prejuízo de outros modelos que julgar conveniente.

2.2. Além dos serviços prestados pelas clínicas básicas mencionadas na cláusula anterior, a CONTRATADA prestará ainda serviços com médicos integrantes do Grupo de Apoio, com especialidades existentes no corpo clínico do Hospital da CONTRATADA, sem obrigatoriedade de escala.

2.3. Além das demais obrigações expressamente previstas e outras decorrentes da natureza do ajuste, a CONTRATADA obriga-se a:

2.3.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

2.3.2. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

2.3.3. Comunicar ao CONTRATANTE, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitam a correta execução dos serviços.

2.3.4. Estar adequada no que se refere a equipamentos e procedimentos de segurança do trabalho, para os serviços a que se propõe;

2.3.5. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução dos serviços contratados, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

2.3.6. Manter, durante toda a vigência deste termo e para o seu fiel cumprimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de inexigibilidade, reencaminhando ao CONTRATANTE os documentos que

tiverem validade expirada durante a vigência deste contrato;

2.3.7. Quando solicitado, apresentar imediatamente os documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução dos serviços;

2.3.8. Responsabilizar-se, exclusiva e integralmente, pela disponibilização de pessoal para a execução dos serviços contratados, sendo que os empregados e prepostos seus não terão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE terá como obrigação o pagamento dos valores decorrentes da prestação de serviços ora contratada, no importe mensalmente estipulado de R\$ 60,00 (Sessenta reais), por atendimento, mediante apresentação pela CONTRATADA, da correspondente Nota Fiscal e do relatório de atendimentos realizados para o cumprimento do objeto do presente contrato, bem como da autorização de atendimento emitida pelo município de Pouso Redondo.

3.1.1. O relatório de atendimentos realizados indicará o nome do paciente atendido, data e hora, compreendendo apenas os atendimentos que não se enquadrem nos serviços que já constituem obrigação da CONTRATADA perante o SUS.

3.1.2. Os pacientes encaminhados para o pronto atendimento do hospital regional pelo município de Pouso Redondo, quando se tratarem de pacientes que não se enquadram nos serviços dos quais a CONTRATADA já possui obrigação de atender perante o SUS, ou seja, os pacientes com demanda de atendimento de caráter "eletivo". Serão sempre encaminhados por guia de atendimento emitida pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, com o intuito de manter um fluxo de triagem dos pacientes eletivos na rede municipal de saúde, composta pela secretaria de saúde e pelo hospital Annegret Neitzke.

3.2. O pagamento previsto na cláusula anterior será efetuado a cada dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados, através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, na agência nº 5221-3 conta corrente nº. 329.416-1, do Banco do Brasil.

3.3. Os valores contratados poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data da proposta de preços e nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC calculado pelo IBGE, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

3.4. O valor previsto na presente cláusula compreende a proposta apresentada pela CONTRATADA que tem por base a média de atendimentos mensais aos municípios do CONTRATANTE, correspondentes ao item 1.2 do objeto deste contrato, realizados nos últimos (12) doze meses.

3.5. O valor estabelecido poderá ser revisto a fim de garantir o equilíbrio econômico financeiro do contrato, o que deverá ocorrer mediante requerimento formal da parte interessada e formalização de aditivo contratual.

3.5.1. A revisão do valor poderá ser requerida quando verificar-se variação no número de atendimentos realizados na forma do item 1.2 do objeto, para mais ou para menos, tendo por base a média prevista no item 3.4, respeitado o período mínimo de 12 (doze) meses para análise da média de atendimentos mensais.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.035.3390.00	101	7/2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1. As alterações deste contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Sem prejuízo das penalidades previstas no Edital de Licitação ou em Lei, pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, estará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa:

a) de 0,5% sobre o valor mensal, por dia, no caso de não cumprimento do objeto contratual.

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o com o CONTRATANTE pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

6.1.4. Declaração de inidoneidade.

6.2. O inadimplemento por parte do CONTRATANTE, poderá ensejar, por ajuste entre as partes, a aplicação de atualização monetária segundo critérios estabelecidos em lei municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1. O contrato terá vigência de a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/93, reconhecendo a CONTRATADA os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão, na forma prevista na citada lei.

CLÁUSULA NONA - DO FUNDAMENTO LEGAL

9.1. O presente contrato é firmado com fulcro no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, mediante inexigibilidade de licitação, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e às demais normas aplicáveis, em especial aquelas que regulam o Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. O cumprimento do atendimento 24 (vinte e quatro) horas à população do município CONTRATANTE, será fiscalizado por este ou por quem indicar formalmente.
- 10.2. A CONTRATADA, não poderá, sob alegação de inadimplência do presente contrato, negar atendimento e o cumprimento das obrigações pactuadas junto ao Sistema Único de Saúde.
- 10.3. Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode a CONTRATADA transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, com outra unidade de serviço de saúde, sob o risco de ocorrer à rescisão imediata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca da CONTRATADA, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente contrato.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Pouso Redondo, 11 de junho de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO
CONTRATANTE

FUSAVI – Fund. Saúde do Alto Vale Itajaí
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF : CPF:

EDITAL CMDCA 001/2019 - AVALIAÇÃO DE RECURSO 001/2019

Publicação Nº 2129065

AVALIAÇÃO DE RECURSO

Nome do requerente: DIOGO ANTUNES DAS NEVES

Prezado senhor, quanto ao pedido de nova correção da prova de informática, comunicamos-lhe de que foram vários os erros cometidos na execução da prova, como consta cópia da tabela de correção em anexo.

A respeito do envio do e-mail, gostaríamos de indicar que observe o e-mail ao qual o senhor encaminhou o documento, o correto, conforme constava na folha de prova é: cmdca@pousoredondo.sc.gov.br

Em suma, a nota não será alterada haja visto que não houve erro de correção ou falha no equipamento/computador utilizado pelo senhor para a execução da prova, mantendo-se, portanto, a nota de 5,84.

Atenciosamente

Comissão Especial Eleitoral

Pouso Redondo, 16 de agosto de 2019.

Silvia E. Verdi

Angélica Cecília Cardoso Lopes

Anne Kely Alves da Silva

RETIFICAÇÃO PE 07 2019 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Publicação Nº 2128616

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019/ PROCESSO Nº13/2019

O Município de Pouso Redondo (Fundo Municipal de Saúde), através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a retificação do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2019, DE OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais médico hospitalares para uso das Unidades de Saúde do Município, onde retifica-se descritivo e excluem-se alguns itens do edital supracitado, e em virtude disso altera-se a data de julgamento do certame para o dia 30/08/2019 as 08:00horas, através da plataforma BLL – Bolsa de Licitações e Leilões. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Maiores informações e o edital retificado estão disponíveis através

do e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, ou www.bll.org.br e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700.

Pouso Redondo, 19 de agosto de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019 - PMPG

Publicação Nº 2128795

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 39/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS (ÔNIBUS) DO TRANSPORTE ESCOLAR E DE CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 08:45 HORAS DO DIA 30/08/2019.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 09:00 HORAS DO DIA 30/08/2019.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 08:00H ÀS 11:30H E DAS 13:30H ÀS 17:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 19 DE AGOSTO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 100/2019

Publicação N° 2128116

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 100/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	PANIFICADORA E CONFEITARIA CASTELLO LTDA ME
OBJETO:	O objeto do presente termo é a concessão de exploração da lanchonete e venda de bilhetes de passagens do Terminal Rodoviário Municipal Dois Irmãos, localizado na Avenida 15 de Novembro, s/nº, na Sede do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	Em pagamento, à CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente o valor de R\$ 210,00 (Duzentos e dez reais), reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo IGPM-FGV ou outro índice que venha à substituí-lo acumulado.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Alexandra Schumann, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0610/2019, de 19 de agosto de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	O presente Termo é firmado pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura do presente, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública Municipal.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2019

Publicação N° 2128295

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 04/2019 PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2019

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADOS:	TAPECARIA CHAPECOENSE LTDA
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tapeçaria, instalação de bancos e janelas, reparos de acessórios com acabamentos internos para adequação do veículo ambulância pertencente a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 13.460,00 (treze mil, quatrocentos e sessenta reais), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA	31/12/2019
HOMOLOGAÇÃO:	19/08/2019

EXTRATO DO CONVÊNIO N. 36/2019.

Publicação Nº 2128463

Extrato do Termo de Convênio nº 36/2019.

Conveniados:	Município de Presidente Castello Branco e a Faculdade Concórdia – FACC.
Objeto:	O presente Convênio tem por objetivo formalizar entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados junto ao Instituição de Ensino, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo ensino-aprendizagem, abrangendo o estágio não obrigatório remunerado e estágio curricular obrigatório.
Vigência:	A vigência deste convênio inicia-se em 24 de julho de 2019 até 31 de dezembro de 2024.

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2128635

Extrato do Termo de Acordo de Cooperação Técnica.

Cooperados:	Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Presidente Castello Branco.
Objeto:	O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio não obrigatório, em conformidade com a Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Portaria SED n. 2807, de 13 de novembro de 2018 e a Portaria SED n. 3059, de 18/12/2018.
Vigência:	A vigência deste convênio terá vigência de 02 anos, a partir da data de publicação do Extrato do Termo no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – DOE/SC.

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO - REF. EDITAL PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 01/2019.

Publicação Nº 2128366

EDITAL PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº. 01/2019
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

1 Ensino Superior na área de Administração Pública e/ou Gestão Pública

Colocação	Nome	Média das disciplinas
1º	MIRELA DOS SANTOS FERRARI	8,3

2 Ensino Superior Agronomia

Colocação	Nome	Média das disciplinas
-----	NÃO HOUVE INSCRITOS.	-----

3 Ensino Técnico profissionalizante

Colocação	Nome	Média das disciplinas
1º	ALESANDRA ALBARA	10

4 Ensino Médio Regular

Colocação	Nome	Média das disciplinas
1º	KELLY WOLF	8,8
2º	HIGOR SCHUMANN	8,4
3º	FABRÍCIO GORLIN	8,3
4º	TAINA PAULA ZANESCO	8,2
5º	MARIANA ARTIFON BEBER	8,0

6º	ELLEN WOLF	7,9
7º	ANA CAROLINA DE SANTI BORSOI	7,8
8º	CARLOS EDUARDO PEGORARO	7,6
9º	DEIVISON ZANOL	7,5
10	JENNIFER ELIZ RUHMKE MAIA	7,2
11	PATRICK FERNANDO FRANCISCHINI	6,4

Presidente Castello Branco/SC, 19 de agosto de 2019.

Neiva Kleemann Toniolo

Prefeita Municipal e. e.

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PORTARIA 597/2019

Publicação Nº 2127821

PORTARIA Nº 597/2019
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo nº 003/2018, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 19 de agosto de 2019, JESSICA DIRKSEN BELTRAME, para o cargo de Segundo Professor(a), com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para EMEB Walter Buss, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, com prazo máximo até 13 de dezembro de 2019.

Presidente Getúlio - SC em, 14 de agosto de 2019.
NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 14 DE AGOSTO DE 2019.
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 598/2019

Publicação Nº 2127822

PORTARIA Nº 598/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor ORIVAL LUIZ STEDILE, Auxiliar Administrativo, Nível 23, Classe B, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 14 de janeiro de 2017 a 13 de janeiro de 2018, a partir de 16 agosto a 14 de setembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 16 de agosto de 2019.
NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 16 DE AGOSTO DE 2019
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 599/2019

Publicação Nº 2127824

PORTARIA Nº 599/2019
NOMEIA PARA CARGO EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10 e 11 da Lei Complementar nº 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2.289/2008, de 28 de fevereiro de 2008, ainda considerando o resultado do Concurso Público de que trata o Edital nº 01/2018, resolve,

NOMEAR:

A partir do dia 19 de agosto de 2019, SILVANA DA SILVA FERREIRA ESTEVAO, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível 16, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, designado para a Secretaria de Assistência Social – SESAS, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio - SC em, 19 de agosto de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO, 19 DE AGOSTO DE 2019.

ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 600/2019

Publicação Nº 2127826

PORTARIA Nº 600/2019

NOMEIA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10 e 11 da Lei Complementar nº 2287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2289/2008, de 28 de fevereiro de 2008 e considerando o resultado do Concurso Público homologado em 13 de novembro de 2018, de que trata o Edital nº 01/2018, resolve:

NOMEAR:

A partir do dia 19 de agosto de 2019, CHEILA HOEPERS, para o cargo de ENFERMEIRO, Nível 48, Classe A, do Quadro de Cargos de Provisão Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Saúde - SESA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio - SC em, 19 de agosto de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO, 19 DE AGOSTO DE 2019.

ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019

Publicação Nº 2128096

SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO – SAATE – DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº.6/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019

RETIFICADO – MUDA DE VALOR POR ITEM PARA VALOR GLOBAL - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO NA MANUTENÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, REDE COLETORA DE ESGOTO E REDE DE DRENAGEM PLUVIAL. Entrega dos envelopes até o dia 22/08/2019 às 9h00min. Sessão de abertura às 9h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 19 de agosto de 2019

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019

Publicação Nº 2127811

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

PREGÃO PRESENCIAL P/ NORMAL Nº. 56/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019

AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA. Entrega dos envelopes até o dia 02/09/2019 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 19 de agosto de 2019

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 20/2019

Publicação N° 2127808

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N°. 7/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 20/2019

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE. Entrega dos envelopes até o dia 03/09/2019 às 9h00min. Sessão de abertura às 9h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 19 de agosto de 2019
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 54/2019

Publicação Nº 2127813

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 54/2019

OBJETO: SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE AJUSTE DE BASE CARTOGRÁFICA DE DADOS TRIBUTÁRIA E FORNECIMENTO DE IMAGEM DE ALTA RESOLUÇÃO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CNPJ: 20.903.346/0001-07

Valor do repasse: R\$ 17.400,00 (DEZESSETE MIL E QUATROCENTOS REAIS).

Presidente Nereu, 19 de AGOSTO de 2019.ISAMAR DE MELO. Prefeito.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 8/2019

Publicação Nº 2128140

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 08/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CHAPA GALVALUME PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ: 10.227.225/0001-39

Valor do repasse: R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Presidente Nereu, 19 de AGOSTO de 2019.ISAMAR DE MELO. Prefeito.

RESULTADO DO PREGÃO N° 50/2019 AULAS DE CAPOEIRA

Publicação N° 2128016

**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 56 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão****Para Contratação de Serviços**
50/2019**Processo Administrativo: 50/2019**

O Sr. Marcos Aurélio Junior Pinto secretário municipal de Educação, tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela portaria nº 239/2019, decido:

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 50/2019, o(s) participante(s):

61441 - JONAS CAPITANI 04795748985						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA AULAS DE CAPOEIRA, PARA AS CRIANÇAS DA TURMA DOS MATERNAIS E PRÉ ESCOLARES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CEI VÓ PAULINA, DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.	MES		12	R\$1.030,00	R\$12.360,00
Total do Fornecedor:						R\$12.360,00

Presidente Nereu, 19 de agosto de 2019.

MARCOS AURÉLIO JUNIOR PINTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Princesa

PREFEITURA

NOTA DE ANULAÇÃO PL 102.2019, TP 08.2019 - DESERTO

Publicação N° 2128323

NOTA DE ANULAÇÃO

Processo Licitatório: 102/2019 - PM
Tomada de Preços 08/2019-PM

Objeto: "Contratação de pessoa jurídica especializada, para a instalação de DEFENSAS METÁLICAS nas pontes sobre o Rio Maria Preta e acesso a comunidade Sagrada Família - interior do Município de Princesa/SC."

O Município de Princesa/SC, torna público, para conhecimento, que o processo licitatório supra citado, com sessão pública realizada na data de 19 de agosto de 2019, às 08h00min, foi declarado DESERTO, devido ao não comparecimento de proponentes ou interessados, bem como a inexistência de qualquer demonstração de interesse no objeto deste certame.

Princesa, 19 de agosto de 2019.
Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N. 07/2019

Publicação N° 2129102

RESOLUÇÃO N. 07/2019

Dispõe sobre a lista final dos candidatos(as) a Conselheiros Tutelares aptos a participarem do certame eleitoral para o mandato de 2020/2024.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PRINCESA-SC, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, ata nº 04/2019 de 28 de maio de 2019, considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal n. 991 de 05 de Abril de 2019 c/c a Lei Municipal n. 683 de 20 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar a lista final dos candidatos aptos para o certame eleitoral do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024 conforme edital 01/2019 e Resolução 01/2019 do CMDCA. Segue a lista com seus respectivos números que serão utilizados para a votação:

CANDIDATO(A)
001 Ademir José Konzen
002 Alessandra Kuhn
003 Andressa Carolina Rubin Machado
004 Cleci Franco Markus
005 Doraci Noll
006 Juliana Franck Noll
007 Maria Wenzel
008 Neiva Maria Klein
009 Nulce Coronetti Angler
010 Sérgio Antônio Gheller

Art. 2º - Conforme o Edital 01/2019 do CMDCA, art. 7º, inciso 7.19: "Os candidatos habilitados receberão um numero, composto por, no mínimo. 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroativa à data de 19 de agosto de 2019. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Princesa, 20 de Agosto de 2019.

Claudinei Paulo Morsch

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Princesa

Quilombo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23-2019 PP 65-2019 PMQ (REFEIÇÕES CHAPECÓ)

Publicação Nº 2128774

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2019

PROCESSO Nº 65/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2019

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 16/08/2020.

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, o Município de Quilombo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 83.021.865/0001-61, situado na Rua Duque de Caxias nº 165, nesta cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Jacob Simon nº 71, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Quilombo - SC, portador da RG nº 2.031.348 e CPF nº 579.998.729-20, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto municipal nº 210/2009, de 20 de maio de 2009 e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 65/2019, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO DE REFEIÇÃO EM RESTAURANTE LOCALIZADO NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC, DESTINADOS AO MUNICIPIO DE QUILOMBO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, conforme especificados no Anexo I do Edital de Pregão n.º 65/2019, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 16/08/2019 a 16/08/2020.

2.2. O Sistema Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo das quantidades indicadas no ANEXO I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Quilombo Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

3.4. Em hipótese de não haver êxito nas negociações o gerenciador procederá o cancelamento do registro.

4. DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. As especificações do produto, quantidades, fornecedores selecionados, os preços registrados e a classificação da presente Ata, encontram-se no relatório "Quadro Comparativo de Preços" anexo integrante desta Ata de Registro de Preços nº 23/2019.

5. DO CONTRATO/PAGAMENTO E DA REVISÃO

5.1. A entrega do objeto licitado deverá ser efetivada imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, que será solicitado conforme a necessidade da Secretaria solicitante, que indicará o trajeto e o horário a ser realizado pela empresa vencedora.

5.2. Caso ocorra alguma divergência na entrega dos materiais, a troca ou substituição será de total responsabilidade da contratada.

5.3. O Pagamento será efetuado pelo Município de Quilombo em até 30 (trinta) dias, após a prestação de serviços, através de ordem bancária e/ou depósito, na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de nota fiscal eletrônica, de acordo com o Decreto nº 413/2011 de 03/08/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, onde deverá constar o trajeto e quilometragem percorrida. Os serviços prestados serão definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

5.4. Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

6. DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cujas fontes de recursos serão indicadas quando da emissão da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

7.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as condições desta Ata;
- b) não entregar o objeto no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

7.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:]

- a) Não entregar o objeto licitado;
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar na entrega do objeto;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as demais penalidades previstas no edital Pregão Presencial nº 65/2019.

9. DA PUBLICIDADE

9.1. A Ata de Registro de Preços e suas alterações, se houver, será publicada no órgão oficial de divulgação do Município.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão Presencial n.º 65/2019.

11. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Quilombo- SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

Quilombo/SC, em 16 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Empresa (s): DANIELA M.BORTOLATTO

Advogado/OAB-SC 55924

ANTONIO MONEGAT RESTAURANTE

AVISO 69/2019

Publicação Nº 2128591

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 69/2019
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2019
Tipo: Menor Preço/Por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ÓLEOS E SERVIÇOS DESTINADOS PARA RECUPERAÇÃO PARCIAL DOS ONIBUS QUE REALIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO. EXCLUSIVO PARA MES E EPPs COM SEDE NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, CONFORME LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 147/2014 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 131/2017.

Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/08/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 30/08/2019.

A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br.

QUILOMBO, 19 de Agosto de 2019.

Silvano de Pariz

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 193/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127738

DECRETO Nº 193/2019 – DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os Artigos 90, 91, 100 e 120 da Lei Complementar Municipal nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001, de acordo com o comunicado interno nº 029/2019, emitido pelo Secretário da Saúde, em 13 de agosto de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar 003/2019, em conformidade com o comunicado interno nº 029/2019 e considerando os relatórios da Secretaria da Saúde em anexo, a fim de processar e julgar fatos ocorridos nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho do ano de 2019, referente a reclamações da má prestação do serviço de Agente Comunitário de Saúde na Linha Pinhal, parte da Linha Portugal, parte da Rodovia SC 468 e Bairro São Cristóvão, no Município de Quilombo.

Parágrafo Único. Nomeia-se para conduzir os trabalhos a seguinte comissão:

- I. Catia Regina Backes Dezordi – Presidente;
- II. Luiz Carlos da Silva – Membro;
- III. Sidney Campagnaro – Membro;
- IV. Adriano João Boaretto – Membro;
- V. Sirlei Aparecida de Vargas Pistori – Membro.

Art. 2º A presente Comissão de Processo Administrativo deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Designa a Procuradora Assistente Luciana Lima para auxiliar nos trabalhos.

Art. 4º Os serviços da comissão são considerados de caráter relevante, não sendo atribuída aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 15 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ____/08/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Luciana Lima

Servidora Designada

DECRETO Nº 194/2019 – DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128307

DECRETO Nº 194/2019 – DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 319/2018 - DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 319/2018 - de 03 de dezembro de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica nomeada Caroline Piana Grigol, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora de Departamento, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 16 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em __/08/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

DECRETO Nº 195/2019 – DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129059

DECRETO Nº 195/2019 – DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 081/2019 - DE 04 DE ABRIL DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 081/2019 - de 04 de abril de 2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica nomeada Édina Moniquelli Maestri, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora de Projetos, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 19 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em __/08/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

DESPACHO Nº 056/2019

Publicação Nº 2128012

Despacho nº 056/2019

Assunto: Renúncia a nomeação para presidir os trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 002/2019, da Comissão Especial instaurada mediante Decreto nº 190/2019.

Trata-se comunicado da servidora Cátia Regina Backes Dezordi, renunciando a nomeação efetuada por meio do Decreto 190/2019, de 13 de agosto de 2019, para presidir os trabalhos da Comissão Especial de processo Administrativo Disciplinar 002/2019.

Considerando que acabe ao Prefeito Municipal editar Decreto e nomear Comissão para conduzir o Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o artigo 121, cáput do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que de acordo com o Parágrafo 2º do artigo 121 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, será impedido de participar do Processo Administrativo Disciplinar, “o companheiro ou parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou servidor que tenha sido processado anteriormente”.

Não sendo estas as hipóteses, não havendo motivo relevante para a renúncia, deve servidor acatar a determinação legal a ele imposta.

Nestes termos, indefiro o requerimento pleiteado e determino o prosseguimento imediato do processo.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito, 16 agosto de 2019
Silvano De Pariz
Prefeito Municipal de Quilombo

PORTARIA Nº. 0879/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129061

PORTARIA Nº. 0879/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RILDO JOSÉ BEBER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001, e conforme Requerimento sob protocolo nº 5467, de 16 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal Rildo José Beber (117), no dia 19 de agosto de 2019, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria Nº006/2018 - de 03 de janeiro de 2018, restando a partir da execução desta, o saldo de 08(oito) dias e 04(quatro) horas de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0880/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129062

PORTARIA Nº. 0880/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEISON ZOTTIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Cleison Zottis, (20301) ocupante do cargo de Assessor de Secretaria Municipal, no dia 19 de agosto de 2019, das 10:00 às 11:30 e no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 5469, de 19 de agosto de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do referido servidor, na competência 08/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0881/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129064

PORTARIA Nº. 0881/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE MARIA PANSE-RA MOLON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Margarete Maria Pansera Molon (1349), ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, no dia 21 de agosto de 2019, no período vespertino, para realizar exames médicos, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 5471, de 19 de agosto de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 26 de agosto de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0882/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129067

PORTARIA Nº. 0882/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FERNANDA ZILIO BANDIERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Fernanda Zilio Bandiera (1785), ocupante do cargo Nutricionista, no dia 23 de agosto de 2019, no período vespertino, para exames e consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 5473, de 19 de agosto de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 28 de agosto de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0883/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129070

PORTARIA Nº. 0883/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIELI MARTA SCHNEIDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Fabieli Marta Schneider (19983), ocupante do cargo Médica, no dia 23 de agosto 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 5472, de 19 de agosto de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 26h59min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0884/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129073

PORTARIA Nº. 0884/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUSIANA BENELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Susiana Benelli (1779), ocupante do cargo de Enfermeira, no dia 26 de agosto 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 5474, de 19 de agosto de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas de férias da referida servidora será de 12h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0885/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129074

PORTARIA Nº. 0885/2019 - DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDETE VIEIRA DOS SANTOS GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social n.º 80/2019, da Assistência Social, protocolado sob o nº 5461, de 15 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Claudete Vieira dos Santos Gonçalves (19853/20183), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 19 de agosto de 2019, no período vespertino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 5461, de 15 de agosto de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 22 de agosto de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto
Funcionário Designado

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO DISPENSA 01/2019

Publicação Nº 2128560

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO EXTRATO CONTRATUAL
Contrato nº.: 02/2019

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Contratada: HELIO ELY
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL Valor : R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 31/12/2019 Recursos: 33.90.00.00
Dispensa nº: 1/2019

Quilombo – SC, 31 de julho de 2019
VILMAR RODRIGUES
Presidente da Câmara de Vereadores

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE RESUMO DE IN N° 0006/2019 - PMRA

Publicação N° 2128632

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0006/2019 - PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público o Processo Licitatório n° 0039/2019-PMRA na Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0006/2019 - PMRA de 19 de agosto de 2019, referente ao CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – JUCESC, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS SC, observadas as condições estipuladas na legislação que rege a matéria e segundo os critérios do edital. Empresa contratada: JULIO RAMOS LUZ, inscrito no CPF n° 582.420.409-82. Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações do Município, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 19 de agosto de 2019. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

298 PORTARIA N° 298 CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SENHOR MARCO ANTONIO TAMBOSI

Publicação N° 2128592

Portaria n° 298, de 19 de agosto de 2019.

“Concede Gratificação ao Servidor MARCO ANTONIO TAMBOSI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o anexo II, da Lei 1.755, de 17 de junho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido gratificação de 30% (trinta por cento), nível FG-3, Anexo II, da lei n°. 1755 de 17 de junho de 2011, ao servidor MARCO ANTONIO TAMBOSI, Matrícula n° 400, investido no cargo efetivo de Oficial Administrativo, para responder cumulativamente pelo cargo de Fiscal de Obras e Posturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam Revogadas as Disposições em contrário, em especial as Portarias n° 193/2019 e n° 010/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 19 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. De Adm. E Finanças

299 PORTARIA N° 299 DESIGNA RESPONSÁVEL PELO SETOR DE COMPRA DIRETA E CONCEDE GRATIFICAÇÃO.

Publicação N° 2128594

Portaria n° 299, de 19 de agosto de 2019.

“Designa Servidor e Concede Gratificação”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o anexo II, da Lei 1.755, de 17 de junho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido gratificação de 30% (trinta por cento), nível FG-3, Anexo II, da lei n°. 1755 de 17 de junho de 2011, ao servidor Willian Anderzen, Matrícula n° 34203, ocupante do cargo EFETIVO de Auxiliar Administrativo, a gratificação dar-se-á devido ao Servidor ser designado como Responsável pelo Setor de Compra Direta do Município de Rio do Campo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria n° 08/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 19 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

300 PORTARIA Nº 300 DESIGNA RESPONSÁVEL PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

Publicação Nº 2128597

Portaria nº 300, de 19 de agosto de 2019.

“Designa Servidor como Responsável pelo Setor de Recursos Humanos”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o anexo II, da Lei 1.755, de 17 de junho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Designa servidor Alcides Moratelli, Matrícula nº 300, ocupante do cargo EFETIVO de Oficial Administrativo, como Responsável pelo Setor de Recursos Humanos do Município de Rio do Campo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 19 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

301 PORTARIA Nº 301 DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELO CARGO COMISSIONADO DE CONTROLE INTERNO

Publicação Nº 2128598

Portaria nº 301, de 18 de agosto de 2019.

“Designa Servidora para responder pelo cargo comissionado de Agente de Controle Interno”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica atribuído a Servidora Micheli Janaína Fernandes, Matrícula nº 34221, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, o encargo de responder pelo cargo comissionado de Agente de Controle Interno do Município de Rio do Campo.

Art. 2º Fica concedido gratificação de 50% (cinquenta por cento), nível FG - 5, Anexo II, da lei nº. 1755 de 17 de junho de 2011.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 19 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela secretaria de Administração e Finanças

302 PORTARIA Nº 302 ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Publicação Nº 2128602

Portaria nº. 302, de 19 de agosto de 2019.

“Altera Membros da Comissão Permanente de Licitações e Pregoeiro para o Exercício de 2019”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com inciso XVI, art. 6º e art. 51, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal nº 1.948, de 31 de janeiro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitações do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2019, em atendimento ao artigo 51, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, é composta como segue:

Eliane Semkowski Schorner - Presidente
Willian Anderzen - Secretário
Marco Antonio Tambosi - Membro
Sven Sebold - Suplente
Alexsandro Diego Sempkowski de Abreu - Suplente

Art. 2º Para o mesmo exercício fica nomeado como pregoeira, para efeito de atendimento ao Decreto nº 1.948, de 31 de janeiro de 2005, a servidora Eliane Semkowski Schorner, e a Equipe de Apoio composta pela Comissão Permanente de Licitações do Município, para o mesmo exercício.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 19 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

EDITAL Nº 004/2019 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO/LOA

Publicação Nº 2128477

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
Nº 004/2019

AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA
EXERCÍCIO 2020

RODRIGO PREIS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, convida a população em geral para, através dos seus diversos segmentos sociais, para participarem da Audiência Pública que será realizada na Câmara Municipal de Vereadores – PLENÁRIO PEDRO MEES, situada na Rua 29 de Dezembro, nº. 70, centro, no dia 22 de agosto (quinta-feira) do presente ano, a iniciar-se às 14 horas, oportunidade em que serão debatidas e discutidas questões afetadas ao processo para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município para o Exercício 2020, bem como a elaboração da Lei Orçamentária – LOA Exercício 2020.

Rio do Campo, 19 de agosto de 2019.

RODRIGO PREIS
Prefeito Municipal

LENOIR MENEGAZZI
Resp. Pela Sec. Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO ATA Nº 05 2019

Publicação Nº 2128247

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Pregão Presencial nº 22/2019

Objeto: sistema de registro de preços para eventual e futura aquisição de material medico hospitalar para atender as necessidades das UBS - Unidade Básica de Saúde do Município de Rio do Campo

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor: METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Preços Registrados:

tem	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
33	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS.	UN	BIOSANI	R\$0,7800
38	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80 ML TRANSPARENTE	UN	CRALPLAST	R\$0,2700
91	LUVA PROCEDIMENTO LÁTEX GRANDE CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	MEDIX	R\$15,9000
99	NEBULIZADOR ULTRASSÔNICO COMPLETO	UN	NEBULAR PLUS	R\$138,9000

101	PVPI DETERGENTE 1000 ML	LT	FARMAX	R\$18,7200
108	PINÇA KELLY CURVA 14CM CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INCLUSIVE A MARCA NO INSTRUMENTAL, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE.	UN	RICHARDS	R\$21,2100
135	SONDA URETRAL Nº 14, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, TUBO DE PVC, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPO.	UN	BIOSANI	R\$0,4500
149	TIRA TESTE/FITA REAGENTE, PARA DOSAGEM DE GLICEMIA EM SANGUE CAPILAR FRESCO POR METODOLOGIA DE ASPIRAÇÃO CAPILAR. USO DE QUALQUER ENZIMA EXCETO GDH PPQ OU MULTI GDH 9 CONFORME ALERTA ANVISA 992/2009 E 1596/2015) FAIXA DE LEITURA ENTRE 20 A 600 MG/DL. DEVE PERMITIR VERIFICAÇÃO DA GLICEMIA EM CRIANÇAS E ADULTOS. PARA USO EM GLICOSÍMETRO FOTOMÉTRICO OU AMPEROMÉTRICO. RESULTADO DE EXAME EM ATÉ 10 SEGUNDOS, VOLUME MÁXIMO DE AMOSTRA DE SANGUE DE 0,5 MICROLITRO L3. CAPACIDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS DADOS PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DADOS GLICÊMICOS. CAIXA COM 50 UNIDADES. DEVENDO A EMPRESA FORNECER EM COMODATO, UM MONITOR/GLICOSÍMETRO POR PACIENTE/ANO, INDEPENDENTEMENTE DA AQUISIÇÃO DE QUALQUER QUANTIDADE, OBSERVANDO A QUANTIDADE MÁXIMA DE 200 MONITORES.	CX	ON CALL PLUS	R\$23,9000

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2019

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 15/08/2019

EXTRATO Nº 06 2019

Publicação Nº 2128259

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 22/2019

Objeto: sistema de registro de preços para eventual e futura aquisição de material medico hospitalar para atender as necessidades das UBS

- Unidade Básica de Saúde do Município de Rio do Campo

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR L

Preços Registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
3	AGUA BI-DESTILADA 5ML.	UN	ISOFARMA	R\$0,2300
6	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 13 X 4,5MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
7	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 20 X 5,5MM CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000

8	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25 X 6MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
9	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25 X 7MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
10	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25 X 8MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
11	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 40 X 12MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,6000
12	ÁLCOOL GEL 70% 1000ML	LT	CICLO FARMA	R\$4,7500
14	ALGODÃO HIDRÓFILO, ROLO CONTENDO 500GRS	UN	MEDI HOUSE	R\$9,0000
15	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 CM X 1,80M, PACOTE COM 12 ROLOS	PCT	POLAR FIX	R\$6,5000
16	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 500ML BICO CURVO	UN	J.PROLAB	R\$2,4000
17	RESSUCITADOR MANUAL ADULTO PARA VENTILAÇÃO ARTIFICIAL COMPLETO, BALÃO AUTO INFLÁVEL DE SILICONE, AUTOCLAVÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,6L, MÁSCARA FACIAL DE SILICONE FLEXÍVEL PARA FACILITAR O AJUSTE À FACE, CONEXÃO DE ENTRADA PARA ALIMENTAÇÃO COM OXIGÊNIO, VÁLVULA UNIDIRECIONAL DE POLICARBONATO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 2.500ML.	UN	FARMATEX	R\$130,0000
18	RESSUCITADOR MANUAL INFANTIL PARA VENTILAÇÃO ARTIFICIAL COMPLETO, BALÃO AUTO INFLÁVEL DE SILICONE, AUTOCLAVÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500ML, MÁSCARA FACIAL DE SILICONE FLEXÍVEL PARA FACILITAR O AJUSTE À FACE, CONEXÃO DE ENTRADA PARA ALIMENTAÇÃO COM OXIGÊNIO, VÁLVULA UNIDIRECIONAL DE POLICARBONATO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 1.000ML.	UN	FARMATEX	R\$130,0000
23	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, TIPO II, 15CMX1,80M, TECIDO MÍNIMO DE 90% DE ALGODÃO, COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR NATURAL OU CRU, BORDAS MUITO BEM ACABADAS SEM FIAPOS OU FIOS SOLTOS, ELASTICIDADE ADEQUADA, ISENTO DE QUALQUER DEFEITO, VARIAÇÃO MÁXIMA DE 5% NO TAMANHO MANTENDO O PESO E DEMAIS CONDIÇÕES, ENROLADA UNIFORMEMENTE EM FORMA CILÍNDRICA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	UN	MEDIHOUSE BRISTOL	R\$0,8500

24	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, TIPO II, 20CMX1,80M, TECIDO MÍNIMO DE 90% DE ALGODÃO, COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR NATURAL OU CRU, BORDAS MUITO BEM ACABADAS SEM FIAPOS OU FIOS SOLTOS, ELASTICIDADE ADEQUADA, ISENTO DE QUALQUER DEFEITO, VARIAÇÃO MÁXIMA DE 5% NO TAMANHO MANTENDO O PESO E DEMAIS CONDIÇÕES, ENROLADA UNIFORMEMENTE EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	UN	MEDIHOUSE BRISTOL	R\$1,2000
26	CAMPO OPERATÓRIO 45X50 CM - COMPRESSA CIRÚRGICA TIPO CAMPO OPERATÓRIO, 4 CAMADAS, EM TECIDO 100% ALGODÃO, ALTAMENTE ABSORVENTE ISENTA DE IMPUREZAS, COR BRANCA, COM ALÇA DE FIXAÇÃO, REUSÁVEL, CONFECCIONADA SEM FIO RADIOPACO COM NO MÍNIMO 35 G CADA PEÇA, ISENTA DE IMPUREZAS E ALVEJANTE, RASGOS E QUALQUER TIPO DE DEFEITO QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO EM USO. APRESENTAR EMBALAGEM EM PACOTES COM 50 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, NOME DO FABRICANTE, LOTE, FABRICAÇÃO E VALIDADE.	PCT	TEXCARE	R\$49,7900
32	CATETER INTRAVENOSO Nº 24, EM POLIURETANO OU TEFLON, AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO COLORIDO. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO.	UN	POLYPON	R\$0,6300
36	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORANTES 20 L	UN	DESCARBOX	R\$4,1000
39	COLETOR URINA SISTEMA FECHADO 2000ML COM PONTO DE COLETA	UN	FARMATEX	R\$2,4000
40	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5, CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, 15CMX30CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5X7,5CM QUANDO FECHADA, COM AS BORDAS VOLTADAS PARA A PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. EMBALAGENS COM NO MÍNIMO 500 UNIDADES E PESO MÍNIMO DE 500GR, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO.	PCT	MEDI HOUSE	R\$16,5000
41	CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, SAÍDA PARA NEBULIZAÇÃO ACOMPANHADO DO KIT PARA NEBULIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE O2, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ALARMES (TEMPERATURA, PRESSÃO, BAIXA CONCENTRAÇÃO DE O2 E FALTA DE ENERGIA), FLUXO CORRESPONDENTE DE 5 A 10 LITROS DE O2/MIN, CONCENTRAÇÃO 93+/-3%, 220V, GARANTIA DE NO MÍNIMO 2 ANOS	UN	JAY 5 AW	R\$4.000,0000
44	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA DE CURTA DURAÇÃO Nº 21 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	UN	LABOR IMPORT	R\$0,2000
46	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA DE CURTA DURAÇÃO Nº 25 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	UN	LABOR IMPORT	R\$0,2000
51	ESPARADRAPO 1,2CMX4,5M IMPERMEÁVEL DE TECIDO 100% ALGODÃO COM TRATAMENTO ACRÍLICO, ADESIVO BRANCO ISENTO DE SUBSTÂNCIAS HIPOALERGÊNICAS, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS, ROLO COM CAPA.	UN	MISSNER	R\$1,6000

53	ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M IMPERMEÁVEL DE TECIDO 100% ALGODÃO COM TRATAMENTO ACRÍLICO, ADESIVO BRANCO ISENTO DE SUBSTÂNCIAS HIPOALERGÊNICAS, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS, ROLO COM CAPA.	UN	MISSNER	R\$1,9400
56	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO G, LARGURA DISTAL 32MM, LARGURA PROXIMAL 29MM, EIXO 100MM.	UN	ADLI N	R\$0,8500
57	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO M, LARGURA DISTAL 28MM, LARGURA PROXIMAL 25MM, EIXO 90MM.	UN	ADLI N	R\$0,7500
60	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 2-0 C/ AG 2,0CM - CX C/ 24 UNIDADES	CX	PROCARE	R\$25,0000
62	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 4-0 C/AG. 2,5CM CX C/ 24 UNIDADES.	CX	PROCARE	R\$25,0000
68	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100ML	FC	ADLI N	R\$4,4000
71	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO: M - MÉDIA; CINTURA: 70 ATÉ 120 CENTÍMETROS, PESO: 40 ATÉ 70 KG , COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CAMADAS DE DISTRIBUIÇÃO PARA RÁPIDA DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, MENOR TEMPO DE CONTATO COM A PELE E REDUÇÃO DO RETORNO DO LÍQUIDO; BARREIRAS MAIS ALTAS PROPORCIONANDO MUITO MAIS SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS LATERAIS; NOVO DESIGN COM NÚCLEO DE FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO; COBERTURA INTERIOR DE NÃO TECIDO, QUE OFERECE MAIOR CONFORTO, COM ALOE VERA, TONANDO A COBERTURA MACIA AO TOQUE NA PELE; CAMADA EXTERNA TOQUE SUAVE DANDO MACIEZ AO PRODUTO COM APARÊNCIA DE TECIDO E SEM O RUÍDO TÍPICO DO PLÁSTICO, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO; CONTROLADOR DE ODOR COM EXTRATO NATURAL; OS COMPONENTES SÃO ATÓXICOS E PRÉ-TESTADOS. COMPOSIÇÃO: CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM ALOE VERA, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS SUPERABSORVENTES (DRY GEL), BARREIRAS PROTETORAS DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE ABSORÇÃO DE 1.600 ML.	UN	ESSITY BIOFRAL	R\$0,9000

72	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO: P - PEQUENA; CINTURA: 40 ATÉ 80 CENTÍMETROS PESO: ATÉ 20 ATÉ 40 KG COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CAMADAS DE DISTRIBUIÇÃO PARA RÁPIDA DISTRIBUIÇÃO DO LIQUIDO, MENOR TEMPO DE CONTATO COM A PELE E REDUÇÃO DO RETORNO DO LIQUIDO; BARREIRAS MAIS ALTAS PROPORCIONANDO MUITO MAIS SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS LATERAIS; NOVO DESIGN COM NÚCLEO DE FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO; COBERTURA INTERIOR DE NÃO TECIDO, QUE OFERECE MAIOR CONFORTO, COM ALOE VERA, TORNANDO A COBERTURA MACIA AO TOQUE NA PELE; CAMADA EXTERNA TOQUE SUAVE DANDO MACIEZ AO PRODUTO COM APARÊNCIA DE TECIDO E SEM O RUÍDO TÍPICO DO PLÁSTICO, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO; CONTROLADOR DE ODOR COM EXTRATO NATURAL, OS COMPONENTES SÃO ATÓXICOS E PRÉ-TESTADOS. COMPOSIÇÃO: CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM ALOE VERA, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS SUPERABSORVENTES (DRY GEL), BARREIRAS PROTETORAS DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE ABSORÇÃO DE 1.100ML.	UN	ESSITY BIOFRAL	R\$0,8000
77	LAMINA DE BISTURI Nº 11 CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	ADVANTIVE	R\$21,0000
87	LENÇOL DESCARTÁVEL 200X90CM C/ ELÁSTICO	UN	MEDGAUZE	R\$0,7500
93	LUVA PROCEDIMENTO LÁTEX PEQUENA CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	MEDIX	R\$16,2000
94	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM EFB DE 99,9%, COM ELÁSTICO E CLIP NASAL - CX COM 50 UNIDADES	CX	CLEAN	R\$4,2000
103	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 12CMX100M COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO.	ROLO	HOSPFLEX	R\$31,0000
105	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20CMX100M COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO	ROLO	HOSPFLEX	R\$45,0000
106	PAPEL TOALHA, COM DUAS DOBRAS NATURAL, FARDO COM 1000 FOLHAS BRANCAS	PCT	DAMAS	R\$5,9000
109	PINÇA KELLY RETA 14CM CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INCLUSIVE A MARCA NO INSTRUMENTAL, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE.	UN	ABC	R\$22,0000
113	SACO P/ LIXO HOSPITALAR CAP. 100 LTS PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCT	NEKPLAST	R\$20,6500
115	SERINGA COM CAPACIDADE DE 03ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,1300

116	SERINGA COM CAPACIDADE DE 05ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,1500
117	SERINGA COM CAPACIDADE DE 10ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,2500
118	SERINGA COM CAPACIDADE DE 20ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,4000
119	SERINGA DE INSULINA COM AGULHA FIXA 8 X 0,3. TAMANHO 0,5ML/50U.I. FABRICADA EM POLÍMERO PLÁSTICO INERTE, OU SEJA, NÃO REAGE COM A INSULINA; BISEL TRIFACETADO- REDUZ AO MÍNIMO A DOR E O INCÔMODO CAUSADOS NO PACIENTE, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE UMA ANESTESIA TÓPICA ANTES DA INJEÇÃO: ATÓXICA; APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL, USO ÚNICO ESTÉRIL - ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO, SUBDIVIDIDA DE UMA EM UMA UNIDADE INSULÍNICA, CORPO TRANSPARENTE - PERMITE A PERFEITA VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DE MEDICAMENTO, ALÉM DE FACILITAR DETECÇÃO DE POSSÍVEIS IMPUREZAS: MOVIMENTO SUAVE DO ÊMBOLO, A LUBRIFICAÇÃO COM SILICONE DE ALTA QUALIDADE REDUZ A PRESSÃO EXIGIDA DURANTE A APLICAÇÃO DA INJEÇÃO, TORNANDO-A MUITO MAIS CONFORTÁVEL.	UN	SOLIDOR	R\$0,2300
146	TESOURA CIRÚRGICA FINA/FINA RETA 15 CM CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	UN	ABC	R\$19,0000

151	EQUIPO MACROGOTAS ESTÉRIL, USO ÚNICO, BIOCOMPATÍVEL, PONTA PERFURANTE, MULTIAJUSTÁVEL COM PROTETOR, CAMARA DE MACROGOTAS FLEXÍVEL COM CAPACIDADE DE NO MINIMO DE 9ML, LIBERAANDO 20 GTS/MIN, FILTRO DE 15 MICRAS PARA SOLUÇÃO, FILTRO BACTERIANO PARA AR, TUBO EXTENSOR EM PVC ATÓXICO E APIROGÊNICO, FLEXÍVEL COM PINÇA ROLETE (REGULADOR DE FLUXO DESTINADO AO CONTROLE DE GOTEJAMENTO, REGULA O FLUXO DE SOLUÇÃO ENTRE ZERO E O MÁXIMO E COM TRVA QUE PERMITA ENCURTAR O COMPRIMENTO DO TUBO O CASO NECESSÁRIO) EPINÇA CLAMP (QUE ASSEGURE A INTERRUPÇÃO DO FLUXO DE EM ZERO QUANDO NECESSÁRIO SEM ALTERAR A REGULAGEM DA PINÇA ROLETE). PONTO DE FUSÃO LATERAL (EM Y) AUTOVEDANTE COM PROTETOR DE DEDOS ATENDENDO A NR 32, CONECTOR MACHO ROTATIVO SLIP E LOCK NA MESMA PEÇA E TAMPA PROTETORA COM SISTEMA QUE PERMITA A RETIRADA DO AR SEM DESCONECTAR A TAMPA. MEDINDO O SISTEMA INTEIRO O MINIMO 150CM. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, PERMITINDO ABERTURA EM PÉTALA, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DAA SUA UTILIZAÇÃO	UN	TKL	R\$1,0000
-----	--	----	-----	-----------

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2019

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 15/08/2019

EXTRATO Nº 07 2019

Publicação Nº 2128261

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 22/2019

Objeto: sistema de registro de preços para eventual e futura aquisição de material medico hospitalar para atender as necessidades das UBS - Unidade Básica de Saúde do Município de Rio do Campo

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor: PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD

Preços Registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
3	AGUA BI-DESTILADA 5ML.	UN	ISOFARMA	R\$0,2300
6	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 13 X 4,5MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
7	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 20 X 5,5MM CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000

8	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25 X 6MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
9	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25 X 7MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
10	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25 X 8MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,0000
11	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 40 X 12MM, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES, ESTERILIZADAS, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DE USO ÚNICO. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	SOLIDOR	R\$5,6000
12	ÁLCOOL GEL 70% 1000ML	LT	CICLO FARMA	R\$4,7500
14	ALGODÃO HIDRÓFILO, ROLO CONTENDO 500GRS	UN	MEDI HOUSE	R\$9,0000
15	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 CM X 1,80M, PACOTE COM 12 ROLOS	PCT	POLAR FIX	R\$6,5000
16	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 500ML BICO CURVO	UN	J.PROLAB	R\$2,4000
17	RESSUCITADOR MANUAL ADULTO PARA VENTILAÇÃO ARTIFICIAL COMPLETO, BALÃO AUTO INFLÁVEL DE SILICONE, AUTOCLAVÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,6L, MÁSCARA FACIAL DE SILICONE FLEXÍVEL PARA FACILITAR O AJUSTE À FACE, CONEXÃO DE ENTRADA PARA ALIMENTAÇÃO COM OXIGÊNIO, VÁLVULA UNIDIRECIONAL DE POLICARBONATO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 2.500ML.	UN	FARMATEX	R\$130,0000
18	RESSUCITADOR MANUAL INFANTIL PARA VENTILAÇÃO ARTIFICIAL COMPLETO, BALÃO AUTO INFLÁVEL DE SILICONE, AUTOCLAVÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500ML, MÁSCARA FACIAL DE SILICONE FLEXÍVEL PARA FACILITAR O AJUSTE À FACE, CONEXÃO DE ENTRADA PARA ALIMENTAÇÃO COM OXIGÊNIO, VÁLVULA UNIDIRECIONAL DE POLICARBONATO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 1.000ML.	UN	FARMATEX	R\$130,0000
23	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, TIPO II, 15CMX1,80M, TECIDO MÍNIMO DE 90% DE ALGODÃO, COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR NATURAL OU CRU, BORDAS MUITO BEM ACABADAS SEM FIAPOS OU FIOS SOLTOS, ELASTICIDADE ADEQUADA, ISENTO DE QUALQUER DEFEITO, VARIAÇÃO MÁXIMA DE 5% NO TAMANHO MANTENDO O PESO E DEMAIS CONDIÇÕES, ENROLADA UNIFORMEMENTE EM FORMA CILÍNDRICA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	UN	MEDIHOUSE BRISTOL	R\$0,8500

24	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, TIPO II, 20CMX1,80M, TECIDO MÍNIMO DE 90% DE ALGODÃO, COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR NATURAL OU CRU, BORDAS MUITO BEM ACABADAS SEM FIAPOS OU FIOS SOLTOS, ELASTICIDADE ADEQUADA, ISENTO DE QUALQUER DEFEITO, VARIAÇÃO MÁXIMA DE 5% NO TAMANHO MANTENDO O PESO E DEMAIS CONDIÇÕES, ENROLADA UNIFORMEMENTE EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	UN	MEDIHOUSE BRISTOL	R\$1,2000
26	CAMPO OPERATÓRIO 45X50 CM - COMPRESSA CIRÚRGICA TIPO CAMPO OPERATÓRIO, 4 CAMADAS, EM TECIDO 100% ALGODÃO, ALTAMENTE ABSORVENTE ISENTA DE IMPUREZAS, COR BRANCA, COM ALÇA DE FIXAÇÃO, REUSÁVEL, CONFECCIONADA SEM FIO RADIOPACO COM NO MÍNIMO 35 G CADA PEÇA, ISENTA DE IMPUREZAS E ALVEJANTE, RASGOS E QUALQUER TIPO DE DEFEITO QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO EM USO. APRESENTAR EMBALAGEM EM PACOTES COM 50 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, NOME DO FABRICANTE, LOTE, FABRICAÇÃO E VALIDADE.	PCT	TEXCARE	R\$49,7900
32	CATETER INTRAVENOSO Nº 24, EM POLIURETANO OU TEFLON, AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO COLORIDO. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO.	UN	POLYPON	R\$0,6300
36	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES 20 L	UN	DESCARBOX	R\$4,1000
39	COLETOR URINA SISTEMA FECHADO 2000ML COM PONTO DE COLETA	UN	FARMATEX	R\$2,4000
40	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5, CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, 15CMX30CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5X7,5CM QUANDO FECHADA, COM AS BORDAS VOLTADAS PARA A PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. EMBALAGENS COM NO MÍNIMO 500 UNIDADES E PESO MÍNIMO DE 500GR, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO.	PCT	MEDI HOUSE	R\$16,5000
41	CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, SAÍDA PARA NEBULIZAÇÃO ACOMPANHADO DO KIT PARA NEBULIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE O2, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ALARMES (TEMPERATURA, PRESSÃO, BAIXA CONCENTRAÇÃO DE O2 E FALTA DE ENERGIA), FLUXO CORRESPONDENTE DE 5 A 10 LITROS DE O2/MIN, CONCENTRAÇÃO 93+/-3%, 220V, GARANTIA DE NO MÍNIMO 2 ANOS	UN	JAY 5 AW	R\$4.000,0000
44	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA DE CURTA DURAÇÃO Nº 21 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	UN	LABOR IMPORT	R\$0,2000
46	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA DE CURTA DURAÇÃO Nº 25 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	UN	LABOR IMPORT	R\$0,2000
51	ESPARADRAPO 1,2CMX4,5M IMPERMEÁVEL DE TECIDO 100% ALGODÃO COM TRATAMENTO ACRÍLICO, ADESIVO BRANCO ISENTO DE SUBSTÂNCIAS HIPOALERGÊNICAS, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS, ROLO COM CAPA.	UN	MISSNER	R\$1,6000

53	ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M IMPERMEÁVEL DE TECIDO 100% ALGODÃO COM TRATAMENTO ACRÍLICO, ADESIVO BRANCO ISENTO DE SUBSTÂNCIAS HIPOALERGÊNICAS, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS, ROLO COM CAPA.	UN	MISSNER	R\$1,9400
56	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO G, LARGURA DISTAL 32MM, LARGURA PROXIMAL 29MM, EIXO 100MM.	UN	ADLI N	R\$0,8500
57	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO M, LARGURA DISTAL 28MM, LARGURA PROXIMAL 25MM, EIXO 90MM.	UN	ADLI N	R\$0,7500
60	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 2-0 C/ AG 2,0CM - CX C/ 24 UNIDADES	CX	PROCARE	R\$25,0000
62	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 4-0 C/AG. 2,5CM CX C/ 24 UNIDADES.	CX	PROCARE	R\$25,0000
68	FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY 100ML	FC	ADLI N	R\$4,4000
71	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO: M - MÉDIA; CINTURA: 70 ATÉ 120 CENTÍMETROS, PESO: 40 ATÉ 70 KG , COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CAMADAS DE DISTRIBUIÇÃO PARA RÁPIDA DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, MENOR TEMPO DE CONTATO COM A PELE E REDUÇÃO DO RETORNO DO LÍQUIDO; BARREIRAS MAIS ALTAS PROPORCIONANDO MUITO MAIS SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS LATERAIS; NOVO DESIGN COM NÚCLEO DE FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO; COBERTURA INTERIOR DE NÃO TECIDO, QUE OFERECE MAIOR CONFORTO, COM ALOE VERA, TONANDO A COBERTURA MACIA AO TOQUE NA PELE; CAMADA EXTERNA TOQUE SUAVE DANDO MACIEZ AO PRODUTO COM APARÊNCIA DE TECIDO E SEM O RUÍDO TÍPICO DO PLÁSTICO, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO; CONTROLADOR DE ODOR COM EXTRATO NATURAL; OS COMPONENTES SÃO ATÓXICOS E PRÉ-TESTADOS. COMPOSIÇÃO: CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM ALOE VERA, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS SUPERABSORVENTES (DRY GEL), BARREIRAS PROTETORAS DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE ABSORÇÃO DE 1.600 ML.	UN	ESSITY BIOFRAL	R\$0,9000

72	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO: P - PEQUENA; CINTURA: 40 ATÉ 80 CENTÍMETROS PESO: ATÉ 20 ATÉ 40 KG COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CAMADAS DE DISTRIBUIÇÃO PARA RÁPIDA DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, MENOR TEMPO DE CONTATO COM A PELE E REDUÇÃO DO RETORNO DO LÍQUIDO; BARREIRAS MAIS ALTAS PROPORCIONANDO MUITO MAIS SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS LATERAIS; NOVO DESIGN COM NÚCLEO DE FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO; COBERTURA INTERIOR DE NÃO TECIDO, QUE OFERECE MAIOR CONFORTO, COM ALOE VERA, TORNANDO A COBERTURA MACIA AO TOQUE NA PELE; CAMADA EXTERNA TOQUE SUAVE DANDO MACIEZ AO PRODUTO COM APARÊNCIA DE TECIDO E SEM O RUÍDO TÍPICO DO PLÁSTICO, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO; CONTROLADOR DE ODOR COM EXTRATO NATURAL, OS COMPONENTES SÃO ATÓXICOS E PRÉ-TESTADOS. COMPOSIÇÃO: CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM ALOE VERA, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS SUPERABSORVENTES (DRY GEL), BARREIRAS PROTETORAS DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE ABSORÇÃO DE 1.100ML.	UN	ESSITY BIOFRAL	R\$0,8000
77	LAMINA DE BISTURI Nº 11 CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	ADVANTIVE	R\$21,0000
87	LENÇOL DESCARTÁVEL 200X90CM C/ ELÁSTICO	UN	MEDGAUZE	R\$0,7500
93	LUVA PROCEDIMENTO LÁTEX PEQUENA CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	MEDIX	R\$16,2000
94	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM EFB DE 99,9%, COM ELÁSTICO E CLIP NASAL - CX COM 50 UNIDADES	CX	CLEAN	R\$4,2000
103	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 12CMX100M COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO.	ROLO	HOSPFLEX	R\$31,0000
105	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20CMX100M COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO	ROLO	HOSPFLEX	R\$45,0000
106	PAPEL TOALHA, COM DUAS DOBRAS NATURAL, FARDO COM 1000 FOLHAS BRANCAS	PCT	DAMAS	R\$5,9000
109	PINÇA KELLY RETA 14CM CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INCLUSIVE A MARCA NO INSTRUMENTAL, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE.	UN	ABC	R\$22,0000
113	SACO P/ LIXO HOSPITALAR CAP. 100 LTS PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCT	NEKPLAST	R\$20,6500
115	SERINGA COM CAPACIDADE DE 03ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,1300

116	SERINGA COM CAPACIDADE DE 05ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,1500
117	SERINGA COM CAPACIDADE DE 10ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,2500
118	SERINGA COM CAPACIDADE DE 20ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN	PROCARE	R\$0,4000
119	SERINGA DE INSULINA COM AGULHA FIXA 8 X 0,3. TAMANHO 0,5ML/50U.I. FABRICADA EM POLÍMERO PLÁSTICO INERTE, OU SEJA, NÃO REAGE COM A INSULINA; BISEL TRIFACETADO- REDUZ AO MÍNIMO A DOR E O INCÔMODO CAUSADOS NO PACIENTE, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE UMA ANESTESIA TÓPICA ANTES DA INJEÇÃO: ATÓXICA; APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL, USO ÚNICO ESTÉRIL - ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO, SUBDIVIDIDA DE UMA EM UMA UNIDADE INSULÍNICA, CORPO TRANSPARENTE - PERMITE A PERFEITA VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DE MEDICAMENTO, ALÉM DE FACILITAR DETECÇÃO DE POSSÍVEIS IMPUREZAS: MOVIMENTO SUAVE DO ÊMBOLO, A LUBRIFICAÇÃO COM SILICONE DE ALTA QUALIDADE REDUZ A PRESSÃO EXIGIDA DURANTE A APLICAÇÃO DA INJEÇÃO, TORNANDO-A MUITO MAIS CONFORTÁVEL.	UN	SOLIDOR	R\$0,2300
146	TESOURA CIRÚRGICA FINA/FINA RETA 15 CM CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	UN	ABC	R\$19,0000

151	EQUIPO MACROGOTAS ESTÉRIL, USO ÚNICO, BIOCOMPATÍVEL, PONTA PERFURANTE, MULTIAJUSTÁVEL COM PROTETOR, CAMARA DE MACROGOTAS FLEXÍVEL COM CAPACIDADE DE NO MINIMO DE 9ML, LIBERANDO 20 GTS/MIN, FILTRO DE 15 MICRAS PARA SOLUÇÃO, FILTRO BACTERINO PARA AR, TUBO EXTENSOR EM PVC ATÓXICO E APIROGÊNICO, FLEXÍVEL COM PINÇA ROLETE (REGULADOR DE FLUXO DESTINADO AO CONTROLE DE GOTEJAMENTO, REGULA O FLUXO DE SOLUÇÃO ENTRE ZERO E O MÁXIMO E COM TRVA QUE PERMITA ENCURTAR O COMPRIMENTO DO TUBO O CASO NECESSÁRIO) EPINÇA CLAMP (QUE ASSEGURE A INTERRUPÇÃO DO FLUXO DE EM ZERO QUANDO NECESSÁRIO SEM ALTERAR A REGULAGEM DA PINÇA ROLETE). PONTO DE FUSÃO LATERAL (EM Y) AUTOVEDANTE COM PROTETOR DE DEDOS ATENDENDO A NR 32, CONECTOR MACHO ROTATIVO SLIP E LOCK NA MESMA PEÇA E TAMPA PROTETORA COM SISTEMA QUE PERMITA A RETIRADA DO AR SEM DESCONECTAR A TAMPA. MEDINDO O SISTEMA INTEIRO O MINIMO 150CM. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, PERMITINDO ABERTURA EM PÉTALA, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DAA SUA UTILIZAÇÃO	UN	TKL	R\$1,0000
-----	--	----	-----	-----------

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2019

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 15/08/2019

EXTRATO Nº 08 2019

Publicação Nº 2128263

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 22/2019

Objeto: sistema de registro de preços para eventual e futura aquisição de material medico hospitalar para atender as necessidades das UBS

- Unidade Básica de Saúde do Município de Rio do Campo

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor: TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPIT. LTDA

Preços Registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
73	GARROTE AJUSTÁVEL FIXAÇÃO EM PVC ADULTO	UN	PREMIUM	R\$5,6300
95	MÁSCARA VENTURI ADULTO COMPLETA	UN	MD	R\$12,8700
111	PORTA LAMINA DE MICROSCOPIA PLÁSTICO CAPACIDADE PARA 50 UNIDADES	UN	CRALPLAST	R\$4,9600
121	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº06	UN	BIOSANI	R\$0,4300
122	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº8	UN	BIOSANI	R\$0,4600
123	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº10	UN	BIOSANI	R\$0,4600
124	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº14	UN	BIOSANI	R\$0,5100
125	SONDA ENDOTRAQUEAL DESCARTAVEL COM BALAO NR 3.0.	UN	CIRUTRAQUEAL	R\$3,8300
126	SONDA ENDOTRAQUEAL DESCARTÁVEL COM BALÃO Nº4.0	UN	CIRUTRAQUEAL	R\$3,8300

127	SONDA ENDOTRAQUEAL DESCARTAVEL COM BALAO NR 8.0	UN	CIRUTRAQUEAL	R\$3,8300
128	SONDA ENDOTRAQUEAL DESCARTÁVEL COM BALÃO Nº 8.5	UN	CIRUTRAQUEAL	R\$3,8300
129	SONDA ENDOTRAQUEAL DESCARTÁVEL SEM BALÃO Nº 8.0, CAIXA COM 10 UNI- DADES.	CX	CIRUTRAQUEAL	R\$26,6700
130	SONDA ENDOTRAQUEAL DESCARTÁVEL SEM BALÃO Nº 8.5, CAIXA COM 10 UNI- DADES.	CX	CIRUTRAQUEAL	R\$26,6700
131	SONDA FOLLEY 2 VIAS Nº14	UN	CIRUFOLEY	R\$2,5300
132	SONDA FOLLEY 2 VIAS Nº16	UN	CIRUFOLEY	R\$2,5300
133	SONDA FOLLEY 2 VIAS NR 18	UN	CIRUFOLEY	R\$2,5300
134	SONDA FOLLEY 2 VIAS NR 22	UN	CIRUFOLEY	R\$2,5300

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2019

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 15/08/2019

EXTRATO Nº 09 2019

Publicação Nº 2128265

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 22/2019

Objeto: sistema de registro de preços para eventual e futura aquisição de material medico hospitalar para atender as necessidades das UBS - Unidade Básica de Saúde do Município de Rio do Campo

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – EPP

Preços Registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
5	ÁGUA DEIONIZADA 1000 ML	LT	CAITHEC	R\$3,2200
20	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 2% S/VASO 20 ML	FC	HY POFARMA	R\$2,9500
22	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, TIPO II, 0,6CMX1,80M, TECIDO MÍNIMO DE 90% DE ALGODÃO, COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR NATURAL OU CRU, BORDAS MUITO BEM ACABADAS SEM FIAPOS OU FIOS SOLTOS, ELASTICIDADE ADEQUADA, ISENTO DE QUALQUER DEFEITO, VARIAÇÃO MÁXIMA DE 5% NO TAMANHO MANTENDO O PESO E DEMAIS CONDIÇÕES, ENROLADA UNIFORMEMENTE EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	UN	GAZETEX	R\$0,4400
37	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORANTES 3 LITROS.	UN	DESCARBOX	R\$1,6100
63	FITA ADESIVA HOSPITALAR 16 MM X 50 MTS	ROLO	EUROCEL	R\$1,9900
142	SORO GLICOSADO 5% 1000ML, SISTEMA FECHADO EM BOLSA.	FC	JP.	R\$4,4500
148	TINTA DE IODO 2% 1000 ML.	FC	FARMAX	R\$28,6300

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2019

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 15/08/2019

EXTRATO Nº 10 2019

Publicação Nº 2128266

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 22/2019

Objeto: sistema de registro de preços para eventual e futura aquisição de material medico hospitalar para atender as necessidades das UBS - Unidade Básica de Saúde do Município de Rio do Campo

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor: L A DALLA PORTA JUNIOR

PREÇO REGISTRADO:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	THEOTO	R\$2,7500
4	ÁGUA BI-DESTILADA 10 ML	UN	SAMTEC	R\$0,1700
13	ÁLCOOL GEL ANTISSEPTICO PARA MÃOS, EMBALAGEM COM MÍNIMO 300ML, COM APLICADOR.	UN	CICLO FARMA	R\$4,3600
29	CATETER INTRAVENOSO Nº 18, EM PO- LIURETANO OU TEFLON, AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO COLORIDO. PRODU- TO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO	UN	HEALCATH	R\$0,5900
30	CATETER INTRAVENOSO Nº 20, EM PO- LIURETANO OU TEFLON, AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO COLORIDO. PRODU- TO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO.	UN	HEALCATH	R\$0,5900
31	CATETER INTRAVENOSO Nº 22, EM PO- LIURETANO OU TEFLON, AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO COLORIDO. PRODU- TO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO.	UN	HEALCATH	R\$0,5900
35	COLETOR DE MATERIAIS PERFURO CORTAN- TES 13 LT	UN	DESCARBOX	R\$2,8400
50	ESCOVA GINECOLÓGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL	UN	CRAL	R\$0,2200
52	ESPARADRAPO 10CMX4,5M IMPERMEÁVEL DE TECIDO 100% ALGODÃO COM TRA- TAMENTO ACRÍLICO, ADESIVO BRANCO ISENTO DE SUBSTÂNCIAS HIPOALERGÊNI- CAS, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS, ROLO COM CAPA	UN	MISSNER	R\$5,4000
54	ESPARADRAPO 5CMX4,5M IMPERMEÁVEL DE TECIDO 100% ALGODÃO COM TRATAMENTO ACRÍLICO, ADESIVO BRANCO ISENTO DE SUBSTÂNCIAS HIPOALERGÊNICAS, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS, ROLO COM CAPA.	UN	MISSNER	R\$3,1400
58	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO P, LARGURA DISTAL 22MM, LARGURA PROXI- MAL 22MM, EIXO 80MM.	UN	CRAL	R\$0,6900
61	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 3-0 C/ AG 2,0CM CX C/ 24 UNIDADES	CX	PROCARE	R\$24,9500
64	FITA ADESIVA ZEBRADA PARA AUTOCLAVE 19MMX30MTS	UN	CIEX	R\$2,5000
65	FITA MICROPORE 10CMX4,5MT	UN	CRAL	R\$4,4000
66	FITA MICROPORE 2,5 CM X 4,5 MT	ROLO	CRAL	R\$1,4400
67	FITA MICROPORE 5,0 CM X 4,5MTS.	ROLO	CRAL	R\$2,4700

69	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO: EG - EXTRAGRANDE; CINTURA: 110 ATÉ 165 CENTÍMETROS PESO: ACIMA DE 90 KG. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CAMADAS DE DISTRIBUIÇÃO PARA RÁPIDA DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, MENOR TEMPO DE CONTATO COM A PELE E REDUÇÃO DO RETORNO DO LÍQUIDO; BARREIRAS MAIS ALTAS PROPORCIONANDO MUITO MAIS SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS LATERAIS; NOVO DESIGN COM NÚCLEO DE FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO; COBERTURA INTERIOR DE NÃO TECIDO, QUE OFERECE MAIOR CONFORTO, COM ALOE VERA, TONANDO A COBERTURA MACIA AO TOQUE NA PELE; CAMADA EXTERNA TOQUE SUAVE DANDO MACIEZ AO PRODUTO COM APARÊNCIA DE TECIDO E SEM O RUÍDO TÍPICO DO PLÁSTICO, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO; CONTROLADOR DE ODOR COM EXTRATO NATURAL; OS COMPONENTES SÃO ATÓXICOS E PRÉ-TESTADOS. COMPOSIÇÃO: CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM ALOE VERA, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS SUPERABSORVENTES (DRY GEL), BARREIRAS PROTETORAS DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE ABSORÇÃO DE 1.800 ML.	UN	BIGFRAL	R\$1,0600
70	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO: G - GRANDE; CINTURA: 80 ATÉ 150 CENTÍMETROS PESO: ATÉ 70 ATÉ 90 KG , COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CAMADAS DE DISTRIBUIÇÃO PARA RÁPIDA DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, MENOR TEMPO DE CONTATO COM A PELE E REDUÇÃO DO RETORNO DO LÍQUIDO; BARREIRAS MAIS ALTAS PROPORCIONANDO MUITO MAIS SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS LATERAIS; NOVO DESIGN COM NÚCLEO DE FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO; COBERTURA INTERIOR DE NÃO TECIDO, QUE OFERECE MAIOR CONFORTO, COM ALOE VERA, TONANDO A ABERTURA MACIA AO TOQUE NA PELE; CAMADA EXTERNA TOQUE SUAVE DANDO MACIEZ AO PRODUTO COM APARÊNCIA DE TECIDO E SEM O RUÍDO TÍPICO DO PLÁSTICO, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO; CONTROLADOR DE ODOR COM EXTRATO NATURAL; OS COMPONENTES SÃO ATÓXICOS E PRÉ-TESTADOS. COMPOSIÇÃO: CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM ALOE VERA, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS SUPERABSORVENTES (DRY GEL), BARREIRAS PROTETORAS DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE ABSORÇÃO DE 1.800 ML.	UN	BIGFRAL	R\$0,9800
74	GEL INCOLOR PARA ULTRASSOM 100GR	UN	MULTIGEL	R\$1,0600
78	LAMINA DE BISTURI Nº23 CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	ADVANTIVE	R\$20,9900

85	LANCETA AUTOMÁTICA DESCARTÁVEL CONFORME NR32, AGULHA EM AÇO INOX PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, RETRÁTIL, ESTÉRIL, COM AGULHA SILICONIZADA, PONTA TRIFACETADA, COM DIÂMETRO DE 28G, DISPARADA ATRAVÉS DE CONTATO (SEM BOTÃO DE ACIONAMENTO), COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, QUE IMPEÇA O REUSO E PROVIDA DE LACRE, COM PROFUNDIDADE DE PENETRAÇÃO DE 1,6MM. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	MEDLEVENSOHN/LORIS	R\$18,9000
88	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 7,5	PAR	MEDIX	R\$0,9800
89	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 8,0	PAR	MEDIX	R\$0,9800
90	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 8,5	PAR	MEDIX	R\$0,9800
92	LUVA PROCEDIMENTO LÁTEX MÉDIA CAIXA C/100 UNIDADES	CX	LEMGRUBER	R\$15,9900
104	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15CMX100M COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO	ROLO	HOSPFLEX	R\$35,8000
112	SOLUÇÃO A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO - DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICO - EMBALAGEM COM 5 LITROS.	UN	CICLO FARMA	R\$24,9200
114	SACO P/ LIXO HOSPITALAR CAP. 30 LTS PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCT	RAVA	R\$8,7900
120	SERINGA DE INSULINA COM AGULHA FIXA 8 X 0,3. TAMANHO 1ML/100U.I. FABRICADA EM POLÍMERO PLÁSTICO INERTE, OU SEJA, NÃO REAGE COM A INSULINA; BISEL TRIFACETADO- REDUZ AO MÍNIMO A DOR E O INCÔMODO CAUSADOS NO PACIENTE, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE UMA ANESTESIA TÓPICA ANTES DA INJEÇÃO: ATÓXICA; APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL, USO ÚNICO ESTÉRIL - ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO, SUBDIVIDIDA DE UMA EM UMA UNIDADE INSULÍNICA, CORPO TRANSPARENTE - PERMITE A PERFEITA VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DE MEDICAMENTO, ALÉM DE FACILITAR DETECÇÃO DE POSSÍVEIS IMPUREZAS: MOVIMENTO SUAVE DO ÊMBOLO, A LUBRIFICAÇÃO COM SILICONE DE ALTA QUALIDADE REDUZ A PRESSÃO EXIGIDA DURANTE A APLICAÇÃO DA INJEÇÃO, TORNANDO-A MUITO MAIS CONFORTÁVEL.	UN	LAMEDID/SOLIDOR	R\$0,2000
136	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO FRASCO.	FC	Fresenius Kabi Brasil	R\$2,0000
140	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO FRASCO.	FC	Fresenius Kabi Brasil	R\$4,7900

Preços Registrados:

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2019

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 15/08/2019

EXTRATO Nº 11 2019

Publicação Nº 2128271

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 22/2019

Objeto: sistema de registro de preços para eventual e futura aquisição de material medico hospitalar para atender as necessidades das UBS
- Unidade Básica de Saúde do Município de Rio do Campo

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor: - INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP

Preços Registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
21	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO, DESIGN SEM ENGRENAGENS, DEVENDO ATENDER ÀS NORMAS AAMI DE RESISTÊNCIA À IMPACTOS, DEVENDO SUPORTAR UMA QUEDA DE ATÉ 76CM SEM QUEBRAS OU DESCALIBRAÇÃO; BRAÇADEIRA PARA BRAÇOS DE 25 A 34CM; CONTER GARANTIA DE 05 ANOS SOBRE A CALIBRAÇÃO; MANÔMETRO TOTALMENTE ANEROIDE COM GIRO DE 360°; TOTALMENTE LIVRE DE LÁTEX; MANGUITO PARA BRAÇO DIREITO E ESQUERDO PARA MELHOR POSICIONAMENTO; DEVE PERMITIR O MANUSEIO COM MÃO DIREITA OU ESQUERDA.	UN	Welch Allyn / Aparelho de Pressão	R\$398,0000

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2019

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 15/08/2019

Rio do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS N. 055 AO 060

Publicação Nº 2128554

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2019**PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2019**

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 19 de agosto de 2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. CONTRATADO: DARCI FRITZ BATISTA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 777.048.949-00, neste ato representada por, DARCI FRITZ BATISTA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 777.048.949-00, com endereço à ESTRADA CABECA D'ANTA, SN, CABECA D'ANTA - 89.180-000, Rio do Oeste - SC. OBJETO: CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2019.. VALOR: Pela EXECUÇÃO dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º. DA FONTE DE RECURSOS: 5.501.2015.33390000000000000000.01370003 EXECUÇÃO: Prazo para EXECUÇÃO do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2019****PROCESSO ADMINISTRATIVO 73/2019**

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de agosto de 2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE – Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. CONTRATADO: COMERCIO DE MADEIRA E MATERIAL DE CONSTRUCAO BEIRA RIO EIRELI EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 06.856.893/0001-58, neste ato representada por, MARLI TEREZINHA AVI, Administrador, portador do RG/CI nº 2/R766386 e no CPF/MF nº 466.493.799-72, com endereço à RODOVIA BR 470, 8260, CANTA GALO - 89.163-910, Rio do Sul - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS QUE SERVIRÃO PARA MONTAGEM DE UM CORETO NA CIDADE DE RIO DO OESTE/SC..

VALOR: Pela EXECUÇÃO dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 17.836,00 (dezesete mil e oitocentos e trinta e seis reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

DA FONTE DE RECURSOS: 9.902.2031.34490000000000000000.01000001

EXECUÇÃO: Prazo para EXECUÇÃO do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2019****PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2019**

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 9 de agosto de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. CONTRATADO: WILSON SOCREPA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 625.189.179-34, neste ato representada por, WILSON SOCREPA, Administrador, portador do RG/CI nº 2498591 e no CPF/MF nº 625.189.179-34, com endereço à ESTRADA MUNICIPAL - ROD 050, SN, ANGICO - 89.180-000, Rio do Oeste – SC. OBJETO: CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2019. VALOR: Pela EXECUÇÃO dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

DA FONTE DE RECURSOS: 5.501.2015.33390000000000000000.01370003

EXECUÇÃO: Prazo para EXECUÇÃO do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2019****PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2019**

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 9 de agosto de 2019.. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. CONTRATADO: VANDERLEI JOSE GIACOMOZZI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/ MF nº 005.509.039-76, neste ato representada por, VANDERLEI JOSE GIACOMOZZI, Administrador, portador do RG/CI nº 4.171.652 e no CPF/MF nº 005.509.039-76, com endereço à ESTRADA MUNICIPAL - ROD 065, SN, AGUAS VERDES - 89.180-000, Rio do Oeste - SC.

OBJETO: CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2019..

VALOR: Pela EXECUÇÃO dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 10.923,00 (dez mil e novecentos e vinte e três reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

DA FONTE DE RECURSOS: 5.501.2015.33390000000000000000.01370003. EXECUÇÃO: Prazo para EXECUÇÃO do contrato será IMEDIATO,

contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2019

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 9 de agosto de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. CONTRATADO: NELSON VICENZI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 181.458.339-49, neste ato representada por, NELSON VICENZI, Administrador, portador do RG/CI nº 376.605-5 e no CPF/MF nº 181.458.339-49, com endereço à ESTRADA MUNICIPAL - ROD 050, SN, ANGICO - 89.180-000, Rio do Oeste - SC. OBJETO: CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2019. VALOR: Pela EXECUÇÃO dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º. DA FONTE DE RECURSOS: 5.501.2015.33390000000000000000.01370003. EXECUÇÃO: Prazo para EXECUÇÃO do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2019

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 9 de agosto de 2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR VALE DO ITAJAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.125.517/0001-56, neste ato representada por, LEOCIR CACHOEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº 2127044 e no CPF/MF nº 743.526.289-72, com endereço à RUA GERAL RIBEIRÃO DO TIGRE, S/N, RIBEIRÃO DO TIGRE - 88.420-000, Taió - SC. OBJETO: CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2019. VALOR: Pela EXECUÇÃO dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 21.159,20 (vinte e um mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º. DA FONTE DE RECURSOS: 5.501.2015.33390000000000000000.01370003. EXECUÇÃO: Prazo para EXECUÇÃO do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 8326

Publicação Nº 2127712

PORTARIA Nº 8326 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

“APROVA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

CONSIDERANDO relatório da comissão municipal de avaliação de desempenho,

RESOLVE:

Art. 1º APROVA no estágio probatório, a servidora CLEIDE MARIA BUSNARDO, matrícula 69299-01, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tornando-se estável no serviço público deste município, a partir de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 05 de agosto de 2019

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 8327

Publicação N° 2127713

PORTARIA N° 8327 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

"Estabelece Horário de Trabalho"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º. ESTABELECE o Horário de Trabalho do Servidor FERNANDO PAULO GROTT, matrícula 94684-01, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Veículos, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de segunda a sexta-feira das 19h00min às 01h00min, ficando de sobreaviso da 01h00min as 07h00min.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 15 de agosto de 2019

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Fazenda

CIENTE:

FERNANDO PAULO GROTT

PORTARIA 8328

Publicação N° 2127714

PORTARIA N° 8328 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

"Transfere Lotação de Servidor"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação o servidor MOACIR JOSÉ PESSATTI, matrícula 5991-00, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Veículos, para a Secretaria de Transportes e Obras Rurais.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 16 de agosto de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Fazenda

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO N° 8356, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2128731

DECRETO N° 8356, de 19 de agosto de 2019.

“CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO - SEADES - PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos, por tempo determinado o motorista Paulo Rene Rodrigues, matrícula nº 166413, no dia 19 de agosto de 2019, com saída do Ginásio Municipal, para dirigir o veículo ônibus VW / 17210 NEOBUS MEGA BRANCA 2002 / 2002 - Placa MCH-6798; Frota 231 - Patrimônio 1478; Chassi: 9BWR82W82R214051; Renavam: 790653737, Patrimônio da Fundação Municipal de Desporto – FMD, para o transporte até a cidade de Ibirama e Presidente Getúlio / SC, dos atletas da modalidade de Voleibol e Futsal, que irão participar do Evento: Etapa Regional da OLESC. Retorno após o término do evento, aproximadamente 21h.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, o motorista Paulo Rene Rodrigues, matrícula nº 166413, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de agosto de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO N° 8357, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2128739

DECRETO N° 8357, de 19 de agosto de 2019.

“CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO - SEADES - PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos, por tempo determinado o motorista Márcio de Souza, matrícula nº 74535, no dia 20 de agosto de 2019, com saída do Ginásio Municipal, para dirigir o veículo ônibus VW / 17210 NEOBUS MEGA BRANCA 2002 / 2002 - Placa MCH-6798; Frota 231 - Patrimônio 1478; Chassi: 9BWR82W82R214051; Renavam: 790653737, Patrimônio da Fundação Municipal de Desporto – FMD, para o transporte até a cidade de Ibirama e Presidente Getúlio / SC, dos atletas da modalidade de Voleibol e Futsal, que irão participar do Evento: Etapa Regional da OLESC. Retorno após o término do evento, aproximadamente 21h.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Márcio de Souza, matrícula nº 74535, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de agosto de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8358, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128815

DECRETO Nº 8358, de 19 de Agosto de 2019.

"NOMEIA Claudio Azevedo Da Silva".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no Art. 37, inciso X, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 401 de 22/08/2018 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º – Fica nomeado, a partir de 14/08/2019, Claudio Azevedo Da Silva, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico Fazendário na Procuradoria Geral do município, nos termos do Artigo 11, da Lei Complementar n. 401 de 22/08/2018 e Artigo 2º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de Agosto de 2019

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8359, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128820

DECRETO Nº 8359, de 19 de agosto de 2019.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul/SC, no uso de suas atribuições prevista no inciso IV do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e Leis Complementares: nº 287 de 17/09/2014, nº 361 de 22/06/2017, nº 418 de 05/04/2019 e Decreto 6606 de 18 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º- Fica substituído os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devidamente indicados por sua Secretaria:

I – Representante do Poder Público, sendo:

a) Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES:

2º Suplente: Maria Cristina Pacheco Mafra substitui Luiz Felipe Rahn.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

19 de agosto de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE ABERTURA CONCURSO PÚBLICO N. 001/2019

Publicação Nº 2128835



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019

**Edital do Concurso Público nº 001/2019**

O **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, e sob a organização da empresa **Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda. - Me**, **TORNA PÚBLICO** que realizará **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS** para o preenchimento de vagas para cargos abaixo especificados, na forma prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, artigo 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e alterações, Lei complementar n. 075 de 20 de novembro de 2001 e alterações, Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018 e alterações e demais disposições legais aplicáveis normatizado pelo Edital do Concurso Público nº 001/2019, com abertura de inscrições visando selecionar candidatos para o preenchimento de Cargos Públicos especificadas no **Item 1.1** deste Edital. O Concurso Público será regido pelas instruções a seguir:

1 - DOS CARGOS PÚBLICOS

1.1- Os Cargos/Funções a serem providos, a quantidade de vagas, o vencimento, a carga horária de trabalho, os requisitos mínimos e o valor de inscrição são os seguintes:

CARGOS / FUNÇÕES	VAGAS	VAGAS PCD*	REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO	VALOR DE INSCRIÇÃO
Pedagogo	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior (Educação Infantil e/ou Séries Iniciais) e comprovação do exercício de 02 anos de docência.	40h	R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Educação Infantil	01	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.	40h	R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Anos Iniciais	01	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.	20h CR 40h	R\$ 1.918,31 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Educação Física	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro do CREF.	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Matemática	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Matemática	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de História	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em História.	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Geografia	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Geografia.	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena	10h	R\$ 959,15	R\$ 120,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



Professor de Arte			em Artes Visuais ou Educação Artística.	20h 30h 40h	R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	
Professor de Ensino Religioso	01	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Ensino Religioso (Ciências da Religião)	10h CR 20h CR 30h CR 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Língua Portuguesa	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa ou Licenciatura Plena específica em Língua Portuguesa	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Educação Especial	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia com complementação em Educação Especial.	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Informática	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Informática.	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00
Professor de Filosofia	CR	CR	HABILITADO: Licenciatura Plena em Filosofia.	10h 20h 30h 40h	R\$ 959,15 R\$ 1.918,31 R\$ 2.877,46 R\$ 3.836,61	R\$ 120,00

1.2 – O Município de Rio do Sul - SC estima convocar, durante o prazo de vigência do concurso público, a quantidade de candidatos discriminada na Coluna "Vagas" do quadro constante do item 1.1 deste Edital.

1.3 - O Município de Rio do Sul - SC poderá, durante a vigência deste concurso público, convocar candidatos classificados até o limite de vagas existentes ou que venham a ser criadas para os referidos cargos em seu Quadro de Pessoal, de acordo com suas necessidades.

1.4 - As atribuições dos cargos são aquelas descritas no **ANEXO I** deste Edital.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O Concurso Público será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pela empresa Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda. - ME, sediada à Rua Arapongas, nº 60, Zona 08 – Maringá – PR – CEP 87.050-420.

2.2 - O presente Concurso Público será regido pelas instruções especiais constantes no presente Edital, elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federais e Municipais vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.

2.3 - Os Cargos e as vagas estão disponíveis no **Item 1.1** do presente Edital.

2.4 - O Concurso Público compreenderá a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de caráter classificatório e eliminatório e Prova de Títulos de caráter classificatório**.

2.5 - As provas serão realizadas na cidade do Rio do Sul - SC, por definição conjunta da Prefeitura do Município do Rio do Sul e da empresa organizadora, Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda. – ME, em casos excepcionais poderão ocorrer em outras localidades informada com antecedência.

2.6 - O edital completo e respectivas retificações serão publicados no site www.institutoexcelenciapr.com.br.

2.7 - Os meios oficiais de divulgação dos atos deste Concurso Público serão, Diário Oficial dos Municípios – DOM, no site da organizadora www.institutoexcelenciapr.com.br e www.riodosul.atende.net.

2.8 - É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



comunicados referentes a este Concurso Público ou a divulgação desses documentos através do site www.institutoexcelenciapr.com.br e demais meios oficiais de divulgação definidos no **item 2.7**.

2.9 - Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília.

3 - REQUISITOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

3.1 - São condições para ingresso no serviço público:

3.1.1 - Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.

3.2 - São requisitos para nomeação:

3.2.1 - Ser aprovado neste Concurso Público;

3.2.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.

3.2.3 - Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo mediante confirmação de exame médico admissional;

3.2.4 - Estar quite com o Serviço Militar, se, do sexo masculino;

3.2.5 - Estar no gozo dos direitos civis e políticos;

3.2.6 - Atender as condições, escolaridade e requisitos prescritos para o cargo;

3.2.7 - Não ter sido demitido por ato de improbidade;

3.2.8 - Não ter sido condenado por crime:

a) Cometido em função dos serviços públicos, contra qualquer pessoa;

b) Cometido, fora do serviço público, mas em razão dele, contra servidor público municipal;

c) Referente uso ou tráfico de entorpecentes;

d) Contra o patrimônio;

e) Contra fé pública; e

f) De qualquer natureza, contra o erário público.

3.2.9 - Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções ressalvados os casos contidos nas alíneas "a", "b" e "c", inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal.

3.2.10 - Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.

3.3 - Os requisitos citados acima, assim como os dispostos no **Item 1.1** deste Edital são essenciais para provimento do cargo, devendo o candidato na ocasião da nomeação, apresentar os documentos exigidos no Departamento de Gestão de Pessoas do Município de Rio do Sul. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas pela internet ou presencial, conforme item **4.2**. Não serão admitidas inscrições pelo Correio, Fax, E-mail ou outra forma diferente da definida no item **4.2**.

4.2 - Será admitida a inscrição via INTERNET ou PRESENCIAL, no endereço eletrônico www.institutoexcelenciapr.com.br, a partir do dia **20/08/2019** até o dia **09/09/2019** desde que efetue o pagamento até o dia **10/09/2019** através de "**Boleto Bancário**" a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição no endereço www.institutoexcelenciapr.com.br; e via presencial a partir do dia **20/08/2019** até o dia **09/09/2019**, no Sindicato dos Servidores públicos do município de Rio do Sul, localizado na Rua Monteiro Lobato, nº 191, centro, rio do sul – Edifício Torre Dos Vales, salas 510 e 511, somente nos dias úteis e nos seguintes horários: 08:00 às 11:00 – 13:30 às 16:00.

4.2.1 - A inscrição efetuada via internet ou presencial somente será validada após a constatação do pagamento do **boleto bancário** referente à taxa de inscrição dentro do prazo estabelecido pelo presente Edital.

4.2.2 - Não serão considerados válidos pagamentos do boleto após o prazo do seu vencimento ou com valores divergentes.

4.2.3 - A única forma de pagamento da taxa de inscrição é através do **boleto bancário**.

4.2.4 - É de responsabilidade exclusiva do candidato, observar os dias e horários de funcionamento da rede bancária credenciada, para o pagamento da taxa de inscrição.

4.2.5 - Não serão acatadas inscrições cujo pagamento do valor da inscrição tenha sido efetuado em desacordo com as opções oferecidas no ato do preenchimento da inscrição via internet, seja qual for o motivo alegado.

4.2.6 - A organizadora **Excelência Seleções** não se responsabiliza por inscrições via internet, não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilite a transferência dos dados, salvo por culpa exclusiva da instituição organizadora.

4.2.7 - Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site www.institutoexcelenciapr.com.br. Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar a "Área do Candidato" de como realizar a sua Inscrição, disponível na página inicial do site ou entrar em contato com a empresa através do e-mail contato@institutoexcelenciapr.com.br ou através do telefone (44) 3026-1016.

4.2.8 - Os valores de inscrição pagos em desacordo com o estabelecido neste Edital não serão devolvidos.

4.3 - O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 17.457, de 10 de janeiro de 2018, até a data de publicação do presente edital, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste Concurso Público, na seguinte conformidade:

4.3.1- Candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde;

4.4 - O candidato que necessite solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição para se submeter às provas e demais etapas, previstas neste Edital, no período de **20/08/2019 a 23/08/2019** deverá enviar via correio por Sedex ou carta registrada para Excelência Seleções & Concursos Públicos, Rua Arapongas, 60, Zona 08, Maringá-PR, Cep-87.050-420, o **ANEXO VI**, devidamente preenchido juntamente com os documentos que justifiquem a solicitação.

4.5- O Requerimento deverá estar acompanhado, obrigatoriamente de:

4.6– **Candidatos doadores de sangue e de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde;**

4.6.1- Cópia do requerimento de inscrição (Boleto);

4.6.2 - Comprovação de doador de sangue e de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde;

4.7 - As informações prestadas no requerimento de isenção de taxa de inscrição, bem como toda a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do candidato.

4.7.1 - A declaração falsa implicará no cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

4.7.2- Exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

4.7.3- Declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação;

4.8 - Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

4.8.1 - Omitir informações;

4.8.2 - Fraudar e/ou falsificar documentação;

4.8.3 - Pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta;

4.8.4 - Entregar o pedido de isenção fora do prazo previsto neste Edital;

4.9 - A empresa Excelência Seleções e Concursos Públicos Ltda - ME avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no site www.institutoexcelenciapr.com.br no dia 02 de setembro de 2019.

4.10 – O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o indeferimento da Isenção.

4.11 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos após a decisão dos recursos poderão participar deste Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 06 de setembro de 2019, conforme subitem **4.2**.

5 - DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

5.1 – Do total das vagas ofertadas, 5% (cinco por cento) será reservado para pessoas com deficiência, em cumprimento ao que assegura o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 9.508/18, observando-se a compatibilidade de condição especial do candidato com as atividades inerentes às atribuições do cargo para o qual concorre, no prazo de validade do presente CONCURSO PÚBLICO.

5.2- Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitado o limite máximo previsto na Lei n. 8.112/90, ou seja, não poderá ultrapassar a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas neste concurso público.

5.2.1- A primeira vaga reservada às pessoas com deficiência deverá ser a 5ª nomeação; a segunda vaga reservada às pessoas com deficiência deverá ser a 21ª nomeação, e assim sucessivamente, observada as vagas



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



existentes por cargo.

5.3- Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

5.4- As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, participarão do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

5.5- O candidato portador de deficiência deverá enviar, via correio no período de **20/08/2019 a 09/09/2019**, especificando que deseja concorrer às vagas reservadas. Deverá providenciar a documentação exigida no item 5.6 e preencher o formulário (**Anexo IV**) deste Edital, e enviar os documentos no endereço a seguir: **Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda, Rua Arapongas, 60, Zona 08, Maringá-PR, Cep- 87.050-420.**

5.6- Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, conforme data de postagem verificada pelo carimbo dos Correios, obrigatoriamente acompanhado do formulário (**Anexo IV**) e com os documentos a seguir, sob pena de indeferimento:

a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 03 (três) meses antes da data de publicação do edital, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão, anexando ao Laudo Médico as seguintes informações: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF e nome do CONCURSO PÚBLICO, nome do cargo pretendido (**Anexo IV**);

b) O candidato com **deficiência visual** que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (**Anexo IV**), dentro do prazo previsto para envio da documentação.

c) O candidato com **deficiência auditiva** que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (**Anexo IV**);

d) O candidato com **deficiência física** que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito (**Anexo IV**), mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;

e) O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação (**Anexo IV**) com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.

5.7- Aos **deficientes visuais** (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

5.8- Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24.

5.9 - O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item **5.6** letra “a”, e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como “concorrendo às vagas reservadas”.

5.10- Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Capítulo e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

5.11 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso administrativo em favor de sua condição.

5.12 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

5.13- Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial da Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.14 - A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item **5.6** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

5.15- A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

5.16- O laudo médico apresentado terá validade somente para este CONCURSO PÚBLICO e não será devolvido.

5.17 - Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

6 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

6.1 - Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória.

6.2 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile ou condicional, sob qualquer pretexto, fora do prazo estabelecido ou que não atenda rigorosamente às disposições contidas neste edital.

6.3 - Não serão aceitas inscrições contendo dados incompletos, mesmo que constatado após a homologação do certame.

6.3.1- Os dados cadastrais fornecidos pelos candidatos poderão ser retificados no prazo máximo da data recursal da Homologação das Inscrições, posteriormente não serão aceitas alterações.

6.4 - Efetivado o pagamento da inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração, sob hipótese alguma.

6.5 - No dia da realização das provas, na hipótese em que o nome do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a organizadora Excelência Seleções procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição (boleto bancário). Formulário estará em posse do Coordenador da organizadora Excelência Seleções.

6.6 - A inclusão de que trata o item **6.5** será realizada de forma condicional e será confirmada pela Excelência Seleções, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

6.6.1 - Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item **6.5**, a mesma será cancelada, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.7 - Não haverá devolução da quantia paga a título de inscrição, salvo em caso de não realização do Concurso Público.

6.8 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste edital.

6.9 - A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, após processo administrativo em que se garantam os princípios do contraditório e ampla defesa.

6.10 - A partir do dia 11/09/2019, o candidato deverá conferir no site www.institutoexcelenciapr.com.br e ou www.riodosul.atende.net, se foi deferido seu requerimento de inscrição.

7 - DAS PROVAS

7.1 - A aplicação de provas do Concurso Público Edital 001/2019 será constituída por:

7.1.2 - Prova Objetiva de Múltipla Escolha de caráter classificatório e eliminatório.

7.1.3 - A Prova Objetiva conterá 40 (quarenta) questões, com **04** opções de respostas (**a,b,c,d**) cada, com apenas uma opção correta.

7.1.4 - A Prova Objetiva será avaliada na escala de **0** (zero) a **100** (cem) pontos.

7.1.4.1 - Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

7.2 - A realização da **Prova Objetiva** terá duração de **03 (três) horas**, já incluído o preenchimento da Folha de Respostas.

7.3 - As informações sobre Tipos de Provas, Quantidade de Questões e Pontuação é o constante do **Anexo III** do referido Edital.

7.4- A Escolaridade Mínima Exigida para o cargo é o constante no **item 1.1** do referido Edital.

7.5 - O Conteúdo Programático para as **Provas Objetivas** será apresentado no **Anexo II**.

7.6 - As **Bibliografias Sugeridas** apresentadas no **Anexo II** são apenas sugestões, não sendo de obrigatoriedade ater-se apenas a elas, mas também a outras fontes de estudo.

7.7 - Sempre que o candidato observar qualquer anormalidade em seu Caderno de Prova deverá se manifestar no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso junto à banca examinadora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



8 – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia **22/09/2019**, no Município do Rio do Sul - SC, em locais que serão divulgados até 05 (cinco) dias antes da data de realização da Prova Objetiva, no site www.institutoexcelenciapr.com.br, no período da manhã.

8.1.1 – Recomenda-se ao candidato, comparecer ao local de realização das Provas, com no mínimo, 60 (sessenta) minutos de antecedência, portando documento de identidade original, comprovante definitivo de inscrição (CDI), caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.1.1.1 – O candidato poderá ausentar-se do recinto de provas, depois de decorridos **01 (uma) hora** do início das mesmas e após **02 (duas) horas** de provas poderá levar consigo o caderno de questões.

8.1.1.2 – Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão entregar a respectiva prova e retirar-se do local simultaneamente, após os procedimentos de fechamento do lacre do envelope.

8.1.2 - O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identificação.

8.1.3 - É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no local, data e horário determinado, com todos os custos sob sua responsabilidade.

8.1.4 - O ingresso do candidato na sala onde se realizarão as provas só será permitido no horário estabelecido, mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial com foto (original), preferencialmente o usado na inscrição.

8.1.5 - O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, CNH (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos.

8.1.6 - Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (CRM, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).

8.1.7 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência policial com data de no máximo 30 dias antes da data de realização das provas, bem como outro documento que o identifique. Nesta ocasião poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas com identificação digital.

8.1.8 - A identificação especial poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

8.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade oficial original, na forma definida nos subitens **8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7** deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

8.2.1 - Não serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horário determinado no edital de convocação.

8.2.2 - Será excluído deste Concurso Público o candidato que:

- a) Não apresentar documento de identificação exigido;
- b) Não devolver a folha de respostas cedida para realização das provas;
- c) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- d) Ausentar-se da sala no período das provas sem acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido ou portando caderno de questões ou folha de resposta;
- e) For surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, durante a realização da prova;
- f) Tumultuar a realização das provas, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados;
- g) Fizer anotações de informação relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- h) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões e nas folhas de respostas;
- i) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
- j) Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público;
- k) Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com outros candidatos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



8.2.3 - Não será permitido ao candidato permanecer no local das Provas Objetivas com aparelhos eletrônicos ligados (bip, telefone celular, relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, o mesmo deverá estar desligado e colocar no envelope de segurança lacrado. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude.

8.2.4 - É expressamente proibido ao candidato permanecer com armas no local de realização das provas, ainda que detenha o porte legal de arma, sob pena de sua desclassificação.

8.2.5 - Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta.

8.2.6 - Não será permitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados.

8.2.7 - O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença.

8.2.8 - O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, a folha de respostas e o seu caderno de questões será entregue caso retire do local antes de 02 (duas) horas de provas.

8.2.8.1 - Os cadernos de provas e os gabaritos serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas no site www.institutoexcelenciapr.com.br.

8.2.9 - Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática.

8.3 - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

8.3.1 - A condição de saúde do candidato no dia da aplicação das provas será de sua exclusiva responsabilidade.

8.3.2 - Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.

8.3.3 - Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.

8.3.4 - No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.3.5 - As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura óptica.

8.3.6 - As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas a caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas ou de qualquer outro material, exceto por ocorrência de responsabilidade exclusiva da Administração ou da organização do Concurso Público, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível e serão consideradas ERRADAS, as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

8.3.7 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, nos termos do edital (**Anexo IV**), deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova.

8.3.8 - Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se deferido o seu pedido, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do Concurso Público.

8.3.9 - A organizadora Excelência Seleções não se responsabiliza por pertences dos candidatos na realização das fases do concurso, por este motivo orienta a não levar consigo objetos pessoais.

9- DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 - Constituem Títulos somente os indicados na tabela a seguir, desde que devidamente comprovados e relacionados à área para a qual o candidato está concorrendo, sendo que os pontos excedentes serão desconsiderados.

9.2 - Os pontos dos Títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

9.2.1 - O total de pontos alcançados na Prova de Títulos será somado à nota obtida na Prova Objetiva.

9.2.2 - A somatória será feita somente para os candidatos que forem aprovados na Prova Objetiva, de acordo com

8



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



o presente Edital.

9.2.3 - Para os todos os cargos do CONCURSO PÚBLICO, poderão ser apresentados os seguintes títulos:

ESPECIFICAÇÕES DO TÍTULO	QUANTIDADE	VALOR
STRICTU SENSU-Certificado de curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE DOUTORADO na área da Educação.	01	15
STRICTU SENSU-Certificado de curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE MESTRADO na área da Educação.	01	10
LATO SENSU-Certificado de curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO com duração mínima de 360 horas, na área da Educação, concluído até a data da apresentação dos títulos.	01	5

9.2.3.1 - A pontuação máxima da prova de títulos será de 30 pontos, sendo pontuado somente um Título por especificações.

9.2.4 - Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com a área da Educação.

9.2.5 - Para comprovação dos títulos previstos no item **9.2.3**, o comprovante deverá ser diploma ou certificado, ou ainda declarações e/ou atestado de conclusão do curso, expedidos pela entidade promotora, estes dois últimos acompanhados de histórico escolar, nos termos, também, do **item 9.2.6** deste Edital. Não será pontuado boletim de matrícula ou histórico escolar somente ou outra forma que não a determinada neste item, não devendo o candidato entregar documentos que não estejam na forma exigida.

9.2.6 - Os diplomas de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado devem estar devidamente registrados e para estes, não serão aceitos atestados de conclusão de curso ou das respectivas disciplinas sem histórico. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, por tradutor juramentado e revalidados por instituição brasileira.

9.2.7 - Todos os documentos terão de ser entregues, obrigatoriamente, em cópias autenticadas.

9.2.8 - O candidato não poderá exceder o total de títulos estabelecido neste Edital. Caso o candidato envie mais títulos que o estabelecido, estes perderão direito à pontuação, cabendo aos membros da Banca Avaliadora da empresa Excelência Seleções & Concursos Públicos julgarem o fato.

9.3- Os comprovantes de títulos deverão ser entregues em fotocópias autenticada, acompanhado obrigatoriamente do formulário **Anexo V**, com todos os campos devidamente preenchidos acondicionados em envelope **que deverá ser lacrado após a conferência e confirmação de recebimento pelo responsável pela empresa**. Não serão aceitos envelopes entregue lacrados ou que impossibilitem a conferência pelo recebedor dos títulos.

9.3.1 - Deverá levar consigo outra via do **Anexo V**, a título de protocolo, que servirá de recibo de entrega.

9.3.2 - O envelope contendo os títulos deverá ser entregue exclusivamente no endereço Rua Monteiro Lobato, nº 191, centro, Rio do Sul – Edifício Torre Dos Vales, salas 510 e 511, entre os dias 20/08/2019 a 09/09/2019 no horário das 08:00 às 11:00 e 13:30 às 16:30.

9.3.3 – A fotocópia do comprovante de título a ser entregue deverá estar autenticada, caso não contenha as duas autenticações o título não será considerado.

9.4 - Somente serão considerados e avaliados aqueles títulos que:

a) **estiverem acompanhados do formulário do ANEXO V com todos os campos perfeitamente preenchidos;**

b) apresentar, na parte externa do envelope, o nome da Prefeitura e Títulos.

c) apresentar autenticação em cartório na face do documento onde constam as informações necessárias para cumprir os requisitos exigidos para a pontuação do título.

9.5 - Será de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a entrega da documentação referente a títulos, os quais deverão ser entregues de uma única vez, conforme o item 9.3, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de documentos. A entrega dos títulos deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por seu representante legal através de procuração devidamente registrada em cartório. A referida procuração será retida por ocasião da efetivação da entrega dos títulos.

9.6 - Em nenhuma hipótese serão devolvidas ou disponibilizadas cópias, aos candidatos, dos documentos

9



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



referentes aos títulos. Por este motivo, os candidatos não devem enviar seus documentos, certificados e diplomas originais, e sim autenticados conforme já disposto neste Edital.

9.7 - Constituem Títulos somente os indicados na tabela, desde que devidamente comprovados, limitando-se a pontuação ao máximo descrito no item da tabela.

9.8 - Somente os candidatos considerados aprovados na Prova Objetiva, com pontuação igual ou superior a 50 pontos, terá seu Título avaliado e posteriormente computado ao cargo para o qual está concorrendo.

9.9 - O total de pontos alcançados na Prova de Títulos será somado à nota obtida na Prova Objetiva.

9.10 - Entregue o Título, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos sob qualquer hipótese ou alegação.

9.11 - O(s) diploma(s) e/ou certificado(s) e/ou declarações acompanhado(s) do histórico, dos Títulos mencionados deverá/deverão ser expedido(s) por instituição de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

9.12 - Somente serão aceitos documentos nos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita avaliação.

9.13 - Somente serão pontuados os cursos reconhecidos, estando vedada a pontuação de qualquer curso/documento que não preencher todas as condições previstas neste Edital.

9.14 - Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos constantes das Tabelas de títulos deste Edital, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e comprovada a culpa do mesmo, este será excluído do CONCURSO PÚBLICO.

9.15 - No prazo de 02 (dois) dias, a contar da divulgação das Notas da Prova Objetiva e avaliação dos Títulos, o candidato poderá requerer à Empresa Excelência Seleções & Concursos Públicos revisão da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos Títulos, utilizando-se para tanto a "Área do Candidato".

9.16 - Entenda-se prazo de 02 (dois) dias como o primeiro dia subsequente da publicação do edital de notas e títulos a que se pretende recorrer.

10 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

10.1 - A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em 02 (duas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, e Segunda Lista somente a classificação das Pessoas com Deficiência.

10.2 - Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

10.2.1 - **Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos.**

10.2.2 - **Obtiver o maior número de pontos na Prova de Língua Portuguesa e Interpretação de Textos.**

10.2.3 - **O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso.**

10.3 - O Resultado Final do Concurso Público será publicado no site www.institutoexcelenciapr.com.br, no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura de Rio do Sul www.riodosul.atende.net.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, exceto o de abertura que será somente de um dia, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial em relação quanto:

- a) Divulgação do edital de abertura.
- b) Divulgação do indeferimento das inscrições.
- c) Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva.
- d) Divulgação da classificação preliminar após Prova Objetiva.
- e) Divulgação da classificação preliminar após Prova de Títulos.

11.2 - Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido no **item 11.1**.

11.2.1 - Os candidatos deverão acessar o site www.institutoexcelenciapr.com.br e protocolar seu recurso no link específico para tal.

11.2.2 - Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido nas alíneas do **item 11.1**, devendo o candidato argumentar em cada recurso todos seus apontamentos, após o envio do recurso o mesmo não poderá editar, excluir ou ainda encaminhar novo recurso para a mesma fase.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



11.2.3 - Os recursos devem ser apresentados com fundamentação lógica e consistente, mencionando a bibliografia consultada.

11.2.4 - Não serão aceitos recursos enviados por fax, e-mail ou qualquer outro meio que não seja o previsto neste Edital.

11.3 - A banca examinadora do Concurso Público constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

11.3.1 - O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.

11.3.2 - O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

11.3.3 - Na ocorrência do disposto nos itens **11.3.1** e **11.3.2**, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer à desclassificação do candidato que obtiver ou não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

11.3.4 - Serão indeferidos os recursos que não atenderem aos dispositivos aqui estabelecidos.

11.3.5 - O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.

11.4 - Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.

11.4.1 - O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, até a data de homologação. Sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados na internet no site www.institutoexcelenciapr.com.br na "Área do Candidato", e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

12- DA CONVOCAÇÃO

12.1 - A convocação para nomeação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Prefeitura do Município do Rio do Sul - SC, dentro do prazo de validade do Concurso Público, por tempo determinado, com base no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

12.2 - Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

12.3 - **O candidato no momento da convocação deverá manifestar interesse na vaga e apresentar os documentos de comprovação dos requisitos mínimos e de contratação na função pública, sendo cópia: RG, CPF; título de eleitor, declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE); PIS/PASEP; página da qualificação civil da carteira de trabalho; carteira reservista, se do sexo masculino; certidão de nascimento/casamento; certidão dos filhos menores de 18 anos; atestado de antecedentes criminais (emitido pela Polícia Civil ou Federal); documentos exigidos no edital; comprovante de residência.**

12.4 - O prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação será de 30 (trinta) dias, contados da publicação da Portaria de nomeação.

12.5 - Caso haja necessidade, o Município do Rio do Sul - SC poderá solicitar outros documentos complementares.

12.6 - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

12.7 - Por ocasião da nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público fica sujeito ao regime empregatício adotado pelo Município do Rio do Sul - SC e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

12.8 - O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

12.9 - O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Concurso Público.

12.10 - O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço, telefone e e-mail perante a



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



Prefeitura do Município do Rio do Sul - SC, após o resultado final.

13- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1 - Todas as informações referentes à realização do Concurso Público serão fornecidas pela empresa **Excelência Seleções Ltda - ME**.

13.2 - O prazo de validade do presente Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da Administração.

13.3 - A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

13.4 - O Município do Rio do Sul - SC e a Excelência Seleções não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

13.5 - O candidato deverá manter junto a Prefeitura Municipal do Rio do Sul - SC, durante o prazo de validade do Concurso Público, seu endereço, telefone e e-mail atualizado, visando eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação caso esta não seja possível, por falta da citada atualização.

13.6 - A aprovação no Concurso Público assegura direito à nomeação até o número de vagas previstas, e esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do concurso e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente.

13.7 - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela empresa Excelência Seleções.

13.8 - Também integram este Edital de Concurso Público os anexos:

Anexo I: Descrições dos cargos

Anexo II: Conteúdo Programático

Anexo III: Tipos de Provas, Quantidade de Questões e Pontuação.

Anexo IV: Formulário de Candidato com Deficiência/Atendimento Especial/Lactante.

Anexo V: Formulário de Entrega de Títulos

Anexo VI: Formulário de Requerimento de Solicitação da Isenção da Taxa de Inscrição.

13.9 - Todas as publicações referentes ao Concurso Público estarão disponíveis na Internet, nos endereços www.institutoexcelenciapr.com.br, no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura de Rio do Sul www.riodosul.atende.net, salvo por motivo de força maior.

13.10 - Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final.

Rio do Sul, 19 de agosto de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



ANEXO I – DESCRIÇÕES DOS CARGOS

PEDAGOGO

Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e/ou no ensino fundamental, voltadas para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1. Coordenar a construção e execução da proposta pedagógica da escola;
2. Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
3. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;
4. Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;
5. Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento
6. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
7. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.
8. Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
9. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento da rede de ensino ou da escola;
10. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
11. Acompanhar e supervisionar o funcionamento da(s) escola(s), zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pela qualidade de ensino.
12. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo ensino-aprendizagem.

PROFESSOR

Docência na educação infantil e no ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1. Participar da construção da proposta pedagógica da unidade educacional;
2. Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade;
3. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
4. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
5. Estabelecer e implementar, com apoio dos demais agentes da instituição, estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;
6. Empregar estratégias diferenciadas de ensino, para atender as diferenças individuais dos discentes;
7. Realizar a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, emancipatória, global e contínua;
8. Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidas;
9. Relacionar-se eticamente com os colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral;
10. Fazer todos os registros escritos necessários para garantir o acompanhamento dos alunos;
11. Nortear sua prática pedagógica por princípios democráticos, sociais e cidadãos;
12. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

1. Leitura e interpretação de textos – descrição, narração, dissertação, etc.
2. Figuras de linguagem.
3. Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos.
4. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílabas tônicas.
5. Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoépia. Prosódia.
6. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase. Notações léxicas.
7. Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas.
8. Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos.
9. Sufixos. Prefixos. Radicais.
10. Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc.
11. Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos.
12. Análise sintática - frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado.
13. Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo, etc.
14. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc.
15. Sinais de Pontuação – emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo.
16. Sintaxe de concordância – nominal e verbal. Regência nominal e verbal.
17. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

1. CEGALLA, Domingos Paschoal, Novíssima Gramática da Língua Portuguesa - (Companhia Editora Nacional, 2000).
2. BECHARA, Evanildo, Moderna Gramática Portuguesa – (Ed. Lucerna, 2001).
3. Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos (Publifolha, 2011).
4. Dicionário Online Michaelis (<http://michaelis.uol.com.br>).
5. Sites para estudo do conteúdo: www.portugues.com.br, www.soportugues.com.br, www.brasile scola.com.br/portugues, www.conjugacao.com.br

MATEMÁTICA

1. Operações fundamentais.
2. Números fracionários e operações.
3. Sistema de medidas decimais.
4. Medidas de área.
5. Medidas de Volume.
6. Regra de três: simples e composta.
7. Juros: simples e composto.
8. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus.
9. Logaritmos.
10. Probabilidade.
11. Progressão aritmética.
12. Progressão geométrica.
13. Probabilidades.
14. Análise combinatória.
15. Funções lineares e quadrática.
16. Interpretação de gráficos.
17. Geometria plana e espacial.
18. Resolução de problemas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



19. Raciocínio Lógico.
20. Estatística.
21. Unidades de comprimento.

LEGISLAÇÃO

1. Lei de Diretrizes e Bases – LDB e alterações posteriores.
2. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
3. Constituição Federal referente à Educação.
4. Plano Político Pedagógico – PPP.
5. Plano Nacional da Educação – Lei nº 13.005/2014.
6. Resolução CNE/CEB nº 4 de 02 de outubro de 2009.
7. Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010.
8. Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010
9. Lei nº 11.738 de 2008.
10. Plano Municipal de Educação – Lei nº 5.614 de 23 de junho de 2015 (com anexo).
11. Decreto Nº 6.094 de 24 de abril de 2007 (IDEB).
12. Base Nacional Curricular Comum.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PEDAGOGO

1. Teoria da aprendizagem. Epistemologia genética de Jean Piaget. Perspectiva sociointeracionista de Vigotsky.
2. O fracasso escolar: abordagens atuais.
3. Concepções de avaliação: Funções da avaliação diagnóstica, formativa e somativa.
4. Alfabetização e letramento. Práticas da Língua Portuguesa: leitura, produção e escrita do texto, análise lingüística e sistematização do código. Intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.
5. Educação infantil na perspectiva histórica. Papel social da educação infantil. Educar, cuidar e brincar na Educação Infantil.
6. Fundamentos da Educação: relação educação e sociedade (dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica).
7. A educação na perspectiva de Paulo Freire.
8. O Pedagogo na Escola. Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança; mecanismos de participação; formas organizativas facilitadoras da integração grupal. Atuação do pedagogo e sua articulação com os demais profissionais da escola na perspectiva da qualidade da educação.
9. O Conselho Escolar: propósitos e funcionamento.
10. Gestão escolar e participação da família na vida escolar. Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Pública. O processo de planejamento: concepção, dimensões, níveis e importância. O ano letivo e o calendário escolar. O planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino, métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação da aprendizagem.
11. A proposta pedagógica da escola: concepção, princípios, eixos norteadores, construção, acompanhamento e avaliação. Os planos de ensino.
12. O currículo como referência para o desenvolvimento do processo pedagógico • Educação Inclusiva: fundamentos, conceito, princípios, recursos pedagógicos e a adaptação curricular.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e Pedagogia. Geral e Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2008.
2. CANDAU, Vera Maria (Org.). A didática em questão: 25. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.
3. CHAUÍ, Marilena. Introdução à Filosofia: dos Pré-Socrátes a Aristóteles. 2. ed.rev., São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
4. COLL, César, PALÁCIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia da Educação Escolar. Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
5. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 05 ex.
6. FARIAS, Isabel Maria Sabino de et al. Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília: Líber Livro, 2009.
7. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2007
8. FERREIRO, Emília. Psicogênese da língua escrita. Artes Médicas, Porto Alegre, 1999



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Relacionamento Professor x Aluno.
2. Função e papel da escola.
3. Problemas de aprendizagem fatores físicos, psíquicos e sociais.
4. Recreação: Atividades recreativas.
5. Aprendizagem: Leitura/Escrita.
6. Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático.
7. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação.
8. Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação.
9. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades.
10. Instrumentos/Atividades Pedagógicas.
11. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire.
12. Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento.
13. A creche e a pré-escola: a criança, o educar e o cuidar.
14. A instituição e o projeto educativo.
15. A organização curricular para a Educação Infantil.
16. Formação pessoal e social: concepção, aprendizagem, objetivos e conteúdos.
17. Jogos e brincadeiras.
18. A organização do espaço, tempo e materiais.
19. Conhecimento do Mundo: Movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, matemática.
20. Lei nº 11.645/2008.
21. Resolução CME Nº 08/2015 e Resolução CME Nº 06/2017. (as Resoluções do CME estão disponíveis no site da Prefeitura)

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA

1. BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Por amor ou por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
2. BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
4. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.
5. FARIA, Vitória Líbia Barreto de. Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. São Paulo: Ática, 2012.
6. FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. Ao fazeres na Educação Infantil. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
7. MOYLES, Janet R. Só brincar?: o papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.
8. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2002.
9. OLIVEIRA, Zilma Ramos de. O Trabalho do Professor na Educação Infantil. São Paulo: Biruta, 2013.
10. REDIN, Euclides. O Espaço e o Tempo da criança - Se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Mediação, 2004.
11. Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

1. Educação - princípios básicos, tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira.
2. Diferentes paradigmas na evolução histórica da Educação e da Didática.
3. O papel do educador: compromisso com a formação pessoal e profissional.
4. A metodologia dialética na construção do conhecimento enquanto expressão sócio-política da prática pedagógica.
5. A metodologia de ensino e a Didática no processo de construção do conhecimento.
6. Psicologia da Educação. Psicologia do Desenvolvimento. Psicologia da Aprendizagem.
7. Teorias e tendências atuais da Aprendizagem.
8. O Projeto Político Pedagógico da Escola.
9. Planejamento de ensino como ato decisório filosófico, político, científico e técnico.
10. Planejamento, planos de estudo e planos de trabalho como instrumento filosófico, político, científico e técnico do trabalho do educador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



11. Avaliação e suas abordagens.
12. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância.
13. Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.
14. Linguagem oral e escrita. Produção de textos.
15. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil.
16. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais.
17. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC.
18. Processos cognitivos na alfabetização. A construção e desenvolvimento da leitura e escrita. A formação do pensamento lógico da criança. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem. A alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização.
19. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.
20. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo. As etapas do processo de alfabetização.
21. A importância da consciência fonológica na alfabetização. A tecnologia a favor da alfabetização. A perspectiva infantil na fase da alfabetização.
22. A função social da escola pública contemporânea.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA

1. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
2. DELORES, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.
3. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
4. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.
5. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
6. PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.
7. VASCONCELLOS, Celso do S. Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1995.
8. VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 14 ed. São Paulo: Papirus, 2008.
9. ZABALA, Antoni (org.) A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Esporte na escola (teoria e prática conscientizadora)
2. A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar na escola de Ensino Fundamental,
3. O jogo: Característica sócio – afetivas, motoras e cognitivas;
4. As diferentes práticas da cultura corporal de movimento.
5. A relação entre fatos históricos, sociais e políticos (apresentações, celebrações, etc.) e a característica sociocultural das diferentes práticas (jogos, brincadeiras, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas, esportes e lutas).
6. As funções sociais e os sentidos das diferentes práticas (jogos, brincadeiras, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas, esportes e lutas) para os sujeitos que delas participam.
7. Construção de elementos que fazem parte das diferentes práticas da cultura corporal de movimento.
8. Brinquedos e brincadeiras criativos e alternativos.
9. Nutrição e atividade física;
10. Socorros de urgência aplicados à Educação Física;
11. Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades;
12. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola;
13. Educação Física escolar e cidadania;
14. Os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar;
15. Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica;
16. Crescimento e desenvolvimento motor;
17. Concepções de Educação e Escola;
18. Crescimento e desenvolvimento motor;
19. Concepções de Educação e Escola;
20. Ética no trabalho docente;
21. Motricidade humana;
22. Biodinâmica da atividade humana;
23. Histórico da educação física no Brasil;
24. Esportes, lutas e danças – histórico e regras;

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC****CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019**

1. BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.
2. CAMPOS, Luiz Antonio Silva. Didática da Educação Física. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.
3. CASTELLANI FILHO, Lino. Política educacional e Educação Física. Campinas: Autores Associados, 1998.
4. DAÓLIO, Jocimar. Educação Física e o conceito de cultura. Campinas: Autores Associados, 2004.
5. DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1. Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística);
2. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo;
3. Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas;
4. Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus.
5. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; 6. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões;
7. Matrizes e Determinantes;
8. Sistemas Lineares.
9. Análise Combinatória;
10. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; 11. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer;
12. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas;
13. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; 14. Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. 1
5. Os objetivos da Matemática na Educação Básica

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

1. BAIRRAL, M. A.; DA SILVA, M. A. Instrumentação para o ensino de geometria. (Vol. 1, 2). Rio de Janeiro: CEDERJ, 2005.
2. BALDIN, Yuriko Yamamoto e FELIX, Thiago Francisco. Utilização de programa de geometria dinâmica para melhorar a aprendizagem de geometria em nível fundamental. BARROSO, J. M. Matemática. Projeto Araribá: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. São Paulo: Moderna, 2006, 1º ed.
3. BRASIL, MEC. Parâmetros curriculares nacionais para ensino fundamental: matemática. Brasília: MEC, 1998.
4. LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C. Temas e Problemas Elementares. Coleção do Professor de Matemática. 2ª Edição. Rio de Janeiro. SBM. 2005.
5. PROENÇA, M. C. A Representação de figuras geométricas e suas relações com a formação conceitual. 2008-b.
6. RÉGO, R. M.; RÉGO, R. G. Desenvolvimento e uso de materiais didáticos no ensino de matemática. In: LORENZATO, S. (org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

1. Pré-história: primórdios da humanidade.
2. Períodos da pré-história.
3. Primeiros habitantes da América / Brasil.
4. Antiguidade Oriental: economia, sociedade e cultura do Egito, Mesopotâmia, 5. Palestina, Fenícia e Pérsia.
6. Antiguidade Clássica: a Civilização Grega e Romana, economia sociedade e cultura.
7. Idade Média: o Feudalismo.
8. O Império Bizantino.
9. O império de Carlos Magno.
10. Os grandes reinos germânicos.
11. As cruzadas.
12. A formação das monarquias nacionais; Brasil Colonial: Pacto Colonial: Empresa açucareira, Mineração; Brasil Independente: 1º Reinado, 2º Reinado, Regência; Brasil Republicano: Queda do Império – República da Espada - Encilhamento (Rui Barbosa) - Revolução de 30 Estado Novo – Governos Militares.
13. Oriente Antigo: Egito - Mesopotâmia - Palestina - Pérsia;
14. Antiguidade Clássica: Grécia e Roma;
15. Reformas religiosas;
16. Revolução Industrial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



- 17.A crise do Sistema Colonial no Brasil;
18. O Brasil constituindo-se em Estado
19. O Brasil contemporâneo: O movimento da História – permanência e mudanças; Estados Nacionais,
- 20.A 1ª Guerra Mundial.
- 21.A Revolução Russa.
- 22.A crise de 1929.
- 23.O Nazi-fascismo.
- 24.A 2ª Guerra Mundial.
- 25.O bloco capitalista e o bloco socialista.
26. A guerra fria.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1.HERNANDEZ, Leite. África na sala de aula: visita a uma história contemporânea. 2ª Ed.SP:Selo Negro,2008.
- 2.CAMPOS, Helena Guimarães A História e a Formação para a Cidadania. Ed. Saraiva. 2012.
- 3.BRODBECK, Marta de Souza Lima. Vivenciando a história - Metodologia de Ensino da História.Ed. Base. 2012
- 09
- 4.NEVES, Ana Maria Bergamin. Interações: raízes históricas brasileiras. Ed. Blucher. 2012.
- 5.AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronaldo. História das Américas: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011. 6.BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.
- 7.BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- 8.CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Novos domínios da História. Rio de Janeiro:Editora Campus, 2012.
- 9.CERRI, Luis Fernando. Ensino da História e consciência histórica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.
10. FONSECA, Selva G. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Editora Papirus,2005

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

- 1.A didática e a metodologia do ensino da Geografia.
- 2.Geografia Física, Humana e Econômica.
- 3.Aspectos geográficos do Brasil;
- 4.Geografia Mundial.
- 5.Cartografia;
- 6.Leitura de Paisagens;
- 7.Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza; Meio Rural e Meio Urbano; 8.Produção e Distribuição de Riquezas;
- 9.População;
- 10.Brasil - Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica; Brasil - Diversidade 11.Cultural segundo o IBGE; Brasil - Campos - Cidades. Espaços em transformação;
- 12.Brasil - Regiões Geoeconômicas; Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica 13.Natural do Planeta Terra; Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido;
14. A antiga e a Nova Ordem Mundial;
15. A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica – 16.Conflitos Mundiais Contemporâneos
- 17.Parâmetros Curriculares Nacionais em Geografia
- 18.A teoria das placas tectônicas.
- 19.Estrutura geológica e relevo do Brasil.
20. A formação do solo e sua degradação.
21. Dinâmica atmosférica – camadas, fenômenos meteorológicos, fatores e tipos de clima. Climas do Brasil.
22. A hidrosfera – águas oceânicas e continentais. A hidrografia brasileira.
23. Paisagens vegetais do Brasil e do mundo.
24. População – crescimento e distribuição, taxas de natalidade e mortalidade, explosão demográfica, mortalidade infantil e expectativa de vida.
25. Movimentos populacionais – as migrações internacionais e seus problemas, a imigração, a emigração e os movimentos migratórios internos.
26. População rural e urbana; redes urbanas; a hierarquia das cidades; urbanização nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; urbanização no Brasil; os problemas urbanos.
27. A Geografia Marinha: Geografia regional dos oceanos. Origem das bacias oceânicas. Correntes, Ondas, Marés. Variações do nível oceânico. Recursos do mar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1.ABREU, Mauricio de Almeida, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, 3ª Edição, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, SMU/IPLANRIO, 3a Edição, 1997.
- 2.BERALDO, P. e SOARES, S. M.:GPS . *Introdução e Aplicações Práticas*. Ed Editora Luana. Santa Catarina, 1995.
- 3.CHRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.
4. CUNHA, Sandra B. e GUERRA, Antonio J. T. (org.): *Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações*. (1996) Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
5. GUERRA, Antonio J. T. e Cunha, Sandra B. (org.): *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. (1994). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
6. GUERRA, A.J.T., SILVA, A.S., BOTELLO, R.G.M. (Organizadores)-1999. *Erosão e Conservação dos Solos - Conceitos, Temas e Aplicações*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 339p.

PROFESSOR DE ARTE

- 1.As implicações pedagógicas do processo de estruturação da prática de ensino em artes visuais.
2. Relação entre teoria e prática nas aulas de arte.
3. História da Arte.
4. História do Ensino de Artes Visuais no Brasil: Concepções modernas e pós-modernas sobre ensino de arte.
- 5 Políticas educacionais para o ensino e formação de professores de arte.
- 6 Arte em contextos não formais de ensino: ação educativa em museus, galerias, etc.
7. Representação e Compreensão da Arte: Visão cognitiva e psicodinâmica do desenho infantil.
8. A educação do olhar e o fazer criativo em Arte.
- 9.História da arte no Brasil e no mundo : Renascimento, Barroco e Impressionismo.
10. Arte brasileira e arte internacional - Museus, teatros, espaços expositivos.
11. Pintores Brasileiros.
12. Metodologia do ensino da arte.
- 13.Artes plásticas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

1. IAVELBERG; Rosa; *O desenho cultivado da criança*; Porto Alegre; Zouk; 2008
2. BARBOSA; Ana Mae (org.); *Ensino da arte: memória e história*; São Paulo; Perspectiva; 2008
3. BARBOSA; Ana Mae; *A imagem no ensino da arte*; São Paulo; Perspectiva.2004
4. DERDYK; Edith; *Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil*; Porto Alegre; Zouk; 2010.
5. MODINGER; Carlos Roberto [et al.]; *Práticas pedagógicas em Artes: espaço, tempo e corporeidade*; Erechim; Edelbra; 2012
6. PROENÇA; Graça; *História da Arte*; São Paulo; Ática; 2010
7. MEC; Secretaria De Educação Fundamental; *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*; Brasília; MEC/SEF; 1997.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

- 1.Principais características da cultura. As funções da imaginação simbólica. Símbolos e transcendência.
- 2.Os ritos de passagem. Antropologia da religião. Ensino religioso visto pelas leis brasileiras.
- 3.Ensino religioso nas escolas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.
- 4.Trajetória do ensino religioso no Brasil.
- 5.Ensino Religioso não é Religião.
- 6.Princípios éticos e morais.
- 7.Combate a violência em casa, na família, nos amigos, e na comunidade.
- 8.Respeito pela vida e pela natureza.
9. Cultura e Tradições Religiosas.
- 10.Escrituras sagradas, teologias, Ritos.
11. Ethos. Religiosidade: religião e igreja.
12. Religiões proféticas: Judaísmo, Islamismo e Cristianismo.
- 13.Terminologia, Conceitos e Definições do Ensino Religioso.
14. O ser humano: -Identidade religiosa; -Alteridade –Sistema de valores.
- 15.Busca do Transcendente: -A fundamentação dos valores éticos e morais propostos pelas Tradições Religiosas.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA

- 1.AHLERT, Martina. "Sobre as observações nas aulas de Ensino Religioso". In: *Seminário Ensino Religioso, Gênero e Sexualidade em Santa Catarina* [online], Florianópolis, 2008.
- 2.ALMEIDA, Fabio Portela Lopes de. *Liberalismo Político, Constitucionalismo e Democracia: a questão do ensino religioso nas escolas públicas*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



3. BRAGA, Luiz Guilherme Mattos. Fórum Permanente de Estudos Juvenis: estudo sobre uma proposta de ensino religioso. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

4. CARNEIRO, Sandro de Sá; ALEXANDRIA, Nicolas. "Educação e Religião: múltiplas interfaces e tensões no âmbito escolar da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro" [on-line].

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Concepções de língua linguagem como discurso e processo de interação: conceitos básicos de dialogismo, polifonia, discurso, enunciado, enunciação, texto, gêneros discursivos.

2. Oralidade: concepção, gêneros orais, oralidade e ensino de língua, particularidades do texto oral.

3. Leitura: concepção, gêneros, papel do leitor, diferentes objetivos da leitura, formação do leitor crítico, intertextualidade, inferências, literatura e ensino, análise da natureza estética do texto literário.

4. Escrita: produção de texto na escola, papel do interlocutor, contexto de produção, gêneros da escrita, fatores linguísticos e discursivos da escrita, o trabalho da análise e revisão de reescrita de textos.

5. Análise Linguística: o texto (oral e escrito) como unidade privilegiada na análise reflexão da linguagem, os efeitos do sentido provocados pelos elementos linguísticos, a norma- padrão e as outras variedades linguísticas.

6. Linguagem oral e linguagem escrita: Relações entre fala e escrita: perspectiva não dicotômica. Relações de independência, de dependência e de interdependência.

7. O ensino de leitura e compreensão de textos.

8. Estratégias de leitura.

9. A arte literária: a literatura medieval portuguesa; o século XVI em Portugal e no Brasil; o Barroco; o romantismo (a prosa em Portugal e no Brasil); o realismo no Brasil; o pré-modernismo no Brasil; o primeiro modernista no Brasil; o segundo momento modernista no Brasil – a prosa; o pós-modernismo.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

1. BAGNO, Marcos. O preconceito linguístico. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

2. FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística I: objetos teóricos. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

3. CULLER, Jonathan. Teoria literária: uma introdução. São Paulo: Beca, 1999. 4. CUNHA, Helena Parente. Os gêneros literários. In: PORTELA, Eduardo. (Coord.). Teoria literária. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

5. EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

6. SOUZA, Roberto Acízelo de. Introdução aos Estudos Literários. São Paulo: Martins Fontes, 2006. STAIGER, Emil. Conceitos fundamentais da poética. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro 1975.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade.

2. Cotidiano escolar: relações de poder na escola. Currículo e cultura.

3. Tendências pedagógicas na prática escolar. Educação inclusiva.

4. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola.

5. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem.

6. Pressupostos filosóficos.

7. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento.

8. Atendimento educacional especializado: aspectos legais, pedagógicos, organizacionais.

9. Atribuições do Professor do AEE.

10. Sala de recursos multifuncionais.

11. Deficiência Física e AEE.

12. Deficiência Intelectual, deficiência Visual, Surdez e AEE.

13. Transtornos globais do Desenvolvimento e AEE.

14. Histórico da Educação Inclusiva, recursos e adaptação de materiais didáticos para a inclusão de alunos com deficiência.

15. A escola comum na perspectiva inclusiva.

16. Articulação entre escola comum e educação especial: ações e responsabilidades compartilhadas.

17. Etapas de um estudo de caso.

18. Roteiro para plano de atendimento educacional especializado;

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA

1. Necessidades Especiais na Sala de Aula – Um guia para a formação de professores. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Edições UNESCO.

2. BAIRRRÃO, J. (1998). Subsídios para o Sistema de Educação – Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



3. CORTESÃO, L. (2000). Ser Professor: Um ofício em risco de extinção? – Reflexões sobre práticas educativas face à diversidade, no limiar do século XXI. Porto: Edições Afrontamento.
4. SANCHES, I. (1995). Professores de educação especial – Da formação às práticas Educativas. Porto: Porto Editora.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

1. Didática: objeto de estudo, didática e democratização do ensino, prática e saber docente, a Didática e a formação docente.
2. Os métodos de ensino, o planejamento de ensino, componentes e dinâmicas do processo de ensino-aprendizagem, os objetivos e conteúdos de ensino.
3. A sala de aula, relação professor-aluno.
4. Fundamentos do Windows: Operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho.
5. Trabalho com pasta e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; criação e exclusão de arquivos e pastas.
6. Configurações Básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela. Windows Explorer.
7. WORD: Área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do WORD; Formatação de documentos: recursos de margens, tabulação, recuo e espaçamento horizontal, espaçamento vertical, fontes, destaque (negrito, sublinhado, itálico, subscrito, sobrescrito, etc), organização do texto em listas e colunas, tabelas, estilos e modelos, cabeçalhos e rodapés, configuração de página.
8. EXCEL: Área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do EXCEL, deslocamento do cursor na planilha, seleção de células, linhas e colunas; Introdução de números, textos, fórmulas e datas na planilha, referência absoluta e relativa, principais funções do Excel: matemáticas, estatísticas, data-hora, financeiras e de texto.
9. Formatação de planilhas: número, alinhamento, borda, fonte, padrões, edição da planilha: operações de copiar, colar, recortar, limpar, marcar, etc, classificação de dados nas planilhas, gráficos.
10. Arquitetura de computadores: processadores, memórias, barramentos, armazenamento (HD, CD, DVD, Blue Ray), vídeo, placas e periféricos.
11. Redes de Computadores: Estrutura de Redes de Computadores, roteadores, switches, cabeamento norma EIA/TIA-568-A, endereço IP (conceito e estrutura), máscara de rede (Classes), Gateway, Broadcast, acesso remoto, redes Lan, Banda Larga e redes sem fio (wireless).
12. Mecanismos de cadastramento e acesso a redes: login, username, senha, correio eletrônico: endereços, utilização de recursos típicos, World Wide Web: Browsers e serviços típicos, mecanismos de busca.
13. Segurança em redes: firewall, antivírus, ataques, conceitos de segurança, segurança em computadores, senhas, cookies, engenharia social, vulnerabilidade, códigos maliciosos (Malware), negação de serviço (Denial of Service), criptografia, certificado digital.
14. Riscos envolvidos no uso da Internet: programas leitores de email, Javascripts, Java, ActiveX, Pop-up, Cookies, fraudes na Internet: Scam, phishing; Spam, problemas acarretados e métodos de prevenção.
15. Redes Sociais: Orkut, Facebook, LinkedIn, Twitter.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA

1. ALMEIDA, F. J. Educação e Informática: os computadores na escola. Coleção Polêmicas no Nosso Tempo – 19, São Paulo: Cortez Editora, 1987.
2. ALMEIDA, M. E. Informática e Formação de Professores, vol I e II, PROINFO, Secretaria de Educação a Distância – MEC, Brasília, 2000.
3. SOBRINHO, C. A. Informática no Ensino Fundamental: uma leitura de percepções docentes, Dissertação de Mestrado (1997), Departamento de Educação, PUC-RJ.

PROFESSOR DE FILOSOFIA

1. Introdução à filosofia: filosofia e o simbolismo da sabedoria. O que é filosofia.
2. Principais filósofos: Sócrates, Platão e Aristóteles.
3. A importância de estudar filosofia.
4. O que é conhecimento; escala evolutiva do conhecimento. Tipos de conhecimentos, conceitos. Senso comum, religião, técnica, arte, ciência e filosofia.
5. Conhecimento filosófico, Conhecer não se limita a relação entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido.
6. O pensamento filosófico, Para que o ser humano é educado? Características do pensamento filosófico: Reflexão, radical, rigorosa e conjunto.
7. A existência da ética e moral: senso de ética e consciência moral; juízo de fato e de valor; ética e violência; Os



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



constituintes do campo da ética.

8. A filosofia Moral: ética ou filosofia moral; o legado dos filósofos gregos: o racionalismo; o naturalismo; a inseparabilidade entre a ética e a política.

9. Razão, desejo e vontade; conceitos e objetivos. A ética das emoções e do desejo.

10. A interpretação nos dias atuais das rupturas em nossa sociedade: A questão das relações Étnico Raciais; A questão da diversidade sexual, quanto ao gênero; Quanto a inclusão social a educação especial. A questão da liberdade social

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA

1. DESCARTES, René. Princípios da filosofia. Portugal: Portos Editora, 2000.
2. CASTRO, Suzana. Introdução a filosofia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
3. MATTAR, João. Filosofia e ética na administração. São Paulo: Saraiva, 2006.
4. BITTAR, Eduardo C. B. Curso de filosofia do direito. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
5. CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13ª. ed. São Paulo: Ática, 2006.
6. TURNER, Jonathan H. Sociologia: conceitos e aplicações. São Paulo: Macron Books, 2000.
7. DIAS, Reinaldo. Introdução a sociologia. São Paulo: Pearso



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



ANEXO III – TIPOS DE PROVAS, QUANTIDADE DE QUESTÕES E PONTUAÇÃO.

Prova Objetiva para todas os cargos, Quantidade de Questões e Pontuação.

FUNÇÕES	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
NÍVEL SUPERIOR	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	10	2,0	20
	Matemática	05	2,0	10
	Legislação	05	2,0	10
	Conhecimentos Específicos	20	3,0	60
TOTAL		40		100



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA, SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL E LACTANTE.

Dados do candidato:

NOME:	
N.º INSCRIÇÃO:	RG:
CARGO:	
TELEFONE:	CELULAR:

CANDIDATA LACTANTE? ☐ SIM ☐ NÃO
Se sim, anexar cópia da certidão de nascimento da criança.

CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? ☐ SIM ☐ NÃO
Se sim, especifique a deficiência:

Nº do CID: _____
Nome do médico que assina do Laudo: _____
Nº do CRM: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? ☐ SIM ☐ NÃO

- ☐ SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA)
- ☐ MESA PARA CADEIRANTE
- ☐ SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE
- ☐ LEDOR
- ☐ TRANSCRITOR
- ☐ PROVA EM BRAILE
- ☐ PROVA COM FONTE AMPLIADA (FONTE TAMANHO 24)
- ☐ INTERPRETE DE LIBRAS
- ☐ OUTRA.QUAL? _____

ATENÇÃO: Esta declaração e a cópia do respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhados via Sedex ou carta com aviso de recebimento para a empresa para Excelência Seleções Ltda. – ME, Rua Arapongas, 60, Zona 08, Cep-87.050-420, Maringá/PR, até o último dia do período de inscrição, conforme disposto no Edital.

Rio do Sul - SC, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

Uso exclusivo da Excelência Seleções



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



ANEXO V – FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS

(imprimir duas vias, uma deverá constar dentro do envelope e outra para entrega ao fiscal no dia da prova objetiva)

NOME:	
CARGO:	
INSCRIÇÃO:	RG:
TELEFONE:	CELULAR:

Relação de Documentos entregues (assinar com um 'X')

() Título de Doutor na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____
() Título de Mestre na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____
() Diploma ou Certificado de conclusão de curso de Pós- graduação <i>lato sensu</i> (mínimo 360 horas) na área que está concorrendo.	
Documento Autenticado: () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

ATENÇÃO: Somente serão recebidos documentos constantes da relação acima. A entrega destes documentos é para efeito de pontuação extra que será somada à nota da prova escrita objetiva, nos termos deste edital. Os diplomas e certificados, que são requisitos básicos para as funções, serão exigidos em outra ocasião.

Rio do Sul /SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2019



ANEXO VI

MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, Cédula de Identidade nº _____, residente à Rua _____ nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado de _____, nome da mãe _____, Nº de Inscrição _____ venho requerer isenção do pagamento da taxa de inscrição do Concurso Público nº 001/2019, de Rio do Sul-SC, pois preencho os requisitos da Lei Estadual nº 17.457, de 10 de janeiro de 2018.

Declaro, neste ato, que a informação aqui prestada é a mais absoluta expressão da verdade, estando ciente que, caso contrário, estarei sujeito à pena de eliminação do concurso público.

Rio do Sul/SC, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

Uso exclusivo da Excelência Seleções & Concurso Públicos.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2019

Publicação Nº 2128258

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
046/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Cenira Tertuliano de Paula Pereira	Xxx.007.499-xx	177681
Herminio da Silva	Xxx.970.839-xx	178857
Moacir Pedro da Silva	Xxx.877.809-xx	109769

Rio do Sul, 19 de Agosto de 2019

LEONICE WITTE
Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 031/2019

Publicação Nº 2128044

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 031/2019
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

No dia 19/08/2019, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Protocolo nº 171468/2018
Recurso Ordinário nº 017/2019
Recorrente: Dionisio Maçaneiro
Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza
Redação do acórdão de acordo com o § 1º do Art. 42 do Regimento Interno:
Conselheiro Juliano Muller

DECISÃO: Através do voto de QUALIDADE do Presidente, dado provimento ao Recurso.

EMENTA: TRIBUTÁRIO – ISENÇÃO IPTU – IMÓVEIS COM ÁREA SUPERIOR A 30.000m² – PREENCHIDOS REQUISITOS – ART 198 INCISO XC – RECURSO PROVIDO.

Leonice Witte - Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

Portaria n.º 1114/DGP

Publicação Nº 2128013

PORTARIA Nº 1114/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) LUZIA ZONTA, matrícula n.º 78522-01, a qual ocupava o cargo de provimento efetivo Professor, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 31/05/2019, com base legal no Art. 40º, § 5º, da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 01/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 31/05/2019.

Rio do Sul, 29 de julho de 2019.
ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot
-

Portaria n.º 1214/DGP

Publicação Nº 2128014

PORTARIA Nº 1214/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) VENI APARECIDA NASCIMENTO, matrícula n.º 75469-01, a qual ocupava o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 25/05/2019, com base legal no Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 01/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 25/05/2019.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2019

Publicação Nº 2128576

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE RESGATE, COM RECURSOS DA JUSTIÇA FEDERAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 80/2007.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 02/09/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração e Fazenda

RESUMO DO CONTRATO Nº 197/2019

Publicação Nº 2128039

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 197/2019

Concorrência Pública Nº 118/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG LTDA

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua Patricio Noveleto – Trecho 2, bairro Barra do Trombudo, em Rio do Sul/ SC.

Valor: R\$ 2.244.799,27 (dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos);

Prazo de Vigência: 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da assinatura.

Recurso: 86.02.1078.4490.5198 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de agosto de 2019,
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 198/2019

Publicação Nº 2128041

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 198/2019

Tomada de Preço Nº 136/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG LTDA

Objeto: Execução do projeto de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da Estrada Geral Albertina – Trecho I, em Rio do Sul/ SC.

Valor: R\$ 850.889,94 (oitocentos e cinquenta mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos);

Prazo de Vigência: 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura.

Recurso: 86.02.1078.4490.5198 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de agosto de 2019,
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1253/2019**

Publicação Nº 2128856



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1253, DE 19 DE AGOSTO DE 2019**

Concede Licença por Motivo de Doença
em Pessoa da Família a Servidora
Heliana Duarte Prim

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 158, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e, no comunicado de afastamento do trabalho emitido pelo Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 15/08/2019 a 16/08/2019, a servidora HELIANA DUARTE PRIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Legislativa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de agosto de 2019.

ROBERTO ANDRADE
BASTOS:026885439
46

Assinado de forma digital por
ROBERTO ANDRADE
BASTOS:02688543946
Dados: 2019.08.19 16:48:59
-03'00'

ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral
(assinado digitalmente)

THAYNA
FIAMONCINI:0566
6277952

Assinado de forma digital por
THAYNA
FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2019.08.19 14:37:57
-03'00'

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa
(assinado digitalmente)

Portaria nº 1253/2019 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2018 DE 13/08/2018 DATA: 12/08/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME

Publicação Nº 2128964

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2018 de 13/08/2018

DATA: 12/08/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por lote - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME CNPJ 26.943.897/0001-80

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS – SC PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 13/08/2019

TÉRMINO: 13/08/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 47/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2018 DE 13/08/2018 DATA: 12/08/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2018 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

Publicação Nº 2128969

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2018 de 13/08/2018

DATA: 12/08/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2018 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME CNPJ 26.682.219/0001-01

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE – ACRÉSCIMO ITEM 37

INÍCIO: 12/08/2019

TÉRMINO: 03/09/2019

VALOR: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais)

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 56/2019-TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS (INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA INSTALAÇÃO E FIXAÇÃO),

Publicação Nº 2128962

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 56/2019

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS (INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA INSTALAÇÃO E FIXAÇÃO), conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 30/08/2019 - Hora: 08h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 30/08/2019 - Hora: 09h00min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 19 de agosto de 2019.

Roseli Samagaia

Secretária de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA FINALIDADE: EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INCLUINDO TODA A MÃO DE OBRA E MATERIAL NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO. ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS

Publicação Nº 2128961

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019.****MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia****FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INCLUINDO TODA A MÃO DE OBRA E MATERIAL NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO.****ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS**

Às horas 10h00min, do dia 19 (DEZENOVE) de Agosto de 2019, reuniram-se na sala de licitações do município de Rio dos Cedros, os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela portaria nº002/2019 composta por MIKAEL FELIPE SPIESS, DIEGO RICARDO FERNANDES e EDEGAR JEAN TESTONI, para procederem a abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas:

Empresa
WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP
RAFAEL DE ANDRADE ME
DBM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

Dando continuidade a sessão, a Comissão de Licitações procedeu à abertura dos envelopes de propostas, sendo as mesmas conferidas e rubricadas por todos os presentes. Em seguida, a Comissão analisou e verificou que as propostas apresentadas cumprem com o exigido no edital.

Os valores apresentados ficaram conforme o quadro abaixo:

Quadro Comparativo de Preço

Item:	1	Quantidade:	1	Unidade:	UNIDADE
Produto:	EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INCLUINDO TODA A MÃO DE OBRA E MATERIAL NECESSÁRIOS. ÁREA TOTAL DE 114,51 M², CONFORME PROJETOS E MEMORIAL ANEXOS AO EDITAL.				
Fornecedor	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Posição	Vencedor
WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP		R\$156.523,31	R\$156.523,31	1	Sim
DBM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI		R\$181.988,04	R\$181.988,04	2	Não
RAFAEL DE ANDRADE ME		R\$198.574,35	R\$198.574,35	3	Não

Em seguida, a Comissão analisou e verificou que as propostas apresentadas cumprem com o exigido no edital. A palavra foi colocada à disposição dos presentes para qualquer questionamento, sendo a mesma abdicada. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Rio dos Cedros, 19/08/2019.

MIKAEL FELIPE SPIESS
Presidente

DIEGO RICARDO FERNANDES
Membro

EDEGAR JEAN TESTONI
Membro

DITER BLOEDORN JUNIOR
DBM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

RAFAEL DE ANDRADE ME

WALTER TOMAZ MANTAU
WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA FINALIDADE: EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INCLUINDO TODA A MÃO DE OBRA E MATERIAL NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO. ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2128950

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INCLUINDO TODA A MÃO DE OBRA E MATERIAL NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO.

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

Às 09 (nove) horas, do dia dezenove de Agosto de 2019, reuniram-se na sala de licitações do(a) , os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela portaria nº 002/2019 composta por MIKAEL FELIPE SPIESS, EDEGAR JEAN TESTONI e DIEGO RICARDO FERNANDES, para procederem ao recebimento e abertura dos envelopes de habilitação das empresas:

Código	Nome Fornecedor
163830	WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP
197556	RAFAEL DE ANDRADE ME
198234	DBM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

Dando continuidade a sessão, a Comissão de Licitações procedeu à abertura dos envelopes de habilitação exigidos, sendo os mesmos analisados e rubricados por todos os presentes, onde verificou-se a regularidade e por consequência a habilitação das empresas acima citadas. Os representantes presentes denegam do direito de recurso quanto à habilitação. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Todas as informações pertinentes a essa licitação estarão disponíveis para consulta no site oficial do município (www.riodoscedros.sc.gov.br), diário oficial dos municípios (DOM) e no setor de licitações da municipalidade.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes. Rio dos Cedros, 19 de agosto de 2019.

MIKAEL FELIPE SPIESS Presidente	
EDEGAR JEAN TESTONI Membro	DIEGO RICARDO FERNANDES Membro

DBM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

RAFAEL DE ANDRADE ME

WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP

Rio Rufino

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 13/2019

Publicação Nº 2128052

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019 REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

O Município de Rio Rufino, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 95.991.071/0001-00, com sede a Rua José Oselame nº 209, em Rio Rufino/SC, representada por seu prefeito Municipal, Sr. THIAGO COSTA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a "Aquisição de 01 (uma) ESCAVADEIRA HIDRAULICA nova-zero". Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua José Oselame nº 209, centro. O Credenciamento será feito a partir das 13: h 45min do dia 02.09.2019. Abertura da sessão será às 14h00min do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br>. A Pregoeira juntamente com equipe de apoio e servidor capacitado prestarão os esclarecimentos necessários, e responderão às dúvidas e questionamentos suscitados exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitariorufino@hotmail.com, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões e também pelo fone 49 3279 0000. Rio Rufino, 19 de Agosto de 2019.

Marcia da Aparecida Kobeski – Pregoeira.

Romelândia

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO SOB Nº 1651/2019

Publicação Nº 2128103

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 1708/2019

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 1651/2019, para AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DE FANFARRA PARA A BANDA MIRIM DO MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Contratado: VALDECIR ZIGLIOLI Romelândia (SC), 15/08/2019. VALDIR BUGS – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SOB Nº 8/2019

Publicação Nº 2128026

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 1706/2019

O Município de Romelândia (SC) realizou Inexigibilidade de Licitação sob nº 8/2019, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICO/CULTURAL - INSTRUTOR DE FANFARRA PARA ENSINAR, TREINAR E ORGANIZAR A EQUIPE DA FANFARRA MUNICIPAL PARA O DESFILE EM COMEMORAÇÃO AO DIA 07 DE SETEMBRO. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Contratado: CINARA PICCINI CAPELLARI. Romelândia (SC), 15/08/2019. VALDIR BUGS – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 9500/2019

Publicação Nº 2128829

PORTARIA Nº 9500/2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO ao Servidor Público Municipal, Sr. MAICO EVANDRO SCOPEL, cargo de carreira OPERADOR DE MAQUINAS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2012 a 02 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 19 de agosto de 2019 a 16 de novembro de 2019, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 19 de agosto de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Saltinho

PREFEITURA

044/2019

Publicação Nº 2127835

Estado de Santa Catarina	
Município de Saltinho	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	044/2019 - ADITIVO
Contratado	1- PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, com endereço à Av. rio Branco, 1489 Campos Elíseos, São Paulo - Capital, aqui representada por Neide Oliveira Souza, CI nº 28.543.390 SSP/SP, CPF nº 205.408.568-51, residente na Rua Goianases nº 1238, São Paulo – SP.
Objeto	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do Contrato nº 045/2018, e alteração na descrição de alguns item do Objeto.
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores
Vigência do Contrato	27/07/2019 a 27/07/2020
Valor	R\$ 70.102.72 (setenta mil, cento e dois reais e setenta e dois centavos).
Assiantura: Deonir Luiz ferronato Pelo Município e Neide Oliveira Souza pela contratada	
Saltinho, 25 de julho de 2019.	
Deonir Luiz Ferronato	
Prefeito Municipal	

045/2019

Publicação Nº 2127836

Estado de Santa Catarina	
Município de Saltinho	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	045/2019
Contratado	MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA
CNPJ	03.836.739/0001-26
Endereço	São Paulo - SP
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO, ELETRÔNICO E PRESENCIAL PARA A VENDA DE BENS, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores
Vigência do Contrato	10/07/2019 a 09/07/2020
Assiantura: Deonir Luiz Ferronato Pelo Município e Ricardo Zani Santoro pela contratada	
Saltinho, 09 de julho de 2019	
Deonir Luiz Ferronato	
Prefeito Municipal	

046/2019

Publicação Nº 2127837

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SALTINHO	
EXTRATO DE CONTRATO	
CONTRATO Nº:	046/2019
Contratado:	GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA,
CNPJ/MF:	26.936.367/0001-05
Endereço:	ROD. 157, SN, KM 12, Novo Horizonte – SC

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO VISANDO A ADMISSÃO PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL, PARA 04 CARGOS, SENDO: FARMACÊUTICO, ENFERMEIRO, MOTORISTA E MÉDICO
Fundamento Legal:	Processo 050/2019- Pregão Presencial 041/2019
Vigência Da Ata:	05/11/2019
Recursos:	Secretaria de Administração, 33.90 – Aplicações Diretas R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)
Assinaturas: Deonir Luiz Ferronato, pelo Município e Arno Goldschmidt, pela Contratante	
Saltinho, 05 de agosto de 2019	
Deonir Luiz Ferronato	
Prefeito Municipal	

ERRATA LEILÃO 002/2019

Publicação Nº 2128516

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SALTINHOAVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA

Processo N.º 054/2019 – Leilão nº 002/2019

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o LEILÃO 002/2019 – decorrente do PROCESSO 054/2019, visando a ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações.

Objeto da ERRATA:
RETIRADA DO LOTE 07, da relação de lotes.

A sessão se dará no dia 04 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 10:00 HORAS, no Pátio Municipal. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, <https://www.saltinho.sc.gov.br> ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 19 de agosto de 2019. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

FMS 009/2019

Publicação Nº 2127833

Estado de Santa Catarina Município de Saltinho	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	FMS 009/2019
Contratado	FERNANDO PFEIFER NETO - ME
CNPJ	16.516.829/0002-62
Endereço	Av. Alfredo Jacomo Scopel, Nº 705, bairro: Centro, Saltinho/SC
Objeto	TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores
Vigência do Contrato	Rescisão com início em 10/07/2019
Assinatura: Deonir Luiz Ferronato Pelo Município e fernando pfeifer neto pela contratada	
Saltinho, 10 de julho de 2019.	
Deonir Luiz Ferronato	
Prefeito Municipal	

FMS 010/2019

Publicação Nº 2127834

Estado de Santa Catarina Município de Saltinho	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	FMS 010/2019
Contratado	FAIMA ANALISES CLINICAS LTDA
CNPJ	14.439.041/0001-74
Endereço	Avenida Alfredo Jacomo Scopel, Centro, Saltinho- SC
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLINICAS
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores
Vigência do Contrato	10/07/2019 a 31/12/2019
Recursos	04. Secretaria de Saúde 04.01 – Departamento de Saúde 2043 – Atenção de Média Complexidade e Ambulatorial 3390 – Aplicações Diretas
Valor	R\$ 37.500,00 (conforme produção realizada no mês)
Assiantura: Deonir Luiz Ferronato Pelo Município e Jader Lencina Fagundes pela contratada	
Saltinho, 10 de julho de 2019. Deonir Luiz Ferronato Prefeito Municipal	

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 0006/2019

Publicação N° 2128203

RESOLUÇÃO N.º 006/2019

"Publica resultado final da prova aplicada aos candidatos no Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares do Município de Santa Rosa de Lima e outras providências."

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santa Rosa de Lima, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Publicar resultado final da prova aplicada aos candidatos no Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares do Município de Santa Rosa de Lima.

Art. 2º – O resultado final da prova se apresenta da seguinte forma:

Nome do candidato	Nota	Observação
Abigail Santana Vandresen	10,0	CLASSIFICADO
Angelita Benedet Eller	9,0	CLASSIFICADO
Beatris Cristina Luchtenberg	7,0	CLASSIFICADO
Cassiana Coelho	9,5	CLASSIFICADO
Débora Lemkuhl Schotten	8,5	CLASSIFICADO
Graziela da Silva	8,5	CLASSIFICADO
Héliti Mohr	9,0	CLASSIFICADO
Iara da Silva Vandresen	7,5	CLASSIFICADO
Julia Wiggers	9,0	CLASSIFICADO
Juliana Costa Gomes da Costa	9,0	CLASSIFICADO
Rosinei Willemann Laurindo	9,0	CLASSIFICADO
Tânia Hermesmeier Thiede	9,5	CLASSIFICADO
Débora Nack	-----	FALTANTE
Josiane Philippi	-----	FALTANTE

Art. 3º – Oficializar a relação dos candidatos habilitados ao pleito eleitoral, conforme segue:

Nome do candidato	Número de Inscrição
Abigail Santana Vandresen	001
Angelita Benedet Eller	008
Beatris Cristina Luchtenberg	015
Cassiana Coelho	012
Débora Lemkuhl Schotten	009
Graziela da Silva	011
Héliti Mohr	013
Iara da Silva Vandresen	010
Julia Wiggers	004
Juliana Costa Gomes da Costa	014
Rosinei Willemann Laurindo	002
Tânia Hermesmeier Thiede	003

Art. 4º – A propaganda eleitoral é permitida a partir desta publicação e seguirá o disposto no Edital nº 01/2019 CMDCA e Lei Municipal nº 2.253/2019.

Art. 5º – A propaganda eleitoral SOMENTE poderá ser feita com santinhos constando APENAS número de inscrição, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

Art. 6º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Rosa de Lima, em 19 de agosto de 2019.

GRASIELE FERNANDES MATES

Presidente

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EDITAL 010/2019/CMDCA

Publicação Nº 2128779

EDITAL 010/2019/CMDCA

Divulga o resultado final da prova pertinente ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Santa Terezinha do Progresso, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Terezinha do Progresso e a Comissão Especial Eleitoral, no uso de suas atribuições legais RESOLVEM divulgar o resultado final da prova pertinente ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Santa Terezinha do Progresso, com as respectivas notas dos candidatos classificados, conforme se vê a seguir:

Nome do Candidato	Nota
Adriane Maria Spisker	8,5
Ana Carolina Alves de Farias Izeppi	8,0
Iluciane Secchi	10,0
Inês Israel da Silva Luneburger	9,0
Maristela De Vargas Bogorny	7,5
Silvana Ribeiro dos Santos Pinno	9,0
Teresinha Priebe Brandt	8,0

PUBLIQUE-SE.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 19 de Agosto de 2019.

Juliana Dal Mago

Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Juliana Dal Mago	Eroni Allebrandt	Andréia Francisca Ely Scherer
Cleusa de Souza Campos	Levi dos Santos	Ivanete Ely

EXTRATO TERMO ADITIVO 01/2019 AO CONTRATO 11/2019

Publicação Nº 2128257

TERMO ADITIVO Nº 01/2019 AO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019

TERMO ADITIVO DE CONTRATO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E POR O SR. CRISTIANO ADRIANO KRAUSE, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL NO CENTRO DA CIDADE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO PARA DEPÓSITO DE MATERIAIS (ALMOXARIFADO) DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019, PODENDO HAVER PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS CONFORME O ESTABELECIDO NO INCISO II DO ARTIGO 57 DA LEI Nº. 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, inscrito no CNPJ (MF) nº 01.612.847/0001-90, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, CEP 89.983-000, representado pelo Prefeito, Senhor DERLI FURTADO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 219.982.219-20, e RG nº 311.170, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: CRISTIANO ADRIANO KRAUSE inscrito no CPF sob o nº 061.316.099-18, residente e domiciliado na Rua Paranaíba nº 248, Toledo/PR, CEP: 85.913-040, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. JAIR IVAN KRAUSE, portador da Carteira de Identidade nº 8545227, e CPF nº 040.857.599-90, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada na procuração que o representa.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 11/2019, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e às seguintes cláusulas:

DA JUSTIFICATIVA

CLAUSULA PRIMEIRA – Tendo em vista que o processo licitatório foi homologado em 30 de janeiro de 2019, ficando desde o começo do ano sem a locação da sala, faz-se necessário portanto a liberação da dotação orçamentária tendo em vista que o contrato se encerra em 31 de dezembro de 2019 e a mesma não será utilizada neste processo. Solicitasse, portanto, a liberação da despesa bloqueada para não afetar os demais processos licitatórios.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica suprimido o objeto do contrato nº 11/2019 em 01 (um) mês, correspondente a 1.300,00 (um mil e trezentos

reais) de 01 de fevereiro de 2019, nos termos da justificativa do Município, que fazem parte integrante do presente termo de supressão do contrato.

DO PREÇO

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica suprimido o preço do contrato nº 11/2019 de 01/02/2019, com supressão de valor, sendo que o valor suprimido é de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Parágrafo único: O contrato nº 11/2019, com este termo aditivo nº 01/2019, totaliza o valor de R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições firmadas no Contrato Administrativo nº 11/2019 de 01 de fevereiro de 2019.

DO FORO

CLÁUSULA QUINTA - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo aditivo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santa Terezinha do Progresso/SC, aos 15 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO SANTA T. PROGRESSO DERLI FURTADO PREFEITO MUNICIPAL	JAIR IVAN KRAUSE CONTRATADA
---	--------------------------------

Testemunhas:

ELENICE ELECIR PORSCHE	WILLIAM JORGE DELALIBERA
CPF: 008.729.069-30	CPF: 101.271.559-02

Visto:

Eder Schlosser da Silva
OAB/SC 49.465

PL 100/2019 PP 62/2019

Publicação Nº 2129080

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP- Nº. 62/2019

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 02 de SETEMBRO de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS INCLUINDO PARTE MECÂNICA, PINTURA, FUNILARIA PARA CAMINHÃO, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 20 de agosto de 2019.
DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PL 98/2019 PP 60/2019

Publicação Nº 2129066

ALTERAÇÃO DE DATA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Fica alterada a data de abertura do PL nº. 98/2019, PP 60/2019, para a data de 30/08/2019, as 13:30, os demais itens do edital ficam inalterados.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 20 de agosto de 2019.
Derli Furtado
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO N. 06, HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO 001 2019**

Publicação Nº 2128900

DECRETO Nº06, de 19 de agosto de 2019.

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo 001/2019 e dá outras providências.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009.

Considerando a conclusão de todas as etapas do Processo Seletivo 001/2019 e que o procedimento seguiu fielmente o que previa o Edital do PS 001/2019;

DECRETA

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado o concernente ao Edital 001/2019,

Art. 2º - Publicada a classificação definitiva no Diário Oficial dos Municípios dia 16 de agosto de 2019.

Art. 3º - O Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 19 de agosto de 2019.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

SALETE INÊS WESCHENFELDER

Assessora Jurídica

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001 2019

Publicação Nº 2128906

TESTE SELETIVO Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ sob nº 07.138.946/0001-68, neste ato representado por seu Presidente VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos abaixo relacionado, a comparecerem junto ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida Tancredo Neves, 305, Sala 02, Centro da cidade de Santa Terezinha do Progresso, SC para assumirem os cargos para os quais foram aprovados no Processo Seletivo 001/2019.

CONVOCADOS	CARGOS
ADRIELI JANDREY	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ARIANI PAULA BONFANTI	TÉCNICO LEGISLATIVO
ALICE CLAIR STAUDT	CONTADOR

Os convocados deverão comparecer na Câmara de Vereadores no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a fim de tratar de sua contratação/admissão.

O presente edital de convocação entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 19 de agosto de 2019.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA 20

Publicação N° 2128954

PORTARIA N. 20, DE 18 DE JULHO DE 2019.

Restabelece o pagamento da remuneração de servidor público e dá outras providências.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

Considerando a Decisão Liminar proferida na Ação de Mandado de Segurança nº 5000096-81.2019.8.24.0013/SC

RESOLVE:

Art. 1º. Restabelecer o pagamento da remuneração do servidor afastado ADAGIR FREITAS, matrícula 540-01, ocupante da função de Técnico Legislativo, da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 18 de julho de 2019.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

SALETE INÊS WESCHENFELDER

Assessora Jurídica

PORTARIA 21

Publicação N° 2128956

PORTARIA N. 21, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Restabelece o pagamento da remuneração de servidor público e dá outras providências.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

Considerando a Decisão Liminar proferida na nº 5000206-80.2019.8.24.0013/SC;

Considerando o ofício nº 098/2019 do Gabinete do Prefeito,

RESOLVE:

Art. 1º. Restabelecer o pagamento da remuneração RENI JOSÉ BUFFON, ocupante do cargo de Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 19 de agosto de 2019.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

SALETE INÊS WESCHENFELDER

Assessora Jurídica

PORTARIA 22

Publicação Nº 2128957

PORTARIA N. 22, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Restabelece o pagamento da remuneração de servidor público e dá outras providências.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

Considerando a Decisão Liminar proferida na nº 5000193-81.2019.8.24.0013/SC;
Considerando o ofício nº 098/2019 do Gabinete do Prefeito,

RESOLVE:

Art. 1º. Restabelecer o pagamento da remuneração FRANCIELI LUDWIG, matrícula 515-01, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 19 de agosto de 2019.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

SALETE INÊS WESCHENFELDER
Assessora Jurídica

PORTARIA N. 19

Publicação Nº 2128951

PORTARIA N. 19, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Restabelece o pagamento da remuneração de servidor público e dá outras providências.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

Considerando a Decisão Liminar proferida na Ação de Mandado de Segurança nº 5000070-83.2019.8.24.0013/SC

RESOLVE:

Art. 1º. Restabelecer o pagamento da remuneração da servidora afastada ELIANE LAURA ROHDEN, matrícula 558-01, Contadora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos ao dia 25 de junho de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 15 de julho de 2019.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

SALETE INÊS WESCHENFELDER
Assessora Jurídica

Santiago do Sul

PREFEITURA

01-2019 EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Publicação Nº 2128304

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 024/2017 de 02 de janeiro de 2017, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições para Credenciamento de Pessoas Jurídicas, para o Fornecimento de Refeições para Servidores e/ou Agentes Políticos do Município de Santiago do Sul e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras na Prefeitura de Santiago do Sul, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, das 07h30m às 11h30m, das 13h00min às 17h00min, no período de 19 de agosto a 30 de Dezembro de 2020.

DO OBJETO

1. Os objetos do presente Edital são:

Item 01 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC, PARA OS SERVIDORES E/OU AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL/SC, especificadas na forma descrita no Anexo I deste Edital.

2. Poderão credenciar-se a prestar os serviços, pessoas jurídicas, privadas ou públicas, desde que apresentada toda a documentação necessária. O credenciamento se dará após a aprovação do pedido de inscrição na forma deste edital, com análise técnica e deferimento do requerimento.

DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3. Para fins de inscrição, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

I- Contrato Social;

II- Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III- Alvará Sanitário, segundo legislação vigente;

IV - Alvará de licença e localização fornecido pelo Município da sede do estabelecimento;

V- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do credenciado, através das respectivas Certidões Negativas;

VI- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

VIII - Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, em cumprimento do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (modelo) ANEXO II

IX- Anexo I com cotação de valores e itens disponíveis para o fornecimento das refeições.

X- Os documentos exigidos para a habilitação/credenciamento deste edital deverá ser em envelope fechado, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CREDENCIAMENTO Nº 01/2019
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:
DATA DE ENTREGA:

DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4. Para execução dos serviços serão observadas as seguintes condições:

I. Os serviços credenciados serão prestados através de locais apropriados para serem feitas as refeições.

II. O Credenciado deverá cobrar do servidor e/ ou agente político qualquer complementação excedente aos valores pagos pelo Município pelos serviços prestados a partir deste credenciamento.

III. É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal técnico e habilitado para a execução do objeto contratado, bem como a quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município.

IV. As refeições poderão ser realizadas durante os dias da semana, conforme necessidades do Município.

V. O Município reserva-se o direito de fiscalizar o fornecimento através do Setor de Controle Interno.

Em caso de desatendimento aos requisitos constantes no presente Edital ou havendo inadequada prestação do serviço credenciado, o Município, através de procedimento administrativo específico, assegurada a ampla defesa e o contraditório poderá proceder ao descredenciamento da empresa.

VI. Os direitos e obrigações decorrentes deste Edital serão objeto de Termo de Credenciamento, na forma da minuta do Anexo III, o qual conterá as cláusulas e disposições expressas neste Edital.

VII. O Termo de Credenciamento firmado poderá ser rescindido antes do termo final, desde que com prévio aviso justificado, por escrito, de no mínimo 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

DO PAGAMENTO

5. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços conforme o número de refeições efetuadas e o valor constante no Anexo I do presente Edital para cada refeição, mediante apresentação pelo

credenciado das notas fiscais correspondentes, sem emendas ou rasuras, destacando a quantidade de refeições, acompanhada das autorizações de almoços, assinada pelo secretário responsável;

I- O preço dos serviços a serem contratados será fixo e irrevogável até 31/12/2020 sendo que, em caso de prorrogação do contrato, os preços dos serviços ora contratados poderão ser reajustados pelo índice acumulado do IGP-M dos últimos 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA:

6. O presente objetivo é a celebração de contrato para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 30/12/2020, podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses sucessivos até 60 (sessenta) meses, com fundamento legal no que estabelece o Art. 57 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

I- O credenciamento das empresas interessadas poderá ocorrer a partir do dia 19/08/2019 até as 17:00 horas do dia 31/12/2020, de qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7. Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.028 – MANUT. DAS ATIVID. DA UNID. SANITÁRIA

3.3.90.39.41.- FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

8. Após o credenciamento, a Administração Municipal no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento (minuta do Termo de Credenciamento).

DISPOSIÇÕES FINAIS:

9. Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

10. O (A) credenciado (a) que se recusar a executar os serviços ora credenciados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda ao descredenciamento.

11. - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Tabela com os valores

Anexo II - Modelo de declaração de não emprego de menores

Anexo III - Minuta do Termo de Credenciamento;

12. O processo de credenciamento, os termos de credenciamento e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontra-se a disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13 às 17horas , através dos telefones (49) 3345-3016, ou pessoalmente (Rua Ângelo Toazza, nº 600) junto ao Centro Administrativo Municipal.

Santiago do Sul/ SC, 19/08/2019.

Vilso Casagrande

Gestor FMS

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE: _____

DATA DE ENTREGA: ____/____/2019

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIT
1	Fornecimento de refeição em restaurante localizado na cidade de Chapecó/SC, sendo cardápio do dia com no mínimo 02 tipos de carne: carne bovina, suína e/ou frango. No mínimo 03 tipos de Acompanhamentos: arroz, massa/macarrão, pão, farofa de legumes, batata palha, feijão, lasanha, mandioca, ervilha e no mínimo 04 tipos de Saladas (alface, tomate, cenoura, beterraba, maionese de batata, couve, etc), acompanhado de 01 (uma) água mineral de 500ml ou 01 (um) suco de frutas.	20,00

Quantitativo das refeições do mês serão utilizados conforme a necessidade das Secretarias Municipais. O prestador deverá disponibilizar o acesso conforme necessidade dos servidores, quando estes estiverem a serviço da Administração Municipal de Santiago do Sul.

O quantitativo tem como parâmetro as refeições que eventualmente podem ser utilizadas durante um ano, prazo este de vigência do contrato, SENDO:

Fundo Municipal de Saúde: 1000 refeições

Total: 1000 refeições.

Data: _____

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

_____, inscrito no CNPJ/CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos. Ressalva: emprega menor, a partir de

quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data:

Carimbo da Empresa e Assinatura

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2019

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço de sua Sede Administrativa à Rua Ângelo Toazza, 600, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.781/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI, doravante denominada simplesmente de CREDENCIANTE, e a

Empresa..., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na ..., - na cidade de - , inscrita no CPF ou CNPJ nº, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr., brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº, portador da Cédula de Identidade nº, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I

O presente instrumento tem por objeto o:

Item 01 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PARA OS SERVIDORES E/OU AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL/SC, especificadas na forma descrita no Anexo I deste Edital.

Os quantitativos serão estabelecidos conforme a necessidade do município de Santiago do Sul em conformidade com a tabela que segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIT
1	Fornecimento de refeição em restaurante localizado na cidade de Chapecó/SC, sendo cardápio do dia com no mínimo 02 tipos de carne: carne bovina, suína e/ou frango. No mínimo 03 tipos de Acompanhamentos: arroz, massa/macarrão, pão, farofa de legumes, batata palha, feijão, lasanha, mandioca, ervilha e no mínimo 04 tipos de Saladas (alface, tomate, cenoura, beterraba, maionese de batata, couve, etc), acompanhado de 01 (uma) água mineral de 500ml ou 01 (um) suco de frutas.	20,00

O prestador deverá disponibilizar o acesso conforme necessidade dos servidores e/ou agentes políticos quando estes estiverem a serviço do Município.

CLÁUSULA II - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

A CREDENCIADA deverá prestar os serviços de fornecimento de refeições na sede da empresa conforme necessidade do Município. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31/12/2019, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência da CREDENCIADA, por iguais e sucessivos períodos de 12(doze) meses, até o limite de (60) sessenta meses (art. 57, II, da Lei n.º 8.666-93).

CLÁUSULA III - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de refeições, mensalmente, e, para o pagamento, a CREDENCIADA deverá apresentar a nota fiscal acompanhada das autorizações para almoço, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, destacando a quantidade e valor. Os valores serão pagos a CREDENCIADA, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter durante a vigência deste Termo, às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço será de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE; e
- b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA V- DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

2004 – MANUT. DAS ATIVID. DA SECRETARIA MUNICIPAL

3.3.90.39.410000 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA VII - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 01/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA VIII - DA RESCISÃO

A rescisão deste termo ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no

Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA IX- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Quilombo - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma.

Santiago do Sul/SC, ____ de _____ de 2019.

Vilso Casagrande
Gestor FMS

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

AVISO CREDENCIAMENTO FMS 02-2019

Publicação N° 2128112

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 02/2019

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o a tabela de valores do SUS, de acordo, com o artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, torna público que encontra-se aberto edital de credenciamento para a prestação de serviços na área de saúde para o exercício de 2019/2020.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de saúde, visando a realização de exames de Anatomia Patológica e cito patologia para o exercício de 2019/2020.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos das empresas interessadas, serão recebidos a partir do dia 19/08/2019 até 31/12/2020, no horário de expediente.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Santiago do Sul-SC
Setor de Licitações, Rua Angelo Toazza, 600, Centro, Santiago do Sul, SC.

HORÁRIO: das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira
Telefone nº. (49) 33453000

Santiago do Sul, 19 de agosto de 2019

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL N° 02/2019

1 – PREÂMBULO

1.1 – O Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que estão abertas, à partir de 19 de agosto as inscrições para o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames de Anatomia Patológica e cito patologia.

2 – DOS SERVIÇOS

2.1 – Prestações de serviços de exames de Anatomia Patológica e cito patologia para o Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul-SC, conforme definido no Anexo "III" deste Edital.

3 – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.1 - Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior pessoas jurídicas privadas ou públicas, lucrativas ou não, desde que atendidas as disposições deste Edital.

3.2 - O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos da Minuta de Contrato (anexo "II", deste edital) a ser firmado entre as partes.

4 – DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS

4.1 - Os usuários dos serviços referidos no item 2, são usuários do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santiago do Sul-SC.

4.2 - O credenciamento objetiva oferecer aos usuários o direito de escolher quem lhes prestará os serviços pretendidos, baseados nas suas necessidades e no grau de confiança depositado no profissional ou instituição escolhida.

5 – DO CREDENCIAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

5.1 - As condições do credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Fundo Municipal de Saúde são universais e, portanto, sob mesmas condições para todos, razão pela qual são firmadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto o Fundo Municipal de Saúde como os prestadores de serviços, após o seu credenciamento.

5.2 - O credenciamento se dará após a análise e aprovação dos documentos anexados ao requerimento de inscrição anexo "I", por uma Comissão de Credenciamento e firmado através do Termo de Contrato, anexo "II" deste Edital.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

6.1 - As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 19 de Agosto de 2019, através da entrega da solicitação de Credenciamento acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- d) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, relativa ao domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal.
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.
- g) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente.
- h) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- j) Declaração de que a empresa atende o disposto no Inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal.
- k) Declaração de concordância com as normas e Tabela de Valores para Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, devidamente assinada pelo proponente. (SUS)
- l) Comprovação dos dispor de profissional responsável devidamente inscrito nos Conselho Regional de Medicina.

6.2 – Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original.

6.3 - No caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93) sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.

6.4 - A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.5 - Cumpridos os requisitos de qualificação acima identificados, será elaborado o "Contrato de Prestação de Serviços", nos termos da minuta que consta do Anexo II, deste edital, onde serão estabelecidas as condições para prestação dos serviços, as limitações na sua prestação e os preços pactuados.

7 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Credenciamento será até 31 de dezembro de 2020, com início após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo que para efetuar o desc credenciamento o Profissional deverá enviar requerimento de desc credenciamento endereçado à autoridade do Fundo Municipal de Saúde, com um prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.

7.2 - A prorrogação prevista no subitem 7.1 deverá ser requerida pelo órgão interessado ou pela contratada no prazo de até 30 (trinta) dias anteriores a data do término da vigência do respectivo Termo de Contrato.

8 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 - A prestação do(s) serviço(s) objeto dar-se-á de acordo com a solicitação expedida pelo Fundo Municipal de Saúde.

8.2 - Os laudos dos exames laboratoriais deverão ser disponibilizados on line, no prazo entre a coleta do material e o resultado conclusivo deverá ser no mínimo necessário para a realização da análise, de acordo com critérios técnicos.

8.4 – O transporte das coletas é de responsabilidade da credenciada.

9 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

9.1 – Os preços serão reajustados de acordo com a TABELA SUS.

10 – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - A remuneração dos serviços previstos no item 2 se dará unicamente com base na Tabela de Valores para Credenciamento (Anexo "III").

10.2 - O pagamento será feito com recursos próprios ou de convênio, mensalmente, sempre até o 10º dia útil de cada mês subsequente

à entrega dos serviços, após a apresentação das respectivas notas fiscais por parte do(s) fornecedor(es), devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

10.3 - É expressamente proibido qualquer tipo de cobrança de exames laboratoriais diretamente dos usuários, salvo os que não constem na Tabela de Valores para Credenciamento (Anexo "III")

10.4 - A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento dos serviços correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2019:

Órgão/Unid: 05.01- Fundo Municipal de Saúde
Proj/At.: 2.028 (64/2019) Manutenção das Atividades da Unidade de Saúde
13.3.90.00.00.00.00.00.0.338
RECURSOS SUS/UNIÃO/EMENDA COLETIVA
Cta:33.586-X AG.1393-5 BBS/A

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Esclarecimentos relativos ao presente Edital de Credenciamento e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul-SC, Rua Angelo Toazza, 600, Centro, ou através do telefone (49) 3345 3000, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

11.2 – O Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul reserva-se o direito de anular ou revogar o presente edital, nos termos do art. 49 da lei nº 8.666/93.

11.3 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Santiago do Sul-SC, não serão consideradas como motivos para impugnações.

11.4 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis.

11.5 - A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições.

11.6 - As interessadas participantes deste credenciamento desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

11.7 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Joaçaba/SC, excluído qualquer outro.

12 - DOS ANEXOS AO EDITAL

12.1 - Integram o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO;
- b) MINUTA DE CONTRATO.

Santiago do Sul-SC, 19 de agosto de 2019.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 0001/2019

ANEXO "I"

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Requerente: _____
Endereço: _____ Fone: _____
CNPJ: _____
Sócio Proprietário: _____
CPF: _____ RG: _____
Especialidade Requerida: _____

DOCUMENTOS APRESENTADOS

- () Cópia do Ato Constitutivo () Registro Comercial (empresa individual)
- () Certidão Neg. Dívida Ativa União () Inscrição de Ato Constitutivo
- () Certidão Neg. Débitos Estaduais () Certidão Neg. Tributos Federais
- () Certidão Negativa INSS () Certidão Neg. Débitos Municipais
- () Certidão Neg. Falência e Concordata () Certidão Negativa FGTS
- () Declaração de Concordância com () Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Normas e Tabela. () Atestado Residência Médica

Conta corrente nº _____ Agência _____ Banco _____
_____ - SC, ____/____/2019.

_____ Visto em ____/____/____
Assinatura Requerente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 02/2019

ANEXO "II"

MINUTA - TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2019

Termo de contrato de prestação de serviços de exames laboratoriais que fazem entre si o Município de _____, SC e a empresa

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE através do MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Ângelo Toazza, 600, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado por seu Gestor Municipal, Sr. VILSO CASAGRANDA.

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede a Rua, da cidade de - .., neste ato representada pelo seu, Sr., CPF n.º

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O CONTRATADO fornecerá serviços de exames laboratoriais, tudo conforme Edital de Credenciamento Universal nº 01/2019, o qual constitui parte integrante do presente contrato.

0.2. A aquisição ocorrerá de forma parcelada durante o exercício de 2019, nas quantidades indicadas nas autorizações de fornecimento expedidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

1.1. A prestação dos serviços objeto deste Contrato dar-se-á de acordo com a solicitação expedida pelo Fundo Municipal de Saúde.

1.2. A Contratada deverá atender os usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

1.3. Os laudos dos exames laboratoriais deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 20 (vinte dias), sendo acatado prazo mais dilatado para aqueles exames de maior complexidade, que exigem prazo mais longo para a expedição dos laudos, ou em casos de campanha.

1.4. O armazenamento e o transporte das coletas é de responsabilidade da credenciada.

1.5. As coletas deverão ocorrer no mínimo uma vez por semana, no horário de funcionamento da Unidade de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Em pagamento ao objeto da contratação, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os valores conforme consta da Tabela SUS, e os códigos por amostra conforme consta no anexo 'III'.

2.2. O Município efetuará o pagamento dos produtos fornecidos até o 10º dia útil de cada mês subsequente à entrega dos produtos, após a apresentação das respectivas notas fiscais por parte do(s) fornecedor(es), devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

2.3. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou, no caso de pagamento com recursos de outras esferas de governo, depositado em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

2.4. Os preços serão reajustados de acordo com a Tabela SUS.

2.5. É expressamente proibido qualquer tipo de cobrança de exames laboratoriais diretamente dos usuários.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do Credenciamento será dezembro 2020, com início após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo que para efetuar o descredenciamento o Profissional deverá enviar requerimento de descredenciamento endereçado à autoridade do Fundo Municipal de Saúde, com um prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.

3.2. A prorrogação prevista no subitem 7.1 deverá ser requerida pelo órgão interessado ou pela contratada no prazo de até 30 (trinta) dias anteriores a data do término da vigência do respectivo Termo de Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do orçamento do Município de Santiago do Sul, SC, aprovado para o exercício de 2019, através da seguinte classificação:

Órgão/Unid: 05.01- Fundo Municipal de Saúde
Proj/At.: 2.028 (64/2019) Manutenção das Atividades da Unidade de Saúde
13.3.90.00.00.00.00.0.338
RECURSOS SUS/UNIÃO/EMENDA COLETIVA
Cta:33.586-X AG.1393-5 BBS/A

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

5.1. A contratante reserva-se o direito de efetuar a mais ampla fiscalização do fornecimento dos serviços contratados, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, bem como as questões de segurança na entrega dos serviços, não excluindo-se da contratada a responsabilidade por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A CONTRATADA deverá:

- a) Dispor dos serviços, objeto do presente contrato, na sede do Município;
- b) Promover todas as ações para a boa execução e eficiência no fornecimento, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais de segurança.
- c) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. A contratada não poderá sublocar ou transferir o presente contrato, sob pena de rescisão automática.

6.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora de 0,33% ao dia, limitado a 20%, calculado sobre o saldo contratual.

6.4. A multa que alude o item 7.3. não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas no item 7.5.

6.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 10%, calculado sobre o saldo contratual.
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Santiago do Sul, SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

6.6. Os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do presente contrato ficarão integralmente ao encargo da CONTRATADA nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração;

CLÁUSULA NONA – DA SUCESSÃO

9.1. O contrato obriga as partes intervenientes e seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ADITAMENTOS

10.1. Ainda, por vontade comum das partes, poder-se-á celebrar aditamentos ao presente instrumento, para ajustar situações novas e, ou situações não previstas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Quilombo- SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

12.1. Celebram o presente contrato nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (atualizada pelas Leis Federais n.ºs 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.1998).

12.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas. Santiago do Sul, 19 de agosto de 2019.

Fundo Municipal de Saúde Contratado

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

De acordo com o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, dou o presente como aprovado.

TABELA DE CODIGOS POR AMOSTRA
ANEXO "III"

AMOSTRA	NOMECLATURA SISREG	CÓDIGO SIGTAP	QTD. DE LANÇAMENTOS
CITOPATOLÓGICO (MULHERES EM OUTRA FAIXA ETÁRIA)	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL E MICROFLORA	203010019	1 X
CITOPATOLÓGICO (MULHERES ENTRE 25 E 64 ANOS)	CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL DE RASTREAMENTO	203010086	1 X
COLO UTERINO (Pólipos e biópsia)	EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO DO COLO UTERINO- BIOPSIA	020302008	1 X

TOMADA DE PREÇOS - 04-2019 REDE ADUTORA.

Publicação Nº 2128524

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº. 67/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2019.
Objeto: Execução de Obra Tipo Global para construção de rede adutora, padrão de energia elétrica bifásica, encanamento e serviço de instalação de moto bomba e conjunto de equipamentos para Poço tubular profundo em Linha Madoglio na Propriedade Jacir Lunedo, visando abastecimento de água para moradores das linhas Madoglio, Progresso e Molossi. Execução conforme, projeto, memorial descritivo e planilha quantitativa e orçamentaria anexa.
Entrega dos Envelopes: Até 08:45 horas do dia 04 de Setembro de 2019.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04 de Setembro de 2019.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 16 de Agosto de 2019.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

DECRETO N° 6.613/2019

Publicação N° 2128234

DECRETO N° 6.613, de 19 de Agosto de 2019.

NOMEA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 23 e seguintes, da Lei Complementar n° 060/09, resolve

NOMEAR :

MARCOS ANTONIO SOARES, brasileiro, casado, CPF 550.850.089 - 87, para o cargo efetivo de Assistente Administrativo, ANMS-I-A, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 19 de Agosto de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 15.035/2019

Publicação N° 2128233

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA N° 15.035, de 19 de Agosto de 2019.

DESIGNA SERVIDORA

O Secretário da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar n° 060, de 17/12/2009

FERNANDA MADALENA MEDEIROS DA SILVA, para lecionar aulas excedentes no 4º ano da Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff, a partir de 19/08/2019 à 19/12/2019, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 19 de Agosto de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.036/2019

Publicação Nº 2128232

PORTARIA Nº 15.036, de 19 de Agosto de 2019.

DESIGNA ESTAGIÁRIA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º da Lei Comp. nº 60, de 17 de Dezembro de 2009, resolve

D E S I G N A R :

MICHELLE DE ALMEIDA LEGAL, brasileira, estudante, para desempenhar atividades junto a Secretaria Municipal da Educação e Esportes, com jornada de estágio igual a seis horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 19/08/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 19 de Agosto de 2019.

EDESIO JUSTEN

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019 - EMHAB

Publicação Nº 2128585

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do seu Diretor Presidente Sr. Vilson Altivo Torres Fenner, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações, nos termos do Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, que receberá até às 08:30 horas do dia 04 de setembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal, rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE HABILITADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS PLANIALMÉTRICOS GEORREFERENCIADOS PARA FINS DE UNIFICAÇÃO, RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS, COM A ELABORAÇÃO DE MAPAS, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS ÁREAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ÁREAS EM QUESTÃO SÃO: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BELA ALIANÇA, LOTEAMENTO SERRA ALTA, LOTEAMENTO PES-SEGUEIROS E LOTEAMENTO BOA ESPERANÇA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo pelo site da Prefeitura, no endereço: <http://saobentodosul.atende.net>, obter maiores informações na Empresa Municipal de Habitação - EMHAB horário das 07:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2019.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro Municipal

VILSON ALTIVO TORRES FENNER

Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2019

Publicação Nº 2128581

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2019

MENOR PREÇO POR LOTE

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 5 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 02 de Setembro de 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E FILTROS COM TROCA PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, EMHAB, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR E BOMBEIROS PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou pelo site saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 19 de Agosto de 2019.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
SECRETÁRIO INTERINO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

ADELINO DENK
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

MARGARETH BAYERL KEISER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ALISSON ANTONIO HASTREITER
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VILSON ALTIVO TORRES FENNER
EMHAB

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
PREGOEIRO

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2019

Publicação Nº 2128015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2019

NO EDITAL HOUVE ALTERAÇÕES QUANTO AO HORÁRIO DE ABERTURA:

ONDE SE LÊ:

... que fará realizar no dia 23 de agosto de 2019, às 09 horas e 00 minutos, na sede da municipalidade...

As propostas e Documentos serão recebidos pelo serviço de protocolo deste município até as 08 horas e 30 minutos de 23 de agosto de 2019, no horário de expediente externo e após a entrega dos envelopes...

LEIA-SE:

... que fará realizar no dia 23 de agosto de 2019, às 14 horas e 00 minutos, na sede da municipalidade...

As propostas e Documentos serão recebidos pelo serviço de protocolo deste município até as 13 horas e 30 minutos de 23 de agosto de 2019, no horário de expediente externo e após a entrega dos envelopes...

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERANDO A ABERTURA DAS PROPOSTAS REFERENTES AO PREGÃO Nº 146/2019, PARA O DIA 23 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS, SENDO QUE O RECEBIMENTO DE PROPOSTA SERA ATÉ AS 13:30 HORAS.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

DECRETO N° 1447/2019

Publicação N° 2128416

DECRETO N° 1447, 19 DE AGOSTO DE 2019.

CONVOCA A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município,

DECRETA:

Art. 1º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul- COMSEA, em reunião ordinária do dia 09 de agosto de 2019, fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º. Tendo como tema central da Conferência: "VOZES, DIREITOS E FOME".

Art. 3º. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será realizada no dia 26 de Setembro de 2019, no auditório da Secretaria Municipal de Educação das 13:00h às 18:00h.

Art. 4º. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será presidida e coordenada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul- COMSEA.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO N° 1448/2019

Publicação N° 2128427

DECRETO N° 1448, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte Dotação:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

3350410000 - Contribuições (01000100) R\$ 87.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

3390310000 - Premiações cult., art., cient., esportivas e outras (01000100) R\$ 87.000,00

Art. 3º. Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1449/2019

Publicação N° 2128429

DECRETO N° 1449, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões, quinhentos mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

4490520000 - Equipamentos e material permanente (01010001) R\$ 1.300.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01010001) R\$ 700.000,00

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 500.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01010001) R\$ 2.500.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI N° 4122/2019

Publicação N° 2128392

LEI N° 4122, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER PAGAMENTO REFERENTE A DANOS CAUSADOS PELO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais insculpidas na Lei Orgânica do Município, Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ressarcir os danos causados aos munícipes abaixo listados, comprovada a responsabilidade do Município, conforme Leis Municipais nº 3435/2014 e nº 4.070/2019:

I - Edela Rutzen Muchau: Processo Administrativo nº 7548/2015, no valor de 62,26 UFM (sessenta e dois vírgula vinte e seis unidades fiscais municipais).

II - Luis Carlos Fardoski: Processo Administrativo nº 1590/2016, no valor de 124,45 UFM (cento e vinte e quatro vírgula quarenta e cinco unidades fiscais municipais).

III - Fredolino Marchallek: Processo Administrativo nº 3553/2015, no valor de 40,67 UFM (quarenta vírgula sessenta e sete unidades fiscais municipais).

IV - Elaine Cristina Tremba: Processo Administrativo nº 3309/2018, no valor de 88,31 UFM (oitenta e oito vírgula trinta e um unidades fiscais municipais).

V - Lotário Mareth: Processo Administrativo nº 2608/2015, no valor de 317,43 UFM (trezentos e dezessete vírgula quarenta e três unidades fiscais municipais).

VI - Adalto Diego Barbosa: Processo Administrativo nº 1678/2015, no valor de 87,56 UFM (oitenta e sete vírgula cinquenta e seis unidades fiscais municipais).

VII - Edair Cardoso da Silva: Processo Administrativo nº 5124/2016, no valor de 184,41 UFM (cento e oitenta e quatro vírgula quarenta e um unidades fiscais municipais).

Art 2º Caso o munícipe possua qualquer débito fiscal ou extrafiscal com o Erário Público Municipal, a indenização a ser paga pelo ente público responsável deverá ser compensada com tal débito e, sendo este menor do que o valor a ser recebido, deverá ser feito o pagamento da diferença verificada.

Parágrafo Único. A compensação poderá se realizar entre todos os entes da Administração Pública Municipal, de forma recíproca, cabendo a estes promover as formalidades legais e contábeis para tanto.

Art. 3º Os munícipes elencados no artigo 1º desta lei deverão declarar expressamente que, uma vez ressarcido o prejuízo, conferem plena quitação de quaisquer outros danos, inclusive morais, não podendo mais discutir administrativa ou judicialmente o mesmo fato.

Parágrafo único. Caso o interessado não aceite dar quitação integral dos danos sofridos, não poderá receber quaisquer pagamentos por parte do Poder Executivo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar os demais atos necessários à efetivação do pagamento previsto nesta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 4123/2019

Publicação Nº 2128395

LEI Nº 4123, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DO SAMAE, A PROMOVER PAGAMENTO REFERENTE A DANOS CAUSADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais insculpidas na Lei Orgânica do Município, FAÇO saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do SAMAE, autorizado a ressarcir o valor dos danos causados aos munícipes abaixo listados, comprovada a responsabilidade do SAMAE, conforme Leis Municipais nº 3435/2014 e nº 4.070/2019:

I - Carla Daiane de Melo Corpolato: Processo Administrativo nº 19988/2018, no valor de 502,89 UFM (quinhentos e dois vírgula oitenta e nove unidades fiscais municipais).

II - Clésio Antonio Weiss: Processo Administrativo nº 948/2018, no valor de 12,72 UFM (doze vírgula setenta e duas unidades fiscais municipais).

III - Milton Luiz Roesler: Processo Administrativo nº 17268/2018, no valor de 1.200 UFM (mil e duzentas unidades fiscais municipais).

Art. 2º Caso o munícipe possua qualquer débito fiscal ou extrafiscal com o Erário Público Municipal, a indenização a ser paga pelo ente público responsável deverá ser compensada com tal débito e, sendo este menor do que o valor a ser recebido, deverá ser feito o pagamento da diferença verificada.

Parágrafo Único. A compensação poderá se realizar entre todos os entes da Administração Pública Municipal, de forma recíproca, cabendo a estes promover as formalidades legais e contábeis para tanto.

Art. 3º Os munícipes elencados no artigo 1º desta lei deverão declarar expressamente que, uma vez ressarcido o prejuízo, conferem plena quitação de quaisquer outros danos, inclusive morais, não podendo mais discutir administrativa ou judicialmente o mesmo fato.

Parágrafo único. Caso o interessado não aceite dar quitação integral dos danos sofridos, não poderá receber quaisquer pagamentos oriundos dos fatos discutidos nos processos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, através do SAMAE, autorizado a praticar os demais atos necessários à efetivação do pagamento previsto nesta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 1 – Serviços Administrativos

Ação: 2063 – Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

Modalidade de Aplicação: 33390930000000000000 02060000 – Indenizações e Restituições

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 4124/2019

Publicação Nº 2128402

LEI Nº 4124, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA O § 2º DO ARTIGO 27 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.398, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o § 2º do artigo 27 da Lei nº 1.398, de 27 de setembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.....

.....

.....

§ 2º A liberação da carta de habite-se fica condicionada ao lançamento do imposto devido na forma deste artigo.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 4125/2019

Publicação Nº 2128409

LEI Nº 4125, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

CRIA O “SELO EMPRESA AMIGA DA BICICLETA” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL, estado de Santa Catarina aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o “Selo Empresa Amiga da Bicicleta”, a ser conferido às entidades de Direito Privado que disponibilizarem aos seus funcionários e/ou clientes, bicicletários, armários e vestiários adequados aos ciclistas.

Art. 2º. O “Selo Empresa Amiga da Bicicleta” visa fomentar e identificar empresas que incentivem seus funcionários e clientes a utilizarem a bicicleta como um meio de transporte no município. Os principais objetivos do Selo são:

I – estimular o uso diário da bicicleta, em especial no deslocamento para o trabalho;

II – democratizar os espaços públicos;

III – melhorar a qualidade de vida da população;

IV – reduzir o tráfego de veículos e consequentemente a poluição em geral.

Art. 3º. Para o recebimento do selo de que trata esta Lei, caberá à entidade:

I – comprovar a existência, em suas dependências, para seus funcionários e/ou clientes, de bicicletários, armários e vestiários adequados aos ciclistas;

II – fazer a manutenção periódica dos requisitos descritos no inciso I.

Art. 4º. O “Selo Empresa Amiga da Bicicleta” terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado, estando em conformidade com o Art. 3º, incisos I e II.

Art. 5º. Será criada uma logomarca para as empresas certificadas estarem aptas a fazer a divulgação física e eletrônica da condição de “Empresa Amiga da Bicicleta”.

Parágrafo único. A logomarca poderá ser utilizada pela empresa em produtos e material publicitário.

Art. 6º. Caberá ao Executivo Municipal a análise da aptidão da empresa que desejar receber o “Selo Empresa Amiga da Bicicleta”, atendendo aos requisitos dispostos nesta Lei.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIAS N° 8185/2019 A 8217/2019

Publicação N° 2128540

PORTARIA N° 8185, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Prorroga Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SELMA ADRIANA NOGUEIRA ADRIANO, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, prorrogação da licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 14571/2019.

Art. 2º A prorrogação a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 29/07/2019 a 08/09/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 8186, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a CRISTIANE DE FATIMA COSTA DE FRANÇA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, auxílio Doença INSS.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 29/06/2019 a 15/09/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8187, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a LUANA CRISTINE LINO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, auxílio Doença INSS.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 02/07/2019 a 17/09/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8188, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Revoga Portaria nº 7587/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o servidor LUIS CLAUDIO RAMALHO recebeu Alta Médica pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 21 de agosto de 2019,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 22 de agosto de 2019, a Portaria nº 7587, de 29 de maio de 2019, que concedeu auxílio doença a LUIS CLAUDIO RAMALHO, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8189, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a ROSELI PEREIRA BECKER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, auxílio Doença INSS.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 01/07/2019 a 16/10/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8190, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GEISA BIANCHINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, prorrogação da licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 17 de agosto de 2019, consoante Processo

Administrativo nº 14199/2019 (4º ano).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8191, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Altera Portaria nº 4118/2018 que Nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul - CONCIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680 de 10 de outubro de 2006 e do Decreto nº 304/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 4118, de 5 de abril de 2018, que nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

(...)

n) 01 (um) representante do Serviço de Aprendizagem Comercial - SENAC

Titular: Alex Luiz Mariano

Suplente: Douglas Aparecida da Luz Freitas

(...)”

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8192, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 15 de agosto de 2019, PATRICIA RIBEIRO, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8193, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 17 de agosto de 2019, LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8194, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 16 de agosto de 2019, RODRIGO AUGUSTO DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8195, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 16 de agosto de 2019, SELMA TEREZINHA SIMIONI NAZARIO, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8196, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 16 de agosto de 2019, KARIN CRISTINA DE PAULA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8197, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 13 de agosto de 2019, DANIELA RAMOS SCHLICKMANN, do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8198, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 14 de agosto de 2019, ALTAIR HARDT JUNIOR, do cargo de Educador Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8199, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 14 de agosto de 2019, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora MARLENE KRAUS.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8200, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 3 de julho de 2019, LAÉRCIO BUENO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina I - Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8201, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 4 de julho de 2019, ADÃO SOUZA RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina I - Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8202, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 15 de julho de 2019, MARIA ORIDIA DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8203, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 19 de julho de 2019, MARCIO LUIZ WIE DMER COLLAÇO, ocupante do cargo efetivo de Médico Generalista - ESF, Grupo Ocupacional 08, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8204, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 10 de agosto de 2019, SOLANGE GORETTI NARDELLI PCHEBILSKI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8205, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 21 de maio de 2019, JUREMA BIAOBOCK, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8206, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 29 de julho de 2019, DIUCLEIA GIESE, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8207, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal JOSE SADY COSTA PAES, ocupante do cargo de Pedreiro, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00081/17-3, de 9 anos, 8 meses e 16 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 15754/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8208, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Licença

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARLENE VAZ LUFT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratar de assuntos particulares, sem vencimentos, pelo período de 01 (um) ano, conforme Processo nº 15382/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8209, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 7810, de 28 de junho de 2019.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8210, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 7347, de 3 de maio de 2019.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8211, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando a sazonalidade nos termos do Art. 156, da Lei nº 2893/2011,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação LETICIA ECKSTEIN, para atuar na EBM Rodolfo Berti, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 13 de agosto de 2019-até-12 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8212, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.**Admite Servidor em Caráter Temporário**

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que ANDREIA BATTISTELA encontra-se de Licença Maternidade,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação TAIANY VITACZIK, para atuar no CEIM Pingo de Gente, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2019-até-13 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8213, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.**Admite Servidor em Caráter Temporário**

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018,

--

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação PATRICIA RIBEIRO, para atuar nas EBM Alfredo Diener 4(quatro) aulas, EBM Newton Mendes 4 (quatro) aulas e EBM Lucia Tschoeke 8(oito) aulas, na função de Professor Anos Finais - Oficina Educação Tecnológica, com carga horária totalizando 20 (vinte) horas semanais, a partir 19 de agosto de 2019-até-18 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8214, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.**Admite Servidor em Caráter Temporário**

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018,

--

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação CRISTIAN ADRIANO GRUBER, para atuar nas EBM Rodolfo Berti, EBM Annelize Beckhauser Mallon 6 (seis) aulas e EBM Pref. Henrique Schwarz 2(duas) aulas, na função de Professor Anos Finais - Oficina Educação Tecnológica, com carga horária totalizando 30 (trinta) horas semanais, a partir 19 de agosto de 2019-até-18 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8215, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.**Admite Servidor em Caráter Temporário**

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que SANDRA JELINSKI foi nomeada Assessora Jurídica no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação MARCIEL SIQUEIRA, para atuar na EBM Prof. Henrique Schwarz, na função de Professor Anos Finais – Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 19 de agosto de 2019-até-18 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8216, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018,

--

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação MARCIEL SIQUEIRA, para atuar na EBM Prof. Maria Ferreira Ziemann, na função de Professor Anos Finais – Educação Física, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, a partir 19 de agosto de 2019-até-18 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8217, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2019 e considerando que JANETE DE OLIVEIRA encontra-se de Licença Tratamento de Saúde,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, JULIANO RICARDO MIRANDA, para atuar no PEM Cantinho do Céu, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 19 de agosto de 2019 até 18 de fevereiro de 2020 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIAS/SEMED Nº 1327 A 1373/2019

Publicação Nº 2128855

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1327, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Maternidade, período 26/07/2019 a 21/01/2020, Carla Schroth We-dekind, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1328, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Maternidade, período 06/08/2019 a 01/02/2020, Cirineia Sobczak Ciriaco, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1329, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Maternidade, período 29/07/2019 a 24/01/2020, Eliane Cristina Rodrigues, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1330, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Maternidade, período 04/08/2019 a 30/01/2020, Janine Lucilia Farias, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1331, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Maternidade, período 20/07/2019 a 15/01/2020, Marineide Bordim da Silva, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1332, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Maternidade, período 08/07/2019 a 03/01/2020, Roselita Souza Po-poaski, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1333, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Maternidade, período 30/07/2019 a 25/01/2020, Thaline de Fátima Narlock Belinski, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1334, de 09 de agosto de 2019. Concede Auxílio Doença – INSS, período 09/07/2019 a 15/09/2019, Silvia Rafaela Kerscher, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1335, de 09 de agosto de 2019. Altera Portaria/SEMED nº 2371/2016 que constituiu Comissão Permanente para Instaurar Processos Administrativos de Comprovação de Tempo de Serviço nas Funções de Magistério.

Portaria/SEMED nº 1336, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Zeonilda Fernandes Martins, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1337, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Jeanete Muehlbauer Pscheidt, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1338, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Regina Maria de Sena Santana, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1339, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Everilda Sanocki Sobiecki, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1340, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Cristiane Aparecida Pedrotti, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1341, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Aniele Diener da Costa, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1342, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Maria Clarice Kozoris Kubichen, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1343, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Fatima Elefitt da Silva Sousa, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1344, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Solange de Jesus Faustino Furst, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1345, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Marilene Pereira, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1346, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Franciele Buch Alves, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1347, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Cleide Isabel Suchy Olescowe, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1348, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Sheila Pereira de Souza, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1349, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Elidiane de Lima Andrade, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1350, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Leonilda de Jesus Piechontcoski de Oliveira, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1351, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Simone Aparecida Grande, Auxiliar de Berçário.
Portaria/SEMED nº 1352, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Silvana Aparecida Nogueira Becker, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1353, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Raquel Correa Lopes, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1354, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Cleusenir Cordeiro Machado, Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 1355, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Roselene Pereira Rosa, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1356, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Roberta Ribeiro de Oliveira, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1357, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Marise da Silva Cutas, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1358, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Sandra Regina Majewski, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1359, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Ana Paula Petreça Knop, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1360, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Patricia da Silva Cheis, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1361, de 09 de agosto de 2019. Concede Licença Prêmio, Daniela Garcia Pscheidt, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1362, de 12 de agosto de 2019. Concede Conclusão Estágio Probatório, período 11/02/2016 a 02/06/2019, Vera Lucia Aparecida Ribeiro, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1363, de 12 de agosto de 2019. Concede Conclusão Estágio Probatório, período 04/02/2016 a 17/06/2019, Cassiane Karoline Krautchuk, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1364, de 16 de agosto de 2019. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, pelo período de um ano, a partir de 19 de agosto de 2019, Marlene Vaz Luft, Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 1365, de 16 de agosto de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 40 horas para 30 horas semanais, Brandina Borges, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1366, de 16 de agosto de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 20 horas para 40 horas semanais, Celia Regina Simioni Varela, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1367, de 16 de agosto de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 40 horas para 20 horas semanais, Denise Aparecida Leite Przydziemirski, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1368, de 16 de agosto de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 20 horas para 30 horas semanais, Giovana Paray, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1369, de 16 de agosto de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 20 horas para 30 horas semanais, Ligia Morriesen, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1370, de 16 de agosto de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 20 horas para 40 horas semanais, Maria Elizia da Cruz Schneider, Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 1371, de 16 de agosto de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 20 horas para 40 horas semanais, Rosane do Nascimento, Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 1372, de 16 de agosto de 2019. Revoga Portaria/SEMED nº 1010, de 14 de fevereiro de 2019, que concedeu Alteração de Carga Horária Temporária, Andreia Wohl, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1373, de 16 de agosto de 2019. Concede Redução de Carga Horária, de 20 horas para 10 horas semanais, Cristiane Aparecida Pedrotti, Professor Anos Finais.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2019

Publicação Nº 2127829

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2019 – DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 009/2018, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Vigisol Vigilância Patrimonial Eireli. O referido instrumento será prorrogado considerando o disposto na Lei nº 8666/93, em seu art. 57, II, assim como a Cláusula 13ª, bem como havendo previsão orçamentária. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecerão inalteradas. DO PRAZO: 16 de outubro de 2019 a 15 de outubro de 2020. DO VALOR: R\$ 68.295,58 (sessenta e oito mil duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos), para o período. São Bento do Sul, 19 de agosto de 2019. PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul. BRUNA CIPRIANO PATERNO – pela Empresa Contratada.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº. 242/2019**

Publicação Nº 2127750

PORTARIA IPRESBS Nº. 242/2019

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 58, inciso III, combinado com o artigo 67 da Lei 8666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o fiscal do contrato 002/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de 6 (seis) impressoras/copiadoras laser com aproximadamente 10 (dez) mil cópias por mês. Fornecimento de papel A4, toner, assistência técnica, garantia e reposição de equipamentos para uso do IPRESBS, ficando designado o servidor Altair Hardt Júnior, Técnico em Informática, lotado no IPRESBS, matrícula 35781-01, para fiscal do contrato.

Art. 2º. Alterar o fiscal do contrato 004/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de hospedagem, manutenção, produção e revisão de leiaute (webdesign) e navegação, bem como desenvolvimento de HTML e CSS para o site do Instituto (www.ipresbs.sc.gov.br), pelo período de um ano a contar da assinatura do contrato, ficando designado o servidor Altair Hardt Júnior, Técnico em Informática, matrícula 35781-01, lotado no IPRESBS, para fiscal do contrato.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/08/2019.

São Bento do Sul, 19/08/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor-Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 61/2019 TP N. 09/2019

Publicação Nº 2128782

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2019 - MODALIDADE Tomada de Preços Nº 09/2019. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço por lote, para contratação de empresa para execução de pavimentação com pavers e contratação de empresa para pavimentação asfáltica. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 05/09/2019. A íntegra deste edital estará disponível no site do município, www.saobernardino.sc.gov.br/DOM/SC e junto ao setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 19/08/2019. Adeli José Riffel - Prefeito Municipal.

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 61/2019 TP N. 09/2019

Publicação Nº 2128785

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2019

MODALIDADE: Tomada de Preços n. 9/2019

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Prefeitura: Prefeitura Municipal de São Bernardino
Endereço: Rua Verônica Scheid, S/N - CEP – 89.982-000
Cidade: São Bernardino, SC
CNPJ:01612812/0001-50

1. PREÂMBULO

1.1 O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará certame licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.854/99, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e em especial pelo contido neste Edital.

1.2 Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia **05/09/2019**, até às **09:00** horas, o qual deverá ser entregue na Sala da Comissão Permanente de Licitações.

1.3 O início da abertura dos envelopes ocorrerá às **09:15** horas, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

2. OBJETO

2.1 O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PAVER INTERTRAVADO EM PASSEIO NA RUA 12 DE OUTUBRO, BAIRRO SCHEID E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE COM PINTURA DE SINALIZAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES EM TRECHOS DAS RUAS DA PRAIA E RUA SÃO JOSÉ NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO BERNARDINO-SC, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA EM ANEXO.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação os fornecedores cadastrados no Município de: São Bernardino, bem como aqueles cadastrados em outras entidades Federais, Estaduais ou outros Municípios do Estado de Santa Catarina, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação.

3.2 Poderão ainda participar os interessados que atenderem todas as condições exigidas para o cadastramento e que se cadastrarem até o terceiro dia anterior ao do recebimento das propostas.

LOTES E RESPECTIVOS VALORES UNITÁRIOS MÁXIMO ADMITIDOS

Lote 1: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHOS DA RUA DA PRAIA E RUA SÃO JOSÉ					
Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	2,50	M2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	333,96	834,90
2	3.688,53	M2	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	0,31	1143,44
3	3,90	M3	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS, SOLO 1ª CATEGORIA	6,16	24,02
4	3,00	Und	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA MACIÇA C/ GRADE DE FERRO D=40CM	750,00	2250,00
5	0,74	M3	REATERRO MECANIZADO DE VALAS	18,53	13,71
6	3.688,53	M2	lavagem limpeza da pista existente	1,66	6122,96
7	3.688,53	M2	pintura de ligação c/RR-2C à taxa de 0,6L/m²	2,33	8594,27
8	110,66	TN	REPERFILAGEM EM CBUQ e=3cm	1.089,26	120537,51

9	3.688,53	M2	pintura de ligação c/RR-2C à taxa de 0,6L/m²	2,33	8594,27
10	110,66	TN	CAPA ASFÁLTICA EM CBQU (ESP. MÉDIA = 3CM)	1.089,26	120537,51
11	13.279,20	Und	transporte local de material betuminoso - DMT = 60 km	0,96	12748,03
12	24,20	M	MEIO FIO DE CONCRETO PRÉ-FABRICADO, INCLUSO ASSENTAMENTO	25,00	605,00
13	11,52	M2	PINTURA MANUAL FAIXA DE RETENÇÃO C/ TINTA ACRIL.EMULS.ÁGUA E=4MM BRANCA	30,45	350,78
14	30,85	M2	PINTURA MEC. DE FAIXA C/ TINTA ACRILICA EMULS.AGUA E=0,4MM AMARELA	27,53	849,30
15	59,20	M2	PINTURA MEC. DE FAIXA C/ TINTA ACRILICA EMULS.AGUA E=0,4MM BRANCA	27,53	1629,78
16	5,00	Und	placa de sinalização viária para faixa de pedestres, fornecimento e instalação, inclusive base de concreto	204,15	1020,75
17	4,00	Und	placa de sinalização viária para faixa elevada para travessia de pedestres, fornecimento e instalação, inclusive base de concreto	318,74	1274,96
18	1,00	Und	placa de sinalização viária parada de ônibus, fornecimento e instalação, inclusive base de concreto	214,83	214,83
19	12,30	M3	faixa elevada em asfáltica em C.B.U.Q E=15 CM	1.089,26	13397,90
20	738,00	Und	transporte local de material betuminoso - DMT = 60 km	0,96	708,48
21	72,80	M2	PINTURA MANUAL FAIXA DE PEDESTRES C/ TINTA ACRIL.EMULS.ÁGUA E=0,4 MM BRANCA	30,45	2216,76
22	3.688,53	M2	LIMPEZA FINAL DA OBRA	0,30	1106,56
TOTAL					304.775,74

Lote 2: PAVIMENTAÇÃO COM PAVER INTERTRAVADO NA RUA 12 DE OUTUBRO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
23	2,50	M2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	311,89	779,73
24	40,39	M3	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA DO LEITO, SOLO 1ª CAT.- E=15CM	65,92	2662,51
25	635,17	M2	PAVIMENTAÇÃO EM PAVER INTERTRAVADO 10X20CM E=6CM FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	52,84	33562,38
26	84,00	M2	PAVIMENTAÇÃO EM PAVER INTERTRAVADO ALERTA E DIRECIONAL E=6CM	59,24	4976,16
27	89,60	M2	EXECUÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE CONFORME PROJETO	46,14	4134,14
28	34,41	M2	MURRO EM ALVENARIA	60,47	2080,77
29	68,82	M2	CHAPISCO 1: 3 E 0,5 CM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS	3,75	258,08
30	807,75	M2	LIMPEZA FINAL DA OBRA	0,30	242,33
TOTAL					48.696,09

A proposta que apresentar itens com valores acima do máximo estabelecido no Edital será desclassificada, independente de ser ou não a menor proposta.

3.3 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.3.1 SERÃO CONSIDERADOS OBRIGATÓRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- CRC – Certificado de Registro Cadastral

- Se for Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverão apresentar obrigatoriamente: Certidão da Junta Comercial ou Certidão de Cartório de Pessoa Jurídica, para terem o direito ao tratamento diferenciado e favorecido conforme dispõe a Lei Complementar n.123/2006 de 14/12/2006, com data de emissão não superior a 90(noventa) dias.

- **Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal**, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei. – (**Modelo sugestivo Anexo I**).

-**Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Licitante.** (**Modelo sugestivo Anexo II**).

Tipo de Habilitação	Descrição do Documento
HABILITAÇÃO JURÍDICA	<ul style="list-style-type: none"> - Registro comercial, no caso de empresa individual; - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em Cartório ou Junta Comercial, em se tratando de sociedades civis e/ou comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso. - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
REGULARIDADE FISCAL	<ul style="list-style-type: none"> -Certidão Conjunta de regularidade para com a Fazenda Pública Federal de Tributos e Contribuições Federais, Contribuições Sociais e Quanto a Dívida Ativa da União; - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante; - Prova de regularidade junto ao FGTS; - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> - Comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. - Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA ou CAU, ou órgão competente, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos. - Prova de inscrição ou registro dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) ou CAU ou órgão competente - Em conformidade ao artigo 30, inciso III, da Lei n.8.666/93, Atestado de visita fornecida pelo representante legal da empresa, comprovando de que recebeu os documentos, e, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; (Modelo sugestivo Anexo III).
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA	Certidão negativa de falência, concordata e recuperação

	<p>judicial expedida pelo <u>distribuidor</u> da sede da pessoa jurídica. Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:</p> <ul style="list-style-type: none">- SAJ (https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do) e;- eproc (https://certeproc1g.tjsc.jus.br) <p>As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.</p>
--	--

3.3 – Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas, e deverão ser apresentados em fotocópias original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por tabelião de notas ou por membro da Comissão de Licitações do Município, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão de Licitação, fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-la.

3.3.1- Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

3.3.2– Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

4. DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

4.1 Envelope de Habilitação:

ENVELOPE N.º 001 - HABILITAÇÃO
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2019
MODALIDADE: Tomada de Preços Nr. 9/2019
PROPONENTE
ABERTURA: 05/09/2019, 09:15 HS

4.2 Envelope de Proposta:

ENVELOPE N.º 002 - PROPOSTA
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2019
MODALIDADE: Tomada de Preços Nr. 9/2019
PROPONENTE
ABERTURA: 05/09/2019, 09:15, HS

5.1 No envelope de proposta o proponente deverá apresentar:

5.1.1 A proposta propriamente dita, datilografada, redigida em português de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo representante legal e rubricada nas demais folhas;

5.1.2 Preço ofertado, deverá ser cotado para pagamento a vista, apresentando preço unitário, em moeda corrente nacional, incluindo os tributos incidentes, transporte e demais custos;

5.1.3 Indicar a marca, peso, garantia e outros detalhes para melhor conhecimento e atendimento do objeto licitado;

5.1.4 Em concordância com todas as condições do Edital;

5.1.5 conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

5.1.6 Local, data, assinatura e identificação do signatário.

5.1.7 Na proposta deverá constar o valor global de materiais, valor global de mão de obra e o percentual do BDI, conforme modelo em anexo.

5.2 DO REPRESENTANTE LEGAL

5.2.1 - Cada licitante far-se-á representar perante a Comissão Permanente de Licitação por apenas uma pessoa, admitindo-se como representante o diretor, sócio com poderes de gerência ou pessoa habilitada por meio de procuração, com firma reconhecida em cartório, ambos os casos deverá ser apresentado cópia autenticada em cartório ou por membro da Comissão Permanente de Licitações do município promotor do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Ata de Assembleia em vigor da empresa, conforme a situação .

5.2.2 - A instituição de representante perante a **Comissão Municipal Permanente de Licitações** será realizada no ato da entrega dos envelopes de habilitação e proposta, no local, data e horário indicados no subitem 1.2 deste Edital, ocasião em que o representante se identificará perante a **Comissão Municipal Permanente de Licitações**, entregando-lhe cópia autenticada da Carteira de Identidade e dos documentos mencionados no item 5.2.1, os quais serão analisados pela Comissão antes do início da sessão de abertura.

5.2.3 - A não apresentação ou incorreção dos documentos mencionados nos subitens 5.2.1 e 5.2.2 não inabilitará a licitante.

6. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 O presente certame será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei 8.666/93;

6.2 No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem ao ato, a comissão iniciará os trabalhos:

6.2.1 Será feita a abertura dos envelopes de habilitação, os quais serão examinados e rubricados pelos seus membros e representantes presentes;

6.3 A Comissão Municipal de Licitações procederá a abertura dos envelopes contendo a documentação com a devolução dos envelopes contendo as propostas dos licitantes considerados inabilitados e que expressamente, tenham desistido de interpor recurso;

6.3.1 Na hipótese de algum licitante ser considerado inabilitado pela Comissão Municipal de licitação e decidir interpor recurso dentro do prazo legal, haverá suspensão da reunião, ficando os envelopes com as propostas para serem abertos em outra reunião, em data a ser fixada posteriormente, quando da decisão de todos os recursos pela Comissão;

6.3.2 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;

6.4.1 Procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes de propostas, somente serão abertos os envelopes das propostas das empresas habilitadas, após o prazo recursal ou desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

6.5 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros e representantes dos licitantes presentes, procedendo-se à leitura das mesmas;

6.5.1 Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;

6.6 Critérios de julgamento

6.7 Desclassificação

6.7.1 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não obedecerem as condições estabelecidas no edital;
- b) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos;
- c) Será considerado preço excessivo aquele que estiver acima do praticado no mercado ou acima do orçamento feito pela Secretaria Responsável;

- d) Propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- e) Consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
 - b) valor orçado pela administração.

6.8 Classificação

6.8.1 As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, que fará a classificação por item, levando-se em conta exclusivamente o menor preço;

A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;

- a) No caso de empate, será assegurada preferência por bens produzidos por empresas brasileiras;
- b) Persistindo o empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio.
- c) Será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e ofertar o menor preço;
- d) Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006, Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. § 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. § 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.9 Adjudicação e homologação

6.9.1 Adjudicado o objeto, a comissão, após decorrido o prazo de interposição de recurso ou julgado o mesmo, submeterá os autos à autoridade competente para liberação quanto à homologação da adjudicação.

7. DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADE DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

7.1 A licitante classificada em primeiro lugar, será responsável:

7.2 Pela entrega integral dos produtos e/ou serviços licitados;

7.2.1 Pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega dos produtos ou realização dos serviços, bem como com a recuperação ou indenização sem ônus ao Município ou aos munícipes;

8.DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1 O município será responsável:

8.2 pela fiscalização desde o início até o recebimento definitivo dos produtos/serviços;

8.2.1 Pela emissão das autorizações de entrega específicas, determinando a quantidade para sua realização;

8.2.1.1 Pelo cumprimento na forma e nas condições de pagamento estabelecidos neste Edital;

9. PRAZO E CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DA ORDEM DE COMPRA

9.1 O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual ou retirada da ordem de compra no prazo de máximo de até 10(dez) dias consecutivos, a partir da homologação.

9.2 Nos termos do § 2.º do artigo 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo artigo 81 da legislação citada.

9.3- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

10. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 O objeto da licitação deverá ser executado em conformidade com o projeto de engenharia mediante solicitação e autorização da Secretaria responsável.

10.2 O fornecimento dos produtos deverá ser feita nas quantidades solicitadas nos termos do presente Edital;

10.3 O prazo máximo para entrega do objeto da licitação é até 30/12/2019, a contar da assinatura do termo contratual ou AF – Autorização de Fornecimento.

A contagem do prazo para execução objeto da licitação, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30.12.2019, podendo ser prorrogado se houver interesse da Administração, de acordo com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificado pela Secretaria correspondente e autorizado pelo chefe do poder executivo.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, mediante Boletim de medição do engenheiro responsável pela fiscalização do município de São Bernardino-SC, acompanhado da Nota Fiscal.

Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

11.2 – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

11.3 Ocorrendo a contratação de microempresas ou das empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, apurados os tributos devidos, na forma dos Arts. 18 a 20 da Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006, será realizada a retenção de ISS na fonte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá ser observado as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte, deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa, ou a empresa de pequeno porte, estiver sujeita no mês anterior ao da prestação (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

II - na hipótese de a microempresa, ou empresa de pequeno porte, não informar a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS, referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

III – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços, quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal, for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença, será realizado em guia própria do Município;

11.4 DOS REAJUSTES

11.4.1.2 NÃO HAVERÁ REAJUSTES

12. DAS SANÇÕES

12.1 Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou retirar a ordem de compra, dentro do prazo estabelecido, poderá ser aplicada multa correspondente a 10 % do valor do contrato/ordem de compra, não aplicando-se a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

12.2 Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:

12.3 Advertência;

12.4 Multa de 5% (cinco) sobre o valor da proposta;

12.5 Suspensão do direito de licitar junto as Prefeituras Municipais

12.6 Declaração de inidoneidade;

12.7 Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação:

12.8 Pela inexecução total ou parcial do ajuste, será aplicada multa de 10% (dez) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência, após assinado o instrumento contratual, calculada sobre o valor do objeto não entregue.

13. RECURSOS

13.1 Das decisões tomadas pela **Comissão Municipal Permanente de Licitações** caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante petição datilografada e devidamente arrazoada, subscrita pelo representante legal da recorrente.

13.2 - Os recursos serão dirigidos à autoridade competente do **Município de São Bernardino-SC**, por intermédio da **Comissão Municipal Permanente de Licitações**, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.

13.3 - Os recursos deverão ser protocolados na **Secretaria de Fazenda e Administração, junto a Prefeitura Municipal São Bernardino-SC, sita à Rua Verônica Scheid, Centro** no horário das 7 h:30 min às 11h:30 min e das 13:00h as 17:00 h, não sendo aceitos recursos interpostos fora do prazo.

13.4 Somente serão aceitos os recursos previstos na Lei 8.666/93 e suas atualizações, os quais deverão ser protocolados no Setor de Administração e dirigidos à Comissão Permanente de Licitações.

13.5 O Município convocará a licitante classificada em primeiro lugar para assinatura do respectivo contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da homologação;

13.6 Os casos de alteração ou rescisão contratual, são os constantes da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94;

13.7 Na impossibilidade ou recusa da empresa vencedora assinar o Contrato, será convocada a segunda e assim sucessivamente.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O Município reserva-se o direito de em justificando o interesse administrativo, aceitar a proposta total ou parcialmente, rejeitar todas as propostas, revogar ou anular a licitação, mesmo depois de adjudicado seu objeto, sem que caiba aos licitantes direitos a qualquer reclamação ou indenização;

14.2 Os casos omissos e dúvidas suscitadas serão resolvidas pela Comissão Municipal de Licitações, observando o que dispõe sobre a matéria a legislação vigente;

14.3 A simples apresentação de proposta, implicará na aceitação total, automática e irrestrita das condições deste Edital, por parte da licitante. Compromete-se também com a veracidade de todas as informações prestadas e de apresentar, quando solicitado, documentação e dados complementares que as confirmem.

14.4 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações prestadas, a Empresa licitante sofrerá além da sua declaração de inidoneidade, uma das sanções abaixo descritas:

a) Desclassificação, se a licitação encontra-se em fase de julgamento;

b) Não adjudicação dos serviços,

14.5 Por conveniência da Administração, o licitante adjudicado do objeto do presente Edital, assinará contrato com a Prefeitura Municipal de São Bernardino, nos termos da minuta integrante do presente processo, no prazo de 10 (dez) dias;

14.6 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de São Bernardino;

14.7 A empresa licitante adjudicada comprometer-se-a integralmente pelo objeto do presente Edital, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor;

14.8 O Prefeito Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato ou expedição do pedido, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pela proponente;

14.9 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações:

2.038.4490.00 - 3000 - 187/2019 - Manutenção do Planejamento Urbano 1.003.4490.00 - 3000 - 174/2019 - Pavimentação de Ruas

15. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

15.1 Este Edital Tomada de Preços será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no Mural Público Municipal da Prefeitura Municipal de São Bernardino.

15.2 Maiores esclarecimentos adicionais que se façam necessário para a interpretação do presente Edital, serão encaminhados através de solicitação por escrito à Comissão Permanente de Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30, com a Presidente da Comissão de Licitações, até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

16.2- Fica assegurado à **autoridade superior do Município de São Bernardino**, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.

16.3- É facultada à Comissão Municipal Permanente de Licitações, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

16.4 - O resultado desta licitação, bem como todo ato que seja necessário dar publicidade, deverá ser publicado no Mural Público Municipal.

16.5 - A **Comissão Municipal Permanente de Licitações** deverá anular o certame diante de constatada ilegalidade.

16.6- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. O **Município de São Bernardino** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

16.7- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.8- Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

16.9- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

16.11- O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

16.12- Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.13- Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

16.14- Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, à **Comissão Municipal Permanente de Licitações**, por escrito ou **protocolado na Secretaria de Fazenda e Administração, junto a Prefeitura Municipal de São Bernardino – SC.**

- 16.15- A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.
- 16.16 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.
- 16.17– Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, nos termos do § 1º do Art. 41, da Lei nº 8666/93.
- 16.18-Fica eleito o **Foro da Comarca de Campo-Erê - SC** para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 16.19** – Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

17.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Solicitamos apresentação de propostas para os itens supra mencionados.
 2. As despesas de frete e demais custos serão a cargo da Empresa proponente.
 - 3.O julgamento será realizado por MENOR PREÇO POR LOTE, com base no menor preço apresentado.
 - 4.Os respectivos itens com seus valores, não poderão ultrapassar o valor máximo estabelecido no Edital.
 - 5.Os casos omissos serão regidos pela Lei Federal 8.666/93, com observância a todas as suas alterações.
 6. Em cada fase de pagamento a empresa deverá apresentar obrigatoriamente cópia da folha de pagamentos dos funcionários que atuaram na obra, bem como, cópia da GFIP e GPS dos períodos correspondentes.
 - 7- Demais Documentos pertencentes ao PROJETO descritivo, entre outros, deverão ser solicitados diretamente com o setor de projetos pelo e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br.
 - 8- No ato da assinatura do contrato a empresa vencedora deverá apresentar obrigatoriamente cópia da LTCAT, PPRA E O PCSMO.
 9. Anexos que fazem parte integrante deste Edital.
- Anexo I - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal**, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei.
- Anexo II- Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Licitante.**
- Anexo III- Atestado de Visita**
- Anexo IV – Modelo de Proposta e do Cronograma Físico financeiro com BDI**
- Anexo V– Minuta do Contrato

São Bernardino – SC, em 19/08/2019

Adeli José Riffel
Prefeito Municipal

RUDIMAR BORCIONI
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2019
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 9/2019

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal,
Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR
COM A LICITANTEPROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2019
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 9/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

_____, _____
(local e data)_____
nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

ANEXO III

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2019
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 9/2019**

Em atendimento ao Edital de Licitação n. 61/2019, Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 14/2014, artigo 30, inciso III da Lei de Licitações nº 8.666/93, atestamos que a empresa CNPJ nº, realizou Visita nas dependências do local onde será executado:

() a pavimentação asfáltica

() a pavimentação com paver;

como também, recebeu todos os documentos pertinentes ao certame, não cabendo qualquer alegação futura referente ao desconhecimento de eventuais dificuldades quanto à execução do Objeto desta Licitação.

Local e data...../...../2019

Nome do representante legal da empresa
CPF n.

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2019
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 9/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade TP n.º 09/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PAVER INTERTRAVADO EM PASSEIO NA RUA 12 DE OUTUBRO, BAIRRO SCHEID E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE COM PINTURA DE SINALIZAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES EM TRECHOS DAS RUAS DA PRAIA E RUA SÃO JOSÉ NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO BERNARDINO-SC, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA EM ANEXO.

Lote 1: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHOS DA RUA DA PRAIA E RUA SÃO JOSÉ

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	2,50	M2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		
2	3.688,53	M2	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO		
3	3,90	M3	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS, SOLO 1ª CATEGORIA		
4	3,00	Und	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA MACIÇA C/ GRADE DE FERRO D=40CM		
5	0,74	M3	REATERRO MECANIZADO DE VALAS		
6	3.688,53	M2	lavagem limpeza da pista existente		
7	3.688,53	M2	pintura de ligação c/RR-2C à taxa de 0,6L/m²		
8	110,66	TN	REPERFILAGEM EM CBUQ e=3cm		
9	3.688,53	M2	pintura de ligação c/RR-2C à taxa de 0,6L/m²		
10	110,66	TN	CAPA ASFÁLTICA EM CBUQ (ESP. MÉDIA = 3CM)		
11	13.279,20	Und	transporte local de material betuminoso - DMT = 60 km		
12	24,20	M	MEIO FIO DE CONCRETO PRÉ-FABRICADO, INCLUSO ASSENTAMENTO		
13	11,52	M2	PINTURA MANUAL FAIXA DE RETENÇÃO C/ TINTA ACRIL.EMULS.ÁGUA E=4MM BRANCA		
14	30,85	M2	PINTURA MEC. DE FAIXA C/ TINTA ACRILICA EMULS.AGUA E=0,4MM AMARELA		
15	59,20	M2	PINTURA MEC. DE FAIXA C/ TINTA ACRILICA EMULS.AGUA E=0,4MM BRANCA		
16	5,00	Und	placa de sinalização viária para faixa de pedestres, fornecimento e instalação, inclusive base de concreto		
17	4,00	Und	placa de sinalização viária para faixa elevada para travessia de pedestres, fornecimento e instalação, inclusive base de concreto		
18	1,00	Und	placa de sinalização viária parada de ônibus, fornecimento e instalação, inclusive base de concreto		
19	12,30	M3	faixa elevada em asfáltica em C.B.U.Q E=15 CM		
20	738,00	Und	transporte local de material betuminoso - DMT = 60 km		

21	72,80	M2	PINTURA MANUAL FAIXA DE PEDESTRES C/ TINTA ACRIL.EMULS.ÁGUA E=0,4 MM BRANCA		
22	3.688,53	M2	LIMPEZA FINAL DA OBRA		
TOTAL					

Lote 2: PAVIMENTAÇÃO COM PAVER INTERTRAVADO NA RUA 12 DE OUTUBRO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
23	2,50	M2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		
24	40,39	M3	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA DO LEITO, SOLO 1ª CAT.- E=15CM		
25	635,17	M2	PAVIMENTAÇÃO EM PAVER INTERTRAVADO 10X20CM E=6CM FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO		
26	84,00	M2	PAVIMENTAÇÃO EM PAVER INTERTRAVADO ALERTA E DIRECIONAL E=6CM		
27	89,60	M2	EXECUÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE CONFORME PROJETO		
28	34,41	M2	MURRO EM ALVENARIA		
29	68,82	M2	CHAPISCO 1: 3 E 0,5 CM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS		
30	807,75	M2	LIMPEZA FINAL DA OBRA		
TOTAL					

MODELO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E COMPOSIÇÃO DO BDI - LOTE 01

Item	Descrição dos serviços	Valor das Obras e/ou serviços	Peso	Mês 01 (EXEMPLO)		Mês 02		Mês 03	
			%	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		100	100					
2	DRENAGEM		100						
3	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		100						
4	OBRA DE ARTE CORRENTE		100						
5	SINALIZAÇÃO		100						
6	LOMBO FAIXA		100						
5	SERVIÇOS FINAIS		100						
Total Mês			100						
Total global			100						

BDI 26,40%

VALOR GLOBAL DE MATERIAIS R\$.....

VALOR GLOBAL DE MÃO DE OBRA R\$.....

Local e data/...../2019

Representante legal da empresa

MODELO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E COMPOSIÇÃO DO BDI - LOTE 02

Item	Descrição dos serviços	Valor das Obras e/ou serviços	Peso	Mês 01 (EXEMPLO)		Mês 02		Mês 03	
			%	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		100	100					
2	PASSEIOS		100						
3	RAMPA DE ACESSIBILIDADE		100						
4	MURO		100						
5	SERVIÇOS FINAIS		100						
Total Mês			100						
Total global			100						

BDI 26,40%

VALOR GLOBAL DE MATERIAIS R\$.....

VALOR GLOBAL DE MÃO DE OBRA R\$.....

Local e data/...../2019

.....
Representante legal da empresa

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de **SÃO BERNARDINO-SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **ADELI JOSÉ RIFFEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa **NomeContratado**, inscrita no CNPJContratado, localizada na EnderecoContratado, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. **NomeRespContratado**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade EnderecoContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado **FORNECEDOR**, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo identificados, constantes no Processo Licitatório nº 61/2019, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 61/2019, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

II – Da forma de Execução e do valor:

A execução se dará de forma direta. O valor total do contrato é de ValorContrato (ValorContratoExtenso), sendo o valor de R\$ (.....) relativo aos materiais e o valor de R\$ (.....) relativo a mão-de-obra, vinculado a Secretaria, assim composto:

III - Da forma de pagamento:

CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, observado o disposto no inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de DataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

Por conveniência administrativa, por se tratar de contratação de microempresas ou das empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, o Município, depois de apurados os tributos devidos, na forma dos Arts. 18 a 20 da Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006 realizará a retenção de ISS na fonte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverão ser observadas as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte, deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa, ou a empresa de pequeno porte, estiver sujeita no mês anterior ao da prestação (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

II - na hipótese de a microempresa, ou empresa de pequeno porte, não informar a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS, referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

III – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços, quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal, for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença, será realizado em guia própria do Município;

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666 (Brasil 1993), de 21 de junho de 1993, consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos materiais e serviços ora contratados, conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados, quaisquer informações e/ou esclarecimentos, sobre os materiais e serviços contratados, enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais e serviços contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais e serviços contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Processo Licitatório nº 61/2019, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

VI – Manter diário de obra, para anotações diárias e fiscalização pelo preposto designado pelo Município, encaminhando-o no final da obra para arquivamento junto ao setor de obras.

VII - O proponente adjudicado deverá fornecer no ato da assinatura do contrato, o **PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; **LTCAT** – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, de acordo com as instruções Normativas nº 95/2003 e 100/2003 do INSS atualizadas.

VIII – Apresentar juntamente com a nota fiscal emitida referente a obra, folha de pagamento e GEFIP do mês anterior, de todos os servidores que atuaram na mesma.

IX - Fornecer materiais e serviços de primeira qualidade e com garantia.

X – Apresentar guia de recolhimento do Simples Nacional, se for o caso, após cada pagamento efetuado.

XI – É obrigação do Fornecedor, contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

XII – O Fornecedor reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 (Brasil 1993).

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais e serviços contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III – Se julgar necessário, promover rescisão contratual nos termos do Art. 78 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 61/2019, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2018, do Município de São Bernardino – SC, no Projeto Atividade:

2.038.4490.00 - 3000 - 187/2019 - Manutenção do Planejamento Urbano 1.003.4490.00 - 3000 - 174/2019 - Pavimentação de Ruas

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 61/2019, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 (Brasil 1993), atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

VI – Fica por desde já, indicado o Sr. **xxxx**....., Secretário da **xxxx**....., ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da obra, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

NomeRespContratado
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 44/2019

Publicação Nº 2129035

Decreto CTB Nº 044/2019.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01-SECRETARIAMUNICIPALTRANSPORTE,OBRASESERVIÇOS

12.01.15.452.0007.1.026-4.4.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 45/2019

Publicação Nº 2129036

Decreto CTB Nº 045/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinq-enta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação e Repasse de Fundo a Fundo do Ministerio da Portaria 4059 de 18/12/18, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinq-enta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.1.016 - 4.4.90.00.00.00.00.754/728 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

15.01.10.301.0005.1.016 - 4.4.90.00.00.00.00.667/002 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 748/2019

Publicação Nº 2129028

Portaria n º 748/2019

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, combinado com o § 5º. da Lei n º 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5176/2019, deferido em 12/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A ELIVELTON HEINZEN, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, nível 6.11-C, pelo período de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias para serem convertidos em numerários e os 20 (vinte) dias restantes para serem gozados a partir do dia 19 de agosto de 2019, referente ao exercício 2018/2019.

São Bonifácio, 12 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 749/2019

Publicação N° 2129029

Portaria n° 749/2019.
Concede Licença Prêmio.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, combinado com o § 1º, da Lei n° 1271/2011 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob n° 5177/2019, deferido em 12/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A ZENAIDE VARGA DEGERING, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 7.1-J, pelo período de 3 (três) meses, referente ao período de 01/05/2014 a 01/05/2019. Sendo que 2/3 para serem convertidos em numerários nos meses de agosto e setembro de 2019 respectivamente, e o 1/3 restante para ser folgado a partir de 02 de janeiro de 2020.

São Bonifácio, 12 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 750/2019

Publicação N° 2129030

Portaria n° 750/2019
Concede Licença Gestação.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 105, da Lei n° 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob n° 5178/2019, deferido em 12/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO A RAQUEL MOENSTER HILLESHEIM, brasileira, casada, ocupante do cargo de Professor nível III-A, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia 12 de janeiro de 2019.

São Bonifácio, 12 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 751/2019

Publicação N° 2129031

Portaria n° 751/2019

Cessa os Efeitos da Portaria n° 738/2019.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA N°. 738/2019 de 09 de julho de 2019 (Concede Licença para Tratamento de Saúde a Vanderléia Schmitz Rohling), a partir do dia 16 de agosto de 2019.

São Bonifácio, 16 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 752/2019

Publicação N° 2129032

Portaria n° 752/2019.
Concede Licença Prêmio.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, combinado com o § 1º, da Lei n° 1271/2011 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob n° 5189/2019, deferido em 16/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A ANDRÉ ROHLING, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo III, nível 1.3-C, pelo período de 3 (três) meses, referente ao período de 02/04/2012 a 02/04/2017. Sendo que 2/3 para serem convertidos em numerários nos meses de agosto e setembro de 2019 respectivamente, e o 1/3 restante para ser folgado a partir de 19 de agosto de 2019.

São Bonifácio, 16 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 753/2019

Publicação N° 2129033

Portaria n° 753/2019
Concede Licença Gestação.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 105, da Lei n° 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob n° 5191/2019, deferido em 19/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO A DAYANE DA SILVA PREUSS, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil Financeiro I, nível 2.1-D, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia 19 de janeiro de 2019.

São Bonifácio, 19 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 754/2019

Publicação N° 2129034

Portaria n° 754/2019
Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei n° 633/90, e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob n° 5192/2019, deferido em 19/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A HERMIDA MARGARIDA DE SOUZA DA SILVA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, nível 4.21-I, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 19 de agosto de 2019, referente ao exercício 2017/2018.

São Bonifácio, 19 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-2019 - FMS

Publicação Nº 2128273

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	022/2019 RP. 009/2019 - FMS
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratadas..:	BAVARESCO E CIA LTDA - EPP (4630), MOVESA COMERCIO DE ELETRO MOVEIS LTDA - ME (7429), JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME (10563), ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME (10616), , ACLARA COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI - ME (10712), PAULINEIA LOTTERMANN REIS (10744), GESUL COMERCIAL LTDA - ME (11256), SUPERAR EIRELI (12314), J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE (12377), LEO I. DE CASTRO & CIA LTDA (12379), JANICE CRISTIANE PLETSCH (12380).
Objeto :	AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIO EM GERAL, EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E PERIFÉRICOS DE IN-FORMÁTICA PARA TODOS OS SETORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 124.939,67 (cento e vinte e quatro mil novecentos trinta e nove reais e sessenta e sete centavos)
Vigência :	15/08/2020
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 - FMS
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2019/2020.
SAO CARLOS/SC, 15 DE AGOSTO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036-2019 - ADM

Publicação Nº 2128272

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	097/2019 RP. 036/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas..:	CRISANTO STOFFEL & CIA LTDA EPP (1309).
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
Vigência :	15/08/2020
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2019/2020.
SAO CARLOS/SC, 15 DE AGOSTO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO CONTRATUAL N. 039/2019 - ADM

Publicação Nº 2128276

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	096/2019 - ADM
Contrato Adm. Nº	039/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFÔNIA MÓVEL PESSOAL (SMP), TIPO CORPORATIVO, PÓS PAGO (MIGRAÇÃO E AQUISIÇÃO).
Valor :	R\$ 15.786,80 (quinze mil setecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).
Vigência :	12 meses
Licitação:	Dispensa de Licitação nº 012/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.003.3390.00 - 0 - 208/2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.
SÃO CARLOS/SC, 05 DE AGOSTO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO CONTRATUAL N. 040/2019 - ADM

Publicação Nº 2128277

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	098/2019 - ADM
Contrato Adm. Nº	040/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	INSTALDORA ALBA EIRELLI
Objeto :	AQUISIÇÃO DE KIT DE FILTROS PARA MANUTENÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA LINHA THESSING.
Valor :	R\$ 13.850,00 (treze mil oitocentos e cinquenta reais).
Vigência :	31/12/2019
Licitação:	Dispensa de Licitação nº 013/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.003.3390.00 - 0 - 99/2019 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.
SÃO CARLOS/SC, 09 DE AGOSTO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 015/2019**

Publicação N° 2128340

Portaria nº 015/2019, de 16 de agosto de 2019

Dispõe sobre o horário de atendimento da Câmara de Vereadores de São Carlos.

ADEMIR ANTONIO DAMIN, Presidente da Câmara de Vereadores de São Carlos, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º A Câmara de Vereadores de São Carlos funcionará, de 19/08/2019 a 23/08/2019, no horário das 13h30min às 17h30min.

Parágrafo único. Não haverá atendimento na Câmara de Vereadores de São Carlos, no turno matutino do período mencionado no caput deste artigo, em face da participação de servidor do Poder Legislativo São-Carlense no 7º Congresso Nacional de Legislativos Municipais, promovido pela União dos Vereadores do Brasil – UVB.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

São Carlos/SC, em 16 de agosto de 2019.

Ademir Antonio Damin

Presidente

Registre-se.

Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LEI ORDINÁRIA

Publicação Nº 2128380

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LEI ORDINÁRIA

Objeto: Revogação Lei Ordinária

A Prefeita Municipal de São Domingos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer emitido pela assessoria jurídica do Município e, ainda:

CONSIDERANDO o Projeto de Lei n. 004 de 20 de março de 2018, que solicitando autorização a alienação, na modalidade de doação, de lotes urbanos do Loteamento Vida Nova aos beneficiários do Programa Minha Casa - Minha Vida – Entidades – MCMV– e, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que do referido projeto adveio a Lei autorizativa n. 1817 de 28 de março de 2019;

CONSIDERANDO que após a sanção da referida Lei houveram alterações no Programa Minha Casa - Minha Vida – Entidades – MCMV, e o mesmo não teve continuidade;

CONSIDERANDO que, devido às alterações no Programa Minha Casa - Minha Vida a Lei n. 1817/2018 perdeu seu objeto;

CONSIDERANDO a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal que dispõe que "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público;

DECIDE

I - por razões de conveniência e oportunidade, REVOGAR TOTALMENTE a Lei n. 1817 de 28 de março de 2018

A presente revogação será publicada no Diário Oficial dos Municípios.

São Domingos/SC, 19 de agosto de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

LEI Nº 1855, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128363

LEI Nº 1855, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DEMOLIR A BENFEITORIA ONDE FUNCIONAVA A ESCOLA INFANTIL MUNICIPAL LINHA ENCRUZILHADA, LOCALIZADA NA LINHA ENCRUZILHADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a demolição da benfeitoria onde funcionava a antiga Escola Municipal Linha Encruzilhada, localizada na Linha Encruzilhada (patrimônio n. 3713).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de agosto de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

LEI Nº 1856, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128364

LEI Nº 1856, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO DOMINGOS, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTERRELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de São Domingos/SC, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA**

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Município de São Domingos, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I**DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA**

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de São Domingos/SC.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de São Domingos e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de São Domingos planejar e implementar políticas públicas para:

- I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III - contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II**DOS DIREITOS CULTURAIS**

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I – o direito à identidade e à diversidade cultural;

II – o direito à participação na vida cultural, compreendendo:

a) livre criação e expressão;

b) livre acesso;

c) livre difusão;

d) livre participação nas decisões de política cultural.

III – o direito autoral;

IV – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura

SEÇÃO I

DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de São Domingos, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II

DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns. 36

SEÇÃO III

DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção,

difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de São Domingos deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federados União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

SEÇÃO I DOS COMPONENTES

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - coordenação:

a) Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes.

II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

b) Conferência Municipal de Cultura - CMC.

III - instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Cultura - PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC.

IV - sistemas setoriais de cultura:

a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPCC;

b) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;

d) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35. São atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;

IX – assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 36. À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II – promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

- VI – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
- VII – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.
- IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;
- X – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC e Sistema Estadual de Cultura na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e
- XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO III

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 37. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SMC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 38. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC representam a sociedade civil são eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de São Domingos, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – Fica os membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

- a) Diretor de Departamento Municipal de Educação Cultura, ou, na sua ausência ou impedimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
- b) Um representante da Assessoria de Imprensa do Município de São Domingos
- c) Um representante da Secretária Municipal de Assistência Social
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
- e) Um representante da Sociedade Civil ligada à área da cultura da arte e da música;
- f) Um representante da Sociedade Civil ligada à área da cultura da arte e da literatura;
- g) Um representante da Sociedade Civil ligada à área da cultura da artes plásticas ou visuais;
- h) Um representante da Sociedade Civil ligada à área da cultura das artes cênicas;

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

- I. Plenário;
- II. Colegiados Setoriais;
- III. Comissões Temáticas;
- IV. Grupos de Trabalho;
- V. Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 41. Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC:

- I – propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;
- II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores

Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI – apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo único. O Plenário poderá delegar essa competência a outra instância do CMPC.

XII - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura –PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XIII – acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de São Domingos para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

XIV - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XVI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVII - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVIII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC.

XIX - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 42. Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.⁴³

Art. 43. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 44. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 45. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 46. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC - territoriais e setoriais - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 47. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC ou de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 48. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA - PMC

Art. 49. O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 50. A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

- I. diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II. diretrizes e prioridades;
- III. objetivos gerais e específicos;
- IV. estratégias, metas e ações;
- V. prazos de execução;
- VI. resultados e impactos esperados;
- VII. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII. mecanismos e fontes de financiamento; e
- IX. indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 51. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de São Domingos, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de São Domingos:

- I. Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II. Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;
- III. Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica e outros que venham a ser criados.

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC

Art. 52. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FNC, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 53. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 54. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

- I. dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de São Domingos e seus créditos adicionais;
- II. transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- III. contribuições de mantenedores;
- IV. produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
- V. doações e legados nos termos da legislação vigente;
- VI. subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- VII. reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- VIII. retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- IX. resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
- X. empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- XI. saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
- XII. devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
- XIII. saldos de exercícios anteriores; e
- XIV. outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 55. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes na forma

estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

- I. não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e
- II. reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Cultura – SECULT definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 56. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato do CMPC.

Art. 57. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 58. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infra-estrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 59. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 60. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

- I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;
- II - adequação orçamentária;
- III - viabilidade de execução; e
- IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS - SMIIC

Art. 62. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 63. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

- I. coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura –PMC e sua revisão nos prazos previstos;
- II. disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III. exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 64. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC

Art. 66. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 67. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:

- I- a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;
- II- a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V

DOS SISTEMAS SETORIAIS OU SEGMENTO

Art. 68. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 69. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

- I - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPC;
- II Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;
- III - outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Art. 70. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 71. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados, integram o Sistema Municipal de Cultura, - SMC conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 72. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura - SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 73. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 74. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura - SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS

Art. 75. O Fundo Municipal da Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 76. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 77. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

- I. políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de

Cultura;

II. para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 78. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II

Da Gestão Financeira

Art. 79. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 80. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo único. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 81. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

Do Planejamento e do Orçamento

Art. 82. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 83. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC..

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. O Município de São Domingos deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura –SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 85. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 86. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 15 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL N° 228/2019

Publicação N° 2128550

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL N° 228/2019

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 04/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, Decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: CONDUTOR DE VEICULO PESADO II – RETRO-ESCAVADEIRA

Classificação	Candidato:
002	PORFIRIO DA SILVA NETO

Art. 2º - Fica convocada a nomeada a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 18/09/2019, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- Comprovante do Nível de Escolaridade;
- Documento Oficial de identificação com foto;
- Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- Comprovante de residência Atualizado;
- Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- Cópia da CTPS
- Titulo de Eleito e comprovante de voto da ultima eleição;
- Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- Uma foto 3x4 recente;
- Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- Declaração de Acúmulos de cargos;
- Declaração de Bens;
- Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 15 de agosto de 2019.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 230/2019

Publicação Nº 2128552

DECRETO Nº 230, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Pensão por Morte, em face do óbito do servidor efetivo, LUIZ ALCIDES GOMES COSTA, em caráter integral, nos termos do inciso II do § 7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 2.341/2000, à dependente presumida MARTHA LUIZE FRANKE COSTA (esposa), com efeitos a partir de 25/07/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art. 1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor efetivo, LUIZ ALCIDES GOMES COSTA, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 358.005.420-15, detentor da matrícula nº 74 e do PASEP nº 10816235063, em caráter integral, nos termos do inciso II do § 7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 2.341/2000, á dependente presumida MARTHA LUIZE FRANKE COSTA (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total, aplicados os índices de revisão geral entre a data do óbito e a data da implantação, de R\$ 3.080,40 (três mil e oitenta reais e quarenta centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e estabelece seus efeitos a partir de 25/07/2018 – data do óbito do servidor.

São João Batista, 20 de agosto de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 64/2019

Publicação Nº 2128544

LEI COMPLEMENTAR 64, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Institui a gratificação mensal para os membros efetivos da Comissão de Acompanhamento da Contratualização referente ao Hospital Monsenhor José Locks e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída gratificação mensal a ser atribuída aos servidores municipais designados para comporem a Comissão de Acompanhamento da Contratualização referente ao Hospital Monsenhor José Locks.

Parágrafo único. A gratificação prevista nesta lei, não será concedida ao integrante da comissão que não seja servidor público.

Art. 2º O valor da gratificação mensal a ser concedida ao servidor designado para cumprir mandato de Membro Titular da Comissão de Acompanhamento da Contratualização referente ao Hospital Monsenhor José Locks será de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 1º O pagamento da gratificação cessará por interesse administrativo ou quando o servidor deixar de exercer as funções para as quais foi designado.

§ 2º Esta gratificação não terá incidência na remuneração de férias, atestado, licença, 13º salário e 1/3 das férias.

§ 3º A gratificação prevista nesta lei, tem caráter indenizatório e, portanto, não se incorpora à remuneração dos servidores.

Art. 3º Compete ao Presidente da Comissão de Acompanhamento da Contratualização referente ao Hospital Monsenhor José Locks informar, mensalmente, ao Secretário de Administração, a participação efetiva dos respectivos servidores nas atividades e o cumprimento dos prazos definidos para a conclusão dos trabalhos relativos à comissão, com vistas à atribuição do valor da gratificação a ser consignada em folha de pagamento mensal.

Art. 4º O servidor nomeado como suplente da Comissão de Acompanhamento da Contratualização referente ao Hospital Monsenhor José Locks, quando designado para substituir seu respectivo titular fará jus a gratificação proporcionalmente aos dias em que for nomeado para a substituição.

Parágrafo único. Não terá direito a percepção da gratificação, pelo prazo de seu afastamento, o membro titular que estiver ausente por qualquer motivo, mesmo sendo esse período remunerado, como férias, licença-prêmio, licença para tratamento de saúde e outros, uma vez que o recebimento desta vantagem se vincula à sua efetiva participação na comissão.

Art. 5º A gratificação disciplinada nesta Lei não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese, nem tampouco incidirá nenhuma contribuição previdenciária.

Art. 6º É vedado o recebimento de horas extraordinárias para o exercício das atividades abrangidas pela presente lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a partir de 1º de julho de 2019.

São João Batista - SC, 19 de agosto de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 3899/2019

Publicação Nº 2128538

Lei Municipal 3.899, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para as seguintes modalidades de aplicação:

16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL

16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL

17.512.0004.2.041 – Funcionamento e Manutenção do Sisam

3.3.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL

16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL

15.452.0006.2.077 – Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos

3.3.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL

16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL

17.512.0006.1.073 – Pavim Drenagem de Vias Urbanas - SISAM.

4.4.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista-SC, 19 de agosto de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 424/2019

Publicação Nº 2128547

PORTARIA Nº 424/2019

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 26/03/2019 à 22/05/2019, o contrato do (a) servidor (a) MAICON RAFAEL MOREIRA DA SILVA, admitido (a) para a função de AUXILIAR GERAL - SISAM, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 20 de agosto de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 084/PMSJB/2019

Publicação Nº 2128546

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 084/PMSJB/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 084/PMSJB/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO DE ÚLTIMA GERAÇÃO, EM AMBIENTE "WEB" COM SUA OPERACIONALIZAÇÃO INTEGRALMENTE REALIZADA VIA INTERNET PARA MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, QUE CONTEMPLARA O CONTROLE DA AÇÃO FISCAL E GESTÃO DE COBRANÇA DE RECEITA TRIBUTÁRIA INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ACOMPANHAMENTO POR MONITORAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 10/09/2019. Abertura dos envelopes: 09h do dia 10/09/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 19 de agosto de 2019. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 096 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE RURAL 16 - AUTO CLAVE - FINAL

Publicação Nº 2127773

DECRETO Nº 096/19, DE 16/08/2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 3.470,86M², PERTENCENTE AO LOTE RURAL Nº 16 DA MATRÍCULA 11.808, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 3.470,86m² (tres mil quatrocentos e setenta metros e oitenta e seis decímetros quadrados) do lote rural nº 16 da matrícula 11.808, de propriedade do Município de São João do Oeste, localizado na comunidade de Cristo Rei, destinada para a formação de rua, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º Esta operação é objeto da Anotação de Responsabilidade Técnica nº 6777417-0, firmada pelo Técnico em Agropecuária Sr. Volnei Thums CREA nº 055868-7-SC

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogados os Decretos 043/2019 e 044/2019.

São João do Oeste - SC, 16 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 12-2019_1º ADIT. ARP 16-2019_PREF

Publicação Nº 2128107

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 12/2019/PREF
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019/PREF
OBJETO: Fica aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) os quantitativos dos itens da ata de registro de preço em epígrafe.
Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.
Detentor da Ata: GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP
VALOR ADITIVO: R\$ 27.748,52.
Processo Licitatório nº 09/2019 – Pregão Presencial.
São João do Sul/SC, 19 de agosto de 2019
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

ADITIVO 13-2019_1º ADIT. ARP 17-2019_PREF

Publicação Nº 2128109

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 13/2019/PREF
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019/PREF
OBJETO: Fica aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) os quantitativos dos itens da ata de registro de preço em epígrafe.
Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.
Detentor da Ata: ELMO PAPELARIA LTDA EPP
VALOR ADITIVO: R\$ 8.154,95.
Processo Licitatório nº 09/2019 – Pregão Presencial.
São João do Sul/SC, 19 de agosto de 2019
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

ADITIVO 14-2019_1º ADIT. ARP 18-2019_PREF

Publicação Nº 2128113

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 14/2019/PREF
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2019/PREF
OBJETO: Fica aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) os quantitativos dos itens da ata de registro de preço em epígrafe.
Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.
Detentor da Ata: LIVRARIA DOMEK EIRELI - EPP
VALOR ADITIVO: R\$ 46.576,81.
Processo Licitatório nº 09/2019 – Pregão Presencial.
São João do Sul/SC, 19 de agosto de 2019
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

EDITAL N.º 008/2019 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

Publicação Nº 2128982

EDITAL N.º 008/2019 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

Dispõe sobre a lista de candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular ao Processo de Escolha Unificada dos Membros do Conselho Tutelar do Município de São João do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São João do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução do CONANDA n.º 170/2014 e na Lei Municipal n.º 1.850/2019, com base no Edital 01/2019 – CMDCA;

CONSIDERANDO o cumprimento dos prazos para inscrição, homologação, pedidos de impugnação e recursos:

RESOLVE:

Art. 1º Republicar a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidatos(as)	Situação
001	Andreza Farias Bauer	Deferida
002	Eliane Alves Bauer	Deferida
004	Angela Scarlett da Silva e Silva	Deferida
006	Francisca Romana Barros	Deferida
007	Daniela Pereira de Matos Cardoso	Deferida
009	Claudia Generoso da Silva	Deferida
010	Andréia Corrêa Teixeira	Deferida
011	Maria Margarete Bauer Cechinel	Deferida
012	Mirian Josiane Monteiro de Quadros	Deferida
013	Tatiane Rodrigues da Silveira	Deferida
014	Daiana de Souza Albino	Deferida
015	Thiago Pereira Cardoso	Deferida
016	Vanessa de Freitas Marques	Deferida
017	Jeane Tais Selau Scheffer	Deferida
018	Carla Jacioni da Silva Anacleto	Deferida
019	Genésia de Matos dos Santos	Deferida
020	Sâmia Régia da Silva Oliveira	Deferida
021	Josiane Feliciano Bianchini	Deferida
022	Lizandra dos Santos Alexandre	Deferida

Art. 2º A capacitação aos candidatos considerados aptos, incluindo a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, será realizada nos dias 25 (vinte e cinco) de agosto de 2019, na sede do CRAS, sita na Rua Valdemar Borba, n.º 14, Centro, São João do Sul/SC, com início às 08h:00min e término às 12h:00min.

Art. 3º A aplicação da prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 5,0 (cinco), será aplicada no dia 25 (vinte e cinco) de agosto de 2019, na sede do CRAS, sita na Rua Valdemar Borba, n.º 14, Centro, São João do Sul/SC, com início às 14h:00min até às 16h30min.

Art. 4º O gabarito da prova será divulgado no dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2019 e a divulgação das notas ocorrerá até o dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) de agosto de 2019.

Art. 5º Em havendo recursos, os mesmos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 30 (trinta) de agosto de 2019.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, em 19 de agosto de 2019.

MARIA BERNADETE DA ROSA
Presidente do CMDCA

São Joaquim

PREFEITURA

AUMENTO DE KM TRANSPORTE ESCOLAR PROCESSO 01/2019

Publicação Nº 2128555

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUDANÇA DE QUILOMETRAGEM EM LINHA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Processo Nº 01/2019 Pregão Presencial 01/2019

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais

Conforme prevê o item 2 do edital "(...)Todas as linhas estarão sujeitas a medição da quilometragem, alteração para mais em até no máximo 25% ou para menos conforme a necessidade da Secretaria da Educação.(...)"

De acordo com Laudo de Medição das linhas do Transporte Escolar 2019 emitido pela Coordenação do Transporte Escolar Municipal da Secretaria Municipal de Educação de São Joaquim:

Linha 71 – De 57,00 km diários – para 71,25 km diários

Linha 26 – De 54,2 km diários – para 60,2 km diários

Linha 59 – De 33,00 km diários – para 37,4 km diários

São Joaquim, 19 de agosto de 2019

Diretoria de compras

DECRETO Nº 342/2019

Publicação Nº 2127913

DECRETO Nº 342/2019

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO EM VIRTUDE DE FÉRIAS DO TITULAR DO CARGO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido Gratificação de Cargo Comissionado à servidora DALIANE DE SOUZA ANTUNES UMEMIYA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, pois a mesma está substituindo o Diretor de Organização e Modernização Administrativa, senhor CLAUDIOMAR FARIAS, que se encontra em gozo de Férias, ou seja no período de 16/08/2019 a 30/08/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº005/2019 PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2128983

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005 /2019 PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONFORME LEI 4.589/2018.

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme Lei nº 4.589/2018 torna público a abertura de CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Município de São Joaquim, sendo as vagas conforme quadro abaixo, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde.

Cabe ressaltar que as vagas pertinentes ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde são em razão da necessidade de suprir a demanda no serviço do Posto de Unidade Central e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

Salienta-se ainda, que no momento não há servidores concursados, e, ou, em cadastro de reserva, para tais cargos. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de realização de Concurso Público e ou Processo Seletivo e em obediência aos Princípios

Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa se impõe a presente CHAMADA PÚBLICA objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da Chamada Pública nº 005/2019 será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 Os cargos a serem providos são:

Secretaria Municipal de Saúde				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Vencimento Inicial
01	Médico psiquiatra e ou médico clínico geral com especialização em saúde mental.	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com especialização em psiquiatria ou saúde mental com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h	R\$ 8.427,25
01	Médico Clínico Geral.	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h período matutino	R\$ 7.119,04
01	Médico Clínico Geral.	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h período vespertino	R\$ 7.119,04

2.2. Atribuições e competências:

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.1 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.2 - Ter aptidão física e mental;

2.3.3 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.4 - Carteira de Identidade;

2.3.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

2.3.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.3.9 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.3.10 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.3.11 - Certidão de casamento ou união estável;

2.3.12 - 01 foto 3x4

2.3.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.3.14 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

2.3.15 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

2.3.16 - Certidão negativa de antecedentes criminais

2.3.17 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.

2.3.18 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso. 2.4. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR DE RH, sito à Praça João Ribeiro, nº 01, Bairro Centro, dia 23 de agosto de 2019, às 09h.

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

1º Títulos de Especialização;

2º Maior experiência comprovada na área de atuação;

3º Maior Idade;

4º Número de filhos;

3.2 No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.3 Ocorrendo empate, serão considerados como critério preponderante de desempate o Maior tempo de atuação comprovada na área (experiência).

3.4 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e

para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

DIONE RODRIGUES MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

TERESINHA GORETE GODOI VIEIRA
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 551/2019

Publicação Nº 2127910

PORTARIANº 551/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao servidor CLAUDIOMAR FARIAS, ocupante do Cargo de Diretor de Organização e Modernização Administrativa, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 16/08/2019 à 30/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2019

Publicação Nº 2128767

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2019 - Processo nº 266/2019 – Proc. Adm. 3135/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO TELhado DA ESCOLA PROFISSIONAL CÂNDIDO AMARO DAMÁSIO, EM SÃO JOSÉ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 05 de setembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 05 de setembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ANÁLISE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA Nº 006/2019

Publicação Nº 2128859

ANÁLISE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5020/2019
PROCESSO DE COMPRAS Nº 291/2019
CONCORRÊNCIA Nº 006/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS PEDRO BUNN, ANTÔNIO MONN E ZABOVARI SCHNEIDER NO BAIRRO JARDIM CIDADE DE FLORIANÓPOLIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAVIMENTAÇÕES LTDA;
- PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA;
- SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que todas as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas pelas empresas habilitadas.

Por todo o exposto acima, à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

CLASSIFICAR AS EMPRESAS PELO MENOR PREÇO GLOBAL:

- 1º Classificada: SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA – R\$ 4.216.930,51 (quatro milhões, duzentos e dezesseis mil, novecentos e trinta reais e cinq-enta e um centavos);
- 2ª Classificada: QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAVIMENTAÇÕES LTDA – R\$ 4.638.449,21 (quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos);
- 3ª Classificada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A – R\$ 4.811.215,07 (quatro milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e quinze reais e sete centavos);
- 4º Classificada: PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA – R\$ 4.860.702,91 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil, setecentos e dois reais e noventa e um centavos);
- 5º Classificada: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA – R\$ 4.906.525,41 (quatro milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos);

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual

recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes o processo será remetido a autoridade superior para adjudicação e homologação do objeto deste certame.

São José, 19 de agosto de 2019.

Junior Palharini Garcia	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 007/2019

Publicação Nº 2128310

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5095/2019

PROCESSO DE COMPRAS Nº 294/2019

CONCORRÊNCIA Nº 007/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PARQUE FRANCISCO NAPPI, LOCALIZADO ENTRE AS RUAS VALDEMAR RUFINO DA SILVA E FRANCISCO NAPPI NO BAIRRO IPIRANGA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, quanto à Qualificação Técnica, conforme Relatório Técnico.

EMPRESAS LICITANTES

- ANA CARDOSO EIRELI;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- RVC CONSTRUTORA LTDA ME;
- BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- PROGET CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP;
- THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBOLIARIOS LTDA.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos exarou Relatório Técnico, informando que a empresa ANA CARDOSO EIRELI, está **TECNICAMENTE NÃO APTA A CONCORRER**, por não apresentar comprovação de aptidão técnica, sendo que as demais empresas ficam **TECNICAMENTE APTAS A CONCORRER**.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), no uso de suas atribuições constatou que ocorreram problemas na execução do contrato 027/2016 firmado pela empresa THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBOLIARIOS LTDA com esta municipalidade sendo que o mesmo teve que ser rescindido, conforme documentos anexos nos autos.

Com base nesses documentos a Comissão considera a empresa THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBOLIARIOS LTDA não apta a participar deste certame.

A Comissão concluiu ainda que as demais empresas atenderam todas as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) **RESOLVE**:

INABILITAR AS EMPRESAS

- ANA CARDOSO EIRELI;
- THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBOLIARIOS LTDA.

HABILITAR AS EMPRESAS

- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- RVC CONSTRUTORA LTDA ME;

- BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- PROGET CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP;

Com base nas informações acima, a Comissão Permanente de Licitações remete esta análise à PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, para parecer acerca da INABILITAÇÃO da empresa THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBOLIARIOS LTDA, e após manifestação dará publicidade desta.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 28 / 08 /2019, às 17 h 30 min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 16 de agosto de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra				
Presidente da CPL	Membro da CPL				
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2019

Publicação Nº 2128690

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2019 – PR 058/2019 – Processo 217/2019 – Proc. Adm. 3355/2019 – Fornecedor: COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS BADU EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Percentual de desconto da ATA: LOTE I – VEÍCULOS LEVES: mão de obra: 10%; peças: 10%. A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 06 de agosto de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2019

Publicação Nº 2128693

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2019 – PR 058/2019 – Processo 217/2019 – Proc. Adm. 3355/2019 – Fornecedor: DOMINGOS MARTINS AUTO CENTER PEÇAS E MECÂNICA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Percentual de desconto da ATA: LOTE II – VEÍCULOS MÉDIOS: mão de obra: 10% (dez por cento); peças: 10% (dez por cento); LOTE III – MOTOCICLETAS: mão de obra: 15% (quinze por cento); peças: 20% (vinte por cento). A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 06 de agosto de 2019.

CONTRATO/CT: Nº 119/2019

Publicação Nº 2128870

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 119/2019 – PR 072/2019 – Processo 267/2019 – Proc. Adm. 4667/2019 - Contratado: MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CONTÊINER ADAPTADO PARA BANHEIRO PÚBLICO A SER INSTALADO NA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ/SC, DE RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER. Valor do Contrato: R\$ 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 05 de agosto de 2019.

PORTARIA FMEL/PMSJ Nº 026/2019

Publicação Nº 2128872

PORTARIA FMEL/PMSJ nº 026, de 16 de agosto de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor Gilmar Brito, matrícula 430166-8 para efetuar a fiscalização do Contrato n.º 119/2019 decorrente do Pregão Presencial nº 072/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor Edson Serafim, matrícula nº 33245-3, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor da data designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João David Garcia
Superintendente da Fundação de Esportes e
Lazer de São José - FUNESJ

PORTARIA SA 1080/2019

Publicação Nº 2127830

PORTARIA– SA – Nº 1080/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias, a começar de 03.07.2019 a 30.09.2019, referente ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2009/2014, ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELIZETE PORCIA MEIRA VIEIRA, matrícula nº 13786-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03.07.2019.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1081/2019

Publicação N° 2127832

PORTARIA- SA – N° 1081/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei n° 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias, a começar de 29.07.2019 a 26.10.2019, referente ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2009/2014, ao (a) servidor (a) Sr. (a) VERGINIA GOMES DA SILVA, matrícula n° 21661-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29.07.2019.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1082/2019

Publicação N° 2127840

PORTARIA- SA – N° 1082/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei n° 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias, a começar de 29.07.2019 a 26.10.2019, referente ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2004/2009, ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANA LUCIA SOUTO ACIOLI DE MATOS, matrícula n° 13752-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29.07.2019.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1083/2019

Publicação N° 2127921

P O R T A R I A- SA - N.º 1083/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) GIANE CARDOSO BATTISTUZZI, matrícula n° 21674-7 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias de 30.07.2019 a 12.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1084/2019

Publicação Nº 2127923

P O R T A R I A- SA - N.º 1084/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) FERNANDA ROCHA PEREIRA BARCELOS, matrícula nº 16509-3 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 32 (trinta e dois) dias de 31.07.2019 a 31.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1085/2019

Publicação Nº 2127928

P O R T A R I A- SA - N.º 1085/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) CLAUDIANNY K. VIEIRA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 35754-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 08.08.2019 a 03.02.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1086/2019

Publicação Nº 2127931

P O R T A R I A- SA - N.º 1086/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) PATRÍCIA DO ROSÁRIO DANTAS, matrícula nº 428576-0 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 10.08.2019 a 08.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1087/2019

Publicação Nº 2127935

P O R T A R I A- SA - N.º 1087/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) MARIA GISELE KOERICH, matrícula n.º 21718-2, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 07.08.2019 a 02.02.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1088/2019

Publicação Nº 2127994

P O R T A R I A- SA - N.º 1088/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ELIZIANA CLAUDIA DIAS JUNCKES, matrícula nº 42181-2 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 29.07.2019 a 26.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1089/2019

Publicação N° 2127947

P O R T A R I A- SA - N.º 1089/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TANIA REGINA PEREIRA, matrícula n.º 21663-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 14.08.2019 a 11.11.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1090/2019

Publicação N° 2127949

P O R T A R I A- SA - N.º 1090/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARILENE P. MENDES DOS SANTOS, matrícula n.º 33300-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 20.07.2019 a 17.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1091/2019

Publicação N° 2127952

P O R T A R I A- SA - N.º 1091/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARISA ADELINA SCHEIDT, matrícula n.º 33570, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 12.08.2019 a 09.11.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1092/2019

Publicação Nº 2127954

P O R T A R I A- SA - N.º 1092/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ILSON ROBERTO DOS SANTOS, Matrícula n. º 15156-4, lotado (a) na Fundação de Cultura, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 53 (cinquenta e três) dias, de 07.08.2019 a 28.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1093/2019

Publicação Nº 2127957

P O R T A R I A- SA - N.º 1093/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VALDIR FREITAS ARAUJO, Matrícula n. º 23380-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Combate a Endemias, para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 17.08.2019 a 15.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1094/2019

Publicação Nº 2127959

P O R T A R I A- SA - N.º 1094/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JANAINA PERES KAHL, Matrícula n. ° 428123-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem, para Tratamento de Saúde por 15 (quinze) dias, de 14.08.2019 a 28.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1095/2019

Publicação Nº 2127960

P O R T A R I A- SA - N.º 1095/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). IRINEA SCHMITZ, Matrícula nº 33988-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem, para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 01.08.2019 a 30.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1096/2019

Publicação Nº 2127964

P O R T A R I A- SA - N.º 1096/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). BRUNO GUILHERME SEEMANN, Matrícula nº 1831-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 13.08.2019 a 10.11.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1097/2019

Publicação Nº 2127967

P O R T A R I A- SA - N.º 1097/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GRAZIELA MONTEIRO ALFF, Matrícula nº 39628-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira, para Tratamento de Saúde por 40 (quarenta) dias, de 06.08.2019 a 14.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1098/2019

Publicação Nº 2127969

P O R T A R I A- SA - N.º1098/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). OSMAR VIEIRA FILHO, matrícula n.º 30745-7, lotado (a) na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, no cargo de Arquiteto, Licença para Tratamento de Saúde por 150 (cento e cinq-enta) dias, de 13.08.2019 a 09.01.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1099/2019

Publicação Nº 2127971

P O R T A R I A- SA - N.º 1099/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) ALESSANDRA REGINA BORGES, matrícula n.º 32810-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativa, readaptação funcional por 120 (cento e vinte) dias de 19.08.2019 a 16.12.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 19 de Agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1100/2019

Publicação Nº 2127974

P O R T A R I A- SA - N.º 1100/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FERNANDO LUCAS HARA PEREIRA, Matrícula nº 428103-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Fisioterapeuta, para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 12.07.2019 a 09.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1101/2019

Publicação Nº 2127975

P O R T A R I A- SA - N.º 1101/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSÉ ROBERTO ALVES, Matrícula nº 426413-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem, para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 15.07.2019 a 13.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1102/2019

Publicação Nº 2127977

P O R T A R I A- SA - N.º 1102/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSIANE BARBOSA OLIVEIRA, Matrícula nº 429038-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem, para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 04.07.2019 a 01.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1103/2019

Publicação Nº 2127979

P O R T A R I A- SA - N.º 1103/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). RENATA DE SOUZA FAGUNDES, Matrícula nº 428129-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, para Tratamento de Saúde por 21 (vinte e um) dias, de 09.07.2019 a 29.07.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1104/2019

Publicação Nº 2127982

P O R T A R I A- SA - N.º 1104/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARINILDA MACHADO, Matrícula nº 39166-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário, para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 29.07.2019 a 27.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1105/2019

Publicação N° 2127984

P O R T A R I A- SA - N.º 1105/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) GISELE BERNO SCARDUELLI, matrícula n.º 426494-0, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro da Família, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 29.07.2019 a 24.01.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1106/2019

Publicação N° 2127987

P O R T A R I A- SA - N.º 1106/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCOS CESAR BRINHOSA, matrícula n.º 23146-0, lotado (a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no cargo de Agente Operacional, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 12.07.2019 à 10.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 09 de julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1107/2019

Publicação N° 2127991

P O R T A R I A- SA - N.º 1107/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TATIANE DE SOUZA FELISBINO, matrícula n.º 35278-0, lotado (a) na Secretaria da Receita, no cargo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 28.07.2019 à 26.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SMS/PMSJ Nº 043/2019

Publicação Nº 2128699

PORTARIA SMS/PMSJ nº 043, de 12 de agosto de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Márcio Hoegenn, matrícula 428215-9, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços 195 e 196/2019 decorrentes do Pregão Presencial nº 058/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Jailton A. Martins, matrícula 33253, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 083/2019

Publicação Nº 2128990

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 083/2019 – Processo nº 324/2019 – Proc. Adm. 4831/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE JARDINEIROS, ROÇADORES COM E SEM EQUIPAMENTOS, PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA, REVITALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS, ÁREAS PÚBLICAS, JARDIM BOTÂNICO E PARQUE AMBIENTAL DOS SABIÁS/HORTO FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 05/09/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/09/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0399.

PREGÃO PRESENCIAL 100/2019

Publicação N° 2128270

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 100/2019 – Processo nº 385/2019 – Proc. Adm. 6878/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ NAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 02/09/2019 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 02/09/2019 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0445.

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2018-01

Publicação N° 2128923

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2018-01 – Proc. Adm. 6633/2019 – Contratado: LÚCIO JOAQUIM ELLER - EPP. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO QUALITATIVO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 318/2018 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO ACRÉSCIMO QUALITATIVO: Será acrescido da Ata de Registro de Preços o item 149, o que equivale ao montante total de R\$ 13.249,98 (treze mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos), referente a 1.620 comprimidos de TOPIRAMATO 100MG; O acréscimo altera o valor global da Ata de Registro de Preços de R\$ 53.828,12 (cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e doze centavos) para R\$ 67.078,10 (sessenta e sete mil e setenta e oito reais e dez centavos), representando 24,61% (vinte e quatro inteiros e sessenta e um décimos por cento). Data da assinatura: 09 de agosto de 2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 17/2019

Publicação N° 2128984

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 17/2019 DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pelo SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, Sra. LILIAN SANDIN BOEING, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC..

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA -	R\$ 284.879,02
TOTAL:	R\$ 284.879,02

São José, 16 de agosto de 2019.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

	LILIAN SANDIN BOEING SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N.º 015/2019**

Publicação N° 2128549

EXTRATO DO CONTRATO N.º 015/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 25/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 171/2019/DA

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

CONTRATADA: ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviço com fornecimento do material necessário à instalação de paredes divisórias para as salas do Protocolo, Procuradoria da Mulher e Área de serviço da Câmara Municipal de São José/SC.

VALOR: R\$ 3.516,36 (três mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

FUNDAMENTO: Art. 24, II da Lei n.º 8.666/1993

EXTRATO DO CONTRATO N.º 016/2019

Publicação N° 2128548

EXTRATO DO CONTRATO N.º 016/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 26/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 144/2019/DA

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

CONTRATADA: TRANSPORTE E TURISMO TIO BETO LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de transporte para os participantes do Programa Parlamento Jovem da Câmara Municipal de São José/SC.

VALOR: R\$ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

FUNDAMENTO: Art. 24, II da Lei n.º 8.666/1993

PEDIDO DE ORÇAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 178/2019

Publicação N° 2128908

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão em adquirir copos e canecas retornáveis, estará recebendo orçamentos até o dia 29/08/2019 conforme especificação abaixo:

- 1) Copo plástico com capacidade de 400ml com impressão externa em 2 cores
- 2) Caneca térmica com tampa e capacidade aproximada de 380ml com impressão externa em 2 cores

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2019/SEMAE

Publicação Nº 2128129

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019/SEMAE

Júnior Kunz, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o § 1º, do Artigo 13, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de São José do Cedro, Edital nº 004/2019, de 30 de julho de 2019, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 6.564, de 16 de agosto de 2019, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

BIOQUÍMICO

MARCELO JOSÉ ANGHINONI NAVA

Gabinete do Diretor Geral do SEMAE de São José do Cedro, em 19 de agosto de 2019.
JUNIOR KUNZ,
Diretor Geral do SEMAE.

EDITAL Nº 030/2019

Publicação Nº 2128127

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o § 1º, do Artigo 13, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, e o Artigo 35, da Lei nº 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Estatuto do Magistério, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 002/2017, de 21 de setembro de 2017, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 6.158, de 31 de janeiro de 2018, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

ROSANEI CASALI

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 DE AGOSTO DE 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 20/2019 SEMAE

Publicação Nº 2128480

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2019 PROCESSO Nº 20/2019 HOMOLOGAÇÃO: 19/08/2019 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAIS DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESPECIALISTA PARA ATUAR COMO ASSISTENTE TÉCNICO EM PERÍCIA A SER REALIZADA NO ÂMBITO DA AÇÃO Nº 0300138-59.2014.8.24.0065, PROPOSTA PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO FRENTE À COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN - CONTRATADO: NOTUS SERVICOS DE ENGENHARIA SC LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 21.896,00 (vinte e um mil oitocentos e noventa e seis reais) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações. São José do Cedro, 19/08/2019 JUNIOR KUNZ - Diretor Do Semae

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.133/2019

Publicação Nº 2128035

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº133/2019

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº133/2019, Edital de Pregão Nº133/2019, Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA PARA USO NA OFICINA MECÂNICA DA GARAGEM DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 30/08/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.134/2019

Publicação Nº 2128036

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº134/2019
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº134/2019, Edital de Pregão Nº134/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 02/09/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 514/2019

Publicação Nº 2128501

PORTARIA Nº 514/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Item 11.6 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Leandra Valéria Schultz, para exercer o cargo de Professor Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto à Escola Municipal de 1º Grau Novo Sarandi, no período de 14 a 27 de agosto de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Marcia Teresinha Hanzen Roos, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Em caso de retorno da titular da vaga o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 14 de agosto de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 515/2019

Publicação Nº 2128505

PORTARIA Nº 515/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato temporário da servidora pública municipal, Luciane Maciel, admitida para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste Município, no período de 19 de agosto a 20 de dezembro de 2019, em substituição a titular da vaga, Iraci Francke Wolfart, que se encontra em Auxílio Doença.

Art. 2º. Em caso de retorno da titular da vaga o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 19 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

ATA 03/2019 - COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

Publicação Nº 2128320

COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

ATA Nº 03/2019

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 10 horas, reuniram-se na sede do Instituto Cultural de São Lourenço, todos os membros da Comissão Central Organizadora do 7º São Lourenço Rock Festival, designada pela Portaria nº 024, de 28 de maio 2019 - ICSL, para tratar da análise do recurso do proponente Willian Mazieiro, responsável pela inscrição da banda Rey Cabron, interposto em virtude da publicação da classificação com a reavaliação da documentação apresentada e revisão da pontuação, desencadeando na desclassificação da recorrente.

De tal forma, considerando o exposto, a Comissão Central Organizadora reavaliou a documentação da recorrente e chegou a seguinte tabela de pontuação:

REY CABRÓN / SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	01
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	15
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	0
Gravação de EP ("Extended Play").	0
Gravação de Clipe.	02
Gravação de Single.	01
TOTAL DE PONTOS	20

Constata-se, portanto, que houve empate com a banda Carlota Joaquina, já que ambas atingiram 20 (vinte) pontos, e, considerando que o Regulamento não prevê situações de empate, a Comissão Central Organizadora precisou elencar critérios, na forma do item 8.4 do referido Regulamento, com o objetivo de decidir acerca da seleção das propostas, de modo a melhor atender a finalidade do evento.

Deste modo, a CCO decidiu por dar maior relevância ao tempo de existência do grupo, bem como a produção artística trazida pelas propostas que obtiveram a mesma pontuação, mantendo-se a seleção da banda Carlota Joaquina, inscrita pelo proponente Djonatan Victor Fronza, para apresentação durante o 7º São Lourenço Rock Festival.

Diante da decisão e finalizada reunião, eu, Fabio Luiz Figueira Santos lavrei a presente ata que segue assinada por todos os presentes.

Lourenço Rômulo Innocêncio Neto Presidente da CCO	Everton Luiz Lovera Membro
Fábio Luiz Figueira Santos Secretário	Roveli Bichels Membro
Rennã Higor Fedrigo Presidente do ICSL	

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2019 - SRP - PR Nº 086/2019

Publicação Nº 2128393

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/08/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2019. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de Agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.351, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128787

DECRETO Nº 6.351, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Altera o Decreto nº 6.328, de 06 de agosto de 2019, que permite o uso oneroso de espaços pertencentes à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO ESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo primeiro, do artigo 1º, do Decreto nº 6.328, de 06 de agosto de 2019, que "Permite o uso oneroso de espaços pertencentes à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º

§ 1º Os espaços a terem o uso permitido tratam-se dos seguintes:

I - Teatro Professor Arno Ignácio Etges, no valor de 3,74 (três vírgula setenta e quatro) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a R\$ 442,55 (quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos);

II – Copa do teatro, no valor de 0,93 (zero vírgula noventa e três) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a R\$ 110,05 (cento e dez reais e cinco centavos); (NR)".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.026, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2127939

PORTARIA Nº 1.026, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 104 e 105, §1º, §2º e §3º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal ROSANGELA PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo Professor Habilitado – ACT, matrícula nº 3385/09, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, de 15 a 29 de agosto de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 15 de agosto de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de Agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.027, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128666

PORTARIA Nº 1.027, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017 e Decreto nº 6.307 de 03 de Julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora JÉSSICA PRISCILA SANTOS DE OLIVEIRA, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de MÉDICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no PSF de São Roque, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 23 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de Agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____/____/2019.

PORTARIA Nº 1.028, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128668

PORTARIA Nº 1.028, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CAMILA LAZARIN GALLINA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, matrícula nº 3338/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 11 a 25 de setembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____/____/2019.

PORTARIA Nº 1.029, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128671

PORTARIA Nº 1.029, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CRISTIANE DEON, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, matrícula nº 3224/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de setembro a 25 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____/____/2019.

PORTARIA Nº 1.030, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128673

PORTARIA Nº 1.030, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal IVANIR D'AVILA TONIAL, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, matrícula nº 1992/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 de setembro a 01 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.031, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128677

PORTARIA Nº 1.031, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JAIRSON LAZAROTTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3357/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de setembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.032, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128680

PORTARIA Nº 1.032, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JANETE CONCI MELLA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, matrícula nº 2011/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 de setembro a 01 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.033, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128683

PORTARIA Nº 1.033, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal KEMOLI SPINELLO, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 3392/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 23 de setembro a 07 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.034, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128685

PORTARIA Nº 1.034, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal MARCIO LUIS BERNARDI, ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico, matrícula nº 3001/30, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 23 de setembro a 07 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.035, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128691

PORTARIA Nº 1.035, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal VOLNEI KOSMANN, ocupante do cargo de Motorista Carga Pesada, matrícula nº

3000/06, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 de setembro a 10 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.036, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2128715

PORTARIA Nº 1.036, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal TISSIANA MARIA FALCÃO MULLER POSSER, ocupante do cargo de Médico Especialista, matrícula nº 3479/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 05 de setembro a 04 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/2019.

Publicação Nº 2129054

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/2019.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE LINHA SANTA CLARA.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado partícipe e com Associação de Moradores da comunidade de Linha Santa Clara, CNPJ nº 07.724.424/0001-48, com sede na Linha São João, interior no município de São Lourenço do Oeste - SC representado pelo Sr. Gilmar Barossi, inscrita no CPF 732.818.759-04 doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Termo de Colaboração, decorrente de Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 10/2019, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em plano de trabalho do Associação de Moradores da comunidade de Linha Santa Clara, CNPJ nº 07.724.424/0001-48, parte integrante do presente Termo de Colaboração, cuja finalidade específica consiste na COBERTURA DO SALAO DE EVENTOS DA COMUNIDADE.

1.2 – O objeto deste Termo de Colaboração não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

a) Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;

- b) Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
 - c) Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
 - d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- 2.2 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
 - d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração;
 - e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.
- 2.3 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;
- 2.4 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;
- 2.5 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- 2.6 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

- a) Informar ao Município de São Lourenço do Oeste todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;
 - b) Divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - b.1) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
 - b.2) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;
 - b.3) descrição do objeto da parceria;
 - b.4) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
 - b.5) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
 - b.6) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
 - c) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
 - d) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
 - e) Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou da conclusão do objeto proposto, o que ocorrer primeiro.
 - f) Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- 3.2 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 – O Gestor deste Termo de Colaboração é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de divulgação do município, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, com poderes de controle e fiscalização.
- 4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.
- 4.3 – São obrigações do Gestor:
- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
 - d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
 - e) comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
- 4.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas, cabendo ao Gestor:
- a) retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, quando for o caso, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 – Este Termo de Colaboração terá vigência até dia 31 de dezembro de 2019, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2019:

Órgão	06 Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade	01 Secretaria de Administração e Fazenda
Funcional	04.122.4503.2.006 Manutenção das Atividades Da Secretaria de Administração e Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.00.00.00 Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Recurso	1000
Dotação	16

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Colaboração estão fixados em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

7.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 03(três) parcelas sendo depositada em conta específica no Banco CRESOL Agencia 2549-6 Conta Corrente 15.260-9 após a publicação do Termo, seguindo o seguinte cronograma:

1ª Parcela: até 30 de agosto de 2019, Valor R\$ 20.000,00;

2ª Parcela: até 30 de setembro de 2019, Valor R\$ 15.000,00;

3ª Parcela: até 30 de outubro de 2019, Valor R\$ 15.000,00;

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

8.2 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

8.3 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.4 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

8.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.6 – Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá ser admitida a realização de pagamentos em espécie, desde que sejam devidamente identificados os fornecedores e prestadores de serviços que receberão.

8.6.1 – Quem receber os pagamentos em espécie deverá emitir recibo com a data em que a transação foi efetuada, e obrigatoriamente deve conter no recibo a assinatura de quem está pagando e recebendo, devidamente identificados.

8.6.2 – Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 – O presente Termo de Colaboração deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.3 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

9.4 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.4.1 – extrato da conta bancária específica;

9.4.2 – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;

9.4.3 – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

9.4.4 – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

9.4.5 – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.

9.5 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.6 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

9.6.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

9.6.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

9.7 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

9.7.1 – os resultados já alcançados e seus benefícios;

9.7.2 – os impactos econômicos ou sociais;

9.7.3 – o grau de satisfação do público alvo;

9.7.4 – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.8 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data de liberação de cada parcela do recurso e ao final do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.8.1 – O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

9.8.2 – O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

9.9 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

9.9.1 – aprovação da prestação de contas;

9.9.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

9.10 – As prestações de contas serão avaliadas como:

9.10.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.10.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

9.10.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

9.10.4 – omissão no dever de prestar contas;

9.10.5 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.10.6 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.10.7 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.11 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.12 – O prazo referido no item 9.11 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.13 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.14 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste Termo de Colaboração, quando for o caso, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

12.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Colaboração, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

12.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Colaboração por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte

prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

12.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1 – advertência;

13.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Lourenço do Oeste - SC, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Colaboração ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Colaboração.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

Visto e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, em 19/08/2019.

ELISABETH REDIVO

OAB/SC 21.317

Procuradora Geral do Município

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 2128654

ATO JUSTIFICADOR DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO (ART. 31, CAPUT, E INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014)

TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE – APAE

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO 01/2019

TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2019

VALOR: R\$ 60.000,00

Considerando que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Miguel do Oeste/SC – APAE há anos vem desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, sendo a única no município que desenvolve a atividade proposta, a qual é de grande relevância para o interesse público;

Considerando que de acordo com o art. 31, caput, e inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária;

O Município de São Miguel do Oeste/SC torna público a inexigibilidade de realização de chamamento público para fins de celebração de termo de colaboração com a APAE – São Miguel do Oeste/SC, que tem como objeto o atendimento especializado às pessoas portadoras de deficiência, na forma do art. 31, caput e inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2017.

A presente justificativa, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, será publicada no Diário Oficial do Município, admitindo-se impugnação, no prazo de 5 (cinco dias), na forma da Lei.

São Miguel do Oeste/SC, 19 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 0140 ALTERA MEMBRO COMISSÃO PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO

Publicação Nº 2129089

PORTARIA Nº 0140/2019

ALTERA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 0341/2018.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

Considerando o memorando interno do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, protocolado sob nº 6626/2019, o qual solicita a substituição de membro para compor a Comissão de Pregoeiros e Equipe de Apoio.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Mauro Fernando Dorigan, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula funcional nº 21962101, para compor a Comissão de Pregoeiros e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola do Município de São Miguel do Oeste – SC, designada pela Portaria nº 0341/2018 de 27 de dezembro de 2018, em substituição ao servidor Emerson Zanon, designado pela Portaria nº 0081/2019 de 28 de maio de 2019.

Art. 2º O servidor ora designado cumprirá o tempo de mandato remanescente do substituído.

Art. 3º O servidor ora designado fará jus a gratificação contida no Art. 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentadas pelo Decreto n. 8.178/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 0081/2019 de 28 de maio de 2019.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 19 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0141 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATO 0122/2019

Publicação Nº 2129090

PORTARIA Nº 0141/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

CONSIDERANDO o memorando interno nº 0218/2019 da Secretaria Municipal de Urbanismo, protocolado sob nº 6652/2019, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Charles Dall Orsoletta, portador da matrícula funcional n. 22023901, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento, em substituição a senhora Sílvia Regina Bedin, designada pela Portaria nº 0102 de 24 de junho de 2019, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa para elaboração de estudos de avaliação ambiental preliminar e investigação confirmatória para posterior licenciamento do Cemitério São Miguel e Almas de propriedade do Município, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 072/2019, Pregão Presencial nº 051/2019, Contrato nº 0122/2019;

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 0102/2019 de 24 de junho de 2019.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 19 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0142 ALTERA MEMBRO COMISSÃO PORTARIA 002/2019

Publicação Nº 2129092

PORTARIA Nº 0142/2019

ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 0023/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA APURAR EVENTUAL RESPONSABILIDADE DE PESSOA JURÍDICA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o memorando interno da Secretaria Municipal de Saúde protocolado sob nº 6749/2019, o qual solicita a alteração de membro para compor a Comissão.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso II, do Art. 2º, da Portaria 0023 de 19 de fevereiro de 2019, que nomeia membros para compor a Comissão Especial para apuração de eventual responsabilidade da empresa ORO & ORO LTDA ME na execução do Contrato nº 06/2018, da Secretaria Municipal de Saúde, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

II - Caroline Bello, ocupante do cargo de Farmacêutico, matrícula funcional nº 22004401;”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 19 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP N. 1162/2019 - HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DO ITEM 1.1 DO EDITAL 007/2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2128206

PORTARIA SGPT/DDP N. 1162/2019

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DO ITEM 1.1 DO EDITAL 007/2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e

CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial 007/2019;

CONSIDERANDO que não houve inscrições de candidatos habilitados nos termos do item 2.1 do edital 007/2019, havendo a inscrição somente de candidatos não habilitados;

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Emergencial 007/2019.

Candidato	Nota Qualificação	Nota Experiência	Nota Total
Ana Julia Joaquim	2,0	3,0	5,0
Maritania Marconi Lolato	3,0	-	3,0
Janieli Prudente	Desclassificada nos termos do Item 2.2 do Edital 007/2019		

Art. 3º Deixa de homologar o resultado preliminar apresentado pela Comissão constituída por meio do item 1.1 do edital 007/2019, uma vez que contrária às normas do edital 07/2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 19 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1004/2019

Publicação Nº 2128208

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1004/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SALETE ANDRETTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Pedagogo, junto ao CAPS, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03 de julho de 2019 até 02 de julho de 2020.
Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de julho de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PROC 205/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2128114

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de usina de asfalto e equipamentos, para atender as necessidades de usinagem e aplicação de asfalto no município, conforme Proposta nº 104032/2017, Convênio SICONV Nº 863042/2017, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e o Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 02 de setembro de 2019.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199 fones (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Administração e Finanças

Saudades

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019

Publicação N° 2128529

MUNICÍPIO DE SAUDADES

PROCESSO LICITATÓRIO N° 1891/2019

TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019

OBJETO: Aquisição de um equipamento "Arco Cirúrgico em C", para a Secretaria Municipal de Saúde.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 20 de agosto de 2019, no site: www.saudades.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC. Informações fone: (49) 3334-0127.

DATA: Os interessados poderão entregar documentos de habilitação e proposta até às 09:00 horas dia 24 de setembro de 2019, abertura e julgamento a partir das 09:00 horas, do mesmo dia na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.

Saudades, SC, 20 de agosto de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal de Saudades

Schroeder

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2019-PMS

Publicação Nº 2128351

CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO

Ata de registro de Preços nº. 24/2019-PMS

Processo de licitação nº. 51/2019 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº. 31/2019 – PMS

Pelo presente Termo de Cancelamento de preço registrado na Ata de registro de Preços de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa JOCIMAR FIGUEIREDO, inscrita sob CNPJ nº. 29.793.736/0001-46, estabelecida na Rua Gustavo Zoschke, nº 456, Bairro estrada das Areias, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.087-162, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Jocimar Figueiredo, inscrito no CPF sob o nº 027.049.139-27, ficam ajustados o cancelamento dos preços registrados de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª – DO CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO:

Pelo presente Cancelamento de preço registrado para todos itens vencidos pela empresa JOCIMAR FIGUEIREDO, inscrita sob CNPJ nº. 29.793.736/0001-46, referente a Ata de registro de Preços nº. 24/2019-PMS, Processo de licitação nº. 51/2019 – PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº. 31/2019 – PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, realizada em 24 de maio de 2019, conforme Parecer da Procuradoria nº 077/2019-PROJUR.

CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira da respectiva ata de registro de preços, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de Cancelamento de preço registrado na Ata de registro de Preços em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 19 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Guilherme Sandmann da Silva Vianna

CPF Nº. 085.168.389-43

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF Nº. 047.563.299-00

Testemunha 02

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-SEMEC/PMS

Publicação Nº 2129075

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VANESSA FUNCK, inscrita no CPF sob nº. 039.829.269-80, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 19 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 15 de agosto de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Eberton Vargas Trentin
Secretário de Educação e Cultura

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2019-SEMEC/PMS

Publicação N° 2129071

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DAIANE VERGUES, inscrita no CPF sob n°. 086.564.229-01, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 19 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 15 de agosto de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Eberton Vargas Trentin
Secretário de Educação e Cultura

EXTRATO DO CONTRATO N°. 53/2019-PMS

Publicação N° 2127881

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n°. 53/2019-PMS
Dispensa n°. 30/2019-PMS - Processo n°. 100/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO -SEC AR/SC, inscrita no CNPJ sob o n°. 03.603.595/0001-68, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, n°. 785, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.010-002.

Objeto: Constitui o objeto presente contrato a contratação de empresa para realização de eventos culturais no Município de Schroeder no ano letivo de 2019 para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	-------	---------	---------------------	-----------------

1	Baú de Histórias: um projeto é uma ação em prol do incentivo à leitura, valorização do contador de histórias. A escolha desses espetáculos é pautada pela qualidade da encenação e fundamentalmente pela relevância literária. Cada apresentação com 50 minutos. 1-Quedelhe o boi? A adaptação do folgado popular do Boi de Mamão se apropria de características de diversos boi brincantes do Brasil, aborda personagens típicos do folclore catarinense. 2-Maracá. É a voz que canta dentro da cabaça e através das histórias a mistura que é o povo brasileiro. 3-Brasil pequeno itinerante. Tem história que é da Bahia, tem do Rio Grande do Sul também. Vai para Tocantins, desce para o Paraná, sobe para a Paraíba, segue o bordado em Minas Gerais. É um espetáculo de Bonecos em Miniatura que fala histórias reais de pessoas reais espalhadas pelo Brasil. 4-A caixa os Brinquedos e o Mágico de OZ. De uma caixa de papelão saem os objetos que auxiliam a contadora a descrever as aventuras de Doroty no reino de OZ. A peça propõe o jogo lúdico e literário, transformando objetos simples ou descartados em personagens e cenários.	4	Unid.	2.012,50	8.050,00
2	Apresentações teatrais - 50 minutos cada apresentação	2	Unid.	900,00	1.800,00
3	Eventos de Contação de Histórias - 1 hora	2	Unid.	650,00	1.300,00
TOTAL R\$					11.150,00

Valor do contrato: R\$ 11.150,00 (onze mil, cento e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 19/08/2019 – Vigência: 31/12/2019
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO – 001/2019 RH

Publicação Nº 2128125

NOTIFICAÇÃO – 001/2019 RH

Fica a empresa PRO SAUDE ASSESSORIA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, CNPJ 24.450.706/0001-13, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preço nº 80/2018 referente pregão 86/2018-PMS firmado com o Município de Schroeder, em específico: Das obrigações da empresa vencedora,

Cláusula - 20.1.16. Respeitar o código de conduta ético-profissional.

Cláusula – 20.1.28. Os exames deverão ser realizados de segunda a sexta-feira e prestados pelo contratado em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o respectivo agendamento;

Cláusula – 20.1.29. O agendamento dos exames e consultas médicas, inclusive as consultas especializadas, deverá ser efetuada em, no máximo, 48 horas após a solicitação da Diretoria de Recursos Humanos.

Por essa Notificação, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para adimplir o Contrato com a resolução do problema:

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto as penalidades previstas no § 4º, Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverá apresentar justificativa em 10 (dez) dias úteis.

Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida após o prazo de entrega, e a defesa se apresentada sendo indeferida, ensejará as aplicação das sanções previstas em lei.

Atenciosamente,

Schroeder, 16 de agosto de 2019.

Fernando Rodrigo da Rosa Procurador Municipal	Rubian Behling Analista de Recursos Humanos
--	--

A
Ederaldo Luiz Kopsch
Pro Saude Assessoria em Segurança do Trabalho

PORTARIA Nº 7.992/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129078

PORTARIA Nº 7.992/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença a partir de 14/08/2019 a 18/08/2019 da servidora Sra. Maria do Carmo Vasconcellos Pompermaier, que desempenha a função de Professora C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Schroeder, 14 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalEBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**PORTARIA Nº 7.994/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2129081

PORTARIA Nº 7.994/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Assistência Social através do Memorando nº. 037/2019 – SMAS datado em 15 de julho de 2019;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2019-SMS/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.771/2019, de 29/05/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, o Sr. Fabio Nicolau Gomes para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2019-SMS/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 14 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.995/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129083

PORTARIA Nº 7.995/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 137/2019 – SEMEC datado em 1 de agosto de 2019;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, o Sr. Andreia Aparecida Miranda Mikulis para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 14 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.996/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129084

PORTARIA Nº 7.996/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 135/2019 – SEMEC datado em 1 de agosto de 2019;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, o Sr. Carla Wille Donel para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 14 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.997/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129085

PORTARIA Nº 7.997/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 134/2019 – SEMEC datado em 1 de agosto de 2019;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, o Sr. Lucas Oliveira Reple para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 14 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.998/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2129087

PORTARIA Nº 7.998/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 132/2019 – SECEL datado em 1 de agosto de 2019;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Ramielle Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2019/SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 14 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 31_2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2128375

<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2019 - PR</p>	<p>Processo Administrativo: 51/2019 Processo de Licitação: 29/04/2019 Data do Processo:</p>	<p>Folha: 1/1</p>
<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 84/2019 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12

Schroeder, 19 de Agosto de 2019

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	-	- Pregoeiro(a)
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Equipe de Apoio
Valdeir Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	-	- Equipe de Apoio

DISPENSA 30/2019-PMS

Publicação Nº 2127888

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 30/2019 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 100/2019
Data: 16/08/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: **SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC**

Código: 14222

Endereço: R FELIPE SCHIMIDT,785 - 1,2,3

Cidade: FLORIANOPOLIS - SC

CNPJ: 03.603.595/0001-68

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para realização de eventos culturais no Município de Schroeder no ano letivo de 2019 para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Baú de Histórias: um projeto é uma ação em prol do incentivo à leitura, valorização do contador de histórias. A escolha desses espetáculos é pautada pela qualidade da encenação e fundamentalmente pela relevância literária. Cada apresentação com 50 minutos. 1-Quedelhe o boi? A adaptação do folgado popular do Boi de Mamão se apropria de características de diversos boi brincantes do Brasil, aborda personagens típicos do folclore catarinense. 2-Maracá. É a voz que canta dentro da cabaça e através das histórias a mistura que é o povo brasileiro. 3-Brasil pequeno linerante. Tem história que é da Bahia, tem do Rio Grande do Sul também. Vai para Tocantins, desce para o Paraná, sobe para a Paraíba, segue o bordado em Minas Gerais. É um espetáculo de Bonecos em Miniatura que fala histórias reais de pessoas reais espalhadas pelo Brasil. 4-A caixa os Brinquedos e o Mágico de OZ. De uma caixa de papelão saem os objetos que auxiliam a contadora a descrever as aventuras de Doroty no reino de OZ. A peça propõe o jogo lúdico e literário, transformando objetos simples ou descartados em personagens e cenários.	UN	2.012,50	8.050,00
2	2,00	Apresentações teatrais - 50 minutos cada apresentação	UN	900,00	1.800,00
3	2,00	Eventos de Contação de Histórias - 1 hora	UN	650,00	1.300,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Se faz necessário a dispensa de licitação em função das demais empresas que entramos em contato não terem interesse em oferecer o serviço, desta forma se torna inviável a licitação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 30/2019 - DL**Processo Nr.:** 100/2019
Data: 16/08/2019

Folha: 2/2

Schroeder, 16 de Agosto de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

05/08/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Agosto de 2019

Valor da Despesa:

11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1697

Publicação Nº 2128884

DECRETO Nº 1697, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Abre crédito adicional suplementar por conta do remanejamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 5.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do art. 31 da Lei 1983, de 21 de novembro de 2018 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “d”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1988 de 19 de dezembro de 2018, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2019 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 Departamento de Agropecuária

Projeto Atividade: 2.245 – Ações de Defesa e Controle Sanitário Animal – Vigilância, Inspeção e Educação Sanitária

Modalidade: 139 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Aplicações Diretas 5.000,00

TOTAL 5.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta do remanejamento da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 Departamento de Agropecuária

Projeto Atividade: 2.245 – Ações de Defesa e Controle Sanitário Animal – Vigilância, Inspeção e Educação Sanitária

Modalidade: 138 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Aplicações Diretas 5.000,00

TOTAL 5.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 16 de agosto de 2019

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 16 de agosto de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

DECRETO Nº 1698

Publicação Nº 2128046

DECRETO Nº 1698, de 19 de agosto de 2019

Formaliza Termo de Credenciamento nº 023/2019 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso “VIII” da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 023/2019, Processo de Licitação nº 188/2019, Modalidade de Inexigibilidade nº 025/2019, de 16 de agosto de 2019,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 16 de agosto de 2019, fica CREDENCIADO o Sr. João Detofano para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 188/2019, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 025/2019, datado em 16 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 19 de agosto de 2019
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 19 de agosto de 2019

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

INEXIGIBILIDADE Nº 026/2019

Publicação Nº 2127981

Processo Licitatório nº 189/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 026/2019.

Objeto: Contratação da Federação Catarinense de Bochas e Bolão
Justificativa Propiciar às equipes de bocha e bolão, masculino e feminino, a participação nas competições deste esporte em todo o estado de Santa Catarina.
Valor: R\$ 4.200,00
Fornecedor: Federação Catarinense de Bocha e Bolão

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, I.

Seara, SC, 16 de agosto de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 027/2019

Publicação Nº 2128426

Processo Licitatório nº 190/2019– Inexigibilidade de Licitação nº 027/2019.

Objeto: Contratação da Liga Catarinense de Futsal.
Justificativa Propiciar aos atletas de futsal a participação em eventos esportivos no estado Valor: R\$ 11.700,00
Fornecedor: Liga Catarinense de Futsal

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, I.

Seara, SC, 19 de agosto de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 020/2019 - FMS

Publicação Nº 2128071

Fundo Municipal da Saúde de Seara
Processo Licitatório nº 020/2019 - FMS
Edital de Pregão Presencial nº 012/2019 – FMS - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93 estará recebendo até às 08h30min do dia 02/09/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais odontológicos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtido no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 19 de agosto de 2019.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO 191/2019

Publicação Nº 2128736

Processo Licitatório nº 191/2019.

Edital de Pregão Presencial nº 084/2019 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 02/09/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de frutas, verduras e legumes. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 19 de agosto de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2019

Publicação Nº 2128712

Retificação do Processo Licitatório nº 182/2019.

Retificação do Edital de Tomada de Preços nº 016/2019

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 182/2019, na modalidade Tomada de Preços nº 016/2019, datado de 12/08/2019, que objetiva a contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material e mão de obra), para execução da reforma de uma edificação em alvenaria que abrigará a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Seara/SC. No decorrer do prazo de abertura do aludido processo licitatório foi constatado a necessidade de retificação do instrumento convocatório, haja vista que se verificou a existência de um erro na planilha orçamentária. o prazo de entrega dos envelopes fica alterado para o dia 04/09/2019, às 08:30 horas, sendo a abertura dos invólucros realizada nesta mesma data, às 08:40 horas, tudo de acordo com a lei n.º 8.666/93. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br, e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327. Publique-se.

Seara, SC, aos 19 dias do mês de agosto de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2019

Publicação Nº 2128072

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052 DE 19/08/2019.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA MODELMAQ TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA ME OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR.

Contrato que entre si celebram a(o) o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor DARCI CERIZOLLI, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa MODELMAQ TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 08.968.958/0001-82, com endereço na Rua Conde D'eu, nº 1450, Centro do Município de Serra Alta/SC, representada neste ato pelo Sr. Ademir Motter, portador do CPF nº. 767.620.849-15 e RG 2.239.776-0, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

Que de comum acordo e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, mediante sujeição mútua às normas constantes no art. 24 inciso I da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 com alterações posteriores e legislação pertinente, dispensada a licitação devido ao valor da contratação, conforme às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1- A CONTRATADA obriga-se a fornecer mediante LOCAÇÃO O SEGUINTE EQUIPAMENTO: UM ROLO COMPACTADOR, MARCA/MODELO: CATERPILAR – CS533E, com capacidade de compactação de 32 toneladas, para atender a demanda dos serviços e a manutenção das atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1– Os serviços de locação previstos na Cláusula primeira serão prestados pela CONTRATADA sem vínculo de natureza empregatícia, na própria sede do CONTRATANTE, conforme a situação o exigir, sendo que o tempo de locação está previsto para 15 dias.

2.2– Os serviços de locação serão prestados de forma personalíssima, sendo que nenhuma substituição do equipamento será permitida sem prévia comunicação e anuência do CONTRATANTE.

2.3 – A forma de execução deste contrato é indireta.

2.4- Fica a cargo da CONTRATANTE as despesas com o operador e o combustível do equipamento locado que irá prestar os serviços no Município de Serra Alta.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO

3.1 - O prazo do presente contrato iniciar-se-á na data da sua assinatura 19/08/2019 extinguindo-se em 02/09/2019, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1- Receberá a CONTRATADA pelos serviços de locação citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), valor bruto, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subseq-ente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento.

4.2. Os preços inicialmente cotados são fixos e irrevogáveis.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

5.1– As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução deste Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

5.2– Aplica-se ainda, no que couber, a Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município de SERRA ALTA-SC.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - A verba para o pagamento deste contrato será oriunda de recursos do CONTRATANTE, e serão empenhados globalmente na dotação orçamentária vigente para o exercício financeiro de 2019:

08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

2.801 – Manutenção da Secretaria dos Transportes – 3.3.90.00

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA– DA RESCISÃO

7.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa da administração, conforme descrito no art. 79 da Lei nº 8.666/93, ou amigavelmente, mediante notificação de no mínimo 02 (dois) dias de antecedência.

7.1.1 – Constituem motivos para rescisão sem indenizações:

7.1.1.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.1.1.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.1.3 – o cometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.2– razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.3 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 80 da Lei 8.666/93.

7.3 – Extingue-se este contrato pelo transcurso normal do seu prazo.

7.4 – A parte que der causa à rescisão do contrato, por inadimplemento, ficará sujeita a indenizar a outra dos prejuízos comprovados que esta vier a sofrer, além de multa no valor de 2% (dois por cento) do valor deste contrato.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – DO CONTRATANTE:

8.1.1– efetuar os pagamentos pela prestação do serviço de locação conforme o disposto na Cláusula Quarta; procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

8.1.2- Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

8.1.3- Fornecer à CONTRATADA, todas as informações relacionadas com o objeto deste contrato;

8.1.4- Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

8.1.5- Fornecer operador e equipe de trabalho, bem como o óleo diesel consumido pelo equipamento;

8.1.6- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação de serviços de locação do rolo compactador;

8.1.7- Atestar as faturas correspondentes à execução dos serviços de locação, por intermédio do servidor competente;

8.1.8- Efetuar, em favor da CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

8.2 – DA CONTRATADA:

8.2.1- Fornecer o rolo compactador mediante locação no município de Serra Alta - SC, de acordo com a solicitação;

8.2.2 – Prestar os serviços de locação em conformidade com o disposto na Cláusula Primeira e Segunda deste Contrato e de acordo com as normas técnicas inerentes aos serviços;

8.2.3– Manter o CONTRATANTE informado sobre todas as ocorrências e andamento da execução deste Contrato;

8.2.4- Permitir a fiscalização e informar o Departamento de Transportes e de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado neste contrato.

8.2.5- Arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

8.2.6- Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte cinco por cento) do valor contratual corrigido.

8.2.7- Manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato.

8.2.8- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.2.9- Despesas de manutenção preventiva e corretiva (transporte, mão de obra e peças) do equipamento será efetuado por mecânicos especializados da empresa proponente sem custos ao Município, acrescidos ao período contratual o tempo dispendido na manutenção;

8.2.10- Providenciar a imediata substituição do equipamento julgado inadequado.

8.2.11- Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados.

9.0 – CLÁUSULA NONA– DAS SANÇÕES

9.1– Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1– O gerenciamento dos trabalhos e a fiscalização será feita pela Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos ou quem este designar para tal finalidade, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhos detectadas na sua execução e comunicará às interessadas os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - O foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2- Este contrato se sujeita ainda, no que couber, às Leis Municipais inerentes ao seu assunto e ao Código Civil Brasileiro. E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

SERRA ALTA/SC, 19 de Agosto de 2019.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO DE SERRA ALTA

CONTRATANTE

MODELMAQ TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA ME

ADEMIR MOTTER

Representante Legal

CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA

Advogado

OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI

CPF: 029.867.439-43

Sec. de Administração

ROQUE CEREZOLLI

CPF: 488.137.459-15

Diretor do Dpto. de Transportes

DECRETO 146.2019

Publicação Nº 2128768

DECRETO Nº 146, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

"ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA TRAMITAÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – (REURB) INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL N. 13.465/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos para tramitação e análise de processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) instituída pela Lei Federal n. 13.465/2017.

Parágrafo Único. A Reurb deverá ser realizada observando-se as disposições deste Decreto Municipal, da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018, das demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 2º. Objetivando conduzir o procedimento administrativo de regularização fundiária urbana (Reurb) no âmbito municipal será instituída, por ato do Prefeito Municipal, "Comissão de Regularização Fundiária", composta no mínimo por:

- I – um representante da Secretaria Municipal responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb;
- II – um representante da Secretaria Municipal responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb;
- III – um representante da Secretaria Municipal responsável pela análise social dos processos de Reurb;
- IV – um representante da procuradoria geral ou da assessoria jurídica do Município, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb;

Parágrafo único. Ficará a cargo do servidor indicado no inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º. Constituem atribuições da Comissão de Regularização Fundiária:

- I – estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária;
- II – propor a abertura dos processos de Reurb de iniciativa do município;
- III – conduzir os processos de Reurb no âmbito da administração municipal;
- IV – produzir os atos administrativos correspondentes aos processos de Reurb;
- V – mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de Reurb;
- VI – emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF;
- VII – solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de Reurb, quando de interesse social;
- VIII – fiscalizar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso;
- IX – assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à Reurb;
- X – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XI – dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão.

Art. 4º. O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do decreto de nomeação, podendo haver recondução.

CAPÍTULO II

DAS FASES DA REURB

Art. 5º. A tramitação e análise dos processos de regularização fundiária urbana – Reurb no âmbito municipal obedecerá às seguintes fases:

- I – protocolo do requerimento da Reurb por um dos legitimados previstos na Lei Federal nº 13.465/2017;
- II – análise do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária e decisão quanto ao seu deferimento ou não, com a classificação da modalidade da Reurb;
- III – homologação da decisão da Comissão de Regularização Fundiária pelo Prefeito Municipal com a instauração da Reurb por Decreto;
- IV – notificação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados;
- V – processamento administrativo do projeto de regularização fundiária pela Comissão de Regularização Fundiária;
- VI – decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária pela autoridade competente, mediante ato formal ao qual se dará publicidade;
- VII – expedição da CRF pela autoridade competente;
- VIII – registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis.

CAPÍTULO III

DO REQUERIMENTO E DA INSTAURAÇÃO DA REURB

Art. 6º. A abertura do processo administrativo da Reurb será solicitada por meio de requerimento de um dos legitimados, a ser protocolado no Município, acompanhado dos seguintes documentos:

- I – cópia atualizada da(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) que compõem o núcleo urbano informal, expedida(s) por Cartório de Registro de Imóveis competente;
- II – croqui de localização do núcleo urbano informal, contendo, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, nome dos proprietários confrontantes, nome e distância da rua mais próxima e demais informações pertinentes;
- III – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental atual do núcleo urbano informal;
- IV – indicação da modalidade da Reurb requerida, com base em estudo socioeconômico elaborado por profissional habilitado, com a apresentação dos documentos para fins de enquadramento da modalidade e qualificação dos ocupantes;
- V – para participar da modalidade Reurb-S, a renda familiar não poderá ser superior ao triplo do salário mínimo vigente no país;
- VI – comprovação que o núcleo urbano informal foi implantado antes da data de 22 de dezembro de 2016, na forma da Lei 13.465/2017.

Parágrafo Único. A comprovação da data de ocupação se dará mediante apresentação de documentos, laudo técnico ou por qualquer outro instrumento que possua valor legal, inclusive por levantamento aerofotogramétrico, reconhecido por órgãos públicos e/ou constantes na base de dados do cadastro imobiliário municipal.

Art. 7º. Após o protocolo, o requerimento de solicitação de instauração da Reurb será encaminhado à Comissão de Regularização Fundiária, que deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta dias), deferi-lo, classificando-o em uma das modalidades da Reurb, ou indeferi-lo, mediante decisão fundamentada, indicando as medidas a serem adotadas com vistas à reformulação e reavaliação do requerimento, quando for o caso.

Art. 8º. O deferimento do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal, por meio de Decreto Municipal que fará a classificação da modalidade e a instauração da Reurb.

CAPÍTULO IV DA NOTIFICAÇÃO E DA SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS

Art. 9º. Instaurada a Reurb, a Comissão de Regularização Fundiária promoverá a notificação dos titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confrontantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar manifestação e impugnação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação;

§1º A notificação dos titulares e confrontantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição do imóvel e será considerada efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§2º A notificação da Reurb também poderá ser feita por meio de publicação de edital, com prazo de 30(trinta) dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição do núcleo urbano informal a ser regularizado, nos seguintes casos:

I – quando o proprietário e os confrontantes não forem encontrados; e

II – quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

§3º A ausência de manifestação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados, será interpretada como concordância com a Reurb.

§4º Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos.

§5º O Município poderá rejeitar impugnação infundada, por meio de ato fundamentado do qual constem as razões pelas quais assim a considerou, e dar seguimento à Reurb se o impugnante não apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da decisão de rejeição.

I - Considera-se infundada a impugnação que:

a) não indicar, de forma plausível, onde e de que forma a Reurb avança na propriedade do impugnante;

b) não apresentar motivação, ainda que sumária; ou

c) versar sobre matéria estranha ao procedimento da Reurb em andamento.

§ 6º Apresentada a impugnação apenas em relação a parte da área objeto da Reurb, é facultado ao Município prosseguir com a Reurb em relação à parcela não impugnada.

Art. 10. O Município poderá criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local, inclusive mediante celebração de ajustes com o Tribunal de Justiça Estadual, o qual terá competência para dirimir conflitos relacionados à Reurb, mediante solução consensual.

§1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo municipal e, na falta do ato, pelo disposto na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

§2º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da Reurb e, se inexistente acordo, o processo administrativo da Reurb ficará suspenso até a solução judicial do litígio, ou ainda, será extinto no caso da promoção da regularização fundiária no âmbito judicial.

§3º O Município poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à Reurb.

§4º A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflitos no âmbito da Reurb suspende a prescrição.

§5º O Município poderá, mediante a celebração de convênio, utilizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas nos Tribunais de Justiça.

CAPÍTULO V DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 11. Inexistindo impugnação acerca da Reurb ou se dirimidos os conflitos, a Comissão notificará o requerente da Reurb para que apresente o correspondente projeto de regularização fundiária.

Art. 12. Protocolado o projeto de regularização fundiária, este será submetido à análise e avaliação da Comissão de Regularização Fundiária que terá o prazo de 90 dias (noventa dias) para decidir por deferir ou indeferir o projeto, requerendo, para sua análise e decisão, sempre que necessário, pareceres técnicos e informações dos setores e técnicos que compõem a administração municipal ou de terceiros contratados;

I – Se deferido o processo, será expedido parecer recomendando a aprovação do projeto de regularização fundiária e a emissão da CRF pela autoridade competente.

II – Se indeferido o processo, será expedido parecer técnico, legalmente fundamentado, de modo a permitir, quando possível, a reformulação do projeto.

III – Se o processo for indeferido e o legitimado reapresentá-lo, deverá passar por nova análise que observará a correção das pendências da primeira análise, para o que a Comissão de Regularização Fundiária terá o prazo de 90 (noventa) dias para expedição de novo parecer.

Art. 13. O projeto de regularização fundiária a ser apresentado para análise conterá, no mínimo:

I – levantamento topográfico georeferenciado, subscrito por profissional legalmente habilitado, que demonstrará os elementos caracterizadores do núcleo urbano informal a ser regularizado;

II – planta do perímetro do núcleo urbano informal, com demonstração das matrículas ou das transcrições atingidas;

III – cópia atualizada da(s) matrícula(s) do núcleo urbano informal a regularizar expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

IV – documentos que comprovem a posse pelos ocupantes do(s) imóvel(is) a regularizar;

V – projeto urbanístico, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 13 deste Decreto;

VI – memorial descritivo, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 14 deste Decreto;

VII – estudo técnico para situações de risco, quando for o caso;

VIII – estudo técnico ambiental, observando o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651/12, quando o núcleo urbano informal for situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente - APP, Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou área de proteção de manancial definidas pela União, Estado ou Município;

IX – memorial descritivo das propostas de soluções para as questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso, com a indicação das medidas de mitigação, contrapartidas e compensações urbanísticas e ambientais que integrarão o Termo de Compromisso;

X – indicação do(s) instrumento(s) jurídico(s) a serem aplicados, observada a Lei Federal nº 13.465/2017.

XI – Anotação ou Registro de responsabilidade dos técnicos responsáveis por todos os projetos e estudos apresentados para análise;

XII – Licença Ambiental emitida pelo Órgão Ambiental competente;

XIII – cópia da convenção de Condomínio, quando for o caso.

XIV – cronograma físico dos serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, o qual deverá conter também previsão dos custos necessários;

XV – termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, para cumprimento do cronograma físico definido no inciso anterior;

§1º O Município poderá exigir ainda, além dos documentos mencionados neste artigo, a apresentação de outros desenhos, cálculos, documentos e detalhes que julgar necessário ao esclarecimento do projeto.

§2º O termo de compromisso será assinado, também, por duas testemunhas, de modo a formar título executivo extrajudicial na forma estabelecida no inciso III do caput do art. 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

§3º Na regularização de núcleo urbano informal que já possua a infraestrutura essencial implantada e para o qual não haja compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados, fica dispensada a apresentação do cronograma físico e do termo de compromisso previstos nos incisos anteriores.

§4º Na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, constará na CRF que o núcleo urbano regularizado já possui a infraestrutura essencial e que não existem compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

Art. 14. O projeto urbanístico de regularização fundiária indicará, no mínimo:

I – a localização do núcleo urbano informal a ser regularizado, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II – as unidades imobiliárias a serem regularizadas, indicando: área, medidas perimetrais, confrontações, edificações existentes (com suas medidas e características), nome da via e o número da designação cadastral, quando houver;

III – as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade à regularizar;

IV – as vias de circulação existentes, as áreas destinadas ao uso público e outros equipamentos urbanos, incluindo compensações quando for o caso, com indicação de área, medidas perimetrais e confrontantes;

V – as eventuais áreas já usucapidas;

VI – a localização de cursos d'água (dormentes e correntes), nascentes, mananciais, vegetação expressiva e outras indicações topográficas relevantes;

VII – a indicação de faixas não edificáveis existentes, devidamente cotadas, conforme estabelecidas pela legislação vigente (faixa de domínio de rodovias, linhas de transmissão de energia de alta tensão, áreas de preservação permanente, faixas sanitárias, entre outras);

VIII – o quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto com as proporções (área total do núcleo informal, área total dos lotes a regularizar, área verde, área de equipamentos comunitários, áreas destinadas à circulação, áreas remanescentes, entre outras coisas do gênero).

IX – as medidas de adequação para correção das desconformidades ambientais e de risco, quando necessárias;

X – as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da relocação de edificações, quando necessárias;

XI – o(s) projeto(os) das obras de infraestrutura essenciais, quando ainda não implantadas.

§1º Os projetos apresentados para análise somente serão aceitos quando legíveis, na escala que se fizer necessária para a perfeita compreensão do Projeto e de acordo com as normas usuais de desenho estabelecidas pela ABNT.

§2º Quando a Reurb for implementada em etapas e abranger o núcleo urbano informal de forma total ou parcial, o projeto de que trata este artigo deve definir a parcela do núcleo urbano informal a ser regularizada em cada etapa respectiva.

Art. 15. O memorial descritivo do núcleo urbano informal conterá, no mínimo:

I – a identificação do núcleo urbano informal objeto da Reurb com sua localização, medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II – a descrição técnica das unidades imobiliárias a serem regularizadas com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, confrontantes, número e quadra, além da designação do seu ocupante;

III – a descrição das vias de circulação existentes ou projetadas que componham o núcleo urbano informal;

IV – a descrição das áreas destinadas ao uso público, com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

V – a descrição dos equipamentos urbanos comunitários existentes e dos serviços públicos e de utilidade pública que integrarão o domínio público com o registro da regularização; e

VI – quando se tratar de condomínio, as descrições técnicas, os memoriais de incorporação e os demais elementos técnicos previstos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

CAPÍTULO VI

DA APROVAÇÃO DO PROJETO E EMISSÃO DA CRF

Art. 16. A decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária após parecer favorável da Comissão de Regularização Fundiária se dará mediante ato formal ao qual se dará publicidade e deverá:

I – aprovar o projeto de regularização fundiária resultante da Reurb;

II – indicar as intervenções a serem executadas (obras de implantação da infraestrutura essencial, serviços e compensações urbanísticas e ambientais), conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;

III – indicar os instrumentos jurídicos aplicáveis a Reurb;

IV – identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada e os seus direitos reais.

Art. 17. Aprovado o projeto de regularização fundiária, o Município emitirá a Certidão de Regularização Fundiária – CRF, que conterá, no mínimo:

I – o nome e a localização do núcleo urbano informal regularizado;
II – a área total e o número de lotes regularizados;
III – a modalidade da Reurb;
IV – os responsáveis pelas obras e serviços constantes do cronograma;
V – a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando possível; e
VI – a listagem dos ocupantes que houverem adquirido a unidade, por meio de título de legitimação fundiária ou de ato único de registro, e que conterá o nome do ocupante, seu estado civil, sua profissão, seu número de inscrição no CPF, o número de sua carteira de identidade e a sua filiação.

Art. 18. Emitida a CRF, no caso da Reurb-E, deverá o requerente apresentar o projeto de regularização fundiária aprovado juntamente com a CRF ao oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

Art. 19. Poderão ser objeto de Reurb imóveis cujo formato seja regular, desde que possuam uma área mínima de 200 m2 (duzentos metros quadrados), tendo em vista condições mínimas de habitabilidade uso e ocupação do espaço do solo.

Parágrafo único. Os casos omissos serão analisados e definidos pela Comissão de Regularização Fundiária.

Art. 20. São passíveis de regularização por meio de Reurb as ruas já consolidadas na malha viária, ainda que não satisfaçam as dimensões mínimas constantes no plano diretor do município de Serra Alta, Lei Municipal n. 934 de 13 de novembro de 2012, desde que tenham condições mínimas de circulação e trafegabilidade atestada pela Comissão de Regularização Fundiária.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Caberá ao requerente providenciar os documentos e vias adicionais que sejam solicitadas pelo oficial do cartório de registro de imóveis, para o registro da Reurb.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revoga-se o Decreto n. 347, de 27 de agosto de 2018 e as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 15 de agosto de 2019.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO 147/2019

Publicação Nº 2128753

DECRETO Nº 147/2019, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE AS MODALIDADES DE CONSULTAS MÉDICAS A SEREM REALIZADAS FORA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - As consultas nas especialidades discriminadas neste decreto não são oferecidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS - AMOSC, somente havendo sua disponibilidade via Sistema Único de Saúde - SUS na cidade de Florianópolis, sendo que estes casos são de agendamento muito demorado além de causar gastos significativos para o erário municipal, pois o mesmo precisa deslocar o paciente até a capital para realização da consulta ou exame.

Art. 2º - As seguintes consultas de especialidades serão atendidas por profissionais privados em municípios mais próximos, tendo em vista que tal medida representa economia para os cofres públicos municipais:

I –Neuropediatria
II – Pneumologia pediátrica
III – Nefrologista (somente nos casos de urgência)
IV – Pediatria (somente nos casos de urgência)
V – Alergista
VI – Imunologia
VII – Endocrinologia pediátrica

VIII – Urologia (somente nos casos de urgência)
IX – Proctologista
X – Psiquiatria (somente nos casos de urgência)
XI – Pneumologista (somente nos casos de urgência)
XII – Mastologia
XIII – Hematologia
XIV – Metabologista
XV – Angiologia
XVI – Infectologista
XVII – Cirurgião de cabeça e pescoço
XVIII – Homeopata
XIX – Coloproctologista
XX – Patologista
XXI – Cirurgião torácico
XXII – Broncoesofologia
XXIII – Hansenologista

Parágrafo único. Os casos de urgência deverão ser devidamente atestados e motivados por profissional médico.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 16 de agosto de 2019.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO 150/2019

Publicação Nº 2128530

DECRETO Nº 150/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

“SUSPENDE LICENÇA COM REMUNERAÇÃO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDIO-MIRO DONIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o art. 70 da Lei Municipal nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO que veio a óbito o familiar que estava necessitando dos cuidados do servidor acima relacionado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspensa a licença com remuneração, por motivo de doença em pessoa da família, ao Servidor Público Municipal CLAUDIO-MIRO DONIDA, matriculado sob nº 30, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, nível 112, do Grupo I-SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação no Departamento de Obras e serviços Urbanos, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. O Servidor Claudiomiro Donida retorna as suas atividades na data de 19 de agosto de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando o Decreto 138/2019 de 06 de agosto de 2019, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 19 de agosto de 2019.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO 004/2019

Publicação Nº 2128694

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA- SC
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004/2019 de 12 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre definições de regras para o Processo Eleitoral do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC.

Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Serra Alta, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº 1.117 de 05 de dezembro de 2018 e conforme registro em ata Nº 004/2019 de 12 de Agosto de 2019, resolve:

Art. 1º. A Comissão Especial Eleitoral decidiu em reunião ordinária o modelo de cédula que será utilizada no Processo Eleitoral do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC, conforme anexo a esta resolução;

Art. 2º As cédulas rasuradas ou preenchidas incorretamente serão desconsideradas durante a contagem de votos.

Art. 3º Em relação as propagandas eleitorais poderão ser em forma de santinhos e com currículo vitae e também por redes sociais com foto, número e/ou currículo vitae.

Art.4º Pessoas portadoras de deficiência poderão ter auxílio para votar, seguindo os ditames do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta/SC, 12 de Agosto de 2019.

DANIELA ZANELLA DONIDA

Presidente - CMDCA

RESOLUÇÃO 005/2019

Publicação Nº 2128698

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA- SC
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2019 de 19 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a publicação da Lista Final dos candidatos aptos a participar do Pleito Eleitoral do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC.

Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Serra Alta, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº 1.117 de 05 de dezembro de 2018, resolvem:

Art. 1º. Publicar a lista final dos candidatos aptos a participar do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC,

Art. 2º Tendo em vista a desistência de candidatos, o pleito será disputado pelos 18 (dezoito) candidatos relacionados abaixo:

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME
101	NEUSA GIRELLI GHIDINI
102	LUCÉLIA BARBOSA
103	ADRIANA PEREIRA DA SILVA
104	SIMONE BALBINOT
105	ADRIANA MARIA SANTORO PRIOR
106	ELENIR KREMER SGARBI
107	RAFAEL KOCH
108	SUSANA ZAMPIERON
109	CRISTINA RAYZER CINELLI
110	GILIANE RODRIGUES DA ROSA ANTUNES
113	RAQUIELI DAIANE LOPES
114	DAIANE SENHOR
116	VERIDIANE DOMINGAS PISTORE
117	VILMAR MIGNONI
118	LIAMARA FICANHA
119	JANQUIELI DE COSTA WOLSKI
120	VANESSA DALL AGNOL
121	ADRIANA BELOLLI PRIOR

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta/SC, 19 de Agosto de 2019.

DANIELA ZANELLA DONIDA

Presidente - CMDCA

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 157/2019

Publicação Nº 2128725

DECRETO Nº 157, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, um terreno urbano de propriedade de Edilia Maria Borges, no bairro São Luís, Município de Sombrio/SC, matrícula nº 83.620, com a área de 472,67 m², referente Rua Ulisses Luiz da Rosa, com as seguintes medidas e confrontações e coordenadas geográficas: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice E1G V 0181 de coordenadas N: 6.778.656,75 m e E: 633.909,72 m., situado no limite com propriedade de Auri Maciel Pereira e outros (Matricula 52.089), segue confrontando ao Norte com Rua Ulisses Luiz da Rosa, com azimuth de 127º49'40”, e distância de 12,00 m, até o vértice E1G V 0184 de coordenadas N: 6.778.625,65 m e E: 633.885,54 m., segue confrontando ao Leste com lote 06, de propriedade de Edilia Maria Borges (Matricula 83.620), com azimuth de 217º52'29”, e distância de 39,39 m, até o vértice E1G V 0183 de coordenadas N: 6.778.633,02 m e E: 633.876,06 m., segue confrontando ao Sul com propriedade de Marlene Maria Titoni Saretto (Matricula 1.935), com azimuth de 307º52'29”, e distância de 12,00 m, até o vértice E1G V 0182 de coordenadas N: 6.778.664,11 m e E: 633.900,24 m., segue confrontando ao Oeste com Lote 03, de propriedade de Edilia Maria Borges (Mat. 83.620), com azimuth de 37º52'29”, e distância de 39,39 m, até o vértice E1G V 0181 ponto inicial da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir das estações ativas de coordenadas N e E, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51 WGr, tendo como Datum Horizontal o SIRGAS 2000. Todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para o prolongamento da Rua Ulisses Luiz da Rosa, localizada no Bairro São Luiz, nesta Cidade de Sombrio – SC

Art. 3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Rua já existir há mais de 20 (vinte) anos, sendo as mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor do imóvel em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 13 de agosto de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DECRETO Nº. 158/2019

Publicação Nº 2128912

DECRETO Nº 158, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

“REGULAMENTA O VALOR DO CARTÃO DE 01 (UMA) HORA NO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE SOMBRIO, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2317, DE 09 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, Lei nº 2317, de 09 de maio de 2017, Decreto nº 096, de 19 de junho de 2018, combinado com o art. 24, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro.

DECRETA:

Art. 1º. O preço público, a ser cobrado pelo cartão de 01 (uma) hora, terá o valor de R\$ 2,00 (dois reais), conforme definido no Contrato de Concessão nº 067, de 25 de abril de 2019. decorrente do processo licitatório nº 057/2018, homologado em 10 de abril de 2019.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sombrio, em 13 de agosto de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº 192/2019

Publicação Nº 2128507

PORTARIA Nº. 192 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para os cargos de Advogado e Auxiliar de Serviços Gerais, sendo que os referidos candidatos deveram comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

ADVOGADO

Nome do Candidato	Classificação
Luiz Fernando Espindola Paz	4

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nome do Candidato	Classificação
Maria Janete dos Santos Gonçalves	71
Evanilda Teixeira de Souza	72
Sidnei Quadros Trajano	73

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 19 de agosto de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 235/2019

Publicação N° 2129095

DECRETO N°235, de 15 de agosto de 2019.

Convoca a X Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 29 de Agosto de 2019, com horário estabelecido para início as 14:00 hs e, término as 17:00 hs, tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Sul Brasil, SC, 15 de agosto de 2019.

Éder Ivan Marmitt
Prefeito de Sul Brasil

Teresinha Lauermann Backes
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Sul Brasil

DECRETO 0234/2019

Publicação N° 2128626

DECRETO N.º 0234 de 15 de Agosto de 2019

DESIGNA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência e tendo em vista o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e o art. 21 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA:

Art. 1º. A avaliação superior de desempenho será feita pela comissão a seguir designada, mediante atribuição de pontos de 0 a 10 (zero a dez) e em conformidade com o Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, na forma do Anexo I do Decreto N° 035/2001 de 05 de março de 2001:

- I – GERI MARCOS SIGNOR - Presidente
- II – ILAINE MAITE AMANN - Secretário
- III – LENICE LOCATELLI - Membro
- IIII – MARISA CAPRINI - Membro
- IV – FERNANDA ORSO MENEGHETTI - Membro

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, vinculado a publicação no DOM, Lei Municipal 1.027/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto 043/2018 de 16.02.2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 de agosto de 2019.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento de Administração

Tangará

PREFEITURA

PR 001/2019 HMFR

Publicação Nº 2128678

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 02/2019 Pregão Presencial n. 01/2019

Objeto a AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS HOSPITALARES DE 30 KG COM BARREIRA, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 30/08/2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 19 de Agosto de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

PR 066/2019

Publicação Nº 2128681

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 126/2019 Pregão Presencial n. 066/2019

Objeto a CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR OFICINAS DE DANÇA ALEMÃ ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 30/08/2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 19 de Agosto de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2019

Publicação Nº 2127948

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019
CONTRATO Nº 004/2019

Objeto: "Contratação de Empresa Especializada na Confecção e Instalação de Placas, Para Aquisição de Placa de Fachada Identificando a Câmara Municipal de Vereadores de Tangará"

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Tangará

Contratado: J2 Comunicação Virtual Ltda

Valor: R\$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta reais)

Tangará – SC, 16 de agosto de 2019.

GILVÂNIO PONTEL

Presidente

PORTARIA Nº 012/2019

Publicação Nº 2128985

PORTARIA Nº 012, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILVÂNIO PONTEL, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, incisos II, VII da Lei Orgânica do Município e o art. 21, III, "e", do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. Declara dispensável a Licitação para Contratação de Empresa Gráfica para aquisição de 3.000 (três mil) Folhas de Papel sulfite no formato A4, 90g/m², timbrados, destinados à Câmara Municipal de Vereadores de Tangará - SC, no valor de R\$ 0,16 (dezesesseis centavos de real), totalizando R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) pela empresa NOVA GRÁFICA E PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.834.653/0001-18 e Inscrição Estadual nº 256.440.573.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará - SC, 19 de agosto de 2019.

GILVÂNIO PONTEL
PRESIDENTE

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 044-2019

Publicação Nº 2127817

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 044/2019
PREGAO PRESENCIAL Nº. 028/2019
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Contratação Parcelada e Futura de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Arbitragem para atender à necessidade quando da realização de campeonatos municipais em diversas modalidades, promovidos pelo Setor de Esportes do Município de Tigrinhos/SC, sob o sistema de Registro de Preços. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h00min do dia 02/09/2019, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Bacinski 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, pelo site: www.tigrinhos.sc.gov.br

Tigrinhos, 19 de Agosto de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/FMDR/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FMDR/2019

Publicação Nº 2127946

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/FMDR/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FMDR/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Produtos específicos para Sala de Castração, do Fundo Municipal de Agricultura Pesca e Meio Ambiente de Tijucas, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 03 de Setembro de 2019, às 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 087/PMT/2019

Publicação Nº 2127940

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS 087/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Banners para serem usados nos Eventos da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 03 de setembro de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 116/PMT/2019

Publicação Nº 2127719

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 116/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/PMT/19 – TOMADA DE PREÇO Nº 006/PMT/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DA CICLOVIA NA RUA ANTÔNIO BAYER, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

PRAZO PRORROGADO: DE 21 DE JULHO DE 2019 ATÉ 19 DE OUTUBRO DE 2019.

TIJUCAS/SC, 15 DE JULHO DE 2019.

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 081/PMT/2019

Publicação Nº 2128045

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 140/PMT/2019 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 080/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Materiais de Copa, Higiene e Limpeza, para uso da Polícia Civil, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas - SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, no valor de R\$ 7.039,50 (Sete mil, trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: REBELO GAS E ÁGUA LTDA, foi vencedora do item: 20, no valor de R\$ 1.980,00 (Um mil, novecentos e oitenta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

PORTARIA 898/2019

Publicação Nº 2129050

PORTARIA Nº 898, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o) S(r). CLEIA FELICIANA JUSKI, Merendeira, matrícula nº 7508, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviço na E.E.F. Brilho do Sol, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019. Onde a mesma pediu redução de carga horária.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 899/2019

Publicação Nº 2129088

PORTARIA Nº 899, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o) S(r). CLEUSA MARIA GONÇALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 1663, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviço na E.E.F. Mercedes Julia Adão, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 900/2019

Publicação Nº 2129091

PORTARIA Nº 900, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o) S(r). DIOMARA IZABEL MACHADO STEFFENS, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3057, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviço na E.E.F. Mercedes Julia Adão, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 901/2019

Publicação Nº 2129093

PORTARIA Nº 901, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o) S(r). ECLAIR SILVA RIBEIRO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 266, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviço na E.E.F. Dep. Walter Vicente Gomes, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 902/2019

Publicação Nº 2129094

PORTARIA Nº 902, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o) S(r). EDNA REGINA DA CRUZ OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 1666, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviço no C.E.I. Profº Manoel dos Anjos, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 903/2019

Publicação Nº 2129096

PORTARIA Nº 903, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o)S(r). ELI VIEIRA DE SOUZA, Merendeira, matrícula nº7509, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Dep. Walter Vicente Gomes, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 904/2019

Publicação N° 2129097

PORTARIA N° 904, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o)S(r). ELIETE TERZINHA PEIXER, Merendeira, matrícula nº7687, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I Mãe Aurora, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 905/2019

Publicação N° 2129104

PORTARIA N° 905, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o)S(r). ELIETE VIEIRA COSTA, Merendeira, matrícula nº7219, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I Profª Maria Helena Machado, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 906/2019

Publicação N° 2129105

PORTARIA N° 906, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o)S(r). ELIZABETE SILVA ANASTACIO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº247, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Madre Sabina, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 907/2019

Publicação N° 2129106

PORTARIA N° 907, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o)S(r). FATIMA CELANIRA DOS REIS PAVÃO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº7198, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I. Profº Manoel dos Anjos, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 908/2019

Publicação N° 2129108

PORTARIA N° 908, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o)S(r). HELENITA MACHADO, Merendeira, matrícula nº7887, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I. Profª Maria Helena Machado , no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 909/2019

Publicação N° 2129110

PORTARIA N° 909, 25 DE MARÇO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a(o)S(r). HELIA MARIA RAULINO, Merendeira, matrícula nº8359, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Santa Terezinha, no período de 13/03/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/03/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 126/2019 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2127911

DECRETO Nº. 126, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida à pedido, a servidora VIVIANE SCUSSEL, matrícula nº 3542, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviço Social, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de Agosto de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 127/2019 PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

Publicação Nº 2127909

DECRETO Nº 127 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Prorrogado a contar de 31/08/2019 a contratação dos servidores abaixo identificados, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC até 30/09/2019.

NOME	CARGO/CARGA HORÁRIA	MATRÍCULA
ADRIANA TUROSSI ALESSIO	MOTORISTA 40 HS	3292
ADRIANO IZIDORO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	3644
ANA CLAUDIA DA SILVA PIAZZOLI	TÉCNICA EM ENFERMAGEM 40 HS	3291
ANDREIA SCUSSEL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3365
BARBARA P. TRAMONTIN CRISTIANO	NUTRICIONISTA 20 HS	3294
BEATRIZ VIEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3582
BERTINO SILVERIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	3462
BRUNA BITENCOURT	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	3470
CELITO PELIZZARI	MOTORISTA 40 HS	3295
CIBELI TANACHI MANCIO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HS	3296
CLEIA RIBEIRO MACHADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3585
CRISTIANA FERNANDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3527
CRISTIANE PIZZOLO JACINTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3588
DANIELA DE BETTIO VITTO DANDOLLINI	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3400
DARLAN DE ARAUJO FERNANDES	MOTORISTA	3589
DEBORA ALVES DA SILVA LAPA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3590
DEBORA BUZANELO	ENFERMEIRA PSF/PACS	3337
DENIR DA FONSECA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3624
DENIZAR BOEIRA BERTI	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS III	3567
DENIZE ZANZI EUZEBIO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	3521
DONIZETE VELHO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II 40 HS	3282

ELIANE PEREIRA MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II 40 HS	3283
ELIAS MAKAR	MOTORISTA	3481
ELIETE DE SOUZA ZILLI	AGENTE COM. DE SAÚDE PSF/PACS	3351
ERALDO GENEROSO DA SILVA	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II	3647
EVERALDO MANOEL DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	3634
FERNANDA TUROSSI	AGENTE COM. DE SAÚDE PSF/PACS	3408
FERNANDO DA ROCHA PACHECO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	3403
GERI ADRIANI CIRICO	MOTORISTA 40 HS	3299
GERSON FELICIO MACHADO	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II	3318
GESSICA SCOT TRAMONTIN	CONTADOR 40 HS	3300
IDE BRAZ DE PRÁ	MOTORISTA 40 HS	3302
INGRID DA SILVA ALEXANDRE	AGENTE ADMINISTRATIVO 40 HS	3310
IRINÉIA CASTELA DE PONT FERNANDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3598
JACIRA TUROSSI	AGENTE COM. DE SAÚDE PSF/PACS	3355
JADNA APARECIDA DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3599
JADNA BORGES CANDEO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3623
JAQUELINI MACHADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3600
JESSICA CAROLINE MAYER	COORDENADOR DO CRAS	3548
JOÃO BATISTA VIDOTTO	MOTORISTA	3601
JOÃO PAULO RIBEIRO FARIA	MÉDICO	3533
JOELMO TUROSSI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	3635
JOELTON PATRICIO BRUSCH	MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	3645
JONATA SILVEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II 40 HS	3286
JORDANA GERTRUDES DA S. FELTRIN	FISIOTERAPEUTA	3450
JULIANO BERTI	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS II	3437
JUNIOR CADORIN	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II	3319
LAUDI MATIAS	VIGIA 40 HS	3306
LILIAN CRISTINA TRAMONTIN	ATENDENTE DE FARMÁCIA	3443
LUCIANA DAL PONTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3404
LUCIMAR DAL PONTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3605
MARCELO BIAVA DA SILVA	AGENTE DE TURISMO 40 HS	3311
MARCIO FERNANDES MORAIS MATEUS	MOTORISTA	3495
MARCO AURELIO MENDES DE SOUZA	AGENTE COM. DE SAÚDE PSF/PACS	3354
MARCO AURELIO ZANONI	ENFERMEIRO 40 HS	3290
MARIA PELISSARI MAFFIOLETTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3579
MARIANA BIAVA	MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	3630
MARINETE BORGES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3531
MARISANI BOEIRA	AGENTE COM. DE SAÚDE PSF/PACS	3349
MARIZA ZANELATTO LODETI	AGENTE COM. DE SAÚDE PSF/PACS	3435
MARLI ROEHSIG	FARMACÊUTICA	3327
MIRLENE FERNANDES JERONIMO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3643
NEZIO MANFIOLETTI	MOTORISTA	3607
NICOLLY MORO	NUTRICIONISTA	3449
PATRICIA BORDIGNON	MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	3631
PAULINHO DOS SANTOS GABRIEL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	3638
RAFAEL FERRAZ DOS PASSOS	MOTORISTA	3608
RAISSA NUNES	ODONTÓLOGO	3525
RODINELE ESPINDOLA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HS	3329
ROGERIO DASSI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	3639
RONALDO DE OLIVEIRA	VIGIA	3439
SETEMBRINO MATOS BORBA	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II	3640
SIMONE MARTINS RAMOS	ASSISTENTE SOCIAL	3447
TAMIRES PEREIRA	MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	3463
VALDECIR CANDIDO	MOTORISTA	3612
VANDERSON VIEIRA CANDIDO	MOTORISTA 40 HS	3305
VANIO MANFIOLETTI	VIGIA 40 HS	3308
WALMOR GRIGIO	MOTORISTA 40 HS	3303
WILLIAN DANDOLINI	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HS	3312
ZOLEIDE TEREZINHA ROCHA BECKER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	3545

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 15 de Agosto de 2019.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretario de Administração e finanças

PORTARIA 43/2019 COLOCA A DISPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL A COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2127904

PORTARIA Nº. 43, de 13 de Julho de 2019.

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL A COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

Considerando:

1. O Ofício GAP/n.º 23/2019, encaminhado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, requerendo a cessão da Comissão Julgadora de Licitações, em exercício no Município de Timbé do Sul, a título não oneroso, para condução das licitações realizadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul;
2. O termo de cooperação técnica assinado entre os poderes Legislativo e Executivo em 13.08.2019.

Resolve:

Art. 1º - Colocar à disposição da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, a Comissão Julgadora de Licitações em exercício no Município, para condução de licitações realizadas pela Câmara de Vereadores de Timbé do Sul.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 13 de Agosto de 2019.
ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 44/2019 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2127906

PORTARIA Nº. 44, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.959, de 16 de julho de 2019; Art. 85; § 3º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio ao Servidor AROLDO DAL PONT, matrícula nº 600, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, por um período de 180 dias, referente ao período aquisitivo de 09/02/1998 a 08/02/2008, a partir de 19/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 15 de Agosto de 2019.
ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria, nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretário de Administração e Finanças

JSP/Mat 844

RESOLUÇÃO CMAS 03/2019 CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

Publicação Nº 2127708

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÉ DO SUL - CMAS
RESOLUÇÃO Nº 003 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Aprova a convocação extraordinária da XII Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Timbé do Sul.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de Timbé do Sul, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Municipal nº866, de 10 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Política de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando, que a participação direta dos usuários(as) da política de assistência social, trabalhadores do SUAS e entidades da rede socioassistencial é fundamento do Estado Democrático Brasileiro, conforme Art. 1º da Constituição Federal.

Considerando que a participação social da população, em especial dos usuários(as) da Política de Assistência Social é estruturante, conforme artigo 204 da Constituição Federal, conforme inciso II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Considerando que as Conferências estão previstas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com a atribuição de avaliar e conferir a Política Municipal de Assistência Social e definir propostas para o aprimoramento e implementação do SUAS, no âmbito municipal, estadual e nacional.

Considerando, que o fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil se constitui como uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, conforme art. 5º da NOB SUAS 2012.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÉ DO SUL - CMAS

Considerando, que as Conferências de Assistência Social estão previstas no Art. 12. Constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, VIII - realizar, em conjunto com os conselhos de assistência social, as conferências de assistência social;

Considerando que o processo conferencial fortalece o diálogo entre governo e sociedade civil, bem como o conselho municipal de assistência social e o controle social, e que exige trazer a participação dos usuários para a centralidade do debate da política da assistência social;

Considerando, a Convocação da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social: "Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social", convocada por organizações e movimentos sociais no âmbito nacional;

Considerando, a Convocação da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, convocada pelo CEAS/SC, Resolução Nº 06, de 18 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar Extraordinariamente a XII Conferência Municipal de Assistência Social, com a atribuição de avaliar e conferir a execução e implementação da Política Municipal de Assistência Social, em relação aos equipamentos, recursos humanos, oferta dos serviços socioassistenciais, financiamento, participação social entre outros.

Art. 2º - A XII Conferência Municipal de Assistência Social acontecerá no dia 17 do mês de Setembro, das 13:30h às 17:00h, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS sito a Rua Felipe Nápoli nº 242 - Centro, no município de Timbé do Sul, conforme programação que será divulgada e publicizada pela Comissão da Conferência.

Art. 3º - A XII Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social", e debaterá os 03 Eixos Temáticos, que seguem:

1 – Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado;

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÉ DO SUL - CMAS

2 – Política pública tem que ter financiamento;

3 – A participação popular garante a democracia e o controle da sociedade.

Art. 4º - A Comissão Organizadora da Conferência Municipal será coordenada pelo Presidente e Vice presidente do CMAS, e demais representantes do CMAS, de forma paritária, conforme segue:

Presidente Adriana Nagildo Arcaro

Vice presidente Fabiano Pelizzari Walterkemper

Conselheiro governamental Gigliola Olivo Cirimbelli

Conselheiro da sociedade civil Terezinha Boeira

Art. 5º - Essa publicação entra em vigor na data da sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de Agosto de 2019.

Adriana Nagildo Arcaro

Presidente do CMAS

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 112.2019 PMT

Publicação Nº 2128451

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2019 PMT
DISPENSA Nº 49/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, CNPJ nº. 03.354.241/0001-27, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 26/08/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 19 de agosto de 2019.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.2019 FMS

Publicação Nº 2128442

DECISÃO SUSPENSÃO ABERTURA
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2019 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS, INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO) E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AMBULATORIAIS, ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL OBJETIVANDO A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO A SAÚDE. RELACIONADOS AS PROPOSTAS Nº 11422.955000/1180-05 E Nº 11422.955000/1180-07, FIRMADAS COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E PORTARIA Nº 477 DE 26/02/2018.

Diante do recebimento de impugnação e questionamentos ao edital e considerando a necessidade de análise técnica à documentação, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 20 de agosto de 2019 as 09:00 horas.

Timbó, 19 de agosto de 2019

Alfredo João Berri
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

LEI Nº 3077, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128509

LEI Nº 3077, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Institui a "Semana Municipal da Fibromialgia".

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Municipal da Fibromialgia", com o objetivo de promover ações voltadas para a conscientização da comunidade acerca dos problemas causados pela fibromialgia.

Parágrafo único. As ações referidas no caput deste artigo serão desenvolvidas, anualmente, na última semana do mês de novembro.

Art. 2º A Semana Municipal da Fibromialgia passará a fazer parte do Calendário de Eventos do Município de Timbó.

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 2.973, de 7 de junho de 2018 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

(...)

§ 2º As pessoas com transtorno do espectro autista e as acometidas pela fibromialgia severa são consideradas pessoas com deficiência, para efeitos dessa Lei. "

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 2.973, de 7 de junho de 2018 passa a ter a seguinte redação:

"Art.2º As repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e os estabelecimentos privados que possuam atendimento ao

público estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata esta Lei. "

§ 1º É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas de que se trata essa Lei.

§ 2º Nas placas indicativas de orientação ao público deve constar o símbolo referente aos idosos, gestantes, portadores de deficiência física, pessoas acompanhadas de crianças de colo, portadores do transtorno do espectro autista e de fibromialgia. "

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 45 dias após sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

PORTARIA TIMBOPREV Nº 40, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127903

PORTARIA TIMBOPREV Nº 40, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Elizabeth Pisetta.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR ELIZABETH PISETTA, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-26, matrícula nº 19771-00, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021020.1.00107/19-4, expedida em 24/07/2019, computando-se 826 (oitocentos e vinte e seis) dias, ou seja, 02 (dois) anos, 03 (três) meses e 06 (seis) dias, conforme processo TIMBOPREV 39/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 41, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2127945

PORTARIA TIMBOPREV Nº 41, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Clarice Ana Andreazza.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR clarice ana andreazza, ocupante do cargo de Educadora Infantil, Referência Salarial D-40, matrícula nº 19917-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021010.1.00094/19-0, expedida em 18/07/2019, computando-se 2994 (dois mil, novecentos e noventa e quatro) dias, ou seja, 08 (oito) anos, 02 (dois) meses e 14 (catorze) dias, conforme processo TIMBOPREV 40/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 67/2019

Publicação Nº 2128065

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 67/2019 - Edital Pregão nº. 59/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2019, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de VEÍCULOS que passarão a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal de Três Barras.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 19 de agosto de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 64/2019

Publicação Nº 2128716

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Procedimento Licitatório nº. 64/2019 - Edital Pregão nº. 56/2019.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 05 de setembro de 2019, Propostas para CONTRATAÇÃO DE DROGARIA / FARMÁCIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) para fornecimento de medicamentos ao Fundo Municipal de Saúde.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independentemente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 05 de setembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 71/2019

Publicação Nº 2127803

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 72/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços, por hora trabalhada de manutenção corretiva e preventiva, em relação à parte de mecânica geral, com eventual aplicação e fornecimento de peças e acessórios para as máquinas pesadas, caminhões e equipamentos agrícolas da frota Municipal Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do presente Edital e de seus Anexos.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 14h00 min do dia 29/08/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2019

Publicação Nº 2128586

EXTRATO DE CONTRATO 54/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE TREZE TÍLIAS

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 54/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DOTAÇÃO; As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 06.01.2204.33.90.00.00.00.00 e 06.02.2205.33.90.00.00.00.00

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 114.328,80 (Cento e quatorze mil, trezentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 12 meses.

DATA ASSINATURA: 19/08/2019

TREZE TÍLIAS, 19/08/2019

Tunápolis

PREFEITURA

DESERTO O PROCESSO DE COMPRA Nº.: 217/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº: 138/2019

Publicação Nº 2128573

O Município de Tunápolis, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor RENATO PAULATA torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo de Compra Nº.: 217/2019, Pregão Presencial nº: 138/2019 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE VIAS, CONSISTINDO PINTURA (DEMARCAÇÃO VIÁRIA) INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE LINHAS/FAIXAS, SETAS, SÍMBOLOS E DIZERES, PARA ATENDER A O SETOR DE URBANISMO, em conformidade com as especificações dos Anexos, com abertura para o dia 19/08/2019 as 9 horas, não houve nenhum interessado em participar do evento, ocasionando em uma licitação DESERTA.

PORTARIA Nº 5138/2019

Publicação Nº 2128593

PORTARIA Nº. 5.138/2019
Em 19 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são confere o Art. 88, parágrafo quarto, da lei Orgânica Municipal, embasado no Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar 13/2006 de 17 de Maio de 2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, após término do estágio probatório para fins de efetivação e estabilidade de emprego, a servidora FERNANDA SKIBA, com o cargo de FARMACEUTICA BIOQUIMICA ESF, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, conforme portaria de nomeação nº 4.143/2016, considerando o disposto no art.25, parágrafo único e art. 24 dos incisos I, II, III, IV e V da Lei Complementar nº 13/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 19 de Agosto de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interno

PORTARIA Nº 5139/2019

Publicação Nº 2128601

PORTARIA Nº. 5.139/2019
Em 19 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de Dezembro de 2013, artigo 5º, inciso VI, parágrafo único;

RESOLVE:

Art.1º. CONCEDER, a FERNANDA SKIBA, no cargo efetivo de FARMACEUTICA BIOQUIMICA ESF, com portaria de nomeação nº 4.143/2016, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, 5% (cinco por cento) de gratificação de incentivo à qualificação conforme plano de carreira, embasada no estatuto dos servidores municipais, por ter apresentado certificado de conclusão de Curso de Especialização em Lato sensu em Farmacologia Aplicada à Atenção Farmacêutica e certificado de Pós-Graduação de especialização em Gestão de Organizações Públicas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 19 de Agosto de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER

Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interno

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 222/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 143/2019

Publicação Nº 2128761

MUNICIPIO DE TUÁPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 222/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 143/2019

REGISTRO DE PREÇOS

DATA EMISSÃO: 19/08/2019

FORMA DE JULGAMENTO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, empreitada global, para REGISTRO DE PREÇOS conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 10h do dia 03 de Setembro de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

– Constitui objeto da presente licitação através de REGISTRO DE PREÇO para a seleção de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE VIAS, CONSISTINDO PINTURA (DEMARCAÇÃO VIÁRIA) INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE LINHAS/FAIXAS, SETAS, SÍMBOLOS E DIZERES, PARA ATENDER A O SETOR DE URBANISMO, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 10h do dia 03 de Setembro de 2019 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 224/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 145/2019 DATA EMISSÃO: 19/08/2019.

Publicação Nº 2128461

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 224/2019

Pregão Presencial nº: 145/2019

Data Emissão: 19/08/2019.

Forma de Julgamento: Menor Preço POR LOTE.

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por LOTE, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14horas do dia 02 de setembro de 2019, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O Objeto do presente pregão consiste no fornecimento de CORTINAS TIPO PERSIANAS SOB MEDIDA COM A DEVIDA INSTALAÇÃO, PARA

ATENDER AS NECESSIDADES E READEQUAÇÕES DE SALAS DA DELEGACIA DA POLICIA CIVIL, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

A Licitante deverá comprometer-se em montar e instalar, bem como fornecer todos os materiais necessários para as instalações das cortinas constantes no anexo I.

As Cortinas serão instaladas no DELEGACIA DA POLICIA CIVIL estabelecida na Rua Albino Frantz, Centro deste Município e, por suas características especiais e necessidades de adaptação aos espaços disponíveis necessitam por parte do proponente interessado VISITA AO LOCAL e informações detalhadas com os responsáveis.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até às 14horas do dia 02 de setembro de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº: 223/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 144/2019

Publicação Nº 2128812

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 223/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 144/2019

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC, através do Setor Social torna público que está promovendo Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 144/2019, Processo Licitatório nº 223/2019, visando a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados nas atividades desenvolvidas com os grupos da "3ª idade" do município, conforme Lei Municipal autorizativa nº 930/2009 de 11 de Março de 2009, sendo que a presente licitação será processada e julgada conforme dispõe a Lei nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e legislação vigente e pertinente à matéria como também pelas condições específicas deste Edital e dos demais documentos que o integram.

Local: Prefeitura Municipal de Tunápolis- Rua João Castilho nº111, Centro - Sala de Licitações –Tunapolis/SC.

Entrega dos envelopes e credenciamento: 02 de setembro de 2019, às 8h15min.

Abertura dos Envelopes: 02 de setembro de 2019, às 8h30min.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS GRUPOS DA "3ª IDADE" DO MUNICÍPIO, CONFORME LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA Nº 930/2009 DE 11 DE MARÇO DE 2009, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.tunapolis.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3632-1122 ou pelo e-mail: compras@tunapolis.sc.gov.br.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 25/2019**

Publicação Nº 2128662

PORTARIA Nº 25/2019

Em 16 de agosto de 2019

AUTORIZA PAGAMENTO/RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEL A VEREADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO LUNKES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, e em conformidade com o disposto na Resolução nº 03/2019 de 13 de agosto de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento/ressarcimento de despesas com combustível, a ser pago a Vereadora Marlei Giehl Bieger, pela utilização do veículo particular Corola Sedan XTI, 1.8, ano/modelo 2007/2008, Placa SC/MFF0628 e renavam 939995255, regularmente cadastrado junto a esta Câmara de Vereadores, para deslocamento da Vereadora até São Miguel do Oeste/SC, para participar do Seminário Mulheres na Política: elas podem, o país precisa, promovido pela Escola do Legislativo da ALESC a realizar-se no dia 17 de agosto do corrente ano na cidade de São Miguel do Oeste – SC.

Art. 2º Fica fixado em 12 (doze) litros de gasolina, ao valor de R\$ 4,28 (quatro reais e vinte e oito centavos) por litro, totalizando R\$ 51,36 (cinquenta e um reais e trinta e seis centavos) o valor do pagamento/ressarcimento para a Vereadora.

Parágrafo único O montante é fixado com base no valor pago pelo Executivo Municipal de Tunápolis pela gasolina comum utilizada para abastecimento de sua frota, conforme Termo de Apostilamento ao Contrato nº 14/2019 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, decorrente do Processo de Licitação nº 287/2018, Pregão Presencial nº 210/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Em 16 de agosto de 2019

GILBERTO LUNKES

Presidente

Turvo**PREFEITURA****CONVENIO FMS 03/2019**

Publicação Nº 2128332

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 003/2019

CONVENIADO: Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde - Hospital Santo Antônio de Timbé do Sul - SC.

OBJETO: Repasse de recurso financeiro com a finalidade assistencial, em regime de mútua cooperação, em especial, para manutenção do serviço de atendimento de urgência e emergência da unidade hospitalar respectiva.

VALOR: R\$ 60.000,00

VIGÊNCIA: De Agosto a Dezembro de 2019.

DECRETO 34/2019

Publicação Nº 2128330

DECRETO Nº 034/19, de 15 de Agosto de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.361/18 (Lei Orçamentária Anual), de 13.12.2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0026.2.007 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha e SSP Transito

3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (015) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0166 (016) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.01 – SECRETARIA DA IND. AGROIND. COM. TRAB. E DES. COMUNITÁRIO

22.661.0029.2.006 – Manut. e Func. Sec. de Ind. Agroind. Com. Trab. e Des. Comunitário

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (028) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS

3.3.50.00.00.00.00.00.0002 (006) – Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrat.... R\$ 60.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta das fontes de recursos 0080 e 0002 (Recurso Próprio) por excesso de arrecadação no valor de R\$ 90.000,00 e das fontes de recursos 0165 e 0166 por excesso de arrecadação do convênio SSP Transito no valor de R\$ 40.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 15 de agosto de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

NOTIFICACAO DE REPASSE 02/2019

Publicação N° 2128333

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSE FEDERAL N° 02/2019

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato de repasse nº: 1055591-44/2018

· N° no SICONV: 871476/2018

Objeto: "Adequação de estrada vicinal com pavimentação asfáltica - trecho 2"

Origem dos Recursos: Ministério da Agricultura

Valor da parcela: R\$ 149.333,20

Data do repasse da parcela: 14/8/2019

Turvo/SC, 19 de Agosto de 2019

PORTARIA 232/2019

Publicação N° 2128328

PORTARIA N° 232/19, de 12 de Agosto de 2019.

EXONERA A PEDIDO, ENFERMEIRO NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Enfermeiro, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 002-2017 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 264/18 de 19.09.2018, com carga horaria de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Ana Carolina Saretto da Silva 062.525.339-63 3976

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de agosto de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO 3 TERMO ADITIVO 040/2017

Publicação Nº 2128314

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017
Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos de impressão com o fornecimento de copiadoras (outsourcing de impressão), que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópias e impressões monocromáticas, conforme anexo I do edital. Contratado: SSA Comércio e Assistência Técnica Ltda. CNPJ: 05.621.126/0001-05. Prorrogação de prazo: 12 (doze) meses. Data da assinatura: 16/08/2019. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli-Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 040/2019 E 041/2019

Publicação Nº 2128873

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
EXTRATO CONTRATO Nº 040/2019 e 041/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) com sede no máximo a 120 km da cidade de Urubici SC em serviços de mecânica, elétrica e funilaria para veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas, conforme Anexo I do edital. Contratado: Pereira Kuster & Pereira Ltda ME. CNPJ: 17.239.586/0001-44. Valor item 01: R\$ 14,00 (quatorze reais); Valor item 02: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais); Valor item 03: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais); Valor item 05: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais); Valor item 06: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais); Valor item 08: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais); Valor item 09: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais); Valor item 11: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais); Valor item 12: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais). Contratado: Edmilson Costa ME. CNPJ: 14.204.221/0001-96. Valor item 04: R\$ 40,00 (quarenta reais); Valor item 07: R\$ 50,00 (cinquenta reais); Valor item 10: R\$ 70,00 (setenta reais). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 64/2019

Publicação Nº 2128584

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 86/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 64/2019

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA MECÂNICA BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA REMANUFATURAMENTO DE PEÇAS EM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS DA FROTA MUNICIPAL. CONFORME AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, EDUCAÇÃO E FUNDERURAL, conforme quantidades e especificações do Termo de Referência anexo do edital.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 86/2019 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 64/2019, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 02 de setembro de 2019.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 02 de setembro de 2019, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 19 de agosto de 2019

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.866/19

Publicação Nº 2128587

DECRETO Nº 16.866/19, DE 7 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia Assessor Técnico de Operação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar nº 0203/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MATHEUS CARLOS ZAGO, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico de Operação, símbolo DAS-3, criado pela Lei Complementar nº 0203/18, com carga horária de 44 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira - VISAN.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 16.853/19, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2019.

Videira, 7 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira aos 7 dias do mês de agosto de 2019.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.875/19

Publicação Nº 2128486

DECRETO Nº 16.875/19, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Aprova Projeto de Loteamento denominado DONA ERMELINDA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais e,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 28131/17, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Dona Ermelinda, formulado por Nova Casa Empreendimentos LTDA;

Considerando que o loteador, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado, o loteamento de uma área com 155.363,56 m² (cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e três metros e cinquenta e seis décimos quadrados) conforme matrícula atualizada RG 28.794, o projeto de loteamento de propriedade de Nova Casa Empreendimentos LTDA, denominado DONA ERMELINDA, área em lotes de 92.401,62 (noventa e dois mil, quatrocentos e um metros e sessenta e dois décimos quadrados), área de verde de 20.538,74 (vinte mil, quinhentos e trinta e oito metros e setenta e quatro décimos quadrados, área total em ruas projetadas de 29.994,77 m² (vinte e nove mil, novecentos e noventa e quatro metros e setenta e sete

decímetros quadrados), área institucional com 12.428,43 m² (doze mil, quatrocentos e vinte e oito metros e quarenta e três decímetros quadrados).

Art. 2º A distribuição das áreas do loteamento atende às Leis Federais nº 6.766/79 e 12.951/12, bem como, a Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar Municipal nº 62/2008, destinando 13,45 % da área dos lotes como Área Institucional.

Art. 3º A aprovação do loteamento não exige o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 28131/17, os respectivos Termos de Cauçionamento e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de agosto de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.880/19

Publicação Nº 2127749

DECRETO Nº 16.880/19, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Aprova Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO PAROLIN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais e,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13455/18, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Parolin, formulado por Gilson Parolin e outros;

Considerando que o loteador, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado, o loteamento de uma área com 78.172,16 m² (setenta e oito mil, cento e setenta e dois metros e dezesseis decímetros quadrados) conforme matrícula atualizada RG 33.017, o projeto de loteamento de propriedade de Gilson Parolin e outros, denominado LOTEAMENTO PAROLIN, área em lotes de 49.814,41 (quarenta e nove mil, oitocentos e quatorze metros e quarenta e um decímetros quadrados), área de verde de 10.324,17 (dez mil, trezentos e vinte e quatro metros e dezessete decímetros quadrados), área total em ruas projetadas de 7.697,56 m² (sete mil, seiscentos e noventa e sete metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), área institucional com 5.133,68 m² (cinco mil, cento e trinta e três metros e sessenta e oito decímetros quadrados), área de preservação permanente com 5.202,34 (cinco mil, duzentos e dois metros e trinta e quatro decímetros quadrados).

Art. 2º A distribuição das áreas do loteamento atende às Leis Federais nº 6.766/79 e 12.951/12, bem como, a Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar Municipal nº 62/2008, destinando 10,31 % da área dos lotes como Área Institucional.

Art. 3º A aprovação do loteamento não exige o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal

nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 13455/18, os respectivos Termos de Cauçionamento e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de agosto de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.882/19

Publicação Nº 2127752

DECRETO Nº 16.882/19, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Designa Servidores para procederem a autenticação de documentos exigidos para os procedimentos licitatórios e demais documentos públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Instrução Normativa nº 002/09 da Unidade Central do Controle Interno,

DECRETA

Art. 1º Ficam designados os servidores MÁRCIA REGINA VANZ, KAROLINA BORSATTI, RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, CRISTIANE MIOZZO, ALVAIR LIRIO BARZOTTO, EZEQUIEL WEGNER, IZABEL APARECIDA BALBINOTT, SCHEILA ADRIANA SAVIAN, BEATRIZ VIECELI, ADRIANO PEDRO DA CUNHA, MAURICIO DOS SANTOS OZORIO e CAMILA ZARDO para procederem a autenticação de documentos exigidos para os procedimentos licitatórios e demais documentos públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 16.865/19.

Videira, 13 de agosto de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 263/19

Publicação Nº 2127925

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 263/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para os quais foram nomeados em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. BEATRIZ FERREIRA PONTES	ASSISTENTE SOCIAL	16.867/19, DE 08/08/2019
2. JULIANA DENISE STECKLING	PSICÓLOGO	16.868/19, DE 08/08/2019
3. JULIANA PEREIRA ALVES	AUXILIAR EDUCACIONAL	16.869/19, DE 08/08/2019
4. MAURICIO RANCKEL JUNIOR	ODONTÓLOGO	16.870/19, DE 08/08/2019
5. THAIS ANDRESSA HEPP	PSICÓLOGO	16.871/19, DE 08/08/2019
6. ADRIANA BATISTA PEDROSO DE CAMPOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16.872/19, DE 08/08/2019
7. JULIANA RIBEIRO DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16.873/19, DE 08/08/2019

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;

l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;

m) Exame Anti-HBS.

n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 13 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 264/19

Publicação N° 2127926

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 264/19
PROCESSO SELETIVO N° 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. KELLY VEIGA	AGENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 15 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 265/19

Publicação N° 2127929

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 265/19
PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. GESSICA CENTOFANTE	ENGENHEIRO CIVIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;

- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 15 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 266/19

Publicação N° 2127934

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 266/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público - Edital nº 01/2019, conforme previsto na Lei Municipal nº 1942/07 e alterações e na Lei Federal nº 11.350/2006:

CONVOCADO	EMPREGO PÚBLICO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. MARISA DA SILVA BRANDO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	16.877/19, DE 12/08/2019

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante que reside na área em que irá atuar, desde da data da publicação do edital do processo seletivo e outro atual.
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- j) Certificado de conclusão, com aproveitamento, do curso introdutório de formação inicial e continuada.

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 15 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 267/19

Publicação N° 2127936

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 267/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ALEXANDRE PIACENTINI	AGENTE SOCIAL	16.874/19, DE 08/08/2019

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;

l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;

m) Exame Anti-HBS.

n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 15 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 128/2019

Publicação N° 2128515

Ata N° ..: ATA 128/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: SS TREVO SINALIZACAO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Valor : 179.500,00 (cento e setenta e nove mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 07/08/2019 Término: 07/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 73/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE DEFENSA METÁLICA SEMI MALEÁVEL, COM INSTALAÇÃO, PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2019

Publicação Nº 2128517

Ata Nº ..: ATA 129/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA

Valor : 897.820,00 (oitocentos e noventa e sete mil oitocentos e vinte reais)

Vigência : Início: 13/08/2019 Término: 13/02/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE COMBUSTÍVEIS PARA AS FROTAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE E FAZENDA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENV. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DESENV. ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, CONSELHO TUTELAR, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

Publicação Nº 2128518

Ata Nº ..: ATA 130/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA.

Valor : 3.225,00 (três mil, duzentos e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 13/08/2019 Término: 13/02/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE ARLA PARA AS FROTAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE E FAZENDA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENV. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DESENV. ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, CONSELHO TUTELAR, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2019

Publicação Nº 2128519

Ata Nº ..: ATA 131/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: AUTO POSTO COLINA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Valor : 656.330,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil trezentos e trinta reais).

Vigência : Início: 13/08/2019 Término: 13/02/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE COMBUSTÍVEIS PARA AS FROTAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE E FAZENDA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENV. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DESENV. ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, CONSELHO TUTELAR, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2019

Publicação Nº 2128521

Ata Nº ..: ATA 132/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: POSTO DE LAVAGEM ADY LTDA

Valor : 53.999,70 (cinquenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 13/08/2019 Término: 13/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS PARA LAVAÇÃO DE VEÍCULOS APLICAÇÃO DE CERA E POLIMENTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GABINETE, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, BOMBEIROS, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL E MILITAR), ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FMAS, FME)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2019

Publicação Nº 2128526

Ata Nº ..: ATA 133/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: PONTO CERTO LAVA CAR LTDA

Valor : 2.112,00 (dois mil cento e doze reais)

Vigência : Início: 13/08/2019 Término: 13/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE MOTOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR – MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GABINETE, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, BOMBEIROS, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL E MILITAR), ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FMAS, FME).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2019

Publicação Nº 2128527

Ata Nº ..: ATA 134/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: SL LAVACAO LTDA

Valor : 119.487,45 (cento e dezenove mil quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 13/08/2019 Término: 13/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS, APLICAÇÃO DE CERA E POLIMENTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR – MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GABINETE, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, BOMBEIROS, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL E MILITAR), ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FMAS, FME).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2019

Publicação Nº 2128528

Ata Nº ..: ATA 135/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: A. PAULA DA SILVA

Valor : 39.780,00 (trinta e nove mil setecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 16/08/2019 Término: 16/08/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 06/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA, BEM COMO TODOS OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MATERIAIS NECESSÁRIOS, PARA A IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE NAS ÁREAS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2019

Publicação Nº 2128531

Ata Nº ..: ATA 136/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVICOS DE ROTOMOLDAGEM LTDA.

Valor : 263.910,12 (duzentos e sessenta e três mil novecentos e dez reais e doze centavos)

Vigência : Início: 16/08/2019 Término: 16/08/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 06/2019 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA, BEM COMO TODOS OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MATERIAIS NECESSÁRIOS, PARA A IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE NAS ÁREAS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO CONTRATO Nº 119/2019

Publicação Nº 2128500

Contrato Nº..: CT 119/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: GENTE SEGURADORA SA

Valor : 150.272,02 (cento e cinq-enta mil duzentos e setenta e dois reais e dois centavos)

Vigência : Início: 02/08/2019 Término: 02/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 72/2019 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA, CONSELHO TUTELAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO CONTRATO N° 120/2019

Publicação N° 2128502

Contrato N°.: CT 120/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
Vigência : Início: 02/08/2019 Término: 02/08/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 72/2019 - PMV
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA, CONSELHO TUTELAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO CONTRATO N° 122/2019

Publicação N° 2128504

Contrato N°.: CT 122/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: AMPLIAR CONSTRUÇOES E PRE MOLDADOS LTDA
Valor : 203.925,44 (duzentos e três mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 07/08/2019 Término: 07/08/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 03/2019 - PMV
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO INTERNO DO TERMINAL RODOVIÁRIO IRIO ZARDO, LOCALIZADO NA RODOVIA ENGENHEIRO LINEU BONATO, BAIRRO CAMPO EXPERIMENTAL, PARA A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 653,32M², CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO N° 123/2019

Publicação N° 2128506

Contrato N°.: CT 123/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: SERVICO SOCIAL DA INDÚSTRIA
Valor : 3.750,00 (três mil setecentos e cinq-enta reais)
Vigência : Início: 09/08/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 32/2019 - PMV
Objeto : LOCAÇÃO DO GINÁSIO SESI PARA REALIZAÇÃO DA OLESC NOS DIAS 12 A 21 DE SETEMBRO DE 2019, PARA REALIZAR EVENTOS NA MODALIDADE KARATÊ E JUDÔ.

EXTRATO CONTRATO N° 124/2019

Publicação N° 2128508

Contrato N°.: CT 124/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA BRF
Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 09/08/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 33/2019 - PMV
Objeto : LOCAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA BRF, DOS DIAS 12 A 21 DE SETEMBRO DE 2019, PARA REALIZAÇÃO DA OLESC, NAS MODALIDADES VOLEIBOL E FUTSAL.

EXTRATO CONTRATO N° 125/2019

Publicação N° 2128510

Contrato N°.: CT 125/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: NOVA VIA TECNOLOGIA E MOBILIDADE LTDA
Valor : 13.500,00 (treze mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 09/08/2019 Término: 09/08/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 70/2019 - PMV
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE FISCALIZAÇÃO E APOIO AO TRÂNSITO, CONTEMPLANDO SISTEMAS (TALONÁRIO ELETRÔNICO DE MULTAS E FERRAMENTAS COMPLEMENTARES), SUPORTE E TREINAMENTO, PARA UTILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO CONTRATO Nº 126/2019

Publicação Nº 2128511

Contrato Nº.: CT 126/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: TRIPCONSULT VIAGENS & EVENTOS EIRELI
Valor : 22.651,24 (vinte e dois mil seiscentos e cinq-enta e um reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 12/08/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 42/2019 - PMV
Objeto : AQUISIÇÃO DE UM PACOTE DE VIAGEM – MISSÃO SUÉCIA 2019, COM O OBJETIVO DE VISITAÇÃO DE USINAS DE RECI-CLAGEM EM HELSIMBORG E NORRKÖPING, À SKF, VOLVO TRUCKS E AO SCIENCE PARK NA CIDADE DE JÖNKÖPING, VISANDO ESTABELECEER CONTATO E TRATATIVAS DE NEGÓCIOS PARA O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, DOS DIAS 21 A 29 DE SETEMBRO, PARA O PREFEITO MUNICIPAL DORIVAL CARLOS BORGIA.

EXTRATO CONTRATO Nº 127/2019

Publicação Nº 2128512

Contrato Nº.: CT 127/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: JUSSINARA GIUDICE NARVAZ 48472867072
Valor : 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS)
Vigência : Início: 12/08/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 01/2019 – FMDCAV
Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JUSSINARA GIUDICE NARVAZ, PARA MINISTRAR CAPACITAÇÃO DENOMINADA "ATENDIMENTO À VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL" PARA OS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE VIDEIRA, NOS DIAS 12 E 13 DE SETEMBRO DE 2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2019 - PMV

Publicação Nº 2128030

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2019 – PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 91/2019 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MANGUEIRAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ÓLEO HIDRÁULICO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 03/09/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 19 de agosto 2019.
DORIVAL CARLOS BORGIA
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CC 04/2019 - PMV

Publicação Nº 2128928

ESTADO DE SANTA CATARINA
município DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 04/2019-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/2009, CONFORME PROJETO BÁSICO, a Comissão Permanente de Licitações considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Auto Viação Catarinense LTDA, Bar e Lanchonete do Nivaldo LTDA, Simara Rodrigues Batista – MEI, Lanchonete Dois Trevos LTDA, Reunidas Transportes S/A e Cleonice da Silva de Oliveira – MEI e, considera INABILITADAS as empresas J & L Agenciamento LTDA, Andre Marcos Klein – MEI, Marcia Moraes dos Santos – MEI e Osmar de Oliveira – MEI. Fica designada a data para abertura e julgamento das propostas para o dia 30/08/2019, às 09:00hrs, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 19 de agosto de 2019.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N° 22/2019 - PMV - RETIFICAÇÃO

Publicação N° 2128438

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS N° 22/2019 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o item 4.14.2 do edital da Tomada de Preços nº 22/2019 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR ETAPA 02 DA REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL, SITUADO NA AV. MANOEL ROQUE N° 188, BAIRRO ALVORADA, ÁREA DE REFORMA: 1.622,89 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Tendo em vista que a alteração não implica nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e também da proposta, fica mantida a data do certame para o dia 26/08/2019, às 14:00:00h. O Edital retificado em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link “Transparência”, sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 19 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

LAUDO DE ACEITABILIDADE PR 77/2019 - PMV

Publicação Nº 2128893

**LAUDO DE ACEITABILIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019 – PMV****PRODUTO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA
PASSAGEIROS PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL FIDELIS
FANTIN.**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa **ENGENHARIA FACILITA IND. E COM. DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 30.288.256/0001-07, apresentou, sob e-mail no dia 14/08/2019, às 14:20 horas, a ficha técnica do produto cotado conforme especificações mínimas do Edital PR 77/2019 – PMV, a seguir:

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Marca	Situação
1	1,00	UN	PLATAFORMA ABRIGADA COM 02 (DUAS) PARADAS, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR: POTENCIA MÍNIMA DE 2,0CV, TENSÃO ELÉTRICA 220V; CABINE: UNILATERAL COM ALTURA DE 1,10M; DIMENSÕES: 1450mm X 1550mm (LARGURA x PROFUNDIDADE); PISO DE CHAPA DE AÇO ANTI DERRAPANTE; PAREDES EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA; CORRIMÃO DE AÇO INOX; ACIONAMENTO POR PRESSÃO EM JOYSTICK; VELOCIDADE DE 6m/min; PORTAS PAVIMENTOS: EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA; ALTURA 2100mm; VISOR EM ACRÍLICO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 660X1000mm; BOTÃO DE CHAMADA NO MARCO DA PORTA; MOLA PARA RETORNO AUTOMÁTICO; ITENS DE SEGURANÇA: FREIO DE SEGURANÇA; ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA; SISTEMA ORIENTATIVO POR VOZ	FACILITA	APROVADO

Em atendimento ao item 1.7 do Edital do Pregão 77/2019-PMV que diz:

“1.7 – A proponente classificada, depois de declarada vencedora, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverá apresentar **FICHA TÉCNICA** devidamente identificados com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do item cotado (com razão social e CNPJ) em até 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS após o encerramento da disputa dos lances, junto ao Paço Municipal, localizado na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, CEP 89.562- 038, aos cuidados da **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos** (A/C Romulo

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Rua Manoel Roque, 188 - Bairro Alvorada - CEP: 89.560-000 - CNPJ: 83.039.842/0001-84 - Telefone: (49) 3566-9000



Machado de Souza e Rafael de Lima), no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min, impreterivelmente.”

O documento apresenta informações do equipamento a ser instalado, com dados técnicos que confrontados com as exigências mínimas do edital, atendem a sua finalidade.

Em análise e comparação com as exigências mínimas previstas no edital publicado, todas as características atendem ao mesmo.

Diante do exposto, os fiscais de contrato, opinam pela **APROVAÇÃO** do documento apresentado pela empresa, conforme documentos anexos.

Videira-SC, 19 de Agosto de 2019.

ROMULO MACHADO DE SOUZA
FISCAL DO CONTRATO
Engenheiro Civil
CREA-SC 102691-4

RAFAEL DE LIMA
FISCAL DO CONTRATO
Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia
Engenheiro Civil
CREA-SC 148679-1

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Rua Manoel Roque, 188 - Bairro Alvorada - CEP: 89.560-000 - CNPJ: 83.039.842/0001-84 - Telefone: (49) 3566-9000

LISTA PRELIMINAR DE CLASSIFICADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 007/2019

Publicação Nº 2128274

1

LISTA PRELIMINAR DE CLASSIFICADOS - EDITAL nº 007/2019

Cargo: Assistente Social

Insc.	Nome	Data Nascim.	Graduação	Especializ.	Especializ. andamento	Mestrado/ Doutorado	Mestrado/ Doutorado andamento	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
335	CASSIANE FARINON	31/7/1984	1	1	0,5			0,5	1	4	1
375	JANAINA VARGAS DE OLIVEIRA	23/8/1985	1	1					2	4	2
401	ADEMAR GAEDKE	17/10/1964	1					1,5	1,5	4	3
130	GABRIELA STANG	14/2/1994	1	1				1,5	0,25	3,75	4
341	BRUNA EDINA DOS SANTOS	9/12/1991	1					0,5	2	3,5	5
403	MARCELI PELISSARI	15/4/1982	1						2	3	6
018	PATRICIA MALACARNE DE SOUZA	17/7/1989	1					1,5	0,25	2,75	7
048	SABRINA REGINA FIORELLI	14/2/1995	1					1,5	0,25	2,75	8
334	LAURIANE SARITA MATTE	18/4/1981	1	1				0,25		2,25	9
021	ROSEMARI APARECIDA MAGUEROSKI	11/10/1983	1						1,25	2,25	10
295	STEPHANIE DE MORAIS PEREIRA	30/3/1991	1	1				1		2	11
239	ROCILDE LOVISON	13/3/1983	1					0,75		1,75	12
145	ROBERTO VITORIO	13/2/1972	1					0,25	0,25	1,5	13
146	MARIA DE LOURDES SCHLICHTING	19/10/1963	1							1	14
065	ANGE REGINA EBELING	7/11/1969	1							1	15

Cargo: Médico Psiquiatra

Insc.	Nome	Data Nascim.	Graduação	Especializ.	Especializ. andamento	Mestrado/ Doutorado	Mestrado/ Doutorado andamento	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
										SEM INSCRIÇÕES	

Cargo: Psicólogo

Insc.	Nome	Data Nascim.	Graduação	Especializ.	Especializ. andamento	Mestrado/ Doutorado	Mestrado/ Doutorado andamento	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
112	MARIANA FAORO	10/1/1993	1	2				1,5		6,5	1
240	ERICA TOMAZI RIBEIRO	3/3/1986	1	1	0,5			1,5	1,5	5,5	2
038	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	24/9/1985	1	1				1,5	2	5,5	3
120	CAROLINE DA COSTA MANFREDI	4/1/1991	1	1				1,5	1,25	4,75	4
012	EDINA MARIA AMANN PALOSCHI	2/12/1982	1	2	0,5			1		4,5	5
362	PRISCILA LUVISON	18/2/1990	1	2				0,25	1,25	4,5	6
128	ELISANGELA APARECIDA JAEGER	22/6/1976	1	1	0,5			1,5	0,5	4,5	7
124	FRANCIELE SASSE	7/6/1993	1		0,5			1	1,75	4,25	8

2

190	GISELE LUIZE KRAMER	8/10/1987	1	1	1				2	4	9
147	DENISE DE MARCH	29/12/1982	1	2		0,5				3,5	10
092	ALINE RODRIGUES	16/3/1990	1	1	1	0,5			0,25	2,75	11
392	MARINA BASEGGIO CANDIAGO	7/10/1993	1	1	1				0,75	2,75	12
217	GILVANA CAMILA MARAFON	14/3/1984	1	1	1				0,25	2,25	13
143	ALICE ROSA	29/1/1970	1			0,5				2,25	14
346	JESSICA VARGAS DA SILVA	14/6/1994	1						0,75	2,25	15
369	JESSICA DE SOUZA	16/11/1995	1			0,5			0,75	2,25	16
070	TATIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	11/9/1996	1						1	2	17
040	ANDREY LUCAS SCHWARTZ	29/5/1988	1							1,75	18
285	SIRLEI CRUZ DA SILVA BIANCHIN	31/3/1980	1							1	19

Cargo: Auxiliar de Saúde Bucal

Insc.	Nome	Data Nascim.	Ensino Médio Completo	Graduação	Graduação andamento	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
049	PATRICIA MAUS LIRA	27/8/1987	2			2,5	2	6,5	1
150	JOANITA DA SILVA	24/6/1985	2				0,75	2,75	2
114	HELOISA CARLA POSSA SANTIAGO KUNZLER	15/3/1993	2				0,25	2,25	3

Cargo: Auxiliar Educacional

Insc.	Nome	Data Nascim.	Ensino Médio Completo	Graduação	Graduação andamento	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
067	MARIA APARECIDA ALVES CORDEIRO	17/4/1963	2	2	2,5	2,5		9	1
232	THAIS PERETTI PERONDI	13/3/1994	2	2	1	2,5	0,75	8,25	2
203	SCHIELA DO NASCIMENTO	4/4/1983	2	2		1,75	2,25	8	3
379	OLIVIA XAVIER	10/6/1968	2	2		2,5	0,75	7,25	4
039	JERUSA ALVES DA SILVA	9/9/1983	2	2		2,5	0,5	7	5
383	SIRLEI MARIA DA FONSECA	29/10/1969	2	2		2,25	0,5	6,75	6
078	ELIANE APARECIDA DE ANDRADE	16/10/1985	2	2	1	1,5		6,5	7
036	SONIA MARA DE BAÍROS OZÓRIO	21/12/1983	2	2		2,5		6,5	8
218	DAIANE FIORESE	17/7/1992	2	2		2,5		6,5	9
382	ROSALIA FATIMA SUZIN	27/2/1975	2	2	1	1,5	1,75	6,25	10
272	CINTHIA DANIELI DE CORDOVA DA FONSECA	3/2/1985	2		1	2,5	0,25	5,75	11
030	RAFAEL DE CAMPOS ELEUTERIO	10/7/1997	2	1		2		5	12
289	MARIA AUGUSTA NUNES DOS SANTOS DE MORAIS	18/10/1979	2		1	1,5	0,5	5	13
399	ELIZANDRA MARA BORN	18/4/1977	2	2		0,25	0,5	4,75	14
248	CAMILA TELES DE OLIVEIRA	9/6/1990	2		1	0,75	1	4,75	15
378	JESSICA JEOVANA ANTUNES	13/2/1996	2			1,5	1,25	4,75	16
009	CIBELE MACIEL DA SILVA	12/3/1984	2	2			0,5	4,5	17
016	MARIZA APARECIDA DE DEUS	20/12/1966	2				2,5	4,5	18

3

210	JORGE JAIR ALVES JUNIOR	11/12/1997	2		1	1,5		4,5	19
132	VIVIAN VANESSA DE AVILA MACHADO	30/3/1983	2		1	1	0,25	4,25	20
133	CASSIA DA SILVA SPINELLI	11/4/1991	2		1	1,25		4,25	21
380	CAMILA NODARI	3/6/1981	2	2				4	22
326	FABIANE BARVIERA BOLZAN	22/4/1984	2	2				4	23
226	JOSIANE MOREIRA RODRIGUES	19/12/1994	2	2				4	24
395	DEBORA HOCHIOVE	15/10/1996	2	2				4	25
265	DENISE GUILL	23/3/1995	2		1	0,5	0,5	4	26
087	MARINÉS GRANDO DE ALBUQUERQUE	26/1/1967	2		1	0,75	0,25	4	27
115	ROSELI MARIA MOREIRA DA SILVA	24/12/1971	2				2	4	28
188	YOHANA SIRINO DE ANDRADE	5/4/1993	2			1,5	0,5	4	29
194	SABRINA GONÇALVES RAUBER	31/10/1992	2			2		4	30
251	VALMIRA PEREIRA DE OLIVEIRA ROBERTI	14/9/1971	2		1	0,25	0,5	3,75	31
104	ISABELA FARIAS	19/6/1997	2		1	0,5	0,25	3,75	32
170	ELIZANDRA SZYMOW ZAGO	5/3/1978	2			0,5	1,25	3,75	33
159	LUCIA CORREA DE MENES ROSSI	17/9/1983	2			1,75		3,75	34
023	MARISTELA MARTINEZ DE AVILA	26/4/1982	2		1	0,25	0,25	3,5	35
385	MARIANA GABRIELA DE ARAUJO	6/10/1997	2		1	0,25	0,25	3,5	36
260	KESCY DE PAULA DIAS	22/11/1999	2		1	0,25	0,25	3,5	37
051	HALANNA MAURA DE SOUZA	10/11/1995	2		1		0,5	3,5	38
247	TANIA BEHREND	16/6/1980	2		1	0,5		3,5	39
193	SABRINA VALESKA DE OLIVEIRA	19/1/1992	2		1	0,5		3,5	40
045	CLARISSA MARIA MEISTERLIM	23/5/1986	2				1,5	3,5	41
080	GABRIELA SKREPKA BARROS	31/3/1997	2		1		0,25	3,25	42
224	INALVA APARECIDA LINS FAGHERAZZI	25/3/1973	2		1	0,25		3,25	43
119	ROSELI FATIMA DOS SANTOS DUARTE	20/6/1979	2		1	0,25		3,25	44
314	CRISLAINE MARTINS DA SILVA	6/6/1994	2		1	0,25		3,25	45
264	AMANDA RITI SANDRI	18/7/1998	2			1	0,25	3,25	46
201	LINDAMIR DE FATIMA ZAMBONIN	16/11/1965	2		1			3	47
267	ROSELI APARECIDA ANTUNES DA SILVA	12/3/1968	2		1			3	48
059	JANETE DA SILVA	14/10/1970	2		1			3	49
075	MARLI MOREIRA CARDOSO ***	20/5/1980	2		1			3	50
387	PAULINA RODRIGUES	23/8/1982	2		1			3	51
310	SOLANGE DA SILVA	9/9/1983	2		1			3	52
178	ROSENILDA APARECIDA VITALI DOS SANTOS	30/4/1984	2		1			3	53
136	NOELLI RIBEIRO PONTES	17/6/1985	2		1			3	54
257	PATRICIA DELUQUE DE MEIRA	3/3/1987	2		1			3	55
259	TAMARA LINS	18/2/1992	2		1			3	56
133	THAMYÉ VANZ	27/7/1992	2		1			3	57
131	GILIANE PIROLI ALBUQUERQUE	10/11/1992	2		1			3	58
384	TALITA VILLOCK	12/5/1993	2		1			3	59
246	JULIANA DE ANDRADE	4/5/1996	2		1			3	60
055	JESSICA RIBAS PAES	3/5/1997	2		1			3	61
020	CLAUDIANE PERASSOLI CAPOANI	7/7/1997	2		1			3	62
058	KETLYN JHENIFER LINS	14/5/1999	2		1			3	63
296	HYSIA NICOLI RIGO	29/12/1999	2		1			3	64
371	FABIOLA LUIZA FERREIRA DA SILVA	21/2/2000	2		1			3	65
312	AMANDA FERREIRA RODRIGUES	23/9/2000	2		1			3	66
125	VANIA EDUARDA GONÇALVES DIAS	8/5/2001	2		1			3	67
199	RAYANE GRIS	15/5/2001	2		1			3	68

252	TATIANA APARECIDA MORAES	21/7/1984	2					1	3	69
096	LUCIANE DA SILVA MONTEIRO	5/9/1982	2					0,75	2,75	70
215	SILVANA APARECIDA PAULI	8/2/1985	2					0,75	2,75	71
197	SILVANA APARECIDA CAMINSKI ZANOL	7/4/1988	2					0,75	2,75	72
101	ANGELA MARIA GALDINO	3/10/1964	2					0,5	2,5	73
176	DANIELA SCHWANTZ DE OLIVEIRA	9/12/1974	2					0,5	2,5	74
238	JULIANA ELOISA SINIGAGLIA	26/3/1986	2					0,5	2,5	75
388	CRISTINA BEVILAQUA	29/9/1989	2					0,5	2,5	76
223	MARILICE ALVES MOREIRA	5/5/1976	2					0,25	2,5	77
074	ANA CLAUDIA MORESCO CONTINI	11/7/1979	2				0,25	0,25	2,25	78
127	ALINI LINS DE OLIVEIRA	12/8/1989	2				0,25	0,25	2,25	79
006	GEMA APARECIDA POZZAN PEREIRA	2/3/1965	2						2	80
029	OLGA MAGALDI DE OLIVEIRA	16/3/1967	2						2	81
053	CLEIDE APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA	2/2/1970	2						2	82
077	ELIANE RUTE ANDRIN ALVES	3/2/1981	2						2	83
072	CLEONICE ALVES	12/3/1981	2						2	84
082	VERONICA ZITA BUSS	24/3/1981	2						2	85
097	NIVEA APARECIDA SILVA DA ROCHA	9/7/1981	2						2	86
095	ELIANE ALVES	21/6/1982	2						2	87
094	PATRICIA DUTRA MACHADO	26/10/1982	2						2	88
129	SILVIA VARELA CAUS	21/2/1983	2						2	89
118	ALDA FERREIRA VIEIRA	8/5/1984	2						2	90
113	LEONICE DIAS	28/6/1984	2						2	91
213	ELOIZA VIERGUTZ	26/4/1985	2						2	92
204	KAREN BARVIERA CENTOFANTE BENEDETTI	2/10/1985	2						2	93
202	IZAMARA PELENTIR DE OLIVEIRA PAV/LAK	1/11/1985	2						2	94
198	MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI	14/4/1986	2						2	95
192	FABIANA APARECIDA MEDEIROS	26/8/1986	2						2	96
191	ADRIANA FATIMA PAULI	11/11/1986	2						2	97
183	LUCINEI OLIVEIRA BARTH DA COSTA	6/12/1986	2						2	98
179	ALEXANDRE DE COSTA MENEGUZZI	17/3/1987	2						2	99
177	CLAUDIA MEIRE GONÇALVES SCUCIATO	2/7/1987	2						2	100
175	ROSANGELA GOMES GONÇALVES	27/7/1988	2						2	101
169	LUCIANA PEREIRA	14/8/1988	2						2	102
165	LEIDIANE PIROLI	6/10/1988	2						2	103
164	TEREZINHA ELIZABETE LEIDENS	17/1/1989	2						2	104
152	TALITA FERREIRA DE ARAUJO	25/4/1989	2						2	105
140	SOLANGE APARECIDA DA SILVA	30/6/1989	2						2	106
139	ADRIANA ELEUTERIO BARBOSA	24/6/1990	2						2	107
221	DORLANES RIBEIRO DOS SANTOS FOSCHIERA	19/12/1991	2						2	108
241	VANESSA DALLAZEM	26/8/1992	2						2	109
235	GABRIELE REGINA SINIGAGLIA	7/1/1993	2						2	110
269	PRISCILA FANTIN GRIS	25/6/1993	2						2	111
266	JESSICA LAIS FUNKLER CANDEIA	24/2/1994	2						2	112
263	LUANA MARINA MORESCO	24/7/1994	2						2	113
318	JAQUELINE ALVES MOREIRA	3/1/1995	2						2	114
303	KEILA DE LIMA	4/1/1995	2						2	115
300	ANGELA MARIA CORTELINI	19/4/1995	2						2	116
298	MARIANE DO PRADO PIRES	7/7/1996	2						2	117
288	ROSANGELA DE OLIVEIRA	20/8/1996	2						2	118

5

282	GABRIELA FERREIRA	12/10/1996	2					2	119
280	KARINA DO AMARAL	15/10/1996	2					2	120
400	PALOMA FARIAS DE SOUZA	13/12/1996	2					2	121
391	VALERIA DELLANI MAFRA	4/7/1997	2					2	122
390	GABRIELI MOREIRA	18/3/1998	2					2	123
386	ANDRESSA ANTUNES	6/4/1998	2					2	124
373	DENISE DOS SANTOS DA SILVA	2/5/1998	2					2	125
367	MARIANA DE FATIMA ZANOTTO	13/9/1998	2					2	126
328	BEATRIZ DIAS DE FIGUEIREDO CASTRO	8/3/1999	2					2	127
337	ADRIANO ZELINSKI	12/7/1999	2					2	128
348	KAIRA VIEIRA	11/1/2000	2					2	129
355	GABRIELA FRARAO SOARES	19/1/2000	2					2	130
358	AMANDA CRISTINA DUARTE	8/2/2000	2					2	131
343	KATHLYN ADRIANE AMERICO DOS SANTOS	17/8/2000	2					2	132
329	PAMELA VOLF	17/3/2001	2					2	133
327	LARISSA PEDROSO DE MORAES DE DEUS	19/6/2001	2					2	134

*** Em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, na Lei 7.853/89 e no Decreto Federal 3.298/99, serão admitidos os candidatos inscritos como pessoa com deficiência, selecionados neste processo seletivo na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalentes a 5% (cinco por cento) das vagas a serem ofertadas, desde que as atribuições do cargo/emprego público sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Insc.	Nome	Data Nascim.	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço Público	Tempo de Serviço Privado	Nota Final	Classific.
007	JUCARA RODRIGUES DA SILVA	1/1/1978	0,25	2,5	3,5	6,25	1
069	FATIMA DE JESUS BARBOSA	18/4/1958			6	6	2
100	IRACI PAZ MAURICIO	30/1/1961		2	4	6	3
024	MARIA SALETE MORIGGI	5/10/1962		5	1	6	4
003	SIRLEY DE DEUS DE CAMPOS	13/3/1967		6		6	5
381	ROSALIA FATIMA SUZIN	27/2/1975		3,5	2,5	6	6
111	MARILICE ALVES MOREIRA	5/5/1976	0,25	0,5	5,25	6	7
376	SIRLEI MARIA DA FONSECA	29/10/1969	2,25	1,5	2	5,75	8
061	KARINNA DALLAGO	17/5/1968			5	5	9
146	CARLOS CLODENIR VIEIRA DA SILVA	24/7/1976		0,5	4,5	5	10
389	ELIANE RUTE ANDRIN ALVES	3/2/1981		3,5	1,5	5	11
017	ROSELI MARIA MOREIRA DA SILVA	24/12/1971			4,75	4,75	12
116	CLEIDE XAVIER DE BARROS SANDRI	19/2/1975		1	3,75	4,75	13
171	JACINTA FERREIRA VIEIRA	13/3/1975			4,75	4,75	14
293	LORECI DE SOUZA ESPINDULA LANGER	30/7/1977			4,75	4,75	15
108	ANGELITA DE FATIMA GODOI GRIS	30/10/1968	0,25	4,5		4,75	16
290	MARIA AUGUSTA NUNES DOS SANTOS DE MORAIS	18/10/1979	1,5	0,5	2,75	4,75	17
253	MARILDA DOS SANTOS	14/7/1970			4,25	4,25	18

6

027	IVANI DO NASCIMENTO	23/5/1957		3	1	4	19
317	CARLOS ANTONIO DA SILVA	28/9/1979			4	4	20
231	THAIS PERETTI PERONDI	13/3/1994	1,75	1,5	0,75	4	21
256	MERY ANGELA MUHLBRANDT	22/5/1978		2,5	1,25	3,75	22
156	ADALBERTO DE OLIVEIRA	31/5/1976		3	0,5	3,5	23
299	ROSELI PANTERA	17/7/1981			3,5	3,5	24
316	LEONICE DIAS	28/6/1984		1	2,5	3,5	25
220	CRISTIANE BRANCALEONI	25/3/1986		3,5		3,5	26
160	CAMILA TELES DE OLIVEIRA	9/6/1990	0,75	2	0,75	3,5	27
103	ELISABETE DOS SANTOS	14/5/1982	1,25		2,25	3,5	28
254	SARA GONÇALVES RYBANDT	18/1/1964		2	1,25	3,25	29
091	CLEUSA DE FÁTIMA FERNANDES	18/1/1968		2	1,25	3,25	30
168	LILIAN REGINA CORDEIRO	22/2/1980		0,5	2,75	3,25	31
085	CELSO LUIZ DE SOUZA	27/2/1980			3,25	3,25	32
138	CLEONICE ALVES	12/3/1981			3,25	3,25	33
249	ELOIZA VIERGUTZ	26/4/1985			3,25	3,25	34
142	VIVIANE MORAIS	18/3/1975		3		3	35
229	CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES	8/11/1982		3		3	36
185	PATRICIA BATISTA LINS	3/10/1990		1,5	1,5	3	37
019	FABIANA DE OLIVEIRA	8/3/1991		1	2	3	38
233	ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA	27/7/1978	0,5	2,5		3	39
377	MARIA SILVANA NETO	18/8/1983		0,5	2,25	2,75	40
106	CLAUDECIR AMARAL CORDEIRO	9/10/1985			2,75	2,75	41
276	ANDREIA PANTERA	4/7/1986			2,75	2,75	42
196	SILVANA APARECIDA CAMINSKI ZANOL	7/4/1988		1,5	1,25	2,75	43
008	DENUZA ANDREIA SERIGHELLI LEODORO	22/7/1988		1,5	1,25	2,75	44
126	ALINI LINS DE OLIVEIRA	12/8/1989	0,25		2,5	2,75	45
111	DILONETE LIBARDONI	22/4/1975		2,5		2,5	46
010	JIZELI TEREZINHA ANTUNES GOMES	19/9/1979		1	1,5	2,5	47
031	CASSIA MARGARIDA GONZAGA OLIVEIRA MEDEIROS	4/1/1983			2,5	2,5	48
034	JULIA CRISTINE AMAZONAS	18/7/1985		1,5	1	2,5	49
002	ANDREIA APARECIDA COSTA DE SOUZA	19/6/1976	0,5	1	1	2,5	50
342	ELIANE ALVES	21/6/1982	2,25		0,25	2,5	51
135	GENIRSE APARECIDA SANDRI	18/2/1970		0,5	1,75	2,25	52
001	JANE APARECIDA DE OLIVEIRA	28/8/1972			2,25	2,25	53
093	VANDERLEIA UBIALI	2/8/1982			2,25	2,25	54
033	MARLI DORNELES	4/8/1988		0,5	1,75	2,25	55
032	TIAGO GONÇALVES LINS	26/1/1989			2,25	2,25	56
081	FERNANDA RIGO	16/6/1991			2,25	2,25	57
015	MARIA APARECIDA NOVAIS DOS SANTOS	1/4/1968			2	2	58
402	FABIANA ZIMMERMANN DE OLIVEIRA	6/3/1984			2	2	59
056	TATIANA APARECIDA MORAES	21/7/1984		2		2	60
064	SANDRA MARIA MARTINS	28/4/1986		2		2	61
340	SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES	9/6/1987		2		2	62
332	GIANE PASA	17/5/1988		0,5	1,5	2	63
102	CRISTINA BEVILAQUA	29/9/1989		1	1	2	64
057	SABRINA VALESKA DE OLIVEIRA	19/1/1992		1	1	2	65
331	RAFAEL DE CAMPOS ELEUTERIO	10/7/1997	2			2	66
173	ALDEANE MARQUES ROCHA NICOLAU	4/2/1983			1,75	1,75	67
277	DAIANE VOLPATTO DA SILVA	7/9/1986			1,75	1,75	68

315	MIRIAM DA SILVA DE ALMEIDA	11/3/1987				1,75	1,75	1,75	69
211	MARCIA DE LIMA VELOZO	26/6/1989				1,75	1,75	1,75	70
184	MARINÉS DA SILVA	20/7/1976	0,25	1,5				1,75	71
122	DEISI FERNANDA BELEGANTE GIRIOLI	29/1/1984	0,25	1,5				1,75	72
222	LUCIMAR BALDISSERA	2/6/1972				1,5	1,5	1,5	73
236	CARMEN MARIA GUEL	6/1/1974				1,5	1,5	1,5	74
216	SILVANA APARECIDA PAULI	8/2/1985		1,5				1,5	75
154	FABIANA SOUZA FARIA	10/12/1985				1,5	1,5	1,5	76
063	ELAINE APARECIDA BARBOZA	31/3/1988		1,5				1,5	77
107	CAMILA COSTA DOS SANTOS	11/6/1988		0,5		1	1	1,5	78
044	DANIELA DE OLIVEIRA	21/1/1991		0,5		1	1	1,5	79
273	DENISE GUILL	27/3/1995		1		0,5	1,5	1,5	80
145	CLAUDETE GOMES	31/7/1982	0,5			1	1,5	1,5	81
360	WALDOMIRA MARIA KLEIN	15/4/1964				1,25	1,25	1,25	82
099	MARIA DE SOUZA CORREA DE BORTOLLI	24/9/1969				1,25	1,25	1,25	83
149	CLEUZA CORREIA	20/7/1971				1,25	1,25	1,25	84
237	DANIELA SCHWANTZ DE OLIVEIRA	9/12/1974		1		0,25	1,25	1,25	85
028	SUZANA VALLER GUEHL	29/4/1979				1,25	1,25	1,25	86
205	GISLIANE RIBEIRO	28/4/1986				1,25	1,25	1,25	87
037	JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE BÓZ	25/11/1987		1		0,25	1,25	1,25	88
186	LUCINELI VALECO DE MATTOS	22/1/1988				1,25	1,25	1,25	89
344	ADRIANA PANTERA	10/2/1990				1,25	1,25	1,25	90
060	ANDRESSA CRISTINA CIMA	2/7/1990		0,5		0,75	1,25	1,25	91
396	PATRICIA CORREIA MARTINS	29/12/1990				1,25	1,25	1,25	92
079	LUIZA JAQUELINE GOMES RODRIGUES	17/1/1991				1,25	1,25	1,25	93
174	JULIANA RODRIGUES	9/11/1991				1,25	1,25	1,25	94
268	JULIANA DE ANDRADE	4/5/1996				1,25	1,25	1,25	95
088	MARINÉS GRANDO DE ALBUQUERQUE	26/1/1967	0,75	0,5				1,25	96
214	ANGELA CRISTINA SCUZZIATTO PADILHA	11/5/1971				1	1	1	97
374	IVONE CASAGRANDE	10/6/1971				1	1	1	98
250	VALMIRA PEREIRA DE OLIVEIRA ROBERTI	14/9/1971		1				1	99
117	ROSANGELA DE OLIVEIRA BENDER	25/12/1981				1	1	1	100
365	FABIANE SILVA DE ALMEIDA	21/3/1985		0,5		0,5	1	1	101
157	THAIS CAROLINA DE JESUS	8/12/1985				1	1	1	102
004	ELISSANDRA COMUNELLO KEMER	11/3/1988		1				1	103
349	SUZETE DE OLIVEIRA ***	27/12/1988		0,5		0,5	1	1	104
166	KRISLEY KOEHLER	29/8/1989		0,5		0,5	1	1	105
172	ANA PAULA DE OLIVEIRA	28/8/1990				1	1	1	106
013	JAQUELINE RIBEIRO KUSTER ZANELLA	27/11/1991		1				1	107
014	VILCEMARA BETTEGA GOMES	27/4/1992		1				1	108
366	MAIARA SOARES DOS SANTOS PEREIRA	7/8/1992				1	1	1	109
398	JACSON RAUL ALVES	3/3/1993		1				1	110
338	JULIANA CARLA DE QUEIROZ	27/8/1993				1	1	1	111
071	PALOMA NERIS MOREIRA LINS	29/7/1994				1	1	1	112
347	ELIANE DE FÁTIMA CALDAS	22/9/1994				1	1	1	113
050	HALANNA MAURA DE SOUZA	10/11/1995		1				1	114
066	ROGER AUGUSTO PADILHA	29/9/1996		1				1	115
073	ANA CLAUDIA MORESCO CONTINI	11/4/1997		1				1	116
047	DENISE CARDOSO	9/9/2001	0,75			0,25	1	1	117
148	FRANCISLAINE GRASSI	15/8/2000	1					1	118

291	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS DA ROSA	2/2/1980				0,75	0,75	119
258	ADELAIDE VERANA	4/10/1983				0,75	0,75	120
281	ANA PAULA UBIALI	21/1/1989				0,75	0,75	121
245	DORVALINO MORET	27/12/1955	0,5			0,5	0,5	122
324	EDO RAMOS	4/4/1968				0,5	0,5	123
162	MARLENE VARGAS ***	24/12/1971				0,5	0,5	124
230	IDALINA APARECIDA COLAÇO	22/9/1973	0,5			0,5	0,5	125
297	EDNISE FABRICNEL	19/4/1975				0,5	0,5	126
155	JOCELEIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA	16/10/1978				0,5	0,5	127
244	ILIANE FATIMA DE OLIVEIRA	21/3/1979	0,5			0,5	0,5	128
271	ANGELA SOARES ZANIN	23/1/1983				0,5	0,5	129
393	SILMARA FATIMA DA SILVA SANTOS	14/2/1984	0,5			0,5	0,5	130
182	LIDIANE SILVA	8/12/1984				0,5	0,5	131
357	GISELE MORAIS	24/3/1986	0,5			0,5	0,5	132
181	CRISTINA DE ALMEIDA PERES DA LUZ	16/10/1987				0,5	0,5	133
308	TAMARA DE OLIVEIRA	22/1/1990				0,5	0,5	134
287	FERNANDA DE SOUZA MACHADO	19/4/1992	0,5			0,5	0,5	135
354	TATIANE FORTUNATO DUARTE DE OLIVEIRA	16/1/1993				0,5	0,5	136
141	LUCAS PADILHA	2/6/1994	0,5			0,5	0,5	137
404	ANDREA DE OLIVEIRA LEITE	3/10/1995				0,5	0,5	138
121	LUANA CORREA DOS SANTOS	8/6/1997	0,5			0,5	0,5	139
167	KLEYMAR KOEHLER	29/11/1997	0,5			0,5	0,5	140
372	EDUARDA WERNER HEEMANN	12/3/2001				0,5	0,5	141
284	VERANI FIORELLI	23/7/1962				0,25	0,25	142
151	CLEUSA DA SILVA FURTADO	28/1/1974				0,25	0,25	143
105	JAQUELINE MORAIS	6/12/1976				0,25	0,25	144
225	ELENICE APARECIDA BARBOZA	2/9/1982				0,25	0,25	145
352	CRISTIANE CESCO TESTOLIN	26/5/1985				0,25	0,25	146
275	MONICA DOS SANTOS DA SILVA	26/7/1985				0,25	0,25	147
364	JULIANA CORDUVA DE MEIRA	30/12/1989				0,25	0,25	148
043	ALINE MORGANA DE OLIVEIRA DE CASTRO	7/6/1992				0,25	0,25	149
076	VANESSA DE OLIVEIRA	10/1/1993				0,25	0,25	150
304	GABRIELA FRANCINE TRINDADE	3/10/1995				0,25	0,25	151
161	ANA PAULA MOREIRA	3/10/1996				0,25	0,25	152
305	ANDERSON JOSÉ ZANCHETT	10/11/1996				0,25	0,25	153
109	VINICIUS MOREIRA DE ALMEIDA	8/11/1999				0,25	0,25	154
022	ANDRE ALEXANDRE FERREIRA	26/9/2000				0,25	0,25	155
219	BRUNA BARBOZA MACARIN	11/2/1999	0,25			0,25	0,25	156
279	PAULO HENRIQUE MORAIS	15/2/1967				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
208	LOURDES APARECIDA PELENTIR KOKOWICZ	19/4/1967				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
350	MARIO SERGIO DE SOUZA	4/10/1968				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
242	JUREMA COSTA	6/8/1969				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
320	ADAO ALVES PEREIRA	25/3/1970				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
356	IVETE BEATRIZ LINS	21/9/1970				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
228	HELEN PATRICIA ROSARIO LIMA	1/11/1971				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
261	MARLY MELANIA CORREA DA SILVA	31/3/1973				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
025	ROSELI ESTOKERO	21/3/1974				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
345	ELIANE RODRIGUES DA SILVA	24/6/1974				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
333	ELVIRA DE FATIMA DA SILVA	23/5/1976				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		
339	CLEMAIR DE MELO	6/6/1977				CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO		

9

363	MARIZETE SALETE KHANDISTANI	30/7/1977			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
306	ITAMAR PADILHA DOS SANTOS	1/5/1978			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
005	PATRICIA APARECIDA FERREIRA NERIS	2/9/1978			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
353	ELIANE TEREZINHA DA SILVA	1/10/1979			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
163	MICHELE DA SILVA FURTADO	21/8/1982			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
351	KESIANE DENARDI DE MORAIS	8/4/1985			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
307	VALERIA SILVEIRA	16/4/1985			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
134	ROSE FATIMA FERREIRA ***	18/1/1986			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
084	IVETE FARIAS	23/1/1986			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
035	GREYSON SCHMIDT SOARES	4/4/1986			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
270	FABIANA APARECIDA MEDEIROS	26/8/1986			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
207	DRIELLI KARINA VENZEL TRISTAO	16/3/1987			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
361	DANIELA APARECIDA TESSARO	6/5/1987			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
052	VANDERLEIA RODRIGUES	22/10/1988			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
368	ALAIR DA SILVA MULLER	29/10/1988			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
322	ZULEIDE APARECIDA FERREIRA	6/11/1989			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
041	DENIZANGELA MORAES RIBEIRO	21/9/1990			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
301	CATIA PATRICIA DA SILVA	7/10/1990			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
294	TATIANE DE GOES SOUZA	30/11/1990			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
189	ADRIANA TEREZINHA DO PRADO CRUZ DA SILVA	19/9/1991			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
313	PAMELA CHRISTINA ALVES	6/2/1992			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
325	CRISTIANO RIBEIRO	16/6/1992			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
321	LIDIANE PEREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA	15/9/1992			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
026	MAIRA JACIELI DA SILVA CAMARGO	17/3/1993			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
330	GIRCEANE APARECIDA DO PRADO	11/4/1993			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
255	CLEDSON MACIEL DE SOUZA	12/8/1993			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
089	PAULO DIEGSON MEIRA	14/3/1994			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
212	PAULA ROSANGELA PELENTIR KOKOWICZ	17/7/1994			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
309	JANE DE OLIVEIRA	19/7/1994			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
195	RAIRA BERDIA OSSANES	1/8/1994			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
062	TAIARA FERNANDES DA SILVA	14/10/1995			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
042	BRUNA CAROLLINI SZYMUK	31/10/1995			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
098	BRUNA BRANCO DOS ANJOS	14/12/1995			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
283	MAISA MAGNADO MUNZLINGER DOS SANTOS	2/2/1996			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
302	ANA PAULA RIBEIRO	31/3/1996			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
234	PATRIK DO PRADO	7/4/1996			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
011	DAISE CAMPOS SOARES	13/8/1996			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
397	KATIANE BLON DE OLIVEIRA	22/9/1996			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
336	TATIANA FERREIRA	28/10/1996			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
359	BRUNO EDUARDO ANTUNES DE CASTRO	3/2/1997			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
054	DEISE DOS SANTOS DA SILVA	24/3/1997			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
262	JOCIANE APARECIDA DA SILVA VOLF	7/7/1997			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
158	BRUNA THAIS FERNANDES DA SILVA	19/12/1997			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
311	FLAVIO CRUZ DA SILVA	17/6/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
243	SINDY GOMES DE GOIS	28/6/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
046	MAYARA RODRIGUES PALERMO DIAS	4/7/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
083	AMANDA CIRIMBELLI	29/7/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
144	JOYCE MAYARA TELLES DE OLIVEIRA	31/8/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
200	SUELEN DA SILVA FEITOZA	3/10/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
319	LETICIA CAROLINI FIDENCIO	7/12/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO

394	SABRINA AMARAL DOS SANTOS	17/12/1998			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
209	TAJANA MORAIS DE LIMA ATT	21/1/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
370	MILENA CAROLINE MOREIRA	27/1/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
153	KEYLA THAINARA DOS SANTOS	3/4/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
187	GILMAR SUEDEKUM	3/5/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
323	ALEXIA DE SOUZA PETROVICH	13/6/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
137	FABIOLA SILVEIRA DE ALMEIDA LARA	8/11/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
090	ECHILYN ROBERTA FERNANDES	17/11/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
086	TANIEL REISNER	20/11/1999			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
286	TAINARA REI SCHRETTE	24/2/2000			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
180	NATALIA GOMES MAGALDI	23/5/2000			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
227	TAJANA LIBARDONI DE MELLO	23/10/2000			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
206	MARIANI ALVES DOS SANTOS	30/1/2001			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
274	BRUNO ROSSETE	27/4/2001			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
068	FELIPE CORDEIRO PIRES DOS SANTOS	27/7/2001			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO
292	GABRIEL DOS SANTOS ROSSETE	29/10/2001			CLASSIFICADO SEM PONTUAÇÃO

*** Em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, na Lei 7.853/89 e no Decreto Federal 3.298/99, serão admitidos os candidatos inscritos como pessoa com deficiência, selecionados neste processo seletivo na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalentes a 5% (cinco por cento) das vagas a serem ofertadas, desde que as atribuições do cargo/emprego público sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019**

Publicação Nº 2128722

ATA Nº.: ATA 47/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: LAMON PRODUTOS LTDA

Valor : 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 02/08/2019 Término: 02/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE DATA-LOGGERS PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO DA ÁGUA, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2019

Publicação Nº 2128727

ATA Nº.: ATA 48/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: ELETRONANDO SOLUÇÕES EM IRRIGAÇÃO E MOTOBOMBAS LTDA.

Valor : 9.760,00 (nove mil setecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 05/08/2019 Término: 05/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MOTO BOMBAS E TANQUES DE ÁGUA POTÁVEL PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2019

Publicação Nº 2128730

ATA Nº.: ATA 49/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI

Valor : 12.800,00 (doze mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 05/08/2019 Término: 05/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MOTO BOMBAS E TANQUES DE ÁGUA POTÁVEL PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019

Publicação Nº 2128734

ATA Nº.: ATA 50/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: VANDERLEI CLIMACO VARELA

Valor : 15.795,20 (quinze mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FAIXAS EM LONA, BANNERS, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO/COLAGEM DE ADESIVO PLOTTER PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019

Publicação Nº 2128735

ATA Nº.: ATA 51/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA

Valor : 12.037,00 (doze mil e trinta e sete reais)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019

Publicação Nº 2128737

ATA Nº.: ATA 52/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira

Contratada...: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA

Valor : 21.250,00 (vinte e um mil duzentos e cinq-enta reais)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019

Publicação Nº 2128738

ATA Nº.: ATA 53/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira

Contratada...: DRESCH COMUNICACAO E DESIGN LTDA

Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 – VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PLACAS DE OBRAS PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019

Publicação Nº 2128741

ATA Nº.: ATA 54/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira

Contratada...: FONTANA & JOAQUIM LTDA

Valor : 192,00 (cento e noventa e dois reais)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019

Publicação Nº 2128742

ATA Nº.: ATA 55/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...: DIGITAL CRUZEIRO LTDA

Valor : 1.395,00 (um mil trezentos e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 – VISAN.

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019

Publicação Nº 2128743

ATA Nº.: ATA 56/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...: VISUAL SERVICOS DE DIVULGACAO LTDA.

Valor : 23.550,00 (vinte e três mil quinhentos e cinq-enta reais)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE OUTDOOR PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019

Publicação Nº 2128745

ATA Nº.: ATA 57/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...: GRAF - ROMA GRAFICA E EDITORA EIRELI

Valor : 2.295,00 (dois mil duzentos e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 06/08/2019 Término: 06/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE IMPRESSÃO E APLICAÇÃO/COLA-
GEM DE ADESIVO PLOTTER PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO CONTRATO Nº 15/2019

Publicação Nº 2128621

Contrato Nº.: CT 15/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor : R\$ 248.798,70 (duzentos e quarenta e oito mil setecentos e noventa e oito reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 01.08.2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Pregão Presencial Nº.: 22/2019 - VISAN

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE LEITURA INFORMATIZADA DE HIDRÔME-
TROS, COM EMISSÃO E ENTREGA SIMULTÂNEA DE FATURAS.

EXTRATO CONTRATO Nº 16/2019

Publicação Nº 2128623

Contrato Nº.: CT 16/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: TRIPCONSULT VIAGENS E EVENTOS EIRELI.

Valor : R\$ 22.651,24

Vigência : Início: 02.08.2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 06/2019 - VISAN

Objeto : AQUISIÇÃO DE UM PACOTE DE VIAGEM - MISSÃO SUÉCIA 2019, QUE ACONTECERÁ DOS DIAS 21 A 29 DE SETEMBRO DE
2019, PARA A SERVIDORA DÉBORA PELISER.

EXTRATO CONTRATO Nº 17/2019

Publicação Nº 2128625

Contrato Nº.: CT 17/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada.: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA.

Valor : R\$ 6.214.407,30

Vigência : Início: 27.08.2019 Término: 27.08.2020

Licitação : Concorrência Nº.: 01/2019 - VISAN

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE: MANUTENÇÃO DE REDES DE ADUÇÃO E DISTRI-
BUIÇÃO DE ÁGUA, PEÇAS ACESSÓRIAS, RAMAIS, CAVALETES E HIDRÔMETROS, COM OPERAÇÃO DE REGISTROS DE MANOBRA DA REDE
DE DISTRIBUIÇÃO E COM A UTILIZAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO ELETRÔNICA ONLINE; AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE
DISTRIBUIÇÃO; EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PERDAS; E OPERAÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL ATRAVÉS DO SOFTWARE
DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES: WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 031/2019

Publicação Nº 2128074

Processo de Licitação 031/2019

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 003/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM SUPERFICIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRECHO DA SERRA DA ABELHA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, COM EXTENSÃO DE 940M, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 04 de setembro de 2019 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 20 de agosto de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA EDITAL Nº 001/2019 CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2128421

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHO TUTELAR

POSIÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL
01	Ryse Alves dos Santos	6,95
02	Gervásio de Oliveira	6,8
03	Patricia Bertotti	6,6
04	Lorival Feliciano	6,4
05	Loreni Teie	6,35
06	Ariane Roberta Cunha Tose	6,25
07	Gilvana Darolt dos Santos	6,15
08	Elair Rodrigues Perreira	6,05
09	Marlene Howe	6,0
10	Laurita Meneguelli	6,0
11	Diuvana Vaseleski	6,0
12	Juliana Aparecida Castellani Vendrami	5,15
13	Janete Garcia da Silva	4,85
14	Agnes Kammer	4,65
15	Luzia Manzoti	4,2
16	Bu Cutscho	2,45
17	Anderson Vaipão Camlém	Não comp.

Helena de Souza

Presidente do CMDCA/CEE

Witmarsum

PREFEITURA

97/2019

Publicação N° 2128707

DECRETO N° 97/2019**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2019, no valor de cinquenta mil reais, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
07.001	Obras e Serviços Urbanos
07.001.0015.0451.0013.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	50.000,00
Valor Total:	50.000,00

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01000000	Recursos Ordinários

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 7 de agosto de 2019

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

98/2019

Publicação Nº 2128708

DECRETO Nº 98/2019**Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação.**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2019, no valor de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secr.mun.de Agric.,meio Ambiente, Ind.e Comercio
06.001	Agricultura,meio Ambiente, Ind. e Comercio.
06.001.0020.0606.0011.2015	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	55.500,00
Valor Total:	55.500,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do Crédito Adicional , na(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secr.mun.de Agric.,meio Ambiente, Ind.e Comercio
06.001	Agricultura,meio Ambiente, Ind. e Comercio.
06.001.0020.0606.0011.2015	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
33190000000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Valor Anulado	50.000,00
06	Secr.mun.de Agric.,meio Ambiente, Ind.e Comercio
06.001	Agricultura,meio Ambiente, Ind. e Comercio.
06.001.0020.0606.0011.2015	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Valor Anulado	500,00
06	Secr.mun.de Agric.,meio Ambiente, Ind.e Comercio
06.001	Agricultura,meio Ambiente, Ind. e Comercio.
06.001.0020.0606.0011.2015	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
34490000000000000000	Aplicacoes diretas
01000000	Recursos Ordinários
Valor Anulado:	5.000,00

Valor Total:	55.500,00
---------------------	------------------

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 15 de agosto de 2019

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

99/2019

Publicação Nº 2128711

DECRETO Nº 99/2019**Abre crédito adicional Suplementar por Superávit Financeiro**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2019, no valor de setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e um centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	78.259,51
Valor Total:	78.259,51

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior identificados através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
03020000	Receitas de Impostos - Saúde

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 16 de agosto de 2019

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0084/2019

Publicação Nº 2128070

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0084/2019, tendo como objeto Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Peças para Manutenção preventiva e/ou corretiva em equipamentos odontológicos e autoclaves da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 04 de setembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 19 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0085/2019

Publicação Nº 2128231

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0135/2019 – PREGAO PRESENCIAL Nº 0085/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0085/2019, tendo como objeto Contratação de Seguro Total para 08 (oito) Veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê e de 01 (um) veículo Furgão para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 03 de setembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 19 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 500/2019

Publicação Nº 2127730

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 500/2019

REVOGAR PORTARIA Nº RH BLB 630/2012
ATRIBUIR FUNÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CIRILIO DAL'ÓGLIO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 Artigo 11.

RESOLVE

REVOGAR PORTARIA Nº RH BLB 630/2012

ATRIBUIR função na Escola Municipal de Educação Básica Cirilo Dal'Óglio, a Servidora Pública Municipal a Sra. JANE TAVARES BARALDI, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.878.083 e CPF nº 017.328.439-61, nomeada conforme Decreto nº BLB 053/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta atribuição vigore a partir de 16.08.2019 conforme parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 16 de Agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

RESCISÃO DO CONTRATO N° 0014/2017

Publicação N° 2128037

Extrato Rescisão de Contrato Locação n° 0014/2017

Locatário: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Locador: DARCI LUIZ GUEDIN

Objeto: Tem por objeto o presente contrato a locação de uma sala comercial, em alvenaria, com 150 m², localizada na Rua Duque de Caxias, 38, sala 102, Centro, destinada ao funcionamento da Central de Agendamento.

Diante da ausência de interesse público em manter o contrato, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde anexa ao processo, fica rescindindo o Contrato de Locação de Imóvel n° 0014/2017, a partir do dia 05 de agosto de 2019, de acordo com o Art. 79, II, da Lei 8.666/93.

Xanxerê-SC, 05 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 093/2019 - PREGÃO Nº 051/2019

Publicação Nº 2128891

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 093/2019

EDITAL: Pregão Presencial para compras e serviços nº 051/2019

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição de um veículo tipo Station Wagon, Sport Utility Vehicle ou Minivan, novo, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2019/2019, destinado ao Conselho Tutelar de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 30 de agosto de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 30 de agosto de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 19 de agosto de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 093/2019 - PREGÃO Nº 051/2019

Publicação Nº 2128960

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 094/2019

EDITAL: Pregão Presencial para compras e serviços nº 052/2019

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição de câmeras digitais de ação à prova d'água, com wi-fi e resolução mínima Full Hd, para utilização pelas Agentes Comunitárias de Saúde no exercício de suas funções de vistorias de residências do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 02 de setembro de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 02 de setembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 19 de agosto de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0074/2019 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA.

Publicação Nº 2128563

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0074/2019
Pregão Presencial Nº 0022/2019

OBJETO: Constitui o objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva nos veículos e máquinas da frota da Secretaria de Infraestrutura do Município de Zortéa, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão /entidade do orçamento das peças a serem substituídas; Conforme especificações contidas no anexo VII do edital

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min do dia 30 de Agosto de 2019.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo, Sala de Licitações, sito à Rua Otaviano Oleari Franceschi, nº 53, Centro, no Município de Zortéa/SC.

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3557-2018 e 3557-2019

Zortéa-SC, 20 de Agosto de 2019.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito de Zortéa

Consórcios

CIGA

RESOLUÇÃO CIGA N.º 162, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2128394

Resolução CIGA n.º 162, de 15 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a disponibilização do sistema CIGA Geo aos municípios consorciados ao CIGA, que manifestaram interesse na contratação, e dá outras providências.

Considerando a homologação do Pregão Presencial n.º 03/2019, em 16 de julho de 2019, devidamente publicada em 17 de julho de 2019 na edição n.º 2878 do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, realizado pelo CIGA com o seguinte objeto: Contratação de empresa para fornecimento de sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos;

Considerando os demais serviços relacionados à disponibilização do sistema CIGA Geo aos municípios consorciados, os quais são de responsabilidade do CIGA, tais como os serviços de infraestrutura de datacenter e de gestão dos contratos;

Considerando que no Edital do Pregão Presencial n.º 03/2019 está previsto que os órgãos participantes do referido processo licitatório, ou seja, que poderão vir a contratar o sistema CIGA Geo, são os municípios consorciados ao CIGA que manifestaram interesse na contratação do objeto do referido processo licitatório, totalizando os 129 municípios listados no item 5.1.1 do referido Edital;

Considerando que a 22ª Assembleia Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), realizada em 30 de julho de 2019, definiu os valores referentes à contraprestação financeira, por parte dos Municípios Consorciados e Contratantes do referido serviço, pelo CIGA, bem como o nome desse sistema, qual seja CIGA Geo (vide Ata publicada na Edição n.º 2902 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, de 14 de agosto de 2019);

Considerando a assinatura do Contrato Administrativo n.º 94/2019/CIGA, em 05 de agosto de 2019, com o vencedor do certame, a empresa TOQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA – EPP (CNPJ: 07.159.813/0001-78), de forma que o sistema CIGA Geo, objeto do referido Contrato já pode ser solicitado pelos municípios consorciados ao CIGA, que manifestaram interesse na contratação do objeto do Pregão Presencial n.º 03/2019 (Vide Extrato de Contrato Nº 94/2019/CIGA publicado na Edição n.º 2895 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, de 06 de agosto de 2019 ;

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIGA, consoante artigos 16 e 20 do Contrato de Consórcio Público e artigo 35, inciso I, do Estatuto, ambos do CIGA;

RESOLVE:

Art. 1.º. Determinar a disponibilização, pelo CIGA, do sistema CIGA Geo para os Municípios consorciados e contratantes desse serviço, que manifestaram interesse na contratação do objeto do Pregão Presencial n.º 03/2019.

Art. 2.º. Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pertinentes ao sistema CIGA Geo consistirão na disponibilização de um sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado.

Art. 3.º. Os valores referentes à contraprestação financeira, por parte dos Municípios Consorciados e Contratantes do referido serviço, pelo CIGA, no âmbito do sistema CIGA Geo são os estabelecidos na tabela prevista no Anexo I, os quais vigorarão nos exercícios de 2019 e 2020, e que integra a presente Resolução.

Art. 4.º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto do CIGA.

Art. 5.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 15 de agosto de 2019.

ROBSON JEAN BACK

Prefeito do Município de São Martinho (SC)

PRESIDENTE DO CIGA

ANEXO I

TABELA DE VALORES DO SISTEMA CIGA GEO
EXERCÍCIOS DE 2019 E 2020

Faixa	FPM	Valor de Implantação e Treinamento (Parcela única)	Valor Mensal	Valor Anual
1	0,6	R\$ 17.948,70	R\$ 1.197,80	R\$ 14.373,60
2	0,8	R\$ 20.559,70	R\$ 1.311,40	R\$ 15.736,80
3	1,0	R\$ 24.297,00	R\$ 1.481,80	R\$ 17.781,60
4	1,2	R\$ 28.476,00	R\$ 1.709,00	R\$ 20.508,00
5	1,4	R\$ 33.534,20	R\$ 1.936,20	R\$ 23.234,40
6	1,6	R\$ 40.326,30	R\$ 2.106,60	R\$ 25.279,20
7	1,8	R\$ 47.678,40	R\$ 2.452,40	R\$ 29.428,80
9	2,2	R\$ 55.860,00	R\$ 2.850,00	R\$ 34.200,00
10	2,4	R\$ 65.065,00	R\$ 3.134,00	R\$ 37.608,00
12	2,8	R\$ 75.109,30	R\$ 3.474,80	R\$ 41.697,60
15	3,4	R\$ 88.454,10	R\$ 4.161,40	R\$ 49.936,80
18	4,0	R\$ 104.066,20	R\$ 4.672,60	R\$ 56.071,20

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2019

Publicação Nº 2128123

Extrato de Contrato nº 098/2019

Termo de Retificação do Contrato nº 003/2019

Contrato de Prestação de Serviços – Câmara Bom Jardim da Serra

CONTRATANTE: Câmara Bom Jardim da Serra

CNPJ: 73.590.937/0001-38

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 003/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Onde lê-se:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

Dá se a este contrato o valor de R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)

Leia-se:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

Dá se a este contrato a isenção do pagamento por 06 (seis meses) ficando o valor total restante de R\$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais)

Florianópolis, 12 de agosto de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

Publicação Nº 2128537

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

O Consórcio Intermunicipal Catarinense é uma entidade pública multifinalitária, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, por intermédio dos entes da federação consorciados, de comum acordo, firmam a SEGUNDA ALTERAÇÃO e CONSOLIDAÇÃO ao PROTOCOLO DE INTENÇÕES, o qual passa a denominar-se CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA na forma da Lei Federal n. 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal n. 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes alterações, observadas as condições abaixo estabelecidas:

TÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE, PRAZO DE DURAÇÃO E SEDE****CAPÍTULO I****DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA**

Art. 1º - O consórcio público denominado CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integra, nos termos da lei, a administração indireta dos entes da federação consorciados.

Parágrafo único. O consórcio público adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei Federal n. 11.107/05 e do Decreto Federal n. 6.017/07.

CAPÍTULO II**DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES**

Art. 2º - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entidade pública multifinalitária, tem por objetivo estabelecer relações de cooperação federativa, através de ações de interesse comum, para promover a inovação e a modernização da gestão pública.

Parágrafo único. O consórcio público tem por finalidades o desenvolvimento de programas, projetos, atividades e operações especiais nas áreas de atuação governamental de Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia.

Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entre outros, poderá:

I – Fimar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei Federal n. 11.107/05), sejam no âmbito Federal ou Estadual;

II – Captar recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros;

III – Instituir Fundos Interfederativos para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes da federação, do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;

IV – Desenvolver ações de inovação e modernização para atendimento das ações do consórcio público decorrentes dos seus objetivos e finalidades;

V – Desenvolver ações integradas de Extensão, Pesquisa e Ensino, articulando projetos e ações (cursos, eventos, prestação de serviços, seminários), definindo diretrizes de acordo com a política pública, podendo instituir programas de Extensão, Pesquisa e Ensino, através de editais e disponibilização de bolsas;

VI – Desenvolver relações de cooperação institucional do consórcio público com entidades públicas e privadas, em especial FECAM, EGEM, ARIS, CIGA, associações de municípios e demais organizações da sociedade civil;

VII – Atuar na ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência da gestão pública;

VIII – Realizar transferências financeiras entre os entes da federação, especialmente da União para o Estado de Santa Catarina e aos Municípios Consorciados e, do Estado de Santa Catarina aos Municípios Consorciados, para desenvolvimento de objetivos e finalidades comuns destes;

IX – Instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio público ou por seus entes consorciados à população.

X – Estabelecer cooperação entre os entes da federação consorciados, para promover o desenvolvimento sustentável dos seus interesses comuns, integrando os entes da federação consorciados para planejamento e desenvolvimento local ou regional, possibilitando articulação para explorar de maneira eficaz as eficiências coletivas, mobilizando o potencial dos fatores produtivos existentes;

XI – Fomentar nos entes da federação consorciados o atendimento dos Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

XII – Ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do artigo 2º, § 1º, III da Lei Federal n. 11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal n. 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, para repasse de recursos financeiros, sejam por rateio ou aplicação direta;

XIII – Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:

- a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;
- b) Realizar contratações conjuntas de bens e serviços a serem entregues ou prestados aos entes consorciados;
- c) Realizar chamadas públicas para credenciamento e pré-qualificação de produtos e serviços;
- d) Implementar sistema unificado de fornecedores e compras públicas;
- e) Adquirir produtos ou serviços em outros países ou de empresas sediadas em outros países, com representação no Brasil;
- f) Através de cooperação técnica com outros consórcios públicos, poderão ser aplicadas as disposições deste inciso e suas alíneas.

XIV – Realizar licitações de concessões públicas e parcerias público-privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos entes consorciados, nos termos da legislação em vigor;

XV – Instituir banco de informações de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio público e dos entes consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;

XVI – Ser contratado nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8.666/93, quando prestar serviços públicos de forma associada nos termos autorizados no contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação, através da celebração de Contrato de Programa;

XVII – Implementar Câmaras de Compensações para intermediar as negociações de transferências, alienações e permutas de bens móveis, permanentes e de consumo, entre os entes consorciados;

XVIII – Proporcionar assessoramento aos entes da federação consorciados na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, especialmente: seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

XIX – Realizar ações de eficiência energética, controle e monitoramento do consumo de energia elétrica;

XX – Executar serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e efficientização do sistema de iluminação pública nos entes consorciados;

XXI – Gerir e controlar as contratações de serviços de telefonia, passagens aéreas, locações de veículos, frotas de veículo, ponto eletrônico, entre outros;

XXII – Executar estudos, projetos e serviços técnicos de engenharias, arquitetura e urbanismo, topografia e correlatos;

XXIII – Desenvolver ações voltadas à Política de Desenvolvimento Territorial, Política de Mobilidade Urbana, Política de Saneamento Básico, Resíduos Sólidos, Proteção e Gestão do Meio Ambiente;

XXIV – Elaborar o planejamento da gestão urbana e desenvolvimento territorial sustentável, inclusive regularização fundiária, política habitacional, mobilidade urbana, planejamento de cidades e desenvolvimento rural;

XXV – Planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, visando sustentabilidade ambiental e ecológica, preservação de florestas, da fauna e da flora, bem como a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais e sítios arqueológicos, podendo responsabilizar-se pelos procedimentos de cadastro, controle, fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos entes consorciados;

XXVI – Proporcionar infraestrutura com a realização de serviços nas mais diversas áreas de atuação, inclusive mediante a execução de obras públicas, execução de horas máquinas e conservação, manutenção e recuperação da infraestrutura viária sob responsabilidade dos entes da federação consorciados;

XXVII – Promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento turístico dos entes consorciados, a fim de facilitar e viabilizar ações e serviços turísticos, de lazer e entretenimento com eficiência e qualidade;

XXVIII – Executar ações de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XXIX – Planejar, gerir ou administrar serviços e recursos de regimes próprios de previdência dos agentes públicos dos entes consorciados, vedado que os recursos arrecadados em um ente da federação sejam utilizados no pagamento de benefícios de segurados de outro ente;

XXX – Realizar ações de desenvolvimento sociofuncional e integração dos agentes públicos dos entes da federação consorciados;

XXXI – Desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

XXXII – Realizar ações de integração dos entes da federação consorciados para formar equipes em diversas modalidades e categorias para disputar competições esportivas, inclusive profissionais;

XXXIII – Prestar suporte e executar ações de integração das administrações tributárias dos entes da federação, podendo representá-las perante as administrações tributárias da União e dos Estados, instituir conselhos de contribuintes regionalizados, realizar julgamento em instância administrativa de litígios fiscais suscitados diante da aplicação da legislação tributária, estabelecer programas de fiscalização tributária conjunta, e propor políticas regionalizadas de incentivos fiscais;

XXXIV – Executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, revistas, etc., visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio público e dos entes consorciados.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 4º - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, previamente autorizado, e sendo ratificado, através de lei dos entes consorciados.

Art. 5º - O consórcio público terá Sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, podendo ser alterada por decisão da assembleia geral.

Parágrafo único. Fica instituída a Central Executiva do CINCATARINA como unidade operacional, na Rua Nereu Ramos, n. 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000, podendo ser alterada por decisão da assembleia geral.

TÍTULO II DO INGRESSO, DA SUBSCRIÇÃO, DO CONSORCIMENTO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I DO INGRESSO NO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 6º - Os entes da federação abaixo mencionados poderão ingressar no CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA:
I – União;

II – Estado de Santa Catarina;

III – Municípios do Estado de Santa Catarina: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araquari, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibaanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guaracimirim, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuacu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jerônimoópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontas, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Painel, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tílias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa.

§ 1º. Para ingressar no consórcio público o ente da federação providenciará Lei de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 2º. Após a ratificação da Lei, o ente da federação fará solicitação de ingresso ao Presidente do consórcio público.

§ 3º. O Presidente do consórcio público submeterá a solicitação de ingresso do ente da federação à assembleia geral para homologação, salvo os casos de autorização de forma automática.

§ 4º. Somente será considerado consorciado o ente da federação que ratificar por lei o protocolo de intenções e tiver a solicitação de ingresso homologada.

§ 5º. Para participar dos programas, projetos, atividades e operações especiais do consórcio público o ente da federação deverá providenciar a inclusão da dotação orçamentária para transferências a consórcios públicos por meio de rateio ou aplicação direta, observados das disposições legais, regulamentares e deste Protocolo de Intenções.

§ 6º. O início das atividades e a entrega de recursos financeiros ao consórcio público ocorrerão após a efetivação de contratos de programas, contratos de rateio, contratos administrativos ou outros instrumentos congêneres.

§ 7º. O consórcio público será contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do artigo 2º, § 1º, III da Lei Federal n. 11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal n. 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, para entrega de recursos financeiros, sejam por rateio ou aplicação direta.

Art. 7º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do ente da federação dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da federação consorciados, em assembleia geral.

CAPÍTULO II DOS SUBSCRITORES E DOS CONSORCIADOS

Art. 8º - Os subscritores iniciais são os entes da federação que firmaram o Protocolo de Intenções e são consorciados todos aqueles que o ratificaram por lei:

I – Entes da federação de Santa Catarina subscritores iniciais: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio Das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão, Timbó Grande e Videira;

II – Entes da federação de Santa Catarina consorciados: Abdon Batista - Lei Municipal nº 813/2014, Abelardo Luz - Lei Municipal Nº 2.506/2018, Anita Garibaldi - Lei Municipal nº 2.228/2018, Antônio Carlos - Lei Municipal nº 1.610/2018, Água Doce - Lei Municipal

nº 2.425/2016, Águas Mornas - Lei Municipal nº 929/2018, Anitápolis - Lei Municipal nº 1.000/2019, Alto Bela Vista - Lei Municipal nº 763/2018, Arroio Trinta - Lei Municipal nº 1.677/2014; Bom Jesus - Lei Municipal nº 700/2018; Brunópolis - Lei Municipal nº 796/2014; Caçador - Lei Municipal nº 3.112/2014; Calmon - Lei Municipal nº 716/2014; Campos Novos - Lei Municipal nº 4.444/2018; Capinzal - Lei Municipal nº 3.289/2018; Catanduvas - Lei Municipal nº 2.647/2018; Celso Ramos - Lei Municipal nº 998/2018; Coronel Martins - Lei Municipal nº 737/2019; Curitiba - Lei Municipal nº 5.431/2015; Entre Rios - Lei Municipal nº 766/2019; Erval Velho - Lei Municipal nº 1422/2016; Faxinal dos Guedes - Lei Municipal nº 2434/2017; Fraiburgo - Lei Municipal nº 2.228/2014; Frei Rogério - Lei Municipal nº 791/2014; Garuva - Lei Municipal nº 2.074/2018; Herval Doeste - Lei Municipal nº 3.197/2017; Ibiam - Lei Municipal nº 546/2014; Ibi-caré - Lei Municipal nº 1.893/2017; Iomerê - Lei Municipal nº 777/2014; Ipuçu - Lei Municipal nº 884/2018; Ipumirim - Lei Municipal nº 1.243/2019; Irani - Lei Municipal nº 1.710/2014; Irineópolis - Lei Municipal nº 1.974/2018; Itá - Lei Municipal nº 2.396/2015; Itapóá - Lei Municipal nº 723/2017; Ituporanga - Lei Municipal nº 2.734/2018; Jaborá - Lei Municipal nº 1.574/2017; Joaçaba - Lei Municipal nº 5.132/2017; Lacerdópolis - Lei Municipal nº 2.107/2017; Lajeado Grande - Lei Municipal nº 749/2018; Laurentino - Lei Municipal nº 1.340/2017; Lebon Régis - Lei Municipal nº 1.471/2014; Lindóia do Sul - Lei Municipal nº 1.428/2019; Lontras - Lei Municipal nº 2.362/2018; Luzerna - Lei Municipal nº 1459/2016; Macieira - Lei Municipal nº 709/2014; Major Gercino - Lei Municipal nº 1.189/2018; Marema - Lei Municipal nº 1140/2017; Matos Costa - Lei Municipal nº 2.028/2014; Monte Carlo - Lei Municipal nº 911/2014; Nova Trento - Lei Municipal nº 2.687/2018; Novo Horizonte - Lei Municipal nº 592/2019; Ouro - Lei Municipal nº 2.520/2018; Ouro Verde - Lei Municipal nº 1.031/2018; Passos Maia - Lei Municipal nº 811/2018; Paulo Lopes - Lei Municipal nº 1.776/2018; Pinheiro Preto - Lei Municipal nº 1.750/2014; Piratuba - Lei Municipal nº 1.413/2017; Ponte Alta do Norte - Lei Municipal nº 1.108/2017; Ponte Serrada - Lei Municipal nº 2.302/2017; Presidente Castello Branco - Lei Municipal nº 1.834/2018; Rancho Queimado - Lei Municipal nº 1.733/2019; Rio das Antas - Lei Municipal nº 1.788/2014; Rio do Sul - Lei Municipal nº 5.959/2018; Rio Negrinho - Lei Municipal nº 3.007/2017; Salto Veloso - Lei Municipal nº 1.512/2014; Santa Cecília - Lei Municipal nº 1.973/2018; Santa Terezinha - Lei Municipal nº 665/2018; São Bonifácio - Lei Municipal nº 1.450/2018; São Domingos - Lei Municipal nº 1.843/2019; São Francisco do Sul - Lei Municipal nº 1.880/2017; São Lourenço do Oeste - Lei Municipal nº 2.369/2017; São Pedro de Alcântara - Lei Municipal nº 1.243/2019; Siderópolis - Lei Municipal nº 2.222/2017; Tangará - Lei Municipal nº 2.199/2014; Timbó Grande - Lei Municipal nº 1.045/2014; Treze Tílias - Lei Municipal nº 1.926/2017; Urubici - Lei Municipal nº 2.031/2018; Vargeão - Lei Municipal nº 1.630/2017; Vargem - Lei Municipal nº 752/2017; Vargem Bonita - Lei Municipal nº 1.093/2017; Videira - Lei Municipal nº 3.101/2014; Xanxerê - Lei Municipal nº 4.018/2018; Xavantina - Lei Municipal nº 1.677/2019; Xaxim - Lei Municipal nº 4.283/2017 e Zortéa - Lei Municipal nº 602/2018.

Art. 9º - O Protocolo de Intenções e/ou suas alterações, após sua ratificação por pelo menos 05(cinco) dos entes da federação, converter-se-á no contrato de consórcio público.

Art. 10 - Consideram-se automaticamente subscritores iniciais ou consorciados todos os novos entes da federação criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos entes da federação mencionados nos incisos do artigo 6º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado ou ratificado o presente protocolo de intenções.

CAPÍTULO III DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 11 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA será a área correspondente à soma dos territórios dos entes da federação consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos entes consorciados, condicionado a aprovação da assembleia geral, o consórcio público poderá exercer atividades fora de sua área de atuação, inclusive prestar serviços a entes não consorciados, observadas as disposições legais aplicáveis.

TÍTULO III DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

- I – Participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II – Votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente, Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;
- III – Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos entes da federação consorciados e ao aprimoramento do consórcio público;
- IV – Compor a Presidência e Vice-Presidência, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal do consórcio público nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

Art. 14 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no estatuto do consórcio público.

Art. 15 - Constituem deveres dos consorciados:

- I – Cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio, Contrato Administrativo ou outros instrumentos congêneres;
- II – Acatar as determinações da assembleia geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do consórcio público;
- III – Cooperar para o desenvolvimento das atividades do consórcio público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;
- IV – Participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do consórcio público.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

Art. 16 - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com seus objetivos e finalidades previstas no artigo 2º deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – Firmar protocolo de intenções;

II – Firmar convênios, contratos, cooperações, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – Prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – Outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela assembleia geral do consórcio público.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - O consórcio público tem a seguinte organização:

I – Assembleia Geral;

II – Presidência;

III – Conselho de Administração;

IV – Conselho Fiscal;

V – Diretoria Executiva.

Parágrafo único. independente de alteração do Protocolo de Intenções poderão ser criados outros órgãos temporários ou permanentes, singulares ou colegiados, grupos de trabalho, câmaras técnicas, instâncias de governança e núcleos regionais de atuação.

Art. 18 - O consórcio público será organizado por estatuto, que disporá sobre a organização e funcionamento de cada um de seus órgãos constitutivos, bem como normas relativas ao regime jurídico dos empregados públicos do consórcio público, observando todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 19 - A assembleia geral do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, é a instância máxima do consórcio público, sendo constituída pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes da federação consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência, mediante procuração, a agente público do Poder Executivo pertencente ao ente da federação, para representá-lo na assembleia geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar mais de um ente consorciado na mesma assembleia geral.

Art. 20 - A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, 01(uma) vez por ano, em datas a serem definidas, devendo ser feita convocação com antecedência mínima de 10(dez) dias consecutivos, pelos meios legais.

§ 1º - A assembleia geral ocorre extraordinariamente, sempre que convocada, para tratar de assuntos de interesse do consórcio público, inclusive, para deliberar sobre alteração estatutária e alterações de ordem administrativa e de pessoal, por iniciativa do Presidente do consórcio público ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos consorciados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas pelos meios legais.

§ 2º - A assembleia geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos, sendo seu procedimento fixado no edital de/ convocação.

Art. 21 - O quorum exigido para realização de assembleia geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados, exceto para assembleia virtual.

Parágrafo único. Não se realizando em primeira convocação, considera automaticamente convocada para quinze minutos depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 22 - Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na assembleia geral.

§ 1º - Somente terá direito a voto o Chefe do Poder Executivo do ente da federação consorciado ou seu representante autorizado por procuração.

§ 2º - O voto será público, pela aprovação ou reprovação da proposição, admitindo-se o voto secreto nos casos motivados, quando decidido por 2/3(dois terços) dos participantes da assembleia geral.

Art. 23 - Compete à assembleia geral:

I – Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA;

II – Homologar o ingresso no consórcio público de ente da federação que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

III – Autorizar de forma automática a homologação do ingresso dos entes da federação mencionados como possíveis para ingressar no consórcio público, desde que a lei de ratificação não contenha reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções;

IV – Estabelecer orientação superior do consórcio público, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;

V – Aplicar a pena de exclusão do consórcio público;

VI – Aprovar o estatuto do consórcio público e suas alterações;

VII – Eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio público, cujos mandatos serão de 01(um) ano;

VIII – Ratificar a exoneração ou destituição de membros Diretoria Executiva, como requisito essencial de validade do ato, salvo se for a pedido do interessado;

IX – Aprovar:

a) Programa anual de trabalho;

b) O orçamento anual do consórcio público;

c) A realização de operações de crédito;

d) A fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio público pelos consorciados;

e) A alienação e a oneração de bens do consórcio público ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

XI – Homologar as decisões do Conselho Fiscal;

XII – Aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

XIII – Homologação de convênios, cooperações e contratos de programa;

XIV – Apreçar e sugerir medidas sobre:

a) A melhoria dos serviços prestados pelo consórcio público;

b) O aperfeiçoamento das relações do consórcio público com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XV – Aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio público;

XVI – Dissolver o consórcio público, na forma prevista neste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na assembleia geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 24 - A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em assembleia geral especialmente convocada.

§ 1º - Somente será aceita a candidatura à Presidência de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

§ 2º - A Presidência será eleita por voto público.

§ 3º - Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos participantes da assembleia geral, não podendo ocorrer à eleição sem a presença da metade mais um dos consorciados.

§ 4º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos dos participantes, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função.

§ 5º - No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos ou nulos.

§ 6º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

Art. 25 - Compete ao Presidente o voto normal e o voto de minerva, e por consenso dos membros, as deliberações tomadas pela assembleia geral poderão ser efetivadas por meio de aclamação.

Art. 26 - Em assembleia geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente, Vice-Presidente, membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal do consórcio público, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3(dois terços) dos consorciados.

§ 1º - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 2º - A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15(quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao membro que se pretenda destituir.

§ 3º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à assembleia geral, em votação pública.

§ 4º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do consórcio público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma assembleia geral, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 5º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima assembleia geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 6º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

Art. 27 - Será convocada assembleia geral para a elaboração e/ou alteração do estatuto do consórcio público, por meio de publicação dando ciência a todos os consorciados.

§ 1º - Confirmado o quorum de instalação, a assembleia geral, por votação de 2/3 dos participantes aprovará o estatuto.

§ 2º - O estatuto do consórcio público e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 28 - Nas atas da assembleia geral serão registradas:

I – Por meio de lista de presença, todos os entes da federação representados na assembleia geral;

II – De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da assembleia geral;

III – A íntegra de cada uma das propostas votadas na assembleia geral, bem como a proclamação de resultados.

Parágrafo único. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da assembleia geral.

Art. 29 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da assembleia Geral será, em até 10(dez) dias após a aprovação, publicada no órgão de imprensa oficial.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 30 - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em assembleia geral, com mandato de 01(um) ano, vedada a reeleição, de acordo com as previsões do capítulo anterior e deste capítulo.

Art. 31 - A eleição dos membros da Presidência será realizada em até quinze dias do encerramento do mandato anterior, podendo a posse ocorrer no mesmo ato ou posteriormente.

Art. 32 - Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio público o Chefe do Poder Executivo do ente da federação que esteja consorciado por um período mínimo de 06(seis) meses anteriores à data da realização da eleição e que não tenha débito para com o consórcio público.

§ 1º - O Presidente do consórcio público no caso de vacância, afastamento, licenciamento, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, no período de até 30(trinta) dias.

§ 2º - No período de férias do cargo de Chefe do Poder Executivo, o Presidente do consórcio público poderá ser substituído pelo Vice-Presidente.

§ 3º - O afastamento do cargo de Chefe do Poder Executivo é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§ 4º - O Vice-Presidente quando assumir o cargo de Presidente será considerado como Presidente em exercício.

Art. 33 - São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I – Representar judicial e extrajudicialmente o consórcio público;

II – Nomear e exonerar agentes públicos;

III – Ordenar as despesas do consórcio público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

IV – Convocar as reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

V – Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão;

VI – Solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio público os agentes públicos dos entes consorciados e de outros órgãos da administração pública;

VII – Administrar o patrimônio do consórcio público;

VIII – Autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio público através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;

IX – Convocar a assembleia geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio público;

X – Prestar contas à assembleia geral e ao Tribunal de Contas da União, quando exigido na forma da lei, e Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

XI – Escolher 03(três) Chefes do Poder Executivo de entes da federação consorciados para compor o Conselho de Administração e dirigir seus trabalhos;

XII – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas a Diretoria Executiva.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio público, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 34 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 35 - O substituto ou sucessor do Chefe do Poder Executivo o substituirá na Presidência do consórcio público.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 36 - O Conselho de Administração é formado por 5(cinco) Chefes do Poder Executivo dos entes da federação consorciados, sendo 2(dois) membros natos o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio público e 3(três) conselheiros escolhidos pelo Presidente, coincidindo com o mandato da Presidência.

Art. 37 - Compete ao Conselho de Administração do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA o aconselhamento, assessoramento e consultoria auxiliar a Presidência e a Diretoria Executiva na execução dos objetivos e finalidades do consórcio público.

Art. 38 - O Conselho de Administração do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA reunir-se-á sempre que solicitado pelo Presidente ou Diretoria Executiva, para tratar de assuntos relevantes do consórcio público.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros titulares e 03(três) suplentes, sendo Chefes dos Poderes Executivos eleitos pela assembleia geral, com mandato de 02(dois) anos.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos dos participantes da assembleia geral.

§ 2º - Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal Chefe do Poder Executivo do ente da federação consorciado.

§ 3º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto público sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 4º - Consideram-se eleitos como titulares os 03(três) candidatos com maior número de votos e como suplentes os 03(três) subsequentes, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 40 - Além do previsto no estatuto do consórcio público, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio público.

§ 2º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da assembleia geral.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 41 - A Diretoria Executiva é composta por quatro membros, sendo um Diretor Executivo, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e um Diretor Jurídico, que exercerão funções executivas, administrativas, financeiras, jurídicas e gerenciais e de assessoramento superior do consórcio público.

§ 1º - A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações deste Protocolo de Intenções, do Contrato do consórcio público e do Estatuto.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva ocuparão emprego em comissão, de livre nomeação e exoneração, e perceberão a remuneração estabelecida neste protocolo de intenções para o emprego público, caso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente da federação ou órgão do poder público.

Art. 42 - Além do previsto neste protocolo de intenções, compete ao Diretor Executivo:

I – Julgar recursos relativos à:

- a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e Homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) Aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio público;

II – Autorizar que o consórcio público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – Autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público.

Art. 43 - Para exercício das funções de Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Diretor Jurídico serão exigidas formação profissional de nível superior e inscrição no órgão ou conselho regulador da profissão, quando exigido, e possuir conhecimento e experiência na área de atuação nos termos do Anexo I, deste protocolo de intenções.

TÍTULO V DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 44 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao consórcio público os contratados para ocupar os empregos públicos, previsto no Anexo I do presente Protocolo de Intenções e os agentes públicos cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 45 - A participação do Conselho Fiscal, Conselho de Administração ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na assembleia geral e em outras atividades do consórcio público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente não serão remunerados.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os empregos públicos, previstas no Anexo I, parte integrante do presente Protocolo de Intenções, caso não perceba qualquer outro tipo de remuneração de qualquer outro ente da federação ou órgão do poder público.

Art. 46 - Os empregados públicos próprios do consórcio público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º - Somente serão recebidos em cessão os agentes públicos sem ônus para o consórcio público, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º - O regulamento aprovado pela assembleia geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio público e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

§ 4º - Os entes da federação consorciados poderão ceder agentes públicos ao consórcio público, na forma e condições da legislação de cada ente.

§ 5º - Os agentes públicos cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

Art. 47 - O quadro de pessoal do consórcio público é composto pelos empregados públicos e ocupantes de empregos em comissão constantes no Anexo I, deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Os empregos do consórcio público serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os empregos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do consórcio público, nos termos do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º - A remuneração, a carga horária, as especificações, quantidades, escolaridade, descrições e as atribuições dos agentes públicos são as definidas no Anexo I, deste Protocolo de Intenções.

§ 3º - Observado o orçamento anual do consórcio público, o salário e demais vantagens dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do consórcio público serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, no período acumulado de janeiro a dezembro do ano anterior.

§ 4º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 5º - Nos termos do estatuto, os empregados públicos do consórcio público ou agentes públicos a ele cedidos, excetuados os empregos em comissão, poderão perceber, a critério do Diretor Executivo e conforme as regras previstas nos parágrafos seguintes, gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, gratificação pela mudança do local de trabalho e gratificação de cedência para consórcio público.

§ 6º - A gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais) poderá ser concedida aos empregados públicos do consórcio público ou agentes públicos cedidos, excetuados os empregos em comissão.

§ 7º - A gratificação pela mudança do local de trabalho, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de caráter indenizatório, poderá ser concedida aos empregados públicos do consórcio público ou agentes públicos cedidos, excetuados os empregos em comissão, que venha a residir em outra cidade daquela que originalmente desempenhava suas funções, a pedido do consórcio público.

§ 8º - A gratificação de cedência para consórcio público, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais), de caráter indenizatório, poderá ser concedida aos agentes públicos cedidos, pelos transtornos e óbices na realização de novas funções em estrutura funcional diversa daquela originalmente lotada no órgão cedente.

§ 9º - As gratificações previstas nos §§ 6º, 7º e 8º poderão ser cumulativas e serão revistas conforme o § 3º deste artigo.

Art. 48 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

Parágrafo único. O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o consórcio público mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

Art. 49 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I – Até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;

II – Na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

III – Para atender demandas do serviço, com programas, projetos, atividades e convênios;

IV – Assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

V – Realização de levantamentos cadastrais e socioeconômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VI – Execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - Não havendo emprego público criado neste protocolo de intenções, a remuneração dos contratados temporariamente será fixada por resolução.

§ 3º - As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 50 - Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados públicos do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA os seguintes adicionais e vantagens, na forma estabelecida em Lei, neste Protocolo de Intenções, no Estatuto e decisões da assembleia geral Extraordinária do:

I – Décimo terceiro salário;

II – Férias e adicional de férias;

III – Adicional por serviço extraordinário;

IV – Adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V – Adicional noturno;

VI – Auxílio alimentação;

VII – Vale transporte.

§ 1º - O auxílio alimentação previsto no inciso VI deste artigo, poderá ser concedido na forma de vale-alimentação ou vale-refeição, de acordo com a opção do empregado público, no valor máximo mensal de R\$ 970,00(novecentos e setenta reais), reajustados anualmente na mesma data e no mesmo índice previsto no artigo 47, § 3º, deste protocolo de Intenções.

§ 2º - O Estatuto preverá as formas de concessão e outras vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

TÍTULO VI DA GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 51 - Fica autorizado pelos entes da federação que integram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem os objetivos e as finalidades previstas no artigo 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 52 - Ao consórcio público é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O consórcio público também poderá celebrar contrato de programa com as autarquias, fundações e demais entidades da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I – O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV – Os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V – A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI – As penalidades e sua forma de aplicação;

VII – Os casos de extinção;

VIII – Os bens reversíveis;

IX – Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X – A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio público ao titular dos serviços;

XI – A periodicidade em que o consórcio público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII – O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII – Demais cláusulas previstas na Lei Federal n. 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I – Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II – As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III – O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV – A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V – A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI – O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade dos entes contratantes, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio público pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente dos referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio público, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – O titular se retirar do consórcio público ou da gestão associada;

II – Extinção do consórcio público.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo aos entes contratantes obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio público, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Art. 53 - O consórcio público elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único. São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I – A qualificação do consórcio público e do ente consorciado;

II – O objeto e a finalidade do rateio;

III – A previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada à inclusão de despesas genéricas;

IV – A forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo ente consorciado;

V – As penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI – A vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII – A indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII – O direito e obrigações das partes;

IX – A garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X – O direito do consórcio público e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI – demais condições previstas na Lei Federal n.11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 54 - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades, deverá o consórcio público realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexistência permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Diretor Executivo e/ou pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio público.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 55 - O consórcio público poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços públicos pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I – Elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II – Submeter à análise e aprovação da assembleia geral.

Parágrafo único. As tarifas previstas neste artigo podem ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da assembleia geral.

Art. 56 - O consórcio público fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços públicos ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 57 - O consórcio público fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do artigo 2º, § 1º, III da Lei Federal n. 11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal n. 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, para repasse de recursos financeiros, sejam por rateio ou aplicação direta.

Art. 58 - O patrimônio do consórcio público será constituído:

I – Pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II – Pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. Os bens do consórcio público são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da assembleia geral, exigida aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos representantes dos entes consorciados presentes na assembleia geral convocada para este fim.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA

Art. 59 - Fica autorizado o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA realizar gestão pública compartilhada com outros consórcios públicos, para gerir projetos ou processos visando o objetivo comum, inclusive para contratações de bens e serviços.

Art. 60 - A gestão pública compartilhada poderá ser administrativa, financeira, operacional e jurídica de outros consórcios públicos, através de cooperação técnica.

Parágrafo único. Na gestão pública compartilhada é permitida à atuação conjunta para realização de programas, projetos e serviços com outros consórcios públicos, bem como compartilhamento de bens móveis e imóveis, estruturas, mobiliários, cessão ou disponibilização de agentes públicos, assessoramentos técnicos, administrativos, financeiros, operacionais e jurídicos, bem como na realização e custeio de eventos, congressos, cursos, palestras, treinamentos, entre outros.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Art. 61 - A execução das receitas e das despesas do consórcio público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 62 - Constituem recursos financeiros do consórcio público:

I – As contribuições mensais dos entes consorciados aprovadas pela assembleia geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal n. 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio público;

II – A transferência de recursos para aquisição de bens e serviços, através do consórcio público;

III – A remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio público aos consorciados, outros consórcios públicos ou para terceiros;

IV – Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

V – Os saldos do exercício;

VI – As doações e legados;

VII – O produto de alienação de seus bens livres;

VIII – O produto de operações de crédito;

IX – As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

X – Os créditos e ações;

XI – O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XII – Os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres;

XIII – Os recursos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, captados pelo consórcio público.

§ 1º - Os entes consorciados entregarão recursos ao consórcio público:

I – Para o cumprimento dos objetivos e finalidades estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II – Para aplicação direta decorrentes da aquisição de bens e serviços;

III – Quando tenham contratado o consórcio público para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

IV – Na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

§ 3º - Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio público não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º - O consórcio público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio público, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público.

§ 5º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 6º - Fica o consórcio público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

TÍTULO VII

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO I

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 63 - A retirada de membro do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral.

§ 1º - A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

§ 2º - Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I – Decisão de 2/3 (dois terços) dos entes da federação consorciados do consórcio público, manifestada em assembleia geral;

II – Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – Reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela assembleia geral do consórcio público.

Art. 64 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I – A não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da assembleia geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III – A existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim;

IV – A não ratificação por lei de alterações do protocolo de intenções no prazo fixado no Protocolo de Intenções ou em assembleia geral.

§ 1º - A exclusão prevista neste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão e estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa.

§ 3º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da assembleia geral, exigido o 2/3 dos votos.

§ 4º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 5º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à assembleia geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

§ 6º - Por decisão da assembleia geral poderá haver a reabilitação do ente excluído, mediante a comprovação de regularização dos motivos da exclusão.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 65 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da assembleia geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 66 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 67 - O consórcio público será regido pelo disposto na Lei Federal n. 11.107, de 06 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes da federação que as editaram.

Art. 68 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como,

com os seguintes princípios:

- I – Respeito à autonomia dos entes da federação consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio público depende apenas da vontade de cada ente da federação, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
- II – Solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio público;
- III – Transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente da federação consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio público;
- IV – Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 69 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial de cada órgão subscritor.

Parágrafo único. A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

Art. 70 - Deverá ser publicado anualmente relatório de gestão do consórcio público.

Art. 71 - Fica instituído como órgão de imprensa oficial de publicação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 72 - As alterações do Protocolo de Intenções, convertem-se em contrato de consórcio público após sua ratificação pelos entes consorciados.

§ 1º - Após a aprovação das alterações do protocolo de intenções os entes consorciados terão o prazo de 24(vinte e quatro) meses para ratificação por lei das alterações do protocolo de intenções.

§ 2º - A conversão da segunda alteração do protocolo de intenções em contrato de consórcio público se dará após a vigência da 5ª (quinta) lei de ratificação.

§ 3º - Caso não atingindo o número mínimo de leis de ratificação para a conversão do protocolo de intenções em contrato de consórcio público, serão mantidas as disposições do contrato original.

§ 4º - As vantagens, salários e adicionais previstas aos empregados públicos neste Protocolo de Intenções, serão devidos a partir do mês subsequente a conversão deste em contrato de consórcio público.

§ 5º - Não será aplicada a revisão geral anual prevista no § 3º, do artigo 47, desde Protocolo de Intenções, no ano de 2020.

§ 6º - Os atuais ocupantes do emprego público de Analista Técnico de Desenvolvimento Regional IV, passarão a ocupar o emprego público de Analista Técnico IV.

Art. 73 - Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 74 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do contrato de consórcio público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, firmam a segunda alteração do presente Protocolo de Intenções, que se regerá pela Lei Federal n. 11.107/2005, pelo Decreto Federal n. 6.017/2007, consolidando-o em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Florianópolis, 1º de agosto de 2019.

ANEXO I

DESCRIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

I) ANALISTA TÉCNICO - I

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente ao 1º Grau)

Proveniente: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio nas áreas de atuação do consórcio público;
- 2 - Executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do órgão;
- 3 - Elaborar relatórios de apoio aos serviços administrativos do consórcio público;
- 4 - Executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;
- 5 - Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
- 6 - Executar serviços de cadastro em geral, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 7 - Controlar atividades relacionadas com recursos humanos;
- 8 - Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos relativos a preenchimento e entrega de documentos;
- 9 - Executar serviços de apoio à análise e encaminhamento de processos;
- 10 - Executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, digitação, cadastramento de dados, manutenção e organização de arquivos;
- 11 - Expedir registros e documentos em geral, sob orientação superior;
- 12 - Secretariar autoridades superiores, redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
- 13 - Integrar-se em projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;
- 14 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

15 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;

16 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Ensino Fundamental.

Referência Salarial Mensal R\$: 1.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. II) ANALISTA TÉCNICO - II

Escolaridade: Ensino Médio (Equivalente ao 2º Grau)

Provimeto: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;
- 2 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do consórcio público;
- 3 - Receber e montar os processos administrativos;
- 4 - Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
- 5 - Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
- 6 - Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- 7 - Controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;
- 8 - Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
- 9 - Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- 10 - Conduzir veículos, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria, observada a legislação de trânsito vigente, elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - Executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;
- 12 - Executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;
- 13 - Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 14 - Executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;
- 15 - Executar atividades afetas à administração de recursos humanos;
- 16 - Expedir registros e documentos em geral;
- 17 - Secretariar autoridades;
- 18 - Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;
- 19 - Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
- 20 - Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
- 21 - Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 22 - Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
- 23 - Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
- 24 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 25 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Habilitação Profissional: Conclusão do Ensino Médio, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando exigido.

Referência Salarial Mensal R\$: 2.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 20. III) ANALISTA TÉCNICO - III

Escolaridade: Nível Superior

Provimeto: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
- 2 - Realizar orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;

- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 28 - Prestar serviços relativos às suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 29 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades do consórcio público, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso.

Referência Salarial Mensal R\$: 3.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 20. IV) ANALISTA TÉCNICO - IV

Escolaridade: Nível Superior

Proveniente: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
- 2 - Realizar orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 28 - Prestar serviços relativos às suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 29 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades do consórcio público, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando exigido.

Referência Salarial Mensal R\$: 5.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 50. V) AGENTE DE SERVIÇOS - I

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Provimeto: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Executar, sob supervisão, atividades operacionais relacionadas ao órgão;
- 2 - Realizar trabalhos de manutenção, limpeza e conservação de ambientes externos, máquinas, veículos e equipamentos, contribuindo com a realização das tarefas de outros profissionais.
- 3 - Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- 4 - Auxiliar na execução de obras, preparando canteiros de obras, limpando a área e compactando solos, a fim de possibilitar o início dos trabalhos, determinando o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material, preparando o solo, recobrimo-o com areia ou terra, para nivelá-lo para permitir o assentamento das peças.
- 5 - Promover a execução, manutenção, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água, vasos sanitários, pias, vestiários, alamedados, entre outros.
- 6 - Manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do consórcio público, visando o bem-estar e saúde das pessoas.
- 7 - Manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza
- 8 - Coletar resíduos, selecionando os materiais e dejetos coletados.
- 9 - Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.
- 10 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 12 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Curso de Ensino Fundamental - Séries Iniciais.

Referência Salarial Mensal R\$: 1.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. VI) AGENTE DE SERVIÇOS - II

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente ao 1º Grau)

Provimeto: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;
- 2 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do consórcio público;
- 3 - Receber e montar os processos administrativos;
- 4 - Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
- 5 - Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
- 6 - Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- 7 - Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
- 8 - Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- 9 - Conduzir veículos para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D", observada a legislação de trânsito vigente, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 10 - Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 11 - Expedir registros e documentos em geral;
- 12 - Secretariar autoridades;
- 13 - Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;
- 14 - Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
- 15 - Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
- 16 - Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 17 - Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
- 18 - Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
- 19 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 20 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 21 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Habilitação Profissional: Conclusão de Ensino Fundamental.

Referência Salarial Mensal R\$: 2.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. VII) AGENTE OPERACIONAL

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Provimeto: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Operar máquinas como motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, tratores, retroescavadeiras, vibroacabadora, fresadora entre e outras, para execução de serviços de escavação, terraplenagem, desmatamento, barragem, nivelamento de solo, pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas e estradas vicinais, curva de nível e bueiros, carregamento e descarregamento de material, entre outros, para realização da obra, de acordo com o especificado;
- 2 - Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
- 3 - Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- 4 - Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- 5 - Efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas sob sua responsabilidade;
- 6 - Por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
- 7 - Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- 8 - Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;
- 9 - Conduzir as máquinas e os tratores sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;
- 10 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 12 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Ensino Fundamental – Séries Iniciais.

Referência Salarial Mensal R\$: 4.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. VIII) DIRETOR EXECUTIVO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Responsabilidades e Atribuições:

- 1 - Realizar administração e gestão geral do consórcio público;
- 2 - Julgar recursos relativos à:
 - a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
 - b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
 - c) Aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio público;
- 3 - Autorizar que o consórcio público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;
- 4 - Autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de agentes públicos, observadas as disposições legais;
- 5 - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 6 - Executar atividades de gestão executiva do consórcio público, autorizado especialmente:
 - a) Ordenar as despesas do consórcio público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;
 - b) Convocar as reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
 - c) Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
 - d) Solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio público os servidores dos entes consorciados e de outros órgãos da administração pública;
 - e) Administrar o patrimônio do consórcio público;
 - f) Autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio público através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;
 - g) Convocar a assembleia geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio público;
 - h) Prestar contas à assembleia geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;
- 7 - Elaborar o Plano de Trabalho Anual a ser submetido à assembleia geral;
- 8 - Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da assembleia geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- 9 - Autorizar compras e elaborar processos de licitação para contratação de bens e serviços;
- 10 - Solucionar todas as diligências solicitadas pela Presidência, Conselho Fiscal e Conselho de Administração;
- 11 - Elaborar as prestações de contas dos auxílios, subvenções e convênios recebidos pelo CINCATARINA, a ser apresentados aos órgãos concedentes, sejam diretamente ou por intermédio da Presidência;
- 12 - Executar a gestão administrativa e financeira do consórcio público dentro dos limites do orçamento aprovado pela assembleia geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
- 13 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 14 - Prestar serviços relativos às suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculadas, e aos consórcios públicos cooperados;
- 15 - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 13.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. X) DIRETOR FINANCEIRO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 10.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XI) DIRETOR ADMINISTRATIVO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;

- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 10.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XII) DIRETOR JURÍDICO

Escolaridade: Nível Superior

Provedimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos jurídicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;

- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior e Inscrição no órgão de classe regulador da profissão.

Referência Salarial Mensal R\$: 10.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XIII) ASSESSOR GERAL DE DIREÇÃO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Assessorar o Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Diretor Jurídico, em todas as suas atividades administrativas e de gestão do consórcio público;
- 2 - Planejar, organizar, assessorar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes aos objetivos e finalidades do consórcio público, com o foco em resultados;
- 3 - Prestar assessoramento em assuntos legais, administrativos e matérias afins ao consórcio público;
- 4 - Requisitar aos órgãos e entidades dos entes consorciados, certidões, informações ou cópias e originais de documentos, bem como esclarecimentos necessários a instruir a defesa dos interesses dos entes da federação consorciados;
- 5 - Apresentar aos Diretores propostas referentes a regulamentações e orçamentos, bem como dos programas, projetos, atividades e ações a serem desenvolvidos;
- 6 - Planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes aos programas, projetos, atividades e ações de planejamento e articulação interfederativa;
- 7 - Orientar a distribuição dos recursos humanos e materiais, tendo por objetivo a otimização e aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas;
- 8 - Manifestar-se em processos que versem sobre assuntos de interesse do consórcio público;
- 9 - Receber toda a documentação oriunda de seus subordinados e encaminhá-las, decidindo as que forem de sua competência e opinando nas que dependem de decisões superiores;
- 10 - Controlar os procedimentos técnicos e administrativos de movimentação de pessoal;
- 11 - Distribuir os trabalhos, buscando atingir uma descentralização equilibrada e responsável que não prejudique o cumprimento de planos e princípios gerais da administração pública, nem a hierarquia da mesma;
- 12 - Assessorar a direção executiva do consórcio público quanto à realização de rotinas administrativas de atuação pública interfederativa;
- 13 - Assessorar na direção, controle e supervisão de todo o trabalho do consórcio público, não só no que concerne a eficiência e qualidade dos serviços prestados à comunidade, como também, no que se refere à Secretaria de lotação;
- 14 - Planejar, desenvolver e coordenar os sistemas administrativos de gestão de patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas, no âmbito do consórcio público;
- 15 - Supervisionar e avaliar a execução dos serviços de tecnologia de informação;
- 16 - Assessorar na gestão dos procedimentos de licitações e compras relativos, realizando os procedimentos de planejamento de compras, conferência de solicitações, orçamentos, recebimento de bens e serviços, gestão de contratos, entre outros;
- 17 - Executar outras atribuições compatíveis com o emprego público e com seu conhecimento profissional;
- 18 - Auxiliar o Diretor Executivo e Diretores em todas as atribuições;
- 19 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 20 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 21 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 22 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 9.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 04.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XIV) GERENTE DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Atuação se dará em programas, projetos, atividades e operações especiais vinculados aos objetivos e finalidades do consórcio público;
- 2 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos, financeiros, técnicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Contrato de Programa do consórcio público;
- 3 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 4 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 5 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 6 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 7 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 8 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 9 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 10 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 11 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 12 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 13 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 14 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 15 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 16 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 17 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 18 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 19 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 20 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 21 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 22 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 23 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 24 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 25 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 26 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 27 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 28 - Auxiliar o Diretor Executivo e Diretores em suas atribuições;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 31 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 32 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior e Inscrição no órgão de classe regulador da profissão, quando exigido.

Referência Salarial Mensal R\$: 8.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XV) ASSESSOR DE GERÊNCIA

Descrição das atribuições:

- 1 - Assessorar os Gerentes, em todas as suas atividades administrativas e operacionais de atuação em programas, projetos, atividades e ações do consórcio público;
- 2 - Planejar, organizar, assessorar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes aos objetivos e finalidades do consórcio público, com o foco em resultados;
- 3 - Assessor no recebimento das requisições de materiais, realizar entrega e efetuar o respectivo controle;
- 4 - Estabelecer padrões e procedimentos, visando a agilização dos serviços, conjuntamente com os Gerentes;
- 5 - Assessor a gerenciar e zelar pelo bom andamento dos trabalhos dos programas, projetos, atividades e ações em que tiver atuando;
- 6 - Desempenhar outras atividades de cunho público, relacionadas às suas atribuições;
- 7 - Assessor no processo de planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo consórcio público, de médio e longo prazo;
- 8 - Auxiliar o gerente na racionalização do processo de modernização institucional;
- 9 - Orientar o desdobramento de diretrizes estabelecidas no planejamento, controlando o alcance de indicadores de desempenho e metas do consórcio público;
- 10 - Dar suporte e orientação aos entes da federação consorciados na implementação do planejamento e da gestão de programas e projetos que esteja vinculado;
- 11 - Propor ações objetivando o enfrentamento de ameaças e o aproveitamento de oportunidades estratégicas;
- 12 - Assessor a gerência e assegurar a atualização das bases estatísticas e de informações necessárias às áreas de competência do consórcio público, em especial as relativas ao acompanhamento da implantação da gestão pela qualidade total, ao planejamento estratégico, ao desdobramento de diretrizes e outras necessárias ao desempenho das unidades e ao controle dos resultados institucionais;
- 13 - Analisar o funcionamento da estrutura das unidades administrativas, propondo melhorias na sua organização, visando a dar maior eficiência aos serviços prestados;

- 14 - Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- 15 - Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- 16 - Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento aos princípios e valores do consórcio público;
- 17 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 18 - Auxiliar o Diretor Executivo, Diretores, Assessores e Gerentes em suas atribuições;
- 19 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 20 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 21 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 22 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 7.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 06.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XVI) SUPERVISOR DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Escolaridade: Nível Superior

Provento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Supervisionar programas, projetos, atividades e operações especiais e auxiliar na administração, gerenciamento, planejamento, e supervisão de atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos de assessoramento, financeiros, técnicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Acompanhar e assessorar nas reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Supervisionar a elaboração estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Supervisionar a análise de atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Supervisionar a análise, diagnóstico e avaliação de programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Supervisionar a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Auxiliar na elaboração do desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Auxiliar no desenvolvimento projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Auxiliar na elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo, Diretores, Assessores e Gerentes em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior e Inscrição no órgão de classe regulador da profissão.

Referência Salarial Mensal R\$: 6.300,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 15.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XVII) ASSESSOR DE SUPERVISÃO

Escolaridade: Nível Superior

Provimto: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Condições de descrição:

- 1 - Assessorar os supervisores, em todas as suas atividades administrativas e operacionais de atuação em programas, projetos, atividades e ações do consórcio público;
- 2 - Assessorar a parte administrativa e/ou operacional do consórcio público;
- 3 - Levar ao conhecimento do supervisor, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior;
- 4 - Dar conhecimento ao supervisor de todos fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria;
- 5 - Manter o relacionamento de cooperação mútua com todos os órgãos e entidades públicas de atendimento à população, respeitando as limitações e atribuições legais;
- 6 - Assessorar a organização dos serviços do consórcio e da sua área de atuação;
- 7 - Atender o público em geral; realizar outras tarefas afins;
- 8 - Executar demais atividades que lhe sejam determinadas pelo Supervisor ou superiores hierárquicos;
- 9 - Apoio direto às atividades gerais do consórcio pública e da área que atuar;
- 10 - Assessor os trabalhos administrativos, auxiliando nos despachos, nas pesquisas de matérias administrativas e jurídicas pertinentes à sua área de atuação;
- 11 - Auxiliar no controle da frequência dos servidores lotados;
- 12 - Assessor a elaboração da escala anual de férias;
- 13 - Redigir correspondências, memorandos, ofícios e outras comunicações internas de interesse do consórcio público;
- 14 - Apoiar os Diretores, Assessores, Gerentes e Supervisores, na condução organizacional, administrativa, e funcional das atividades do consórcio público;
- 15 - Acompanhar as determinações dos superiores hierárquicos, objetivando o cumprimento das obrigações legais e administrativas;
- 16 - Coordenar a elaboração de estudos para a melhoria dos serviços do consórcio público, que busque resultados sempre eficazes;
- 17 - Remeter para publicação os atos administrativos e despachos dos supervisores e superiores hierárquicos, quando determinado;
- 18 - Elaborar pareceres e minutas, para apreciação dos superiores, em processos que tramitem no consórcio público;
- 19 - Acompanhar as publicações oficiais, com a coleta dos atos normativos de interesse do consórcio público, mantendo arquivo atualizado;
- 20 - Uniformizar as rotinas do consórcio público;
- 21 - Atender aos agentes públicos, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- 22 - Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- 23 - Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento do consórcio público;
- 24 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 25 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.
- 26 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 27 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 28 - Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 4.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 06.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XVIII) COORDENADOR DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Escolaridade: Nível Médio

Provimto: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Condições de atribuições:

- 1 - Coordenar as atividades administrativas e operacionais de atuação em programas, projetos, atividades e ações do consórcio público;
- 2 - Planejar e acompanhar a realização de eventos e cerimoniais, tais como: visitas de autoridades, datas comemorativas e outros, de acordo com diretrizes estabelecida, cumprindo protocolos, solucionando problemas e dirimindo dúvidas, objetivando o pleno êxito dos eventos realizados;
- 3 - Coordenar as atividades relativas às atribuições que lhe forem conferidas pelos superiores hierárquicos;
- 4 - Prestar assessoramento técnico-administrativo aos Diretores, Assessores, Gerentes, Supervisores e aos demais órgãos integrantes da estrutura do consórcio público;
- 5 - Coordenar as atividades de natureza jurídica, inclusive aquelas relacionadas com a elaboração de atos normativos;
- 6 - Formular, definir e avaliar as políticas e estratégias de pessoal que devem ser observadas pelo consórcio público;
- 7 - Coordenar, avaliar e controlar as atividades de processamento eletrônico de dados do consórcio público;
- 8 - Auxiliar na administração do mobiliário do consórcio público;
- 9 - Desenvolver, monitorar e avaliar as atividades-meio do consórcio público, relativas ao planejamento, operacional e orçamentário;
- 10 - Auxiliar na promoção da cobertura jornalística e publicitária dos atos, ações e programas do consórcio público;
- 11 - Auxiliar na organização cursos, palestras, seminários, destinados a promover a constante melhoria de qualidade do trabalho de

comunicação social do consórcio público;

- 12 - Auxiliar e coordenar a seleção, aquisição e controle de material necessários para utilização administrativa do consórcio público;
- 13 - Coordenar e auxiliar nas ações relativas licitações e compras públicas, planejamento de cidades, energia elétrica e serviços ambientais;
- 14 - Supervisionar as tarefas operativas decorrentes dos demais programas desenvolvidos pelo consórcio público;
- 15 - Apoiar na coordenação da gestão de pessoal;
- 16 - Auxiliar na coordenação e manutenção atualizada de sistemas informatizados;
- 17 - Acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos financiados com recursos provenientes de convênios e subvenções recebidas pelo consórcio público;
- 18 - Promover e coordenar a elaboração de planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los a apreciação de seus superiores;
- 19 - Apoiar o planejamento de projetos no âmbito do consórcio público que contribuam para o fortalecimento e desenvolvimento econômico dos entes consorciados;
- 20 - Auxiliar nas ações voltadas à capacitação profissional e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população dos entes da federação consorciados;
- 21 - Executar demais atividades que lhe sejam determinadas pelos superiores imediatos;
- 22 - Coordenar a gestão de frotas do consórcio público;
- 23 - Uniformizar as rotinas do consórcio público;
- 24 - Auxiliar o Diretor Executivo, Diretores, Assessores e Gerentes em suas atribuições;
- 25 - Atender aos agentes públicos, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- 26 - Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- 27 - Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento do consórcio público;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.
- 30 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 31 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 32 - Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Médio.

Referência Salarial Mensal R\$: 3.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

CIMVI

CONTRATO Nº 2018/013 - TERCEIRO TERMO ADITIVO - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

Publicação Nº 2127782

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/013

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.70, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa DNA TECNOLOGIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 73.254.070/0001-40, com sede na Praça Menino Deus, nº 76, bairro Menino Deus, cidade de Porto Alegre - RS, representada por Adriano José Burgos Santos, inscrito(a) no CPF nº 566.876.480-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Pregão Presencial nº 011/2018 e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

- 1.1. CONSIDERANDO o resultado do Processo Licitatório nº 011/2018, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2018/013;
- 1.2. CONSIDERANDO a proximidade de encerramento dos prazos do contrato;
- 1.3. CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços, a disponibilidade da empresa CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas no orçamento 2019 do CIMVI para esta finalidade e a previsão de alteração, prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme sua Cláusula Terceira e artigo 57, II da Lei nº 8.666/93;
- 1.4. É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

- 2.1. Os prazos de vigência e de execução de que tratam a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 2018/013, firmado em 21/06/2018, ficam alterados por este instrumento, prorrogando-se em um mês, contados do término originário da contratação (20/08/2019), mantida a

possibilidade de novas alterações, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de termo aditivo.

2.2. O valor da prestação de serviços de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 2018/013, firmado em 21/06/2018, fica mantido nos mesmos moldes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

3.1. A CONTRATADA declara que as alterações feitas por este termo aditivo não implicam em quebra do equilíbrio econômico financeiro contratual originário, renunciando a todo direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do CONTRATANTE, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas no contrato originário, neste termo aditivo, no Pregão Presencial e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. As demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as disposições de que tratam os Termos Aditivos firmados em 03/06/2019 e 19/06/2019, ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente alteração, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 16 de Agosto de 2019.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI – Presidente

Jean Michel Grundmann

CONTRATADA

DNA Tecnologia Ltda EPP

Representante legal: Adriano José Burgos Santos

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado - OAB/SC 17.721 – Visto

Testemunhas:

Nome: Fernando Tomaselli

CPF: 016.637.969-71

Nome: Arlete Regilene Scoz

CPF: 692.606.489-04

CIS/AMAUC

TERMO ADITIVO Nº59 - TC05

Publicação Nº 2128622

TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º Andar, Edifício Mirage Offices, CEP 89.700-905, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, inscrita com CNPJ 07.654.807/0001/97, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor GENIR LOLI, Prefeito de Lindóia do Sul, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2005, CREDENCIA, através deste termo a empresa CLINICA MÉDICA RADIMAGEM S/S inscrita no CNPJ 79.874.319/0001-04, CNES 2537354, estabelecida na Rua Uruguai, 71 E, Centro, Município de Chapecó – SC, CEP 89.801-570, neste ato representada pela sócia CIRENE MARIA DE MORAES, CPF 514.537.389-91, RG 1.619.744-0 SSP PR, CRM/SC 004054, RQEs nºs 6838 e 6843, para prestação de serviço ao CIS AMAUC, conforme solicitação de credenciamento de 18 de julho de 2019 e de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Art. 1º A credenciada prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em RADIODIAGNÓSTICO – Densitometria Óssea Duo-energética de Coluna – 2 segmentos, Mamografia, Angioressonância Cerebral, Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Ecodoppler Órgãos ou Estruturas Superficiais e Contrates de RM e TC, conforme descrição na Solicitação de Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC Anexo I do Edital de Chamamento 01/2005, republicada em maio de 2019, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REAJUSTE

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo, município de origem e valor;

V - até o prazo de 30 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VI - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia – SC, 31 de julho de 2019
GENIR LOLI
Presidente CIS Amauc

CLINICA MÉDICA RADIMAGEM S/S
Dra. CIRENE MARIA DE MORAES

TESTEMUNHAS:

CIS Amauc/Termo Credenciamento/Edital 01/2005/TC59 Clin Medica Radimagem

CIS/AMVI

ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - BUCHEN CLINICA MEDICA

Publicação Nº 2128306

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

FORNECEDOR: BUCHEN CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 27.390.192/0001-46.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]"

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): "[...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei nº 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, restando suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93,

de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.
2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:
 - 2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.
 - 2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.
 - a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.
 - 2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.
 - a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;
 - b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.
3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:
 - 3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
 - 3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;
 - 3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;
 - 3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.
4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. Estatuto Social;
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
9. Alvará Sanitário Municipal;
10. Alvará de Localização e Funcionamento, em processo de renovação;
11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;
12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde; atualizar para atendimento SUS
13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;
14. RQEs registrados no CREMESC;
15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;
16. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;
17. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 13 de agosto de 2019.
Marcos da Rocha
Presidente

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Membro

Aglahê Danielle Mendes Brandt
Membro

ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - RADUS RADIOLOGIA

Publicação Nº 2128316

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$ 206.233,68 (duzentos e seis mil e duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).

FORNECEDOR: RADUS RADIOLOGIA E MAMOGRAFIA SS LTDA., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 29.637.502/0001-00.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]"

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei n.º 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regendo suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.
2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:
 - 2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.
 - 2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.
- a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.
- 2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.
- a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;
- b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.
3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:
 - 3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
 - 3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;
 - 3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;
 - 3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.
4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. 1ª Alteração/Contrato Social;
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
9. Alvará Sanitário Municipal;
10. Alvará de Localização e Funcionamento;
11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe, em processo de renovação conforme protocolo encaminhado;
12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;
13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;
14. RQEs registrados no CREMESC;
15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;
16. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;
17. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 19 de agosto de 2019.

Marcos da Rocha
Presidente

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Membro

Aglahê Danielle Mendes Brandt
Membro

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - BUCHEN CLINICA MEDICA

Publicação Nº 2128311

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa, BUCHEN CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 27.390.192/0001-46, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 13 de agosto de 2019.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - RADUS RADIOLOGIA

Publicação Nº 2128317

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa, RADUS RADIOLOGIA E MAMOGRAFIA SS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 29.637.502/0001-00, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 206.233,68 (duzentos e seis mil e duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 19 de agosto de 2019.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - BUCHEN CLINICA MEDICA

Publicação Nº 2128312

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da BUCHEN CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 27.390.192/0001-46, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 13 de agosto de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - RADUS RADIOLOGIA

Publicação Nº 2128319

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da RADUS RADIOLOGIA E MAMOGRAFIA SS LTDA., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 29.637.502/0001-00, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 19 de agosto de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

CISAMREC**PROCESSO ADM. 031.CISAMREC.2019 - CONVOCA A EMPRESA MEDILAR PARA ASSUMIR O ITEM ANLODIPINO 5MG CPR**

Publicação Nº 2128998

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/ADM/CISAMREC/2019
Realinhamento de Preço/Cancelamento de Item.
Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018.
ARP nº. 019/CIAMREC/2018
Requerente: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC de 20/08/2019, o teor da decisão do Processo Administrativo nº. 031/ADM/CISAMREC/2019, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, defiro o cancelamento do item 64 – ANLODIPINO 5mg CP, adjudicado na Ata de Registro de Preços nº. 019/CISAMREC/2019 do Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018, conforme requerido pela empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., bem como determino a convocação da empresa MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD. MED. HOSP. LTDA., para assumir o fornecimento do quantitativo remanescente do referido produto pelo preço R\$ 0,0260 a unidade, da marca GEOLAB, com as devidas alterações na ARP nº. 019/CISAMREC/2019, do Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018, por tratar-se de medicamento imprescindível aos tratamentos clínicos dos usuários do SUS e, consequentemente, para atendimento aos municípios consorciados, caracterizando o interesse público". Criciúma SC, 19 de agosto de 2019.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

PROCESSO ADM. 032.CISAMREC.2019 - CONVOCA A EMPRESA CENTERMEDI PARA ASSUMIR O ITEM ALBENDAZOL 400MG.10ML FR

Publicação Nº 2128999

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 032/ADM/CISAMREC/2019
Cancelamento de Item
Pregão Presencial 082/CISAMREC/2018.
ARP nº. 019/CISAMREC/2019.
Requerente: MEDILAR IMPORT. E DIST. PROD. MED. HOSP. LTDA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC de 20/08/2019, o teor da decisão do Processo Administrativo nº. 032/ADM/CISAMREC/2019, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, defiro o cancelamento do item 40 – ALBENDAZOL 400MG/10ML FR, adjudicado na Ata de Registro de Preços nº. 019/CISAMREC/2019 do Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018, conforme requerido pela empresa MEDILAR IMPORT. E DIST. PROD. MED. HOSP. LTDA., atentando-se para que as OCs emitidas anteriormente a data do recebimento do pedido de cancelamento (23/05/2019), devem ser atendidas pela empresa Requerente pelo preço proposto no certame sob pena de incorrer no descumprimento pactuado na Cláusula 3ª e, conseqüentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9º da ARP 019/CISAMREC/2019. Considerando a proposta da empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. para assumir o fornecimento do quantitativo remanescente do referido produto pelo preço R\$ 1,250, da marca GEOLAD, determino a sua convocação com as devidas alterações na ARP nº. 019/CISAMREC/2019, do Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018, por tratar-se de medicamento imprescindível aos tratamentos clínicos dos usuários do SUS e, conseqüentemente, para atendimento aos municípios consorciados, caracterizando o interesse público". Criciúma SC, 19 de agosto de 2019.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

QUIRIRI

CONTRATO DE RATEIO Nº 011/2019

Publicação Nº 2128260

CONTRATO DE RATEIO Nº 011/2019

Contrato de Rateio que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal Quiriri, e os Municípios de Corupá, Rio Negrinho e São Bento Do Sul, objetivando Rateio dos recursos necessários à Manutenção dos Serviços de ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS E NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR MELHORIAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS OFERECIDOS AOS CIDADÃOS DOS ENTES CONSORCIADOS DA REGIÃO DO QUIRIRI, conforme o Contrato de PS Nº 002/2017 – Terceiro Termo Aditivo - firmado com a Empresa Dalltor Assessoria e Consultoria Ltda - ME , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.433.097/0001-54, com sede na Rua Doutor José Bonifácio Malburg, 496, Sala 03, Centro, na cidade de Itajaí/SC, de acordo com o Pregão Presencial 01/2017, homologado e adjudicado em 22/05/2017.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01, centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente JULIO CESAR RONCONI, CPF 004.431.189-30, Prefeito do Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83102467/0001-70, com sede à Avenida Getúlio Vargas 443, na cidade de Corupá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JOÃO CARLOS GOTTARDI, brasileiro, portador do CPF: 824.772.569-04 , domiciliado e residente na Estrada Bonplandt, s/n, Cep: 89.278-00, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83102756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, na cidade de Rio Negrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JULIO CESAR RONCONI, CPF: 004.431.189-30 , domiciliado e residente à rua Santa Catarina, 407 Bairro Bela Vista, Cep: 89.295-000 , na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina e SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 86.051.398/0001-001, com sede à rua Jorge Lacerda , 75, na cidade de São Bento do Sul, neste Estado, representado por seu prefeito municipal , MAGNO BOLLMANN, brasileiro, casado, portador do CPF: 019.658.839-15, domiciliado e residente na rua Augusto Wundervald, 3043, bairro, Centenário, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando o resultado da sessão realizada no dia 08/05/2017 - Pregão Presencial Nº 01/2017, que gerou o Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2017, e seu terceiro termo Aditivo, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção dos serviços de ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS E NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR MELHORIAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS OFERECIDOS AOS CIDADÃOS DOS ENTES CONSORCIADOS DA REGIÃO DO QUIRIRI, conforme o Contrato de PS Nº 002/2017 firmado com a Empresa Dalltor Assessoria e Consultoria Ltda - ME , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.433.097/0001-54, com sede na Rua Doutor José Bonifácio Malburg, 496, Sala 03, Centro, na cidade de Itajaí/SC, de acordo com o Pregão Presencial 01/2017, homologado e adjudicado em 22/05/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será pago de forma integral e em parcelas mensais sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á o valor total de R\$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos reais).

MUNICÍPIO	VALOR ANUAL EM R\$	VALOR MENSAL EM R\$
CORUPÁ	19.200,00	1.600,00
RIO NEGRINHO	31.200,00	2.600,00
SÃO BENTO DO SUL	46.200,00	3.850,00
TOTAL	96.600,00	8.050,00

A dotação orçamentaria será pela modalidade de aplicação para os municípios na 3.3.71.70 e a modalidade no consórcio se dará através da 3.3.90.35.00.

Os depósitos em conta corrente das cotas correspondentes deverão ocorrer até o dia 10 do mês na Caixa Econômica Federal Agência 0628 c.c. 06000182-5.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de agosto de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2019.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2019.

João Carlos Gottardi Município de Corupá	Julio Cesar Ronconi Município de Rio Negrinho
Magno Bollmann Município de São Bento do Sul	

Julio Cesar Ronconi
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:

Leoni Fuerst 651.664.509-49	Alice Drosczaka 590.736.169.72
--------------------------------	-----------------------------------

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 005/2017 - ECOSFERA BIODIVERSIDADE LTDA-ME

Publicação Nº 2127879

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2017 celebrado entre o Consórcio Intermunicipal Quiriri e a Empresa ECOSFERA BIODIVERSIDADE LTDA-ME

Pelo presente instrumento particular de Prestação de Serviços de consultoria especializada na área de consultoria em administração pública, que entre si celebram, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02375463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt nº 331, Centro, São Bento do Sul, neste ato representado pelo Presidente RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, portador do CPF: 379.515.489-87, Prefeito de Campo Alegre, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro a Empresa ECOSFERA BIODIVERSIDADE LTDA-ME, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ/MF sob no. 12.903.488/0001-46 com sede na Avenida Atilio Pedro Pagani, 1106, Edifício Ivone Schutz Weis – sala 101, Palhoça|SC, neste ato representada pela Sra. Franciele Regina Stringhini, portadora do CPF nº 006.485.579-10, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si, certo e ajustado que:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O valor mensal a ser repassado será de R\$2.080,89 (dois mil, quinhentos e vinte reais e vinte e dois centavos), totalizando o valor de R\$ 24.970,72 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta reais e setenta e dois centavos) para doze meses.

CLÁUSULA SEGUNDA: Será aplicado o índice de reajuste conforme Solicitação 01/2018 de 13/06/18, aprovada e constate do Contrato de Rateio 006/2018 entre as prefeituras consorciadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato e condições ora aditado, aqui expressamente modificados, ficando este a fazer parte integrante daquele para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA QUARTA: este Termo Aditivo começa a vigorar em 01 de setembro de 2018 com vigência até 01 de setembro de 2019.

E por estarem de acordo, firma o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2018.

Rubens Blaszkowski Prefeito de Campo Alegre Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri	Franciele Regina Stringhini Ecosfera Biodiversidade Ltda - ME
--	--

Testemunhas:

Leoni Fuerst 651.664.509-49	Alice Drosczaka 590.736.169.72
--------------------------------	-----------------------------------

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 006/2018 - IPM SISTEMAS

Publicação Nº 2127855

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 006/2018 FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA, EM 09 DE ABRIL DE 2018, ASSINADO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, BASEADO NO INCISO II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

Considerando o Contrato nº 006/2018 que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado de Gestão para Consórcio Intermunicipal Quiriri, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do referido Contrato no dia 09 de abril de 2019;

Considerando o Ofício nº 65/2019 enviado pela CONTRATADA para continuidade dos serviços, conforme previsto na Cláusula Décima Primeira – Do Reajustamento, conforme Cláusula Décima, com a solicitação de reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo, acumulado nos últimos 12 meses.

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Décima – Da Vigência do referido Contrato e Art. 57, inciso IV da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.375.463/0001-63, neste ato representado por seu Presidente Sr. JULIO CEZAR RONCONI, portador do CPF nº 004.431.189-30, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, Centro, na cidade de Florianópolis - SC, neste ato representado pelo Sr. ALDO LUIZ MEES, portador do CPF nº 292.867.519-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 09 de abril de 2019 e com término em 09 de abril de 2020.

2º - Altera-se o valor total mensal de R\$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais) para R\$ 513,11 (quinhentos e treze reais e onze centavos), totalizando o período prorrogado em R\$ 6.157,32 (seis mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado nos últimos 12 meses, valor correspondente no período de 3,8675%, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

3º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2019:

01.001.1.001.3.3.3.90.40.12.00.00.00 01000100 – Gestão do Departamento de Tecnologia da Informação.

4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 09 de abril de 2018 permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 21 de março de 2019.

Julio Cezar Ronconi
Presidente/Consórcio Interm. Quiriri
Contratante

IPM Sistemas Ltda.
Aldo Luiz Mees
Contratada

Testemunhas:

Leoni Fuerst
CPF: 651.664.509-49

Alice Drosczaka
CPF: 590.736.169-72

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 003/2017 - DEL OLMO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Publicação Nº 2127897

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01, centro, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e, de outro lado DEL OLMO & ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade simples advocatícia com sede à Rua Barão do Rio Branco, 374. Centro, SI 41, São Bento do Sul, SC, doravante denominado de CONTRATADO, resolvem, com fulcro nos incisos I e III do §1º do art. 57 da Lei 8.666/93 e na cláusula quarta do Contrato PS nº 003/2017, alterar o prazo de vigência e o prazo de execução, conforme o que segue:

Cláusula Única: Fica prorrogado o prazo de execução até 01 de dezembro de 2019 e o prazo de vigência até 90 dias após.

São Bento do sul, 14 de agosto de 2019.

Julio Cezar Ronconi

Prefeito de Rio Negrinho

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 002/2017 - DALLTOR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

Publicação N° 2128262

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 002/2017 celebrado entre o Consórcio Intermunicipal Quiriri e a Empresa Dalltor Assessoria e Consultoria Ltda - ME

Pelo presente instrumento de 3º termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 002/2017 de realização dos serviços de ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS E NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR MELHORIAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS OFERECIDOS AOS CIDADÃOS DOS ENTES CONSORCIADOS DA REGIÃO DO QUIRIRI, prestado pela Empresa Dalltor Assessoria e Consultoria Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.433.097/0001-54, com sede na Rua Doutor José Bonifácio Malburg, 496, Sala 03, Centro, na cidade de Itajaí/SC, neste ato representada pela Sra. Mariele Dallastra Torres, portadora do CPF nº 066.620.599-00, e tendo como contratante o CONSORCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt nº 331 sala 01, Bairro centro Município de São Bento do Sul, SC, tem certo e ajustado que:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O valor mensal a ser repassado será de R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 96.600,00 para doze meses.

CLÁUSULA SEGUNDA: Será aplicado o índice de reajuste conforme Solicitação 02/2019 de 26/06/19, aprovada e constate do Contrato de Rateio 011/2019 entre as prefeituras consorciadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato e condições ora aditado, aqui expressamente modificados, ficando este a fazer parte integrante daquele para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA QUARTA: este Termo Aditivo começa a vigorar em 01 de agosto de 2019 com vigência até 01 de agosto de 2020.

E por estarem de acordo, firma o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2019.

Júlio Cesar Ronconi Prefeito de Rio Negrinho Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri	Mariele Dallastra Torres Dalltor Assessoria e Consultoria Ltda - ME
---	--

Testemunhas:

Leoni Fuerst 651.664.509-49	Alice Drosczaka 590.736.169.72
--------------------------------	-----------------------------------

CIGAMVALI**RESOLUÇÃO 014_2019 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 2128068

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 05 de AGOSTO DE 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 51.640,69 (cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), em razão da entrada do Município de Luiz Alves nos programas do Laboratório de Inovação e Manutenção das Atividades Administrativas

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e fundamentado nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal de 1988, nos artigos 2º e 3º da Resolução 007/2018 (Orçamento CIGAMVALI 2019) na Lei 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00 e considerando a necessidade de contabilização de despesas diversas no Projeto/Atividade Laboratório de Inovação e Manutenção das Atividades Administrativas em razão da entrada do Município de Luiz Alves no Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2019 no valor de R\$ 51.640,69 (cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade Manutenção das Atividades Administrativas	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 20.330,85
Vínculo: 10000 – Rec. Ordinários-2019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
Projeto/Atividade Laboratório de Inovação	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 31.309,84
Vínculo: 10000 – Rec. Ordinários-2019 – LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO	

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul - SC, em 01 de Agosto de 2019

ARMINDO SESAR TASSI

Presidente do CIGAMVALI